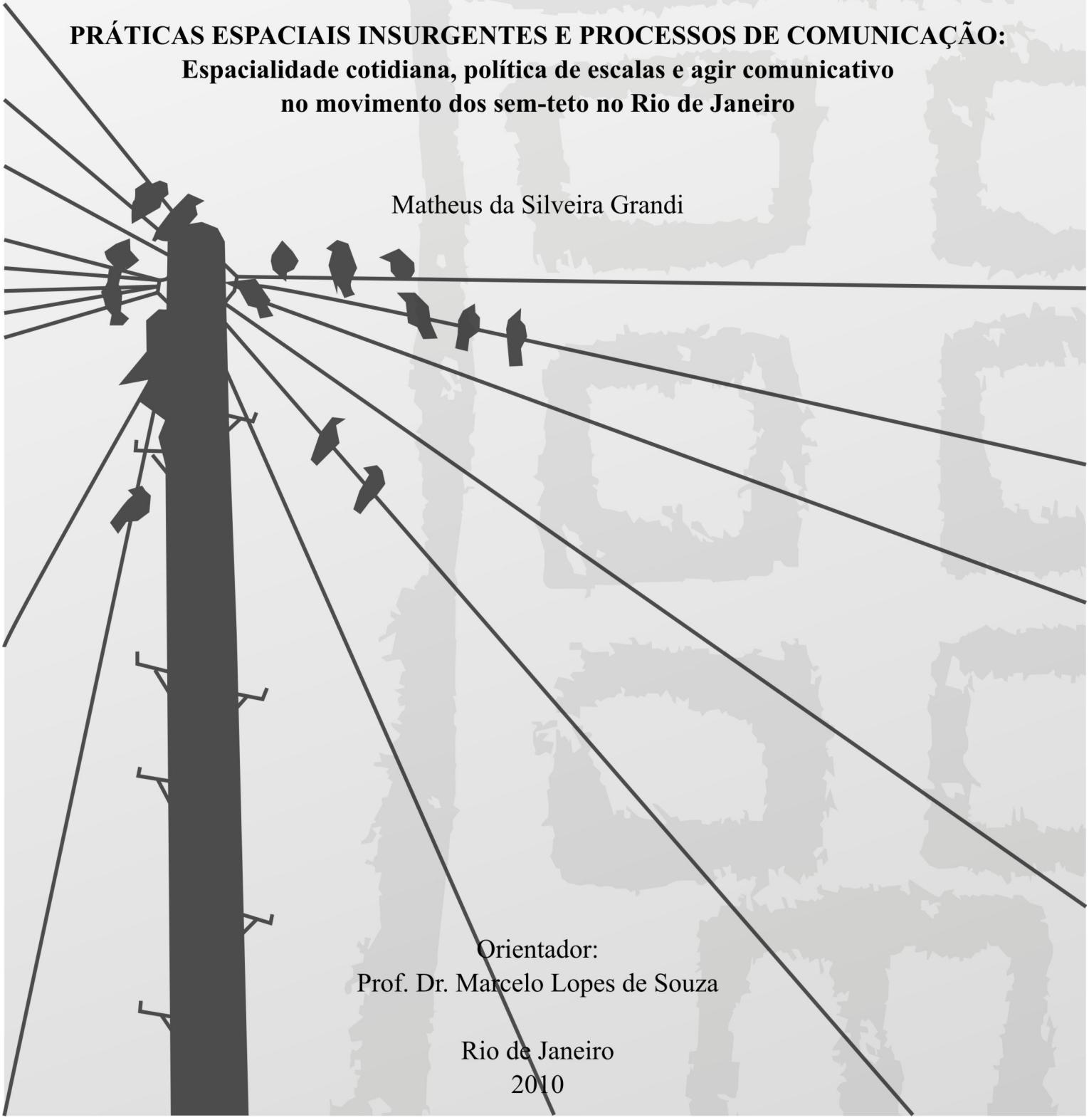
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL

NUPED

PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES E PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO:
Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro

Matheus da Silveira Grandi



Orientador:
Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro
2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial

Práticas Espaciais Insurgentes e Processos de Comunicação:

Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro

Matheus da Silveira Grandi

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro
2010

Matheus da Silveira Grandi

Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza.

Aprovada em 24 / 05 / 2010.

_____

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza (Orientador)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

_____

Prof.ª Dr.ª Ana Clara Torres Ribeiro (Membro)
(IPPUR / UFRJ)

_____

Prof.ª Dr.ª Ana Maria Lima Daou (Membro)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Quanto tempo uma ideia leva para amadurecer? E qual tipo de espaço e de pessoas ajudam nesse processo? As idéias que estão aqui nesta dissertação definitivamente não estão "no ponto certo" (como se isso realmente existisse...). Mas se chegaram até aqui, muito se deve a uma série de pessoas que estiveram do meu lado durante o tempo da elaboração disso tudo.

E esse é um tempo que remete para bem antes dos últimos (loucos) meses de redação. Um tempo que começa no momento que cada semente de cada uma das idéias que se juntaram pra formar esse amontoado de letras se acomodou de algum jeito na minha cabeça. Afinal, processo que só reforça como a dita *propriedade* (inclusive das idéias) precisa ser cada vez mais contestada e confrontada com novas formas de relações sócio-espaciais. Por isso, agradeço a todas essas pessoas que "fizeram comigo" esta dissertação – com as conversas, sugestões, críticas, dúvidas, certezas, brincadeiras, preocupações, carinhos, brigas, discussões e todas as outras formas possíveis e imagináveis. Se o mundo fosse outro (e um dia será), gostaria muito de construir cada frase coletivamente com todos/as vocês. Obrigado por tudo.

Ainda assim, é impossível negar que alguns nomes específicos acabam merecendo seu destaque. A começar pelo do Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza, orientador excepcionalmente criterioso, dedicado, crítico e atencioso. Agradeço por cada traço vermelho, cada papel rabiscado, cada sugestão feita. Não há qualquer dúvida de que esta dissertação, sob qualquer outra orientação, seria irreconhecivelmente diferente. A começar pelo tema e título, ambos certeiros. Além disso, por ser coordenador do núcleo de pesquisas que ensinou, em dois anos de mestrado, muito do que os quatro anos anteriores de graduação não conseguiram ensinar. As "orientações coletivas" e todos os tipos de apoio dados por cada uma das pessoas do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD) foram fundamentais para cada linha desta dissertação. Agradeço sem grandes cerimônias cada "nupediano/a" que me ajudou nessa "Babilônia": Amanda Cavaliere Lima, Eduardo Tomazine Teixeira, Glauco Bruce Rodrigues, Katerine Leal Sonoda, Marianna Fernandes Moreira, Rafael Gonçalves de Almeida e Tatiana Tramontani Ramos. Rafael: Valeu também pela parceria nas entrevistas e ajuda nas transcrições!

Mas esta dissertação é fruto de relações que vão (muito) além da academia. Nesta

nova cidade, outras tantas foram as pessoas que me acolheram. Agradeço em especial às pessoas da Ocupação Chiquinha Gonzaga que me receberam de braços abertos convivendo nas atividades do prédio. Em particular, àquelas que aceitaram ser entrevistadas (às vezes por horas) e gentilmente colaboraram também com outros tipos de informações, recordações, documentos e histórias. Citar seus nomes aqui seria injusto (não lembraria de todos e certamente alguns até talvez não gostassem de aparecer). Mas agradeço muito mesmo assim!

Da mesma forma, também agradeço por cada amizade cultivada nesses últimos dois anos e pouco em meio às ocupações do movimento dos sem-teto na área central da cidade. Cada momento (com sorrisos, alegrias, angústias e lágrimas) com cada pessoa das ocupações me alimentou, ensinando coisas que fazem qualquer palavra parecer simples demais. E fico feliz por ter conhecido e me aproximado daqueles e daquelas que, hoje, considero fortes amigas e amigos. Minha memória me trai, claro, e por isso mesmo não citarei nomes. Mas ainda assim tenho certeza de que serei cobrado por essa falta. Para essas pessoas, que com toda razão irão reclamar de minha memória curta, peço seriamente que considerem seus nomes incluídos aqui → _____. Esse espaço é de vocês. Obrigado de verdade!

Agradecimentos também àquelas pessoas que, mesmo distantes, me influenciaram e seguem influenciando muito. À minha família (não importa: ao menos pra mim, única e indivisível), responsável direta pela minha existência: Pedro, Bartira, Tarciso. À Margareth Kolb, companheira crítica e criteriosa, por ter atravessado comigo esse período de tanta distância e tempestades mentais. Obrigado por tudo! Aos amigos Vinícius Possebon Anaissi, Leonardo Alves da Cunha e Marcelo Simon Wasem pelas tantas idéias trocadas e construídas coletivamente. No mesmo sentido, agradeço também bastante a Sandra Mendonça, Mariana Novaes de Medeiros, Tomás Fontan e Nádia Burgos. Juliana Lopes: Obrigado pela tradução de última hora. Salvou mesmo! Agradecimentos também à Kitie e ao Dingo, pelos tantos momentos de convívio renovador com suas “almas evoluídas”. Por recomendação de alguns amigos, agradeço também à minha saúde (assistente firme, mesmo em condições adversas).

E, por último, agradeço à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pela bolsa que me garantiu maior tranquilidade durante o tempo do curso.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de refletir, de forma introdutória, sobre como interações orientadas pela *busca por um entendimento mútuo* podem cooperar ou não com experiências de movimentos sociais urbanos marcadas pela tentativa de *construção de relações de poder cotidianas fortemente "horizontalizadas"* – ou seja: com pouquíssimos traços de hierarquia. Isso justamente por considerar que, com tal meta, a busca por negociar as diferenças através de relações interpessoais (na medida do possível) livres de coerções internas e externas ganha importância ainda maior. Além disso, parte da necessidade de se pensar a respeito dos limites de práticas políticas centralizadoras e pseudo-democráticas que vêm impondo barreiras à auto-organização popular (especialmente em um contexto de crescente *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial*; *militarização da questão urbana; cooptação de quadros*, *criminalização* e *enfraquecimento dos movimentos sociais urbanos*). Partindo do *projeto de autonomia* de Cornelius Castoriadis, da teoria da *ação comunicativa* de Jürgen Habermas e do *desenvolvimento sócio-espacial* de Marcelo Lopes de Souza, o foco é dado ao papel que a *espacialidade cotidiana* (especialmente na escala *nanolocal*, mas atento também à importância da *política de escalas*) tem para a construção e fortalecimento de relações sócio-espaciais radicalmente emancipatórias. O estudo de caso principal volta-se para a dimensão espacial interna de uma experiência específica do movimento dos sem-teto atuante na área central da cidade do Rio de Janeiro: a *Ocupação Chiquinha Gonzaga* (escolha feita principalmente por sua forma de organização política interna apontar para relações de poder bastante "horizontais"). Através de uma *pesquisa participante* (de cunho *qualitativo*), a dissertação baseia-se nos procedimentos como a *observação participante* (com a ajuda de notas de campo), as *entrevistas informais* (com e sem diretriz) e *formais* (semi-estruturadas e fechadas). Vale-se das reflexões sobre a *análise crítica de discurso* de Norman Fairclough para fazer a análise dos dados e das informações às quais se teve acesso (através da convivência e das entrevistas com moradores e moradoras da ocupação). Percebe-se como boa parte das práticas espaciais cotidianas de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga aparentam colaborar com o compartilhamento das várias dimensões do "mundo da vida" do prédio. Mediam (e constroem) também diferentes escalas espaciais e formas de afetividade existentes em relação ao "lugar". Na medida do possível, estimulam o estabelecimento de relações de poder internas diferenciadas. De maneira geral, portanto, tendem também a reforçar uma forma de gestão territorial radicalmente próxima ao exercício de democracia direta (ainda que em escala nanoterritorial).

Palavras-chave: Espacialidade cotidiana; Movimento dos sem-teto; Autonomia; Agir comunicativo; Desenvolvimento sócio-espacial; Política de escalas.

ABSTRACT

This dissertation aims to think, in an introductory way, about how the interactions directed to the *search for a mutual understanding* can cooperate or not with urban social movements experiences that are known for the attempt of building *daily power relations that are strongly "horizontal"* – meaning: with minimum hierarchy characteristics. One of the main reasons is because of the perception that with this goal it is even more important to try to negotiate differences through interpersonal relationships (whenever possible) free from internal and external coercion. Apart from that, the research is based on the understanding that it is necessary to think about the limits from centralized and pseudo-democratic politics practices that are frequently imposing barriers to popular auto-organization (especially in a crescent context of *fragmentation of the urban space, militarization of the urban question, popular leadership cooptation, criminalization and weakness of the urban social movements*). Starting from the *autonomy project* from Cornelius Castoriadis, the theory of *communicative action* from Jürgen Habermas and the s*ocio-spatial development* from Marcelo Lopes de Souza, the focus is given to the role that *daily spatial dimension* (especially in the *nanolocal scale*, but also observing the importance of the *scale politics*) plays on building and strengthen the socio-spatial relationships radically emancipatory. The main study case is about the internal spatial dimension of a specific experience from the "sem-teto" social movement active at the central area of the city of Rio de Janeiro: called "Ocupação Chiquinha Gonzaga" (a squat chosen mainly because of its internal organization policy, which has strongly "horizontal" power relations). Through a *participative research* (with *qualitative* form), the dissertation is based on procedures such as *participative observation* (with aid of field notes), *informal interviews* (with and without a guideline) and also *formal interviews* (semi-structured and closed). It uses Norman Fairclough reflections about c*ritical discourse analysis* to make the analysis of data and information acquired (through acquaintanceship and interviews with the squat inhabitants). It is notice that the main part of the Chiquinha Gonzaga squat inhabitants daily spatial practices appear to collaborate with the sharing of the various dimensions of the "lifeworld" of the building. They also mediate (and build) different spatial scales and different affectivity regarding the "place". Whenever possible, they stimulate the establishment of distinct internal power relations. Generally, hence, they tend also to reinforce a territorial management fashion radically close to the exercise of direct democracy (even though in a nanoterritorial scale).

Keywords: Daily spatial dimension; "Sem-teto" movement; Autonomy; Communicative action; Socio-Spatial development; Scale politics.

SUMÁRIO

Lista de figuras …..... xiii
Lista de tabelas …..... xvi
Lista de gráficos xviii

INTRODUÇÃO …..... 1

CAPÍTULO I – OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA …..... 14

1 SOBRE O DESEQUILÍBRIO QUE FAZ MOVER: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E FILOSÓFICOS …..... 16
1.1 Do *poder* ao *projeto de autonomia*, em pinceladas rápidas 16
1.1.1 Rapidamente: Sobre algumas perspectivas do *poder* 16
1.1.2 Síntese (rápida) do pensamento de Cornelius Castoriadis (I): Da crítica ao marxismo ao contexto do *projeto de autonomia* 23
1.1.3 Síntese (rápida) do pensamento de Cornelius Castoriadis (II): O *projeto de autonomia*, infrapoder e poder explícito …..... 28
1.2 Ação e racionalidade comunicativa em Jürgen Habermas …..... 35
1.2.1 Racionalidade, ação e comunicação …..... 36
1.2.2 Mundo da vida e pretensões de validez …..... 40
1.3 Esboços para possíveis contribuições mútuas e sua importância para um efetivo *desenvolvimento sócio-espacial* …..... 46
1.3.1 Em *embate*: Habermas *contra* castoriadianos (e vice-versa) …... 48
1.3.2 Em *debate* (ou "orientando-se ao entendimento"): *Com* Castoriadis *e* Habermas, por um desenvolvimento sócio-espacial …..... 55

2 DOS INSTRUMENTOS PARA UM CAMINHAR: DELINEAMENTOS CONCEITUAIS …..... 64
2.1 **Território e territorialidade: Espacialização do poder** …..... 65

2.2 "Lugar" e "lugaridade": Afeição e identificação sócio-espacial …..... 71
2.3 Notas sobre escalas (I): O foco *nanolocal* …..... 75
2.4 Unidades da ação política: Campo Político e Arena no entender de Marc Swartz …..... 78
2.5 Notas sobre escalas (II): A construção social da escala e a política de escalas …..... 84

3 O CAMINHO TRILHADO: METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS …..... 95
3.1 Referencial metodológico …..... 95
3.2 Estratégia da pesquisa …..... 100
3.3 Definição dos dados a serem coletados …..... 105
3.4 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados …..... 106
3.5 Análise dos dados …..... 116

CAPÍTULO II – O ESPAÇO-TEMPO DE LUTA: REFORMA URBANA, MOVIMENTO DOS SEM-TETO E A OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA …..... 119

1 COMO ESCALAS DE UMA LUTA: O MOVIMENTO DOS SEM TETO E O IDEÁRIO DA REFORMA URBANA …..... 125
1.1 Retomando: Localizando a habitação popular nas referências e "atualizações" já propostas em relação ao ideário da Reforma Urbana 126
1.1.1 Alguns aspectos da "problemática habitacional" no contexto urbano 126
1.1.2 Relembrando rapidamente certos pontos da "questão da moradia" na esteira da Reforma Urbana …..... 132
1.1.3 Citando "atualizações" propostas …..... 137
1.2 Do dito, feito e almejado: Linhas gerais das estratégias e reivindicações do movimento dos sem-teto …..... 145

2 UMA FRAÇÃO ESPECÍFICA: OCUPAÇÕES E COLETIVOS 158
2.1 As ocupações de sem-teto no contexto do Centro e da Zona Portuária

do Rio de Janeiro: "Por que aqui?" …..... 162
2.2 "O povo é Fênix": Três ocupações e algumas referências …..... 174
2.3 Coletivos, gestão (d)e espaços característicos …..... 189
2.3.1 Pequenas anotações sobre aspectos da dinâmica política interna e outras vivências sociopolíticas-espaciais compartilhadas pelas três ocupações …..... 189
2.3.2 Recordando esboços de uma tipologia introdutória dos usos dos espaços internos dessas ocupações …..... 199

3 FAZENDO AS HONRAS: APRESENTAÇÃO E LINHAS GERAIS DA OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA …..... 212
3.1 Preparando as trincheiras do (novo) território: Pinceladas do processo, dos sujeitos e dos momentos iniciais da Ocupação Chiquinha Gonzaga …..... 213
3.1.1 Um coletivo em formação itinerante: Notas sobre os sujeitos e o processo pré-ocupação …..... 213
3.1.2 Território entrincheirado: Percepções sobre o período inicial da Ocupação Chiquinha Gonzaga …..... 218
3.1.2.1 Do risco à mobilização: Os primeiros passos das negociações …..... 218
3.1.2.2 Impressões sobre um momento de coletivização radical .. 224
3.2 Vivendo o território recém-nascido: "Causos" cotidianos de uma experiência marcante …..... 240

CAPÍTULO III – "NANO-ESPACIALIDADE" COLETIVA: SOBRE ALGUNS ELEMENTOS DOS PROCESSOS E PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS DE NEGOCIAÇÃO …..... 252

1 RELATOS E CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DOS USOS E FUNÇÕES DE ALGUNS ESPAÇOS DA OCUPAÇÃO …..... 256

1.1 Maneiras de dizer a ocupação (ou: Os espaços apresentados por

moradoras e moradores) …. 257
1.2 Alguns espaços coletivos da Chiquinha Gonzaga: Comentários sobre três momentos de suas dinâmicas …. 263

2 ASPECTOS DA ESPACIALIDADE DA ARGUMENTAÇÃO E DO CONVENCIMENTO …. 283
2.1 Campos políticos e arenas da ocupação …. 285
2.1.1 Parênteses metodológico …. 290
2.1.2 Algumas referências do surgimento dos campos políticos da ocupação …. 294
2.1.3 Campo político *mais* comprometido com a organização por Coletivo …. 297
2.1.4 Campo político *menos* comprometido com a organização por Coletivo …. 304
2.1.5 Alguns pontos adicionais …. 309
2.2 "Conspirar é legítimo": O papel do *oikos* …. 316

3 O *NOMOS* DE UM ESPAÇO OCUPADO: A DELIBERAÇÃO COLETIVA E SUA CAPILARIZAÇÃO ESPACIAL …. 331
3.1 Os "assuntos do Coletivo" …. 332
3.2 Regras e normas *formais*: As interações, os debates e as decisões do espaço de poder explícito …. 337
3.2.1 Traços gerais …. 338
3.2.2 Regras e normas formais …. 346
3.2.3 Dinâmicas de interações decisivas …. 353
3.3 *Ágora* e opiniões, infrapoder e segurança: Corredores, portaria e calçada …. 372
3.3.1 Corredores …. 376
3.3.2 Portaria …. 381
3.3.3 Calçada …. 382
3.4 Regras e normas *informais*: Costumes e negociações para a convivência e o bem-estar coletivo …. 386
3.5 Outro parênteses: Punições formais e informais …. 389

4 UM *LUGAR* OCUPADO …. 395
4.1 O andar enquanto escala do "lugar" …. 396
4.2 Descontração e compartilhamento: A importância das festas …. 404

CONSIDERAÇÕES FINAIS …. 415

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS …. 433

APÊNDICE – Roteiros de entrevistas …. 450
ANEXOS II – Publicações oficiais …. 466
ANEXOS III – Documentos da Ocupação Chiquinha Gonzaga …. 471

LISTA DE FIGURAS

Figura	Legenda	Página
1	Indicação da escala nanolocal em relação a outras escalas espaciais …..	78
2	Ilustração da compreensão de Swartz a respeito dos processos políticos "locais" ….	83
3	Mapa da área de estudos – Ocupação Chiquinha Gonzaga ….	103
4	Localização da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….	104
5	Bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo no final do século XIX. Destaque para a rua Barão de São Félix ….	167
6	Bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo no início do século XX. Destaque também para a ruas Barão de São Félix ….	170
7	Ocupação Chiquinha Gonzaga (Rua Barão de São Félix, nº 110 – Centro / Rio de Janeiro) em julho de 2009 vista do seu terraço traseiro..	178
8	Ocupação Zumbi dos Palmares (Avenida Venezuela, nº 53 – Gamboa / Rio de Janeiro) em novembro de 2009 ….	180
9	Ocupação Quilombo das Guerreiras (Avenida Francisco Bicalho, nº 49 – Santo Cristo / Rio de Janeiro) em 2006 ….	182
10	Mapa das ocupações apoiadas direta ou indiretamente pela FLP no período entre 2004 e 2006 ….	185
11	Croqui da Ocupação Quilombo das Guerreiras no final de 2008 ….	209
12 e 13	Entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras no início da mesma e em 2008 ….	210
14 e 15	Banheiros coletivos da Ocupação Quilombo das Guerreiras, antes e depois ….	210
16 e 17	Sala da Biblioteca Gutemberg Gomes Alves, na Ocupação Quilombo das Guerreiras, antes e depois da reestruturação e refuncionalização do prédio ….	211
18 e 19	Sala de reuniões (ou "Salão Verde") da Ocupação Quilombo das Guerreiras, também antes e depois ….	211
20	Porta da ocupação trancada por dentro, logo após a entrada no dia 24/07/04 ….	220
21	Ocupantes nos momentos iniciais de entrada no imóvel. Note-se que a entrada é feita já com materiais para a limpeza do prédio, o que deixa clara a preocupação em modificar sua situação de abandono ….	220
22	Manifestação dos moradores realizada em frente à sede do INCRA no Rio de Janeiro, no dia 06/08/04 ….	222

23, 24 e 25	Manifestação realizada no dia 07/11/05 por moradores e moradoras da Ocupação Chiquinha Gonzaga na sede da Light, companhia privada responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Rio de Janeiro, questionando, denunciando e exigindo providências para a reversão do corte feito pela empresado do fornecimento de energia elétrica ao prédio ….	223 e 224
26, 27 e 28	Fotos do interior de alguns quartos do prédio dos quais o entulho, as infiltrações e a vegetação tomavam conta ….	225
29, 30 e 31	Fotos dos banheiros do prédio quando os ocupantes chegaram. Eram habitados por fungos, insetos e uma dupla de filhotes de urubus ….	226
32 e 33	Fotos dos quartos coletivos do início da Ocupação Chiquinha Gonzaga..	227
34 e 35	Fotos da cozinha coletivas do início da Ocupação Chiquinha Gonzaga...	227
36 e 37	Fotos dos banheiros coletivos do início da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….	228
38 e 39	Fotos do mural da Ocupação Chiquinha Gonzaga e dos cartazes em um de seus corredores, lembrando dos horários de reuniões e das refeições coletivas ….	233
40 e 41	Fotos do mural da Ocupação Chiquinha Gonzaga, com as decisões tiradas nas assembléias e outros materiais ….	233
42 e 43	Fotos do mural da Ocupação Chiquinha Gonzaga e dos cartazes em um de seus corredores, lembrando dos horários de reuniões e das refeições coletivas ….	237
44 e 45	Fotos de atividades com as crianças e jovens no interior da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….	239
46	Ocupação Chiquinha Gonzaga vista do Morro da Providência, ressaltando sua proximidade à Central do Brasil e a outros locais tidos como referências na cidade ….	240
47	Croqui de parte do primeiro andar da Ocupação Chiquinha Gonzaga, com enfoque na reestruturação espacial feita com a obra da cozinha coletiva ….	246
48	Fogão da cozinha coletiva em funcionamento no dia da festa de aniversário de quatro anos da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….	246
49	Foto da janela/balcão do espaço reformado em meados de 2009 para a instalação da cozinha coletiva (foto retirada a partir da sala de reuniões)	246
50	Croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 2004 ….	268
51	Sala de reuniões da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….	270
52	Foto do seminário “O que pode a 'economia popular urbana'? Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro”, realizado em 2008 na sala de reuniões da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….	270
53 e 54	Confecção de faixas para manifestações na sala de reuniões da	

	Ocupação Chiquinha Gonzaga ….	271
55	Festa de aniversário de um mês da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004) ….	271
56	Festa de aniversário de cinco anos da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2009) ….	271
57 e 58	Foto da garagem da Ocupação Chiquinha Gonzaga no início da ocupação ….	274
59	Croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 2008 ….	277
60	Croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 2009 ….	280
61	Representação gráfica da configuração política interna da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….	311
62	Representação gráfica da variação das "forças" dos campos políticos em função de alguns dos anos de existência da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….	312
63	Representação gráfica da dinâmica das intervenções verbais nas reuniões da Ocupação Chiquinha Gonzaga em relação aos assuntos que predominam nelas ….	344
64	Fotos de portas dos quartos da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 2004..	404

LISTA DE TABELAS

Tabela	Legenda	Página
1	Relação entre o número de pessoas entrevistadas e a quantidade de reuniões das quais participou (considerando as últimas cinco realizadas) ….....	112
2	Relação entre o número de pessoas entrevistadas e a participação nas arenas e nos campos políticos da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….....	292
3	Opinião das pessoas entrevistadas sobre os assuntos a respeito dos quais as pessoas da Ocupação Chiquinha Gonzaga conversam em seus respectivos espaços privados ….....	318
4	Respostas das pessoas entrevistadas na Ocupação Chiquinha Gonzaga sobre o procedimento mais comumente adotado por moradores/as que desejam propor algo possivelmente polêmico ao Coletivo ….....	321
5	Opinião das pessoas entrevistadas sobre a realização de articulações prévias de moradores e moradoras em outros espaços da ocupação que não o espaço-tempo forma de deliberação (reuniões do Coletivo) da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….....	323
6	Assuntos que geram mais discussões no Coletivo, segundo moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados/as ….....	343
7	Opinião de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados sobre a seguinte questão: Todas as pessoas da reunião recebem a mesma atenção dos outros quando falam? ….....	355
8	Opinião das pessoas entrevistadas sobre a aparente *sinceridade* das pessoas que interagem verbalmente nas reuniões do Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….....	361
9	Opinião das pessoas entrevistadas sobre a ocorrência de mentiras durante as reuniões do Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….....	364
10	Opinião das pessoas entrevistadas sobre a existência de pessoas na Ocupação Chiquinha Gonzaga que falam coisas que não estão de acordo com as regras formis e informais existentes no prédio ….....	367
11	Espaços citados pelas pessoas entrevistadas quando questionadas onde viam maior concentração de outros/as moradores/as da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….....	373
12	Espaços onde as próprias pessoas entrevistadas declararam mais conversar com outros/as moradores/as da Ocupação Chiquinha Gonzaga ….....	374
13	Opinião das pessoas entrevistadas sobre os assuntos que as demais pessoas da Ocupação Chiquinha Gonzaga conversam nos corredores do prédio …...	376
14	Lugares da Ocupação Chiquinha Gonzaga que as pessoas entrevistadas disseram achar mais *agradáveis* ….....	397

15 Opinião de moradores/as da Ocupação Chiquinha Gonzaga sobre se, podendo escolher, prefeririam morar em algum outro andar que não aquele no qual vivem atualmente …..... 398

16 Opinião de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados sobre se moradores/as são íntimos …..... 408

17 Opinião de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados sobre se moradores/as se respeitam …..... 411

18 Opinião de moradoras/es da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistadas/os sobre se entendem melhor quem conhecem mais ou aquelas pessoas que conhecem menos …..... 412

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	Legenda	Página
1	Relação proporcional das respostas sobre os assuntos a respeito dos quais as pessoas da Ocupação Chiquinha Gonzaga conversam em seus respectivos espaços privados (em %) ….	319
2	Relação proporcional das respostas sobre o procedimento mais comumente adotado por moradores/as que desejam propor algo possivelmente polêmico ao Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga (em %) ….	321
3	Relação proporcional das respostas a respeito do acordo ou desacordo com a prática espacial de articulações extra-reuniões na Ocupação Chiquinha Gonzaga (em %) ….….	324
4	Relação entre as opiniões de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados sobre a seguinte questão: Todas as pessoas da reunião recebem a mesma atenção dos outros quando falam? (em %) ….….	356
5	Relação entre as opiniões de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados sobre a ocorrência de mentiras diante do Coletivo (nos espaços formais deliberativos) (em %) ….	364
6	Relação entre as referências feitas por moradoras e moradores sobre os espaços da Ocupação Chiquinha Gonzaga onde mais são vistas pessoas juntas (em %) ….….	373
7	Relação entre as referências feitas por moradoras e moradores sobre os espaços da Ocupação Chiquinha Gonzaga onde eles próprios mais conversam com outros ocupantes (em %) ….	375
8	Relação entre as referências feitas por moradoras e moradores sobre os lugares da Ocupação Chiquinha Gonzaga que eles/as acham mais agradáveis (em %) ….….	397

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano tem sido cada vez mais vivida e reconhecida como um processo que abriga todo o tipo de tensão social. Tanto que atualmente as cidades são, sem dúvida, de grande interesse para todos os diferentes agentes sociais que nelas e através delas se relacionam. E aqui, vale lembrar que dentre outros agentes modeladores do espaço urbano (CORRÊA, 1997; 2004)[1], o papel dos movimentos sociais precisa ser constantemente destacado. Isso tem sido lembrado inclusive com insistência por alguns pesquisadores – como é o caso de SOUZA (2000b, 2002, 2006a, 2006b, 2008b).

De forma mais ou menos abrangente e mais ou menos temporária, processos de luta e resistência popular também tem sido responsáveis por momentos importantes na história da espacialidade das cidades. No Rio de Janeiro, vê-se um exemplo disso na resistência enfrentada no início do século XX pela administração carioca quando era executava a intervenção urbana que ficou conhecida como "Reforma Passos". Imposta pelo Estado e pela iniciativa privada da época, esse processo de intervenção urbana reestruturou, refuncionalizou e ressignificou sócio-espacialmente grande parte da área central da cidade (ABREU, 1987). E não é novidade que parte desse processo inclusive buscou redefinir os grupos sociais que existiam e conviviam nesses espaços. Acontece que, ameaçados por demolições, despejos e incursões que julgavam violentas, moradores/as de bairros populares e cortiços da área central do Rio de Janeiro resistiram ao processo de forma pelo menos a exigir da administração pública grandes esforços para que seus planos se realizassem (CHALHOUB, 1996).

No caso desta pesquisa, a principal questão que anima o movimento social pelo qual se está interessado é a conhecida como "questão da habitação". Diga-se de passagem, assunto que era presente no próprio movimento operário da cidade do Rio de Janeiro nas décadas do século XX (VALLADARES, 1983). Foi a partir da década de 1960 que começaram as primeiras movimentações do que ficou conhecido depois como *reforma urbana*, quando o tema da habitação já ganhava destaque em tal ideário (SOUZA, 2002). Porém, com o golpe

[1] As referências bibliográficas serão reduzidas aqui na Introdução. Para mais referências sobre cada assunto, remete-se ao corpo da dissertação. Ainda na Introdução, os capítulos e seus temas serão apresentados rapidamente. A intenção é tornar mais fácil a busca por mais informações.

militar e o regime ditatorial instalados em 1964, tais discussões só puderam se aprofundar (e se ampliar) novamente após a segunda metade da década de 1980 (SOUZA, 2006a). A Constituição Federal de 1988, por sua vez, também não contemplou as demandas desses debates populares, restringindo a política urbana nos artigos 182º (que trata vagamente da "função social" da propriedade) e 183º (que se restringe ao instrumento jurídico da usucapião).

Treze anos depois, uma lei específica seria aprovada na tentativa de complementá-los: A lei nº 10.257 / 2001 – o Estatuto da Cidade. Mesmo sendo um marco legal importante para as mobilizações populares, ela continuou apresentando falhas cruciais (como já foi apontado por SOUZA [2006a] em outros momentos): Não garante a *participação efetiva* da população nos processos de planejamento e gestão urbanos; Não fala sobre a aplicação de certos instrumentos jurídicos a *prédios* localizados em espaço urbano; Não garante a implementação universal, com qualidade e realmente participativa de instrumentos urbanísticos previstos (como o IPTU progressivo no tempo); Por fim, não dá conta de uma das questões que fundaram o ideário da reforma urbana – a própria habitação e o déficit habitacional crescente.

Os movimentos sociais sempre tiveram um papel importante na luta pelo o que se passou a chamar de "direito à cidade" (LEFEBVRE, 2001). No contexto urbano brasileiro atual, porém, esses movimentos enfrentam novos desafios. Os principais deles parecem ser justamente o "tecnocratismo de esquerda" (SOUZA, 2002, 2006a) e a própria fragmentação do tecido sociopolítico-espacial (SOUZA, 2000a; 2002; 2006a; 2008a). São dificuldades que aparentemente precisam ser cada vez mais consideradas para que se leve adiante a luta pela reforma urbana. Como se não bastasse isso, os próprios movimentos sociais urbanos passam hoje por um momento de crise – que se junta com uma apatia política profunda e disseminada (uma "politofobia" [SOUZA, 2006a:294] típica de uma época entendida por alguns pensadores como de "conformismo generalizado" [CASTORIADIS, 2004]). Tudo isso vem diminuindo bastante as margens de manobra para as perspectivas mais radicais de mudança social.

Mas mesmo assim "novíssimos" movimentos sociais têm surgido nas cidades brasileiras (SOUZA, 2002, 2006a, 2006b, 2008b, 2008d, 2009c, 2009d). O movimento *hip-hop* (RODRIGUES, 2005) e movimentos que tratam da questão da mobilidade urbana são bons exemplos disso, junto com o próprio movimento dos sem-teto – foco desta dissertação.

O movimento dos sem-teto tem conquistado, pouco a pouco, avanços que merecem destaque. Ao agirem espacialmente nas cidades através da *ocupação* e da revitalização efetiva

de imóveis ociosos (públicos e privados, na periferia e nos centros urbanos), o movimento tem superado o Estado e a iniciativa privada – criando, construindo e fortalecendo experiências alternativas próprias para a questão da habitação (não raro acompanhadas por alternativas de geração de emprego e renda e espaços/momentos de incentivo a novas formas de sociabilidade). Mesmo topando com dificuldades (desde traços do atual modelo de sociedade até a dificuldade de articulação interna), as diferentes organizações do movimento dos sem-teto apresentam na maioria das vezes perspectivas políticas que questionam fortemente o *status quo* capitalista (e também diversas de suas instituições e significações imaginárias, usando os termos de CASTORIADIS [1982]). E vale destacar que as várias organizações desse movimento também se organizam internamente de maneiras bem distintas. São práticas espaciais insurgentes (SOUZA, 2006a) que têm relações de poder e organizações *políticas* internas bem diferentes, o que reflete inclusive em espacialidades próprias. Seja como for, essas experiências de "formas alternativas de existência coletiva", como é lembrado por RIBEIRO (1991:105), são muito importantes nesse atual contexto de crescimento de mecanismos econômicos de desqualificação e destruição da vida social.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, muitas organizações atuam. Uma das mais conhecidas é, sem dúvida, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)[2]. Internamente, outras pesquisas já apontaram elementos de centralização e hierarquização ("verticalização") em sua organização política interna (LIMA, 2004; SOUZA, 2006a) – que fica clara por sua estruturação em coordenações em escalas estadual, regional e "de rua", com restrições de assuntos e deliberações a níveis específicos. Já no Rio de Janeiro, algumas ocupações ligadas ao movimento dos sem-teto aparentam ter uma organização política interna bem menos hierarquizada.[3] Localizadas na área central da cidade, as ocupações Chiquinha Gonzaga (2004), Zumbi dos Palmares (2005) e Quilombo das Guerreiras (2006) têm como principal instância de deliberação uma instituição chamada pelos moradores de "*Coletivo*". Nelas, não só as tarefas coletivas cotidianas são compartilhadas por todos/as. Existe também a garantia formal de que qualquer morador/a tenha igual possibilidade de participar (e com o mesmo peso) do que outros/as em qualquer decisão que a ocupação precise ou queira tomar.

Muitas pessoas enfatizam justamente a *autonomia* explícita de cada ocupação e seu Coletivo. E isso salta aos olhos especialmente ao se levar em conta a conjuntura política atual

---

[2] Dentre outras tantas, como o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), o Movimento de Moradia do Centro / MMC e outras organizações que integram a União dos Movimentos de Moradia / UMM.

[3] Cf. SOUZA (2006a, 2006b, 2008b, 2009a, 2009b, 2009c, 2009d, no prelo); TEIXEIRA e GRANDI (2008); TEIXEIRA (2009); OLIVEIRA (2009); ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009); GRANDI e TEIXEIRA (2009); MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009).

do país – na qual, por exemplo, as próprias prerrogativas legais para a "participação popular" no planejamento e na gestão das cidades são claramente desconsideradas. Quando raramente são consideradas, diga-se de passagem, as reivindicações por participação são quase sempre assimiladas de uma forma "pseudo-democrática" pelas administrações públicas / estatais. Diante disso, essa *autonomia* trazida por tais ocupações cariocas parece ser ainda mais interessante e importante.

Recorrendo à etimologia do termo, como outros autores já lembraram (CASTORIADIS, 1982; 1983; SOUZA, 1988; 1995; 2000b; 2002; 2006a; 2008b; 2009c, no prelo), a autonomia é entendida como uma junção dos termos gregos *autos* (auto) e *nomos* (leis, regras, normas, valores). Grosseiramente, autonomia então se trata da capacidade de dar-se a si mesmo (seja um indivíduo ou uma coletividade) suas próprias leis. Seu contrário seria a *heteronomia*. E é aqui que vale lembrar do pensador greco-francês Cornelius Castoriadis. Para ele, sociedades radicalmente democráticas deveriam garantir tanto a *autonomia individual* quanto *coletiva*, sendo que uma dependeria da outra para poder assegurar a *liberdade efetiva* (também tanto dos indivíduos quanto da coletividade). Em suas reflexões, são profundamente valorizados tanto os aspectos ligados ao que o autor chama de *poder explícito*, quanto aqueles ligados ao *infrapoder* e ao *imaginário*. É também destacada uma contradição fundamental do capitalismo que difere daquela sugerida pela teoria marxista clássica: Entre *dirigentes* e *dirigidos* (CASTORIADIS, 1983; 1992). Seu pensamento apontava para a possibilidade de se trilhar um "projeto de autonomia" – que, como bem lembrou SOUZA (2002; 2006a) deve ser visto como um *horizonte político-filosófico*.

Pensando-se em uma radicalização do horizonte democrático, é também SOUZA (2006a) quem lembra que um dos autores contemporâneos que não pode ser esquecido é o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. Souza ressalta, porém, que é necessário todo o cuidado possível quando se tenta promover diálogos e aproximações para não ser acusado de qualquer ecletismo inconsequente ou incongruência teórico-conceitual. Ainda mais entre autores tão diferentes.

Acontece que, mesmo sendo muito menos radical e ambicioso do que Castoriadis, as teorias de Habermas também possuem um grande conteúdo humanitário. O pensador alemão também critica o liberalismo político típico. Contra ele, Habermas inclusive "(...) salienta o fato de que a autonomia individual, quando concebida divorciada da 'autonomia pública' (…), é uma abstração individualista (…)." (SOUZA, 2006a:77) Além disso, ele destaca que para as pessoas interagirem buscando um entendimento mútuo entre si (priorizando a racionalidade

comunicativa, conceito-chave da *teoria do agir comunicativo* habermasiana) é fundamental a *liberdade* de participação para todas aquelas pessoas envolvidas no tema em debate. Além disso, a ação comunicativa defendida por Habermas aponta para uma situação onde as pessoas tentam harmonizar os planos de suas ações a partir de acordos sobre a situação e as consequências que são esperadas delas. Esse "acordo alcançado comunicativamente" (HABERMAS, 2003) teoricamente tenta evitar conflitos e mesmo o rompimento das interações entre as pessoas. Para que isso aconteça, quem interage deveria tanto deixar de lado a ideia de agir pensando somente em alcançar seu objetivo (o que é entendido como a *racionalidade instrumental*), quanto compartilhar o *mundo da vida*. São três as dimensões desse "mundo": *objetiva*, *social* e *subjetiva* (HABERMAS, 1999b). Vale lembrar: O pensador alemão não deixa clara a importância da dimensão espacial para o agir comunicativo,[4] mas pode-se pensar que uma espacialidade própria que estimule e facilite esse compartilhamento do mundo da vida também poderia estar entre as condições para um "agir orientado ao entendimento." (TEIXEIRA e GRANDI, 2008)

De qualquer forma, e resguardadas as (várias) ressalvas necessárias, parece que tanto nas reflexões sobre o *projeto de autonomia* de Castoriadis, quanto na *teoria da ação comunicativa* de Habermas, existem elementos que podem se complementar – como já foi apontado em outros momentos por SOUZA (2000a, 2002, 2006a). No pensamento de ambos, as pessoas interagem e negociam suas realidades a partir de um sistema de crenças e valores que é compartilhado por elas (VELHO, 1994). Precisam *tomar decisões em conjunto*, e pra isso é muito importante que essa interação não seja coagida por nada nem ninguém (SOUZA, 2000b; 2002). Por isso, parece possível esperar alguma forma de estímulo a um agir comunicativo por parte de experiências e organizações de movimentos sociais que tentam construir valores e relações de poder democráticas e autogeridas – no fundo, sinônimos de autonomia.

Também é importante lembrar que relações de poder e valores são construídos e fortalecidos (como também são modificados) através de várias escalas de espaço e de tempo. Então, nada mais interessante do que pensar também sobre como movimentos sociais (e, neste caso, o movimento dos sem-teto especificamente) se relacionam com essas muitas escalas de relações (políticas, sociais, econômicas, simbólicas, etc.). Fazem parte de uma preocupação que pode aparentemente ajudar os movimentos a conquistar mais e maiores apoios,

[4] Vale lembrar aqui que Iole Ilíada LOPES (1997, 2004) já tratou de buscar abordar as reflexões habermasianas a partir de uma perspectiva sensível à dimensão espacial.

construindo redes de solidariedades e articulando lutas em um claro exemplo de construção social e política de escalas (HEROD, 1991; SMITH, 1992, 1993; AGNEW, 1993; MARSTON, 2000, 2004; DELANEY e LEITNER, 1997).

Portanto, percebe-se como, na escala do espaço-tempo cotidiano, as relações de poder, o "mundo da vida" e as possibilidades de interações nas quais as pessoas se entendam mais são questões influenciadas diretamente por várias dimensões do espaço social (pelo substrato material; pelo simbolismo e a afetividade envolvidas; pelas práticas espaciais que se desenrolam e referenciam ali; pelos discursos a seu respeito; pelas diferentes escalas que fazem parte, influenciam e são influenciadas socialmente; etc.). E é essa relação entre as diferentes espacialidades cotidianas do movimento dos sem-teto, as distintas formas de organização política interna e ainda as maneiras através das quais as pessoas buscam se entender que é um dos eixos desta dissertação.

Trata-se de pensar sobre a luta de erguer e fortalecer alternativas populares que possam se resguardar da mediocridade política atual e se comprometer com uma *práxis* radicalmente anti-capitalista, anti-estatal e autogestionária. No limite, podem ser entendidas como experiências concretas que expõem de forma direta e clara alguns dos limites da participação e da "democracia"[5] representativa atual. Mais do que isso, valorizar os mecanismos cotidianos de construção dessas novas formas de relações sociais surge no sentido de valorizar a noção de *processo político* que ganha peso nas ocupações. É uma valorização que inclusive justifica duas questões: O enfoque nas ações possíveis e nos diversos processos que dão vida e sentido histórico à uma determinada realidade social (e o reconhecimento das limitações que a estrutura social tem para as explicações globais desses fenômenos sociais) (RIBEIRO, 1991); E o próprio recorte espacial que esta dissertação adota, a escala *nanolocal* (que valoriza justamente as interações face a face de espaços onde as pessoas são colocadas em situações intensas de co-presença) (SOUZA, 2006a). Este recorte espaço-temporal cotidiano enfatiza, por fim, as formas até mesmo rotineiras de participação, uma leitura que tenta, concordando com RIBEIRO (2001:13), impedir "(...) a simplificação dos elos entre teoria e prática, já que inclui cultura e diálogo intersubjetivo na conformação da vontade política."

* * *

[5] As aspas aqui possuem uma função específica. Elas serão explicadas no decorrer do primeiro capítulo da dissertação.

Depois da familiarização com as referências que envolvem o contexto tanto do movimento dos sem-teto, quanto das próprias questões teóricas, foi possível reconhecer a delimitação dos temas que compõe o enfoque desta dissertação. Essas referências são apresentadas mais claramente no decorrer do texto, e buscou-se incorporá-las às reflexões tentando relacionar as práticas espaciais cotidianas de alguns grupos vinculados ao movimento dos sem-teto com seus processos internos próprios de negociação, comunicação e entendimento. Afinal de contas, a valorização da espacialidade do dia-a-dia de experiências do movimento dos sem-teto (como a ordem, disposição e características do substrato material das ocupações; as práticas espaciais, especialmente em seus elementos sociopolítico-territoriais, de afetividade e identidade sócio-espacial; e a articulação e interconexão de escalas operada por seus sujeitos) aparentemente podem trazer à tona elementos interessantes tanto para a compreensão das práticas de um importante agente modelador do espaço urbano (os movimentos sociais), quanto para as discussões a respeito da luta por um verdadeiro e efetivo desenvolvimento sócio-espacial.

Diante disso, esta dissertação optou por fazer um recorte empírico suficientemente pontual para que se pudesse tentar aprofundar-se um pouco em certas questões específicas. A opção foi pela *Ocupação Chiquinha Gonzaga* (Rua Barão de São Félix, 110 – Centro do Rio de Janeiro). E essa escolha tem suas razões, claro. São motivos que vão desde a importância histórica que essa ocupação tem atualmente no interior do movimento dos sem-teto da área central da cidade, até as características espaciais particulares das relações interpessoais e de poder que se desenrolam dentro dela. Passam também pelos desenrolares e vitórias que seu Coletivo tem conseguido conquistar a partir de seu processo específico de mobilização. E, como não poderia deixar de ser, passam também pela afinidade e proximidade que se tem com muitos/as de seus/suas moradores/as, por conta especialmente da tentativa de colaboração com essa e com outras "ocupações irmãs" no decorrer dos últimos anos. A crença de que registrar e aprofundar as reflexões sobre seu processo e sua luta pode, para além de ser interessante academicamente, colaborar com a divulgação de sua história de luta e mesmo com outras experiências de resistência e criação de alternativas populares na busca tanto pela concretização do direito fundamental à moradia (e à cidade como um todo) quanto por novas formas de relações sociais também incentivou as escolhas que levaram à elaboração desta dissertação

Levando em conta essas considerações, então, o objetivo geral que orientou o trabalho desenvolvido era justamente *pensar sobre em que medida as relações de poder e as práticas*

espaciais da organização do movimento dos sem-teto estudada se aproxima de um padrão "horizontal" (autogestionário) e se pautam por um agir comunicativo? Essa questão acabou-se desdobrando em outras duas, que buscaram ajudar teoricamente os caminhos das reflexões que foram feitas. Eram elas:

(a) Como a disposição, a forma e o uso desses espaços, bem como as diferentes escalas geográficas que se articulam na Ocupação Chiquinha Gonzaga, colaboram (ou não) para que moradores/as se aproximem tanto de uma *situação ideal de fala* (HABERMAS, 1999a; FREITAG e ROUANET, 1990) quanto de uma interação minimamente orientada pela busca de condições de *igualdade* e *liberdade* individual e coletiva efetivas?

(b) Até que ponto as diferentes escalas geográficas – que ajudam a compor a espacialidade cotidiana da ocupação – e os demais elementos espaciais (como a organização interna, os usos dados aos espaços, seu formato e os objetos que neles se localizam, as significações espaciais a eles vinculadas e as relações de poder que neles se referenciam e através deles se constroem, etc.) auxiliam no compartilhamento das três dimensões do "*mundo da vida*" de forma a estimular tanto a aceitação das *pretensões de validez* por parte dos participantes dos atos de fala da ocupação (condição para um agir voltado ao entendimento mútuo) quanto a manutenção e reprodução de interações que busquem construir relações de poder individuais e coletivas fortemente horizontalizadas?

Para tentar cumprir com esses objetivos traçados, esta dissertação foi construída com três capítulos. Por sua vez, cada um deles se desdobrou em seções que buscaram costurar cada passo da reflexão.

No primeiro capítulo, o esforço foi de apresentar as principais referências teóricas, conceituais e metodológicas que acompanharam e alimentaram a pesquisa. Trata-se de tentar mostrar com quais "lentes" se tentou olhar para as práticas espaciais internas observadas da Chiquinha Gonzaga. Isso porque, se por um lado não se pode dizer que *tudo* foi observado (afinal de contas o olhar da pesquisa foi direcionado pelas questões sobre as quais se tentou refletir), por outro a interpretação sobre essas práticas espaciais certamente varia muito dependendo da pessoa que pensa a seu respeito. Seja como for, a tentativa foi de deixar clara a perspectiva com a qual se olhou as práticas espaciais internas da ocupação e, assim, a postura

política que está por trás das considerações. Por isso, esse primeiro capítulo traz três seções, começando justamente com uma rápida aproximação das principais referências que animaram as preocupações dessa dissertação: O *projeto de autonomia* de Cornelius Castoriadis e a *teoria da ação comunicativa* de Jürgen Habermas. Para aproximar os traços principais dessas duas teorias de dimensões fundamentais da realidade que se quis abordar na pesquisa, foram aproveitadas as reflexões de Marcelo Lopes de Souza sobre o *desenvolvimento sócio-espacial*. Em seguida, na segunda seção, algumas notas sobre outros conceitos que também foram importantes na pesquisa são levantadas. Na terceira, por sua vez, são as características metodológicas que recebem maior destaque.

O segundo capítulo tem como objetivo situar a Ocupação Chiquinha Gonzaga e sua importância no movimento dos sem-teto atuante na área central da cidade do Rio de Janeiro. Para isso, escolheu-se falar inicialmente de alguns dos aspectos que inserem esse movimento social na luta pela reforma urbana como um todo. Depois, já foi enfocada a fração do movimento dos sem-teto carioca na qual a Ocupação Chiquinha Gonzaga se insere: Ocupações que se diferenciam especialmente em sua forma de gestão política interna. Por último, a terceira seção desse capítulo faz uma apresentação e retomada rápida da história e do início da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Mas é importante deixar claro que o objetivo desta dissertação não é e nunca foi fazer um "relato histórico completo". Muito menos se tentou falar sobre a "realidade dos fatos" (afinal, as "realidades" são muitas – e, às vezes, se contrapõem). Com certeza muitos detalhes passaram despercebidos ou sem a ênfase que algumas pessoas possivelmente gostariam de ver em coisas, fatos ou episódios específicos. Outros aspectos certamente receberam mais importância do que outros dariam. Mas é importante sublinhar: A intenção não foi fazer uma retomada minuciosa dos fatos e acontecimentos. Por isso, não se deve procurar nesta dissertação um "diário" ou um "livro de contos". Também não se pode procurar uma profunda "etnografia" nem uma reconstituição exaustiva da Ocupação Chiquinha Gonzaga e de seu processo. A própria quantidade de interpretações e leituras sobre os espaços e as práticas espaciais internas da ocupação são tantas quanto o número de cabeças que nela convivem, já conviveram ou virão a conviver. E justamente por isso, também é importante deixar bem explícito que não se está tentando fazer aqui um levantamento completo das formas como moradoras e moradores lêem e percebem o espaço da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Esta se pretende a ser uma leitura pequena e aproximativa, não total ou geral.

O terceiro capítulo tenta mergulhar mais na espacialidade interna da ocupação,

especialmente em sua relação com a organização política e os processos de negociação e entendimento que se desenrolam nela. O enfoque maior terminou sendo justamente na instância deliberativa da ocupação: O Coletivo. As práticas espaciais que acontecem fora desse espaço, bem como as próprias dinâmicas desses outros espaços internos não-deliberativos, foram vistos sempre em função de sua relação com os espaços e momentos de reunião dos moradores e das moradoras. Esse é um limite que precisa ser reconhecido e, por questões de sinceridade, ser também declarado como uma opção deliberada. Isso se comprova neste terceiro capítulo pelas suas seções. A primeira aborda a forma como moradoras/es vêem os espaços internos do prédio, bem como a própria dinâmica de usos e funções de alguns desses espaços em momentos diferentes da ocupação. A segunda já fala diretamente da espacialidade de algumas dinâmicas políticas internas aparentemente bastante importantes para o grande e complexo processo de convencimento e argumentação que influencia o Coletivo da Chiquinha Gonzaga. Depois, na terceira seção, tentou-se enfocar algumas maneiras pelas quais as regras e normas formais e informais da ocupação apresentam sua dinâmica interna própria – além de observar como elas se capilarizam (ou não) e como são influenciadas por outros espaços da ocupação. Por último, a dimensão de um compartilhamento mais descontraído da ocupação e também de algumas formas com as quais moradores e moradoras "lugarizam" seus andares (construindo uma aproximação afetiva por esse recorte) são destacadas.

* * *

Vale, antes de começar, só lembrar mais algumas últimas coisas. Inicialmente, o tema da pesquisa seria o do projeto apresentado no processo de seleção para a entrada no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Um projeto que era completamente diferente daquele que se acabou desenvolvendo. A ideia seria continuar a pesquisa de monografia de conclusão do curso de Geografia apresentada em 2007 em Florianópolis.[6] Ela tentaria aprofundar a reflexão sobre o papel dos veículos de comunicação comunitária de um distrito específico da capital catarinense (distrito do Campeche) no seu processo de organização popular em torno da luta pela elaboração, aprovação e efetivação de um plano de desenvolvimento urbano comunitário para o distrito. Mas os rumos sofreram uma primeira grande virada já aí.

---

[6] Cf. GRANDI, 2007.

Com a vinda para o Rio de Janeiro e a aproximação com as ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras, ainda no primeiro semestre de 2008 a pesquisa mudou por inteira. Após algumas reuniões de orientação, e concordando com as sugestões do professor Marcelo Lopes de Souza, as atenções acabaram se voltando justamente para uma fração desse movimento social com o qual o próprio Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD) já vem colaborando há alguns anos. Uma fração que apresenta características muito inspiradoras e instigantes: Se esforçam ao máximo para construir processos de autogestão radicalmente democráticos, tanto de seus territórios quando de suas próprias relações pessoais internas.

Antes mesmo da mudança do tema da pesquisa, essas experiências já chamavam à atenção por um outros motivos também. Ao construírem dia após dia formas pessoais e coletivas de relações que tentam fazer um contraponto aos valores e costumes dominantes na sociedade atual, moradores e moradoras[7] dessas ocupações acabavam se deparando com dificuldades de mobilização (maiores ou menores, dependendo muito do contexto interno de cada uma das experiências). Dificuldades que, diga-se de passagem, são vistas em muitos movimentos sociais atualmente – especialmente naqueles que se desenrolam principalmente nos espaços urbanos brasileiros. Porém, mesmo com as dificuldades, as ocupações se mantinham fortes e avançando passo a passo em diversas conquistas.

Percebeu-se aos poucos que as dificuldades observadas (mesmo estando longe de serem "boas") alimentavam uma dinâmica bem própria dessa fração do movimento dos sem-teto. À sua maneira, e com maior ou menor facilidade, são experiências de luta popular que aparentemente conseguiam lidar com uma série de diferenças internas. Ao mesmo tempo, se preocupam em fazer com que a maior parte possível dos moradores e das moradoras se

[7] Sobre o gênero de termos que podem ser utilizados no masculino ou no feminino, é importante deixar clara a postura que se tomou nesta pesquisa. Apesar de se buscar, no decorrer do trabalho, evitar situações de privilégio a um ou a outro gênero, vale reforçar que não se tem aqui nenhuma pretensão de reforçar qualquer tipo de sexismo (ao menos conscientemente). Duas coisas são importantes de serem sublinhadas: Primeiro, a revisão e correção do trabalho foi feita da maneira mais minuciosa quanto foi possível diante das condições de sua produção. No entanto, tal preocupação não garante que certas expressões tenham passado despercebidas – pelo o que já se pede desculpas de antemão. É lógico que, buscando uma linguagem que fuja do referencial machista dominante, o ideal seria que não fosse necessário uma "correção" para que se escrevesse de forma a naturalmente incluir todos os gêneros. O que nos leva à outra questão que precisa ser destacada: Não se pode deixar de lado que se é fruto da sociedade na qual fomos socializados e educados, bem como de seus costumes e valores. Ainda que realmente se deva combater com todas as forças os traços da sociedade instituída que herdamos (e com a qual não concordamos por uma série de motivos), seria ingênuo afirmar que é tarefa fácil e / ou simples eliminar todos os resquícios dela que se encontram cravados nas práticas, discursos, pensamentos e sentimentos (ainda mais quando enraizados em locais até então desconhecidos pelo consciente). Portanto, para enfatizar a preocupação em não estabelecer nenhum tipo de hierarquização entre gêneros e, ao mesmo tempo, reconhecer sinceramente a possibilidade de algo ter "passado" no transcorrer do texto, esta nota de esclarecimento se faz importante.

envolvam com o processo político da ocupação e, na medida do possível, do próprio movimento social. Essas características com certeza diferenciavam (e seguem diferenciando) essas experiências de outros espaços de luta popular – que são marcados, não raramente, por relações declaradamente hierárquicas.

A mistura desse contato inicial com essas ocupações do movimento dos sem-teto da área central do Rio de Janeiro com as experiências anteriores ligadas aos processos de comunicação alternativa e independente em escala local fez com que surgissem questões que pareciam ao mesmo tempo intrigantes e estimulantes. Afinal de contas, conseguir erguer e manter experiências como essas ocupações parecia mostrar uma capacidade grande de moradoras e moradores de, em diferentes medidas e de diferentes maneiras, mediar diferentes opiniões. Isso, ao mesmo tempo, buscando não impor qualquer perspectiva a quem quer que fosse. Portanto, grandes situações de negociação entre as pessoas pareciam acontecer. Negociações que, bem ou mal, colaboravam para que essas experiências se mantivessem e se tornassem cada vez mais sólidas. E, ainda que com seus limites, esses avanços pareciam (e, depois da pesquisa, se fortaleceram como) fundamentais para se pensar um processo de luta e mobilização política que apontasse realmente para uma mudança social radicalmente democrática – na direção justamente de um desenvolvimento sócio-espacial (SOUZA, 2000a, 2002, 2006a).

Ao mesmo tempo que isso começava a ser sentido no convívio com/nas ocupações, os estudos incentivados no NuPeD também seguiam. As relações que se teciam possibilitavam, porém, muito mais do que um acesso a "novas referências bibliográficas". Afinal de contas, o conhecimento compartilhado entre as pessoas do núcleo estimulou (ainda mais) um contato e uma experiência com a cidade que mesclava a crítica radical ao *status quo* com a preocupação constante com o papel da dimensão espacial nos processos comprometidos com sua modificação. E isso se liga diretamente às preocupações de não só falar *sobre* movimentos sociais (específicos ou de maneira geral), mas principalmente falar *com* eles e (tanto quanto for possível) *a partir* das experiências que se tem dentro deles. Especialmente essas duas últimas perspectivas colaboram para o esforço de ter os movimentos sociais urbanos também como "*locus* de construção discursiva" de produções acadêmicas (SOUZA, 2006a). Ajudam também a evitar reflexões que se limitem a uma "visão de sobrevôo", também criticada acertadamente por SOUZA (2008b:2).

Não se pode negar que, a partir daí, conheceu-se a possibilidade de outros tipos de colaboração com os movimentos sociais (diferentes das experiências anteriores, em

Florianópolis). Formas que, sem dúvida, compõem um arsenal importante para a própria *práxis* política cotidiana. E, nesta dissertação, esforçou-se ao máximo para levar em conta todas essas preocupações acadêmicas e políticas.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

> "(...) [A] sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta. Enquanto a sectarização é mítica, por isso alienante, a radicalização é crítica, por isso libertadora."
>
> (Paulo Freire – *Pedagogia do Oprimido*)

Definir os "pressupostos" (CICOUREL, 1969:114-5) tem um papel importante para qualquer reflexão, não simplesmente por ser uma etapa exigida pelo protocolo científico. Trata-se de, antes de qualquer coisa, reconhecer a inexistência da neutralidade em qualquer atividade (inclusive e principalmente a intelectual). Deixar claro, portanto, as bases político-filosóficas das quais se parte para buscar cumprir a tarefa de construir uma reflexão minimamente sistemática a respeito das questões que uma investigação se coloca (seja ela científica ou não) é fundamental também para o objetivo de primar pela transparência e sinceridade. Cientificamente, por outro lado, esta é uma etapa indispensável para que se saiba quais são os aspectos que compõem a perspectiva a partir da qual o autor realiza suas asserções, ponderações e reflexões. É crucial também para que se possa ter ciência de qual compreensão das teorias, conceitos e procedimentos metodológicos o autor parte. Sobretudo, esta parte da pesquisa tem o objetivo de reconhecer e deixar o tão explícito quanto possível e necessário que os referenciais utilizados na pesquisa são fruto de escolhas operadas conscientemente pelo autor – e não qualquer tipo de crença em parâmetros únicos de verdade ou validade.

Dados, portanto, os objetivos (geral e específicos) do trabalho, este primeiro capítulo discorrerá sobre os referenciais teóricos, conceituais e metodológicos da pesquisa. A primeira seção tratará de delinear mais claramente os pressupostos que permearão a análise-alvo da pesquisa, principalmente buscando especificar o entendimento que se tem das teorias e reflexões fundamentais que compõem o pano de fundo dos objetivos gerais e específicos do trabalho: o *projeto de autonomia* e o *agir comunicativo*. Já a segunda pretende ater-se aos

principais conceitos que auxiliarão nas reflexões que se pretende construir aqui, mas que não fazem parte diretamente dos pressupostos teóricos que definem os objetivos da pesquisa. Mais diretamente, tratará de delinear a perspectiva que se adotará a respeito dos conceitos de *território*, *lugar*, *escala* (e a "*política de escalas*"), *campo político* e *arena*. A terceira e última seção discorrerá a respeito da metodologia da pesquisa, de forma a cumprir o requisito básico de esclarecer os referenciais, estratégias, procedimentos e instrumentos metodológicos adotados para a coleta e a análise dos dados aqui utilizados.

O conjunto dos referenciais teóricos e conceituais compõem o que poderia ser entendido como as "lentes" da pesquisa. Trata-se de clarear as categorias que servirão de base para se observar o recorte empírico selecionado. Eles se assemelham, assim, a "instrumentos" escolhidos com o intuito de realizar uma tarefa específica: proceder a *esta* própria pesquisa. Isso indica como a escolha de tal referencial tem relevância direta e específica para a pesquisa aqui desenvolvida, e não necessariamente para outras, de forma a compor claramente sua particularidade. É importante deixar explícito também que as exposições aqui feitas não têm a pretensão de esgotar a discussão nem das teorias elencadas e tampouco de cada um dos elementos conceituais ou metodológicos colocados. Busca-se simplesmente delimitar o arcabouço utilizado na dissertação, não tendo-se a proposta de cobrir toda a amplitude dos debates que de cada definição teórico-conceitual derivam ou dos quais elas próprias emergem. Por outro lado, a metodologia se aterá justamente à maneira pela qual se optou por realizar o presente estudo, explicitando cada procedimento escolhido para essa empreitada.

5 SOBRE O DESEQUILÍBRIO QUE FAZ MOVER: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E FILOSÓFICOS

A respeito dos referenciais teóricos, e tendo em vista o objetivo geral a respeito do qual esta pesquisa se propõe a refletir, faz-se necessário esclarecer (1) o que se entende por *relações "horizontais" de poder;* (2) do que se trata o *agir comunicativo;* e, por fim, (3) como e por quê se pretende utilizar aqui tais referenciais em conjunto e, em certa medida (e dentro das possibilidades), articulados.

5.1 Do *poder* ao *projeto de autonomia*, em pinceladas rápidas

A temática do poder sempre permeou as reflexões (científicas ou filosóficas) que se aventuraram a envolver-se com questões da dimensão política da sociedade. Se toda abordagem pode ser concebida como um recorte da totalidade, soa honesto reconhecer claramente as (auto)limitações estabelecidas. Nos itens seguintes, portanto, a concepção de poder será observada a partir de uma autora e dois autores especificamente selecionados por suas afinidades com os propósitos desta pesquisa. São: a filósofa alemã Hannah Arendt, o filósofo francês Michel Foucault e o filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis. Como o referencial desse último será o mais incorporado no decorrer da pesquisa, inclusive enquanto forte e principal influência no que envolve os horizontes político-filosóficos aqui sustentados, as considerações a seu respeito tomarão os dois últimos dos três itens que se seguem – sendo o primeiro reservado para os rápidos panoramas em relação a Arendt e Foucault.

5.1.1 Rapidamente: Sobre algumas perspectivas do *poder*.

Por diversas vezes a ciência demonstra que seu caminhar se faz não somente a partir de embates e implosões teóricas, mas de superações e complementações. As reflexões a respeito das características, manifestações e formas do *poder* não fogem a essa constatação. Ponderações dicotômicas e confluentes permeiam também esse quinhão político-filosófico, e na filosofia do século XX uma das pensadoras que muito contribuiu para o tema foi a filósofa alemã Hannah Arendt.

Em uma de suas obras mais importantes, Arendt deteve-se a pensar a respeito das atividades ligadas à *condição humana* (ARENDT, 1983). Seriam elas o *labor*, o *trabalho* e a *ação*. Tais elementos comporiam o que a autora chama de *vita activa*: as atividades fundamentais que correspondem cada uma a uma condição básica mediante a qual a vida foi dada ao ser humano na Terra (ARENDT, 1983:15). A grosso modo, o labor seria entendido como as atividades referentes à mínima manutenção biológica da vida, enquanto o trabalho seria a atividade de fabricação de coisas diferentes de qualquer ambiente natural. Mas é a ação que terá uma maior atenção aqui justamente por seu vínculo estreito com o entendimento da autora a respeito do *poder*.

A ação, único elemento da condição humana que se exerce diretamente entre os homens, é o que diferencia o ser humano dos demais animais. É a atividade política que se estabelece entre os homens. Porém, a autora lembra que ela só pode existir ao unir-se com o discurso, pois é através dessa união que os seres humanos conseguem se distinguir. Ao se unirem, a ação e o discurso permitem tal distinção por revelarem consigo não só o ato da ação, mas especialmente o seu *agente*. "Esta qualidade reveladora do discurso e da ação vem à tona quando as pessoas estão *com* outras, isto é, no simples gozo da convivência humana, e não 'pró' ou 'contra' as outras" (ARENDT, 1983:192) – sendo possível tal tarefa, portanto, somente quando cada indivíduo está disposto a correr o risco da revelação.

A principal condição para que a ação realmente se manifeste entre seres humanos é a existência de uma verdadeira *esfera pública*. É somente ela que possibilita que a ação e o discurso se desenvolvam, uma vez que somente nela os homens conseguem compartilhar um mundo em igualdade de pretensões e possibilidades de ação em conjunto. Ela coloca os seres humanos em companhia, ao mesmo tempo evitando que colidam uns com os outros (ARENDT, 1983:62). Também é com a esfera pública que se dá a possibilidade de surgir o *espaço da aparência* (ARENDT, 1983:211 e seg.), onde as pessoas que ali vivem se juntam para agirem e falarem em conjunto, aparecendo uns aos outros e podendo, assim, distinguirem-se e conceberem a realidade de seu mundo. É nessa esfera pública e no espaço da aparência onde se tratam os assuntos comuns, não concernentes à esfera privada da vida. Por conta disso, a esfera política é tida como derivada das possibilidades colocadas pela esfera pública e pelo espaço da aparência: ela "(...) resulta diretamente da ação em conjunto, da 'comparticipação de palavras e atos'" (ARENDT, 1983: 210). O poder que emana do espaço da aparência é, portanto, justamente *o poder de agir em conjunto*, de *agir em uníssono* – o poder que desaparece quando os homens se desagregam. "O *poder* corresponde à habilidade

humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido." (ARENDT, 2009:60)

Assim, para Hannah ARENDT (1983:213), "[o] único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre os homens". Mas pode-se acrescentar ainda uma contribuição: existe sempre uma espacialidade necessária para que a convivência entre os homens se dê de forma a colaborar para que estes se entendam e possam efetivamente agir em uníssono. Essa dimensão espacial foi enfatizada já por SOUZA (2006a:525 e seg.), ao sublinhar que a organização espacial das cidades gregas se modificava paulatinamente para poder abrigar os encontros dos cidadãos, a efetivação da esfera pública/pública da *ekklesía*[8]. Diga-se de passagem, Hannah Arendt não tratou diretamente em seus pensamentos a dimensão espacial da sociedade. Abordou, pelo contrário, o espaço de maneira metafórica, completamente desvinculado de sua materialidade. Porém, ainda assim suas reflexões apontam para elementos claramente espacializantes. Uma das ressalvas que se faz necessária é, no entanto, a da importância da materialidade dos espaços públicos.

O poder se difere da violência, como bem ressalta a filósofa alemã também (ARENDT, 2009:58). Para Hannah Arendt, o poder é em sua grande parte a capacidade positiva de agir em conjunto, em uníssono e em comum acordo (sem negar a existência dos conflitos no interior e no percurso de tal entendimento).

Mas o poder nem sempre se trata de uma relação necessariamente positiva, e podemos resgatar o filósofo Michel Foucault a esse respeito. Apesar de refletir sobre elementos fundamentais para a elucidação dos mecanismos de funcionamento do *poder*, certas leituras de sua obra ressaltam que tal filósofo via o poder como algo basicamente opressor, negativo (como também ressaltou SOUZA [2006a:334, no prelo]). Mas, como será visto a seguir, suas contribuições a esse respeito também apontam para uma concepção que não nega a possibilidade da existência de relações de poder emancipatórias.

Um dos principais focos do filósofo francês foi justamente o que ele próprio chamou de uma *genealogia do poder*. Roberto Machado, escrevendo o prólogo da coletânea de textos de Foucault organizada por ele, explica que isso

---

[8] A *ekklesía* era o nome dado à esfera pública/pública na Grécia antiga, onde se delibera e se decide sobre os negócios comuns – em um regime democrático. "Na *ekklesía* no sentido amplo, compreendendo tanto a 'assembleia do povo' quanto o 'governo' e os tribunais, estou em um espaço público/público: delibero com outras pessoas para *decidir*, e tais decisões são sancionadas pelo poder público da coletividade." (CASTORIADIS, 2004:208) Se voltará a falar nessa e em outras esferas das atividades humanas no item seguinte desta seção.

> "(...) significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente" (MACHADO, 1990:X)

A proximidade entre essa concepção e a defendida por Arendt será relembrada na sub-sessão 2.1 deste capítulo. Suas reflexões buscam inverter o caminho das análises que até então haviam abordado tal questão, aprofundando-se nas manifestações de poder que agiam diretamente sobre o nível micro da vida dos indivíduos, modelando corpos e adestrando comportamentos. Elas foram direcionadas para a *microfísica* das relações de poder. O autor enfatizou especialmente três tecnologias de poder: a *soberania*, a *disciplina* e o *controle*, cada qual operando com seus mecanismos específicos. No entanto, eles não se configuram como "modelos estanques", mas se apresentam em edifícios complexos que se mesclam de diversas maneiras (FOUCAULT, 2006:22-23).

A tecnologia de poder da soberania funciona basicamente através do mecanismo jurídico-legal. Ela estabelece um sistema binário caracterizado por definir o permitido e o proibido no interior de um território (FOUCAULT, 2006:28). Tem como fim ela mesma, e se utiliza das leis como simples instrumentos para isso (FOUCAULT, 1990:283). É nessa tecnologia de poder que se inserem especialmente as territorialidades estatais (vide especialmente a escala nacional).

Mas a disciplina apresenta características diferentes. Ela passa a agir diretamente sobre os corpos, uma vez que além da definição do permitido e do proibido (sistema binário presente nos mecanismos da soberania), se preocupa em impor punições visando a transformação eventual do indivíduo (FOUCAULT, 2006:19-20). Busca exercer controle sobre o desenvolvimento da ação, não sobre seu resultado. Importa a maneira como os gestos são feitos. Ela implica tanto uma vigilância constante e perpétua quanto um registro contínuo (FOUCAULT, 1990:106), inovando quanto à *escala*, ao *objeto* e à *modalidade* (FOUCAULT, 1986: 117-121). Sua escala se aproxima dos corpos. Não se trata mais de um território a ser contido e submetido, mas de indivíduos a serem examinados e geridos. O objeto também é novo, pois busca disciplinar os comportamentos e os corpos para elevar ao máximo sua eficiência econômica e sua adaptação às exigências da produção. É um saber e um poder típico da era industrial. Por isso, sua modalidade também se diferencia: é ininterrupta, fundada na onipresente vigilância hierárquica, nas sansões normalizadoras constantes e nos

exames frequentes e rotineiros (FOUCAULT, 1986:143 e seg.). Cumpre sublinhar também que vários elementos da tecnologia de poder disciplinar se valem de uma espacialidade característica para serem postos em funcionamento. "A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório." (FOUCAULT, 1990:106). O exemplo do panoptismo, tratado em profundidade por Foucault (resgatado por ele do filósofo Jeremy Bentham), pode ser lembrado. Assim, a disposição espacial e a determinação de espaços específicos para cada atividade (desde as divisões da produção até os espaços das punições e dos encarceiramentos, passando inclusive pelo urbanismo de cunho modernista) são práticas fundamentais para o poder disciplinar, garantindo que os mecanismos disciplinares se ramifiquem pelos indivíduos.

O poder baseado no controle, por sua vez, se vale dos mecanismos de segurança para ser exercido. Tais mecanismos se aplicam, agora, em diversas escalas geográficas, mas se caracterizam principalmente por difundir sua abrangência por outros espaços que não somente os arquitetados pela disciplina. As versões contemporâneas da "governamentalidade" (ligadas à reedição moderna do "poder pastoral" moderno, responsável pela ideia de um "bom pastor" que zela e está a serviço de seu rebanho [FOUCAULT, 2006:154 e seg.]) se unem à aplicação do *biopoder*. Esta é a denominação dos mecanismos "(...) por meio dos quais aquele que, na espécie humana, constitui seus traços biológicos fundamentais poderá ser parte de uma política, uma estratégia política, uma estratégia geral de poder" (FOUCAULT, 2006:15). Um poder introjetado no corpo dos indivíduos que age diretamente nos comportamentos biológicos, preparando os corpos para agir de maneira específica em cada espaço.

Michel Foucault vê tanto os mecanismos ligados ao poder disciplinar quanto os vinculados ao controle como contendo não somente uma dimensão "negativa" (que proíbe), mas também uma face "positiva", responsável por permitir e estimular certos comportamentos interessantes para o próprio poder (FOUCAULT, 1986:208 e seg; 1990:150). Isso colabora para que SOUZA (2006a:334, no prelo:2-3) ressalte que a perspectiva foucaultiana a respeito do(s) *poder*(es), a grosso modo, não enfatiza seus potenciais emancipatórios.

Mas no entanto, existe uma face do pensamento de Foucault em relação à sua compreensão das relações de poder que não é muito explorada nem sublinhada. Logicamente não se trata da apreensão dominante em suas reflexões, mas trata-se de uma perspectiva que cabe ser lembrada aqui.

Em certa altura de sua obra, o filósofo francês passa a afirmar que o poder não pode

ser entendido enquanto "(...) simplesmente uma relação entre 'parceiros' individuais ou coletivos; [O poder] é um modo de ação de alguns sobre outros." (FOUCAULT, 1995:242) Ao mesmo tempo, uma relação de poder não pode ser entendida como sendo essencialmente uma expressão de um consenso, sendo importante enfatizar situações extremamente conflituosas. Esta perspectiva complementa o colocado sobre o poder por Arendt. Mas tampouco se trata, tal qual para Arendt, de confundir o poder com a violência:

> "De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que 'o outro' (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis." (FOUCAULT, 1995:243)

Foucault, portanto, remete a diferença básica entre violência e poder à concepção de sujeito que cada uma dessas relações pressupõe: enquanto a violência age sobre corpos ou coisas tendo em vista a oposição entre quem exerce a violência (o "eu") e quem sofre seu exercício (o "outro"[9]) e pressupondo, portanto, um pólo ativo e um pólo exclusivamente passivo, o poder entende o "outro" como um pólo também ativo, reconhecido até o fim como sujeito de ação. Enquanto a violência age diretamente sobre as coisas ou indivíduos, o poder age sobre as ações dos indivíduos – pressupondo reações e respostas. Na percepção do autor, as tecnologias de poder modernas (a disciplina e a vigilância) acabam implementando um processo duplo de individualização e totalização que tende a construir indivíduos sempre "sujeitos a" essas tecnologias.

> "Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste 'duplo constrangimento' político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos." (FOUCAULT, 1995:239)

[9] "O outro", para o filósofo, é entendido como "(...) aquele sobre o qual ela [uma relação de poder] se exerce (...)" (FOUCAULT, 1995:243).

Por isso, a maneira como um poder age sobre as ações do "outro" não pode ser reduzida somente às suas possibilidades autoritárias. Cabe perguntar-se, portanto, quem é entendido como "o outro" e quem não o é nas relações de poder. No exercício do poder, o "outro" é tido como um sujeito que, bem ou mal, pode ou não vir a compor a coletividade que reivindica e que exerce o poder. A concepção desse "outro" não se trata de um indivíduo ou de uma coisa que necessita ser eliminada em todas as suas potencialidades de ação, como no caso da violência.[10] O poder não reduz a existência do indivíduo enquanto sujeito. Ele aparentemente busca agir sobre as ações desse sujeito tendo em vista que suas ações possam reforçar e, dentro do possível, compor o próprio poder enquanto relação social a ser estabelecida. Já a violência (seja como forma de ação sobre coisas ou indivíduos diretamente, seja como tipo de relação que se estabelece na ausência da possibilidade de haver algum tipo de entendimento entre as possibilidades de ação), vê no "outro" um indivíduo ou uma coisa a ser eliminada em todas as suas potencialidades. Não há, portanto, possibilidade de tal coisa ou sujeito compor ou reforçar as relações de poder (nem enquanto ação em uníssono, nem enquanto ação sobre uma ação).

As relações de poder não têm a necessidade, portanto, de estabelecer uma distinção entre quem *exerce* o poder e quem é *submetido* a ele. Foucault aponta o poder enquanto a ação que age sobre a ação dos "outros", sobre suas possibilidades, potencialidades e limites, como já colocado acima. Disso podemos derivar o raciocínio no sentido de entender que a ideia de "outro" estabelece uma alteridade pressuposta, um distanciamento do "eu" que reflete e busca agir sobre as ações do "outro". Tal exercício de alteridade pode ser feito não somente em relação a indivíduos, mas também à própria coletividade. Uma coletividade que, em tal exercício, esforça-se por distanciar-se abstratamente de suas próprias ações e reflete a respeito delas, buscando encontrar um mínimo entendimento a respeito de como intervir sobre suas próprias ações de acordo com os objetivos que ela própria se estabelece, está exercendo poder coletivamente sobre si mesma. Ao mesmo tempo, a mesma coletividade tem a possibilidade de, quando chamada a posicionar-se em relação às ações de um *indivíduo* específico (ainda que tal indivíduo faça parte dela), converter tal indivíduo no "outro" sujeito cujas ações serão alvo das reflexões do "eu coletivo" (e por que não esperar também um distanciamento do próprio indivíduo em relação à sua ação, para um juízo próprio sobre ela?). Considerando-se a

[10] Esse contraste entre poder e violência é encontrado, como foi visto, tanto na concepção de Foucault quanto na de Hannah Arendt, visto que até mesmo na violência enquanto ausência de poder a intenção pode ser entendida como estando, a princípio, na aniquilação de toda a capacidade de ação de quem esvazia o poder – e que, consequentemente, desafia a violência.

possibilidade de tal sujeito participar das reflexões (num claro exercício de auto-reflexão e possibilidade inclusive de auto-limitação), na prática o poder pode seguir sendo exercido pelo próprio coletivo e, ao mesmo tempo, pelo próprio indivíduo sobre si mesmo (seja o poder entendido enquanto uma "ação sobre a ação do outro", em sua concepção foucaultiana, ou mesmo enquanto capacidade dessa coletividade de "agir em uníssono" sobre a ação dos indivíduos – na acepção arendtiana). Sendo o poder entendido inclusive por Foucault como especialmente da ordem do "governo" (FOUCAULT, 1995:244), trata-se de pensar a possibilidade efetiva de um *autogoverno*. Ao mesmo tempo, é plenamente possível imaginar o estabelecimento efetivo de relações que, sem negar a existência obrigatória de conflitos de interesses, perspectivas e opiniões, se orientem a tentar cooperar para que os indivíduos envolvidos se entendam minimamente de forma que permitam ao máximo à coletividade e aos indivíduos não precisarem recorrer à violência.

Com essas considerações realizadas, vemos que essa última perspectiva foucaultiana do poder (que de certa maneira complementa as considerações de Hannah Arendt) apresenta muita afinidade com a concepção do poder trazida pelo filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis (que será alvo dos próximos itens). Aliada ao projeto de autonomia castoriadiano, essa reflexão sobre o poder aponta para a possibilidade de existência e exercício de um poder específico: um poder não autoritário, um poder "horizontal". Nos termos empregados por Castoriadis, um poder *autônomo*.

5.1.2 Síntese (rápida) do pensamento de Cornelius Castoriadis (I): Da crítica ao marxismo ao contexto do *projeto de autonomia*

Vindo das fileiras do próprio marxismo (e trazendo consigo, também por isso, um aporte teórico amplo e crítico em relação à economia política de Marx) o filósofo e economista greco-francês Cornelius Castoriadis possui uma trajetória intelectual e política[11] que o faz pleno merecedor de destaque no que tange às reflexões sobre as relações de poder – por sinal, bastante diferentes das que até então haviam sido sugeridas tanto por conservadores,

[11] Não fosse por mera prudência, seria desnecessário afirmar aqui que não se trata de pretender tecer longas considerações a respeito da biografia de Castoriadis. ORTELLADO (2003) oferece um ótimo apanhado de fontes a esse respeito – das quais a única com a qual se teve contato para esta dissertação foi o artigo escrito por Marcel van der LINDEN (1997). De qualquer maneira, é importante ressaltar que a trajetória intelectual e política do pensador greco-francês em tela também foi bastante influenciada por seu contato com as reflexões psicanalíticas de Sigmund Freud, levando Castoriadis chegou inclusive a atuar profissionalmente como psicanalista, como sublinha ORTELLADO (2003:24). Este apontamento se faz importante justamente porque não se irá tocar em tal dimensão de seu pensamento no decorrer deste trabalho.

liberais e reformistas, quanto pelas correntes socialistas hegemônicas (leninistas em geral, stalinistas e trotskistas).

Nascido em 1922 em Istambul e tendo ido morar ainda jovem em Atenas, Castoriadis passa sua juventude fazendo parte de grupos trotskistas gregos, incluindo aí o próprio partido trotskista do país. Já na França, e ainda envolvido com os ideais trotskistas, atua no Partido Comunista Internacionalista e participa ativamente do II Congresso da IV Internacional[12] (1946). No entanto, anos depois, rompe também com o trotskismo e cria o grupo *Socialismo ou Barbárie*[13] em 1948. O grupo manteve também durante quase vinte anos[14] uma revista homônima, bastante difundida e conhecida pelos textos teóricos, filosóficos e de análise política profundos que nela foram publicados (SOUZA, 2008c:22).

É no período de participação ativa nesse grupo que Castoriadis desenvolve mais amplamente suas críticas à teoria marxista[15]. No entanto, é fundamental frisar que não há dúvidas de que Castoriadis mantinha um enorme respeito pela obra de Marx[16]. Sua trajetória e seu passado político o fez exímio conhecedor das teorias marxistas, de forma a reconhecer naquele um grande pensador com contribuições essenciais para as reflexões a respeito da sociedade e de seu funcionamento[17]. Ocorre que, em face de aspectos como o fato de a prática

---

[12] Na ocasião, formou inclusive uma tendência chamada "Chalieu-Montal" (pseudônimos, respectivamente, de Castoriadis e de Claude Lefort – filósofo francês que acompanharia a trajetória de Castoriadis ainda durante algum tempo). Nesse congresso, Castoriadis defende a tese de que o regime russo tratava-se de uma sociedade de classes baseada na exploração (ORTELLADO, 2003:23-4), diferenciando-se inclusive de outras análises dos próprios trotskistas.

[13] Entre os integrantes do grupo que, mais tarde, se tornaram mais conhecidos estão, além de Castoriadis e Lefort, Jean-François Lyotard e Pierre Souyri. Outros, logicamente, também participaram do grupo, como Jean Laplanche, Yvon Bourdet e Daniel Mothé. (ORTELLADO, 2003:26)

[14] A revista *Socialismo ou Barbárie* foi publicada entre os anos de 1949 e 1965, mais especificamente. (LINDEN, 1997:15; SOUZA, 2008c:22; BERNARDO, 2009)

[15] A apresentação das críticas castoriadianas ao pensamento marxista feita aqui não tem como objetivo debater as críticas em si levantadas pelo pensador greco-francês. Trata-se, sim, de situá-las enquanto elementos cruciais para o entendimento das elaborações teóricas, políticas e filosóficas de Castoriadis – em especial de seu *projeto de autonomia*.

[16] Marx é, sem dúvida, o maior interlocutor de Castoriadis – o que, por si só, já deixa claro o imenso reconhecimento e respeito que o francês possuía em relação ao pensador alemão. Esse entendimento se fundamenta nas mesmas palavras de Castoriadis às quais SOUZA (2006a:79) faz referência, apontando que a melhor forma de se honrar algum pensador é justamente debatendo suas ideias, mantendo-as vivas.

[17] Não se trata de aqui, em uma simples dissertação, arriscar-se a ser entendido como pretensioso o suficiente para achar-se capaz de "julgar" ou "colocar em xeque" uma obra riquíssima do calão da erguida por Karl Marx. A essa altura, vale trazer à tona as colocações de Marcelo Lopes de SOUZA (2006a:64) e lembrar que não só no próprio interior das mais diversas correntes que a obra do alemão do século XIX inspirou houve perspectivas reconhecidamente próximas e afins ao pensamento libertário (como Anton Pannekoek, um dos chamados "marxistas de conselho" [SOUZA, 2002:173]), como também houveram aqueles autores que, mesmo inspirados na teoria marxiana, tanto tentaram se libertar das amarras do centralismo burocrático hegemônico, quanto conseguiram avançar e trazer contribuições originais e ricas (lembrando-se, por exemplo, da própria Escola de Frankfurt) e até mesmo reconhecer a própria "pobreza da teoria (marxista)" (a referência aqui feita trata-se do proferido pelo historiador inglês Edward Thompson quando este coloca que, a respeito da situação, "[o] impulso é fugir dessa cena de devastação, em prol de nossa sanidade mental. Homens honrados, como Cornelius Castoriadis, que não abandonou nem por um instante a sua luta contra o

inspirada na própria teoria marxista ter gerado tanto posturas revolucionárias quanto o seu contrário; o fato de o marxismo ter-se convertido em ideologia[18] enquanto dogma oficial dos países ditos "socialistas" e enquanto doutrina das "várias seitas que a degenerescência do movimento marxista oficial fez proliferar" (CASTORIADIS, 1982:22); e o fato de alguns teóricos inspirados na teoria marxista terem ainda tentado refugiar-se no argumento de que, para manter sua "ortodoxia", caberia limitar-se simplesmente a um *método* marxista (ignorando que, "(...) a não ser tomando o termo em sua acepção mais superficial, método não pode ser assim separado do conteúdo, e especialmente quando se trata de uma teoria histórica e social." [CASTORIADIS, 1982:23]); Castoriadis se viu impelido a reconsiderar o próprio sistema marxista de compreensão da história.

Um dos grandes marcos de tal momento de seu pensamento foi a publicação do artigo "Marxismo e teoria revolucionária" (transformado, mais tarde, no primeiro capítulo da obra considerada por muitos como a principal de Castoriadis – *A Instituição Imaginária da Sociedade* [CASTORIADIS, 1982:19-87]), no qual rompe firmemente com o marxismo. Castoriadis, mesmo vindo da tradição trotskista, discordava das reflexões vinculadas a essa corrente a respeito dos motivos, processos e consequências do que teria levado ao surgimento das características totalitárias e burocráticas do regime "socialista" (stalinista) da antiga União Soviética. Para para ele, os trotskistas erravam ao confundir as relações jurídicas de propriedade (como a estatização dos meios de produção) com as relações de produção, "(...) distinção que é a base da crítica marxista do direito burguês, que mostra sob a igualdade formal da sociedade capitalista a oposição de fato entre capital e trabalho." (ORTELLADO, 2003:32) Havia sim, portanto, uma divisão fundamental instaurada entre a burocracia soviética (controladora dos meios de produção, da própria produção e do Estado) e a população operária. Sua proposta para contornar essa falha de análise e, na sua opinião, de projeto político seria um projeto de sociedade autogerida, abolindo a divisão entre dirigentes e dirigidos.

---

capitalismo, deixaram a tradição marxista desse modo: vêem-na como irreparável, inerentemente elitista, dominadora e antidemocrática [os "cientistas" e os demais] e condenada por seus frutos ortodoxos e stalinistas." [THOMPSON, 2009:231]). É forçoso reconhecer aqui não se ter qualquer domínio da teoria política e econômica de Marx, o que torna crucial o grifo no fato de que não se almeja de forma alguma negar ou questionar contundentemente o imenso legado teórico, filosófico e político do pensamento de Marx. Tal postura incorreria inclusive no risco de afastar interlocutores fundamentais e sensíveis às reflexões levantadas nesta pesquisa.

[18] Aqui, Castoriadis afirma utilizar-se do termo no próprio sentido apresentado por Marx: "um conjunto de ideias que se refere a uma realidade, não para esclarecê-la e transformá-la, mas para encobri-la e justificá-la no imaginário, que permite às pessoas dizerem uma coisa e fazerem outra, apresentarem o que não são." (CASTORIADIS, 1982:21)

Como o filósofo brasileiro Pablo ORTELLADO (2003:11) bem aponta também, essas reflexões castoriadianas deslocavam a análise (com reflexos e condicionantes inclusive espaciais, poderíamos acrescentar) dos assuntos macro-econômicos para as relações micro-econômicas que se davam no interior das próprias fábricas e locais de trabalho / produção. CASTORIADIS (1982:99 e seg; 2004:234) elabora tal parte de seu raciocínio ao perceber que no cotidiano da produção ocorriam e ocorrem situações imprevistas que têm o potencial de atrapalhar o próprio processo produtivo. Elas só poderiam ser solucionadas por dois caminhos: *ou* bem os trabalhadores remeteriam toda sorte de deliberações a respeito de como solucionar tal ou qual problema momentâneo diretamente à burocracia responsável pelo processo produtivo – o que, no limite, sobrecarregaria o sistema; *ou* os trabalhadores subverteriam a hierarquia do processo produtivo e se auto-organizariam para superar as dificuldades que lhes fossem possíveis e evitar que a produção estancasse – aliviando o peso sobre a burocracia do sistema mas, por outro lado, podendo colocar em xeque a necessidade de uma classe gestora. Assim, Castoriadis apontava como uma contradição fundamental do sistema atual (para além da contradição entre o capital e o trabalho propriamente ditos, como salientado pela teoria marxista) justamente a reificação dos trabalhadores, por um lado, em face ao estímulo à auto-organização dos mesmos, por outro.

> "Nesta atividade social fundamental que é o *trabalho*, e nas *relações de produção* onde esse trabalho se efetua, a organização capitalista apresenta-se, desde o início, como dominada por um conflito central. Os trabalhadores só aceitam pela metade e executam, por assim dizer, com uma só mão, as tarefas que lhes são atribuídas. Os trabalhadores não podem participar efetivamente da produção e não podem deixar de participar dela. A direção não pode deixar de excluir os trabalhadores da produção e não pode excluí-los. O conflito que disso resulta – que é ao mesmo tempo 'externo', entre dirigentes e executantes e 'interiorizado', no seio de cada executante e de cada dirigente – poderia enterrar-se e encobrir-se se a produção fosse estática e a técnica petrificada: porém a expansão econômica e a transformação tecnológica contínuas revigoram-no constantemente." (CASTORIADIS, 1982:99-100)

Dessa forma, o modo de produção capitalista, com sua divisão fundamental entre *dirigidos* e *dirigentes*, valeria-se da própria capacidade de auto-organização dos trabalhadores como elemento de regulação. Para o autor, seria exatamente aí que se poderia encontrar o embrião das condições de superação dessa contradição: a possibilidade de autogestão e da autonomia não só da dimensão produtiva da sociedade mas de todas as dimensões que compõem a sua instituição (CASTORIADIS, 1982:121-2) – que, por sinal, se daria baseada

justamente na necessidade (tanto do próprio sistema, no interior de sua contradição estrutural, quanto do próprio projeto autonomista), dentre muitas outras coisas, da comunicação concreta, subjetiva e cotidiana entre indivíduos e grupos.

Tal postura, obviamente, não descarta a importância crucial de uma escala de análise e ação macro-política. Castoriadis, no entanto, enfatiza que a sociedade não pode ser reduzida a uma relação de tão forte determinação entre sua "superestrutura" e sua "infraestrutura" (em termos marxistas), sob o risco de se negar a possibilidade de a ação, a *práxis*[19], ter efetivamente um papel a desempenhar na história. Essa redução é justamente operada por Marx, segundo Castoriadis, quando deixa falar mais alto a determinação histórica que o desenvolvimento das forças produtivas acarreta para as classes sociais (CASTORIADIS, 1982:42).

Para além do determinismo econômico, Castoriadis critica duramente a perspectiva que afirma a existência de um único "sujeito histórico revolucionário" pré-determinado – o próprio proletariado enquanto classe. Por um lado, CASTORIADIS (1983:29-30) argumenta que até mesmo definir (ainda que minimamente) a constituição dessa classe atualmente se mostraria como um grande problema. Por outro lado, tampouco se poderia delegar atualmente maior ou menor importância a uma ou outra camada da sociedade na busca por uma modificação do *status quo*.

> "A preparação histórica, a gestação cultural e antropológica da transformação social não pode nem poderá ser tarefa do proletariado, nem a título exclusivo de privilégio. Não se trata de atribuir a uma categoria social particular, seja ela qual for, uma posição soberana ou 'hegemônica'. Muito menos que não se possa hierarquizar as contribuições das diversas camadas da sociedade a esta transformação e subordiná-las a uma qualquer dentre tais contribuições. As mudanças profundas introduzidas na vida social contemporânea por movimentos que não têm nem podem ter definição nem fundamento 'de classe' – como o das mulheres e o dos jovens – são tão importantes e germinais para a reconstrução da sociedade quanto aquelas introduzidas pelo movimento operário." (CASTORIADIS, 1983:30)

Pelo olhar de Castoriadis, a ênfase de Marx no "(...) caráter central e soberano da produção e da economia (...) não são *nada mais* que os temas organizadores do imaginário dominante da época (da nossa): o imaginário *capitalista*." (CASTORIADIS, 1983:24) É, portanto, em consequência do desenvolvimento de suas reflexões que Castoriadis afirma seu duro rompimento com o próprio marxismo.

---

[19] Castoriadis compreende a *práxis* como "(...) o fazer que visa o outro ou os outros como seres autônomos." (CASTORIADIS, 1982:129)

> "O reexame que empreendemos do marxismo não ocorre no vazio, não falamos situando-nos em qualquer lugar e em nenhum lugar. Partindo do marxismo revolucionário, chegamos ao ponto em que era preciso escolher entre permanecer marxistas e permanecer revolucionários; entre a fidelidade a uma doutrina que há muito tempo já não estimula nem uma reflexão nem uma ação, e a fidelidade ao projeto de transformação radical da sociedade, que exige primeiro que se compreenda o que se deseja transformar, e que se identifique aquilo que, na sociedade, realmente contesta esta sociedade e está em luta com sua forma presente." (CASTORIADIS, 1982:25)

5.1.3 Síntese (rápida) do pensamento de Cornelius Castoriadis (II): O *projeto de autonomia*, infrapoder e poder explícito

No decorrer de sua obra, e especialmente após o rompimento com o marxismo, Castoriadis teve como um dos seus principais focos justamente a tentativa de elucidar alguns fundamentos do que foi por ele chamado de *projeto de autonomia*.

Cabe delinear mais especificamente o que se entende por *autonomia*. Trata-se de entendê-la justamente como sua etimologia nos sugere, desenvolvendo-a a partir daí. Derivada do grego, a palavra *autonomia* refere-se à junção dos termos *autos* ("o próprio", seja o indivíduo ou a coletividade) e *nomos* (as leis, normas, valores, regras e convenções que regem uma coletividade). Diz respeito, portanto, à capacidade de *dar-se suas próprias leis*. Seu contrário é justamente chamado de *heteronomia*: uma situação na qual as leis, normas, convenções e valores são definidos por outros que não aqueles indivíduos ou aquela coletividade que estará submetida a eles. A heteronomia, portanto, pode ter origens extra-sociais (leis entendidas como "divinas" ou "naturais") (CASTORIADIS, 1983:13; 2002:259) ou mesmo intra-sociais (estabelecida através da opressão de um grupo sobre toda a sociedade) e inter-sociais (vinda da opressão ou ocupação de outros grupos ou sociedades) (SOUZA, 2006a:69).

Entendida, além disso, como *projeto*, não se trata da busca por uma "sociedade perfeita" – como frisou o próprio CASTORIADIS (2002:260-1). O *projeto de autonomia* deve ser visto, isso sim, como um *horizonte político-filosófico*, como bem ressalvou SOUZA (2002:185):

> "Ao falar-se em horizonte político-filosófico, deixa-se implícito que se está a falar de algo que é visualizado como meta, mas que não chegará a ser propriamente alcançado. [Dessa forma,] (...) a autonomia plena é um ideal que atua como um farol, uma luz que ilumina o caminho (ou, antes, ilumina o terreno para se construir o caminho no transcurso da caminhada). O horizonte indica, assim, uma *direção*,

não uma trajetória predeterminada e muito menos uma imagem congelada."

É sendo visto dessa forma que o projeto de sociedade vislumbrado por Castoriadis pode ser entendido como uma "utopia realista"[20], que estaria em constante e eterna rediscussão e elaboração[21] sob os fundamentos da autonomia[22].

Assim, para bem entender o projeto de autonomia elucidado por Castoriadis (mas que teve sua aparição empírica primeira no surgimento da antiga *polis* grega), é fundamental conhecer ao menos minimamente algumas das categorias centrais de seu pensamento – a começar pela instituição global da sociedade e suas duas faces indissociáveis (apesar de distinguíveis): a *sociedade instituída* e a *sociedade instituinte*.

A sociedade instituída trata-se da dimensão herdada da sociedade. Quando chega ao mundo o ser humano é inapto à vida, e só interiorizando esse mundo da sociedade instituída (tanto em seus fragmentos quanto em sua totalidade virtual) que ele se constitui enquanto indivíduo social específico (um indivíduo *dessa* sociedade)[23]. Socialmente, trata-se de todo o processo de incorporação das instituições[24] da sociedade, também em parte entendido como o que os gregos chamavam de *paideia*: "(...) a parte de todas as instituições que visa a escolaridade, a criação, a educação dos recém-vivos" (CASTORIADIS, 1992:126), ou seja, à

---

[20] Tal elaboração é feita originalmente por SOUZA (2006a:87-8). Sua dimensão utópica resguarda-se justamente na importância de se concebê-lo como um projeto que permanecerá sempre à frente, como um farol que ilumina um caminho. Mas cumpre também mantê-lo um projeto realista, especialmente por sabê-lo como um processo que nunca será "terminado"; que estará necessariamente sempre em constante (re)construção – em nada se aproximando, portanto, de qualquer tipo de "estágio final"

[21] É impossível não fazer aqui a citação também feita por Souza nas mesmas páginas recém-citadas das palavras de Castoriadis quando ele afirma que "[u]ma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta." (CASTORIADIS, 1983:33)

[22] Cabe, aqui, uma rápida ressalva. Muitos foram os pensadores que se dedicaram à reflexão sobre a *autonomia*. No entanto, Castoriadis afirma explicitamente (a respeito da autonomia da qual ele próprio trata) que ela "(...) não tem nada em comum com a 'autonomia' kantiana, por múltiplas razões. Basta aqui mencionar uma delas: para essa autonomia, não se trata de descobrir, numa Razão imutável, uma lei que ela se daria de uma vez por todas – mas sim de questionar a lei e seus fundamentos. E essa autonomia não deve ficar fascinada por essa interrogação, mas *fazer* e *instituir* (portanto também, *dizer*). A autonomia é o agir reflexivo de uma razão, que se cria num movimento sem fim, como ao mesmo tempo individual e social." (CASTORIADIS, 1992:140). O fato de haver tal diferença entre o pensamento castoriadiano e a concepção de autonomia de Kant já foi abordado mais detida e profundamente por KALYVAS (1998:163) e SOUZA (2006a:73), entre outros.

[23] Psiquicamente o processo que resulta em tal incorporação da sociedade instituída é chamado por Castoriadis de *processo de sublimação* (CASTORIADIS,1982:355 e seg.; 1992:126; 2002:257), no qual a mônada psíquica vê-se obrigada a abrir mão de seus referenciais para adotar os referenciais (materiais, sociais e simbólicos) dessa nova sociedade.

[24] As instituições ligam-se diretamente de maneira simbólica à realidade social-histórica. "As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são possíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica." (CASTORIADIS, 1982:142) Estas redes que formam as instituições são simbólicas mas também reais, pois são sancionadas como maneiras universais de fazer (CASTORIADIS, 1982:151). São muitas as instituições da sociedade, no sentido castoriadiano. Duas das principais, apontadas pelo autor, são justamente o *legein* (instituição identitária-conjuntista do representar / dizer social) e o *teukhein* (instituição identitária-conjuntista do fazer social) (CASTORIADIS, 1982:414).

formação (integral e compreendida em seu sentido mais amplo) dos indivíduos da sociedade. Vale lembrar também que compõem a sociedade instituída suas formas herdadas, seu substrato material, que é ao mesmo tempo reflexo de um legado e condicionante das possibilidades materiais, políticas, simbólicas e afetivas que são oferecidas a cada indivíduo e a cada coletividade. É essa capacidade de formação do indivíduo social que, para Castoriadis, constitui-se no maior poder concebível – pois, para ele, trata-se justamente de compreender como poder a "(...) capacidade, para qualquer instância que seja (pessoal ou impessoal), de levar alguém (ou vários) a fazer (ou a não fazer) o que, entregue a si mesmo, ele não faria necessariamente (ou faria talvez) (…)" (CASTORIADIS, 1992:126). Assim, não há polaridade entre sociedade e indivíduo, uma vez que este é ao mesmo tempo manifestação, resultado e agente responsável tanto de parte dela quanto de sua totalidade. Esse indivíduo socializado é obra da instituição, e esta "(...) se mantém igualmente por intermédio do poder." (CASTORIADIS, 2002:258)

A concepção castoriadiana de poder é fundamental. Para o filósofo greco-francês, o poder é entendido como a capacidade de levar alguém ou alguns a fazerem coisas que, largados por conta própria, talvez não tivessem desejado fazer (CASTORIADIS, 1983:16; 1992:126) – como recém afirmado. Ele se manifesta na sociedade basicamente de duas maneiras. Uma delas é através do *infrapoder* (que, antes do poder explícito, é exercido de forma radical pela instituição da sociedade / sociedade instituinte sobre os indivíduos. Esse infrapoder está sob o peso de uma herança, pois é o poder da sociedade instituinte e "[...] ao mesmo tempo, o do imaginário instituinte, da sociedade instituída e de toda a história que nela encontra seu final passageiro." [CASTORIADIS, 1992:127]). É o infrapoder a dimensão mais intimamente vinculada à *paideia*. Ela é, ao mesmo tempo, parte fundamental tanto da sociedade instituinte quanto da sociedade instituída, pois remete à formação do indivíduo social em sentido amplo – como já colocado nos parágrafos anteriores – e cumpre um papel fundamental ao mesmo tempo para a manutenção da sociedade instituinte e para a sua modificação.

Mas a *paideia* e a sociedade instituída não conseguem atingir plenamente o objetivo de manter-se como instituída – e nem o poderiam. Caso isso acontecesse, estaríamos diante de mais uma relação de determinação, na qual a possibilidade de surgimento de "algo novo" seria nula. Tal situação, entretanto, é irreal. Diante disso, a instituição global da sociedade vê a necessidade de se estabelecer uma dimensão de *poder explícito*: aquela que, através de instituições autorizadas a emitirem imposições sancionáveis, garante o monopólio das

significações imaginárias sociais[25] legítimas (CASTORIADIS, 2002:256; 259). Ela remete às leis, normas e regras estabelecidas formalmente.

Existe, de forma inevitável, sempre a possibilidade de emergência do "radicalmente novo". E é o desequilíbrio causado pela eterna, constante e inextinguível chance de surgimento do novo o principal motivo causador da imprevisível movimentação da realidade social-histórica: junto à sociedade instituída há sempre uma sociedade instituinte[26], o imaginário radical. A sociedade é autocriação e auto-alteração constante (CASTORIADIS, 1992:122). Sua dimensão instituinte se baseia na criação de um mundo comum, de formas de representar / dizer e fazer social específicas, estabelecendo uma constante relação de recepção / alteração daquilo que já estava instituído e buscando, em sua criação, abarcar tudo na sociedade.

> "Mas essa cobertura nunca é segura: o que lhe escapa, às vezes quase indiferente, pode ser e é de uma gravidade decisiva. O que lhe escapa , é o enigma do mundo simplesmente, que está por trás do mundo comum social, como por-vir-a-ser, isto é, provisão inesgotável de alteridade, e como desafio irredutível a toda significação estabelecida." (CASTORIADIS, 1982:15)

É então a sociedade instituinte que garante a condição de auto-criação e auto-instituição constante da sociedade, de suas significações imaginárias sociais (e, poderíamos acrescentar, de suas condições material-concretas de existência e [re]produção). A sociedade se desenvolve, assim, primeiramente como "criação de um espaço e de um tempo (de uma espacialidade e de uma temporalidade) que lhe são próprios, povoados de uma quantidade de objetos 'naturais', 'sobrenaturais' e 'humanos', ligados por relações estabelecidas a cada vez pela sociedade considerada." (CASTORIADIS, 1992:124) Dessa maneira, Castoriadis consegue valorizar em suas reflexões tanto as formas, técnicas, valores e significações herdadas quanto o constante e inalienável processo de auto-instituição das sociedades (dimensão, esta última, que é muitas vezes – e, diga-se de passagem, o tem sido não só há

---

[25] As significações imaginárias sociais têm um papel central no pensamento castoriadiano. Elas dizem respeito à rede de significações pela qual o mundo a cada vez faz sentido para uma determinada sociedade. São tais significações que estabelecem as articulações possíveis e aceitáveis entre o mundo "natural" e "sobrenatural" e um "mundo humano" propriamente dito (CASTORIADIS, 1992:124). As significações imaginárias sociais acabam apresentando uma estrutura do tipo que o autor greco-francês chama de *magmática*: "Um magma é aquilo de onde se podem extrair (ou: em que se podem construir) organizações conjuntistas em número indefinido, mas que não pode jamais ser reconstruído (idealmente) por composição conjuntista (finita ou infinita) dessas organizações." (CASTORIADIS, 1982:388)

[26] Ela se funda também em, ao menos, duas dimensões: a do indivíduo, a *imaginação radical* de sua psiquê / soma, sempre apenas parcialmente socializada, e o que nela e para ela é posição, criação, fazer ser; e a do social, o *imaginário social*: "[d]enominamos imaginário social no sentido primário do termo, ou sociedade instituinte, o que no social-histórico é posição, criação, fazer ser." (CASTORIADIS, 1982:414).

séculos mas também atualmente – ocultada pela própria sociedade instituída)[27].

A autonomia, entendida como um *projeto*, como horizonte político-filosófico, faz referência então justamente à capacidade de interrogação explícita e ilimitada sobre as significações imaginárias sociais e seu fundamento possível (CASTORIADIS, 1992:139). Uma situação na qual a auto-instituição da sociedade se dê de maneira efetiva, incessante e auto-reflexiva. Uma sociedade basicamente autônoma buscaria ao máximo abolir a heteronomia – o que não se trata de abolir a indistinção entre sociedade instituinte e instituída, mas sim de acabar com a submissão da primeira à segunda: "A coletividade dará regras a si mesma, sabendo que o faz, sabendo que elas são ou se tornarão sempre, e em qualquer lugar, inadequadas, sabendo que pode mudá-las – e que elas a constrangem durante todo o tempo em que não as tiver mudado *regularmente*." (CASTORIADIS, 1983:34)

Castoriadis nos lembra também que a própria democracia e a questão *da* política surgem no fazer efetivo da coletividade, no momento no qual a discussão das leis é possível. Daí nasce *a* política[28]: "a liberdade como social-historicamente e*fetiva"* (CASTORIADIS, 1992:140). Nasce daí também a democracia: "(...) o regime de auto-instituição explícita e lúcida, na medida do possível, das instituições sociais que dependem de uma atividade coletiva explícita." (CASTORIADIS, 2002:260) Ela é um regime no qual a possibilidade, de direito e d*e fato,* de se auto-instituir permanentemente é assegurada através de todas as disposições necessárias para tal, sejam elas concernentes à dimensão das decisões e deliberações relativas ao poder explícito da sociedade, sejam referentes às demais atividades instituintes vinculadas ao infrapoder da sociedade instituinte e a seu imaginário (CASTORIADIS, 2004:206). Tomada assim, autonomia coletiva e democracia radical tornam-se sinônimos, como afirmado por SOUZA (2006a:70).

Democracia radical: "(...) o regime em que a esfera pública torna-se verdadeiramente e efetivamente pública – pertencente a todos e efetivamente aberta à participação de todos." (CASTORIADIS, 2002:264) Esta definição é importante pois traz consigo a discussão a respeito das três esferas das atividades humanas (CASTORIADIS, 2002: 264 e seg; 2004: 2008) que existiam na democracia grega ateniense da antiguidade: o *oikos*, a *agora* e a

---

[27] Da mesma forma, suas considerações "multifocais" abordam tanto uma dimensão identitária-conjuntista (a dimensão que opera através da clara distinção-identificação-reunião de elementos) (CASTORIADIS, 1982:259 e seg.) e a dimensão imaginária da sociedade (CASTORIADIS, 1982:385 e seg.).

[28] A distinção entre a dimensão *da* política e a dimensão *do* político é também enfatizada por CASTORIADIS (1992). Enquanto a última refere-se à dimensão do poder (inevitavelmente presente em qualquer sociedade), *a* política diz respeito à dimensão existente somente em um tipo específico de sociedade: a sociedade democrática. Ela aponta justamente para uma constante e irrestrita possibilidade de questionamento e auto-instituição do *nomos*.

ekklesía[29]. O *oikos* refere-se à esfera dos negócios privados, da casa-família. A *agora*, à esfera que envolve os negócios privados / públicos do comércio e da formação das opiniões, da discussão aberta e livre que, por outro lado, não tem a incumbência nem a possibilidade de sancionar nenhuma decisão política. É na *ekklesía* que o poder explícito da sociedade tem seu lugar e seu momento, sendo ela a esfera pública / pública de discussão e deliberação a respeito dos negócios comuns da sociedade considerada. Ela compreende tanto a "assembleia do povo" quanto o "governo" e os tribunais. Somente com essas três esferas suficientemente discerníveis e articuladas que pode-se considerar um regime realmente democrático[30].

Esta distinção e articulação entre esferas remete à importância de uma espacialidade específica para que tal regime democrático possa instaurar-se. Não uma espacialidade puramente material-concreta (apesar de *também* compreender seu substrato), mas política e cultural. Tais questões a respeito do espaço social podem ser derivadas do pensamento castoriadiano, apesar de não estarem de forma alguma no centro de suas atenções (como já bem pormenorizadamente ressaltou SOUZA [2006a:80-1])[31]. Ao se perceber a distinção fundamental entre as três esferas das atividades humanas, é nítida a relevância de se pensar sua espacialidade[32].

Ocorre que o projeto de uma sociedade basicamente autônoma não pode ater-se

---

[29] Esta distinção será importante em partes posteriores desta dissertação, especialmente ao serem abordadas as práticas políticas empíricas enfocadas nesta pesquisa.

[30] A partir da concepção de *democracia* em seu sentido radical, lembrada e advogada por Castoriadis (perspectiva compartilhada aqui nesta pesquisa), os regimes atualmente existentes no mundo não podem ser entendidos senão como meras *oligarquias liberais*: apesar do que poderia fazer entender a expressão "democracia" representativa com a qual se auto-definem, trata-se de situações nas quais o devir realmente público da esfera pública / pública (da *ekklesía*) não é suprido. O poder (tanto em sua dimensão explícita quanto o infrapoder) em uma "democracia" representativa não está efetivamente com o corpo dos cidadãos, mas concentrado nas mãos de uma pequena casta de "representantes" com mandatos similares a "cheques em branco" (caracterizados por uma intransparência fundamental que dificulta seu acompanhamento, dificilmente revogáveis e de fato distantes dos que eles teoricamente "representariam") com os quais decidem a portas fechadas a respeito dos negócios da esfera pública / pública da sociedade (CASTORIADIS, 2004:208-9).

[31] É forçoso fazer justiça e lembrar que tal negligência com o espaço social não é um traço encontrado somente em Castoriadis. Para ater-se às obras mais extensamente lembradas aqui até agora, tampouco a filósofa alemã Hannah Arendt deu grande importância à dimensão espacial da sociedade. No entanto, o mesmo não pode ser afirmado quanto a Michel Foucault, que soube valorizar grandemente a dimensão espacial em suas reflexões.

[32] Curioso perceber que uma experiência que traz diversos aspectos espaciais a respeito dos quais refletir é justamente aquela na qual o próprio Castoriadis se deteve talvez com maior afinco: a própria democracia ateniense. SOUZA (2006a:80 e seg; 525 e seg) lembra das considerações levantadas por outros pensadores a respeito das cruciais modificações estruturais (do substrato material) e simbólicas realizadas na antiga Atenas por Clístenes para que pudesse comportar as novas atividades democráticas. Era um novo "espaço cívico" (SOUZA, 2006a:82). No que envolve um exemplo de como tais esferas das atividades humanas podem ser interessantes ferramentas para se investigar e elucidar a espacialidade de grupos também nos dias de hoje, tem-se o trabalho de ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009) sobre a espacialidade de uma das ocupações vinculadas ao movimento dos sem-teto da área central da cidade do Rio de Janeiro, a Ocupação Quilombo das Guerreiras.

somente à questão da autonomia possível para uma dada coletividade. A discussão a respeito de uma *autonomia coletiva* é completamente inseparável das que se remetem à *autonomia individual*. "Uma sociedade autônoma implica indivíduos autônomos – *e reciprocamente*. Sociedade autônoma, indivíduos autônomos: sociedade livre, indivíduos livres." (CASTORIADIS, 1983:15)[33] E, com tudo o que já foi levantado, seria quase desnecessário afirmar que não basta tal "liberdade" ser garantida simplesmente de maneira formal (pelas instâncias instituídas capazes de estabelecer imposições sancionáveis; pelo poder explícito, como exposto acima). É imprescindível que essa liberdade seja garantida e reafirmada constantemente pela instituição global da sociedade (incluindo aí não só suas instituições, mas também todas as suas redes de significações imaginárias sociais). Vale ressaltar, logicamente, que igualdade e liberdade não se separam. Uma vez que existe a necessidade de se viver coletivamente (e, assim, a necessidade do estabelecimento de leis) é impossível a plena e irrestrita liberdade ao se viver em sociedade. Sendo assim, a maior liberdade possível é justamente aquela que garante efetiva e socialmente possibilidades iguais para todos de participação na instituição global da sociedade. "(...) [S]e trata de igualdade *política*, de igualdade de participação no *poder*" (CASTORIADIS, 2004:210) [grifos no original], o que compreende igualdade no acesso, por exemplo, à capacidade efetiva de julgar[34] e à real disponibilidade de tempo[35]. São esses os traços principais do que se entenderá nesta pesquisa por *relações horizontais* ou *horizontalizadas* de poder.

Finalizando esta parte, cumpre lembrar as demais contribuições de SOUZA (2006a:79 e seg) à reflexão sobre o projeto de autonomia (para além da ressalva feita no que tange à importância crucial da dimensão espacial para que se possa pensar em uma sociedade radicalmente democrática, já apontada acima) a título de sugestão de prosseguimento do caminho trilhado pelas ideias de Castoriadis. Nesse sentido, é importante pensar-se que a autonomia pode existir também em tanto num *plano interno* / *plano externo* quanto em

[33] É interessante ressaltar a colocação de SOUZA (2006a:70): "A autonomia individual tem a ver com a capacidade psicológica e a possibilidade material e institucional efetiva de cada indivíduo adulto de estabelecer fins para a sua existência e persegui-los de modo lúcido em igualdade de oportunidades com outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade." Essa autonomia individual deve conter tanto uma *face interna* quanto uma *face externa*. Quanto à face interna, é com ela que se pode estabelecer uma instância individual reflexiva não predeterminada que desempenha um papel ativo. CASTORIADIS (1992:141) também afirma que "(...) ser autônomo implica que *psiquicamente investimos* a liberdade e a intenção da verdade." Já em relação à face externa, ela implica na impossibilidade de se ser livre sozinho (pois não há sequer a categoria "indivíduo" sem a existência da sociedade – que, por sua vez, pressupõe a interação). Mas tal condição é, por sua vez, indissociável da existência de uma *paideia* que forme indivíduos educados para o exercício da liberdade.

[34] O que remete, por sua vez, tanto à livre circulação de toda sorte de informações necessárias para se emitir juízos a respeito das questões discutidas, quanto à própria centralidade da educação.

[35] Que, por outro lado, está intimamente ligada às questões econômicas e de produção.

"*sentido fraco*" / "*sentido forte*". O primeiro par diz respeito à uma autonomia que seja compreendida tanto no sentido do respeito à liberdade (de ação política e de manifestação cultural) e à capacidade e maturidade para a auto-limitação da própria coletividade, quanto no sentido de assegurar as mesmas garantias às demais coletividades com as quais se interage[36]. Já quanto ao "sentido fraco" e "sentido forte": este remete à apreensão da autonomia enquanto horizonte político-filosófico (o "projeto de autonomia" propriamente dito), enquanto aquele trata da escala espaço-temporal da tática[37] – na qual se consegue conquistar avanços menores que podem colaborar político-pedagogicamente para conquistas futuras. (SOUZA, 2006a:82) Por último, no que se refere à operacionalização de uma sociedade basicamente autônoma, SOUZA (2006a:89 e seg) lembra da importância tanto da abolição do esquema de "representação política" e sua substituição pelo instituto da *delegação*[38] quando necessário, quanto da realização de uma radical *descentralização territorial*[39] – ressaltando novamente a necessidade de uma preocupação axiomática com o espaço social na construção do projeto de autonomia.

5.2 Ação e racionalidade comunicativa em Jürgen Habermas

No que tange às aspirações de construção de uma sociedade que se baseie em fundamentos diferentes dos atuais e que, por consequência, tenham preocupações democráticas (em seu sentido mais rico quanto for possível, como foi exposto em referência a

---

[36] Vale a citação literal, para que se abarquem certas sutilezas da autonomia em seu plano externo: "Em um plano externo, a auto-limitação tem a ver com a exigência de, mesmo sem jamais abrirmos mão do *direito* de externar um ponto de vista crítico sobre a cultura do outro – e eventualmente nos solidarizando com grupos dissidentes –, nos comportarmos com o devido respeito (a não ser em casos de evidente fraude, como a de tentar legitimar como 'tradições culturais' atrocidades aprendidas até mesmo com os colonizadores) e o devido cometimento, não confundindo aquele direito com um pretenso 'dever' de 'missionar', imoderadamente, em nome de nossos próprios valores, até justificando, quem sabe involuntariamente, agressões externas em nome da 'civilização'." (SOUZA, 2006a:80) [grifos no original]

[37] A *tática* difere-se da *estratégia*. A primeira traz a ideia de ações espaço-temporalmente limitadas a um curto prazo ou abrangência. Já a estratégia concerne a horizontes mais distantes de conquistas. Um autor que trabalha tais concepções nessa perspectiva é o francês Michel de CERTEAU (1996).

[38] Ao contrário da representação, a *delegação* não oferece a nenhum indivíduo a possibilidade de deliberar *por* qualquer outro. Não ocorre, portanto, a transferência de poder decisório. Um delegado ou delegada está submetido ao corpo político deliberante, servindo somente de porta-voz. Outros caráteres fundamentais são a transparência e "prestação de contas" ao corpo político considerado e a fácil revogabilidade do mandato (seguindo a critérios sólidos, obviamente).

[39] A *descentralização territorial* agiria de forma a garantir a descentralização decisória e sua coerente articulação. Isso passa, logicamente, por uma reorganização radical do espaço social como um todo, como posto também por SOUZA (2006a:431 e seg; 541 e seg), e não por qualquer tipo de isolamento ou "corporativismo territorial".

Castoriadis), é sempre interessante e importante lembrar-se de outros autores. SOUZA (2006a:76-7) bem recorda, por sinal, que (ainda que se deva ter toda cautela possível para que a busca em realizar aproximações minimamente plausíveis e promover um diálogo entre diferentes não seja acusada de incorrer em qualquer tipo de ecletismo inconsequente e incongruências teórico-conceituais) um autor contemporâneo que não pode ser esquecido, por razões que ficarão claras, é o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. Apesar de politicamente muito menos radical e ambicioso do que Castoriadis, Habermas critica o liberalismo político típico e, "(...) na esteira de suas ressalvas contra [ele], salienta o fato de que a autonomia individual, quando concebida divorciada da 'autonomia pública' (…), é uma abstração individualista (…)" (SOUZA, 2006a:77). Ocorre especificamente que, justamente para os fins desta pesquisa, cumpre ater-se mais detidamente às reflexões habermasianas em relação à sua *Teoria da Ação Comunicativa*, esclarecendo alguns pontos básicos de seu conteúdo.

5.2.1 Racionalidade, ação e comunicação

O filósofo e sociólogo Jürgen Habermas é tido atualmente como um dos principais herdeiros das reflexões feitas pelo grupo de pensadores marxistas que ficou conhecido como Escola de Frankfurt (FREITAG e ROUANET, 1993:9) – na qual, desde a década de 1920, nomes como o de Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Herbert Marcuse se destacaram. Sua trajetória intelectual traz consigo elementos teóricos e filosóficos diversos, que se refletem no fôlego de suas obras.

Na opinião de Habermas, a modernidade ainda não conseguiu realizar o ideal de emancipação humana iluminista através da razão (HABERMAS, 2007:XVII e seg), e isso se deveria principalmente à redução da concepção de razão operada.

Grande parte dessa redução, segundo o autor, surge das reflexões de Max Weber[40] sobre a racionalidade e sobre a ação. Na opinião de Habermas, Weber aponta seus pensamentos a respeito da racionalidade principalmente para os aspectos vinculados à racionalidade prática e, por consequência, às ações racionais realizadas pelos próprios sujeitos. Por isso, ele denuncia a inexistência da dimensão das relações interpessoais na teoria

[40] Da mesma forma que foi ressaltado na nota de rodapé número 9 em relação ao pensamento de Marx, cabe lembrar que não se pretende aqui, de forma alguma, esgotar os aspectos do pensamento de Max Weber simplesmente a partir das críticas de Habermas a ele. Reconhece-se tanto a grande importância e profundidade de sua obra, quanto a falta de conhecimento suficiente a seu respeito para criticá-lo diretamente de qualquer maneira.

weberiana. (HABERMAS, 1999a:228) Por conta dos seus atores serem "monológicos" e agirem somente de maneira teleológica (com uma racionalidade meio-fim, ou seja, *instrumental*[41] em última análise) Weber torna impossível a concepção de uma *ação social* e, por derivação, de uma interação social que se orientasse por um entendimento linguístico. (HABERMAS, 1999a:360)

Não deveríamos, em sua opinião, abandonar a ambição da emancipação alcançada a partir dos pressupostos da racionalidade. Devemos, sim, passar a conceber a racionalidade (e as ações passíveis de racionalização) de outra maneira. Para Habermas, os indivíduos interagem principalmente através da linguagem. (FREITAG e ROUANET, 1993:17) Sua atenção volta-se para *ações linguísticas* que são, necessariamente, uma *inter*ação. A ação social que se dá através dessa interação é, portanto, uma relação simbolicamente mediada, uma vez que os atores trocam sinais com a intenção de estabelecer uma comunicação linguisticamente mediada com vistas a se entenderem (HABERMAS, 1999b:37). É a partir dessa compreensão que Habermas desenvolve sua teoria da competência comunicativa, apoiando-se em uma forma específica de ação que se pauta por uma racionalidade específica: a *ação orientada para o entendimento mútuo*, baseada em uma *racionalidade comunicativa* – e cuja existência é permitida justamente pelo pressuposto da linguagem que a permite.

Sua teoria da ação busca cumprir o papel de refletir sobre "(...) como é que (pelo menos dois) participantes de uma interação podem coordenar os seus planos de ação de tal modo que Alter possa anexar suas ações às ações de Ego evitando conflitos e, em todo o caso, o risco de uma ruptura da interação." (HABERMAS, 2003:164). Ele distingue, então, ao todo quatro principais e diferentes tipos de ação, dos quais os que mais importam para esta pesquisa são especificamente dois[42]: Por um lado, a ação teleológica (na qual o ator tem em mente um fim específico e busca eleger dentre suas alternativas de ação as mais eficazes). Tal tipo de ação é que se converte em *ação instrumental* quando "(...) no cálculo que o agente faz de seu êxito intervém a expectativa de decisões de pelo menos outro agente que também atua

[41] É importante deixar explícito que no decorrer da obra de Habermas o termo "instrumental" e o termo "estratégico" parecem equivalentes. Nesta pesquisa, se fará a opção de utilizar o primeiro termo por conta de outros significados atribuídos ao termo "estratégico" (cf. nota de rodapé número 37). Logicamente, no caso de citações literais do autor, serão mantidos os termos originalmente utilizados. No entanto, pede-se que se compreenda que o sentido do termo "estratégico" utilizado aqui pelo filósofo e sociólogo alemão não se confunde com o sentido adotado no resto da pesquisa (e já explicitado na nota de rodapé citada acima).

[42] Os dois tipos de ação que não serão abordados aqui, por fugirem dos propósitos da pesquisa, são: a *ação regulada por normas*, na qual um ator, membro de um grupo social que orienta suas ações a partir de valores comuns, observa e age de acordo ou não com as normas estabelecidas pelo grupo; e a *ação dramatúrgica*, que faz referência a participantes que se encontram em uma interação onde se põem a si mesmos em cena e estabelecem um comportamento expressivo não espontâneo, mas uma estilização das expressões das próprias vivências. (HABERMAS, 1999a:122 e seg.)

com vistas à realização de seus próprios propósitos." (HABERMAS, 1999a:122) [tradução livre]. Por outro, a *ação comunicativa*, na qual os atores "(...) buscam entender-se sobre uma situação de ação para poder assim coordenar em comum acordo seus planos de ação e com eles suas ações." (HABERMAS, 1999a:124) [tradução livre].

Existem duas grandes maneiras de se buscar entender, portanto, como as pessoas que interagem relacionam seus planos de ação: a partir de um modelo de ação orientado para o sucesso do objetivo por cada uma delas almejado, o *modelo de ação instrumental*; e o modelo de ação orientado para um entendimento mútuo alcançado comunicativamente entre os indivíduos participantes de uma interação, o *modelo de ação comunicativa*. O filósofo e sociólogo alemão, portanto, busca ampliar as possibilidades de abrangência da racionalidade para abarcar a capacidade de entendimento. Tal capacidade renovaria as esperanças de, fundamentadas pela razão, as sociedades alcançarem os ideais de emancipação humana proferidos desde a ascensão do Iluminismo.

Cabe ressaltar que Habermas não desconsidera a importância de nenhum dos tipos de ação por ele apontados. Na sua concepção, as ações instrumentais têm um papel crucial para a difusão de conhecimentos e saberes técnicos, por exemplo (HABERMAS, 1999a:428). No entanto, sua teoria termina por elucidar justamente como, atualmente, diversas dimensões da vida humana que (de uma perspectiva emancipatória) deveriam estabelecer-se tendo como base uma racionalidade comunicativa (almejando um entendimento mútuo), estão de fato sendo regidas como se fossem um saber técnico (ou seja: por uma racionalidade instrumental)[43]. Vide, por exemplo, as deliberações políticas e os processos através dos quais são obtidas, ou mesmo a ciência e a tecnologia. Estas duas últimas, atualmente, têm o papel de lastrear uma ideologia tecnocrática, impedindo a tematização dos fundamentos do poder[44]. A tecnocracia transforma o poder em algo que não precisa ter suas normas justificadas (ou seja: não é objeto de uma interação pautada pela racionalidade comunicativa), mas sim que precisa ter regras eficazes (sendo, assim, objeto de uma interação que tem por base uma racionalidade instrumental) (FREITAG e ROUANET, 1993:14). No entanto, faz-se mister

[43] Em se tratando da busca por operacionalizar novas relações sociais (e inclusive uma nova materialidade), notadamente pautada pelo crescimento da autonomia individual e coletiva, é indispensável uma nítida e responsável distinção entre tais racionalidades e seus respectivos raios de ação. Do contrário, ao se hipertrofiar a razão instrumental, incorre-se no tratamento de questões políticas, éticas e morais como se fossem meras discussões técnicas. Mas é fundamental lembrar que a racionalidade instrumental também tem sua importância, e que esquecer tal fato seria uma irrealidade (como já ressaltou SOUZA [2002:38]).

[44] Habermas possui uma reflexão específica em relação ao conceito de poder, à qual não se deterá aqui. No entanto, cabe ressaltar que ele reconhece na concepção de Hannah Arendt um conceito comunicativo de poder (HABERMAS, 1993) – o que não o impede de fazer críticas ao entendimento da filósofa alemã e propor certos "ajustes", tendo em vista sua aplicação nas reflexões sobre as sociedades modernas.

reafirmar que para Habermas os planos da luta política compreendem tanto a ação instrumental, quanto a elucidação pedagógica e os discursos práticos (este último vinculado diretamente às ações orientadas para o entendimento mútuo) (FREITAG e ROUANET, 1993:14).

Dessa maneira, podemos considerar que o agir comunicativo parte de condições para a ação, condições que passam por um acordo em relação ao processo pelo qual suas definições serão feitas: um acordo alcançado comunicativamente. A ação conjunta depende das faixas de interesses individuais negociadas a partir de uma perspectiva a princípio egocêntrica. Apesar da frequente ocorrência de críticas ao pensamento habermasiano a respeito da teoria da ação comunicativa, fica claro nesse ponto da reflexão que o *conflito* está presente em sua teoria, uma vez que é preciso coordenar as perspectivas dos falantes, ouvintes e observadores dentro do domínio de relevância de um tema. É uma situação de ação / fala que pode ou não ter sucesso no objetivo de gerar o entendimento mútuo, mas que tem em suas bases os pressupostos de sua busca. É assim que, enquanto no agir instrumental "(...) um *atua* sobre o outro para *ensejar* a continuação desejada de uma interação, no agir comunicativo um é *motivado racionalmente* pelo outro para uma ação de adesão – e isso em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita."[45] (HABERMAS, 2003:79) [grifos no original]

Os processos de um agir orientado para o entendimento mútuo dependem de um acordo baseado no assentimento racionalmente motivado ao conteúdo de um proferimento. "O acordo não pode ser imposto à outra parte, não pode ser extorquido ao adversário por meio de manipulações: o que *manifestamente* advém graças a uma intervenção externa não pode *ser tido na conta* de um acordo." (HABERMAS, 2003:165) Seria através da argumentação entendida como um processo, que os sujeitos poderiam alcançar um "consenso verdadeiro" (diferindo-o de um falso consenso): um verdadeiro consenso seria uma situação na qual não haveria nenhum tipo de coação ou efeito externo ou interno à estrutura da comunicação. Nas palavras de Habermas, trata-se de uma situação linguística ideal (HABERMAS, 1999a:407 e seg). Tal situação tem como pressupostos: (1) que todos os interessados possam participar do discurso; (2) que todos tenham oportunidades idênticas de argumentar; (3) que hajam chances simétricas de fazer e refutar afirmações, interpretações e recomendações; (4) e que só sejam

[45] Os atos de fala são as unidades fundamentais do processo de comunicação voltado ao entendimento. Como trata-se de focar ações linguísticas, ao invés de unidades linguísticas, na obra de Habermas impõe-se a importância de centrar as atenções nos *atos de fala*, em *enunciados* e não em sentenças isoladas umas das outras (FREITAG e ROUANET, 1993:17).

admitidos no discurso atores que: (a) ajam de acordo com normas justificáveis; e (b) satisfaçam o pressuposto da veracidade. (FREITAG e ROUANET, 1993:19)

A argumentação que serviria de base para um agir comunicativo que vislumbrasse atingir uma situação linguística ideal deveria, para Habermas, partir dos pressupostos de: por um lado, ser inserido um princípio de universalização como regra de argumentação[46]; por outro lado, é fundamental também que haja um acordo a respeito de um princípio ético para o próprio discurso[47]. Isso garantiria uma situação na qual

> "[o]s participantes na argumentação têm todos que pressupor que a estrutura de sua comunicação, em virtude de propriedades que podem descrever-se de modo puramente formal, exclui toda outra coação, seja proveniente de fora desse processo de argumentação, seja nascida desse mesmo processo, que não seja a do melhor argumento (com o qual fica neutralizado todo outro motivo que não seja o da busca cooperativa da verdade)." (HABERMAS, 1999a:46) [tradução livre]

5.2.2 Mundo da vida e pretensões de validez

A ação comunicativa se diferencia da ação instrumental, como já apresentado acima, especialmente por dar-se a partir de outros fundamentos racionais: as bases de uma *racionalidade comunicativa* que leva os agentes envolvidos em uma interação linguística a buscarem um entendimento mútuo. Isto tem um significado específico para o pensador alemão: "*Entendimento* (*Verständigung*) significa a 'obtenção de um acordo' (*Einigung*) entre os participantes da comunicação acerca da validez de uma emissão; *acordo* (*Einverständnis*), o reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validez que o falante vincula à ela." (HABERMAS, 1999b:171) [grifos no original] [tradução livre] Para se apreender melhor como Habermas concebe tal tipo de ação tão específica, é fundamental o conhecimento de ao menos outras duas categorias de seu pensamento: o mundo da vida e as pretensões de validez.

O mundo da vida é aquilo que os participantes da interação "(...) têm defronte como conteúdos intramundamente constituídos de sua comunicação – objetos, que percebem e manipulam, normas obrigatórias, que preenchem ou infringem, vivências de acesso privilegiado, que podem manifestar." (HABERMAS, 2003:169) É do pano de fundo

[46] Tal princípio se exprimiria segundo a formulação de que "Toda norma válida tem que preencher a condição de que as conseqüências e efeitos colaterais que previsivelmente resultem de sua observância *universal*, para a satisfação dos interesses de *todo* indivíduo possam ser aceitas sem coação por *todos* os concernidos" (HABERMAS, 2003:147) [grifos no original]

[47] Por sua vez, tal princípio ético se expressaria assim: "Toda norma válida encontraria o assentimento de todos os concernidos, se eles pudessem participar de um Discurso prático" (HABERMAS, 2003:148).

intuitivamente presente e absolutamente certo do mundo da vida que se desprendem as esferas daquilo sobre o qual se pode atingir um acordo. Quando os participantes da comunicação percebem o que é tematizado como "algo no mundo", o conhecimento que antes era uma certeza implícita se separa do que é "sabido" e passa a ser passível de ser contestado, defendido e justificado com base em razões – como bem afirma HABERMAS (2003:169). Para atingir um acordo que atenda ao interesse de todos é necessário que se adote os pontos de vista dos outros, colocando-se, empaticamente, "no lugar" do outro também. "É só na qualidade de participantes de um diálogo abrangente e voltado para o consenso que somos chamados a exercer a virtude cognitiva da empatia em relação às nossas diferenças recíprocas na percepção de uma mesma situação." (HABERMAS, 2007:10) Para HABERMAS (1999b:171; 2003:167), ao estabelecer linguisticamente um ato de fala padrão[48], o falante pode estabelecer uma relação direta com

(a) Algo no *mundo objetivo*: relativo o estado de coisas cognitivamente acessíveis, entidades que são passíveis de *enunciados verdadeiros*;
(b) Algo no *mundo social*: relativo às relações interpessoais reguladas por normas legitimamente estabelecidas e passíveis de *enunciados corretos*;
(c) Algo no *mundo subjetivo*: relativo à totalidade de experiências e vivências às quais o falante tem acesso privilegiado e a partir das quais se pode construir *enunciados sinceros*.

O agir comunicativo pode ser entendido, portanto, como um processo circular no qual o participante é o seu *iniciador* e também *produto* das tradições nas quais se encontra. Isso especialmente porque, seja qual for o ato de fala que ele inicia ou do qual ele participa, é no mundo da vida onde ele encontra tanto seu *contexto* de inserção quanto sua fonte de *recursos*

[48] Segundo Habermas, os atos de fala padrão (HABERMAS, 1999a:415-6; 2003:80 e seg.) seriam especialmente classificados de acordo com o tipo de garantia que o falante oferece ao ouvinte e/ou do tipo de pretensão de validez que ele reivindica. Eles podem ser: *imperativos* (no qual o falante se refere a um estado de coisas no mundo objetivo que deseja ver realizado, e, por consequência, geralmente tematiza uma pretensão de poder); *constatativos* (quando garante-se que a *veracidade* da interpretação será partilhada e não contraditória a respeito do que é cognitivamente assimilável a partir do mundo externo por parte dos sujeitos que interagem); *regulativos* (quando garante-se que a *correção* da interpretação será partilhada e não contraditória em relação às normas estabelecidas); ou *expressivos* (quando garante-se que a *sinceridade* da interpretação será partilhada e não contradita por outros comportamentos especificados). Somente nos atos de fala constatativos e regulativos suas pretensões de validez são resgatáveis discursivamente, através da argumentação. No entanto, tais atos de fala padrão não se dão na prática de maneira completamente separadas. Empiricamente se realiza, então, uma atitude realizativa de tipo global (HABERMAS, 1999a:422), na qual o falante se refere simultaneamente a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo.

para orientar sua interação ao entendimento. Além disso, outros elementos também compõem o mundo da vida e servem como recursos para o agir orientado para o entendimento mútuo, como "(...) as solidariedades dos grupos integrados por intermédio de valores (…)" e as próprias "(...) competências dos indivíduos sociabilizados (...)" (HABERMAS, 2003:166).

Compartilhar minimamente o mundo da vida é um pressuposto ao estabelecimento de uma interação orientada para o entendimento, pois não há como travá-la sem estar de acordo com ao menos uma de suas dimensões. É certo, no entanto, que cada situação, por se tratar de um recorte do mundo em vistas de um tema específico, é somente um fragmento realçado e articulado dentro das "(...) *tessituras de referências que constituem o mundo da vida* (...)" (HABERMAS, 1999b:174) [grifo no original] [tradução livre]. Assim sendo, Habermas afirma que essas redes de referências e recursos se dispõem concentricamente e se tornam cada vez mais anônimas e difusas ao aumentar a distância espaço-temporal e a distância social dos envolvidos na interação. Dessa forma, dando como exemplo uma pequena cena onde operários que se preparam para o almoço, o autor coloca que

> "(...) a propriedade na qual se está construindo e que está situada em uma determinada rua; o ponto no tempo que representa, suponhamos, uma determinada segunda-feira pouco antes da pausa para o almoço; e o grupo de referência que representam os colegas que trabalham nesse momento na obra, constituem o ponto zero de um sistema de referência espaço-temporal e social de um mundo que os participantes 'abarcam no ato'." (HABERMAS, 1999b:174) [tradução livre]

As redondezas urbanas da propriedade (ou a região ou o país), o transcorrer do dia (do ano ou da época) e a família (ou a comunidade local ou a nação) constituem, assim, um mundo potencialmente acessível – mas que se torna mais ou menos relevante justamente em função do que é tematizado em cada interação linguisticamente mediada.

Cumpre sublinhar que não podemos confundir o compartilhamento do mundo da vida com o simples "co-estar" (no tempo ou no espaço no qual transcorre a interação). O mundo da vida compartilhado não é necessariamente aquele que se localiza mais perto espacialmente ou temporalmente. É, sim, aquele emaranhado de elementos (claro que inclusive de caráter espacial e/ou espacializante) que serve de contexto e de fonte de recursos para a interação, como já dito. É necessário que se compartilhe minimamente o contexto do qual o que é tematizado no transcorrer da interação é retirado (e ao qual faz referência). O substrato espacial material mais próximo (ou mesmo o recorte temporal mais ajustado) obviamente compõem tal contexto. Mas os atos de fala de uma interação sempre tematizam algo. Essa

tematização pode referir-se a um contexto distinto daquele imediatamente circunscrito à escala espaço-temporal mais próxima dos falantes e ouvintes. A ação comunicativa pode desenrolar-se através de interações linguisticamente mediadas que podem inclusive não serem necessariamente presenciais. Conversas por telefone ou utilizando-se da internet são exemplos contemporâneos mais do que suficientes para demonstrar tal fato.

O entendimento habermasiano de mundo da vida se relaciona diretamente ao conceito de sistema e, juntos, formam parte da compreensão de Habermas a respeito da sociedade. Para refletir a esse respeito, Habermas recorre às considerações do filósofo estadunidense George Mead e do sociólogo francês Émile Durkheim. Realizando uma leitura crítica de ambos, ele busca entender as relações sociais como possíveis de serem diferenciadas justamente entre aquelas que coordenam as orientações de ações de seus participantes de forma a harmonizá-las entre si e outras que, por sua vez, buscam estabelecer simplesmente uma rede de ações funcionalmente organizada. As primeiras contribuiriam para uma integração social, alcançada comunicativamente através de consensos normativos. Já as segundas cooperariam para uma integração sistêmica construída mediante uma regulação não-normativa de decisões particulares que estariam para além da consciência dos atores.

> "Parta-se com Mead de categorias relativas à interação social ou com Durkheim de categorias relativas às representações coletivas, em ambos os casos se está concebendo a sociedade desde a perspectiva dos sujeitos agentes que participam nela, como *mundo da vida de um grupo social*. Pelo contrário, desde a perspectiva de um não-implicado a sociedade só pode ser concebida como *um sistema de ações* no qual estas cobram um valor funcional segundo seja sua contribuição à manutenção da integridade ou 'consistência' (*Bestand*) sistêmica." (HABERMAS, 1999b:167) [grifos no original] [tradução livre]

É a partir daí que Habermas entende a sociedade simultaneamente como sistema e como mundo da vida. Para ele, nem a dimensão sistêmica nem a do mundo da vida logrou até então extinguir a outra dimensão e conquistar a plena hegemonia na existência humana em sociedade. Mas é justamente o conceito de mundo da vida que se constitui como um conceito complementar ao de ação comunicativa. Inclusive porque, na perspectiva habermasiana, o mundo da vida tem um importante papel no que se refere à manutenção e reprodução do estado de coisas existentes. Enquanto a reprodução cultural do mundo da vida garante a dimensão semântica e a socialização dos seus membros garante a dimensão do tempo histórico, "[a] integração social do mundo da vida se encarrega de que as situações novas que se apresentem na dimensão do espaço social fiquem conectadas com os estados do mundo já

existentes." (HABERMAS, 1999b:200-1) [tradução livre]

As *pretensões de validez*, por sua vez, dizem respeito justamente àquelas pretensões levantadas pelo falante no momento de propor um ato de fala para um ouvinte. Quando o falante as ergue ele garante ao ouvinte que, a princípio, tem a capacidade de resgatá-las e defendê-las caso sejam postas em questão. Tais pretensões garantem que:

> (a) "(...) o enunciado formulado é *verdadeiro* (ou, conforme o caso, que as pressuposições de existência de um conteúdo proposicional mencionado são acertadas);
> (b) "(...) o ato de fala é *correto* relativamente a um contexto normativo existente (ou, conforme o caso, que o contexto normativo que ele realiza, é ele próprio legítimo); e
> (c) a"(...) a intenção manifesta do falante é visada do modo como é proferida." (HABERMAS, 2003:167-8) [grifos de M. S. Grandi]

Acrescente-se aí também a pretensão de *inteligibilidade*, na qual se pressupõe que a mensagem é proferida de maneira a ser inteligível linguisticamente pelo ouvinte. Assim, portanto, no momento no qual alguém rejeita um ato de fala inteligível, esse alguém questiona ao menos uma dessas pretensões: a *veracidade* dos fatos ou coisas referentes ao mundo objetivo, a *correção* perante as normas sociais estabelecidas no mundo social ou a *sinceridade* dos proferimentos relativos ao mundo subjetivo de quem fala.

Na prática, as argumentações frequentemente recorrem a diversos tipos de pretensões de validez, sendo muito difícil discerni-los de uma forma objetiva e estanque. São pretensões que, em muitos momentos, se sobrepõem. Justamente por isso, muitas vezes a veracidade compartilhada de um fato (aquilo que todos os envolvidos na interação reconhecem como "verdadeiro") pode assentar-se sob interpretações específicas e particulares a respeito daquele fato, por exemplo. Diga-se de passagem que essas próprias interpretações, por sua vez, podem existir por conta de motivações sociais (normas sociais compartilhadas) e/ou subjetivas (confiança recíproca estabelecida com certos atores).

Fica mais uma vez claro aqui, portanto, que o conflito é um tipo de situação compreendida no interior da teoria habermasiana[49]. Quando os indivíduos estão em uma

[49] Várias são as críticas direcionadas a Habermas e ao conteúdo de sua obra, como se verá na subseção que se seguirá a este. Contudo, aqui se faz menção à crítica que atribui à teoria habermasiana do agir comunicativo de uma suposta "idealização" das interações linguísticas. Segundo essa crítica, a fundamentação na racionalidade comunicativa à qual Habermas remete à possibilidade de um entendimento e do alcance de um acordo termina por negar a existência (e até mesmo a própria possibilidade) de conflitos entre os atores em interação. Dessa maneira, negar-se-ia profundamente a própria dimensão das relações de poder que compõe as interações. Exemplos de tais críticas podem ser encontradas em MOUFFE (2000). No entanto, tal crítica parece fragilizar-se ao pensarmos, a título de exemplo, nas consequências e condições políticas que se dão na e através da busca por um entendimento a respeito de planos de ação de indivíduos em interação. Trata-se de

interação pautada pela racionalidade comunicativa, e algum sujeito passa a questionar alguma das pretensões de validez levantada pelo outro, a ação comunicativa é interrompida. Diante dessa situação existem duas possibilidades de solução: ou se recorre à ações instrumentais no intuito de se atingir o sucesso sem a construção de um acordo e um entendimento entre os que se encontram em interação; ou os indivíduos envolvidos buscam resgatar a(s) pretensão(ões) de validez contestada(s). No entanto, dependendo da pretensão posta em xeque, as formas através das quais elas podem ser resgatadas são distintas. No caso da veracidade e da correção, elas podem ser defendidas discursivamente através da argumentação e da adução de razões. Já no caso da sinceridade, só pode-se retomá-la através do comportamento do falante, pois "[q]ue alguém pense sinceramente o que diz é algo a que só se pode dar credibilidade pela consequência de suas ações, não pela indicação de razões." (HARBEMAS, 2003:79). Assim, No caso de a pretensão contestada ser relativa à inteligibilidade ou à sinceridade dos falantes, sua validez pode ser resgatada ainda no contexto da interação não necessariamente linguística (ainda possivelmente verbal, no caso da inteligibilidade, mas também não verbal no caso da sinceridade). No entanto, caso questione-se ou a pretensão de veracidade ou a de correção normativa do falante, somente o discurso pode resgatar sua validez. Quando trata-se de defender a pretensão de validez referente à veracidade, o discurso que se estabelece é chamado por Habermas de um discurso teórico. No caso da pretensão de validez normativa se daria um discurso prático (FREITAG e ROUANET, 1993:18).

Ao menos dois requisitos se dão para que se dê um discurso prático: (1) A capacidade individual de assumir uma posição refletida (uma "autoconsciência") quanto às suas crenças e valores; e (2) a disposição individual a cooperar uns com os outros na busca por razões aceitáveis para os outros e a disposição em se deixar afetar em suas decisões por essas razões. (HABERMAS, 2007:15) O discurso prático seguiria pressupostos específicos vinculados à ética do discurso (cujos pressupostos referentes ao princípio da universalização e ao princípio da ética do discurso propriamente dito já foram citados acima), e suas decisões deveriam ser pensadas a partir do pressuposto universalizante da autonomia, não da liberdade subjetiva[50].

---

entender as interações pautadas pela racionalidade comunicativa enquanto um possível processo de coordenação de intenções e esforços tendo em vista um agir no mundo.

[50] A diferença trazida aqui é a estabelecida entre a concepção de autonomia e liberdade subjetiva que Habermas busca em Kant. De acordo com Habermas, a autonomia de kantiana é diferente da liberdade subjetiva da tradição empirista. A vontade se "deixa" determinar por diferentes espécies de razão. Assim, a liberdade surge como parte da consciência de um único sujeito, determinada por máximas de prudência, preferências ou motivos racionais. A autonomia é determinada por máximas aprovadas pelo teste da universalização, ou seja, suscitada por motivos que deveriam ser levados em conta por todas as outras pessoas da comunidade moral igualmente (HABERMAS, 2007:12). Para Habermas, a comunidade moral é entendida como "(...) uma comunidade abrangente que faz suas próprias leis, uma comunidade formada de indivíduos livres e iguais

Cabe ressaltar como as pretensões de validez normativas, portanto, se fundamentam nas expectativas a respeito da capacidade de serem fundamentadas através de razões. Os motivos para seu reconhecimento podem passar por convicções, sanções sociais ou mesmo violência. Essas misturas são interessantes porque constituem indícios de que

> "(...) não basta a *entrada em vigor* positivista das normas para assegurar *duradouramente* sua validez social. A imposição duradora de uma norma depende *também* da possibilidade de mobilizar, num dado contexto da tradição, razões que sejam suficientes pelo menos para fazer parecer legítima a pretensão de validez no círculo das pessoas a quem se endereça. Aplicado às sociedades modernas, isso significa: sem legitimidade, não há lealdade das massas." (HABERMAS, 2003:83)

5.3 Esboços para possíveis contribuições mútuas e sua importância para um efetivo *desenvolvimento sócio-espacial*

Após a exposição de alguns dos principais aspectos dos pensamentos de Cornelius Castoriadis e Jürgen Habermas feita acima, os interesses desta pesquisa colocam como um imperativo aventurar-se na tentativa de proceder a pequenas considerações em relação a certos pontos de convergência e de discordância entre os autores[51]. Busca-se, com isso, vislumbrar algumas possibilidades de que cooperem, de forma concomitante e significativa, para a construção de um horizonte de um desenvolvimento sócio-espacial[52] (cuja compreensão se explicará ao final desta sub-seção). Tal perspectiva de desenvolvimento cumpre papel fundamental inclusive para se entender por quê se opta nesta pesquisa por enfocar as ações de um movimento social urbano – o movimento dos sem-teto.

Logicamente não faz parte dos objetivos aqui almejados esgotar os aspectos que possam aproximar ou afastar as reflexões de Castoriadis e Habermas. Mesmo assim, é sempre interessante manter a cautela e afirmar claramente que são sabidos e reconhecidos os riscos de se trabalhar com um referencial proveniente de matrizes de pensamento (e de relações com a

---

que se sentem obrigados a tratar uns aos outros como fins em si mesmos." (HABERMAS, 2007:13) Ainda que a liberdade subjetiva, em sua concepção, possa ser "distributiva", a autonomia não: "Nesse sentido enfático, uma pessoa só pode ser livre se todas as demais o forem igualmente." (HABERMAS, 2007:13)

[51] Como já iniciado por SOUZA (2000b, 2002, 2006a).

[52] Tal escolha é, em certa medida, reconhecidamente aleatória. No entanto, optou-se por adotar o referencial do *desenvolvimento sócio-espacial* por ter ele uma ancoragem mais próxima da realidade empírica a respeito da qual esta pesquisa se presta a refletir. Cumpre sublinhar, de qualquer maneira, que o desenvolvimento sócio-espacial traz em suas raízes preocupações emancipatórias e comprometidas com uma democracia no sentido desenhado por Castoriadis.

prática), em certos pontos, tão discrepantes entre si. Justamente por isso não se procederá à aproximação de ambos os pensadores (tarefa que, para além de extrapolar os propósitos de uma dissertação de mestrado, seria inclusive perigosa), nem tampouco de seus pressupostos ou mesmo de suas teorias propriamente ditas. Inclusive, sabe-se que as considerações levantadas por ambos os intelectuais em suas obras podem ser observadas a partir de uma infinidade de perspectivas[53]. Justamente por isso, ressalta-se aqui que, apesar de serem diversos e variados os aspectos dos dois pensadores que podem ser colocados em relação (concordante ou discordante), se enfocarão aqui especialmente aqueles que se vinculam ao recorte que os objetivos da pesquisa proporcionam. Ou seja: os que se relacionam com a situação ideal de fala, o compartilhamento do mundo da vida, as relações de poder que se dão na escala espaço-temporal cotidiana e, logicamente, a espacialidade que reflete, condiciona e, em certa medida, compõe tais elementos.

Primeiramente se tentará proceder a um levantamento das principais críticas feitas a partir da relação entre o pensamento de Castoriadis e Habermas. Para isso, as críticas de Habermas a Castoriadis serão baseadas nas palavras do próprio filósofo e sociólogo alemão (HABERMAS, 2000) e em colocações feitas também por ORTELLADO (2003), enquanto as que partem no sentido contrário terão como principais fontes os apontamentos de WHITEBOOK (1998) e KALYVAS (1998, 2001)[54] (com inserções novamente de ORTELLADO [2003][55]). Em um segundo momento, com a ajuda especialmente de SOUZA (2000, 2002, 2006a) e das leituras realizadas de Habermas e de Castoriadis, algumas novas considerações e ponderações serão feitas a respeito da relação entre ambos os autores – visando principalmente apontar para possíveis âmbitos de cooperação entre suas obras. Por fim, buscar-se-á elencar alguns aspectos dessa reflexão que possam colaborar com o pano de fundo do desenvolvimento sócio-espacial, como já colocado.

---

[53] Como adendo à sua pesquisa de doutorado, o filósofo brasileiro Pablo ORTELLADO (2003), já citado acima, procedeu a um levantamento interessante da bibliografia que trata de tentar relacionar Castoriadis e Habermas. Ele ressalta, no entanto, que a maioria dos que se aventuram em tal tarefa enfatizaram a dimensão psicanalítica dos dois autores (ORTELLADO, 2003:27). Não se trata, logicamente, desse o enfoque priorizado pela presente pesquisa.

[54] De maneira geral, as considerações apontadas por Whitebook e Kalyvas dão conta das salvaguardas apresentadas por Ortellado – que também defende clara e substancialmente a perspectiva castoriadiana contra as investidas de Habermas. Por conta disso, não se realizará uma retomada específica das colocações feitas pelo filósofo brasileiro em tela sobre tais pontos – mas cumpre ressaltar que ele também os aborda atentamente.

[55] Um trabalho fundamental aqui seria o escrito de Castoriadis chamado "*Philosophy, politics, autonomy*", de 1991. No entanto, não foi possível acessar tal obra, por inexistir nas bibliotecas públicas da cidade e sequer nas livrarias (mesmo as especializadas).

5.3.1 Em *embate*: Habermas *contra* castoriadianos (e vice-versa)

A querela relativa aos pontos de discórdia e de contato envolvendo Castoriadis e Habermas não se trata das mais simples e tampouco se encontra "finalizada" (até porque, no âmbito das ciências sociais e, mais ainda, da filosofia, isso seria no mínimo irreal). Ainda assim, existem pontos de relativo consenso entre os autores que buscaram tematizar a relação entre os dois pensadores – principalmente no que se trata de criticar Habermas a partir da perspectiva de Castoriadis. Começaremos, aqui, expondo em grossas linhas o que aquele expôs em relação a esse.

Habermas mostra ter um grande respeito por Castoriadis e sua obra. Não fosse isso, não haveria já nas primeiras páginas de seu "*Excurso sobre C. Castoriadis: 'A instituição imaginária'* " a afirmação de que teria sido Castoriadis, em sua concepção, quem "(...) empreendeu a mais original, ambiciosa e refletida tentativa de pensar, mais uma vez como *práxis*, a mediação emancipadora da história, da sociedade e da natureza externa e interna" (HABERMAS, 2000:455) ocupando assim, para ele, um lugar central entre as abordagens sobre a filosofia da *práxis*. Segundo Habermas, Castoriadis inova com sua concepção de *práxis* ao romper tanto com a perspectiva aristotélica quanto com o dogmatismo marxista ao tentar resgatar o sentido originário de uma política emancipadora. O filósofo alemão localiza a *práxis* autônoma como sendo um conceito central na obra de Castoriadis, entendida não somente como definida por seu fim (a autonomia) mas também enquanto meio: "uma auto-atuação criativa – oposta, portanto, à previsibilidade e rotina do comportamento reflexo e da ação instrumental."[56] (ORTELLADO, 2003:89) Aproximando-o a Hannah Arendt, Habermas afirma que a obra castoriadiana tem como seu principal enfoque os conceitos do político e do social, detendo-se nos

> "(...) raros instantes históricos em que a massa com que as instituições são modeladas ainda se encontra fluida, isto é, àqueles momentos produtivos de *fundação* de novas instituições (…) [de forma que Castoriadis] (…) desenvolve o caso normal do político tomando por base o caso-limite do ato de fundação de uma instituição." (HABERMAS, 2000:458)

[56] Ortellado, aqui, também reconhece que Habermas identifica que sua distinção entre racionalidade comunicativa e racionalidade instrumental se aproxima da distinção estabelecida por Castoriadis entre uma dimensão "conjuntista e identitária" e uma dimensão imaginária da sociedade. Essa aproximação também é apontada por WHITEBOOK (1998:146).

O pensador alemão, então, tenta defender a tese de que o problema enfrentado por Castoriadis em sua virada linguística "peculiar" (o de conseguir conciliar uma concepção de linguagem que abre o mundo com o de uma *práxis* com grande conteúdo normativo) não consegue ser resolvido pelo próprio pensador greco-francês. Isso porque, ao se reforçar um conceito como o castoriadiano de sociedade (entendido por Habermas como "fundamentalista"), não se permite qualquer margem para uma *práxis* intersubjetiva por parte dos indivíduos socializados. Habermas afirma que, ao considerar o imaginário de uma sociedade como apoiado somente no "mundo objetivo", Castoriadis acaba negando à *práxis* intramundana qualquer possibilidade de autonomia e de aprendizado – uma vez que a instituição de significados operada por uma sociedade desde o rompimento da mônada psíquica reduziria esta última a ponto de a psiquê e a sociedade serem entendidas como estando em um tipo de oposição metafísica uma em relação à outra. "Se cada universo de sentido institui igualmente seus padrões de validade, então não há como julgar e optar entre padrões conflitantes. Sem isso, a práxis perde qualquer suporte para justificar sua ação e sua opção pela autonomia." (ORTELLADO, 2003:90) Não haveria, assim, possibilidades de as relações intersubjetivas de fato criarem o novo. Habermas coloca, inclusive que o fato de "[p]or que uma sociedade institui um determinado horizonte de significados, é uma questão que Castoriadis tem de rejeitar como sem objeto. Não se pode perguntar a procedência do imemorável." (HABERMAS, 2000:461) Assim, a *práxis* perderia justamente os traços de um empreendimento intersubjetivo (traços acentuados pelo próprio Castoriadis, lembra Habermas). Tal situação levantaria dois problemas: a impossibilidade de Castoriadis localizar a luta política ao redor de uma conduta autônoma da vida; e a busca por uma explicação da intersubjetividade da *práxis* social que tem que partir justamente de uma consciência solitária. Entendendo que o pensador greco-francês não consegue estabelecer uma figura teórica para a mediação entre indivíduo e sociedade (interação que, na compreensão de Habermas sobre o pensamento de Castoriadis, se daria primeiramente pelo rompimento da mônada da infância pela sociedade e depois pela impressão do mundo socialmente instituído em cada indivíduo, de forma a estabelecer uma espécie de "oposição metafísica" entre psiquê e sociedade), Habermas sugere como solução que se amplie o conceito de linguagem para não restringi-lo somente à dimensão lógico-semântica e abranger uma perspectiva que a entenda como um *medium* que envolve cada participante da interação.

> "Se com base nesse conceito de linguagem ampliado pela pragmática reformula-se o conceito de práxis no sentido da ação comunicativa, as características universais

> da práxis já não se limitam ao *legein* e ao *teukein*. (…) Antes, a práxis opera à luz de uma razão comunicativa que impõe aos participantes da interação uma orientação segundo pretensões de validade, possibilitando, assim, uma acumulação de saber capaz de *modificar* as imagens do mundo." (HABERMAS, 2000:465)

Em relação a essas colocações, algumas coisas parecem ficar claras. Habermas parece desconsiderar as ponderações de Castoriadis a respeito da importância da autonomia individual e, consequentemente, do potencial de criação do radicalmente novo que se dá também (mas não só) no contato entre a mônada psíquica dos indivíduos e as instituições primeiras / centrais da sociedade instituída (contato que é necessariamente relacional, diga-se de passagem). Ao mesmo tempo, o pensador alemão parece entender tanto a concepção castoriadiana da mônada psíquica quanto a própria psiquê dos indivíduos já socializados como estáticas e imutáveis. Percebe-se isso porque, para Castoriadis, há a possibilidade concreta de, através de sua experiência no mundo, o indivíduo questionar a interpretação originalmente exterior a si a respeito do substrato intramundano da "natureza", por exemplo. Castoriadis tampouco afirma uma relação linear entre mônada / rompimento pela sociedade / impressão do mundo no indivíduo como Habermas parece compreender. Ele enfatiza, por outro lado, que, para além de haver uma separação entre a mônada psíquica e a sociedade instituída (separação identificável, apesar de não ser delineável com exatidão), existem aspectos da mônada psíquica que interagem diretamente com a psiquê – e que, por sua vez, influenciam na relação do indivíduo com a sociedade instituída de forma a não se poder considerar tal relação completamente determinada pela sociedade instituída e seus valores. A sociedade instituinte (e aí os indivíduos e sua capacidade pessoal e coletiva de criação do radicalmente novo) também se imprime na sociedade instituída. Não existe separação, mas sim uma relação de diferenciação em obrigatória, constante e inevitável troca. Por fim, sua sugestão de solução tampouco parece estar isenta de questionamentos possíveis. Não basta ver a socialização como somente um processo linguístico em sentido estrito (no sentido da interação comunicativa através de atos de fala, uma interação verbal). Existem processos de socialização que são dados através de outros tipos de trocas e comunicações, que não puramente as verbais.

Mesmo assim, não há dúvidas de que as reflexões sobre uma razão comunicativa pela qual se operam certos tipos de interação linguística verbal contribuem muito para se aprofundar o conhecimento a respeito dos processos pelos quais esse tipo específico de interação se dá. Mas não se pode utilizá-las de forma a extrapolar seu âmbito, como ao tentar dotá-la da capacidade (quase "monopolizadora") de vincular plenamente a *práxis* a todos os

processos e formas de socialização emancipatórias do indivíduo.

Parta-se agora para as críticas contrárias: da perspectiva castoriadiana em relação às reflexões de Habermas. Grande parte dos trabalhos abordados aqui passa justamente por respostas às criticas feitas a Castoriadis por Habermas no escrito supracitado (HABERMAS, 2000).

Joel WHITEBOOK (1998) aproveita os pensamentos de Castoriadis para realizar duas tarefas em relação a Habermas: responder à crítica do pensador alemão em relação a Castoriadis e ressaltar o que ele entende por uma contradição nas reflexões habermasianas (notadamente em relação à questão da significação, que não será abordada aqui por não abranger os interesses diretos da pesquisa[57]). Para responder Habermas em relação às críticas por ele feitas à reflexão castoriadiana a respeito da relação entre mônada, psiquê e sociedade, Whitebook aponta justamente que a crítica de Habermas "(...) explora todo o clima pós-metafísico da filosofia contemporânea" (WHITEBOOK, 1998:144) [tradução livre], de forma a rotular inclusive como "metafísico" o conflito apresentado por Castoriadis entre psiquê e sociedade. Tal conflito, para Whitebook, é intrínseco e muito mais antropológico do que metafísico. Não há como querer eliminá-lo. Inclusive porque efetivamente não vivemos divididos entre um mundo psíquico privado e um mundo público: vivemos em ambos os mundos, tendo que negociar suas relações constantemente.

Já nos dois textos de Andreas KALYVAS (1998, 2001), um outro panorama da relação entre os dois autores é esboçado, ainda que atenha-se praticamente também só a responder às criticas habermasianas a Castoriadis.

No seu primeiro texto abordado, o ponto levantado por Kalyvas de maior interesse para esta pesquisa parte de sua retomada de uma das colocações de Habermas: aquela que conclui que o pensamento de Castoriadis a respeito de uma sociedade autônoma imporia a existência de um coletivo soberano e onipotente, no meio do qual a *práxis* de indivíduos autônomos se dissolveria por conta de Castoriadis precisar "(...) assimilar esta à práxis dos demiurgos sociais, criadora de linguagem, projetora e devoradora de mundos." (HABERMAS, 2000:461-2). No entanto, ao contrário, a atividade política autônoma castoriadiana objetiva justamente a criação de novas identidades políticas através de deslocamentos e rearticulações sucessivas entre entidades particulares – o que mostra como

[57] Em resumo, a crítica de WHITEBOOK (1998:144) aponta para o fato de Habermas, em um primeiro momento de suas produções, ser particularmente crítico a respeito da perda de foco na questão da significação operada pela racionalidade weberiana e marxista mas, tempos depois, ser condescendente com os liberais no que diz respeito a esse mesmo traço.

Castoriadis nunca pressupôs um sujeito coletivo naturalmente dado (KALYVAS, 1998:173). Habermas também entenderia essa sociedade autônoma como uma coletividade completamente auto-transparente, no sentido de não esconder sob uma origem extra-social seu imaginário e de saber-se explicitamente auto-instituinte. Mas o pensamento de Castoriadis o contrapõe, afirmando que não há como a sociedade escapar dela mesma. Para ele, o imaginário social instituído está sempre sob o fluxo do imaginário radical da sociedade instituinte. Isso leva Kalyvas a afirmar que a ideia de um sujeito social auto-transparente não pode ser sustentada (KALYVAS, 1998:176). Como último argumento de seu excurso, Habermas ainda afirmaria que a ideia de Castoriadis sobre uma sociedade instituinte cai sobre si mesma, pois incorreria em uma forma de fatalismo que impediria a possibilidade de uma ação criativa e autônoma. Ele concluiria isso por conta de entender que a sociedade instituinte estaria sempre refém das referências de uma sociedade já instituída – de forma que, para o alemão, "tudo o que sobra [nas reflexões de Castoriadis] são as estruturas historicamente mutantes das totalmente independentes, livremente flutuantes significações imaginárias sociais que desdobra-se em uma palavra-história que constitui o *topos* da sua externalização e objetificação." (KALYVAS, 1998:177) [tradução livre] Mas Kalyvas aponta para um uso retórico da crítica habermasiana, visto que ele próprio sugere em sua teoria da ação comunicativa um conceito que operaria de forma muito similar: o de mundo da vida.

> "What else in Castoriadi's concept of social imaginary significations than a different articulation of the horizon of unthematized, intuitive, intersubjective meanings, values, symbols that make a society intelligible and meaningful, thereby permitting communication and the cordination of action among social individuals?"[58] (KALYVAS, 1998:177)

Essa semelhança entre o conceito de mundo da vida de Habermas e a ideia de imaginário social de Castoriadis é um ponto de contato entre as reflexões dos dois pensadores bastante interessante. Tal ponto nos ajudará a pensar como as considerações da teoria do agir comunicativo habermasiana, apesar dos pesares, podem aparentemente trazer elementos que cooperem com o projeto de autonomia castoriadiano (ou, nos termos de SOUZA [2006a], uma "sociedade basicamente autônoma"). Mas antes disso, veremos duas das quatro críticas[59] que

[58] "O que mais no conceito de Castoriadis de significações imaginárias sociais que a diferente articulação do horizontes dos não-tematizados, intuitivos, significados intersubjetivos, valores, símbolos que fazem a sociedade inteligível e dotada de sentido, desse modo permitindo comunicação e a coordenação de ações entre indivíduos sociais?" [tradução livre]

[59] As considerações que não serão abordadas aqui dizem respeito aos fatos de: (a) Castoriadis haver afirmado que Habermas não consegue se libertar da lógica identitária-conjuntista ao recorrer a argumentos fundacionalistas com bases estritamente extra-sociais (KALYVAS, 2001:5); e (b) Castoriadis opor-se à concepção formalista e vazia da autonomia kantiana e apontar em Habermas uma subordinação gradual da

Kalyvas levanta em outro trabalho e que têm especial importância aqui.

Uma delas (KALYVAS, 2001:6-11) foca o fato de a teoria de Habermas apresentar dificuldades em abordar o momento da deliberação política, principalmente por não incorporar (além da dimensão racional) a dimensão do desejo às suas estruturas teóricas. Habermas entenderia que a autonomia política estaria localizada no momento da formação das opiniões, e não na deliberação propriamente dita. Essa perspectiva distancia a teoria habermasiana da participação e envolvimento efetivo da população na construção das leis e na tomada de decisões (ou seja: no poder instituinte da sua sociedade), enquanto para Castoriadis é impossível pensar-se em uma sociedade democrática sem que se pense tanto nos seus momentos de discussão pública entre os cidadãos (a respeito das leis e normas mais apropriadas para sua comunidade), quanto na falibilidade inerente a esse processo (a liberdade inclusive de "errar em coletivo", o que faz da democracia um "regime trágico"). Mas a constituição do poder e da vontade não estão ligadas somente a uma dimensão reflexiva e racional, e nisso Castoriadis se destaca em relação a Habermas quando busca unir tanto o momento da decisão da democracia quanto o momento da criação ontológica da vontade em uma teoria normativa do poder democrático, segundo KALYVAS (2001:11).

No entanto, tais considerações de Kalyvas e Castoriadis parecem não conseguir desmerecer por completo as reflexões do pensador alemão (apesar de apontar debilidades reais). Afinal de contas, o próprio Castoriadis percebe a necessidade de se compreender o poder não somente como sua manifestação explícita (das normas, leis e convenções que regem explicita e declaradamente uma coletividade), mas também (e com bastante ênfase) como sua manifestação "implícita": o infrapoder, exercido e construído inclusive em meio às relações informais da sociedade. Levando isso em conta, ainda que Habermas não problematize propriamente a dimensão e os momentos de decisão e deliberação[60], é inegável que suas reflexões colaboram para uma melhor compreensão dos processos de debate e de formação de opiniões. Tais processos influenciam também (em maior ou menor grau) os momentos de deliberação. A decisão não está desvinculada do momento da formação de opiniões e do debate entre elas. Para além disso, cabe ressaltar que muitas decisões não são tomadas somente em seus espaços e momentos "formais" (de manifestação do poder explícito, por exemplo), sendo o momento e os espaços da formação das opiniões muitas

significação e do simbólico à auto-compreensão racional (KALYVAS, 2001:15).

[60] Habermas enfoca, sim, uma série de aspectos que conformam o momento do debate de perspectivas baseado em argumentações, mas realmente não aborda diretamente os mecanismos linguísticos através dos quais chega-se a uma decisão, a uma deliberação a respeito do "melhor argumento".

vezes fundamental para o próprio processo deliberativo (envolvendo espaços e momentos que não estão inclusos nos espaços-tempos públicos-públicos da auto-instituição da coletividade). E, obviamente, Castoriadis não ignorava a importância de tais processos (vide a ênfase dada tanto ao poder explícito quanto ao infrapoder em suas reflexões). Seria incorrer em uma simplificação arriscada julgar que, por sua teoria não abordar diretamente o momento da deliberação, as reflexões habermasianas não cooperariam para o melhor entendimento nestes / destes momentos. No entanto, mesmo nos espaços e momentos formais, de manifestação do poder explícito da sociedade, deve-se atentar para condições que realmente permitam e efetivamente deem a possibilidade de que a formação discursiva dessas vontades coletivas se deem de maneira radicalmente participativa e constantemente aberta à discussão e à crítica. Quanto a isso, há de se admitir que a busca por elencar com clareza a maior quantidade possível de aspectos que podem contribuir para tal participação[61] radicalmente efetiva e abrangente é válida e importante, visto que amplia o leque de preocupações a serem observadas pelos grupos que se preocupam em construir um processo democrático.

Kalyvas também afirma como, enquanto o projeto castoriadiano efetivamente se propõe a ser uma elucidação comprometida com o rompimento com o *status quo*, a ideia de "democracia deliberativa" de Habermas apresenta-se meramente como uma teoria da continuidade e de mudanças incrementais (KALYVAS, 2001:12). Em contraste, para Castoriadis, o objetivo da política estaria na adoção de novas leis, e não na busca por um consenso – que remeteria à continuidade do *status quo*.

É fato que a transposição operada por Habermas de sua teoria do agir comunicativo para uma escala geográfica e organizacional maior pode apresentar diversas dificuldades (e inclusive problemas, da perspectiva castoriadiana, especialmente se transpostas sem adaptações significativas). Sua concepção racionalista e procedimental das interações sociais pode simplificar em demasia os processos que envolvem tanto a formação das vontades coletivas quando as deliberações realizadas pela comunidade em questão. No entanto, suas reflexões ainda podem ser bastante úteis se compreendidas justamente na escala na qual foram, ao menos aparentemente, elaboradas originalmente suas ideias: a escala das relações pessoais, individuais. Contudo, isso não permite que se afirme tão categoricamente, como o faz Kalyvas, que suas considerações não caberiam a um processo que buscasse não a manutenção do *status quo*, mas sim uma mudança radicalmente democrática da sociedade. Apesar de Habermas declarar de forma absolutamente clara que acredita em seu projeto de

[61] Certamente sem se acreditar na real possibilidade de esgotar os pressupostos que garantam tais condições.

modernidade sendo desenvolvido no interior da estrutura do Estado (HABERMAS, 2007:27) – propondo inclusive como estratégia o que chama de "reformismo radical" (FREITAG e ROUANET, 1993:23) – é inegável que sua teoria da ação comunicativa contém aspectos fortemente democráticos no que tange, por exemplo, à necessidade de ampla capacidade e possibilidade de participação nas interações discursivas. Levando-se em conta tais elementos, suas considerações podem efetivamente colaborar para o estabelecimento de situações e contextos que venham a garantir ganhos de autonomia individual (principalmente tratando-se de processos formais de deliberação coletiva) e, consequentemente, também de autonomia coletiva no que envolve as manifestações do poder explícito da coletividade considerada. Afirmar que a adoção de novas leis não envolve os processos aos quais Habermas se detém (e, como se não bastasse, dar a entender que o estabelecimento de um consenso implica necessariamente na manutenção do *status quo*) parece, sim, uma redução drástica e temerosa de suas potencialidades. Alcançar um consenso não significa diretamente acordar a respeito da *manutenção* de qualquer tipo de ordem social. Afinal, coletividades críticas à ordem estabelecida podem efetivamente entrar em acordo sobre maneiras de subverter aspectos da sociedade que não lhe agradam, desta maneira também exercendo seu poder instituinte de maneira radicalmente autônoma. Trata-se de saber valorizar a importância de tais processos, especialmente nos grupos radicalmente críticos à sociedade instituída (como, diga-se de passagem, em certas organizações de movimentos sociais reconhecidamente emancipatórias). É óbvio, no entanto, que Habermas não enfatiza em momento algum que sua teoria serviria à construção de alternativas radicalmente revolucionárias e democráticas (especialmente se tratando da perspectiva de democracia que Castoriadis tem). Isso é certamente uma fragilidade encontrada em sua teoria ao ter-se como horizonte um processo radical de mudança social. Habermas não rompe efetivamente com o *status quo*. Mas é fundamental mantermos o olhar crítico apurado para os avanços que suas reflexões podem trazer para os processos de ruptura – uma ruptura que, diga-se de passagem e com destaque, só poderia dar-se de maneira coletiva e minimamente organizada. Logo a partir de um mínimo entendimento a respeito da vontade de efetivar uma ruptura radical com a sociedade instituída.

5.3.2 Em *debate* (ou "orientando-se ao entendimento"): *Com* Castoriadis *e* Habermas, por um desenvolvimento sócio-espacial

Alguns elementos de ponderação em relação às críticas feitas a Habermas pelo

enfoque castoriadiano já foram apresentados em meio aos últimos parágrafos. Cabe lembrá-las rapidamente para, em seguida, buscar complementá-los com a exposição de algumas novas colocações.

Primeiramente, já pressupõe-se que se pensar uma sociedade basicamente autônoma não exclui a importância da existência de que normas, regras e valores específicos dessa sociedade, como já visto. O que a diferiria de uma outra sociedade seria, dentre vários aspectos, o processo de discussão e deliberação a respeito desses marcos. Certamente o processo de discussão, deliberação e instauração dessa dimensão da sociedade não se dá apenas através de sua instância de poder explícito (envolvendo também toda sorte de elementos intersubjetivos, especialmente vinculados à *paideia* e ao infrapoder). *Mas no que tange ao que couber à essa instância formal de deliberação da sociedade, espera-se que a deliberação baseie-se em uma ampla e livre reflexividade* dos participantes (CASTORIADIS, 1992:147). Isso remete ao entendimento habermasiano da argumentação[62] e da situação ideal de fala[63], o que aponta para o fato de que para tal instância da instituição da sociedade (mas não de forma exclusiva), *os aspectos levantados por Habermas apresentam especial relevância por seu caráter radicalmente humanista e democrático* (principalmente por conta dos pressupostos à ação comunicativa – lembrando, obviamente, que tais aspectos não esgotam o rol de preocupações necessárias para que se garanta a livre e igual participação dos envolvidos e que, na verdade, a deliberação não é um momento diretamente abordado na teoria habermasiana).

Mas as reflexões relativas à razão comunicativa elucidam aspectos importantes no que envolve as interações verbais (pois esse é o foco do pensamento de Habermas). Ela tem especial relevância ao tratar-se dos espaços e momentos de formação das opiniões dos sujeitos envolvidos na interação. *Apesar de suas reflexões não abordarem diretamente os processos de deliberação, o espaço-tempo da formação das opiniões é fundamental para o entendimento das relações que permeiam tanto os processos decisórios que se dão nos espaços do poder explícito quanto a capilarização de valores, normas e costumes vinculados ao infrapoder que se dão "informalmente"*. As pretensões de universalização e totalização da teoria habermasiana devem ser deixadas de lado, certamente. Da mesma forma, seu

---

[62] Lembre-se aqui que, para Habermas, o processo de argumentação se dá a partir da apresentação de razões que façam da decisão argumentativamente acordada igualmente boa para todos aqueles que tal decisão envolve. "A forma da argumentação resulta assim da necessidade da participação e do *equilíbrio de poder*." (HARBEMAS, 2003:92)

[63] A "situação ideal de fala", por sua vez, diz respeito àquela na qual a comunicação não é perturbada por qualquer tipo de coação externa ou interna (FREITAG e ROUANET, 1993: 17 e seg.), como já exposto alhures.

eurocentrismo deve ser descartado. Mas os elementos por ela trazidos à tona parecem ser relevantes, principalmente nos aspectos que os vinculam aos pressupostos que visam o transcorrer de interações linguísticas com princípios de igualdade nas condições de acesso, reflexão, intervenção, críticas e (por que não acrescentar?) deliberação por parte de todos os interessados. São aspectos que resguardam sua importância para interações radicalmente democráticas, plenamente abertas à discussão e às críticas de todos os participantes.

Vale lembrar também como a teoria da ação comunicativa coloca pontos cruciais para a construção dessas condições de plena, livre e igual participação de todos os interessados e envolvidos. Mas isso parece se aplicar mais facilmente em situações que abranjam a escala das inter-relações pessoais (uma pequena escala geográfica[64]) e que se pretendam radicalmente democráticas (não em todo o tipo de interação nem, a princípio, com a mesma facilidade em qualquer outra escala). *Apesar de ser necessário ressaltar a dificuldade em se pensar a transposição de suas reflexões sobre o agir comunicativo para outras escalas sem certas adaptações e reconsiderações, elas colaboram para ganhos de autonomia individual e coletiva ao menos nessas menores escalas espaço-temporais de interação* (que podem, por sua vez, perfeitamente contribuir para uma maior força e coesão das ações de grupos – sejam eles grandes ou pequenos – em outras tantas escalas).

As últimas três pontuações serão, aqui, mais específicas. Vale lembrar que as concepções de *mundo da vida* de Habermas e a de *imaginário social* de Castoriadis, ambas, a grosso modo, enquanto um conjunto de elementos que formam o contexto a partir do qual os indivíduos retiram os recursos[65] para interpretarem o mundo e interagirem socialmente, são bastante similares – como bem destacou KALYVAS (1998:177). ORTELLADO (2003:89) também ressalta a semelhança entre, por um lado, a distinção feita por Castoriadis entre uma dimensão identitária-conjuntista e uma dimensão imaginária e, por outro, a distinção que Habermas estabelece entre razão instrumental e razão comunicativa.

Mas cumpre também levantar uma última consideração importante que diz respeito à ênfase que Habermas dá às ações discursivas. Para ele, a teoria da ação comunicativa deve justamente focar-se nesse tipo de interações, pois seria somente a linguagem que permitiria aos indivíduos chegarem a um entendimento (HABERMAS, 2002:9-10). No entanto, sua própria concepção de mundo da vida e de atos de fala mostram que para estabelecer-se uma interação linguística tanto o falante quanto o ouvinte devem estar de acordo em relação a pelo

[64] A questão da escala adotada nesta pesquisa será abordada mais detidamente na seção seguinte.

[65] Cabe sublinhar, somente por precaução: tal contexto não é só uma "fonte de recursos", uma vez que também é diretamente elaborado pelos próprios indivíduos.

menos uma das pretensões de validez (seja relativa ao mundo objetivo, ao mundo social ou subjetivo). Como nem todos os elementos do contexto que envolve a interação e tampouco a totalidade dos recursos aos quais os falantes e ouvintes podem recorrer são oferecidos ou mobilizáveis através da linguagem falada, é forçoso reconhecer que elementos não verbais também têm sua importância para a ação discursiva. As condições materiais-concretas, político-sociais ou simbólico-culturais necessárias para que se deem as próprias possibilidades de estabelecimento de tal tipo de ação não podem ser descartadas. Da mesma maneira, (e, em certa medida, consequentemente) o entendimento entre os agentes não se torna dependente pura e exclusivamente da dimensão linguística de sua interação. Trata-se de um processo que exige condições específicas para realizar-se, condições estas que estão indissociavelmente ligadas à uma espacialidade específica. O espaço age, indubitavelmente, tanto como condicionante quanto como reflexo desse processo linguístico. A existência de um substrato material, de relações territoriais e simbólico-afetivas singulares podem contribuir ou dificultar o estabelecimento de uma interação comunicativa – ainda que dificilmente sejam dimensões completamente distinguíveis empiricamente. Pense-se, a título de puro exemplo, em pessoas que gostariam de chegar a um acordo e coordenar seus planos de ação numa perspectiva de busca pelo entendimento e que vivem sob normas sociais que inclusive as permitam tentar fazê-lo, mas que não conseguem atingir tal objetivo por conta de nunca conseguirem um local propício para travarem sua interação (locais sonoramente poluídos que dificultam a audição dos outros, espaços pequenos demais para todo o grupo de pessoas, condições de pouca iluminação, mal-cheiro, excesso de calor ou de frio, etc.). Ou naqueles que possuem à disposição um local completamente adequado à ação discursiva mas que são proibidos formal ou informalmente de participarem ou darem início a uma interação verbal pelas relações de poder que se estabelecem e regem a convivência naquele espaço. Ainda pode-se pensar em casos nos quais tanto o substrato quanto as relações de poder permitiriam que uma interação desse tipo ocorresse, mas por ventura de experiências passadas (recentes ou remotas) envolvendo algum aspecto vinculado aquele espaço algum (ou alguns) de seus potenciais participantes não conseguisse sentir-se suficientemente à vontade ou confortável emocionalmente para interagir dessa maneira. É claro que muitos são os casos nos quais as dificuldades podem ser contornadas. Mas, de qualquer maneira, fica latente que tanto existem outras dimensões da interação social importantes para o processo de entendimento (e não somente a linguística), quanto que a espacialidade figura claramente dentre elas. Ao considerarmos a razão comunicativa como um elemento importante para uma mudança social

efetiva e, justamente por isso, enquanto uma dimensão extremamente relevante para a construção do processo dessa mudança, cumpre inclusive pensar que o próprio entendimento muitas vezes se dá a partir de interações não estritamente verbais. Vejam-se, por exemplo, a vastidão de formas de expressão adotadas por movimentos sociais bastante críticos e que conseguem estimular a adesão de uma imensidão de adeptos (o dito "movimento por uma outra globalização", o próprio Movimento dos Sem Terra no Brasil ou os Zapatistas no México). Essa crítica, relativa à restrição à dimensão verbal operada na teoria habermasiana, é desenvolvida de maneira mais efetiva e aprofundada por outros autores, de acordo com KALYVAS (2001:3).

Vê-se que, apesar das divergências em muitos aspectos e da pouca radicalidade e ambição das colocações de Habermas frente às de Castoriadis, existem na teoria habermasiana considerações importantes para quem se propõe a refletir sobre um *desenvolvimento sócio-espacial* efetivo (SOUZA, 2006a:76-7). É importante, a essa altura, esclarecer do que se trata tal concepção de desenvolvimento. Sua importância se insere no contexto de estabelecer uma diferenciação (especialmente crítica) em relação ao que comumente se entende por "desenvolvimento": um "desenvolvimento" restrito, geralmente com características marcadamente criticáveis – como o determinismo, o conservadorismo, o teleologismo, o etnocentrismo e, por consequência, o reducionismo. Tal senso comum comprova-se especialmente ao lembrar-se que o termo "desenvolvimento" é, não raro, tido como simples sinônimo de "desenvolvimento econômico" (notadamente nos moldes capitalistas) referenciado principalmente pelos Estados europeus ou norte-americanos. A perspectiva construída por SOUZA (2002:60 e seg.; 2006a:95 e seg.), no entanto, se distancia abissalmente de tais reducionismos e conservadorismos. Entendendo o "desenvolvimento" enquanto um processo de mudança social "para melhor" (SOUZA, 2006a:111), a necessidade de especificar o que se entende por isso leva à sua adjetivação como uma mudança social *e* espacial[66]. É assim que a acepção de desenvolvimento sócio-espacial aponta para um processo

[66] Esta diferenciação é devidamente fundamentada por SOUZA (2006a:109-10; 2008f). Deveria ser costume entender-se que no âmbito da totalidade de aspectos que são conferidos à sociedade (o "social"), a sua dimensão espacial guarda grande importância. O *espaço social* não deve ser concebido enquanto mero *reflexo* e tampouco como simples "palco" no qual os processos sociais se dão. Suas várias faces são também *condicionantes* das relações sociais. E assim o espaço se comporta não só no que envolve sua dimensão material-concreta (o *substrato espacial*), mas também no que tange as relações políticas / de poder (entendido, assim, enquanto *território*) e as simbólicas-culturais (sendo, nessa perspectiva, visto enquanto "*lugar*"). A espacialidade, assim, pode ser vista enquanto dimensão da própria *inter-ação* social. Ocorre que, com uma frequência muito maior do que seria desejável (se é que pode-se considerar desejável tal simplificação em algum grau), as abordagens que adotam a alcunha de "social" negligenciam a dimensão espacial da sociedade. Por isso, cumpre destacá-la não a título de qualquer tipo de "corporativismo", mas sim visando resgatar aspectos relevantes para a reflexão.

tanto de melhoria da *qualidade de vida* quanto de aumento da *justiça social* (SOUZA, 2002:61; 2006a:113). Sublinhe-se que se trata de um *processo*, justamente por não vislumbrar definir fins e objetivos concretos *a priori* (muito menos deliberados por algum ou alguns poucos sujeitos), e sim tê-los discutidos e debatidos à luz das situações específicas e pelos próprios homens e mulheres interessados em tal processo de "mudança para melhor". Justamente por isso, SOUZA (2002:66-7) ainda complementa a ideia de tal desenvolvimento sócio-espacial ser tido como um horizonte, com o apontamento de que tanto a qualidade de vida quanto a justiça social devem ser entendidos enquanto *parâmetros subordinados* (reconhecidamente gerais)[67] a um *parâmetro subordinador*: a autonomia (em sua dimensão individual *e* coletiva), visto que ninguém melhor do que os próprios indivíduos evolvidos para definir a respeito dos entendimentos sobre o que lhes seria "melhor"[68].

É a partir dos pressupostos de um desenvolvimento sócio-espacial como compreendido e explicitado acima que a relevância de se pensar na racionalidade comunicativa como possível potencializadora dos processos vinculados às decisões e deliberações relativas aos parâmetros subordinados (gerais e particulares) e, consequentemente, aos próprios parâmetros subordinadores surge. No entanto, é fundamental pensar também se haveria algum ator social em cujas costas pesasse uma maior responsabilidade em relação ao aqui almejado desenvolvimento sócio-espacial. Ao concordar-se com Castoriadis, não há como se conceber a possibilidade de recair em equívocos já sinalizados: deitar as esperanças de um efetivo desenvolvimento sócio-espacial sobre os ombros de qualquer indivíduo, grupo ou instituição seria traço tanto de uma relevante inconsistência teórica e filosófica, quanto uma límpida prova de contradição prático-política. Não se trata, pois, de especificar "quem" implantará tal desenvolvimento (ou "quem", antes de tudo, modificará a concepção de "desenvolvimento" hegemônica e conservadora). Sabe-se,

---

[67] Tais parâmetros são esmiuçados por *parâmetros subordinados particulares*: relativo à qualidade de vida, os parâmetros subordinados particulares diriam respeito aqueles diretamente ligados, por exemplo, à satisfação individual no que se refere à saúde, educação, moradia, etc. Já relativo à justiça social estariam associados aspectos vinculados à segregação residencial, às desigualdades econômicas, às possibilidades de participação popular direta nas decisões políticas relevantes, etc. (SOUZA, 2002:67) Poderiam-se acrescentar ainda a esses últimos os elementos relacionados às desigualdades baseadas em qualquer forma de discriminação (de gênero, etnia, nacionalidade, religiosidade e de faixa etária, por exemplo).

[68] Cumpre ressaltar aqui inclusive que a autonomia não envolve simplesmente a auto*gestão*. É fundamental também lembrarmos que se a gestão diz respeito à um momento presente (referindo-se à maneira de "administrar" uma situação com o uso dos recursos e das possibilidades que se tem no presente), o planejamento torna-se um complemento mais do que obrigatório (pois aponta justamente para a busca de "(...) simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor se precaver contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios." (SOUZA, 2006a:149) É essa complementariedade que nos leva a concordar com SOUZA (2006a) quando ele remete à autonomia não somente a auto*gestão*, mas também à possibilidade e capacidade de um auto*planejamento*.

no entanto, que algumas condições são estabelecidas ao tomar-se a autonomia (em ambas as dimensões, coletiva e individual) como parâmetro subordinador de tal perspectiva de desenvolvimento. Respeitando-se as existentes (apesar de ínfimas) margens de manobra (capazes de possibilitar pequenas vitórias – assim entendidas quando realmente significarem avanços táticos em um processo de ganhos paulatinos de autonomia), não parece sensato esperar que parta do aparelho de Estado (que tanto é ele mesmo uma instituição eminentemente heterônoma, quanto se funda, legitima e reproduz a própria heteronomia instituída da sociedade capitalista como um todo) qualquer iniciativa que radicalize os horizontes de um desenvolvimento sócio-espacial. Cabe, sim, acreditar que tais horizontes só possam ser alargados a partir de uma ação pública abrangente, organizada, duradoura, particularmente crítica e ambiciosa (e, logicamente, da construção das condições para que tal ação se dê – construção essa que, "fechando um círculo", só pode ser obra de uma ação como a referida): o que se entende como, valendo-se da definição de SOUZA (2006a:278), os *movimentos sociais*[69].

Portanto, a racionalidade comunicativa, inserida no contexto dos movimentos sociais, pode apresentar-se como desempenhando um papel crucial para o desenvolvimento sócio-espacial: colaborar ao trazer a preocupação com o *entendimento* e o *acordo* entre aqueles que visam uma "mudança para melhor", um ganho crescente de autonomia individual e coletiva. Não se mostra irreal pensar que as definições a respeito do conteúdo dessa mudança (seja no que concerne a aspectos vinculados à melhoria na qualidade de vida, seja nos elementos que dizem respeito ao aumento da justiça social) e, consequentemente, das táticas e estratégias adotadas para alcançá-las podem tornar-se mais coesas, legítimas e democráticas ao se levar em conta a importância de se estabelecerem interações (verbais e não verbais) pautadas pela

[69] Aqui, cumpre a distinção entre *ativismos* e *movimentos sociais* feita claramente por SOUZA (2006a; 2009d). Os primeiros seriam um conjunto amplo de ações públicas relativamente organizadas e duradouras, dentro do qual encontrariam-se, dentre outros tipo, os *movimentos sociais* (caracterizados como descrito no corpo do texto). A título de complementação, vale lembrar também o entendimento de Ana Clara Torres RIBEIRO (1991:100-1) a respeito dos movimentos sociais: "(...) [C]ompreendemos os movimentos como formas de organização e mobilização inscritas, como elos ativos, entre os processos de reprodução social e a esfera política. Dessa maneira, os movimentos possuem, em nossa compreensão, uma dupla e indispensável existência que os articula tanto aos processos de construção do tecido social, quanto simultaneamente, ao campo dos conflitos políticos." A autora ainda nos lembra, em outro momento, que "a noção de movimento social (…) é portadora de uma dupla face analítica: capacidade de organização e projeto." (RIBEIRO, 2001:13) Essa compreensão será importante também ao abordarmos, na próxima seção, a ideia de *política de escalas*. No entanto, vale ressaltar que se reforça o que RIBEIRO (2001:11) e SOUZA (2006a; 2009d) também afirmam, sublinhando que não se trata de estabelecer uma espécie de "selo de qualidade" a ser dado aqui a qualquer forma de manifestação social. Para outras discussões a respeito da produção acadêmica sobre movimentos sociais, consultar também RIBEIRO (1991, 2001) e SOUZA (2008d). Domitila Costa CAYRES (2009) também oferece uma rica retomada da produção nas ciências sociais sobre o tema em sua dissertação de mestrado.

racionalidade comunicativa. A observância dos pressupostos de uma ação orientada ao entendimento tende não só a facilitar a comunicação e a coordenação dos planos de ação de diferentes indivíduos ou grupos, mas também a dificultar e a, em casos limites ("ideais"), impedir a coerção por meio de qualquer tipo de violência, imposição ou ameaça interna ou externa.

É possível perceber no decorrer das considerações do filósofo alemão que ele de fato não deixa de apontar para o fato de que um agir comunicativo (agir orientado para o entendimento mútuo) exige justamente uma situação onde se possa perceber uma mínima simetria de poder (SOUZA, 2008c:8). Por isso é forçoso concordar com SOUZA (2000:199) quando ele afirma que se,

> "[d]e uma parte, o contexto mais propício e razoável para se pensar o florescimento de um autêntico agir comunicativo é aquele no qual as condições de garantia da autonomia individual e coletiva são maximizadas; de outra parte, a insistência sobre a perspectiva de um agir comunicativo complementa a dimensão humanista da abordagem autonomista no que toca à questão crucial da estratégia de ação, servindo como uma contribuição adicional para a tarefa de, no que diz respeito á relação entre fins e meios, mantê-la afastada do maquiavelismo típico do marxismo-leninismo." (SOUZA, 2002:391)

A conclusão a qual Souza chega, e que também é endossada nesta pesquisa, é de que o pano de fundo político-filosófico mais apropriado para a razão e a ação comunicativa trata-se do próprio projeto de autonomia de Castoriadis (guardadas, logicamente, as divergências que existem entre tais autores) (SOUZA, 2000:199; 2002: 337; 2006a:198).

O conflito e as diferenças, no entanto, não são características negadas ou incompatíveis com a intenção de busca por um entendimento mínimo (como muitos bradam). A abolição das contradições e diferenças de interesses e opiniões nos debates só apontaria para a criação de "falsos consensos", que não contribuem em nada para ganhos de autonomia. Como bem ressalta SOUZA (2002:181), subestimar os graus de conflito entre os interesses que entram em jogo no decorrer de qualquer processo de negociação (ainda mais a respeito dos rumos do desenvolvimento urbano) é uma postura que aponta somente para o fomento de consensos artificiais – diga-se de passagem, postura bastante presente nas ações dos partidários do dito "planejamento urbano comunicativo/colaborativo".

A discussão a respeito dos critérios e parâmetros subordinados, por outro lado, passa pela empreitada de garantir tanto a integração quanto o respeito às diferentes identidades e

alteridades[70]. Isso torna imprescindível a tentativa de "(...) promover o diálogo entre diferentes para evitar o mais possível a violência e favorecer o mais possível um confronto racional de argumentos (…)." (SOUZA, 2002:337) As contradições existentes devem ser trabalhadas no sentido de sua superação – especialmente alcançada por meio de um debate aberto e livre de qualquer forma de autoritarismo, no qual haja um embate entre argumentos. Uma vez que Habermas "(...) está completamente ciente, provavelmente mais que a maioria dos 'planejadores comunicativos', que uma forma dialógica da razão prática demanda *liberdade* e *igualdade*" (SOUZA, 2000:192) [grifos no original] [tradução livre], as estratégias autonomistas para uma mudança social devem estar comprometidas também em certa medida com a racionalidade comunicativa. Essa argumentação reflexiva e racional é parte fundamental da promoção de um diálogo que tem no seu horizonte superar consensualmente seus conflitos (em necessário detrimento das alternativas que recorrem à violência). Tal diálogo não deve restringir-se a nenhuma parcela dos envolvidos. Todos os interessados devem poder participar livremente das discussões e decisões,

> "[p]ois é preciso garantir que toda pessoa concernida tenha a chance de dar espontaneamente seu assentimento. A forma da argumentação deve evitar que alguns simplesmente sugiram ou mesmo presscrevam aos outros o que é bom para eles. Ela deve possibilitar, não a *imparcialidade* do juízo, mas a *ininfluencibilidade* ou a autonomia da *formação da vontade*." (HABERMAS, 2003:92) [grifos no original]

[70] Como bem ressalta SOUZA (2002:336), sabe-se que o tema da "alteridade" guarda sempre controvérsias justamente por não se poder definir com exatidão o que separa uma forma de identidade "legítima" de uma "ilegítima". De qualquer maneira, vale sublinhar que a alteridade respeitada deve ter um mínimo de legitimidade. "[É] ilegítimo, acima de tudo, exercer e expressar uma identidade que contenha valores que negam o direito de outros à sua própria liberdade e à sua dignidade: nazismo, anti-semitismo e racismo em geral, sexismo, etc. são exemplos de referências identitárias ilegítimas, por esse critério."

6 DOS INSTRUMENTOS PARA UM CAMINHAR: DELINEAMENTOS CONCEITUAIS

Pode-se afirmar que o referencial teórico apresenta características distintas do referencial conceitual. Quanto ao primeiro, recém apresentado na seção anterior, trata-se claramente de discorrer a respeito de encadeamentos específicos de uma série de conceitos entendidos em acepções particulares e que dizem respeito, muitas vezes, diretamente (e, no sentido que lhes é dado, quase de maneira exclusiva) à sua inserção na totalidade da teoria em tela.

No entanto, o tipo de pesquisa que se pretende empreender (bastante marcada pela relação próxima com situações empíricas) traz a necessidade de se arrebanhar um arsenal de conceitos que muitas vezes não estão inseridos especificamente em uma ou outra teoria. O objeto da seção que se inicia aqui, portanto, trata de conceitos que foram e são abordados de diversas formas e perspectivas por diversos autores, suscitando infindáveis debates em relação a cada um deles. Nesta pesquisa, reconhece-se que se fará menção a eles de maneiras determinadas (o que não poderia ser diferente). Por isso mesmo, é essencial que se delineie a concepção que se tem de cada um dos principais conceitos que serão utilizados. É importante frisar que não se trata de adentar profundamente ao debate a respeito de nenhum deles, obviamente. O que se almeja realizar aqui é justamente buscar estabelecer uma base clara de diálogo com o leitor, para que se possa compreender a partir de quais entendimentos a respeito dos conceitos utilizados se parte aqui[71].

Tal tarefa tentará ser cumprida nesta seção, portanto. Para isso, cinco passos serão dados, almejando abranger os principais conceitos a serem articulados no decorrer deste estudo: (1) a territorialidade e, por consequência, o próprio conceito de território precisarão ser esclarecidos com exatidão; na busca de aproximar (sem confundir!) dois conceitos que cada vez mais mostram-se intimamente relacionados, será também fundamental esclarecer o que se entende por (2) “lugar”, envolvendo inclusive o que seriam as próprias “lugaridades”; será crucial, a partir daí, definir com clareza (3) a escala a ser privilegiada (mas não de

[71] Nunca é tarde para sublinhar: trata-se nesta pesquisa de deitar os olhos sobre sociedades ocidentais modernas propriamente ditas. Não se tem a pretensão de universalização plena de nenhuma das considerações feitas em relação ao entendimento dos conceitos e de suas derivações aqui apresentadas. Não se busca contemplar outras sociedades (muito menos as que apresentem diferenças abissais em relação às sociedades ocidentais, como as sociedades tribais). Até porque, mesmo dentro do “mundo ocidental”, não há como generalizar-se completamente. Resguarda-se aqui a ressalva de que tais diferenças são reconhecidas plenamente na pesquisa.

maneira exclusivista) na pesquisa; depois, tal escala e os conceitos apresentados serão reforçados como ferramentas cruciais para se observar as práticas específicas e refletir a seu respeito através da ajuda de (4) uma concepção específica das unidades da ação política aqui enfocadas; por fim, para que se tente não cair em nenhum tipo de simplificação espacial, serão esclarecidas as maneiras pelas quais se entendem aqui algumas das (5) relações entre as diferentes escalas – notadamente no que envolve o aproveitamento dessas relações tendo em vista a potencialização dos projetos políticos em tela.

2.1 Território e territorialidade: Espacialização do poder

O debate em torno do conceito de território está intimamente ligado com o conceito de poder. Este já foi abordado no início da seção anterior, o que permite que seja retomado apenas rapidamente nesta sub-seção. Para cumprir os planos aqui, primeiramente se procederá à essa rápida síntese sobre o entendimento de poder que se têm na pesquisa, seguida de uma tentativa de situar rapidamente algumas maneiras como o conceito de território foi tratado até então. Por último serão lembradas algumas características importantes da territorialidade enquanto prática espacial em si. Esta última tarefa contará principalmente com as elaborações de Robert SACK (1986), enquanto as duas anteriores recorrerão às reflexões de SOUZA (1995, 2006a, 2009a) – com quem também se contará para estabelecer a concepção de território adotada aqui – e de Rogério HAESBAERT (2004).

Cumpra-se de saída, então, a primeira parte do proposto. Como foi visto acima, são três as principais perspectivas em relação ao poder que se mesclam na concepção adotada nesta pesquisa: a de Hannah Arendt, de Michel Foucault e de Cornelius Castoriadis. A grosso modo, pode-se sublinhar ao menos dois pontos que permitem que tais perspectivas sejam minimamente aglutinadas. Um deles se trata de todas elas entenderem o poder de maneira *relacional*: trata-se de uma relação que se estabelece necessariamente entre indivíduos, não podendo ser reificada. Não é, portanto, "algo", uma "coisa" atrás da qual corre-se. Ao mesmo tempo, os três pontos de vista remetem o poder à dimensão do *governo do ser humano* sobre ele próprio – com especial atenção ao papel que a *ação* desempenha nas três concepções.

Na ótica de Hannah Arendt, o poder se caracteriza justamente pela capacidade que os indivíduos têm de agirem em uníssono (ARENDT, 2009:60). Isso aponta para uma "concepção comunicativa" de poder, pois, para além da íntima relação entre ação e

fala/discurso apresentada por Arendt em suas reflexões, a ação conjunta pressupõe estar com os outros e conseguir atingir um mínimo grau de acordo a respeito de seus planos de ação. Tal características já foi ressaltada inclusive por HABERMAS (1993), como se lembrou em uma certa nota de rodapé nas páginas anteriores[72]. Já para Michel Foucault, apesar de sua obra deixar abertas fortes possibilidades para se conceber o poder como algo não necessariamente autoritário[73], os exemplos de tecnologias de poder aos quais o autor se dedica a pensar tratam o poder com traços eminentemente heterônomos e negativos.[74] Na sua ótica, a microfísica das relações de poder têm servido para modelar corpos e comportamentos. O poder é, então, uma relação que se estabelece no intuito de se agir justamente sobre as possibilidades de ação do outro (FOUCAULT, 1995). Cornelius Castoriadis, por fim, desenvolve uma ampla reflexão sobre a dimensão do poder na sociedade. Com tal reflexão, ele concebe o poder como a capacidade de levar outro ou outros a fazerem o que, largados só e exclusivamente a si próprios, talvez não viessem a fazer (CASTORIADIS, 1983; 1992). Esse seu entendimento, em conjunto com os temas sobre os quais ele refletiu, aborda com igual ênfase tanto as configuração heterônoma do poder quanto suas possibilidades de configuração autônoma – pois não aponta somente para a capacidade de uma relação que se estabeleça de maneira coercitiva e violenta, mas também para aquela na qual o diálogo e a busca pelo entendimento levantam argumentos que os participantes talvez não houvessem pensado sozinhos – além de possibilitar o desdobramento do conceito de poder na sociedade enquanto poder explícito e infrapoder.

É a mescla desse trio de concepções de poder que compõe o que se entende por tal conceito nesta pesquisa. E isso é de fundamental importância quando se trata do conceito de território, pois ele aponta justamente para a ponte entre o espaço social e o poder. (SOUZA, 2006a:334)

Vale lembrar aqui as reflexões que Rogério HAESBAERT (2004) faz a respeito das diferentes maneiras como o território tem sido tratado. As diversas formas de concepção desse conceito foram por ele agrupadas em quatro principais vertentes: política, cultural, econômica e "natural"[75]. Mas essas quatro vertentes são agrupadas por Haesbaert em dois grandes grupos

[72] Cf. nota de rodapé número 44.

[73] Faz-se referência aqui a um texto específico de FOUCAULT (1995).

[74] Foucault geralmente aplica a denominação "positiva" para lembrar que o poder não só oprime e pune, mas também permite e estimula certas práticas.

[75] Para o autor, a vertente política focaliza justamente a dimensão das relações entre o espaço e o poder; a cultural enfatiza a apropriação simbólica do espaço; a econômica dá maior relevância aos aspectos que vinculam o território como uma fonte de recursos para a produção ou como incorporado na dinâmica capital-trabalho; por último, a vertente "natural" sublinha o território como um tipo de relação específica que o ser humano tem com seu ambiente (HAESBAERT, 2004:40).

de acordo com os fundamentos filosóficos nas quais elas se baseiam. O primeiro, que parte do binômio materialismo-idealismo, vê o território de uma perspectiva "parcial" ou com um olhar integrador. O segundo apresenta relações específicas com o binômio espaço-tempo, e suas concepções consideram ou não o aspecto relacional entre espaço e tempo em sua conceituação – principalmente quanto a inserir ou não o tempo e o espaço como fatores condicionantes da territorialidade (HAESBAERT, 2004:41). É a partir desse panorama que o autor afirma que

> "(...) devemos reconhecer que vivenciamos hoje um entrecruzamento de proposições teóricas, [o que faz com que sejamos] (...) levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o 'imaginário geográfico' que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações." (HAESBAERT, 2004:42)

Essa superação é fundamental. No entanto, deixando explícita a concepção de poder que se tem nesta pesquisa, espera-se ter esclarecido que o poder não pode ser entendido somente em sua face "explícita". Precisa-se também reconhecer suas formas de ação simbólica, tendo manifestações e dimensões visceralmente vinculadas com as práticas de significação sociais. Concebendo-se a sociedade como sendo constante e inevitavelmente instituída tanto em sua dimensão imaginária quanto em sua materialidade (em especial ao assimilarem-se as reflexões de Castoriadis a seu respeito), deve-se forçosamente considerar-se o poder como um tipo de relação social que aponta para uma superação da fragmentação da sociedade em diferentes "esferas". É dessa maneira que o conceito de território passa a tampouco poder incorrer nesse mesmo equívoco.

Se compartilhará aqui a concepção de território elaborada por Souza como "um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*." (SOUZA, 1995:78; 2006a:331; 2009:59) [grifos no original]. Mas não se deve confundir o território com o substrato material que serve de referência para ele. Trata-se de se pensar não só quem domina, governa ou influencia um espaço específico, mas quem domina, governa ou influencia quem no espaço em questão, e como o faz (SOUZA, 2006a:335). É justamente uma forma específica de governo (entendido em sua acepção mais ampla), que tem no espaço sua referência, suas condições e, muitas vezes, sua forma de agir. Para isso, pode recorrer direta ou indiretamente tanto a elementos materiais quanto a aspectos simbólicos. Ele é, assim, uma projeção das relações de poder sob o espaço.

O território é, no frigir dos ovos, um "campo de força", não uma materialidade específica (apesar de muitas vezes refletir-se e condicionar-se por elementos do substrato espacial) (SOUZA, 1995:97; 2009:61 e seg.). Ele também varia, logicamente, de acordo com o tempo: pode existir em determinado momento e deixar de sê-lo em outro. Dessa forma, o território é definido diretamente pelo poder, indissociável da dimensão política da sociedade. Mas "(...) [i]sso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam 'contemplados' (...)" (SOUZA, 2009a:59), como lembra o autor. Até porque são diversos os motivos que podem levar à territorializações (não só motivos políticos, diga-se de passagem, mas inclusive motivos culturais e econômicos), e diversas as formas através das quais essa prática espacial pode ser realizada.

Robert SACK (1986) é um autor crucial para ser recordado aqui. Suas reflexões a respeito da territorialidade são uma referência importante, pois esmiuçam aspectos de tal prática espacial compreendendo-a de maneira muito afim à concepção apresentada nesta pesquisa. Para o geógrafo estadunidense, a territorialidade é entendida como "(...) *the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area*."[76] (SACK, 1986:19) [grifos no original] Trata-se, portanto, de uma prática que deve ser considerada em sua complexidade. Pode ser um recurso estratégico a ser ou não utilizado em diferentes momentos, sendo por isso também um tipo de uso do espaço historicamente sensível. Ela denota de maneira especial as relações entre o espaço e a sociedade, principalmente ao considerar-se como a "[t]erritorialidade é intimamente relacionada a como pessoas usam a terra, como elas se organizam no espaço, e como elas dão significado ao lugar." (SACK, 1986:2) [tradução livre] Recordando do conceito de território que foi recém exposto (e do entendimento de poder que ele traz consigo), vale frisar que Sack também coloca como sua compreensão de territorialidade envolve tanto aqueles que exercem o controle quanto aqueles que são controlados (sejam eles indivíduos ou grupos) e é uma expressão de efeitos físicos, sociais e psicológicos (SACK, 1986:21).

Para dar prosseguimento à sua reflexão, SACK (1986:31 e seg.) ainda aponta dez tendências dos efeitos da territorialidade (cujos três primeiros são considerados por ele como os principais). São tendências que interagem entre si de diversas formas, e que podem auxiliar

[76] "(...) a tentativa por um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica." [tradução livre]

a explicar as razões para que práticas territoriais sejam engendradas ou não. São elas: i) A territorialidade envolve uma forma de *classificação*; ii) Ela pode ser facilmente *comunicada* através de uma fronteira; iii) Também pode ser a mais eficiente estratégia para *reforçar o controle*; iv) Trata de prover meios de se *reificar o poder*; v) Pode ser utilizada para *deslocar atenção* da relação entre controlador e controlados; vi) Ajuda a fazer as *relações impessoais*; vii) auxilia com uma *função de limpeza do espaço*, quando estimula que o espaço é neutro e só existe para as coisas poderem existir; viii) age como um *recipiente* ou *molde* para as propriedades espaciais dos eventos; ix) ela ajuda a criar a ideia de um *espaço esvaziável* socialmente; e, por fim, x) a territorialidade pode ajudar a *engendrar mais territorialidade*.

Deve-se somente atentar também para que se compreenda que a territorialidade também pode ser exercida sem necessariamente criar fronteiras nítidas. Como os principais elementos que a definem são justamente as formas como as relações de poder se projetam sombre o espaço, deve-se lembrar que isso se dá de muitas formas. As fronteiras territoriais, que transmitem também a ideia de uma permeabilidade espacial seletiva vinculada às relações de poder, destacam limites entre configurações políticas distintas. Para além de não necessariamente estabelecerem uma fronteira territorial que coincida com algum objeto material-concreto, as diferentes territorialidades podem ser instauradas sem necessariamente definirem critérios excludentes de *acesso ao espaço*. As relações de poder podem espacializar-se através da afirmação de uma restrição na mobilidade espacial. No entanto, sabe-se que o espaço social é indissociável das relações de poder da sociedade, e que o poder se manifesta de inúmeras maneiras. Por isso, é importante ressaltar que a territorialidade pode apresentar-se também a partir do estabelecimento de critérios seletivos de acesso à *produção do espaço* propriamente dita – definindo diretamente a capacidade de influenciar as relações de poder que serão projetadas no espaço. A territorialidade afeta as possibilidades de ação dos que estão a ela submetida através de práticas espaciais.[77]

Não se pode incorrer, por outro lado, na redução de pensar que tais práticas territoriais (muito menos que o próprio território) devam ser sempre ou necessariamente heterônomas. Ao unir-se tais entendimentos sobre o território, a territorialidade e o conceito de poder que foram colocados aqui, cumpre ressaltar que se concebe a plena possibilidade de existência de territórios organizados autonomamente. Nos marcos de uma busca pelo desenvolvimento de uma sociedade basicamente orientada pela ampliação da autonomia tanto individual quanto

[77] Pode-se territorializar espaços a partir de reestruturações, refuncionalizações e ressignificações, por exemplo, sempre que nessas práticas predominarem ímpetos de se projetar sobre o espaço relações de poder específicas.

coletiva, a definição autônoma do *nomos* e seu estabelecimento no âmbito de (e em relação a) um espaço específico – instaurando que o domínio, a influência, o governo sobre aquele espaço se exerce assim: autonomamente – trata-se de uma territorialidade particular: uma territorialidade autônoma.

Tal possibilidade é destacada por SOUZA (2009a:68 e seg.). Ele ressalta a importância de que, tendo em vista a construção das bases e das possibilidades para uma sociedade não-heterônoma, deve-se sempre considerar o quão crucial torna-se a edificação de *territórios dissidentes* – vistos como espaços de resistência política, cultural e econômica (SOUZA, 2006a:592; 2008b:12; 2009:70). Nesse sentido, as ocupações vinculadas ao movimento dos sem-teto têm se mostrado justamente enquanto tais tipos de territórios, sendo, muitas vezes, "(...) ao mesmo tempo, espaços de experimentação sociopolítica (novas relações de poder, menos ou mais horizontais e anti-heterônomas), político-cultural (cultura desalienante, arte engajada, novas formas de socialização) e econômica (circuitos de economia popular-solidária)." (SOUZA, 2008c:12) No entanto, cabe ressaltar que tais espaços têm características nanolocais notadamente específicas, que traduzem em uma espacialidade própria aspectos sócio-espaciais particulares do conjunto dos indivíduos que neles convivem. Sublinhe-se, a título de exemplo, a peculiaridade de uma territorialidade interna às ocupações do movimento dos sem-teto que se dá a partir do estabelecimento de "fronteiras" entre os espaços privados e os espaços de uso comum (mais ou menos fluidas) cujas referências concretas (limites físicos, barreiras, paredes, divisórias, etc.) muitas vezes são suficientemente tênues para facilitarem a ocorrência de conflitos entre vizinhos (por exemplo, entre diferentes valores, crenças e comportamentos relativos à esfera privada que, eventualmente, venham a público).

Como já espera-se estar bem frisado, tal tipo de territorialidade dissidente não envolve somente elementos materiais e concretos (mas nunca é demais ressaltar tal questão). Uma dimensão fundamental é a face simbólica e afetiva que viabiliza e confere sentido ao domínio, ao governo desses espaços específicos. No entanto, a ênfase em tal dimensão é mais diretamente abordada pelas ciências sociais que possuem suficiente sensibilidade espacial a partir de um outro conceito-chave para esta pesquisa: o conceito de "lugar".

2.2 "Lugar" e "lugaridade": Afeição e identificação sócio-espacial

O "lugar" entendido enquanto um conceito da pesquisa sócio-espacial foi principalmente cunhado no âmbito da Geografia Humanística, que teve sua ascensão especialmente no decorrer da década de 1970. As diversas vertentes geográficas que se identificam com essa perspectiva veem o espaço "(...) ao mesmo tempo como o resultado concreto de um processo histórico, e neste sentido ele possui uma dimensão real e física, ou como uma construção simbólica que associa sentidos e ideias." (GOMES, 1996:307). Atualmente, sua vertente mais conhecida é a assim chamada Nova Geografia Cultural.

Ao abordar o espaço em sua dimensão simbólica e afetiva, o conceito de "lugar" é retomado especialmente à luz das experiências cotidianas dos indivíduos. Seu foco deriva justamente da capacidade humana (individual ou coletiva) de experienciar os espaços e, através da sua significação, nutrir ou não afeição por eles. O "lugar" passa a ser, portanto, um espaço significado de uma forma específica: espaços pelos quais se pode ter o que o geógrafo sino-americano Yi-Fu TUAN (1980) nomeou como uma "topofilia".

SOUZA (2006a:343) complementa lembrando que os "lugares" são imagens espaciais em si mesmas, e que apesar de os "lugares" serem sempre espaços sociais, não necessariamente qualquer espaço social deve ser considerado um "lugar". Afinal de contas, nem todo espaço é significado da forma à qual se refere aqui, justamente por não serem experienciados da mesma forma por todos. Além do mais, determinados contextos (sociais, culturais, econômicos, etc.) influenciam diretamente tais imagens espaciais – sendo a "lugaridade", portanto, uma característica espacial também obrigatoriamente ligada a um tempo específico. Com tamanhas conexões com outros aspectos da espacialidade humana, é fundamental lembrar que a valorização do conceito de "lugar" não deve se restringir (nem ser restrita) a determinadas vertentes geográficas (e nem mesmo à própria Geografia enquanto campo disciplinar).

A dimensão da experiência é fundamental para se compreender do que se trata tal conceito[78]. O espaço transforma-se em "lugar" a partir do momento que o conhecemos e o dotamos de valor, como também nos recorda sucintamente TUAN (1983:6). Tal processo se dá justamente pela experiência, entendida enquanto as diversas formas através das quais os

[78] Ana Clara (RIBEIRO, 1991:99) também entender o "lugar" no sentido de "espaço vivido" – ainda que não seja geógrafa de formação, e sim socióloga. Para além de qualquer corporativismo disciplinar (reconhecidamente inexistente), isso denota a importância da compreensão da dimensão espacial para os processos sociais, clara e profundamente abordada também pela autora.

indivíduos se dão conta e constroem a realidade.

> "Assim, a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experienciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento." (TUAN, 1983:10)

Essas duas dimensões da experiência são fundamentais. Enquanto uma aponta para os sentidos que permitem a cada um estruturar e conhecer o mundo (principalmente no que envolve a visão, o tato e a cinestesia, mas também inclui com muita propriedade a própria audição e o olfato)[79] (TUAN, 1983:13); a outra enfatiza a importância da reflexividade para que se dê o que o geógrafo sino-americano em tela acaba por chamar de uma experiência total com o espaço – capaz de propiciar ao "lugar" uma realidade concreta (TUAN, 1983:20). No entanto, ressalte-se que enquanto realidade empírica, o "lugar" não depende dessa reflexividade para existir. Uma "lugaridade" inconsciente não pode ser considerada como menos importante (RELPH, 1976:6, 10).

Edward RELPH (1976) é justamente um autor que contribui para a reflexão ao levantar uma abordagem específica a respeito do "sentido de lugar" e da identidade do e com essa categoria particular do espaço. Em sua opinião, a identidade *do* "lugar" (aquilo que o difere de outros) não pode ser confundida com a identidade *com* o "lugar" (que envolve justamente a forma como *insiders* e *outsiders* se relacionam com tal espaço) (RELPH, 1976:45). Ambas podem ser vistas tanto no que compete aos indivíduos (de forma consciente ou inconsciente) quanto envolvendo coletividades (e, neste caso, similares "sentidos de lugar" sendo compartilhados). Mas vale lembrar que tal "lugar coletivo" não surge meramente da união de percepções individuais independentes do "lugar" – uma vez que as "lugaridades" individuais são constantemente construídas e reconstruídas através da linguagem, símbolos e experiências em comum. "Perhaps this occurs because we experience more or less the same objects and activities and because we have been taught to look for certain qualities of place emphasised by our cultural groups."[80] (RELPH, 1976:45)

---

[79] TUAN enfatiza que o olfato, a audição e o paladar são sentidos que enriquecem nossa percepção espacial, mas que os verdadeiros sentidos espacializantes seriam a visão, o tato e a cinestesia (TUAN, 1983:14). Apesar de sermos bastante dependentes da dimensão visual e cinestésica no que envolve a percepção e a organização do espaço, não se pode relegar fatores como o olfato e a audição a papéis tão secundários quanto faz o autor. Pense-se, por exemplo, em espaços que envolvam relações de significação espacial fortemente dependentes de meios verbais (como espaços de encontros formais ou informais). Ou mesmo na importância dos elementos olfativos para que exista a possibilidade de se cultivar afeição por um espaço ou não.

[80] "Talvez isso ocorra porque nós experienciamos mais ou menos os mesmos objetos e atividades e porque nós

Mas o mesmo autor também apresenta outro componente importante da "lugaridade": o fato de ela poder ser autêntica ou inautêntica. Antes de qualquer outra explicação, cumpre ressaltar: não se trata de um juízo moral feito em relação a "lugares bons" ou "maus". Ambos os "tipos de lugar" são importantes para que se possa estabelecer as relações sociais nas quais todo indivíduo está embebido. "Inautenticidade não é somente necessária e viável na existência humana como a autenticidade, mas é característica da vida cotidiana normal – nós fazemos como outros fazem sem reflexão porque é a maneira aceita de comportamento." (RELPH, 1976:80) [tradução livre] Portanto, a principal diferença entre "lugares autênticos" e "lugares inautênticos" está na relação que se estabelece entre a percepção de "lugar" e as determinações externas de como tal percepção deveria ser. E isso se aplica tanto ao "lugar" individual quanto ao coletivo. Uma "lugaridade" autêntica diz respeito àqueles "lugares" que englobam, permitem e estimulam uma "(...) genuine experience of the entire complex of the identity of places – not mediated and distorted through a series of quite arbitrary social and intellectual fashions about how that experience should be, nor following stereotyped conventions."[81] (RELPH, 1976:46) Ela surge de uma relação onde uma pessoa assume a responsabilidade pela sua existência e por seus sentimentos com relação ao "lugar", enquanto "(...) the inauthentic person transfers responsibility to large, nebulous, unchangeable forces, for which he cannot be blamed and about which he can do nothing."[82] (RELPH, 1976:64) É a partir dessa distinção entre "lugaridades" autênticas e inautênticas que Relph irá apontar para "sentimentos de lugar" que podem ser tanto inconscientes (especialmente quando existem fortes conexões psicológicas que permanecem desconhecidas – ou não reflexivas –entre os indivíduos ou grupos e certos "lugares") quanto conscientes (quanto a experiência com o "lugar" propriamente dito torna-se reflexiva e o mais aberta e sincera quanto for possível). Como a autenticidade e a inautenticidade não podem ser consideradas como categorias estanques, muito menos como sendo passíveis de serem perfeitamente distinguíveis empiricamente (pois torna-se extremamente difícil definir critérios claros que pudessem contemplar com um mínimo de seriedade tal diferenciação), Relph mesmo indica que "[t]he more open and honest such experiences are, and the less constrained by theoretical or

temos sido ensinados a olhar para certas qualidades do lugar enfatizadas pelos nossos grupos culturais." [tradução livre]

81 "[E]xperiência genuína de todo o complexo das identidades de lugares – não mediadas e distorcidas através de uma série de formas sociais e intelectuais completamente arbitrárias sobre como tal experiência deve ser, não seguindo convenções estereotipadas." [tradução livre]

82 "(...) [A] pessoa inautêntica transfere responsabilidade a grandes, nebulosas, imutáveis forças, pelo quê ela não pode ser responsabilizada e sobre o quê ela não pode fazer nada." [tradução livre]

intellectual preconceptions, the grater is the degree of authenticity."[83] (RELPH, 1976:66)

Essa perspectiva aponta para um papel importante para a reflexividade (apesar de não destacar a importância crucial dos lugares inconscientes para a espacialidade humana) a respeito do "lugar". Ao mesmo tempo, ela traz elementos interessantes a serem relacionados com a visão de poder que se está adotando nesta pesquisa – especificamente com o próprio horizonte de autonomia apresentado. Tal entendimento do "lugar" (especialmente se entendido em sua capacidade de constituir uma identidade sócio-espacial coletiva) também pode colaborar para se elaborar reflexões a respeito de uma dimensão específica do "mundo da vida" do qual Habermas trata: o mundo da vida subjetivo. Dessa forma, pode-se apontar, por exemplo, a importância que o compartilhamento de algumas dimensões mínimas da "lugaridade" tem para que se possa ter no horizonte uma forma de interação comunicativa.

Cumpre, por fim, remeter ao fato de que na maioria das vezes os "lugares" estão em íntima relação com os territórios. Isso porque, como bem ressalta SOUZA (2006a:344), as identidades sócio-espaciais desenvolvidas em relação a um dado espaço social estão sempre inseridas em um contexto de relações de poder que buscam defender um modo de vida frente a outros. (SOUZA, 2006a:344) É por conta disso e da acepção de "lugar" que se apresentou aqui que se compreende que, para que tal conceito não perca sua clara e ampla vinculação com a dimensão política da sociedade (derivando para um subjetivismo exacerbado ou mesmo para uma concepção acrítica da face simbólico-cultural das sociedades), ele não pode deixar de ser pensado como tendo relação direta com o conceito de território (sem que, obviamente, eles se confundam!). Ao mesmo tempo, deve-se ressaltar que tanto o território quanto o "lugar" têm relação também direta com o substrato material do espaço social. Tal ressalva é importante para que não se diminua o papel da materialidade para ambos os conceitos (e, por consequência, para ambas as dimensões da espacialidade).

Isso remete novamente ao último assunto discutido na sub-seção acima: a possibilidade de se pensar em uma territorialidade dissidente, insurgente, autônoma. Os espaços das ocupações do movimento dos sem-teto devem ser considerados, portanto, não somente enquanto territórios que apresentam suas particularidades. Muitos são os processos de (re)significação e afeto espacializantes e espacialmente referenciados que se dão não só no interior de tais imóveis, mas inclusive em relação ao entorno no qual ele se encontra. Por isso, e como se pretende demonstrar no decorrer desta pesquisa, elas serão entendidas também

[83] "[O] quanto mais aberta e honesta tais experiências são, e menos confinado por preconcepções teóricas e intelectuais, melhor é o grau de autenticidade." [tradução livre]

enquanto “lugares”, espaços que são dotados de diversos significados por parte dos moradores e que, justamente por isso, é simbolicamente apropriado por eles.

2.3 Notas sobre escalas (I): O foco *nanolocal*

Apesar de a maioria dos processos espaciais poderem se dar em múltiplas escalas, deve-se parar para refletir: para que se possa apreender boa parte das relações de poder que se baseiam no entendimento mútuo (ou não) entre indivíduos em interação, qual seria a escala mais apropriada a ser focada?

Essa preocupação surge, primeiramente, de uma concepção específica a respeito da escala. Em segundo lugar, aparece no sentido de adequar o olhar à questão que se levanta nesta pesquisa – e, por consequência, adaptá-lo ao objeto a respeito do qual se reflete.

A escala não deve ser entendida aqui como uma mera representação matemática de uma proporção entre as medidas reais e as grafadas em um mapa, uma carta ou um croqui. Não se trata de fitar a escala cartográfica. É necessário ver a escala enquanto uma estratégia específica de aproximação do real para que se consiga, através de uma escolha adequada, possibilitar que os fenômenos de interesse tenham visibilidade (CASTRO, 1995). Iná Elias de CASTRO (1995:133) complementa afirmando que “[a] escala constitui uma prática, embora intuitiva e não refletida, de observação e elaboração do mundo” (CASTRO, 1995:133). Ocorre que, embora esta prática seja na maioria das vezes irrefletida, ela não pode ser concebida como portadora de qualquer neutralidade (como Henri LEFEBVRE [1991; 2001] também já nos apontava ao refletir sobre a produção social do espaço).

A perspectiva adotada aqui, portanto, se embasa justamente nas importantes colocações de Yves LACOSTE (1988). Para o autor, as escalas cumprem um papel fundamental na pesquisa social espacialmente sensível.

> “(...) [C]omo certos fenômenos não podem ser apreendidos se não considerarmos extensões grandes, enquanto outros, de natureza bem diversa, só podem ser captados por observações muito precisas sobre superfícies bem reduzidas, resulta daí que a operação intelectual, que é a mudança de escala, transforma, e às vezes de forma radical, a problemática que se pode estabelecer e os raciocínios que se possa formar.” (LACOSTE, 1988: 77)

Ao modificarem-se as escalas de observação dos fenômenos, não é modificado

somente seu tamanho ou sua representação. Modifica-se também a própria constituição dos conjuntos de fenômenos em questão (LACOSTE, 1988:81). Por sua vez, os referenciais teórico-conceituais e até mesmo metodológicos precisam ser minimamente adequados à escala. Voltaremos a Lacoste em uma das subseções seguintes, a propósito da relevância de se refletir sobre as operações (intelectuais e práticas) que realizam mudanças escalares (no âmbito do que se aprofundará mais adiante sob o rótulo *política de escalas*).

Quando, portanto, se opta por enfocar os aspectos da espacialidade que podem contribuir ou não de maneira direta (ou indireta) para os processos de entendimento mútuo entre indivíduos (especialmente em se tratando de buscar observar, a partir daí, como se dão as relações de poder entre eles), deve-se nitidamente atentar-se para uma escala que possibilite verter atenções sobre as interações cotidianas dos envolvidos. Estas interações podem não ser observadas em detalhes no âmbito da cidade como um todo (ainda mais quando fala-se a respeito de grandes cidades e metrópoles – e, cada vez mais, até mesmo se os olhares forem apontados para cidades médias) – escala que seria compreendida como uma subdivisão da local: a *mesolocal*. Muitas vezes, sublinhe-se, tampouco consegue-se garantir que serão bem pormenorizadas ao se adotar a lente *microlocal* – uma escala que abarca as sub-divisões municipais referentes ao bairro, por exemplo[84]. Logicamente que tais escalas espaciais não serão desprezadas nesta pesquisa. "[A] solução consiste em saber *combinar as escalas* (refiro-me, aqui, tanto a escalas de análise quanto a escalas de ação), de tal maneira que não se precise, por constrangimento epistemológico ou metodológico, e muito menos por indução ideológica, abdicar de nenhuma delas." (SOUZA, 2008c:15) A relevância de tal articulação é crucial para que se possa compreender minimamente as interconexões entre diferentes processos sócio-espaciais que se mesclam intensamente nas situações empiricamente observadas. O que se quer ressaltar aqui é que, concordando com LACOSTE (1988) e CASTRO (1995), a escala priorizada deve ser pensada de forma adequada em relação aos aspectos empíricos a respeito dos quais se deseja refletir. Para além disso, deve-se sempre atentar para não incorrer no que SOUZA (2008b) chama de "visão de sobrevôo"[85],

[84] Entende-se que a escala local pode subdividir-se também em outra (além da mesolocal e da microlocal): a *macrolocal*. Ela comportaria o equivalente à região metropolitana como um todo – especialmente em áreas densamente conurbadas como as encontradas nas metrópoles. Tal subdivisão, e sua respectiva discussão, é feita por SOUZA (2002:103 e seg; 2006a:317 e seg.).

[85] Refere-se aqui à uma visão típica do aparelho de Estado e dos agentes vinculados ao capital privado, que reduz as sociedades e seus espaços ao analisá-los "do alto" e "de longe" e privilegiando sobremaneira tanto o Estado quanto o capital enquanto produtores do espaço (desconsiderando as práticas de agentes importantes, como os movimentos sociais) (SOUZA, 2008b:2 e seg.). Esse privilégio não se dá somente enquanto "*loci* de referência discursiva" (as instituições ou sujeitos coletivos que se tornam objeto de conhecimento), mas também (e cada vez mais) como "*loci* de construção discursiva" (ou seja: o local "de onde se fala") (SOUZA,

mas sim privilegiar uma verdadeira imersão no "mundo da vida" da fração do movimento dos sem-teto enfocada nesta pesquisa.

Concordando, então, com os apontamentos de SOUZA (2006a:317 e seg.; 2008c:14-5), esta pesquisa irá privilegiar[86] um recorte espacial que adotará o prefixo "*nano*": a escala "*nanolocal*". Ela diz respeito a uma escala ainda mais reduzida que a microlocal (conforme ilustrado pela Figura 1). São, por exemplo, os locais de moradia (casas, prédios, apartamentos), de lazer (praças, praias) ou de trabalho (escritório, fábrica, ou mesmo um trecho da calçada), onde "(...) as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (coabitam, trabalham, desfrutam) espaços muito pequenos, em situação de co-presença" (SOUZA, 2006a:317). Os grupos que povoam esta escala são do tipo primário, como as famílias ou agrupamentos de desconhecidos mas que, por certa situação, passam a interagir – entrando, consequentemente, em "(...) negociação e conflito em torno do desfrute e da apropriação do espaço" (SOUZA, 2006a:318).

Importante deixar claro também que essa principal escala de interesse da pesquisa (a nanolocal) parece se relacionar diretamente com as observações de Habermas quanto ao compartilhamento do mundo da vida (enquanto contexto e fonte de recursos para os atores alcançarem um entendimento mútuo) entre os indivíduos que interagem linguisticamente. Além do mais, as colocações do filósofo alemão a respeito de o mundo da vida se dispor concentricamente (HABERMAS, 1999b:174) em relação aos indivíduos (como apontado na seção anterior) pode apontar para o fato de que a escala nanolocal do cotidiano tende a constituir-se na primeira e, muitas vezes (dependendo do conteúdo tematizado na interação comunicativa), na principal escala espaço-temporal a qual a facilidade ou dificuldade de se atingir um acordo e um entendimento mútuos estão vinculadas.

Ao mesmo tempo, considerando-se o conceito de poder que se adotou aqui, as práticas (espaciais) cotidianas passam a figurar no centro das situações observadas. Trata-se de buscar nas relações de poder que se estabelecem nessa escala espaço-temporal do cotidiano territorialidades e "lugaridades" específicas. Nesse caso, serão os *nanoterritórios* os mais trabalhados nesta pesquisa – não olvidando-se de suas conexões íntimas com significações, afeições e identificações sócio-espaciais. São os momentos de interação entre os indivíduos

2008b:9).

[86] Cabe ressaltar que não se trata de abordar *exclusivamente* tal escala. Os processos observados não são restritos à uma única escala (como, vale lembrar, nenhum fenômeno o é). Em diversos momentos, observações a respeito da influência e das interconexões entre escalas em determinadas situações serão relatadas. Além disso, como se verá em uma das subseções que se seguem, conceber a realidade enquanto composta necessariamente por diversas e múltiplas escalas (construídas, diga-se de passagem, de maneira muitas vezes distante de qualquer "ingenuidade") é de fundamental importância para esta pesquisa.

em seus espaços e seus momentos mais tangíveis que serão priorizados.

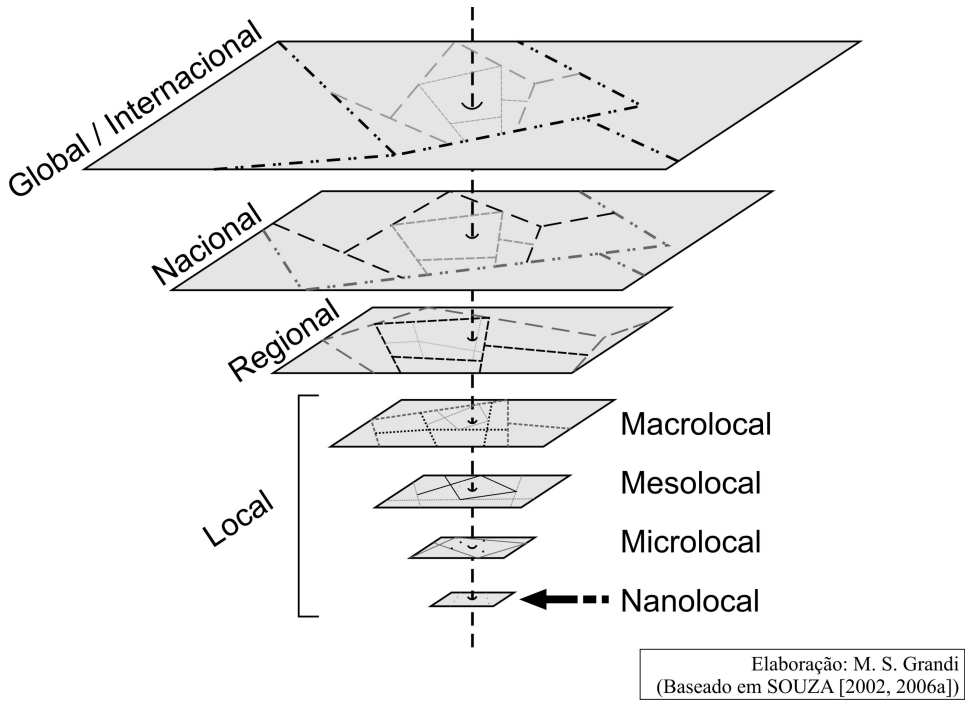


Figura 1: Indicação da escala nanolocal em relação a outras escalas espaciais

2.4 Unidades da ação política: Campo Político e Arena no entender de Marc Swartz

Por conta do recorte da pesquisa, e tendo em vista as teorias e conceitos já apresentados, mostra-se importante também buscar outros instrumentos conceituais que possam cooperar e potencializar reflexões embebidas de relações de poder como as que serão desenvolvidas aqui. Falamos já da estreita vinculação que há entre a ação e a política; entre a política e o poder; entre o poder e o espaço. Mas como abordar as práticas políticas fortemente espacializadas e espacializantes na escala nanolocal dos grupos e indivíduos aqui abordados? A interação sócio-territorial e linguística das pessoas e grupos que compõem o cenário político da ocupação enfocada será observada a partir de algum outro conceito específico?

Os instrumentos que parecem ser também adequados à essas situações são os conceitos de *campo político* e *arena*. Estes conceitos surgem especialmente nas colocações do antropólogo político Marc SWARTZ (1968) a respeito justamente de formas de interação específicas que se dão em nível local e que têm como principal característica uma grande

fluidez (o que dificulta o trabalho com conceitos mais rígidos – como o de "estrutura"). Para o autor, trata-se de enfocar uma política a nível local[87] tida por ele como "incompleta" – por ser influenciada e por influenciar outras escalas além da referente ao grupo local mas que, ao mesmo tempo, não é orientada por uma "estrutura", e sim pela definição dos objetivos concretos almejados. Para ele, a política trata-se justamente de eventos (e não estruturas) que se dão a partir dessa definição do que chama de "*public goals*" ("objetivos públicos" ou "comuns") (SWARTZ, 1968:1). Logo de início, porém, é necessário concordar com o que Eduardo Tomazine TEIXEIRA (2009:88) ressalta em sua dissertação.[88] O entendimento de "*public goals*" ainda aparenta referenciar-se por concepções funcionalistas da ação política. Isso faz com que, por conta de permanecer coerente com as bases teóricas e filosóficas adotadas aqui, seja interessante lembrar que a política não pode ser compreendida como um meio para se atingir algum fim determinado. Ela é um fim em si mesmo que se refere justamente à instituição global da sociedade (TEIXEIRA, 2009:88, 91), concordando com a perspectiva castoriadiana. Dessa forma, discorda-se também do que SWARTZ (1968:4) diz quando afirma que tais processos políticos por ele considerados nem sempre envolvem o poder enquanto elemento que os compõe. Com a perspectiva de poder adotada aqui, não parece ser possível afastá-lo de qualquer processo verdadeiramente político. É certo que elementos das mais diversas naturezas também permeiam (muitas vezes com um peso bastante grande) os processos políticos, de forma que empiricamente a tentativa de separação clara entre aspectos de diferentes dimensões da sociedade torna-se uma tarefa temerosa e extremamente difícil. Swartz também reconhece isso, ao afirmar que os comportamentos políticos "(...) podem ser isolados desses outros aspectos somente analiticamente, não em termos espaciais, temporais ou pessoais." (SWARTZ, 1968:10) [tradução livre]

Além disso, vale lembrar que o enfoque nos processos políticos nanolocais não pode negar a importância de se compreender como certos aspectos de tais processos podem sim ser conectados (não de maneira determinista, lógico) a traços mais gerais vinculados a estruturas e tendências sócio-econômicas e culturais mais amplas – que não atingem exclusivamente nenhum processo político específico mas que muitas vezes compõem o magma do imaginário

[87] Apesar de aparentar uma relação direta com as escalas da pesquisa sócio-espacial, o termo "nível local" de Swartz não se refere explicitamente à uma escala espacial específica como as recém abordadas na sub-seção anterior. A amplitude de sua definição permite que suas categorias e conceitos sejam utilizados para tratar tensões, conflitos e situações referentes a diversas escalas espaciais – característica bastante útil à presente pesquisa. O enfoque aqui será dado claramente à escala nanolocal, como já apontado. Mas isso não impedirá que suas considerações sejam bastante importantes para a reflexão a respeito da influência de outras escalas na situação observada.

[88] Eduardo Tomazine Teixeira aborda em sua pesquisa o léxico espacial de uma ocupação urbana específica, vinculada ao movimento dos sem-teto do centro do Rio de Janeiro: a Ocupação Quilombo das Guerreiras.

social (ou do "mundo da vida", nos termos habermasianos) que influenciam fortemente os atores políticos (indivíduos e/ou grupos). Assim, não se pode descartar tais traços, apesar da necessária e crucial criticidade que vise garantir que eles não sejam tidos como "determinantes" de qualquer espécie – o que negaria a possibilidade de existência da própria práxis emancipadora.

Feitas essas ressalvas, prossiga-se. A definição das referências para a ação política e o envolvimento dos indivíduos nos processos que são considerados leva Swartz a apontar uma importante questão para a investigação empírica: "como as pessoas atualmente relacionam seus atuais objetivos privados ou de subgrupos aos objetivos públicos anunciados aos quais elas são associadas (...)" (SWARTZ, 1968:3) [tradução livre]. Estas tensões são observadas empiricamente no caso da ocupação que será foco da pesquisa, e será fundamental possuir artifícios analíticos para refletir sobre os tais conflitos de uma maneira sistemática. Buscando encontrar em tais artifícios uma forma de considerar cuidadosamente as questões da dimensão espacial e temporal dos processos políticos, Swartz também lembra da importância de se observar de perto as atividades que compõem tal processo.[89] Sugere, então, que se pense em termos do *campo político* e da *arena* de tais processos. Para ele,

> "[a] field is composed of the actors directly involved in the processes being studied. Its social and territorial scope and the areas of behavior it involves change as additional actors enter into the processes or as former participants withdraw and as they bring new types of activities into their interaxtion and/or abandon old types. (…) 'Field' is a concept which allows for both continuity and change in the relations among the participants in politics and it does not have the rather rigid quality carried by such more common terms as 'political system' or 'political structure.'"[90] (SWARTZ, 1968:6)

Um processo político, portanto, pode ter em seu interior diversos campos políticos de acordo com os diversos interesses que nele se envolvem. No entanto, a configuração atual de um processo não pode ser entendida enquanto descolada do processo que a antecedeu. Assim,

---

[89] O autor aponta que mesmo depois de superarmos a concepção de que os processos políticos se dariam fortemente determinados por "estruturas" e "sistemas", contribuições importantes podem ser feitas "(…) based on the rather simple notion that if we are to understand processes, we must closely observe the activities that compose them and that we must follow these activities where they lead us in both time and space." (SWARTZ, 1968:8) Essa colocação será lembrada ao se discorrer a respeito dos métodos de pesquisa adotados, a serem abordados na próxima seção deste capítulo.

[90] "Um campo é composto dos atores diretamente envolvidos no processo em estudo. Seu escopo social e territorial e as áreas de comportamento que ele envolve mudam quando atores adicionais entram nos processos ou quando participantes padrão se retiram ou trazem novos tipos de atividades para o interior da sua interação e/ou abandonam velhos tipos. (…) 'Campo' é um conceito que permite a ambas continuidade e mudança nas relações entre os participantes na política e não tem a qualidade tão rígida carregada pelos termos mais comuns como 'sistema político' ou 'estrutura política'." [tradução livre]

para se observar as situações com a ajuda desse conceito, deve-se considerar os campos políticos como tendo uma historicidade específica. Isso auxilia também a caracterizar os campos políticos como unidades altamente fluidas das ações políticas.

No entanto, tais indivíduos que estão diretamente envolvidos nos processos observados não estão alheios a seu entorno. Muitas vezes, inclusive, suas ações visam relacionar-se com os demais indivíduos e grupos que os rodeiam. O campo político está, portanto, incluído na arena:

> "(...) a social and cultural area which is immediately adjacent to the field both in space and in time [onde estariam] those who are directly involved with the field participants but are not themselves directly involved in the processes that define the field."[91] (SWARTZ, 1968:9)

É a arena que contem também o repertório de recursos, valores e significados que os atores possuem (mas que não são todos necessariamente utilizados nos processos políticos levados a cabo pelo[s] campo[s]) – além das relações entre tais membros da arena e os que fazem parte do(s) campo(s). Com isso, a arena desempenha um papel fundamental ao influenciar, limitar e/ou facilitar os processos que constituem as bases do(s) campo(s) (SWARTZ, 1968:10). Também é importante, para que se possa bem distinguir a arena, que se possa esboçar minimamente os traços que interligam seus membros.

A arena e o(s) campo(s) político(s) são muitas vezes governados por regras diferentes. Nem sempre as práticas que são aceitas no interior do campo são também aceitas pela arena. Mas as relações entre as duas (ou mais) unidades são extremamente íntimas: se por um lado o(s) campo(s) político(s) vê(em) como principal objetivo hegemonizar a arena, a arena é ao mesmo tempo tanto sua fonte de recursos simbólicos (éticos e morais) quanto a fonte de legitimação das ações do(s) campo(s) (SWARTZ, 1968:11). Por se tratar de um esquema que se propõe a observar as ações políticas de uma maneira fluida, campo político e arena também não apresentam barreiras fortemente delimitadas.

> "The boundary between the field and the arena is not conceived as necessarily or 'normally' offering a barrier to the movement of the processes being studied. It is simply an empirical reality, discovered in the course of investigation and it is at least as likely to be fluid as it is to be permanent. Similarly, the boundary between the arena and what lies outside it is a matter for empirical determination and it too

[91] "(...) uma área social e cultural que é imediatamente adjacente ao campo tanto no espaço quanto no tempo [onde estariam] aqueles que são diretamente envolvidos com os participantes do campo mas que não são eles mesmos diretamente envolvidos nos processos que definem o campo." [tradução livre]

> will vary as the involvements of the members of the field change."[92] (SWARTZ, 1968:15)

É essa característica de ter suas fronteiras também bastante fluidas que leva o antropólogo a afirmar, na mesma página da citação acima, a conveniência de se buscar conceber a arena também se desdobrando em arena primária, secundária, terciária e assim por diante. O principal critério, nesses casos, seria o envolvimento daqueles membros na arena primária (mas não no campo político). Tal desdobramento dependeria justamente de poderem ser demonstrados os efeitos mútuos das arenas e do campo no processo político tido em questão. A Figura 2 abaixo busca ilustrar introdutoriamente os aspectos levantados pela compreensão de Swartz a respeito desses processos políticos "locais" e dos conceitos que ele sugere para as investigações dos mesmos.

Alguns autores merecem ser lembrados por terem utilizado o referencial conceitual proposto por Swartz em suas pesquisas que, além disso, tratavam de assuntos diretamente ligados não só ao espaço urbano mas também às alternativas e ativismos que nele se dão e se referenciam. Além de João Vicente Marques LAGÜENS (2005)[93] e Eduardo Tomazine TEIXEIRA (2009)[94] (já citado acima), Carlos Nelson Ferreira dos SANTOS (1981) já na década de 1980 elaborava uma densa e rica etnografia a respeito de três movimentos urbanos da cidade do Rio de Janeiro: os que se deram em Brás de Pina, no Morro Azul e no Catumbi. Ele utiliza extensamente o referencial apresentado por Swartz a respeito dos conceitos de campo político e arena.

No entanto, como tanto SOUZA (2006a:183 e seg.) quanto TEIXEIRA (2009:90 e seg.) já ressaltaram, Santos termina por afirmar que os processos políticos de mobilização que foram por ele acompanhados apontam para a tendência de haver um "ciclo de vida" dos movimentos sociais. Mas, concordando-se com a colocação de TEIXEIRA (2009:91), acredita-se também aqui que a política não deve ser compreendida enquanto tendo qualquer tipo de fim específico – e sim, como sendo um fim em si mesma (como já colocado parágrafos acima). A noção de "ciclos de vida" que SANTOS (1981:234 e seg.) deriva da

---

[92] "A fronteira entre o campo e a arena não é concebida como necessariamente ou 'normalmente' oferecendo uma barreira ao movimento dos processos em estudo. Ela é simplesmente uma realidade empírica, descoberta no curso da investigação e é pelo menos tão provável que seja fluida quanto permanente. Similarmente, a fronteira entre a arena e o que permanece fora é um problema para a determinação empírica e é tão variável quanto o envolvimento dos membros do campo modifica-se." [tradução livre]

[93] Em sua dissertação, Lagüens analisa as formas pelas quais os agentes políticos de uma das regiões em que a cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul) se divide para a realização do orçamento participativo se formam e tornam-se capazes de atuar em tal processo.

[94] Ambos os autores elaboraram suas pesquisas também no âmbito do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD).

análise dos processos políticos e de suas "fases" observadas acaba levando à concepção de movimentos com objetivos pragmáticos e que encontrariam seu fim quando tais metas fossem conquistadas ou perdidas.

Representação gráfica dos conceitos de Campo Político e Arena

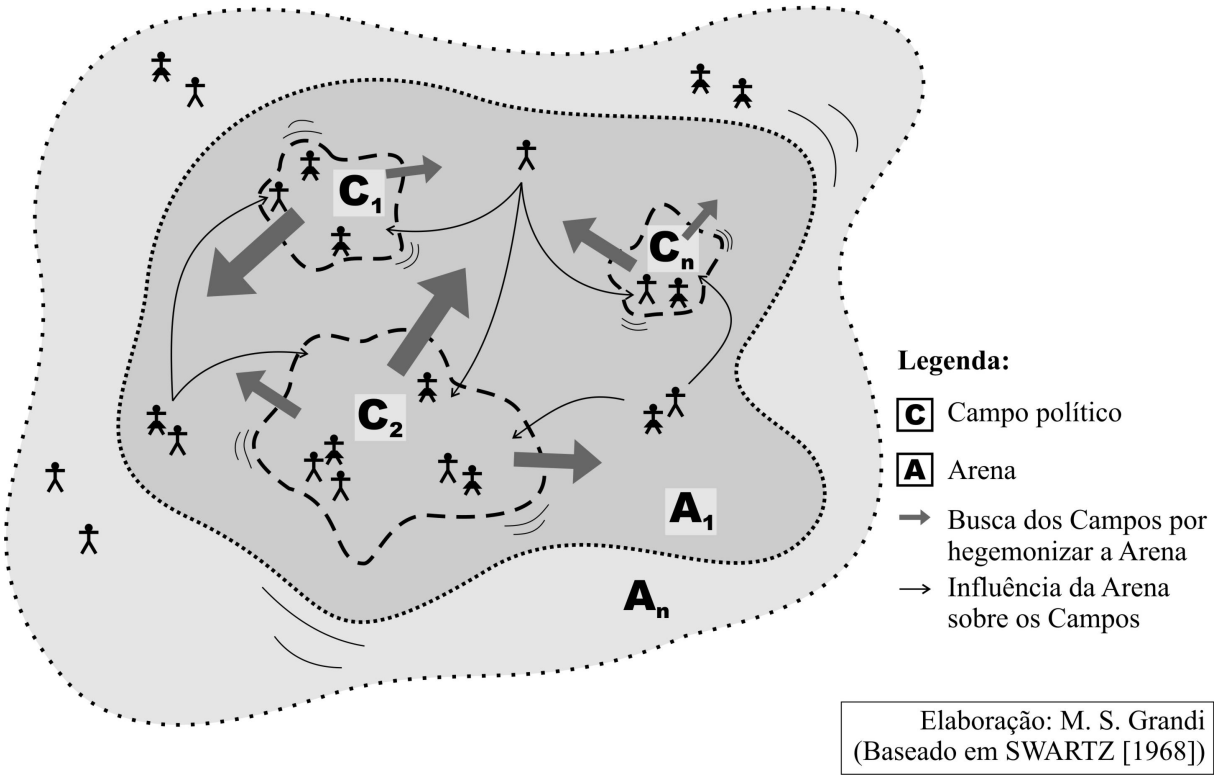


Figura 2: Ilustração da compreensão de Swartz a respeito dos processos políticos "locais"

Criticando tal perspectiva, TEIXEIRA (2009:91 e seg.) recorre às considerações de SOUZA (2006a:279)[95] para apontar a necessidade de se definir com maior clareza o que se compreende por movimento social – de forma a tornar sua acepção mais coerente com o que se observa empiricamente. Contrapondo o que é sugerido por Swartz e adotado por Santos, TEIXEIRA (2009:93) sugere que a ambição dos movimentos sociais deve ser entendida como se referenciando a partir de *projetos políticos*, e não de processos políticos (superando, assim, as fases pré-determinadas das ações políticas que Santos aponta em sua pesquisa). Para ele, o projeto surge justamente da "(...) síntese de um esforço de reflexão por parte de militantes e intelectuais engajados em contato direto com, ou, de preferência, emanados da prática decorrente da luta cotidiana do conjunto dos integrantes do movimento entendido como um

[95] Tais considerações já foram expostas aqui, quando tratou-se de relacionar rapidamente a perspectiva de desenvolvimento sócio-espacial à atuação dos movimentos sociais, ao fim da seção anterior.

todo." (TEIXEIRA, 2009:97). É articulando suas reflexões com as de Souza que Teixeira sugere, então, que "(...) um movimento social tem como referência um ou mais projetos políticos, sendo conformado por indivíduos e grupos a partir dos quais, e em meio aos quais, se procura forjar identidades coletivas e novas representações do espaço, sendo constituído por instituições, campos e arenas com escopos espaciais multiescalares" (TEIXEIRA, 2009:93-4). Cabe apontar também que não só os movimentos possuem também uma historicidade específica, compreendendo inclusive "ritmos" e "pulsares" particulares, bem como, muitas vezes, apresentam perspectivas táticas e estratégicas próprias a respeito de sua temporalidade.

É nessa trilha que esta pesquisa seguirá. Para buscar elucidar os elementos internos cotidianos da organização política e das tentativas de entendimento da ocupação de sem-teto enfocada aqui, serão de fundamental importância os conceitos de campo político e arena. Nos capítulos seguintes tais unidades de ação política voltarão a ser utilizadas com esse propósito. Cabe, por ora, aproveitar dois ganchos: o primeiro, deixado pela possibilidade que Swartz aponta de serem consideradas múltiplas arenas ao se pensar em algum contexto específico de ação política. O outro, pelo reforço dado através da concepção de Teixeira de movimentos sociais aos escopos espaciais multiescalares. Aqui, certamente, as relações entre a escala nanolocal e as demais escalas de ação política terão papel central, e por isso serão rapidamente exploradas na subseção seguinte.

2.5 Notas sobre escalas (II): A construção social da escala e a política de escalas

A escala vista enquanto um problema epistemológico já foi apontada acima, lembrando especialmente a contribuição de CASTRO (1995) e LACOSTE (1988). Ambos mostram como a escala não se trata simplesmente de uma questão de tamanho da representação do espaço. Trata-se de um instrumento poderoso para se "apreender o real" (CASTRO, 1995) de formas e perspectivas específicas. Mas essa apreensão não pode ser tida como isenta de parcialidades. Considerada não como um fato externo aguardando ser descoberto, mas como uma moldura de concepções a respeito da realidade (DELANEY e LEITNER, 1997:94-5), a "operação intelectual" (LACOSTE, 1988:77) que consiste a percepção escalar do mundo tem uma ampla importância nos próprios processos de *construção* (material e simbólica) do que é tido como "real". Quando LEFEBVRE (2001:46)

aponta para a importância do diálogo operado entre o que chama de "ordem próxima" e "ordem distante" da sociedade (especialmente dado no espaço urbano), o pensador francês remete claramente ao quão crucial é o pensamento escalar para a produção do espaço.

Portanto, é de fundamental importância não somente focar-se na escala enquanto aspecto relevante epistemologicamente. As escalas são elementos percebidos cada vez mais como cruciais para a ação política, a *práxis* social. Vista dessa perspectiva, não se pode discordar de Souza quando ele afirma como, hoje em dia, "(...) a eficácia política de um ativismo repousa, largamente, em sua capacidade de obter apoio de diferentes tipos e granjear simpatia da opinião pública a partir de uma bem-sucedida articulação de escalas, isto é, de atividades e frentes de combate situadas em escalas distintas." (SOUZA, 2006a:306) Essa dimensão da escala enquanto intimamente vinculada à ação já tem papel de destaque nas reflexões de LACOSTE (1988). Para ele, enquanto no campo epistemológico não há escala privilegiada, no campo da ação certas escalas precisam sim ser priorizadas – de acordo com as estratégias e táticas elaboradas (LACOSTE, 1988:81). Nessa perspectiva é que deve-se atentar sempre para a diferença que há entre ambas as escalas (LACOSTE, 1988:75) – lembrando que ora uma, ora outra deve ser reivindicada. Mas os diferentes espaços de ação precisam ser tanto diferenciados quanto muito bem articulados (LACOSTE, 1988:82), articulação essa que se apresenta, na verdade, como claramente estratégica: Ela "(...) é eficaz, indispensável mesmo, em muitos outros domínios [além dos militares] – na verdade, para todos os tipos de reflexões e empreendimentos, desde que precisem considerar o espaço, o que acontece com a maioria das ações humanas." (LACOSTE, 1988:91).

Tal preocupação é abordada atualmente pela ampla discussão que tem-se dado ao redor da concepção de "política de escalas" ("*politics of scale*")[96] – especialmente no âmbito da produção de diversos geógrafos de formação do Reino Unido e dos EUA nos último anos (conforme também apontado por SOUZA [2006a])[97]. Os principais debates dessa temática partem de uma abordagem construcionista, entendendo que as escalas não são pré-definidas

[96] A bibliografia sobre "política de escalas" é bastante extensa – especialmente em língua inglesa. Alguns dos trabalhos pioneiros nessa abordagem, sem esquecer das considerações de LACOSTE (1988) já referenciadas, são: HEROD (1991), SMITH (1992, 1993) e AGNEW (1993). Bons levantamentos sobre o tema são feitos por DELANEY e LEITNER (1997) e por MARSTON (2000). Dentre os trabalhos mais recentes, pontos interessantes e com bons panoramas são elaborados por BRENNER (2000), SMITH (2004) SWYNGEDOUW (2000, 2003, 2004), CIDELL (2006) e MASUDA e CROOKS (2007).

[97] A discussão a respeito da "política de escalas" parece também ter bastante afinidade com o que RIBEIRO (2001:13) coloca a respeito da importância que a dimensão do *projeto* tem para a constituição de um movimento social enquanto capaz de permitir o "(...) alargamento das práticas; o aumento de sua visibilidade; a construção de alianças políticas e, ainda, estimular o apoio de outros segmentos sociais, geograficamente próximos ou distantes." (RIBEIRO, 2001:13) Tal vínculo já foi assinalado na nota de rodapé número 69.

ontologicamente, mas sim "(...) são elas próprias implicadas na constituição dos processos sociais, econômicos e políticos" (DELANEY e LEITNER, 1997) [tradução livre]. A construção social (MARSTON, 2000) e política (DELANEY e LEITNER, 1997) da escala aponta para a importância de pensá-la tanto como maneira (estratégica e tática) de se agir no mundo, quanto também enquanto formas específicas de estruturá-lo, organizá-lo, apreendê-lo e modificá-lo.

Uma boa retomada das produções com tal enfoque feitas até o início da presente década é realizada pela geógrafa estadunidense Sallie MARSTON (2000). Vendo a escala como uma relação, a autora aponta para o fato de tal dimensão da espacialidade humana ser, portanto, socialmente construída (por *todos* os atores sociais – incluindo Estado, capital e movimentos sociais[98]). De uma perspectiva materialista histórica[99], a autora entende a escala como uma construção proveniente de processos políticos que tanto são endêmicos ao capitalismo quanto trazem a possibilidade de sua transformação. A construção da escala colabora para a construção e para a negociação das relações de poder (MARSTON, 2000:222). Erik SWYNGEDOUW (2004) também nos lembra de como as transformações escalares através dos conflitos sociais e político-econômicos ressaltam e empoderam certas escalas em detrimento de outras (SWYNGEDOUW, 2004:133), contribuindo assim para a "produção do espaço" em seu sentido lefebvriano (tal qual o faz Neil BRENNER [2000] em seu artigo fundamentado nas reflexões do pensador francês). Ao reconhecer e sublinhar que não se pode entender as escalas, então, como sendo fixas ou neutras (são produtos econômicos, políticos e das relações e atividades sociais), MARSTON (2000:231) enfatiza que não só os processos econômicos e políticos mais amplos da esfera da produção capitalista têm importância na construção teórica a respeito da política de escalas (como alguns autores

[98] É fundamental lembrar a importância crucial do indivíduo e do sujeito nessa dinâmica também. Pessoas que atuam como pontos de mediação entre diversas escalas exercem um papel central em diversos processos sociais (sejam eles racionalizados ou não). Cabe, inclusive, remeter às reflexões de Michel DE CERTEAU (1990) a respeito das práticas de resistência silenciosa que se dão no espaço-tempo cotidiano – e que não são, necessariamente, autoreflexivas. Note-se, no entanto, as ponderações a respeito dessa reflexividade (ou "consciência") que já foi feita nesta seção, quando falou-se sobre o conceito de "*lugar*". No que envolve o debate direto sobre o papel do indivíduo na política de escalas, o artigo de Julie CIDELL (2006) e de Jeffrey MASUDA e Valorie CROOKS (2007) são bastante instigantes.

[99] Pode-se afirmar que uma perspectiva construcionista e relacional da escala tem muita afinidade com o horizonte autonomista trazido aqui. No entanto, é importante perceber que ainda não existem, ao menos aparentemente, produções no âmbito das reflexões sobre a política de escalas que assimilem tal referencial político-filosófico. Incluí-lo no debate pode efetivamente trazer enormes contribuições no que tange, por exemplo, às possibilidades de se considerar as relações de múltiplas implicações entre a construção social da escala, a instituição global da sociedade (em suas dimensões instituinte e instituída) e ao imaginário social de forma geral. Outro exemplo surge com a importância do pensamento multiescalar ao se lembrar dos apontamentos feitos por SOUZA (2006a:79) a respeito da autonomia "no plano interno" e "no plano externo".

por ela citados argumentam), mas também a dimensão da reprodução social e do consumo são cruciais para tal tarefa. Marston (colocando o que reafirmará em trabalhos posteriores seus [MARSTON, 2004:176]) aponta inclusive o papel central que outros sistemas estruturais, especialmente os culturais, têm nesse debate. A própria moradia recebe papel de destaque para ela, especialmente vista como uma "(...) pequena escala de infraestrutura social, física, cultural e emocional da família onde a força de trabalho é reproduzida em bases diárias." (MARSTON, 2000:233) [tradução livre] Seguindo as considerações de Neil SMITH (1992, 1993), a autora coloca o espaço urbano como o local onde os conflitos políticos pela criação, apropriação e ordenamento escalar se dão da maneira mais intensa, visto serem os espaços nos quais os processos de competição e cooperação capitalistas afetam de forma mais imediata e palpável diferentes grupos sociais. Justamente nesse contexto, dão-se também as possibilidades para a resistência à essa construção da escala centrada no capital. Uma das mais interessantes seria justamente a capacidade não só de criá-las, mas principalmente de "saltar escalas"[100] que certos grupos apresentam como forma de contrapôr os impactos do capitalismo em suas vidas cotidianas (MARSTON, 2000:232).

No entanto, especialmente nos últimos anos, outras escalas também têm sido lembradas. Absolutamente sem negar a extrema relevância e importância da abordagem construcionista da escala apontada acima, têm-se também advogado em defesa da necessidade de se saber explorar e valorizar a perspectiva da experiência do indivíduo com o espaço enquanto uma dimensão extremamente relevante para se pensar a política de escalas. Considerações instigantes a respeito do papel do indivíduo são cuidadosamente elaboradas por Julie CIDELL (2006), por exemplo. A autora situa a discussão a respeito da política de escalas a partir de três principais caminhos (CIDELL, 2006:197-8): enquanto parte da compreensão de um fenômeno, a autora se aproxima da abordagem de CASTRO (1995) e de MARSTON (2000) ao ver a produção da escala como o estabelecimento de um "nível de resolução" no qual cada fenômeno pode tornar-se compreensível; ao se superar a abordagem que reflete sobre a "dimensão escalar das práticas" e se passar a observar "como as práticas se dão em diferentes escalas", a produção da escala, para ela, também passa a ser incrivelmente útil para se traçar a localização do "poder político"[101]; por último, coloca-se a questão de

[100] Nesse sentido, a capacidade de "saltar escalas" se refere à possibilidade de referir-se, ressaltar, acionar e empoderar (ou não) certas escalas – e não outras. Tal elaboração é feita por SMITH (1992, 1993) e lembrada por MARSTON (2000), BRENNER (2000), SWYNGEDOUW (2004), CIDELL (2006) e tantos outros. Por isso, trata-se de uma noção fundamental dentro das discussões a respeito da política de escalas.

[101] Essa é a tradução literal da expressão utilizada pela autora em tela. No entanto, faz-se mister reforçar que tal adjetivação do "poder" seria redundante no contexto do conceito de poder adotado nesta pesquisa.

como se definir uma escala – tendo em vista que muitas vezes uma das formas através das quais a ideia de escala traz consigo alguma força é quando a escala é relacionada a uma homogeneidade dentro de um território (o que esteriliza os conflitos intraescalares)[102]. É a partir da opinião de que somente alguns autores (com abordagens menos hierárquicas) têm conseguido incorporar o papel do indivíduo na política de escalas que Cidell sugere que ao menos três perspectivas podem auxiliar tal enfoque: ver os indivíduos enquanto constituídos por múltiplas e concomitantes escalas (o que quer dizer que são todos, ao mesmo tempo, "pessoas individuais" e membros de grupos maiores) (CIDELL, 2006:200-1); vê-los como atores que constituem outras escalas (de forma, às vezes, a serem vistos como metonímias de escalas inteiras, dica-se de passagem)[103] (CIDELL, 2006:201-2); e justamente enquanto escalas em e para si mesmos (CIDELL, 2006:199-200). Não obstante, Cidell volta a lembrar que, "ainda que indivíduos estejam aptos a saltar escalas, eles são quase certamente fadados ao fracasso" (CIDELL, 2006:200) [tradução livre] – afirmação que pode-se aqui inclusive extrapolar para as práticas coletivas nanolocais. No entanto, cumpre ressaltar que existem experiências que mostram como essa capacidade de saltar escalas foi e segue sendo fundamental para uma série de experiências de resistência e modificação do *status-quo*, como se pontuará nas próximas páginas. É importante justamente ter em mente que tal instrumento tático pode converter-se em elemento estratégico crucial para lutas emancipatórias. Não se pode, portanto, descrer na sua importância.

É nesse contexto que também se inserem as colocações de Jeffrey MASUDA e Valorie CROOKS (2007). Elas buscam, por um lado, denunciar o esquecimento da dimensão da experiência vivida pelos indivíduos no debate da política de escalas e, por outro, reforçar a

---

[102] "The homogenizing assumption of much popular scalar discourse leaves out the importance of dissent and contestation within scales. It also fails to explain the means by which individual actors within those scalar frameworks make their views or goals into the views and goals of the territory as a whole." (CIDELL, 2006:198)

[103] É curioso perceber aqui um possível ponto de contato entre tal perspectiva de compreensão do indivíduo em relação às escalas e à sua atuação nelas / com elas e os apontamentos feitos páginas acima a respeito da concepção de campo político e arena (SWARTZ, 1966; 1968). Como lembrado por SANTOS (1981) e por TEIXEIRA (2009), quando o discurso de um campo político tende a fazer entender-se como sendo o discurso da arena como um todo, também estabelece-se uma relação de metonímia. Aparentemente, essa é a situação que se passa quando um indivíduo é de tal forma relacionado à alguma escala específica que acaba também sendo confundido com ela. Ainda que tal confusão possa ou não ser fruto de uma ação reflexiva e racionalizada por parte do(s) indivíduo(s), não se pode negar que uma situação como essa pode terminar estabelecendo (criando ou fortalecendo) uma imagem de homogeneização do discurso da arena (ou da escala). Isso implicaria em uma compreensão da escala enquanto unidade em grande parte livre de seus inevitáveis conflitos internos (risco que já fora apontado linhas acima no texto). Dependendo da relação que se estabeleça entre o campo político hegemônico e a arena (ou entre o indivíduo e a escala à qual ele é comumente relacionado), pode-se buscar perceber elementos mais ou menos heterônomos (ou mais ou menos autônomos). Assim, mostra-se bastante realista a possibilidade de se considerar o indivíduo enquanto atores que efetivamente constituem escalas (reais ou virtuais, de maneira heterônoma ou autônoma).

importância de abordagem que valorizem tais aspectos. Argumentam que as experiências cotidianas trazem à tona uma grande variedade de elementos complexos das interconexões sociais, culturais, políticas e econômicas entre escalas. Entendem também que buscar compreender como tais elementos e interconexões são estabelecidas, mantidas e contestadas pode ajudar a dar maior sentido às maneiras como forças mais amplas se manifestam nos espaços e lugares cotidianos (bem como a respeito dos papéis desempenhados pelos indivíduos no sentido de influenciar – reforçando ou modificando – tais forças). Assim, afirmam que "(...) an *experiential* approach to scale can help to move us away from rigid hierarchies toward a use of scale as a representation of micro to macro level phenomena that are salient to people's everyday lives such as the body, home, school, community and nation"[104] (MASUDA e CROOKS, 2007:257) [grifo no original].

Uma perspectiva da política de escalas que consiga articular de forma coerente e consistente a abordagem construcionista e um enfoque experiencial, diga-se de passagem, parece ser bastante compatível com as colocações de Habermas sobre a importância que a solidariedade entre grupos e indivíduos tem enquanto componente do mundo da vida – servindo como mais um recurso para que se busque um agir orientado ao entendimento mútuo (HABERMAS, 2003:166).

Vê-se como a possibilidade de contestação do *status quo* também tem vinculação direta e profunda com um raciocínio e uma prática multiescalar. Isso traz de volta o ressaltado por SOUZA (2006a) e lembrado já no início desta sub-seção, quando ele afirma a importante relação que parece haver, ao menos atualmente, entre a eficácia política de um ativismo e sua capacidade de articulação de escalas. Isso reforça o papel que os movimentos sociais podem exercer na política de escalas (bem como a importância de sua consideração por parte deles).

Exemplos elucidativos de como não somente o Estado e o capital podem agir em diversas escalas concomitantemente, mas também os próprios movimentos sociais têm essa possibilidade – e efetivamente atuam dessa forma em alguns casos – são as experiências que fizeram amplo uso dos meios de comunicação enquanto forma de afetar diretamente as relações de poder nas quais se inseriam e se inserem[105]. Tais experiências trazem elementos interessantíssimos tanto para reflexões sobre organizações e movimentos sociais que têm como um dos eixos centrais a atuação ou a divulgação de suas lutas em diversas escalas (seja

[104] "(...) uma abordagem *experiencial* da escala pode ajudar a mover-nos para longe de hierarquias rígidas no sentido de um uso da escala como uma representação de fenômenos do nível micro ao macro que são salientes para o cotidiano das pessoas como o é o corpo, a casa, a escola, a comunidade e a nação." [tradução livre]

[105] Uma grande contribuição nesse sentido é o artigo de Paul ADAMS (1996).

a partir do uso de meios de comunicação comerciais, seja colaborando e fortalecendo veículos independentes e alternativos), quanto para observar organizações ou movimentos que enfrentam algum tipo de dificuldade em termos de avanços em suas demandas e propostas. Além disso, apresentam-se como exemplos bastante didáticos para se revelar e demonstrar não só a importância dos veículos e formas (táticas e estratégicas) de comunicação para qualquer tipo de mobilização social com horizontes emancipatórios, mas também uma ótima forma de se vislumbrarem ações políticas radicalmente críticas através da compreensão da existência de múltiplas e diversas escalas. Até mesmo a exemplificação do quão plausível e concreta é a afirmação de que existem diversas escalas da realidade pode ser facilitada com o exemplo de movimentos sociais e suas estratégias de comunicação: diferentes movimentos sociais se utilizam de diferentes veículos de comunicação dados seus distintos objetivos em seus diferentes horizontes[106].

É nesse sentido que se pode elencar diversos exemplos envolvendo movimentos sociais que se utilizaram extensamente das possibilidades dos meios de comunicação para angariar apoio político, simbólico, técnico e material; difundir experiências e perspectivas; pressionar grupos políticos contrários; ampliar a base social de mobilização; etc. A articulação de movimentos que passou a ser conhecido como movimento "anti-globalização", extremamente atuante e forte em diversas cidades e países do mundo (especialmente no final da década de 1990), utilizou-se em larga escala da rede mundial de computadores (*internet*) para pensar, organizar, preparar e executar gigantescas mobilizações que tomaram diversas cidades do mundo – chegando a conseguir interromper e até mesmo cancelar encontros de líderes e gestores do capitalismo mundial[107]. Com as possibilidades da *internet* (mas também

[106] Inclusive, prosseguindo com tal raciocínio, pode-se pensar a respeito de algumas questões – tais como: "Quais meios de comunicação atingem quais escalas?"; "Que tipos de veículos são mais eficazes para quais etapas de quais lutas políticas?"; "Quais referenciais (linguísticos, simbólicos, espaciais, econômicos, etc.) potencializam ou atrapalham tipos específicos de interação social crítica ao *status quo*?".

[107] Usa-se aqui a expressão "movimento anti-globalização" a contra-gosto. Os motivos para isso estão muito bem expressos tanto nas palavras de Ned LUDD (2002b) quanto em outros textos da coletânea por ele organizada (LUDD, 2002a). Trata-se de lembrar fundamentalmente que os Dias de Ação Global (como eram chamadas as grandes mobilizações que tinham como principal mote o enfrentamento anticapitalista através de táticas claramente espaciais – sendo chamadas inclusive de "manifestações-bloqueio", em nítida referência à sua espacialidade) eram constituídos por uma multiplicidade imensurável de grupos e ativistas anticapitalistas e antiautoritários. Sua contestação era "(...) praticada nas ruas, organizada basicamente por grupos de afinidade de forma autogestionária, isto é, não-hierárquica, não-burocrática e autônoma (...)" (LUDD, 2002b:10). Não é de se surpreender que dentre os quatro "pontos de partida" da Ação Global dos Povos (articulação de ativistas anticapitalistas que teve seu início em 1996 em Chiapas – México, a partir de um chamado feito pelos neo-zapatistas do sul desse país ao qual seis mil pessoas atenderam e compareceram) estejam dois pontos bastante interessantes para esta pesquisa: "Uma chamada à ação direta e desobediência civil, ao apoio às lutas dos movimentos sociais, propondo formas de resistência que maximizem o respeito pela vida e pelos direitos dos povos oprimidos, assim como pela construção de alternativas locais ao capitalismo global" e "[u]ma filosofia organizacional baseada na descentralização e autonomia." (LUDD,

com encontros presenciais com alto teor lúdico, festas, reuniões, etc.), atividades eram feitas em diversas escalas (notadamente as locais, mas articulando-se na maioria das vezes com outras ações que ocorriam em muitos outros locais) tendo apoio logístico, operacional, político, intelectual e inclusive jurídico de indivíduos e organizações outras, distintas e distantes fisicamente. Manifestações tomavam várias cidades do mundo ao mesmo tempo, da mesma maneira que a perspectiva de "pensar globalmente e agir localmente" era difundida[108].

No México, a experiência neo-zapatista (ou simplesmente "os/as zapatistas", como são conhecidos/as) vem, desde 1994, buscando construir garantias para a autogestão indígena de um amplo território no sul do país – boa parde do estado de Chiapas. Deixando à parte, por ora, os detalhes de sua organização política[109], cabe ressaltar que boa parte do poder de pressão, de negociação e de ação do movimento zapatista mexicano deve seu sucesso também graças, por um lado, tanto à conexão instantânea entre os/as zapatistas e toda uma rede internacional de indivíduos e grupos apoiadores possibilitada pela *internet* e pelo seu uso; quanto, por outro lado, ao uso de outros veículos de comunicação (especialmente rádios indígenas / comunitárias) na escala local como meio importante de mobilização, ajuda mútua, discussão e formação política. Desde seu levante em 1994, suas ações locais dialogavam diretamente com o mundo através de sua rede de contatos – valendo-se da pressão de indivíduos e organizações internacionais que os apoiavam ao vigiar o Estado mexicano[110] e

---

2002c:18) Já os primeiros Dias de Ação Global reuniram milhares de pessoas. O exemplo de um marco desse movimento é conhecido como N30 (referência do dia 30 de novembro, principal data da ação, ocorrida em 1999), no qual mais de cinquenta mil pessoas tomaram as ruas de Seattle (EUA) e, com o "[b]loqueio dos acessos ao local do encontro por grupos de ação direta, gigantescas manifestações de rua e o descontentamento de países da própria OMC [Organização Mundial do Comércio] (…) (RYOKI e ORTELLADO, 2004:140), levaram ao cancelamento daquela que era chamada de "rodada do milênio" pelos participantes da própria OMC.

[108] Uma crítica à esse mote pode ser encontrada em SOUZA (2009b).

[109] Nesse caso, são inúmeros os estudos a respeito da experiência neo-zapatista. No entanto, vale à pena remeter diretamente às fontes de informações elaboradas pelos próprios zapatistas e seus colaboradores mais próximos (que, graças justamente à eficaz e eficiente maneira com a qual tal movimento soube e segue sabendo lidar com os meios de comunicação e com as diversas escalas de produção da realidade sócio-espacial, estão à disposição na *internet*). Recomendam-se, assim, as seguintes páginas virtuais: Ejército Zapatista de Liberación Nacional – EZLN (http://www.ezln.org.mx); Enlace Zapatista (http://enlacezapatista.ezln.org.mx); Zezta Internacional (http://zeztainternazional.ezln.org.mx); Centro de Documentación sobre Zapatismo – CEDOZ (http://www.cedoz.org/); Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria – CIEPAC (http://www.ciepac.org); dentre tantas outros. Cabe também visitar a página do Centro de Mídia Independente de Chiapas (http://chiapas.indymedia.org/), em especial sua parte relativa à "Outra Campanha" zapatista (http://chiapas.indymedia.org/index.php?category=11).

[110] Observando-se a "Declaração da Selva Lacandona" (EZLN, 1993), difundida em dezembro de 1993 e na qual o EZLN declara guerra ao Estado mexicano, vê-se que a comunicação era estabelecida em múltiplas escalas: apesar de ser direcionada "ao povo do México" em seu início, no decorrer de seu texto seus elaboradores pedem claramente "(...) a los organismos Internacionales y a la Cruz Roja Internacional que vigilen y regulen los combates que nuestras fuerzas libran protegiendo a la población civil (...)". Arrematam o documento da seguinte forma: "PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando

pressioná-lo a negociar com as comunidades insurgidas que, através da face militar do movimento (o Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN), haviam tomado no mesmo dia diversas cidades do estado de Chiapas. Ao mesmo tempo, desenvolviam e seguem desenvolvendo atividades locais que visavam fortalecer a auto-determinação indígena e a criação e crescimento de alternativas próprias para suprir as necessidades das comunidades (fato perfeitamente demonstrado pelos comunicados lançados pelo EZLN[111], direcionados às mais diversas escalas[112]. Vale lembrar, inclusive, a reorganização territorial e escalar operada internamente pelos / as zapatistas. Em contraposição à divisão administrativa hierárquica do Estado mexicano, e demonstrando as diferentes bases político-filosóficas nas quais se baseiam, o território zapatista atualmente se organiza de maneira específica: as comunidades zapatistas se reúnem em Municípios Autônomos Rebeldes que, por sua vez, compõem os Caracóis (com suas Juntas de Bom Governo, que têm a incumbência de "mandar obedecendo")[113]. Simbólica, material e politicamente, esse reordenamento escalar demonstra elementos explícitos que conformam uma espacialidade zapatista própria. Uma espacialidade

una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por *trabajo*, *tierra*, *techo*, *alimentación*, *salud*, *educación*, *independencia*, *libertad*, *democracia*, *justicia* y *paz*. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático." (EZLN, 1993)

[111] Diversos de seus comunicados e declarações podem ser acessados tanto na página do CEDOZ, já citada acima, quanto em http://palabra.ezln.org.mx/ .

[112] Um dos vários exemplos interessantes a serem destacados se refere a um comunicado lançado em agosto de 2003 pelo comando do EZLN (EZLN, 2003). Ele se direciona às Juntas de Bom Governo Zapatistas e aos Município Autônomos Rebeldes Zapatistas (além da sociedade civil nacional e internacional) – demonstrando sua abrangência multiescalar. Trata justamente de reconhecer uma série de conquistas internas quanto à organização político-territorial das comunidades do território zapatista e no que tange ao reconhecimento dos direitos e da cultura indígenas no México. Aos "irmãos e irmãs" zapatistas, o EZLN direciona suas felicitações "(...) a todos porque este avance ha sido posible también por el apoyo de las 'sociedades civiles' de México y de todo el mundo." Por conta desses avanços e conquistas, reforçam o reconhecimento de sua autonomia lembrando que "[l]os ejércitos deben usarse para defender, no para gobernar." Declaram que os postos de controle militar serão retirados dos caminhos e estradas, mas que segue sendo seu trabalho e seu dever "(...) proteger a las comunidades de las agresiones del mal gobierno, de los paramilitares y de todos aquellos que quieran hacerles mal." Sem mais poderem recorrer às forças do EZLN para governar, colocam que os Conselhos Autônomos "[d]eberán, por tanto, esforzarse en hacer como deben hacer todos los buenos gobiernos, es decir, recurrir a la razón y no a la fuerza para gobernar." O autor do comunicado (Subcomandante Marcos – figura emblemática da organização) termina, por fim, com uma lembrança: "No necesito decirles que hay muchas personas buenas en México y en el mundo que los están viendo. Hay en su mirada de ellos respeto y esperanza. Respeto, porque ustedes han avanzado cuando todos creían que estábamos derrotados, porque a pesar de ser perseguidos por las armas y la mentira, han construido un buen gobierno. Y esperanza porque, frente a los gobiernos y políticos que sólo engañan y roban, ustedes pueden ser el buen ejemplo del mandar obedeciendo." Assim, fica clara a articulação das mais variadas escalas no discurso e na prática política cotidiana do movimento em tela.

[113] Interessante ressaltar que a criação dos Caracóis surge também como alternativa à uma percepção de diferenciação sócio-espacial entre os próprios municípios autônomos rebeldes. Essas diferenças diziam respeito a aspectos como as relações desiguais com a sociedade civil nacional e internacional, as diferentes quantidades e tipos de recursos dos quais dispunham e inclusive dos distintos graus de acessibilidade aos / pelos meios de comunicação (ALONSO, 2003). Dois artigos são interessantes para se familiarizar com essa dimensão da espacialidade do movimento mexicano em tela: ALONSO (2003) e MICHEL (2004).

radicalmente insurgente.

Não se pode esquecer, por último, da experiência das manifestações acontecidas em Oaxaca (estado também do sul do México, vizinho ao estado de Chiapas – recém citado quanto ao movimento zapatista) em 2006[114]. Os grupos (especialmente ligados à Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca - APPO) que compuseram o movimento de crítica e resistência (e, em certa medida, construção de alternativas) ao governo de tal estado mexicano também souberam como poucos articular o uso de veículos de comunicação locais com os contatos internacionais. Ilustrativo foi o fato de, no decorrer das mobilizações que duraram meses no estado mexicano, os manifestantes haverem tomado 14 estações de rádio e uma estação de televisão (veículos estatais e privados). Com tais veículos, difundiam informativos, programas educativos, produções musicais, reflexões e debates políticos. Se valiam deles também para comunicarem massivamente a movimentação das tropas policiais pela cidade, potencializando a mobilização contrária – ao mesmo tempo que informavam ao mundo, pelas "*webradios*", fotos e matérias divulgadas, a situação no estado (resultando em diversas manifestações de apoio em todo o mundo)[115].

O movimento social focalizado nesta pesquisa, por sua vez, também possui relações específicas e próprias com suas escalas de referência. Tem, assim, aspectos que (apesar de não se aproximarem ainda da consistência dos apresentados pelas experiências citadas acima) apontam claramente para uma "política de escalas" própria. Essa característica já foi apontada anteriormente por TEIXEIRA (2009:101). O autor lembra, inclusive, a importância que esta dimensão analítica da espacialidade social tem justamente para a constituição e definição do sujeito coletivo que protagoniza as ações desse movimento. Reciprocamente, "[s]aber quem é o sem-teto do discurso do movimento social que se referencia por esse sujeito é fundamental, entre outras coisas, para uma definição mais clara de sua política de escalas, sobretudo por parte do próprio movimento." (TEIXEIRA, 2009:103)

O movimento dos sem-teto brasileiro têm, por sua vez, se inscrito nessas experiências de gestação e criação de "territórios dissidentes" (SOUZA, 2006a, 2009b, 2009c, 2009d, no

[114] Contextualizando rapidamente: as manifestações ocorreram a partir dos confrontos entre a seção local do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Educação mexicano (em greve) e as forças policiais do estado de Oaxaca. Após a repressão policial, milhares de pessoas aderiram ao movimento de oposição e reivindicação de deposição do então governador do estado, Ulises Ruiz. Estas e as demais informações a respeito da mobilização foram retiradas de comunicados e informativos da assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO) – compilados e disponíveis em http://chiapas.indymedia.org/index.php?category=13.

[115] Vale ressaltar que o papel dos meios de comunicação alternativos foi tão importante e, de certa maneira, ameaçador para o *status quo* de Oaxaca, que inclusive assassinatos de comunicadores alternativos e independentes foram contabilizados nas semanas de mobilização. Ressalte-se a morte de Bradley Roland Will, colaborador da Rede *Indymedia* (Centro de Mídia Independente).

prelo) que se valem de práticas espaciais insurgentes[116] específicas. Esses tipos de práticas espaciais podem ser reforçadas e potencializadas pela atenção às diferentes escalas de reflexão, ação e articulação. Isso também é destacado justamente por SOUZA (no prelo:15), quando sumaria a "política de escalas" como uma "(...) articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir impactos de ações adversas ou tirar maiores vantagens de situações favoráveis."

Mostra-se fundamental, portanto, refletir mais atentamente a respeito das consequências e possíveis interlocuções entre, por um lado, as práticas sociopolítico-espaciais cotidianas dos indivíduos e grupos/organizações que se inserem no atual contexto desse movimento social urbanos em sentido forte (SOUZA, 2006a: 281) e, por outro, as diversas dimensões de relações sociais (políticas, culturais, simbólicas, econômicas, etc.; mas também dimensões de magnitude e alcance das reflexões e ações) nas quais tais práticas se inserem e com as quais dialogam. Isso certamente auxilia na elucidação do papel dos movimentos sociais (mas desse movimento em especial) e de suas margens de manobra para se investir diretamente nos processos de construção social das escalas espaciais.

É nesse sentido que as palavras de Eric SWYNGEDOUW (1997 apud MARSTON, 2000:238) tomam peso e força:

> "Geographical configurations as a set of interacting and nested scales (the 'gestalt of scale') become produced as temporary stand-offs in a perpetual transformative, and on occasion transgressive, social-spatial power of others, and sometimes create entirely new significant scales, but – most importantly – these scale redefinition alter and express changes in the geometry of social power by strengthening power and control by some while disempowering others."[117]

---

[116] SOUZA (no prelo) sugere uma tipologia geral de práticas espaciais insurgentes. São tipos que se desenvolvem a partir de cinco ferramentas classificatórias, entendendo que as práticas espaciais insurgentes podem ser "*violentas*" ou "*não-violentas*"; "*duráveis*" ou "*efêmeras*"; "*imediatamente políticas*" ou "*imediatamente culturais*"; "*ruidosas*" ou "*silenciosas*"; "*abertas*" ou "*[às] escondidas*". Com isso, SOUZA (no prelo:15) propõe sete tipos gerais dessas práticas: (a) territorialização em sentido estrito; (b) territorialização em sentido amplo; (c) refuncionalização / reestruturação do espaço material; (d) ressignificação de "lugares"; (e) revitalização de espaços; (f) construção de circuitos econômicos alternativos; (g) construção de redes espaciais.

[117] "Configurações geográficas como um conjunto de escalas em interação e aninhadas (a 'gestalt da escala') foram produzidas como temporariamente distanciadas em uma transformação perpétua, e na ocasião transgressiva, de um poder sócio-espacial de outros, e às vezes criaram escalas significativas inteiramente novas, mas – mais importante – essas redefinições da escala alteram e expressam mudanças na geometria do poder social por reforçar o poder e o controle por alguns enquanto desempodera outros." [tradução livre]

7 O CAMINHO TRILHADO: METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Para finalizar este capítulo, esta última seção será dedicada a explicitar a metodologia utilizada na pesquisa. Trata-se da fundamental tarefa de tornar claros os passos que foram dados para que as análises aqui esboçadas fossem elaboradas e os dados nos quais elas se baseiam fossem coletados.

Com esse objetivo, a seção que está começando será dividida em cinco sub-sessões que pretenderão contemplar, respectivamente, cinco aspectos: (1) sobre o *referencial metodológico*, serão expostas as bases que fundamentam o tipo de pesquisa realizada aqui; (2) a respeito da *estratégia de pesquisa* adotada, serão pontuados os motivos pelos quais optou-se por realizar um estudo de caso específico; em seguida, serão abordados os critérios utilizados para a (3) *escolha dos dados* que foram coletados; após o estabelecimento de tais critérios, serão pontuados e justificados os (4) *procedimentos e instrumentos de coleta dos dados*; por último, as formas de (5) *análise dos dados* serão esclarecidas.

7.1 Referencial metodológico

Partindo tanto das relações possíveis entre os elementos do referencial teórico-conceitual já apresentado quanto de observações empíricas realizadas pelo autor no decorrer do cotidiano de colaboração com as ocupações vinculadas à fração do movimento dos sem-teto do qual a ocupação enfocada nesta pesquisa faz parte, é fundamental reconhecer a existência aqui de um pressuposto inicial: o de que existem relações a serem observadas e sobre as quais se pode elaborar reflexões que envolvem a espacialidade cotidiana da ocupação que será focada no estudo (e de seus/suas integrantes) e seus processos específicos de busca de entendimento mútuo entre os indivíduos que ali interagem. No entanto, ainda que possa remeter a tal perspectiva, tal afirmação não faz com que a presente pesquisa possa ser enquadrada como sendo do tipo hipotético-dedutiva. Reconhece-se aqui que tal método apresenta limitações para a pesquisa social – especialmente se adotado de maneira exclusiva, acrítica e rígida.

De qualquer forma, cumpre deixar bastante explícito que a possibilidade de se ter uma postura flexível em relação ao raciocínio hipotético será um aspecto fundamental aqui,

buscando-se tratar as hipóteses como elementos que orientam os questionamentos e cuja "(...) comprovação permanece aberta à argumentação e ao diálogo entre interlocutores, com cotejo dos diferentes saberes" (THIOLLENT, 1985:99). No caso da afirmativa assumida acima, deve-se tê-la enquanto uma simples "hipótese preliminar", completamente sujeita a revisão no transcurso da pesquisa (KIDDER, 1987a:68). A preocupação em revisar esse e outros pressupostos é que busca conferir validade ao estudo.

Entretanto, é certo que não se almeja aqui chegar a elaborar qualquer formulação profundamente generalizante. O tema da presente pesquisa (as articulações teóricas, o recorte conceitual e até mesmo o método adotado) apresenta-se muito pouco explorado até o momento. Faz-se necessária uma aproximação prévia do assunto, tipo de abordagem entendida por Antonio Carlos GIL (1999:44-5) como uma pesquisa exploratória. Discorda-se, de qualquer maneira, do que o próprio GIL (1999:44) coloca ao afirma que, em comparação a outros tipos de pesquisa, "(...) estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento." Uma vez que reconhece que pesquisas de tal tipo "[h]abitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso" (GIL, 1999:44), não se pode descartar a importância que há na elaboração de um planejamento pormenorizado das tarefas que as compõem. Essa necessidade surge inclusive e justamente por conta de seu caráter exploratório: ao estar-se diante de poucos estudos realizados anteriormente, cumpre dedicar-se não só a planejar ao máximo possível os passos a serem dados, mas também a registrar com clareza tais passos – buscando elencar aspectos e reflexões metodológicas relevantes para eventuais pesquisas futuras. Diga-se de passagem que até mesmo os procedimentos apontados pelo autor como envolvidos em tal tipo de pesquisa podem compreender (e, em grande parte, exigem que seja compreendida) uma ampla reflexão e um cuidadoso preparo prévio do pesquisador.

Se, por um lado, reconhece-se a importância que o trabalho empírico tem para a ciência social (e, bem dizer, para muitos dos outros rincões científicos, tendo em vista especialmente uma postura de não perder-se em lucubrações irreais e completamente descabidas de sentido em relação à realidade empiricamente observável[118]), por outro deve-se

[118] Não se trata aqui de negar reconhecer a importância que a parcela de "devaneios" e "irrealidades" tem, inclusive no âmbito científico. Muitas vezes são eles inclusive fundamentais para perspectivas político-filosóficas emancipatórias como o próprio projeto de autonomia e o horizonte do desenvolvimento sócio-espacial. Ter na "utopia" não um modelo hermético, mas justamente um *horizonte* eminentemente processual nos mostra a relevância de cultivar-se em diversos momentos uma máxima difundida pelas ruas do maio de 1968 francês: "Sejamos realistas, exijamos o impossível!" Os "devaneios" são muitas vezes parte importante do processo de criação do "radicalmente novo", inclusive.

ficar atento às características do referencial teórico-conceitual[119] no qual uma pesquisa se baseia para que não se busque aspectos específicos com procedimentos pouco adequados. Lembrando o que LACOSTE (1988:75) apontava a respeito da escala, dependendo da situação, ora deve-se utilizar um microscópio, ora precisa-se apelar para o uso de um satélite.

Como trata-se de enfocar relações interpessoais na escala nanolocal (ainda que outros tipos de relações multiescalares sejam particularmente interessantes, sem contar a importância de aspectos de cunho mais geral – referentes à instituição global da sociedade e ao agir instrumental, por exemplo) que, ainda por cima, envolvam relações de poder e entendimento / desentendimento mútuo, dá-se o imperativo de questionar-se a respeito de qual referencial metodológico seria apropriado para este estudo. Recorde-se, a tempo, das considerações levantadas por SWARTZ (1968:8), nas quais ele ressalta que, no caso de buscar-se refletir a respeito de processos políticos que envolvem a escala do indivíduo, coloca-se como fundamental o acompanhamento de perto de tais situações.

Portanto, a busca esteve em prestar-se especial atenção à compreensão e interação entre o pesquisador e os moradores da ocupação enfocada, visando a possibilidade de dar ao pesquisador e aos "(...) grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob a forma de diretrizes de ação transformadora" (THIOLLENT, 1985:8). A preocupação alia-se à lembrança de Paulo FREIRE (1988:36) e até mesmo de Michel FOUCAULT (1990:69 e seg.) a respeito do aspecto eminentemente político que a ciência não só tem como assume especialmente nos dias atuais – o que levanta o constante questionamento a respeito de "qual ciência" é feita e a quem tal conhecimento serve.

Por compartilhar desse rol de preocupações o referencial metodológico geral adotado nesta pesquisa foi o da *pesquisa participante*. Uma pesquisa caracterizada pelo envolvimento tanto do pesquisador quanto dos pesquisados em seu processo (GIL, 1999:49), onde "(...) a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária." (THIOLLENT, 1985:15) No entanto, é importante reconhecer que não se trata de uma

[119] A metodologia adotada para o levantamento bibliográfico a respeito do referencial teórico-conceitual e metodológico da pesquisa baseou-se principalmente em pesquisas em bibliotecas e em periódicos científicos disponíveis na *internet* e nas diversas bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e na biblioteca central da Universidade Federal de Santa Catarina. Cumpre reconhecer também o papel central que as disciplinas cursadas no decorrer dos últimos 18 meses tiveram para a apresentação de diversas referências bibliográficas. Por último (não por seu menor valor, mas, sublinhe-se, justamente para seu maior destaque), não se pode deixar de grifar a enorme colaboração que as atividades de orientação junto ao Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD) trouxeram para a pesquisa, sem as quais o horizonte teórico-conceitual, metodológico e político-filosófico da pequisa seria necessariamente mais limitado e turvo.

pesquisa participante "radicalizada", que poderia ser então denominada "pesquisa-ação" – na qual há "(...) realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação. Além disso, é preciso que a ação seja uma ação não-trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo investigação para ser elaborada e conduzida." (THIOLLENT, 1985:15) Apesar de tal pesquisa vislumbrar declaradamente elencar aspectos e considerações que possam vir a contribuir para a reflexão a respeito das situações de entendimento e desentendimento (bem como das facilidades e dificuldades de mobilização) da ocupação enfocada, não faz parte da mesma a proposição direta de ações por parte dos indivíduos envolvidos propriamente em tais situações. A presente pesquisa não compreende em sua estrutura qualquer ação dos moradores que tenha sido especificamente motivada *pela* pesquisa – ainda que, como se acabou de afirmar, a possibilidade de que as reflexões aqui contidas suscitem desdobramentos esteja dentre as principais motivações e desejos contidos e expressos na sua realização.

Isso não faz da perspectiva de pesquisa participante aqui adotada uma abordagem que se compreenda menos engajada. Concorda-se, afinal, com Carlos Rodrigues BRANDÃO (1983) que um/a pesquisador/a participante deve entender-se como uma pessoa

> "(...) armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo[120], àqueles para quem a *pesquisa participante* – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular." (BRANDÃO, 1983:11)

Frise-se: trata-se de "um instrumento a mais", tendo em vista que a luta pela reconquista popular – vista aqui como a busca por uma cada vez maior capacidade de auto-determinação solidária – tem sido levada adiante mesmo com a proeminência da tradição científica majoritariamente conservadora (frente à uma pesquisa engajada). Ao mesmo tempo, porém, não se pode negar que a perspectiva apontada pelo autor acima permite também que surjam interpretações que pequem ao reforçar uma ideia particularmente desconfortante para esta pesquisa: a de que a pesquisa científica (em especial a do tipo *participante*) teria "por natureza" a potencialidade de auxiliar na luta pelo aumento da capacidade de autodeterminação popular. Acredita-se aqui que o referencial metodológico adotado por uma pesquisa não garante, por si só, essa preocupação (apesar de influenciá-la fortemente e ajudar

[120] Justamente por reconhecer sua amplitude e profundidade, não se pretende adentrar aqui na discussão a respeito dessa categoria.

muito em tal processo).

A essa altura, é fundamental ressaltar que o alto grau de interação e participação do pesquisador no cotidiano dos "pesquisados" é parte importante da metodologia desta pesquisa. Cumpre também lembrar que não se tratou de um compartilhamento cotidiano meramente orientado pelos objetivos da pesquisa (como uma "pesquisa participante *instrumental*", para valer-se da terminologia de Habermas). Tal convívio também não se baseou na pura intenção de realizar ações (o que poderia ajudar a caracterizar esta pesquisa como uma "pesquisa-ação"). A aproximação deu-se justamente pelo compartilhamento de aspectos que transcenderam aqueles ligados à pesquisa. Foram também além da integração que o compartilhamento de saberes técnico-científicos específicos da formação do pesquisador poderia proporcionar (no âmbito de uma cooperação especializada, por assim dizer). Tratou-se de uma forma de compartilhamento cotidiano também não-especializado, preocupado em estabelecer interações que rompessem radicalmente com hierarquias pré-estabelecidas (como a que se incrusta no imaginário social atual entre "pesquisador" e "grupo pesquisado") e, ao mesmo tempo, resguardassem as individualidades dos sujeitos envolvidos nas situações de interação.

É nesse sentido que se acredita que esta pesquisa não se encaixa perfeitamente nas acepções de pesquisas participantes típicas, por um lado; por outro, distancia-se também da proposta da pesquisa-ação. A sugestão que se faz aqui, portanto, é a de entender a pesquisa como tendo enquanto referencial a perspectiva de uma *Interação Colaborativa*. Tal abordagem apontaria para um tipo de pesquisa que adota tanto características da pesquisa participante quanto da pesquisa-ação, como se estivesse situada "entre" ambas. Nesse sentido, a *interação colaborativa* parte de um processo de intenso convívio com o grupo sobre o qual a pesquisa trata e com o qual o/a pesquisador/a busca colaborar – radicalizando a aproximação com seu cotidiano através de um compartilhamento intenso (especializado *e* não-especializado) de diversas dimensões do "mundo da vida". Ao mesmo tempo, se diferencia de uma pesquisa-ação propriamente dita uma vez que os objetivos da pesquisa não são diretamente discutidos e definidos em conjunto com o grupo com o qual a pesquisa se propõe a interagir. No entanto, a preocupação em traduzir as reflexões elaboradas pela pesquisa para a realidade do dia-a-dia do grupo toma nova ênfase (não encontrada diretamente na pesquisa participante ou mesmo na pesquisa-ação). Da mesma forma, conta-se com a busca por, através da pesquisa, colaborar (direta ou indiretamente) para o avanço das conquistas almejadas pela coletividade com a qual se interage.

Cabe lembrar também que essa se trata de uma abordagem que vem sendo adotada por grande parte dos trabalhos realizados dentro do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD/UFRJ) nos últimos anos – ainda que não sendo nomeada especificamente dessa maneira. Apesar da falta de uma nomenclatura própria, é importante destacar que tais reflexões metodológicas embrionárias se inserem e surgem justamente de discussões gestadas no interior e a partir das experiências de pesquisas científicas e de prática política desse grupo.

Por último, vale ressaltar que o pesquisador também não furtou-se em momento algum ao imperativo ético de declarar-se (também) enquanto tal em todas as situações de interação que envolviam aspectos da pesquisa. Ao mesmo tempo, a participação intensa e extensa em diversas atividades dentro e fora da ocupação enfocada proporcionou uma grande familiaridade de muitos/as dos e das moradoras/es para com o mesmo. Se para as mentes científicas mais positivistas e conservadoras tal aproximação apontaria para uma fragilidade dos dados coletados e das reflexões deles derivadas, aqui compreende-se que tal condição de pesquisa não só possibilita o acesso a dados e informações que dificilmente seriam alcançados por meio de pesquisas cuja metodologia mantém o pesquisador distante da realidade sócio-espacial dos grupos de interesse; essa condição também auxilia no cumprimento do papel, visto aqui como indispensável e fundamental, de se buscar, por um lado, aproximar uma metodologia de construção de conhecimentos específica de um ambiente que dificilmente tem acesso à tais informações e, por outro, direcionar as atenções acadêmicas para questões de grande relevância não somente para o cotidiano dos e das ocupantes mas também para aspectos aparentemente pulsantes no interior do próprio movimento social em tela. Dessa maneira, busca-se ter nos movimentos sociais não somente o "*locus* de referência discursiva", mas também o "*locus* de construção discursiva"[121].

7.2 Estratégia da pesquisa

Esta pesquisa adotou uma estratégia específica, notadamente relacionada com o referencial metodológico escolhido, com o objetivo da pesquisa e com a perspectiva de engajamento político da mesma. Trata-se de um *estudo de caso em sentido estrito*, buscando articular características e elementos observados em tal caso a elaborações e reflexões teóricas

[121] Tal reflexão já foi remetida anteriormente à SOUZA (2008b:9). Cf. nota de rodapé número 85.

construídas antes e no decorrer do estudo. Aqui, compartilha-se a compreensão do estudo de caso exposta por GIL (1999:78-9):

> "O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo [cuja maior utilidade] é verificada nas pesquisas exploratórias [sendo] recomendável nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema."

O recorte feito para se especificar o caso a ser investigado resultou na escolha de uma ocupação de sem-teto específica, vinculada ao movimento dos sem-teto que atua principalmente no Centro da cidade do Rio de Janeiro: a Ocupação Chiquinha Gonzaga (a respeito da qual se discorrerá, portanto, nos capítulos seguintes), localizada na Rua Barão de São Félix, 110. (Figuras 3 e 4)

A escolha por esta ocupação foi feita a partir de algumas ponderações também próprias. Primeiramente, cumpre elencar o fato de tal fração do movimento dos sem-teto[122] que tem seu principal *locus* de atuação na área central da capital fluminense ser particularmente caracterizada por uma estrutura política interna (especialmente no que se refere ao poder explícito) que se diferencia de outras[123]: tanto seu *nomos* formal (seu Regimento Interno) quanto o discurso de boa parte de seus moradores pressupõe diversos aspectos de democracia direta, estabelecendo como instância máxima de deliberação as assembleias / reuniões do coletivo de moradores[124]. Formalmente, portanto, não há coordenações responsáveis por realizarem decisões em relação a assuntos que dizem respeito ao Coletivo[125]. Por essa característica apontar para uma boa aproximação em relação às reflexões anti-hierárquicas presentes no projeto de autonomia, e por pressupor justamente uma ampla possibilidade de discussão e deliberação por parte dos/as ocupantes a respeito dos temas referentes à ocupação, o recorte selecionado para esta pesquisa trata-se do já declarado.

---

[122] A fração do movimento social em tela à qual se faz referência é principalmente composta por três ocupações: Ocupação Chiquinha Gonzaga (realizada em 2004), a Ocupação Zumbi dos Palmares (ocupada em 2005) e a Ocupação Quilombo das Guerreiras (que se encontra no prédio atual desde 2006). Todas elas foram apoiadas em seu processo organizativo pela extinta Frente de Luta Popular (FLP).

[123] Refere-se aqui a outras ocupações que se espalham pela região metropolitana (especialmente em outros pontos do Centro, Zona Norte, Zona Oeste e Baixada Fluminense). Também se pretende fazer menção aqui a ocupações encontradas em outras cidades e regiões metropolitanas, como a de São Paulo.

[124] Viu-se no decorrer da pesquisa que o nome pelo qual moradores e moradoras chamam a instância deliberativa da ocupação se diferencia. Alguns chamam de "assembleia", outros de "reunião" e outras simplesmente de "Coletivo". Entende-se aqui que os termos "assembleia" e "reunião" se equivalem e dizem respeito aos momentos de encontro da instituição social própria da ocupação responsável por sua gestão: o "Coletivo". Mas se falará mais sobre o Coletivo no segundo e no terceiro capítulo.

[125] No capítulo seguinte se procederá a uma caracterização mais detida dessa fração do movimento dos sem-teto, bem como dos principais contrastes dela em comparação com algumas outras atuantes na cidade e no país.

Considere-se ainda que, por conta do envolvimento prévio do pesquisador com o Coletivo enfocado (na qualidade de apoiador do movimento social em tela), pôde-se perceber que existem tanto sucessos quanto tensões internas no que envolve suas discussões e debates internos – como, diga-se de passagem, soa natural e até desejoso ocorrer em qualquer atividade política. Alguns atritos muitas vezes denotam, suscitam e expressam-se através de dificuldades internas enfrentadas pelo coletivo para solucionar diretamente algumas de suas questões práticas e políticas. Seus sucessos e dificuldades internas tomam faces diferentes das que surgem nas outras duas ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto, motivo pelo qual optou-se por essa ocupação. Dessa maneira, a Ocupação Chiquinha Gonzaga mostrou-se, por um lado, mais interessante para a presente pesquisa por conta das características intrínsecas de sua prática política (sócio-espacial) cotidiana (bastante condizente com o referencial teórico-metodológico recortado e utilizado aqui: em especial a teoria do agir comunicativo habermasiano e os conceitos de campo político e arena). Por outro lado, a questão elaborada teoricamente por esta pesquisa apresenta-se empiricamente na ocupação selecionada – constituindo um questionamento já existente entre certos membros de seu coletivo[126]. Por último, é crucial lembrar que a Ocupação Chiquinha Gonzaga desempenhou e desempenha um importante papel até hoje nos marcos dessa fração do movimento dos sem-teto: por ter sido a primeira das três ocupações citadas, apresentando uma boa infraestrutura e organização interna, ela se constitui em uma referência simbólica e concreta para o movimento dos sem-teto carioca.

[126] Trata-se aqui de lembrar de uma declaração feita ao pesquisador por um dos moradores em uma das ocasiões de trabalho de campo. Nela, o morador, após a explicação do que se tratava a pesquisa e o aceite em colaborar com a mesma, comentou com o pesquisador que ele próprio já havia pensado em realizar uma pesquisa similar com o coletivo, buscando principalmente compreender por quais motivos muitas pessoas, com o passar do tempo, haviam deixado de frequentar as reuniões do coletivo com a mesma assiduidade que o faziam antes. À época, o morador afirmou que não sabia como realizar tal tarefa e que, também frente às exigências cotidianas para garantia de sua própria subsistência, havia deixado a ideia de lado.

NUPED
Núcleo de Pesquisas sobre
Desenvolvimento Sócio-Espacial

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO
(Ocupação Chiquinha Gonzaga)



ANO: 2009 | Elaborado por TEIXEIRA (2009)
Adaptado por M. S. GRANDI

OCUPAÇÃO
CHIQUINHA GONZAGA
(2004)

LOCALIZAÇÃO DO MAPA
NO MUNICÍPIO
DO RIO DE JANEIRO



Figura 3: Mapa da área de estudos – Ocupação Chiquinha Gonzaga

NuPeD
Núcleo de Pesquisas sobre
Desenvolvimento Sócio-Espacial

Localização da Ocupação Chiquinha Gonzaga



Figura 4: Localização da Ocupação Chiquinha Gonzaga

7.3 Definição dos dados a serem coletados

Para se pretender alcançar os resultados propostos nesta pesquisa, buscou-se proceder a uma escolha criteriosa dos dados a serem coletados. Logicamente, tal preocupação surge da consciência de que possíveis respostas a perguntas específicas não podem ser buscadas em um universo infinito e aleatório de dados. Necessita-se, portanto, ter clareza de quais tipos de dados são interessantes para as questões levantadas.

É prudente lembrar que não se pretende, com o esclarecimento dos tipos de dados que foram buscados nesta pesquisa, estabelecê-los de forma alguma como os únicos dados que contemplam o problema levantado. Reconhece-se que as questões podem ser sempre respondidas a partir de múltiplas perspectivas, o que leva a considerar a importância de diferentes tipos de dados. Não se busca, portanto, abranger a totalidade dessas abordagens. No entanto, julga-se fundamental explicitar quais tipos de informações foram compreendidas *aqui* enquanto dados para a pesquisa.

Para levantar elementos a respeito da organização política interna à ocupação, achou-se imprescindível a busca por se entrar em contato com aspectos das relações de poder que se dão no seu interior. Entendendo o poder não somente como as regras e leis formais da ocupação, mas também como as micro e "nanorrelações" informais, simbólicas e afetivas, não somente os documentos da ocupação mas também as nuances expressas pelos diversos sentimentos, sensações e opiniões que diferentes moradores e moradoras têm em suas práticas sócio-espaciais cotidianas foram considerados fundamentais para a pesquisa. O principal "filtro", nesse caso, tratou-se da busca por perceber características que apontassem para relações de poder mais ou menos inspiradas em perspectivas autogestionárias e autônomas. Tentar elucidar, dentre tais aspectos, aqueles com maiores e mais claros elementos espaciais e espacializantes, compôs a principal tônica da coleta de dados no que se refere a esse recorte.

Os processos de entendimento ou desentendimento que foram focalizados nesta pesquisa partiram da preocupação em se levantar questões relativas especialmente aos aspectos da espacialidade da ocupação (em certos momentos não somente do recorte temporal cotidiano, mas também referindo-se a eventos e situações ocorridas em tempos pretéritos) que, no momento da pesquisa, colaboravam ou atrapalhavam o entendimento entre diferentes pessoas e perspectivas. Para isso, buscaram-se dados que apontassem para eventuais características espaciais que se relacionassem com a facilitação ou não da ampla participação dos e das ocupantes nos debates; com a capacidade e liberdade de todos os presentes poderem

participar igualmente das discussões; e com o questionamento ou a afirmação das pretensões de validez dos e das ocupantes que se envolviam em tais debates coletivos.

Por último, as correlações que remetiam à importância de aspectos de diversas escalas espaciais, bem como a diferentes tipos de percepções escalares da espacialidade cotidiana da ocupação, foram buscadas também enquanto elementos importantes tanto para a configuração das relações de poder internas quanto para os processos de entendimento ou desentendimento entre as e os moradores.

7.4 Procedimentos e instrumentos de coleta de dados

A estratégia de pesquisa selecionada, à luz do referencial metodológico e dos aspectos considerados relevantes para se almejar as reflexões às quais esta pesquisa se pretende apontam para a necessidade de instrumentos e procedimentos específicos para a coleta dos dados. Considerando-se o fato de se buscar realizar um trabalho de campo de cunho notadamente qualitativo, optou-se por coletar os dados utilizando-se da *observação participante*, de *entrevistas informais* (com e sem diretriz) e *entrevistas formais* (semi-abertas e fechadas)[127].

Para se esboçar as linhas gerais que definem o primeiro instrumento, é interessante recorrer à colocação de Aaron CICOUREL (1975), na qual o autor aponta a observação participante enquanto

> "(...) um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto." (CICOUREL, 1975:89)

Trata-se, portanto, de um instrumento que compreende necessariamente a participação ativa, intensa e constante do pesquisador na vida cotidiana da coletividade, do grupo ou da

[127] Sobre os dados coletados a partir de entrevistas, é importante deixar claro que também foram utilizadas entrevistas realizadas por outros pesquisadores e pesquisadoras do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD). Tais entrevistas (gentilmente cedidas e pelo quê a gratidão é imensa) foram funamentais para a pesquisa. Quando elas forem utilizadas, o autor ou autora da entrevista será devidamente referenciado em nota de rodapé. A ausência de referência desse tipo se dará, por sua vez, quando as entrevistas tiverem sido realizadas especificamente para esta pesquisa. Algumas outras entrevistas também foram realizadas em conjunto com outros pesquisadores e pesquisadoras do núcleo. Nesses casos, a observação acima sobre a referência também é válida. Outros aspectos sobre a citação e as referências às entrevistas serão destacadas logo em seguida.

situação a respeito da qual se pretende refletir. Tal acepção, que compartilha o colocado também por GIL (1999:107-8), é complementada ao entender-se a observação participante como objetivando "(...) descrever as complexidades encontradas na situação, com um mínimo de teorização *a priori*" (KIDDER, 1987b:111). Esse instrumento foi, portanto, um dos pilares desta pesquisa.

Através da observação participante, prioriza-se a proximidade e o compartilhamento de experiências, suscitando a possibilidade de contato e a imersão em situações cotidianas que podem facilmente estimular que se consiga apresentar de uma forma criteriosa a "(...) multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas (...)" (GEERTZ, 1978:7) que compõem a miríade de dimensões, aspectos, nuances e particularidades da vida coletiva cotidiana da ocupação enfocada na pesquisa. Acredita-se que tal instrumento traga consigo essa possibilidade justamente por permitir que se observe as situações "(...) no decorrer de um período suficientemente longo, e demonstrar como esses incidentes, esses casos, se relacionam com o desenvolvimento e a mudança das relações sociais entre essas pessoas e grupos, agindo no quadro de sua cultura e de seu sistema social" (GLUCKMAN, 1975:68) e, certamente, também de sua espacialidade. A observação participante, portanto, foi utilizada como instrumento de coleta de dados em diversos momentos e espaços de interação entre o pesquisador e os moradores da ocupação, buscando apreender elementos que poderiam ser de interesse da pesquisa.

Já as entrevistas[128] foram nitidamente separadas em situações informais ("conversa informal") e momentos formais. Dentre as primeiras, as entrevistas informais realizadas podem ser entendidas em duas perspectivas: a entrevista informal "focalizada" (ou "com diretriz") foi bastante utilizada nos espaços-tempos de convívio cotidiano com os / as

[128] No início de todas as entrevistas as pessoas eram informadas que não eram obrigadas a se identificar. Qualquer questão que julgassem desconfortável também não precisaria ser respondida. Essas informações constaram em todos os roteiros de entrevistas, que se encontram anexados à esta dissertação. Sendo assim, buscando preservar uma postura científica ética, os nomes daquelas pessoas que gentilmente concederam as entrevistas não serão divulgados no decorrer da pesquisa. Sua identificação poderá ser feita, por sua vez, através das datas de realização das entrevistas. Conforme a mesma busca por preservar a privacidade e o acordo estabelecido com cada um(a) dos(as) entrevistados(as), certas passagens das citações literais selecionadas para constarem na dissertação serão omitidas com o uso de reticências. Tal opção visa, na maioria das vezes, dificultar a identificação da pessoa e preservar nomes próprios citados no decorrer das entrevistas. Outro aspecto importante sobre as citações literais das entrevistas realizadas diz respeito à chamada "norma culta" da língua portuguesa: Optou-se deliberadamente por não se realizar nenhuma correção de português (de caráter morfológico ou estilístico, por exemplo). Isso justamente por se entender que isso ocultaria aspectos bastante próprios dos caminhos dos pensamentos expostos nas falas, por exemplo. Além disso, o uso da língua de maneira distinta da prescrita nas gramáticas não é entendido aqui como algum tipo de "erro", mas sim como uma demonstração mais do que clara da vida, fluidez e maleabilidade tão natural de qualquer língua.

ocupantes – especialmente quando se buscava "(...) focalizar a atenção [do entrevistado] em uma dada experiência e seus efeitos" (KIDDER, 1987b:41) mas, no entanto, não cabendo uma entrevista formalizada para que tal questão fosse abordada.

No entanto, também utilizou-se bastante nesta pesquisa a entrevista informal sem diretriz. Tal instrumento foi reivindicado sempre que se objetivava "(...) a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado" (GIL, 1999:116), de sua relação com os demais moradores da ocupação e da percepção de aspectos da espacialidade cotidiana da mesma. Essas entrevistas tiveram papel crucial em certas ocasiões nas quais era necessário realizar uma aproximação prévia em relação à pessoa entrevistada. No entanto, não se tratava simplesmente de uma aproximação "interesseira" e/ou "de mão única": Foi por meio de tais tipos de entrevistas que se pôde explicar com mais calma também o propósito e a proposta da pesquisa para os/as entrevistados/as. Eram espaços e momentos de aproximação mútua, sendo passos fundamentais inclusive para a realização posterior de algumas das entrevistas formais. Por meio delas, as pessoas entrevistadas travavam também o primeiro contato com o pesquisador, em um momento importante de criação e fortalecimento de vínculos. Dentre as considerações que vemos em KIDDER (1987b:40), destaca-se a lembrança de que tal tipo de entrevista, se for empregada de forma apropriada, inclusive "(...) ajuda a levantar os aspectos afetivos e valorativos das respostas dos entrevistados e determinar o significado pessoal de suas atitudes." É crucial lembrar que nem sempre foi possível gravar tal tipo de conversa, fato que ressaltou a importância dos relatos de campo.

Por último, as entrevistas formais tiveram papel central. Elas seguiram dois caminhos: ora eram realizadas de maneira semi-aberta, ora se caracterizavam por serem fechadas. Sua diferenciação se deu justamente nos momentos de realização das entrevistas. Ambas possuíam os mesmos roteiros e foram marcadas com antecedência. Às vezes, quando era de interesse da pessoa a ser entrevistada, tal roteiro foi inclusive disponibilizado antes da entrevista. Os roteiros das entrevistas foram elaborados tendo em vista estabelecer um padrão mínimo para suas aplicações. Em algumas situações, notadamente de entrevistas focalizadas, roteiros específicos também foram elaborados.[129]

No entanto, em algumas situações (especialmente as que contavam com maior grau de descontração e intimidade entre o pesquisador e os/as entrevistados/as) as perguntas que constam nos roteiros tiveram o papel de simples orientações para a entrevista – que, em

[129] Os roteiros aplicados durante a pesquisa encontram-se no Apêndice da presente dissertação.

muitos momentos, derivava para novas questões suscitadas pelo caminhar das respostas. Nesses casos, trata-se de reconhecer que não se realizou entrevistas formais fechadas, e sim semi-abertas. Em outros casos, os roteiros eram seguidos à risca – caracterizando as entrevistas fechadas. Ambos os casos permitiram, por um lado, o aprofundamento em questões relevantes para a pesquisa e, por outro, uma referência para o levantamento de dados comparáveis entre si. A grosso modo, seu objetivo foi o de obter informações de uma amostra específica dos moradores da ocupação a respeito dos mesmos assuntos – ainda que prezando pela representatividade qualitativa e não quantitativa destes dados.

Cabe, no entanto, uma auto-crítica importante. É crucial inserir os problemas surgidos na sistematização de alguns dos dados coletados, dificuldades que tiveram origem no momento da elaboração dos roteiros. Mais precisamente, as dificuldades surgidas remetem à tarefa de analisar os dados referentes às perguntas que solicitavam ao entrevistado que "ranqueasse" os espaços da ocupação de acordo com certas variáveis. Em primeiro lugar, uma dificuldade parece apontar justamente pela opção feita sobre o tipo de pergunta a ser construída: ao tratar de assuntos altamente subjetivos, o "ranqueamento" passava a dotar as respostas de fatores e critérios que certamente diferem em muitos pontos entre as pessoas entrevistadas. Dessa maneira, não houve como estabelecer uma correlação entre as respostas, visto que os critérios adotados para tal valoração individual dos espaços são diferentes (e, ademais, a própria pergunta não foi elaborada de maneira a levar tal elemento em conta). Esse problema surgido poderia ser "remendado" *a posteriori* ao dotar-se cada resposta com um valor correspondente, simplesmente para fins de análise. No entanto, tal operação não conseguiria deixar de ser uma valoração completamente aleatória e, por isso, de validade bastante questionável.

Na ânsia por deixar a maior quantidade de opções à disposição das pessoas entrevistadas e, ao mesmo tempo, visando o resultado final da análise das perguntas (conseguir estabelecer um "ranqueamento" entre os espaços da ocupação, reconhecidamente prelimilar e exploratório), reconhece-se e conclui-se que se optou por uma estrutura de questão que dificultou a sistematização dos dados. Aparentemente, seria possível diminuir tais dificuldades ao se realizar a pergunta de maneira aberta, sem o oferecimento de alternativas nem a solicitação de uma valoração gradativa. Tal alternativa teria, a princípio, permitido que se avaliasse os espaços da ocupação mais lembrados sem, aí sim, uma diferente valoração *a priori* entre eles por parte das pessoas entrevistadas.

Ocorreu que, por conta desta falha metodológica, a representação gráfica dos dados

coletados foi dificultada, não sendo possível a construção de, por exemplo, croquis temáticos – como era almejado inicialmente enquanto forma de apresentação dos dados coletados pelas perguntas em questão. Logicamente, tal falta compromete a visualização dos dados. No entanto, não compromete diretamente a análise das tendências observadas quando às preferências espaciais da amostra de moradores entrevistada, visto que a metodologia de observação participante também colaborou com informações a esse respeito.

Cada instrumento de coleta de dados teve, portanto, que lançar mão de procedimentos específicos (mas não necessariamente exclusivos) para contemplar seus objetivos.

As *notas de campo*, por exemplo, tiveram papel fundamental tanto para a observação participante quanto para as entrevistas. Tais notas foram reunidas em cadernos de campo próprios. Elas eram elaboradas de duas maneiras: ou diretamente nos cadernos ou digitadas posteriormente com o uso de computadores (quando, após sua elaboração, eram impressas e coladas no caderno respectivo). Essa diferença em suas elaborações se dava justamente por nem sempre ser possível realizar anotações exatamente no momento em que novas observações, questões ou dados surgiam das observações ou conversas realizadas. Por conta da frequência das visitas feitas à ocupação (geralmente entre duas ou quatro vezes por semana) e da duração de cada visita (na maioria das vezes de várias horas), recorreu-se bastante às notas de campo como procedimento para registrar impressões e reflexões.

As entrevistas se caracterizaram por outros aspectos que não somente os já apresentados (formais e informais, com suas derivações). Para justificar tal utilização, é crucial definir-se claramente o tipo de amostra pelo qual optou-se, a amostragem coberta e seus procedimentos de aplicação (especialmente vinculados aos diferentes objetivos específicos da pesquisa que buscavam contemplar). E é importante lembrar dos objetivos específicos da pesquisa para que se possa justificar cada uma dessas escolhas.

O primeiro objetivo específico se refere à "situação ideal de fala" da teoria habermasiana. Ela compreende, como já foi ressaltado, quatro pressupostos: (1) que todos os interessados possam participar do discurso; (2) que todos tenham oportunidades idênticas de argumentar; (3) que haja chances simétricas de fazer e refutar afirmações, interpretações e recomendações; e (4) que só sejam admitidos no discurso atores que (a) ajam de acordo com normas justificáveis e (b) satisfaçam o pressuposto da veracidade. O segundo objetivo específico questiona-se em relação às maneiras como as diferentes escalas geográficas interagem com o cotidiano da ocupação de forma a colaborar (ou não) com o compartilhamento do mundo da vida por parte dos e das ocupantes e com o estabelecimento

de relações de poder fortemente horizontalizadas.

Observando os quatro pontos levantados no primeiro objetivo específico e o outro, alçado pelo segundo objetivo, percebeu-se a necessidade de se trabalhar com duas populações distintas. Essa conclusão surgiu a partir do momento em que se considerou necessário abranger na pesquisa não somente as pessoas que participam das interações verbais que se dão nas reuniões do coletivo, mas também as que não participam dele. É a primeira condição para uma "situação ideal de fala" que coloca esse imperativo: para saber se todos os interessados podem participar da interação discursiva que se dá nas reuniões, era fundamental ter contato com a opinião e as impressões inclusive de quem *não* participa delas também (para checar em que medida o coletivo é formalmente responsável ou não por essa não-participação). Da mesma maneira era crucial alcançar essa parcela dos/das moradores/as no que envolve os pormenores investigados pelo segundo objetivo específico. Os demais pontos pressupõem que a interação verbal já tivesse se iniciado e, portanto, teve como população-alvo prioritariamente os participantes do ato discursivo.

A preocupação em atingir os dois tipos de moradores foi amplamente interiorizada no momento das entrevistas. Buscando contemplar com as entrevistas também uma parte proporcional dessas famílias que não participam das reuniões do coletivo, de forma a tentar propiciar "(...) a segurança de garantir condições de inclusão na amostra de diversos elementos (...) [e de que estes elementos fossem] tomados nas proporções em que ocorrem na população" (KIDDER, 1987a:85), foi necessário encontrar uma proporção entre famílias participantes e não-participantes que refletisse a atual conjuntura da ocupação.

Antes disso, no entanto, estabeleceu-se uma porcentagem máxima de entrevistas que seriam realizadas pela pesquisa. Julgou-se que as características da pesquisa proposta não exigiam que fossem almejados parâmetros numérica e estatisticamente representativos para as entrevistas. O fato de tratar-se de uma pesquisa exploratória, cujos dados a serem levantados tinham particularidades eminentemente qualitativas, cooperou para a compreensão de que a representatividade buscada pela pesquisa era, sim, uma representatividade qualitativa. Tendo isso como base para se refletir sobre a quantidade de entrevistas a serem realizadas, e inclusive por conta dos limites de tempo que imperaram, definiu-se que o número mínimo de entrevistas seria de 10% das famílias e o máximo seria de 15% delas (compreendendo um intervalo entre sete e dez entrevistas, considerando o total de 70 famílias que atualmente moram na Ocupação Chiquinha Gonzaga). O total de entrevistas realizadas, no entanto, superou esta meta.

A partir de entrevistas informais com diretriz, portanto, constatou-se que a quantidade média de moradores participantes nas últimas cinco reuniões do coletivo da ocupação (no momento do início da realização das entrevistas) havia sido de 30 pessoas. Considerando-se o total de famílias ocupando o prédio atualmente, vê-se a porcentagem aproximada de 45% de participação frente a 55% de não-participação nas reuniões do coletivo. Sendo assim, o número de entrevistas a serem realizadas com participantes deveria manter-se entre o mínimo de três e o máximo de cinco, enquanto as entrevistas com não-participantes deveria compreender o mínimo de quatro e o máximo de seis. Mas essa participação é sempre flutuante, ou seja: também não são sempre as mesmas que participam. Buscou-se saber, então, de quantas da últimas cinco reuniões do Coletivo as pessoas entrevistadas haviam participado. As pessoas que haviam participado em menos de três das últimas cinco reuniões foram consideradas como "pouco participantes", sendo inseridas entre aquelas que não participam frequentemente. Aquelas que declararam participar de três ou mais reuniões das últimas cinco acontecidas foram, por sua vez, consideradas como participantes frequentes. Entraram, assim, para a contagem daquelas que participam desses momentos coletivos (Tabela 1).

Tabela 1: Relação entre o número de pessoas entrevistadas e a quantidade de reuniões das quais participou (considerando as últimas cinco realizadas)

Quantidade de reuniões frequentadas (últimas cinco)	*Entrevistas realizadas (Nº. Absoluto)*
Menos de 3	3
Entre 3 e 5	5
Não respondeu	3
Total de entrevistados/as	11

Dentro das quotas estabelecidas, é forçoso reconhecer que se atingiu somente a quantidade almejada de *participantes* das reuniões. Mas vale destacar que tal situação se deu justamente porque algumas das pessoas entrevistadas não responderam tal questão. Seja como for, acredita-se que isso não afetou de maneira decisiva as informações que foram levadas em conta na pesquisa. As entrevistas, portanto, foram realizadas a partir de uma amostragem não-probabilística do tipo acidental ("bola de neve").

Cabe ressaltar duas peculiaridades do processo de entrevistas. Primeiramente, é importante lembrar que muitas das pessoas entrevistadas se dispuseram gentilmente não

somente a concederem as entrevistas, mas também a sugerirem novas pessoas a serem entrevistadas. Para que tal oportunidade não fosse negada mas, ao mesmo tempo, não interferisse negativamente na pesquisa (inserindo viéses específicos, provenientes de uma eventual restrição das entrevistas a poucas redes de relações pessoais internas à ocupação), o pesquisador limitou-se a aceitar a indicação de no máximo uma pessoa por entrevistado/a que já não tivesse sido indicado por outro/a.

Em segundo lugar, é interessante pontuar que uma das pessoas entrevistadas prontificou-se também a auxiliar na realização das entrevistas, apresentando de porta em porta o pesquisador. Tal disposição mostrou-se extremamente tentadora, visto a possibilidade de se ampliar enormemente o tamanho da amostra da pesquisa. No entanto, refletiu-se também a respeito das potenciais implicações negativas que tal procedimento poderia trazer. Em especial, o contato com certas famílias realizado pessoal e diretamente através de qualquer pessoa específica na ocupação poderia desdobrar-se, por um lado, em um sentimento de obrigatoriedade quanto à participar ou não da pesquisa[130] e, por outro, em uma vinculação inicial da figura do pesquisador àquela figura que lhe estava apresentando aos demais (o que, por sua vez, potencializava o risco de as respostas às perguntas serem elaboradas de formas específicas tendo em vista uma teórica "proximidade" do pesquisador com a pessoa que o estava apresentando – e um risco de que as respostas fossem compartilhadas "secretamente"). Por esses motivos optou-se por negar agradecidamente a disposição declarada, deixando claros os motivos de tal escolha. Porém, sugeriu-se uma discussão pormenorizada a respeito dos dados levantados, buscando elaborar conclusões a partir deles de maneira colaborativa.

Também é importante deixar claro que se buscou proceder com entrevistas que abrangessem as mais diferentes posições políticas existentes na ocupação. No entanto, algumas pessoas procuradas para a realização das entrevistas se negaram a participar da pesquisa. Esta negativa deu-se tanto de maneira explicitamente verbal quanto por meios não-verbais, sempre após a explicação da natureza da pesquisa e da realização de todas as ressalvas quanto à certeza do anonimato e dos fins e usos dos dados coletados. Optou-se, logicamente, por não insistir junto a essas pessoas – visando garantir seu direito de não-participação. Porém, cumpre reconhecer que tal aspecto da pesquisa pode acrescentar a necessidade de maiores ponderações quanto à abrangência das reflexões que os dados suscitaram. Ainda assim, lembrando que a pretensão de contemplar-se absolutamente todo o

[130] A participação na pesquisa foi exclusivamente voluntária. Antes de qualquer entrevista, buscou-se esclarecer detidamente os propósitos da pesquisa, ressaltando que não só a participação era voluntária, mas que também qualquer pergunta dos roteiros poderia não ser respondida caso a pessoa entrevistada não o quisesse fazer.

espectro de posições e posturas políticas não fazia parte do rol de preocupações desta pesquisa (visto ter-se consciência inclusive das limitações que se impõem ontológica e conjunturalmente à investigação científica), ressalta-se considerar que a falta em tela não desvaloriza o trabalho realizado.

Prosseguindo à exposição dos procedimentos de coleta de dados, resta explicitar como foi realizada tal tarefa no que envolveu os dados referentes tanto às demais condições apontadas como pressupostos para uma "situação ideal de fala" quanto às preocupações levantadas no segundo objetivo específico. Esses dados foram particularmente alcançados a partir tanto da observação participante (e as notas de campo que dela surgiam) quanto de entrevistas que se guiaram também por um plano de amostragem não-probabilístico intencional por quotas.

A observação participante deu-se especialmente a partir do comparecimento a algumas reuniões do coletivo[131], mas também no cotidiano da ocupação, em mutirões de reforma e limpeza e em outros de seus espaços de sociabilidade. Essas observações, em conjunto com os relatos coletados a partir de entrevistas informais com e sem diretriz e de certas entrevistas formais, possibilitaram o delineamento de dois principais "tipos" de participantes das reuniões: aqueles que, de maneira frequente, constante e ativa, intervêm nas reuniões por meio de atos verbais quase independentemente da temática em debate; e aqueles que, apesar de estarem presentes nas reuniões (ainda que, às vezes, de forma eventual), não têm o costume de se expor verbalmente e, dessa forma, não interagem diretamente de maneira discursiva nesses espaços. Tal distinção foi crucial para a percepção da adequação dos conceitos de campo político e arena (apresentado na seção anterior) à realidade da ocupação enfocada.

A partir dessa distinção, buscou-se realizar as entrevistas que contemplassem a diversidade de práticas discursivas (sócio-espaciais e políticas) existente nas reuniões e debates coletivos. Estabeleceu-se a proporção de 50% das entrevistas para cada diferente quota (membros do[s] campo[s] e da arena). Ampliando o que havia sido proposto

[131] É fundamental destacar que não foram muitas as reuniões observadas. Tal fato deve-se a uma das características das reuniões dos coletivos de pelo menos as três ocupações vinculadas à essa fração do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro fortemente inspiradas em ideais e práticas autogestionárias: suas reuniões são *fechadas*, nas quais somente moradores podem, a princípio, participar do debate e da deliberação. A participação de pessoas externas à ocupação é restrita ao ponto de informes. Tal postura coletiva reflete uma preocupação com a dimensão da segurança da ocupação e com a própria integridade do processo de tentativa de radicalização da auto-instituição coletiva. Em situações específicas, a presença de alguns apoiadores é tolerada e permitida. Foi nessas ocasiões somente que o pesquisador pôde participar e, por consequência, observar a dinâmica. Essa característica levou à necessidade de buscar contemplar as informações a respeito da dinâmica das reuniões por meio de perguntas específicas no roteiro de entrevistas.

inicialmente para a pesquisa, buscou-se também delimitar em 20% a porcentagem máxima de entrevistas que seriam realizadas para se coletar minimamente os dados desejados (a partir da média de participantes das últimas reuniões do coletivo, 30 pessoas, e da compreensão de que, reafirme-se, tal pesquisa não visa representatividade estatística, e sim qualitativa). Essas entrevistas foram inclusive as que mais claramente se caracterizaram enquanto entrevistas formais semi-abertas.

Por último, é relevante adicionar quatro pontos: o procedimento de levantamento dos dados que serviram para uma rápida retomada da história da ocupação; os suportes nos quais foram feitos os registros; os instrumentos técnicos utilizados para organização dos dados; e alguns procedimentos que foram cumpridos em relação à interação entre pesquisador e entrevistados/as.

A respeito das informações coletadas sobre o passado da ocupação, procedeu-se com algumas entrevistas formais semi-abertas[132] seguindo um plano de amostragem não-probabilístico intencional – cujo critério principal para entrevista foi a participação ativa desde os momentos iniciais da Ocupação Chiquinha Gonzaga e a proximidade em relação ao pesquisador. Realizou-se também um levantamento em meios eletrônicos (*internet*) de relatos da época inicial da ocupação (a partir de julho de 2004) e bibliográfico (especialmente nos trabalhos de Fernando MAMARI [2008] e Eduardo Tomazina TEIXEIRA [2009]).

As entrevistas realizadas foram em sua maior parte gravadas com a utilização de gravadores digitais e analógicos (fitas cassete). Algumas, no entanto, foram respondidas de maneira escrita, por solicitação da pessoa entrevistada. Todas elas foram inseridas em um banco de dados[133] criado para facilitar o acesso, a filtragem e a análise dos dados coletados.

Por último, é importante ressaltar que todas as entrevistas prestadas tiveram, após serem digitadas, cópias entregues às pessoas entrevistadas. Tal procedimento visou principalmente: demonstrar já de início o comprometimento do pesquisador em estabelecer canais de retorno da pesquisa junto às pessoas da ocupação, infelizmente acostumadas a serem nitidamente exploradas por pesquisas e pesquisadores/as nada comprometidos/as com o movimento dos sem-teto e muito menos com a própria ocupação; cumprir com um certo tipo de "imperativo ético", ao se considerar que, sendo as entrevistas transcritas a materialização das palavras das próprias pessoas entrevistadas, o mínimo do qual deveria-se partir seria justamente essa entrega das palavras aos/às próprios/as entrevistados/as; garantir a

[132] Seu roteiro também encontra-se no Apêndice desta dissertação.

[133] O banco de dados ao qual se faz referência foi elaborado e construído com a utilização do software livre denominado BrOffice Base, parte da suíte de aplicativos para escritório BrOffice 3.0.

possibilidade das pessoas que gentilmente concederam as entrevistas poderem tranquilamente reler suas respostas e, caso julgassem necessário, modificarem-nas adicionando ou removendo partes delas – uma vez que, lembre-se, trata-se de *suas* próprias palavras.

7.5 Análise dos dados

Com os dados selecionados e coletados, a sua análise se baseou em uma perspectiva específica das reflexões a respeito da análise de discurso: a *análise crítica de discurso*, especialmente referenciada nas considerações do linguista britânico Norman FAIRCLOUGH (2001).

Na tentativa de construção de um método particularmente crítico de análise de discurso, o autor busca em sua obra valer-se de algumas abordagens sobre o discurso vindas tanto da linguística quanto da teoria social e política. A partir daí, busca inserir elementos que apontam para uma superação de certos aspectos desses dois grandes eixos da análise discursiva que, em sua opinião, limitam sua abrangência e suas reflexões. Nesse sentido, Fairclough argumenta em favor da necessidade de se conceber a análise de discurso como um método que sirva à investigação dos processos de mudanças sociais. O autor sugere, então, o imperativo de se buscar preencher algumas condições para que tal método pudesse cumprir esse papel: ser multidimensional, multifuncional, histórico e crítico (FAIRCLOUGH, 2001:27)

Sua perspectiva multidimensional do discurso visa justamente estabelecer uma base referencial para uma análise das relações entre as mudanças discursivas e sociais. Tem papel fundamental nessa empreitada sua concepção de discurso: para ele, ao utilizar-se do termo "discurso", deve-se "(...) considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais." (FAIRCLOUGH, 2001:90). Isso implica considerar o discurso como um modo de ação[134], "(...) uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros (...)" (FAIRCLOUGH, 2001:91), e em considerá-lo também como um modo de representação; implica em adotar uma postura dialética quanto ao discurso e sua relação com a estrutura social; implica, por fim, em vê-lo enquanto "(...) uma prática, não apenas de representação do

[134] Lembre-se de como tal afirmativa afina-se com as reflexões sobre a ação já rapidamente apresentadas na primeira seção deste capítulo, quando abordou-se a perspectiva de Hannah Arendt; ou mesmo a afinidade com a compreensão de "poder" de Michel Foucault, apresentada na mesma seção e relembrada no início da segunda seção, ao referir-se à definição de território utilizada nesta pesquisa.

mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado" (FAIRCLOUGH, 2001:91) e servindo tanto á sua manutenção quanto à sua mudança. Quanto a tal concepção construtiva, TEIXEIRA (2009:43) resgata sucintamente o linguista britânico e três aspectos identificados por ele quanto ao discurso: 1) ele contribui para a construção de identidades sociais e posições de sujeito; 2) ele compete para a construção de relações sociais interpessoais e; 3) influencia decisivamente na constituição de sistemas de conhecimentos e crenças.

Partindo dessa acepção, a perspectiva tridimensional da análise de discurso elaborada pelo autor sugere que se veja o discurso como sendo constituído da dimensão do *texto*, da *prática discursiva* e da *prática social*. A prática social e o texto são mediados pela prática discursiva. Essas dimensões não são facilmente diferenciadas, de forma que alguns aspectos devem ser levados em consideração ao se abordar mais de uma delas. No entanto, existem certas predominâncias. De qualquer maneira, estão em uma relação de "mão-dupla de condicionamentos" (TEIXEIRA, 2009). Como texto, o discurso é entendido no sentido amplo tanto de linguagem falada quanto escrita, e seu principal papel está na análise textual tanto em seus aspectos formais quanto de significado (FAIRCLOUGH, 2001:101 e seg.). A prática discursiva, por sua vez, também leva muito em conta aspectos formais. Porém, ela envolve mais amplamente processos de produção, distribuição e consumo textual que variam de acordo com as características de fatores sociais[135] e apontam para aspectos, portanto, fortemente sociocognitivos também relativos à interpretação (FAIRCLOUGH, 2001:106 e seg.). O discurso enquanto prática social é remetido, pelo autor, especialmente à concepção de hegemonia e de ideologia. A hegemonia, tomada em sentido gramsciano, forneceria para o discurso tanto uma matriz quanto um modelo, trazendo a concepção de investimento político-ideológico das práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001:116 e seg.). É dessa forma que ele é responsável pela construção e pela conformação de sistemas de conhecimentos e crenças que agem sobre a reprodução e a transformação das identidades e das relações sociais (TEIXEIRA, 2009:46).

Particularmente interessante para esta pesquisa é uma das dimensões que é ressaltada pelo autor quanto às práticas discursivas: a *intertextualidade*. FAIRCLOUGH (2001:133 e seg.) retoma tal termo das formulações de Julia Kristeva (feitas a partir das considerações de Mikhail Bakhtin). De maneira geral, a intertextualidade aponta para a "(...) propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados

[135] Que, recorde-se, também devem ser considerados nas análises textuais.

explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante." (FAIRCLOUGH, 2001:114) No que envolve a produção dos textos, essa perspectiva enfatiza a sua historicidade – no sentido de que os textos são sempre uma resposta a algum outro texto, acrescendo elementos às "cadeias de comunicação verbal" (BAKHTIN apud FAIRCLOUGH, 2001:134). Quanto à sua distribuição, grifam-se as redes relativamente estáveis através dos quais os textos circulam e se modificam dentro de um espectro já esperado. Já em relação ao consumo, a abordagem intertextual destaca como não somente o texto (ou mesmo os diversos textos que o compõem) influenciam na interpretação, mas que também os próprios intérpretes trazem consigo textos específicos para o processo de interpretação (FAIRCLOUGH, 2001:114).

Essas considerações aparentam levantar elementos úteis para se buscar investigar as interconexões entre (utilizando-se dos termos castoriadianos) o *nomos* trazido pela sociedade instituída na qual a ocupação se insere e as nuances potencialmente criativas e radicais do espaço-tempo cotidiano dos textos e das práticas discursivas que lá se dão. Ao mesmo tempo, a intertextualidade inserida como componente da análise de discurso também coopera com esta pesquisa especialmente ao ser um instrumento que possibilita realizarem-se reflexões a respeito das diversas escalas espaciais às quais certos textos se referenciam (seja como *locus* de referência discursiva, seja como *locus* de construção discursiva[136]) para construírem outros textos.

Sendo assim, cabe, por último, recordar que nesta pesquisa não se buscou realizar análises textuais propriamente ditas. As reflexões foram focadas nas práticas discursivas e, especialmente, em suas características intertextuais. Uma abordagem mais detida de tal perspectiva de análise de discurso aplicada diretamente à pesquisa sócio-espacial é encontrada também em TEIXEIRA (2009).

A análise dos dados foi auxiliada também pelas possibilidades surgidas ao se constituir um banco de dados com as entrevistas realizadas. Tal processo facilitou o cruzamento de certas respostas, potencializando as reflexões.

[136] Cf. sub-seção 3.1, intitulada "Referencial metodológico" – mais especificamente a nota de rodapé número 85.

CAPÍTULO II

O ESPAÇO-TEMPO DE LUTA: REFORMA URBANA, MOVIMENTO DOS SEM-TETO E A OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA

"Quem se defende porque lhe tiram o ar
Ao lhe apertar a garganta, para este há um paragrafo
Que diz: ele agiu em legitima defesa. Mas
O mesmo paragrafo silencia
Quando vocês se defendem porque lhes tiram o pão.
E no entanto morre quem não come, e quem não come o suficiente
Morre lentamente. Durante os anos todos em que morre
Não lhe é permitido se defender."

(Bertolt Brecht – *Quem Se Defende*)

No primeiro capítulo já se tocou rapidamente na importância que o ideal de emancipação humana através da razão teve para as perspectivas filiadas ao Iluminismo. No que envolve inclusive um dos autores-chave para esta pesquisa, Jürgen Habermas, a preocupação em retomar tal horizonte o levou a elaborar críticas diretas especialmente à concepção weberiana de racionalidade (HABERMAS, 1999a)[137]. A partir dessas críticas, Habermas desenvolveu e buscou enfatizar a importância de outros tipos de interação para além daquelas regidas por uma racionalidade *instrumental*: interações orientadas para a busca de um entendimento mútuo – conforme uma racionalidade *comunicativa*.

No entanto, muito antes do Iluminismo, algumas reflexões e práticas sócio-espaciais já se destacavam por seu horizonte emancipatório. No capítulo anterior, lembrou-se especificamente da importância que a experiência da antiga *pólis* grega teve enquanto manifestação empírica da tentativa de instauração de um regime político preocupado em garantir condições específicas para relações pautadas pela igualdade social efetiva e pela liberdade (individual e coletiva)[138]. Sendo assim, um dos eixos centrais de tal regime político era a necessidade da ampla e densa participação de todos os cidadãos[139] nos assuntos que se

[137] Conferir subseção 1.2, em especial item 1.2.1 do primeiro capítulo.
[138] Tocou-se de maneira esparsa em características da experiência da Grécia antiga que são interessantes à esta pesquisa no decorrer da subseção 1.1 do primeiro capítulo.
[139] Uma das críticas mais correntes à referência da antiga *pólis* grega enquanto experiência de democracia

referiam à coletividade.

Em contraste com tal experiência, ao olharmos para a atual quadra da história, não são poucas as diferenças que nos saltam à vista. Mais especificamente quanto à essa preocupação com a participação de todos os cidadãos nos processos de instauração das leis e normas que os regem, é importante afirmar-se que se concorda com Cornelius CASTORIADIS (2004:208-9) quando ele lembra que os atuais regimes (apesar de se esconderem por detrás de um rótulo vazio e mentiroso de "democracias") não podem ser entendidos senão como verdadeiras *oligarquias liberais*[140]. É, na verdade, uma clara situação de *heteronomia* que está cristalizada nas sociedades atuais que se auto-proclamem "democráticas".

Ocorre que tal regime nunca foi (e está longe de ser) poupado de fortes críticas. Nos mais diversos momentos da história e nos mais diferentes locais do globo, a tensão pela construção de outras formas de governo, por regimes políticos menos heterônomos, sempre teve seu espaço. Tal vontade de libertação, por sua vez, já recebeu todo tipo de denominação e se traduziu (como segue se traduzindo) nas mais variadas bandeiras de luta. Nos tempos mais atuais (que já compreendem, reconhecidamente, algumas décadas), por exemplo, o espaço rural brasileiro vem sendo sacudido pela demanda popular pela reforma agrária. Já no espaço urbano do país, o mote da *reforma urbana* tem, há décadas, construído e conquistado papel de destaque – através das diversas lutas nas quais esse mote é traduzido.

Sendo assim, cumpre refletir a respeito de como certos tipos específicos de ações coletivas vêm contribuindo (e podem seguir a contribuir) para a edificação de regimes políticos radicalmente emancipatórios, completamente distintos dos atuais. E é como atores sociais cruciais em tais processos que os movimentos sociais (aqui entendidos enquanto uma forma particularmente crítica, radical e ambiciosa de ativismo social)[141] devem ser considerados.

É interessante pensar que a área de pesquisas que estuda os movimentos sociais seu

---

radical diz respeito aos indivíduos que eram considerados como cidadãos – bem como à existência de escravos em tal sociedade. São questões diferentes entre si, além de bastante delicadas. Remete-se, para uma discussão mais detida, a SOUZA (2006a:25). Cabe deixar registrado, no entanto, que não se pretende fechar os olhos para a falta de um princípio *universalista* na experiência grega (que tanto abolisse a existência da escravidão quanto incluísse no corpo de cidadãos, por exemplo, as mulheres). Tal lacuna não pode ser esquecida ou relevada, apesar de dever ser observada necessariamente com os olhos da época na qual tal experiência se deu. Do contrário, trataria-se de um anacronismo grosseiro. O que cabe sublinhar aqui é que o horizonte de uma sociedade *autônoma* (regida por leis que ela mesma, enquanto coletividade livre, instaura) pode permanecer enquanto horizonte político desejável.

[140] Tal reflexão já foi exposta no Capítulo 1 desta dissertação, em nota de rodapé do item 1.1.3 (nota 30).

[141] Já tratou-se de explicitar a diferenciação feita aqui entre *ativismos* e *movimentos sociais* no primeiro capítulo (nota de rodapé 69, no item 1.3.2), valendo-se principalmente de SOUZA (2006a) e RIBEIRO (1991).

interesse é bastante ampla e diversificada no Brasil[142]. No início da atual década, a cientista social Ana Clara Torres RIBEIRO (2001) trouxe um panorama a respeito dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil até então. Para ela, além do fato de não existir um consenso a respeito do conceito de movimento social, a área tem enfrentado obstáculos que se apresentam principalmente quando os estudos dos movimentos sociais e da ação são ameaçados pela tendência de serem substituídos por análises das políticas públicas (ou da participação nelas); dos formatos que as organizações assumem; da situação social vivida ou até mesmo de indagações morais e éticas (RIBEIRO, 2001:10). Tais riscos estão sempre presentes, e é importante atentar para eles.

É bastante perceptível também como a relação com o Estado acaba sendo central em alguns dos estudos que caem nas armadilhas desses obstáculos enunciados pela cientista social recém citada. E é justamente em relação a essa centralidade do Estado que parece interessante a leitura feita em um trabalho recente assinado por Domitila CAYRES (2009:24 e seg.). Na sua perspectiva, muitas dessas dificuldades no âmbito das pesquisas a respeito dos movimentos sociais tomam o caráter que atualmente têm a partir das discussões acadêmicas a respeito das potencialidades da dita "abertura democrática" (ocorrida no país a partir do final da década de 1970 e durante boa parte da década de 1980). Segundo essa autora, nesse período configuraram-se duas matrizes distintas na área de pesquisa em questão: o *paradigma da autonomia dos movimentos sociais*[143]; e o *paradigma da institucionalidade política*. São

[142] Para sistematizações e balanços a respeito da área de pesquisa preocupada em abordar os movimentos sociais até o início da década de 1990, remete-se às sugestões de RIBEIRO (1991:95).

[143] Uma ressalva mostra-se importante aqui. A concepção de "autonomia" trabalhada pela autora não corresponde ao conceito adotado nesta dissertação. Aqui busca-se trabalhá-la na perspectiva de vinculá-lo às suas raízes etimológicas – como já apresentado no primeiro capítulo (subseção 1.1). Certas vezes, a concepção da autora parece tratar a *autonomia* enquanto sinônimo de *independência* e *não-relação*. Essa perspectiva parece ficar clara quando, em certa passagem, a autora comenta, a respeito da visão que as pesquisas próximas ao paradigma da autonomia dos movimentos sociais tinha em relação aos novos movimentos sociais, que "[a] rubrica da *não-relação*, ou seja, da *autonomia frente ao Estado* foi não somente a característica distintiva, como também, o predicado que qualificou estes movimentos sociais como atores sociais virtuosos e genuinamente democráticos." (CAYRES, 2009:38) [grifos de M. S. Grandi] Tal paralelo é visto aqui como problemático, uma vez que, enquanto matriz político-filosófica, a autonomia possui características que nada se aproximam da "não-relação" entre quaisquer atores sociais. É certo que, como já se pontuou no capítulo anterior, a própria existência do Estado já impõe limites à autonomia enquanto projeto político-filosófico. No entanto, esta nota fez-se necessária no sentido de esclarecer que tal utilização do termo pode terminar por contribuir para o esvaziamento político-filosófico do mesmo – processo esse já em estágio reconhecidamente avançado no âmbito do senso comum. Em casos extremos, utilizar-se de tal termo no sentido de "não-relação" pode incorrer no risco de difundir certa crença na possibilidade de um total afastamento entre atores sociais (como o Estado e os movimentos sociais), fato que seria de difícil justificação – especialmente visto a inserção de qualquer movimento social em uma sociedade já instituída e que, atualmente (e não só no caso brasileiro), sabe-se ser marcada profundamente pela interação com o aparelho estatal. Entendendo, entretanto, a autonomia enquanto projeto e horizonte político-filosófico (como já buscou-se explicitar e afirmar em toda a primeira seção do Capítulo 1 desta dissertação, fundamentalmente baseado nas reflexões de CASTORIADIS [1982, 1983, 1992, 2002, 2004] e de SOUZA [2000b, 2002, 2006a, 2008b, 2008c, 2009b]), acredita-se na possibilidade de se adicionar às discussões sobre os movimentos

perspectivas que se diferenciam especialmente no que envolve a concepção do papel que os movimentos sociais podem ou poderiam desempenhar nas perspectivas de democratização do país (CAYRES, 2009:42).

> "[U]ma abordagem trata dos potenciais de transformação e a outra trata dos seus limites. Uma minimiza o papel do Estado e dos agentes externos que exercem influências sobre a dinâmica dos movimentos. A outra supervaloriza o papel do Estado em detrimento das ações coletivas da sociedade civil." (CAYRES, 2009:44)

Os obstáculos apresentados por RIBEIRO, em conjunto com os paradigmas sugeridos por CAYRES, parecem cooperar no sentido de apontarem também caminhos para a superação das dificuldades que emergem desse contexto. A respeito das tendências que ameaçam a área de estudos dos movimentos sociais, Ribeiro destaca a importância de se perceber que "(...) em cada uma destas tendências, existem dimensões analíticas que são de grande relevância para a compreensão dos movimentos; porém, a sua valorização isolada e/ou descolada dos sujeitos sociais dificulta a reflexão dos movimentos sociais." (RIBEIRO, 2001:10-1) No mesmo sentido, Cayres conclui, a respeito da polarização entre as matrizes por ela identificadas, que

> "[q]ualquer tendência analítica que se caracteriza por um tratamento que separa radicalmente estas abordagens apresenta, em minha opinião, alcance limitado para entender os desdobramentos das ações coletivas na década de 1990 e seguintes. Em primeiro lugar, a tendência à valorização do caráter espontâneo e autônomo dos movimentos ofuscou o entendimento das relações destes com o Estado e as transformações ocorridas no seio da sociedade política. Por seu turno, a ênfase no caráter institucional obscureceu as especificidades dos movimentos, sendo estes vistos como expressões marginais que em nada alteravam as relações Estado/sociedade. Logo, se o primeiro argumento tende a superestimar o alcance dos movimentos, o último tende a subestimá-los." (CAYRES, 2009:45)

Lembre-se que SOUZA (2006a, 2006b, no prelo) também já apontara a importância e necessidade que se impõe não só às reflexões teóricas, mas também (e de maneira particularmente crucial) à prática política dos movimentos sociais de se considerar com atenção os meandros da relação entre esses e o Estado. Ressalte-se de seus argumentos, com os quais se concorda aqui, o fato de que, a longo prazo (e de uma perspectiva libertária e autonomista), o Estado nunca deverá ser considerado como um "companheiro de luta" por parte dos movimentos sociais. Em especial por conta de sua natureza essencialmente

---

sociais contemporâneos aspectos aparentemente bastante particulares que podem enriquecer de maneira interessante o debate.

heterônoma. No entanto, no curto/médio prazo, há de se pensar nas possibilidades conjunturais e nas brechas legais e administrativas que podem ser aproveitadas, mesmo fazendo parte da estrutura estatal, para que os movimento sociais possam angariar *ganhos de autonomia* significantes. Daí sua formulação bastante precisa, da necessidade de se reconhecer que

> "a luta institucional não substitui, em hipótese alguma, a ação direta; no fundo, *subordina-se a ela*, assim como a tática se subordina à estratégia, e não o contrário. Na fórmula '*com o* Estado*, apesar do* Estado, *contra o* Estado' (…) são os dois últimos ingredientes – e principalmente o último – que devem predominar, de um ponto de vista que leve a sério o risco da cooptação e degeneração dos movimentos e que assuma a necessidade de uma mudança sócio-espacial profunda como pré-requisito para se poder falar em maior justiça social e melhorias substanciais da qualidade de vida da maior parte da população (e, por via de consequência, em *desenvolvimento sócio-espacial*) com rigor e consistência." (SOUZA, no prelo:7) [grifos no original]

No que envolve especificamente a pesquisa a respeito dos ativismos sociais com fortes vínculos com o espaço urbano, SOUZA (2008d) também é responsável por trazer reflexões importantes para esta pesquisa. Enfocando principalmente a forma como a dimensão espacial foi, no decorrer das últimas décadas, tratada por tais estudos, Souza traça um panorama que, apesar de não pretender ser exaustivo, contribui de maneira fundamental tanto para entender a atual situação das pesquisas com tal recorte temático e espacial, quanto para levantar considerações sobre aspectos cruciais para estudos que se pretendem sensíveis à espacialidade dos ativismos sociais urbanos.

Nos anos 1970, década na qual a produção intelectual a respeito do tema se adensou, as pesquisas tinham mormente caráter empírico e valorizavam muito pouco a dimensão espacial dos ativismos[144]. Já na década seguinte, a dimensão espacial passou a ser mais valorizada, apesar de ainda não ser necessariamente trabalhada teoricamente. A tônica seguia sendo empírica, e "(...) o fato de a dimensão espacial ser tratada muito superficialmente (…) era algo típico e sintomático." (SOUZA, 2008d:374)[145] No entanto, a partir dos anos 1990, os ativismos urbanos voltam a ser paulatinamente deixados de lado pelo mundo acadêmico[146],

[144] SOUZA (2008d:372-3) lembra que no que envolve os geógrafos, por exemplos, até mesmo após a "guinada crítica" – de cunho principalmente marxista (e majoritariamente com fortes traços estruturalistas), que chegou ao Brasil especialmente na década seguinte, mas que já se difundia pelo mundo na década de 1970 – os atores/agentes/agências mereceram pouca atenção.

[145] Cabe ressaltar, de qualquer maneira, trabalhos importantes como o de SANTOS (1981) e o de SADER (1988).

[146] O autor lembra que uma produção que explicita tal arrefecimento foi justamente a de Ana Clara Torres RIBEIRO (1991), já citado aqui.

enquanto, por outro lado, pesquisas passavam a dedicar-se crescentemente aos movimento sociais do campo e às suas organizações. Só nos anos 2000 a atenção a "novíssimos" movimentos sociais, como o movimento *hip-hop* ou o movimento dos sem-teto, e à sua espacialidade voltou a se erguer.[147]

Este trabalho se insere no contexto de uma tentativa de contribuir para a valorização da espacialidade na tarefa de refletir a respeito dos ativismos sociais urbanos contemporâneos enquanto referenciais fundamentais na tentativa de construção teórica e prática de novas relações sociais notadamente emancipatórias. No entanto, um recorte é logicamente necessário. Nesse sentido, o foco aqui é apontado para o movimento dos sem-teto – e, mais especificamente, para uma importante ocupação do centro da cidade do Rio de Janeiro: a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Sendo assim, este capítulo terá como objetivos a serem alcançados (1) situar sucintamente o movimento dos sem-teto no contexto das lutas pela reforma urbana; (2) delinear de maneira aproximada o contexto sociopolítico-espacial no qual a ocupação estudada se insere (e as características gerais que ela compartilha com outros desses territórios dissidentes [SOUZA, 2006a]); e (3) apresentar a Ocupação Chiquinha Gonzaga, atentando para aspectos gerais de sua constituição – tanto espaciais quanto temporais.

[147] No que tange ao movimento *hip-hop*, pode-se fazer referência a RODRIGUES (2005, 2009) e pelo menos a duas outras referências sugeridas por ele mesmo (apesar de não se ter tido contato direto com elas): VIANNA (1988, 1995, 1997) e HERSCHMANN (2000). Já quanto ao movimento dos sem-teto, para além de trabalhos de SOUZA (2002, 2006a, 2008a, 2008b, 2009b, 2009c), remete-se aos trabalhos de LIMA (2004), CASSAB (2004), TEIXEIRA e GRANDI (2008), GRANDI e TEIXEIRA (2009), TEIXEIRA (2009), OLIVEIRA (2009), ALMEIDA (2009), MOREIRA (2009), ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009), MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009).

1 COMO ESCALAS DE UMA LUTA: O MOVIMENTO DOS SEM-TETO E O IDEÁRIO DA REFORMA URBANA

Este capítulo inicia-se, como já anunciado, com o objetivo de situar rapidamente o movimento dos sem-teto no contexto da luta que ficou conhecida no Brasil pela expressão *Reforma Urbana*. Tal passo é fundamental para se buscar entender como o surgimento desse movimento social urbano (o movimento dos sem-teto), vinculado a uma mescla de demandas bastante característica (ainda que algumas delas sejam compartilhadas com outros movimentos), se relaciona, por um lado, com uma trajetória bastante específica de reivindicações populares e, por outro, com a situação e as condições vividas pelos sujeitos desse movimento.

Sendo assim, se partirá de (1) uma rápida exposição a respeito de algumas situações e características que influenciaram e constituíram a luta pela Reforma Urbana em seus primórdios e de um levantamento conciso sobre alguns aspectos que já foram levantados nos últimos anos e que, acredita-se, podem enriquecer o debate sobre esse ideário. Logo após, (2) o foco será direcionado à uma breve retomada do que já se pesquisou sobre algumas formas como esse ideário reverbera e é (re)apropriado por alguns dos sujeitos que compõem esse movimento social: moradores/as e apoiadores/as de uma outra ocupação cujo contexto sociopolítico-espacial, as práticas e os princípios de organização interna são bastante similares aos vistos na Ocupação Chiquinha Gonzaga – a Ocupação Quilombo das Guerreiras. Por fim, esta seção buscará (3) explicitar a percepção de como as práticas espaciais do movimento dos sem-teto (aí não somente na conjuntura da cidade do Rio de Janeiro, mas lembrando também experiências da região metropolitana de São Paulo) vêm se dando de forma a desafiar ao menos duas diferentes frentes de atuação do capital imobiliário nessas metrópoles (fazendo uma retomada de um trabalho publicado anteriormente [MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA, 2009]).

1.1 Retomando: Localizando a habitação popular nas referências e "atualizações" já propostas em relação ao ideário da Reforma Urbana

1.1.1 Alguns aspectos da "problemática habitacional" no contexto urbano

O papel dotado aos espaços de moradia no contexto da dinâmica da sociedade varia de acordo com inúmeros fatores. Na maioria das vezes, aspectos fundamentais das perspectivas ontológicas de cada observador também deixam pistas interessantes a respeito dos pressupostos presentes em suas considerações.

Durante certo tempo, o espaço de moradia foi visto por muitos como determinada direta e exclusivamente pela esfera da produção, da economia. A moradia era compreendida simplesmente enquanto espaço da *reprodução da força de trabalho*, e nada mais. Enfatizando de maneira quase monoteísta a dimensão econômica, aspectos outros da vida cotidiana foram muitas vezes deixados de lado (ou linearmente relacionados a aspectos estruturais da produção). O simbolismo, o lazer, a religiosidade são, dentre outros, assuntos que se encaixavam nessa situação. Deixava-se antever, dessa maneira, uma perspectiva reducionista e determinista, dificilmente sensível às possibilidades que as diferentes maneiras de se experiencias as "condições objetivas dadas" suscitavam para colaborar com o florescimento de novas formas de relações e (inter)ações sociais que influenciassem a estrutura já dada.

Identificando as limitações e sublinhando outra abordagem, Eder SADER (1988:45) recorre a uma dupla de pensadores de peso (Edward Thompson e Cornelius Castoriadis) para nos lembrar da importância da dimensão da experiência e das significações para a constituição de coletividades políticas e sujeitos coletivos. É no mesmo sentido do trabalho desenvolvido por Sader que, em pesquisa também realizada e originalmente publicada na década de 1980, José Guilherme Cantor MAGNANI (2004) destaca que

> "[n]ão cabem dúvidas de que as condições de existência dos trabalhadores não podem ser pensadas fora da estrutura social e econômica nas quais se encontram inseridos, nem à margem de um ordenamento político onde não ocupam, precisamente, as posições decisórias. E sua maneira de interpretar essas condições de existência, seus valores e sua prática cotidiana não ficam alheios àquelas injunções. Mas referi-los só e diretamente à dominação do capital, à influência da ideologia dominante, pouco acrescenta ao conhecimento de uma série de mediações que escapam a essa simplificação reducionista." (MAGNANI, 2004:28)

Dessa maneira, reforça-se a relevância de se dar grande importância às múltiplas formas como o espaço da moradia pode ser vivenciado pelos próprios moradores, mas logicamente sem deixar de levar em conta o importante papel dos aspectos ligados ao mundo do trabalho e da economia. E são algumas palavras ouvidas por Sader que trazem exemplos de como a experiência da cidade e da moradia foi vivida, no caso, nos idos da década de 1960 e 1970 por alguns moradores da periferia de São Paulo: Francisca, paraibana então moradora de uma favela e trabalhadora fabril,

> "[p]erguntada sobre o que mais a impressionara ao chegar em São Paulo, respondeu que 'é a correria, o pequeno espaço de descanso da gente...' Em seguida adiciona que 'por outro lado, é aquele tal de *emprego dá dinheiro*'. Crítica da situação e do sistema (militante ativa de comunidade de base), ela diz que o dinheiro não dá para nada, mas não deixa de reconhecer que ele permite o acesso a recursos que não teria na roça." (SADER, 1988:64)

Virgínia, outra voz ouvida pelo autor, também chegara à cidade em condições semelhantes – porém cerca de 20 anos antes de Francisca. Comentando justamente sobre o ritmo de trabalho ao qual todos os 12 integrantes da família migrante se submetiam, deixa mais claro um tipo bastante significativo de relação com a moradia:

> "[O]s irmãos, 'já com 12, 13 ou 15 anos, já partiam pra fábrica, trabalhar pra ajudar. Então daí foi que a gente começou a se integrar mais assim na cidade (…).' O trabalho os dispersa e, no dizer dela, os integra na cidade. O trabalho dispersa os membros da família em diferentes empregos, mas não anula o lugar da família como núcleo de referência básico: o trabalho de cada um é visto como forma de 'ajudar' a família, em que todos se apóiam." (SADER, 1988:61)

É possível perceber a partir desses fragmentos de falas aspectos que condizem com expectativas e experiências em relação às grandes cidades que são facilmente encontradas, junto com muitas outras, no seio do dito "senso comum": a cidade enquanto espaço das possibilidades de acesso a bens, serviços e oportunidades de renda; o local de trabalho como espaço do cansaço, enquanto o local de moradia visto como local de descanso e de referencial familiar. MAGNANI (2004) também lembra em suas reflexões o quão crucial é não negar o papel das atividades de lazer no cotidiano popular.

No entanto, é bem sabido que o espaço urbano é visceralmente marcado pelas disparidades e desigualdades. Muitas vezes, é certo que a experiência desse espaço se modifica bastante a partir de variáveis ligadas a características e preferências pessoais, bem como a valores e impulsos embebidos das instituições e significações sociais nas quais as

pessoas que se relacionam na cidade foram criadas. Porém, existem também fatores de outras escalas (espaço-temporais) e de outras naturezas que terminam por ter um papel que não pode ser esquecido no que envolve a produção e a vida no/do espaço urbano. O geógrafo Roberto Lobato CORRÊA (2004:29) já nos dá pistas ao reforçar que "[n]a sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. (...) A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso." A diferença de acesso à habitação (enquanto múltiplas facetas do experienciado, inclusive) suscita o que é entendido aqui por *segregação sócio-espacial*. Tal característica da urbanização na sociedade capitalista é, por sua vez, intrinsecamente vinculada à existência e às diferentes práticas espaciais de diversos agentes modeladores do espaço urbano[148]. Isso é deixado bem claro também por Lúcio KOWARICK (1979), quando aponta que

> "(...) principalmente nas cidades, o 'problema' habitacional está diretamente atrelado ao fornecimento de bens de consumo coletivo, no qual a ação do Estado tem ganho crescente importância (…) Não sem menos importância no 'problema' da habitação urbana está a questão da terra, cuja adequação atrela-se à existência de uma infra-estrutura de serviços. Portanto, os investimentos públicos também sob este ângulo aparecem como fator determinante no preço final das moradias, constituindo-se num elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se localizar no âmbito de uma configuração espacial que assume, em todas as metrópoles brasileiras, características nitidamente segregadoras." (KOWARICK, 1983:57)

De lá pra cá as mudanças percebidas na questão habitacional brasileira foram poucas (e, na maioria das vezes, nada positiva). De fato, pode-se dizer que tais aspectos de segregação só foram acirrados – ao ponto, inclusive, de atualmente ser em muitas cidades mais cabível se falar em *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial*[149].

De maneira geral, quando fala-se da "questão habitacional" no Brasil está-se referindo à problemática que envolve o acesso à moradia e o enorme déficit habitacional no país. Levando-se em conta que tal déficit atinge majoritariamente a população de baixa e baixíssima renda (com rendimento mensal que varia de zero a três salários mínimos), cumpre ressaltar que é do problema de acesso à moradia por parte de boa parcela da população mais

---

[148] Os agentes modeladores do espaço urbano são elucidados também por CORRÊA (1997, 2004). Eles seriam principalmente os *proprietários fundiários*, *promotores imobiliários*, *proprietários de meios de produção*, *Estado* e o que o autor chama de *grupos sociais excluídos*.

[149] A *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial* será alvo de explicações na última subseção desta seção, ao tratar-se das sugestões de "atualização" ao ideário da Reforma Urbana.

pobre que se está a falar.[150]

Nesse contexto, o capital imobiliário (principalmente através do mercado habitacional) assume um papel fundamental. Especialmente ao entender-se que, como já foi ressaltado em outro trabalho (MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA, 2009), a expansão da urbanização (seja através do investimento em áreas localizadas na periferia urbana[151]; seja por meio do reinvestimento em áreas de obsolescência da cidade[152]) exerce uma função importante para o processo de reinvestimento do excedente do capital. Essa característica do desenvolvimento urbano capitalista é elucidada pelo geógrafo David HARVEY (2008). Ele argumenta que "(...) urbanization has played a particularly active role, alongside such phenomena as military expenditures, in absorbing the surplus product that capitalists perpetually produce in their search for profits"[153] (HARVEY, 2008:25), uma vez que, especialmente em períodos de crise econômica, o capital investido em bens imóveis apresenta uma baixa taxa de risco – sendo este setor, portanto, bastante atraente para os investidores.

Os interesses e investimentos do capital imobiliário que se voltam ao mercado habitacional, no entanto, são majoritariamente direcionados para a busca do atendimento da

---

[150] Observações a esse respeito já foram feitas também em MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009:7-8): "Segundo a Fundação João Pinheiro (2006), em 2005, o déficit habitacional brasileiro era de quase oito milhões de domicílios, sendo que cerca de 6,5 milhões encontrados em áreas urbanas, ou seja, quase 82%. Podemos verificar como esse déficit, assim como os imóveis vagos, está concentrado nas grandes cidades, pois mais de 18% desses domicílios se encontram na área urbana das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, as duas maiores metrópoles do Brasil. Faz-se mister destacar que mais de 90% do déficit brasileiro estão concentrados na parcela mais pobre da população – com rendimento de até três salários mínimos." Mais informações podem ser encontradas em MOREIRA (2009).

[151] Uma das táticas do capital imobiliário muito utilizada nesse tipo de investimento é a chamada "urbanização em saltos". Nela, os proprietários fundiários colocam "(...) os lotes mais longínquos do centro no mercado à espera que a infraestrutura atinja estes lotes já habitados para só assim vender os outros lotes valorizados pelos investimentos públicos feitos na área. São os moradores destes lotes periurbanos que irão pressionar o Estado para que este providencie a infraestrutura necessária. Após a valorização da área, a manutenção desta parcela do hiperprecariado urbano se torna inviabilizada, uma vez que a valorização aumenta o custo de vida. Logo, a população que reivindicou ao poder público melhorias em seu local de moradia, não usufrui destas, mas sim, os proprietários." (MOREIRA, GRANDI, ALMEIDA, 2009:6)

[152] É no contexto desses reinvestimentos em áreas mantidas ociosas pelo capital imobiliário que são inseridas atualmente as iniciativas do Estado e do próprio capital de ditas "revitalizações". Neil SMITH (1996) é bastante taxativo ao afirmar que ao invés de uma revitalização das áreas centrais das metrópoles, o que ocorre é a revitalização do lucro do capital imobiliário. O próprio termo "revitalização" já sofre duras críticas há algum tempo (SOUZA, 1988; 2002; 2006a). trata-se de amplos processos de reestruturação, refuncionalização e ressignificação espacial que na grande maioria das vezes terminam por modificar completamente a composição social de espaços específicos da cidade. Essa expulsão de determinadas classes sociais é compreendida no âmbito dos processos chamados de *gentrificação*. No Rio de Janeiro, um dos grandes exemplos já no início do século XX foi a que ficou conhecida como "Reforma Passos" – que interferiu sócio-espacialmente na cidade de maneira incisiva na época (ABREU, 1987). Atualmente, cem anos depois, a mesma ideia volta à cena através do chamado projeto "Porto Maravilha", impetrado pelas três esferas administrativas (Município, Estado e União).

[153] "(...) a urbanização tem tido um papel particularmente ativo, juntamente com fenômenos como as despesas militares, na absorção do produto excedente que os capitalistas constantemente produzem em sua busca por lucro." [tradução livre]

demanda solvável (RIBEIRO e PECHMAN, 1983). Assim, ganham importância aqueles espaços que podem oferecer atrativos ao público consumidor: Amenidades físicas e climáticas; "amenidades sociais" (que podem passar tanto pelo distanciamento ou a dificuldade de acesso de indivíduos indesejados, quanto pelo valor simbólico do local); acessibilidade privilegiada a bens e serviços (transporte, saneamento, comunicação, saúde, educação, etc.). Sublinhe-se que o Estado possui um papel fundamental aí, visto ser o provedor por excelência de muitos desses serviços – como já lembrado na citação de Kowarick parágrafos acima.

No entanto, existem estratégias desenvolvidas pelo mercado habitacional para buscar atingir também a demanda a princípio não-solvável. Mas para isso, o interesse está voltado aos espaços da cidade que praticamente não têm as amenidades recém-citadas no parágrafo anterior. São nesses casos que a grande influência que o capital imobiliário e fundiário têm junto ao Estado é mais explícita, pois através do direcionamento de políticas públicas o aparelho estatal age na busca de transformar a demanda não-solvável em demanda solvável (ainda que "artificialmente").

Já no que envolve a esfera da produção, por exemplo, as ações do Estado frequentemente auxiliam o Capital com: Subsídios estatais ao capital imobiliário e aos seus diversos atores, por meio de linhas de crédito específicas, diminuição dos tributos sobre matéria prima, etc.; incentivos fiscais e "flexibilização" legislativa-tributária, que oras se configura de maneira *formal* (do qual se tem um ótimo exemplo no caso ocorrido em 2009 na cidade do Rio de Janeiro, quando a Prefeitura, com o objetivo de incentivar o capital imobiliário a investir na área a ser "revitalizada" da Zona Portuária, ofereceu o "perdão" das dívidas de IPTU dos imóveis nos quais a iniciativa privada investir)[154] e, em outros momentos, de maneira mais "*informal*" (perceptível em aspectos como a lentidão e o descompromisso com a instauração de instrumentos urbanísticos previstos em legislação superior [IPTU progressivo no tempo, Zonas Especiais de Interesse Social/ZEIS, etc.], a conivência com irregularidades urbanísticas protagonizadas por determinados grupos socais da cidade [fechamento de logradouros públicos, p. ex], etc.).

Já no que diz respeito mais diretamente ao consumo da moradia, o Estado opera principalmente na abertura de linhas de financiamento voltadas à aquisição de tal bem. Ocorre que tais linhas de financiamento são dificilmente acessadas pela principal parcela da população que compõe o déficit habitacional brasileiro. Isso acontece por exemplo, quando

[154] Cf. O DIA (2009) e JORNAL DO COMÉRCIO (2009).

tais linhas buscam dar conta de uma faixa da população com ampla diferença de renda: Geralmente são destinadas a indivíduos com rendimento que pode variar de 0 (zero) a 10 (dez) salários mínimos. Uma vez que o principal interesse do capital imobiliário é a demanda solvável, a imensa maioria das possibilidades acaba nunca atingindo a população localizada no limite inferior dessa faixa de renda.[155]

Diante dessa situação, qual alternativa de moradia resta à população de baixa e baixíssima renda? Se historicamente a principal opção encontrada pela população mais pobre do país (e, em especial, das grandes regiões metropolitanas brasileiras) tem sido a autoconstrução[156] (VALLADARES, 1983:45 e seg.; KOWARICK, 1983:55 e seg.), cada vez mais ganha força nesse contexto também o mercado imobiliário informal (ALMEIDA, 1983; SOUZA, 2006a). Tal mercado, que também reproduz a lógica da exploração e acumulação típicas do capitalismo, termina por agir especialmente em áreas a priori bastante desvalorizadas por conta de riscos naturais (como áreas de encostas e terrenos alagadiços, por exemplo), irregularidades (locais acima da cota de altitude permitida, dentro de áreas de proteção ambiental, loteamentos irregulares e clandestinos) e falta de acesso a bens e serviços de consumo coletivo. O que ocorre é que mesmo que tal mercado não sofra diretamente as pressões exercidas por outras empresas ou mesmo pelas exigências do Estado, muitas vezes os preços seguem sendo completamente inacessíveis para uma imensa parcela da população (além de não romper com a ideia de moradia enquanto um produto / mercadoria – quando

[155] Cf. Nota de rodapé número 150. Cabe citar também as formulações de KOWARICK (1983) que, já no final da década de 1970 detectava tal característica das tentativas governamentais para suprir a chamada "demanda de interesse social": "Até mesmo os programas que se destinam para a assim chamada demanda de 'interesse social', não só são quantitativamente pouco expressivos, como também, freqüentemente, as camadas que deveriam ser beneficiadas não têm condições de amortizar as prestações previstas pelas fantasiosas soluções oficiais. O resultado é que as habitações ou ficam vazias ou acabam sendo transferidas para os grupos de renda mais elevada enquanto que as pessoas a quem se destinavam os programas subsidiados pelo poder público acabam voltando às suas condições originais de moradia (…)." (KOWARICK, 1979:60). Lícia do Prado VALLADARES (1983:36 e seg.) faz uma sucinta retomada dos estudos a respeito das iniciativas governamentais no que envolve a temática habitacional, citando trabalhos aparentemente bastante importantes para o panorama da época.

[156] A *autoconstrução* é entendida como uma forma de construção baseada principalmente no aproveitamento de horários livres dos indivíduos, contando na maioria dos casos com a cooperação de outros – associando-se muitas vezes através de "mutirões". Trata-se de uma modalidade de construção com duração geralmente maior do que a executada por empresas especializadas. No entanto, não parece justo afirmar que, por ser "(...) feita por trabalhadores não-especializados, que utilizam técnicas produtivas e ferramentas rudimentares, onde a divisão de trabalho é praticamente inexistente e sua construção efetuada aos poucos e sem seqüência programada." (KOWARICK, 1978:62), trata-se necessariamente de uma casa que se deteriora rapidamente Na maioria das vezes, são obras realizadas justamente por indivíduos bastante habilidosos e qualificados nas tarefas da construção, visto muitos trabalharem na própria construção civil (ou terem tido passagem por tal ramo). Inclusive por isso, atualmente, muitos são os que possuem suas próprias ferramentas de trabalho – visando a possibilidade de obtenção de renda extra através da realização de trabalhos "por empreitada" (conhecidos também por "bicos"). Diga-se de passagem, essa forma de associação para a realização de obras, os "mutirões", é bastante comum também nas ocupações de sem-teto. Se falará mais de sua importância na segunda e na terceira seção ainda deste capítulo.

poderia ser entendida muito mais como um direito humano fundamental).

1.1.2 Relembrando rapidamente certos pontos da "questão da moradia" na esteira da Reforma Urbana

Como já destacado em trabalho anterior (MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA, 2009:7), quando remete-se às discussões a respeito da "questão da moradia" no Brasil está-se falando principalmente (mas não só) do problema de acesso a esse direito por parte da população de baixa ou nenhuma renda (garantido já pelo artigo 6º da Constituição de 1988). No entanto, cumpre lembrar que nem sempre as reivindicações populares que tocavam no tema da moradia se confundiam diretamente com a problemática do acesso à casa própria. É VALLADARES (1983) que resgata as reflexões contidas no trabalho de TEIXEIRA e RIBEIRO (1980 apud VALLADARES, 1983:55-6). As autoras destacam o fato de que nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, o movimento operário do Rio de Janeiro e em São paulo, ao tocar na questão da moradia, levantava temas como o aumento dos valores dos aluguéis e as baixas condições de higiene das moradias. O que importa destacar aqui é que as pressões e reivindicações populares no que envolve esse tema (como também em relação a muitos outros) sempre cumpriram um papel crucial no jogo de poderes entre os vários agentes modeladores do espaço urbano do país, motivando reações diretas por parte do Estado e das diversas frações do capital.

Foi a partir da década de 1960 que certos aspectos das metrópoles brasileiras engrandeceram-se ao ponto de colaborarem fortemente para um contexto de agudização dos contrastes sócio-espaciais e de germinação de novos temas e novas perspectivas de debate popular no país. A expansão das periferias e bairros populares nas grandes cidades, especialmente desacompanhada de um crescimento da rede de serviços e infraestrutura pública que também atingisse tais áreas, contribuiu para que o espaço de moradia passasse a ser visto também enquanto um local importante para mobilização popular.

> "Era o momento no qual crescia e se expandia pelas periferias e bairros populares da cidade um sentimento de oposição e revolta que se exprimia através das mais variadas formas de manifestação e reivindicação – greves, passeatas, ocupações de terras e de prédios – que evidenciavam os problemas vividos nos bairros populares e fábricas da cidade." (CASSAB, 2004:53)

SOUZA (2006a:214 e seg.) também faz uma retomada interessante desse período. No

início da década de 1960, com o então presidente João Goulart no governo, tanto o debate a respeito da reforma agrária quanto o início das discussões que comporiam (especialmente a partir da década de 1980) o que ficou conhecido como *ideário da reforma urbana* cresciam. E, como o autor deixa claro, já nessa época o tema da habitação ganhava destaque: A "(...) questão do acesso à moradia, era encarada, ao lado da reforma agrária e de outras, como uma das 'reformas de base'." (SOUZA, 2006a:215)

No entanto, antes do final da primeira metade da década (1964) um golpe militar assolou o contexto político e social brasileiro. O crescimento da repressão e a política de "caça às bruxas" impetrada pelo governo ditatorial sob o argumento de contenção à "ameça comunista" afetou diretamente as mobilizações populares e os movimentos sociais no país. Principalmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), a violência estatal-militar terminou por impor um forte estado de dormência às discussões que antes estavam em andamento – e, logicamente, aí estão incluídas aquelas que refletiam e versavam sobre a situação urbana do país.

> "Não, em absoluto, que os movimentos sociais tenham, de uma hora para outra, simplesmente desaparecido; seja invocada, como testemunho, a resistência da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) contra as remoções de favelas, tendo sido ela, aliás, alvo de dura repressão por causa disso. No entanto, é óbvio que as condições para a mobilização popular murcharam gradativamente, e os movimento sociais, manietados e amordaçados, e a luta pela reforma urbana em feral entraram eu uma espécie de 'hibernação'." (SOUZA, 2006a:216)

Foi na década de 1970 que tal processo se radicalizou. Foi também nesse período que as matrizes discursivas dos principais movimentos sociais do país entram em crise – conforme colocou muito bem SADER (1988) em seu já clássico trabalho – e deram lugar ao surgimento de novas matrizes:[157]

> "Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de 'novas formas de integração com os trabalhadores'. Da

[157] Essas matrizes são justamente "(...) modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significados (...)" (SADER, 1988:143), e que, diante da crise das matrizes anteriores, se afirmaram especialmente ao filtrarem aspectos das condições objetivas de vida das diversas experiências do cotidiano popular. Estabeleciam um espaço-tempo diferenciado para a mobilização popular. "[Q]uer dizer: novos lugares, onde se constituem diversamente os atores, estabelecem novas relações entre si e com o meio e, portanto, abordam diversamente sua realidade." (SADER, 1988:143). A consistência interna das categorias e modalidades para a abordagem do vivido e a abertura dessas matrizes para a incorporação do "novo" influenciam na potencialidade dessas formas de se abordar a realidade.

> estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um 'novo sindicalismo'." (SADER, 1988:144)

O autor lembra que foi também a própria decepção com o Estado que incitou a valorização do cotidiano por parte dos movimentos sociais[158] (SADER, 1988:30). A ênfase nesse novo espaço-tempo aparentemente colaborou para uma nova relação dos movimentos com o próprio espaço e com a questão da moradia de forma geral. Com exceção do chamado "novo sindicalismo" (desatrelando os sindicatos da imagem de instituições aparelhadas pelos agentes estatais, mas ainda altamente vinculados à dimensão e ao espaço do trabalho), as comunidades eclesiais de base (CEBs) e as diversas manifestações de ativismos de bairro são exemplos dessa nova relação. Nota-se aí como, apesar do autor enfatizar o local de trabalho enquanto principal espaço de referência para a definição das identidades dos indivíduos (principalmente por influenciar fortemente as condições de vida, ao definir o rendimento, e por ser a principal inserção dele na rede social) (SADER, 1988:86)[159], o espaço de moradia torna-se uma referência fundamental para as mobilizações populares da época. Emergem, então, aqueles que ficaram conhecidos como "novos movimentos sociais", identificados especialmente por novos lugares de constituição desses sujeitos coletivos e por novos tipos de ação social (SADER, 1988:36). Um dos traços em comum de tais movimentos era o fato de se associarem de acordo com *projetos* e terem a *autonomia*[160] enquanto característica bastante

[158] Isso não impediu, é fato, que terminada a época mais repressora e violenta da ditadura militar brasileira, grande parte dos ativistas da época não voltasse a crer nas "vias institucionais" enquanto principal esfera de atuação dos movimentos sociais – especialmente através da estrutura político-partidária.

[159] Curioso perceber que, poucas páginas depois, o próprio autor desenvolve ricas reflexões a respeito da importância que o espaço de moradia tem na vida urbana, por exemplo, para os migrantes. "É nessa situação que os migrantes procuram mobilizar suas relações pessoais. São sobretudo os familiares, mas também conterrâneos e vizinhos – entre os quais se estabelecem relações primárias, pessoais – que constituem a base de apoio para obtenção do emprego, da casa, da documentação, das informações necessárias para a inserção na cidade desconhecida. Trata-se aqui de uma reelaboração desse padrão de relações primárias. Se na sua casa é preservada a pessoalidade das relações, já no âmbito do espaço público as relações pessoais são instrumentalizadas em função das necessidades postas na vida societária." (SADER, 1988:97)

[160] A ideia de autonomia colocada pelo autor parece, inicialmente, focar a constituição das identidades enquanto processo interno ou externo ao movimento social. Tal dimensão é, de fato, excepcionalmente importante no que cabe justamente à autonomia entendida enquanto projeto político-filosófico. No entanto, tomando outros elementos caros ao projeto de autonomia que se tem como referência aqui (o de Cornelius Castoriadis), é importante lembrar que tal acepção também precisa apontar para uma *igualdade* social efetiva e uma verdadeira e densa *liberdade* não só coletiva (em ralação a outros coletivos, por exemplo) mas também individual (o que remete às estruturas de poder internas a cada organização). Isso não pode ser esquecido, especialmente tratando-se de movimentos que surgiram e cresceram a partir de princípios e, muitas vezes, vinculados (com maior ou menor força) a instituições com nítidos traços de heteronomia interna (vide a Igreja Católica ou mesmo certos grupos políticos de esquerda com relações de poder internas tradicionalmente hierarquizadas). De qualquer maneira, por não só citar mas em muito incorporar as próprias discussões de Castoriadis em sua obra, essa concepção de autonomia exposta pelo autor (se aprofundada no sentido de apontar para os processos internos que envolvem essa elaboração enquanto processos que podem ser eles próprios fundamentalmente horizontais no que envolve suas relações de poder internas) aparentemente se aproximam bastante do entendido aqui no interior do contexto de um projeto de autonomia

valorizada.

Já na década seguinte, de 1980, a expansão desses novos movimentos sociais somada à dita "abertura democrática" e ao colapso do Banco Nacional de Habitação – BNH (CASSAB, 2004:57) trouxe novamente um contexto de alargamento das margens de manobra para o aprofundamento e a ampliação das discussões a respeito dos temas da reforma urbana. À essa altura, o tema da habitação já não polarizava de maneira tão gritante os debates, apesar de manter seu destaque. Felizmente o ideário da reforma urbana havia se expandido, buscando refletir também a respeito de instrumentos para a construção de condições de maior justiça social no espaço urbano (SOUZA, 2002:157). A inversão de prioridades, apontando para a importância de se redirecionar os investimentos públicos para os bairros e espaços da cidade até então menos privilegiados (e que seguem assim até hoje, na maioria dos casos), era um aspecto crucial das discussões desse ideário – bem como a luta contra a especulação imobiliária horizontal em larga escala e a proteção aos patrimônios ecológico e histórico-arquitetônico (SOUZA, 2006a:213-4). É especialmente a partir dessa época que se compreende o ideário da reforma urbana como está sendo concebido aqui: "(...) [U]ma reforma social estrutural, de caráter redistributivista e universalista [que se valha] de instrumentos e táticas variados, com as finalidades precípuas de reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e destecnocratizar o planejamento e a gestão urbanos" (SOUZA, 2006a:213)

Com a possibilidade de envio de "emendas populares" à assembleia Nacional Constituinte, deu-se "(...) uma oportunidade ímpar de galvanizar a mobilização em prol da reforma urbana mercê de uma necessidade concreta, a saber, elaborar a emenda popular e colher assinaturas de apoio." (SOUZA, 2006a:217) Ocorre que, apesar das cerca de 150 mil assinaturas recolhidas (cinco vezes a exigida para que uma proposta de emenda popular à nova Constituição fosse aceita)[161], a sugestão não foi acatada pelo Congresso Constituinte.[162]

> "No que concerne à reforma urbana, o que restou de uma emenda popular bastante abrangente, na Constituição de 1988, foram dois magros artigos, o 182 (o qual, após mencionar fórmulas vagas como 'funções sociais da cidade' e 'função social da propriedade', esta última ideologicamente muito ardilosa, arroga alguns

castoriadiano.

[161] Quantidade que, mesmo assim, nem se aproximou das cerca de um milhão de assinaturas angariadas pela emenda da reforma agrária. (SOUZA, 2006a:217)

[162] Ao Congresso Constituinte cabia a obrigação de *aceitar* as sugestões, mas não necessariamente a *acatá-la sem alterações* (e vabe sublinhar: procedimento que parece ser notadamente estrutural do Estado – salvo situações bastante raras e atípicas, principalmente se bastante funcionais para a racionalidade instrumental estatal e a manutenção ou o restauro do *status quo* heterônomo).

> instrumentos, como o IPTU progressivo no tempo, que, empregados no âmbito dos planos diretores municipais, poderiam assegurar o cumprimento daquelas 'funções sociais') e o 183 (que se restringe à usucapião).” (SOUZA, 2006a:217-8)

A década seguinte, de 1990, se caracterizou principalmente por uma diminuição extrema e pelo quase desaparecimento dos ativismos e movimentos sociais urbanos no país. A perspectiva de estabelecer parcerias com o Estado em meio a conselhos gestores e fóruns do gênero cooperou para um enfraquecimento das iniciativas dos movimentos (SOUZA, 2006a:282).

Quanto ao capítulo sobre a política urbana nacional contido na Constituição de 1988, somente treze anos depois (dos quais dez se passaram somente na tramitação no Congresso Nacional) seus artigos foram regulamentados por uma leis específica: a lei 10.257/2001 – o Estatuto da Cidade. Nesse período, muitos dos “novos movimentos sociais” dos anos 1970 e 80 já haviam decaído em termos de densidade, expressividade e combatividade política. No entanto, outros (“novíssimos”) movimentos sociais (SOUZA e RODRIGUES, 2004; SOUZA, 2006a:273 e seg.; 2008a; 2008d; 2009b; no prelo) passaram a mostrar suas caras no espaço urbano.[163]

Para a questão urbana brasileira, o marco legal representado pelo Estatuto da Cidade de fato não apresenta antecedentes equiparáveis. Isso, porém, não o exime de críticas necessárias – especialmente no que envolve seus limites. Além disso, sua “utilidade” (que é, na prática, bastante limitada) e mesmo sua existência não devem alimentar nenhuma ilusão de que o Estado seja “benevolente”. Se o Estatuto da Cidade abre algumas margens de manobra (que antes não existiam) em benefício de pressões populares e de movimentos sociais, essas pequenas brechas de possibilidades (ao menos teóricas) só *existem justamente por conta da luta popular*. Trata-se de uma série de conquistas muito suadas, resultado de tensões e reivindicações aguerridas dos movimentos sociais. Conquistas que (é importantíssimo sublinhar, grifar e destacar de todas as maneiras) de maneira alguma esgotam a briga constante por novos paradigmas de desenvolvimento urbano e de relações sociais.

Um dos pequenos exemplos disso é que, ao mesmo tempo que o Estatuto da Cidade é, atualmente, o principal documento legal que respalda a exigência popular de participação nos

---

[163] Merecem destaque aqui parte particularmente crítica do movimento *hip-hop* (cf. RODRIGUES, 2005, 2009) e o próprio movimento dos sem-teto (conferir, além das obras de SOUZA recém citadas, CASSAB [2004], LIMA [2004], TEIXEIRA [2009] e SOUZA e TEIXEIRA [2009], OLIVEIRA [2009], ALMEIDA [2009]). Vem ganhando expressão também, particularmente a partir da primeira década do século XXI, movimentos urbanos que enfatizam, tematizam, debatem e elaboram propostas sobre o tema da acessibilidade urbana.

processos decisórios que envolvem o espaço urbano,[164] a amarração dos mecanismos e a preocupação com processos e instrumentos que garantam uma *participação efetiva*, *universal*, *qualitativa* e realmente *deliberativa* ficou muito longe do necessário para assegurar tal implementação (SOUZA, 2006a:221). Da mesma maneira é crucial falar da lacuna deixada no que envolve a abrangência da aplicação de alguns instrumentos jurídicos previstos pelo Estatuto da Cidade a *prédios* localizados no espaço urbano. Além disso, tal lei não deu conta justamente de uma das questões que fundaram o ideário da reforma urbana: A questão da moradia – principalmente referindo-se ao imenso déficit habitacional brasileiro.

Quase nove anos depois de sua aprovação, diversos elementos do Estatuto da Cidade seguem não sendo acatados pelas administrações públicas. Pelo contrário, o desinteresse na regulamentação de alguns instrumentos tem servido de brecha legal para a tomada de decisões que afrontam diretamente tanto a lei nº10.257/2001 (vide a não-implementação do Imposto Predial Territorial Urbano / IPTU progressivo no tempo em cidades de expressiva importância no cenário nacional e até mundial, como o próprio Rio de Janeiro) quanto a própria Constituição Federal (no que diz respeito, por exemplo, ao cumprimento da "função social da propriedade" e ao direito à moradia digna). Por outro lado, a aprovação de instrumentos também previstos no mesmo Estatuto que são mais diretamente aproveitadas pelas diversas frações do capital têm sido as mais facilmente implementadas pelas prefeituras das grandes metrópoles do país (como as Operações Urbanas Consorciadas).

As pressões populares, de forma geral, apaziguadas após a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, têm se mostrado fracas o suficiente para não conquistarem vitórias expressivas no atual contexto. A fragmentação das lutas tem se agravado nesse quadro, que traz consigo outros novos elementos a serem levados em conta para o prosseguimento e a tentativa de avanço nas discussões e implementações do ideário da reforma urbana. Alguns desses elementos são objeto do próximo item.

1.1.3 Citando "atualizações" propostas

As principais "atualizações" que serão aqui rapidamente reunidas e pontuadas – sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto em qualquer aspecto – são provenientes de observações já levantadas em diversos trabalhos por SOUZA (2000a, 2002, 2006a, 2008a).

[164] Ele é considerado assim principalmente por conta do que envolve a formulação daquele que é tido como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do país, os planos diretores municipais. Cf. BRASIL (2001: Art. 40).

Trata-se basicamente de características marcantes do espaço urbano atual das principais metrópoles brasileiras, elementos a respeito dos quais é indispensável a preocupação na tentativa de dar prosseguimento às discussões e debates que se inserem no seio do ideário recém apresentado.

Um dos primeiros aspectos que salta aos olhos é a expansão e complexificação da chamada *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial*. Este processo se diferencia da problemática da segregação sócio-espacial (uma vez que esta é mais diretamente vinculada à dimensão da habitação), indicando notadamente que diversos tipos de interações sócio-espaciais param quase completamente de acontecer (diminuindo ou tornando-se mais seletivas).

> "Fragmentação tem a ver, obviamente, com *fragmentos*. E fragmentos são partes, frações de um todo que ou não se conectam mais, ou quase não se conectam mais umas com as outras: podem ainda 'tocar-se', mas não muito mais que isso. Claro está, ou deveria estar, que se trata de muito mais que de um processo de 'diferenciação'. Menos óbvio é que se trata de algo que vai além, até mesmo, de um processo de 'segregação'." [grifos no original] (SOUZA, 2008a:56)

O acirramento dessa situação, principalmente a partir da virada da década de 1970 para 1980 (SOUZA, 2008a:59), juntou-se com novos fatores ligados à conjuntura da última década do século passado e da primeira do século XXI. Pintou, assim, um quadro particularmente nada estimulante para qualquer perspectiva emancipatória. E é importante ressaltar que é a dimensão política (e, por conseguinte, *territorial* dessa situação) que se considera nessa discussão de maneira mais forte. E, obviamente, não se trata de considerar somente os "territórios estatais". (SOUZA, 2000a:216)

Por um lado, reforça-se a criação de enclaves territoriais controlados por grupos de traficantes de drogas ilícitas que operam no varejo (SOUZA, 2000a:49 e seg., 180 e seg.; 2008a:51 e seg.). Tais "nós" de uma "rede"[165] se concentram principalmente em áreas

[165] Cabe lembrar, por precaução, que a forma de organização dos grupos que operam na comercialização varejista de drogas ilegais não possui uma coordenação nem uma centralização tão grande como a dita pela maioria dos veículos de comunicação comerciais. Diga-se de passagem, tal versão dos fatos é inclusive bastante conveniente para os propósitos de tais veículos. Já no início da década (SOUZA, 2000a:99 e seg.), pesquisas apontavam que ao mesmo tempo que é inegável a existência de redes mais coesas de tráfico de drogas na escala internacional (mas que, mesmo assim, comportam certa flexibilidade e descentralização funcionais para a atividade ilícita que exercem), o mesmo não pode ser afirmado com tanta certeza para a escala local. Nesta, há um grande grau de descentralização no que envolve a ação dos chamados "comandos": "os 'comandos' são, em que pese sua pouca coerência interna, 'organizações' rivais entre si e que se assemelham a guarda-chuvas referenciais que congregam inúmeros grupos mais ou menos independentes (quadrilhas)." (SOUZA, 2000a:102) Se na escala das quadrilhas existe uma relação marcadamente hierarquizada, isso não se repete na escala dos "comandos". "Por um lado, portanto, as redes do tráfico funcionam como 'redes de solidariedade', ainda que muito instáveis e fragilmente cimentadas (na verdade, a

segregadas, com pouca presença de serviços e infraestrutura pública de qualidade e minimamente abrangente. Áreas nas quais a população é principalmente composta pelos estratos de baixa renda e, algumas vezes, da classe média baixa. O que, como também ressaltado pelo autor recém citado, não quer dizer que só os espaços de moradia da população de baixa renda sejam espaços violentos. Muito menos quer dizer que não existam nós importantes dessas redes (e, cabe enfatizar, bastante lucrativos) encravados em meio aos espaços tradicionalmente habitados pela população mais abastada das cidades. No entanto, estes últimos não são espaços estigmatizados como violentos[166] – como o são as favelas e muitos loteamentos irregulares e clandestinos.

Por outro, vê-se a expansão do ideário da "condominiarização" do espaço urbano[167]. Tal concepção, fruto e alimento da prática da auto-segregação, tem se espalhado atualmente não só entre as classes média-alta e alta,[168] mas também entre frações da classe média que se localizariam muito mais próximos sócio-economicamente das classes de renda mais baixa. São práticas que reforçam uma dicotomização sócio-espacial das metrópoles, entre os espaços "seguros" e os "inseguros". Por conta disso, a construção de muitos desses condomínios se assemelham, como também destacou SOUZA (2006a, 2008a) a verdadeiros "*bunkers*" urbanos. A sociabilidade estimulada em e por tais espaços facilita o crescimento de leituras

palavra 'solidariedade' quase chaga a soar exagerada); de outra parte, na escala da quadrilha, o tráfico se apresenta essencialmente como uma microrrede marcada pela hierarquia." (SOUZA, 2000a:103) Conformam, assim, o que o mesmo autor chama de territórios não contíguos (ou, nas palavras de HAESBAERT [2004:279 e seg.], territórios-redes).

166 Vale lembrar que o estigma da violência contribui enormemente para a consolidação e a reprodução da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial das metrópoles brasileiras – questão na qual o papel dos veículos de comunicação comerciais têm colaborado de maneira sem igual. A escolha dos fatos a serem noticiados, das representações a serem enfatizadas e do alarde a ser provocado estabelecem condições extremamente favoráveis ao fortalecimento não só da "incomunicabilidade" entre os espaços fragmentados sociopolítico-espacialmente das metrópoles, como também de todo um mercado ao redor das alternativas de segurança privadas. Os veículos de comunicação efetivamente amplificam e retroalimentam o medo urbano. Trata-se de uma situação particularmente interessante econômica e politicamente para diversas frações do capital, da "classe dos gestores" e até mesmo de entidades do chamado "terceiro setor" (representadas principalmente na figura de muitas organizações não-governamentais / ONGs). Não é de surpreender-se que, dada a situação, os agentes responsáveis por boa parte da violência sofrida especialmente pelos moradores de favelas e loteamentos clandestinos e ilegais parta justamente da força repressora estatal ou de milícias armadas (revivendo os infelizmente famosos "esquadrões da morte", de forma crescente nos últimos anos em algumas áreas da zona oeste do município do Rio de Janeiro e em outros municípios da Baixada Fluminense). Tal assunto já foi amplamente abordado por SOUZA (2008a).

167 Recentes trabalhos têm abordado com maior dedicação esse tema, como é o caso da dissertação de mestrado de Daniela Batista LIMA (2008).

168 Isso acontece principalmente com o crescimento dos chamados "condomínios exclusivos" – cujo "totem" parecem ser as experiências vistas na área da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e as que seguem o padrão dos empreendimentos Alphaville (bastante significativos principalmente no contexto da metrópole paulista). Por sinal, SOUZA (2006a:485; 2008a:75) ressalta também que muitos desses "condomínios horizontais" (como também são conhecidos) não passam de loteamentos (no caso, muitas vezes inclusive irregulares). Sendo loteamentos, suas vias são, na verdade, logradouros públicos – que deveriam ser impedidos de ser fechados com cancelas ou coisas afins (prática corrente em tais tipos de empreendimentos).

frequentemente marcadas pela intolerância e animalidade (muitas vezes beirando o sadismo) a respeito da realidade urbana por parte de uma classe média e alta que demandam, como solução para seus problemas de "segurança", o derramamento de sangue daqueles que são por eles próprios vistos como os principais "agentes do medo": a população urbana pauperizada.[169]

> "De um ponto de vista político-pedagógico, pode-se afirmar que os 'condomínios exclusivos' ameaçam o fortalecimento de valores de civilidade e solidariedade cidadã, uma vez que são ambientes de socialização que, a um só tempo, pressupõem e reforçam um descompromisso para com a cidade como um todo. Reforçam porque, implicando um empobrecimento adicional da vivência da cidade e da experiência do contato com o Outro (entendido esse Outro como o favelado, o morador de rua, o suburbano...), o enclausuramento voluntário só pode terminar por reforçar preconceitos, na esteira da ignorância e do medo. O espaço urbano também educa – ou 'deseduca'. No caso dos condomínios, educa não para a liberdade, par ao diálogo, para o respeito à diferença, para a solidariedade, mas sim para o ódio de classe (não raro amalgamado com o ódio racial, para o elitismo arrogante, para o temor e o desinteresse (e o desrespeito) em face dos diferentes." (SOUZA, 2008a:74)

Em meio a isso, os espaços públicos da cidade passam a sofrer com uma "anemia" (SOUZA, 2008a:79 e seg.) intensa e extensa. E esse processo é reforçado por outros: são espaços que deixam de ser de convívio das classes mais influentes da sociedade (uma vez que, com o aspecto levantado no parágrafo anterior, tal tipo de interação social se dá quase exclusivamente em espaços privados – áreas de lazer de condomínios exclusivos, *shopping centers* e espaços afins); são, também, abandonados pelas administrações públicas; além disso, são também estigmatizados pela imprensa. Assim, não conseguem cumprir mais os reais propósitos de um *espaço público* (no melhor sentido, atribuído a eles pelos gregos e lembrado belamente pela filósofa alemã Hannah Arendt [1983] – em cuja obra se tocou parcial e rapidamente no primeiro capítulo). Nessa atmosfera, o controle e a vigilância constantes dos espaços públicos com de câmeras de "segurança", ou mesmo a privatização de certos espaços, tornam-se alternativas completamente aceitáveis e desejáveis pela grande maioria da "opinião pública" (geralmente bastante conservadora). Assim, são construídos

[169] O crescimento dessas práticas por parte das frações mais abastadas da sociedade, no entanto, não ocorre sem a necessidade da manutenção da exploração de outras parcelas da população (no que envolve especialmente tarefas cotidianas, como empregadas domésticas ou jardineiros, por exemplo). Muitas vezes, inclusive, morar relativamente próximo ao local de trabalho surge como uma garantia a mais para a conquista e manutenção do emprego (visto o desinteresse dos empregadores em gastar mais do que julgam necessário no transporte do/a empregado/a). Daí a ideia de que, longe de serem ou estarem "excluídos" da sociedade, esses trabalhadores e trabalhadoras estão devidamente incorporados à ela: Possuem papéis específicos, fundamentais para *esse* funcionamento *dessa* sociedade.

espaços de hipervulnerabilidade (simbólica e materialmente) (SOUZA, 2006a:487). Atualmente vê-se como tais características afetam diretamente inclusive as práticas e opções de lazer de boa parte da população de baixa renda, que são criminalizadas e, muitas vezes, impedidas de acontecer.[170]

> "Na verdade, não é necessário que haja a formação de enclaves territoriais controlados por traficantes de drogas para que se possa falar de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial como algo que prolonga, agrava e modifica o padrão anterior de segregação residencial. A multiplicação de 'condomínios exclusivos', associada à 'decadência', ao monitoramento e à 'privatização' de espaços públicos, na esteira da transformação destes em espaços de hipervulnerabilidade, constitui uma tendência em muitas cidades que, a prosseguir, irá fraturando, fragmentando a urbe – interditando acessos, formando 'ilhas' e 'arquipélagos' de segurança (os grandes complexos, como Alphaville)." (SOUZA, 2006a:488)

É diante desse quadro que o espaço urbano tem sido moldado cada vez mais como um tipo de cidade na qual a sensação de insegurança e o medo influenciam fortemente a experiência espacial. O espaço urbano torna-se cada vez mais um espaço dominado pelo medo da criminalidade violenta – o que SOUZA (2008a:37) define enquanto uma *fobópole*. Nessa esteira, a questão urbana tem sido militarizada de forma constante e crescente, seguindo o clima de "guerra civil molecular"[171] instaurado, em diferentes graus, nas grandes metrópoles brasileiras. Assim, pode-se considerar as políticas públicas de "segurança pública" como as principais responsáveis pelo clima de *insegurança generalizada* que paira sobre as metrópoles brasileiras.

Os reflexos desse contexto para os movimentos sociais são claros (e nada animadores).

---

[170] Exemplos claros têm sido as proibições e impedições de eventos de *hip-hop* e de *funk* no Rio de Janeiro nos últimos tempos. Em relação aos primeiros, pode-se ilustrar as situações ultimamente frequentes através do resgate do ocorrido em finais de 2008 no Morro da Providência, quando um evento de *hip-hop* organizado pelo Grupo de Educação Popular foi impedido de acontecer por conta de intimidações e um tiroteio iniciado pelas forças policiais (CENTRO DE MIDIA INDEPENDENTE, 2008; O GLOBO, 2008). Quanto ao *funk*, basta lembrar a criminalização e proibição de bailes no decorrer dos últimos anos por parte do governo do estado do Rio de Janeiro – acompanhado, logicamente, de forte suporte repressivo e violento da polícia militar carioca. Tais situações foram devidamente registradas e denunciadas por parte da Associação dos Profissionais e Amigos do Funk – APAFUNK (http://apafunk.blogspot.com/). Em resposta a essa situação, a associação conquistou em finais de 2009 o reconhecimento do estilo enquanto movimento cultural do estado do Rio de Janeiro junto à assembleia Legislativa (cf. G1, 2009)

[171] Esse termo foi primeiramente cunhado por Hans Magnus ENZENSBERGER (1993 apud SOUZA, 2006a; 2008a; 2009c; no prelo). Ele refere-se a situações "(...) caracterizadas por violência difusa e crescente, criminalidade violenta e conflito social (…) em contextos nos quais a repressão vai além dos limites usuais da repressão policial." (SOUZA, 2009c:29) Mescla elementos de criminalidade ordinária mais ou menos organizada; mais ou menos criminalizada; mais ou menos preventiva e repressiva por parte das forças estatais; e reações de auto-defesa das classes mais abastadas. Outros aspectos que apontam para a afinidade desse termo com a realidade enfrentada em muitas metrópoles brasileiras envolvem também os discursos conservadores policialescos, o aquecimento do "mercado de segurança" e a sofisticação das estratégias de autoproteção dos mais privilegiados (SOUZA, 2008a:32).

Em uma atmosfera pautada principalmente pelo medo do Outro (que, muitas vezes, sequer provem de contextos socioeconômicos-espaciais tão diferentes – mas que ganha tamanha abrangência que atinge inclusive os mais próximos) e na qual crescem discursos embebidos de valores (neo-)conservadores, moralistas e intolerantes, os movimentos sociais vem sendo constantemente atacados pelo Estado e pelos grandes veículos de comunicação. Quando não cedem às tentativas de cooptação por parte do aparelho estatal, de seus entusiastas[172] ou mesmo dos agentes do capital, a maioria dos movimentos sociais é vista como atos de ilegalidade – passíveis e desejáveis de serem tratados enquanto "criminosos comuns". Trata-se de uma estratégia clara de deslegitimação das demandas e mobilizações populares, por um lado. Por outro, reforça e instaura no senso comum a legitimação das ações repressivas e violentas por parte do Estado contra tais movimentos sociais.[173]

Percebe-se então que os próprios movimentos sociais urbanos passam por um momento de crise em um contexto de redução das margens de manobra para as perspectivas mais radicais de mudança social. Frente às investidas contrárias do Estado e de diversas frações do Capital, bem como do aprofundamento de uma profunda apatia política, enraizada e proliferada por diversas instituições sociais, a dificuldade de mobilização acaba se somando a uma configuração sociopolítica-espacial também nada favorável. Soma-se à isso ainda a

---

[172] É importante ressaltar aqui o papel que o chamado "tecnocratismo de esquerda" (SOUZA, 2002:163; 2006a:222) tem tido para enfraquecer e, algumas vezes, até mesmo solapar reivindicações populares. Crescente principalmente após o refluxo nas mobilizações depois da aprovação da Constituição de 1988, entende-se o "tecnocratismo de esquerda" tal qual colocado por SOUZA (2006a:222): "(...) uma superestimação de marcos legais e instrumentos e documentos técnicos, aí se destacando os planos diretores (…), especialmente no que tange ao planejamento e à gestão urbana. "(...) [É] quase como se os técnicos, se suficientemente bons e progressistas, pudessem, articulados politicamente e aliançados com políticos comprometidos com o ideário da reforma urbana, compensar a desmobilização da base social e o refluxo dos movimentos." (SOUZA, 2006a:222) Trata-se de uma postura que, para além de fortalecer a ideia do Estado enquanto instituição provedora de soluções mirabolantes e sempre válidas para os problemas sociais, muitas vezes dificulta e obstaculiza a difusão na crença da capacidade popular de elaborar suas próprias alternativas. Referenda-se, assim, uma dita "superioridade epistemológica" do conhecimento técnico-científico em relação ao conhecimento popular – já tão alvejada por críticas das mais diversas. Tal regime de verdade (FOUCAULT, 1990:12 e seg.) acaba cumprindo, dentre outros, um papel bastante claro no contexto de sociedades heterônomas no qual vive-se atualmente: estabelecer quem possui a fantasiosa "prerrogativa ontológica" da deliberação. No entanto, é necessário que fique suficientemente explícito que não se quer afirmar aqui que refletir sobre soluções para a problemática urbana prescinde dos conhecimentos técnicos. A ênfase a ser dada trata-se da importância do rompimento com a hierarquização e a dominância de tal tipo de saber sobre outros. Ainda mais importante, cabe lembrar que a utilização de qualquer técnica (e que até mesmo, no limite, as técnicas *em si*) são socialmente construídas e estão, justamente por isso, enleadas nas relações de poder que permeiam qualquer sociedade. Assim, faz-se necessária a politização dos conhecimentos técnicos – possível somente a partir do momento no qual esses são entendidos enquanto parte do rol de coisas *tematizáveis publicamente*, processo que depende obrigatoriamente da desnaturalização de sua pseudo-"superioridade" diante de outros tipos de conhecimento (sem que lhe sejam negadas suas especificidades).

[173] Cf. GRANDI, RAMOS, ALMEIDA e MOREIRA (2009), TEIXEIRA e LONGO (2009), MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2009), dentre tantos e tantos outros exemplos.

ascensão de partidos políticos até então posicionados à esquerda do cenário político-eleitoral do Brasil (notadamente o Partido dos Trabalhadores – PT, que durante as décadas de 80 e 90 desempenhou importante papel de aglutinação e, em certa medida, de articulação de lideranças populares – mas que também estabeleceu-se como pivô da difusão de um crescimento no grau de burocratização de muitas organizações políticas da dita "sociedade civil") que, depois de sua "guinada conservadora", deixaram grande parte dos movimentos sociais dividida (entre o "apoio incondicional" e a "crítica destrutiva"), desmantelada e desfalcada (seja pela cooptação de lideranças populares, seja pela decorrente descrença na luta popular por parte de indivíduos decepcionados com as posturas conservadoras de certos partidos). Uma certa "*politofobia*" (SOUZA, 2006a:294), enfim, é constatada – muitas vezes capaz de se inserir globalmente, a primeira vista, no panorama de uma "época do conformismo generalizado" (CASTORIADIS, 2004:210-1).

Em suma: A intensificação da *fragmentação do tecido sociopolítico-espacial* (com todos os seus pormenores, abrangendo a territorialização de áreas da cidade por grupos que operam no tráfico a varejo de drogas ilícitas, por um lado; a "condominiarização" e a auto-segregação das elites, por outro; e a anemia dos espaços [antes] públicos); a *militarização e "fobopolização" da questão urbana* – notadamente no que envolve as ditas "políticas de (*in*)segurança pública"; a *criminalização dos movimentos sociais*; e o próprio "*tecnocratismo de esquerda*" são aspectos cruciais para que se possa refletir a respeito das possibilidades que os movimentos sociais atuais podem ter e aproveitar no sentido de dar continuidade às reflexões e alternativas mais radicalmente democráticas e emancipatórias (que se inserem no seio do ideário de uma reforma urbana ampla, densa e profundamente crítica ao *status quo*). Vislumbrar isso é, sem dúvida, buscar pensar a respeito das possibilidades de ação dos movimentos sociais enquanto importante agente modelador do espaço urbano – frequentemente pisoteado pelos demais agentes no jogo de poderes das cidades contemporâneas.

Vale lembrar que, no contexto atual de uma certa abertura institucional à *pseudoparticipação*[174], os movimentos sociais correm (e tem sofrido as consequências de)

[174] A concepção de *pseudoparticipação* parte das elaborações de SOUZA (2002; 2006a) a respeito de graus de abertura do Estado à participação popular no planejamento e na gestão urbana. Em ordem crescente de abertura à participação: As situações de *não-participação* abrangeriam os casos de *coerção* e de *manipulação* por parte do aparelho estatal; *pseudoparticipação* compreenderiam situações de mera *informação*, *consulta* e *cooptação*; já uma *participação autêntica* se daria em situações de *parceria* entre o Estado e a sociedade civil, de *delegação de poder* do aparelho estatal à população e, no limite, de *autogestão*. "Na prática, a delegação de poder é o nível mais elevado que se pode alcançar nos marcos do binômio capitalismo + democracia representativa. Ir além disso – ou seja, implementar políticas e intervenções de modo autogestionário, sem a presença de uma instância de poder pairando acima da sociedade (Estado), a qual

riscos crescentes – que, na maioria das vezes, atentam diretamente contra sua radicalidade. Diga-se ainda, enquanto exemplo: Tal tipo de "participação" institucional é caracterizada por ser meramente *consultivo* e *informativo*. Dessa maneira, a pseudoparticipação de organizações de movimentos sociais em tais mesas de negociação tem sido muitas vezes utilizada no interior da própria retórica estatal como sendo uma "abertura" (nada qualitativa) à sociedade civil e às suas demandas. É uma retórica que se insere no atual discurso "politicamente correto" e "socialmente responsável" de todas as esferas administrativas do Estado. Oito anos após a instauração do Estatuto da Cidade (e poucos passos dados além dele), estabelece-se cada vez mais a necessidade de se reforçar a luta pela demanda e pela construção de alternativas de *deliberação* por parte dos movimentos sociais.

Como já foi pontuado em páginas anteriores, o espaço de moradia acaba tendo especial importância em muitas mobilizações populares. Isso especialmente no atual contexto de hiperprecarização[175] das classes menos (ou nada) favorecidas, que torna mais instável o papel dos espaços típicos de trabalho e produção como referência identitária e de organização política. Dessa forma, a moradia se torna importante também à atuação dos movimentos sociais no âmbito das definições acerca dos rumos (e da própria concepção) de desenvolvimento urbano.[176] Como bem lembra TEIXEIRA (2009), se antes os contrastes entre as maneiras como a terra urbana era utilizada para a produção de valor e, por outro lado, para a reprodução da força de trabalho se associava à importância do capital produtivo na dinâmica do capital,

> "[h]oje, porém, com a hegemonia do capital financeiro e a particular importância do capital imobiliário, somados à dispersão e atomização dos trabalhadores – cada vez menos articulados no pátio da fábrica –, a luta *pela* moradia e *na* moradia assumem outra relevância: potencialmente, fornecem espacialidades a partir das

decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido – pressupõe, a rigor, um macrocontexto social diferente: pressupõe uma sociedade basicamente autônoma." (SOUZA, 2002:205)

[175] Buscando enfatizar que a simples "precarização do mundo do trabalho" não se encaixa perfeitamente na situação dos países semiperiféricos, uma vez que a classe trabalhadora nunca deixou de viver em condições precárias nesses locais (e em contraste com a concepção pejorativa de "lumpemproletariado" do marxismo clássico), SOUZA (2008a) sugere as expressões "hiperprecariado" e "hiperprecarização": "A 'hiperprecarização' se refere a um processo que, na esteira de fenômenos como 'ajustes estruturais', desindustrialização e transformações no modo de regulação e no regime de acumulação (...), atira maciçamente trabalhadores pobres do setor formal no mundo geralmente muito pior da informalidade. Aquilo que já era precário, em decorrência das difíceis condições de remuneração, segurança no trabalho e conforto, torna-se, assim, precaríssimo, em razão do desamparo trabalhista e previdenciário, da maior instabilidade, da maior imprevisibilidade e de uma frequente deteriorização do modesto padrão de consumo." (SOUZA, 2008a:131)

[176] Recorde-se, aqui, as ponderações feitas a respeito da concepção de "desenvolvimento" no primeiro capítulo – mais especificamente no item 1.3.2, intitulado "Em *debate* (ou 'orientando-se ao entendimento'): *Com* Castoriadis *e* Habermas, por um desenvolvimento sócio-espacial."

> quais organizar a dispersa classe, além de desafiarem a acumulação capitalista em um de seus pontos nodais." (TEIXEIRA, 2009:155)

Isso passa, logicamente, por uma quebra do monopólio estatal e empresarial em relação ao planejamento e à gestão urbana. Nesse sentido, criticar, romper e, se possível, minar tal concepção tecnocrática e "estadocêntrica" de planejamento remete diretamente à necessidade de se conceber os movimentos sociais enquanto agentes completamente capazes de planejar e gerir o espaço.[177] É assim que o movimento dos sem-teto se insere de maneira particular nessa conjuntura, compondo atualmente um claro referencial de mobilização e de reivindicações populares em relação ao espaço urbano – como veremos na subseção seguinte.

1.2 Do dito, feito e almejado: Linhas gerais das estratégias e reivindicações do movimento dos sem-teto

Como já dito em várias passagens do Capítulo 1, a falsa dicotomia entre agentes e estrutura geralmente facilitou olhares que superestimavam a última em detrimento do reconhecimento da importância dos primeiros. Em contrapartida, negar a importância de fatores de abrangência mais geral a respeito, por exemplo, do modelo civilizatório no qual vive-se seria quase uma infantilidade (teórica e política). Se a busca está justamente na tentativa de contribuir para a elucidação do social-histórico (CASTORIADIS, 1982), ambas as dimensões são fundamentais. No entanto, como é necessário que se comece por algum ponto, e tendo em vista o recorte desta pesquisa, serão os agentes os principais enfocados aqui.

É muito importante, antes de dar continuidade, ressaltar que se reconhece o risco de certas formulações que se arriscará fazer nas próximas páginas. Muitas das questões levantadas são bastante polêmicas no interior do movimento dos sem-teto. Até porque trata-se de uma ação social que se desenrola no cotidiano, estando sujeita a todas as suas idas e vindas, críticas, mudanças e leituras. Não se trata, em hipótese alguma, de querer adotar qualquer postura prepotente, no estilo "dono da verdade"; mas sim de uma busca por sistematizar alguns aspectos e algumas questões já observadas no decorrer da convivência e colaboração com o movimento dos sem-teto.

[177] Tal crítica ao tecnocratismo (seja ele conservador ou "de esquerda") e ao monopólio do planejamento e da gestão urbana é extensamente elaborada e desdobrada nas obras de SOUZA (2000b; 2002; 2006a; 2006b; 2008b; no prelo).

Antes de mais nada, portanto, cabe perguntar-se, afinal de contas, quem são tais indivíduos – os "sem-teto", entendidos cada vez mais como um novo sujeito político/coletivo[178] em formação (TEIXEIRA, 2009:143; OLIVEIRA, 2009:83). Essa questão precisa ser necessariamente remetida às reflexões a respeito da identidade desse "sujeito coletivo" – o que é, logicamente, um ponto cheio de nuances e dissensos (e que, apesar de merecer ser lembrado, não conforma o objetivo desta pesquisa).

TEIXEIRA (2009) e SOUZA e TEIXEIRA (2009) destacam que, para alguns integrantes do movimento, a dimensão social que mais identifica os sem-teto não é propriamente o trabalho ou os espaços especificamente vinculados à esfera da produção (como sugerem autoras como LIMA [2004], CASSAB [2004] e BLOCH [2007]), mas sim a própria condição e os espaços de moradia. Isso não impede que se entenda, conforme também o é pelos dois autores recém-citados, que grande parcela dos sem-teto é formada por sujeitos inseridos na parcela hiperprecarizada da população urbana – definição que, obviamente, não se restringe às condições de *trabalho*. De qualquer maneira, trata-se claramente de uma identidade ainda em construção, como bem ressaltou TEIXEIRA (2009:151), e que leva em conta na prática diversos aspectos das relações sociais (e até mitológicas![179]) das quais seus integrantes fazem parte. Isso ocorre não só pelas diferentes concepções internas a respeito de quem é considerado parte do movimento[180], mas também pela própria heterogeneidade de indivíduos que o compõe. Logicamente que cada ocupação possui sua própria mistura de pessoas e histórias, mas uma passagem bastante ilustrativa sobre essa heterogeneidade é dada

[178] Marilena CHAUÍ (1988:10-3), no prefácio ao livro de Eder SADER (1988) relembra os motivos pelos quais os movimentos sociais da década de 1970-80 foram considerados pelo autor como *novos sujeitos sociais*. Ela destaca que esses *sujeitos coletivos, criados pelos próprios movimentos, eram descentralizados*. Sem ter um vetor que os organizava de maneira universalizante (como outrora agia a Igreja católica ou grupos de esquerda marxista clássica e sindicatos marcados pelo aparelhamento estatal), os diversos centros de referência desses sujeitos eram *desfeitos e refeitos a partir de novos discursos e novas práticas* que enfatizavam a *autonomia* (cumpre lembrar: não propriamente no sentido proposto no projeto de autonomia castoriadiano, como já foi destacado aqui na nota de rodapé número 160) e a valorização de novos espaços das ações coletivas (principalmente o espaço-tempo cotidiano). Acredita-se que tais características também podem ser encontradas na emergência do movimento dos sem-teto, guardadas obviamente as ressalvas necessárias diante das diferenças de foco e de constituição sócio-espacial entre os movimentos daquelas décadas e os atuais. Além do mais, as conjunturas políticas nos quais se inserem são bastante diferentes, não podendo ser deixadas de lado a influência que decorre disso.

[179] É justamente OLIVEIRA (2009:83 e seg.) quem nos traz reflexões interessantíssimas a respeito da importância que as representações alimentadas pela mitologia étnico-racialmente referenciada têm enquanto instrumento de compreensão e explicação do mundo e das relações sociais experimentadas. "Afinal, o referencial étnico-racial deste movimentos sociais se constrói em uma conexão maior com a mitologia do que com a história. Mitos estes que encantam as palavras de estímulo e encorajamento para empoderamento de grupos socialmente vulneráveis diante dos aparatos repressivos institucionais com os quais se enfrentam ao realizar a tentativa de consolidação do direito fundamental à moradia a partir da ação de ocupação." (OLIVEIRA, 2009:85)

[180] Note-se as opiniões de integrantes de diversas organizações do movimento dos sem-teto levantadas por TEIXEIRA (2009) e SOUZA e TEIXEIRA (2009).

por OLIVEIRA (2009). Em suas palavras, compunham a Ocupação Chiquinha Gonzaga – no Centro do Rio de Janeiro – sujeitos

> "(...) em situação de vulnerabilidade habitacional, basicamente por serem familiares de pessoas vítimas da violência policial ou moradores de favelas cuja prole sofria aliciamento ostensivo do tráfico; ou por serem egressos de ocupações despejadas em meados da década de 1990 e que, no período da eleição de Lula, estavam residindo em local precário, não raro com alto risco de vida; ou por serem parte de uma juventude em contexto sócio-econômico de recrudescimento da informalização e precarização do trabalho (…); ou moradores de rua (…)." (OLIVEIRA, 2009:81)

Sendo assim, como bem destaca TEIXEIRA (2009), não é tarefa fácil definir "objetivamente" a abrangência dessa identidade.

> "Os sem-teto seriam os desabrigados, como podem pensar muitos? Para a entrevistada do primeiro depoimento, a fração do movimento da qual ela faz parte teria uma 'visão nova dos sem-teto'. Para ela, assim como para vários outros entrevistados, os sem-teto seriam todos aqueles cuja despesa com a moradia torna impraticável a habitação em absoluto ou, ainda, torna bastante precária a moradia que se consegue. Esta definição abarcaria, portanto, os moradores de rua, mas também aqueles que 'moram de favor', que habitam em cortiços ou alugam quartos, além de todos aqueles que 'vivem do aluguel', significando essa despesa a privação de uma 'estrutura melhor de vida". (TEIXEIRA, 2009:149)

SOUZA e TEIXEIRA (2009:41-2) destacam que suas pesquisas têm encontrado tanto concepções mais abrangentes a respeito de quem seriam os "sem-teto" (dizendo serem eles aqueles que não moram em "condições dignas", esteja ele organizado ou não) quanto aquelas mais restritivas (entendendo o sem-teto enquanto participante de um movimento social). Essa preocupação também surge implícita na colocação de TEIXEIRA (2009:151), ao afirmar que "(...) uma coisa é se propagar que os sem-teto são x, y ou z; outra coisa bem diferente são as chances de x, y ou z 'comprarem' essa ideia, assimilarem o discurso." (TEIXEIRA, 2009:151)

As reivindicações que unem as diversas organizações nesse mesmo movimento social são variadas também. Algumas, apesar de concordantes, muitas vezes são enfatizadas de maneira diferente pelas organizações. No entanto, pontos em comum são sempre encontrados – apesar de serem geralmente suficientemente genéricos para darem margem a desentendimentos e desencontros entre as organizações.

O principal mote do movimento é, obviamente, a moradia. É essa a luta que mais unifica os integrantes das organizações, sejam eles participantes de campos políticos ou das

mais variadas arenas que compõem o movimento. No entanto, tal mote é entendido e significado das mais variadas maneiras pelos indivíduos. Tais diferenças precisam ser mais bem estudadas para que qualquer tipo de inferência mais generalizante possa ser tomada. Ocorre que, especialmente com durante a colaboração com tal movimento social, é possível perceber que existem distintas percepções a respeito da importância da luta por moradia entre moradores e moradoras das ocupações. Percepções que vão da "simples" conquista de um teto com condições minimamente dignas de habitabilidade, até a ampla inserção dessa luta no contexto de projetos políticos que visam a transformação (mais ou menos radical) da sociedade atual. Mas, à essa altura, cabe lembrar do que SADER (1988:141) enfatiza a respeito do cotidiano: este não deve ser idealizado como espaço-tempo da resistência pura, mas tampouco como de mero conformismo. Deve ser visto, na sua opinião, em sua ambiguidade – de "conformismo e resistência".

No que diz respeito diretamente às diferentes organizações do movimento, seus discursos apresentam pontos bastante consensuais – tal como também as falas dos participantes dos respectivos campos políticos dessas organizações. Na maioria das vezes, os dissensos encontram solo mais fértil quando os assuntos tratados passam a ser as *maneiras como* dar andamento à luta e, no fundo, os próprios *fundamentos político-filosóficos* que animam tais organizações. Os aspectos da luta por moradia que são compartilhados vão além, portanto, da busca por se fazer cumprir o garantido na Constituição Federal. O direito à moradia digna é geralmente inserido no contexto da luta pelo "direito à cidade" (SOUZA, 2002, 2006a; MAMARI, 2008; BLOCH, 2007; TEIXEIRA, 2009; OLIVEIRA, 2009; ALMEIDA, 2009; MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA, 2009), discussão que remete diretamente às reflexões que tornaram-se mais difundidas a partir do ideário da reforma urbana, já tocado rapidamente páginas atrás. Elas são, por sua vez, muito inspiradas nos pensamentos levantados inclusive por intelectuais de esquerda já bastante conhecidos, como LEFEBVRE (1991, 2001).

As demandas passam necessariamente pela exigência da *garantia de moradia digna* (mas não se restringem); o acesso à cidade, aos bens e serviços nela encontrados (e disponíveis a poucos) também temperam tal movimento.

> "A moradia é uma porta pra você obter outros direitos, né. Que é aquela história que a gente sempre fala: você, que não tem um endereço, você não pode matricular seu filho na escola, você não pode ser atendido num posto de saúde, você não pode fazer um vestibular... Você é excluído de vários outros direitos porque você não

> tem a moradia. Então, a partir do momento que você obtém a moradia, você já começa a ser inserido. E a ideia é essa mesmo." (informação verbal)[181]

Em muitos momentos, as organizações ampliam ainda mais o leque de reflexões, exigindo, tensionando e agindo em prol da conquista do direito e das condições para se definir inclusive à *qual cidade* se quer ter acesso. Essa reivindicação compreende tanto posições que pressionam por maior participação nas decisões, quanto as que exigem que o movimento possa efetivamente *deliberar* a esse respeito. É nessa esteira de questionamento ao modelo de cidade que se almeja que são problematizadas inclusive as concepções de "dignidade" das moradias defendida por muitos tecnocratas de esquerda, fazendo suas reivindicações transbordarem ainda mais a esfera da "pura" habitação. Certos integrantes do movimento passam a enfatizar a importância de se vincular a luta por moradia digna também às próprias condições de vida às quais as pessoas estão submetidas. Fariam parte da mesma luta, assim, o acesso à uma *saúde* e à *educação* também "dignas", efetivamente públicas e com qualidade; o acesso às condições e alternativas de *geração de renda*; as verdadeiras e efetivas condições sócio-espaciais de ter acesso à uma *alimentação* também "digna"; a possibilidade de usufruto de equipamentos urbanos de *transporte*, *cultura* e *lazer* – bem como de também desenvolver e cultivar seus próprios tipos de manifestações culturais e religiosas.

SOUZA e RODRIGUES (2004), remetendo-se à uma característica que pode ser extrapolada para outras organizações do movimento (apesar de não todas), enfatizam, por exemplo, a concepção do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) de que "[n]ão basta pedir moradias, é preciso lutar contra toda uma série de processos que reproduzem as desigualdades sociais nas cidades, pois, além da luta pela moradia, é preciso lutar também por infraestrutura, por emprego, por saúde, por educação..." (SOUZA e RODRIGUES, 2004:98) Existem trabalhos ainda que apontam para o caráter de questionamento do próprio estatuto da propriedade privada por parte do movimento (LIMA, 2004:200) – ainda que, cabe ressaltar, não seja essa uma agenda muito difundida entre todos os participantes do movimento.

Essa densa agenda do movimento, diante da inoperância ontológica do Estado no que envolve essas demandas (não só a da moradia – cuja prova mais cabal é o crescente déficit habitacional brasileiro – mas também essas outras necessidades que alvo de lutas e movimentos sociais próprios e também bastante densos), colabora e estabelece com ainda maior clareza a necessidade que leva o movimento dos sem-teto a buscar construir alternativas próprias.

[181] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

Se falar sobre a identidade dos sem-teto não parece uma tarefa na qual consensos sejam facilmente encontrados (e sendo mesmo as reivindicações e demandas desse movimento de difícil sintetização), refletir sobre suas formas de ação no espaço urbano é uma tarefa a princípio menos propícia ao desentendimento. O movimento dos sem-teto apresenta, de maneira geral, duas principais formas de atuação (que variam em intensidade e frequência dependendo das diferentes organizações que compõem o movimento): a *ação direta no espaço urbano* e a *pressão institucional*. Não são necessariamente práticas realizadas separadamente, muitas vezes sendo articuladas de acordo com o contexto, a situação e os objetivos da ação e da organização que a protagoniza. Um tipo de exemplo é dado quando são realizadas as chamadas "ocupações políticas".[182]

No entanto, a tática espacial de ação que mais caracteriza o movimento é nitidamente a *ação direta*. "As ocupações são a principal forma de luta do movimento, pois é por meio delas que os militantes se colocam como sujeitos ativos na arena política, forçando com isso o início das negociações." (SOUZA e RODRIGUES, 2004:99) Suas práticas espaciais insurgentes (SOUZA, no prelo)[183] são bastante densas e variadas. Em primeiro lugar, e no que envolve principalmente as relações de poder existentes, é a *territorialização de espaços da cidade* operada pelo movimento (em alguns casos chamada de "ocupação", em outros de "acampamentos",[184] mas que em todos os casos ocorrem em imóveis que, na compreensão dos integrantes e das organizações do movimento, não cumprem a "função social" da propriedade exigida no artigo nº 182 da Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade, estando completamente ociosos há anos) que reconfigura o espaço e estabelece um novo domínio político sobre o território em questão. E ela não só se dá *em sentido estrito,*[185] mas também a partir de ações que se valem de símbolos provocativos e quebram regras espaciais impostas pelo Estado ou questionam direitos e prerrogativas legais de proprietários privados – ou seja:

[182] Trata-se de uma terminologia bastante utilizada no interior do movimento, como demonstraram tanto TEIXEIRA (2009) quanto SOUZA e TEIXEIRA (2009). Dizem respeito a ocupações que não visam territorializar um imóvel com um objetivo de médio/longo prazo de transformá-lo em espaço de moradia, mas sim com finalidades temporárias (geralmente em imóveis ociosos ou em instituições públicas) que podem visar tanto chamar à atenção de setores da sociedade (e, assim, forçar a abertura de canais de diálogo com o poder público) quanto dar visibilidade às demandas do movimento e buscar sensibilizar e aproximar possíveis apoiadores. Ao mesmo tempo, é bom (apesar de talvez dispensável) destacar que na concepção aqui defendida, logicamente *toda ocupação do movimento tem um caráter eminentemente político*, seja ela declaradamente temporária ou não.

[183] Todas as práticas espaciais insurgentes das quais se fala neste e nos próximos parágrafos, destacadas em itálico, têm como referência o texto de SOUZA (no prelo:15).

[184] Como também destacado SOUZA e TEIXEIRA (2009:47 e seg.), os acampamentos são geralmente vinculados a ocupações que ocorrem em terrenos da franja periurbana – estratégia espacial largamente utilizada por organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

[185] Entendida enquanto "(...) 'apropriação' e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física (*squatted buildings, piquetes*, etc.)." (SOUZA, no prelo:15)

uma territorialização *em sentido amplo*. Algumas vezes, dependendo principalmente do grau de articulação do grupo ou organização que protagoniza a territorialização, tal prática espacial insurgente é também acompanhada da *construção de redes espaciais* (SOUZA, no prelo) que, estabelecendo-se em múltiplas escalas, colabora para a constituição de redes de solidariedade e apoio mútuo (político e material) entre experiências de resistência.[186] O que é fundamental ressaltar é que, diferentemente do alardeado pela mídia e adotado acriticamente pelo senso-comum, as ocupações não são "ações espontâneas ou desorganizadas". Pelo contrário, são também fruto de amplos processos de organização, embebidos em discussões densas sobre o caráter político da ação e sobre a importância da efetiva busca pela construção de novos sujeitos sociais e de uma nova sociabilidade.

É quanto à materialidade também que outras práticas espaciais notadamente insurgentes operadas pelo movimento dos sem-teto se referem. Por um lado, a *refuncionalização e a reestruturação espacial* são processos efetivamente realizados, adaptando a dimensão material do espaço ocupado às novas funções e necessidades estabelecidas (no caso, principalmente buscando garantir as condições materiais necessárias à moradia, mas também à concretização de espaços voltados a iniciativas de geração e produção de renda, de educação popular e atividades político-cultuais);[187] Por outro, as próprias tentativas de *construção de circuitos econômicos alternativos* buscam difundir a possibilidade de criação de alternativas ao mercado e às relações de produção capitalistas, especialmente vinculadas às atividades de geração de renda, à produção, à comercialização e ao consumo.

Importante lembrar também que aspectos como o simbolismo, a cultura e o discurso também são tratados a partir de ao menos uma prática espacial insurgente específica: a *ressignificação de "lugares"*. É nesse sentido, por exemplo, que os espaços e os momentos de confraternização e interação informal dos territórios ocupados pelo movimento dos sem-teto são cruciais para sua prática político-espacial – como se verá mais detidamente no decorrer das próximas seções e no capítulo seguinte.

Essas dimensões remetem à uma discussão já bastante conhecida nos círculos interessados e engajados em perspectivas que vislumbrem mudanças sociais emancipatórias. A busca por tal mudança passa reconhecidamente não só pelas diversas formas de relações que são estabelecidas entre sujeitos (e entre cada sujeito e sua existência no mundo), mas também pela garantia de sobrevivência material e concreta (seja na esfera da produção, seja

[186] SOUZA (no prelo, 15-6) também recorda que tal prática espacial pode ser potencializada por meio de uma política de escalas – entendida conforme destacado na seção 2 do Capítulo I desta dissertação.

[187] Tais características serão melhor ilustradas na subseção 2.3 deste segundo capítulo.

na do consumo ou na da reprodução social – ainda que, cada vez mais, tais esferas aparentem ter seus limites bastante difusos e tênues). Buscar encontrar a união entre essas perspectivas é fundamental para que não se incorra em equívocos já cometidos por movimentos sociais importantes no passado. O risco do esvaziamento dos quadros do movimento social é facilmente exemplificado pelo desenrolar do apego inquebrável à dimensão material-concreta e econômica da sociedade (vide os atuais rumos e graus de radicalidade do movimento operário, outrora o mais proeminente do mundo). Ao mesmo tempo, a total negação de qualquer nível de importância para essa dimensão muitas vezes não limita só as conquistas de um movimento (por conta de muitas vezes desprezar uma dimensão fundamental para se elaborar um horizonte de ação política). Também muitas outras vezes corre o risco de restringir a adesão ao movimento social (por conta de distinções impostas e reforçadas por diferenças de base material-concreta) refletidas, por exemplo, em diferenças de tempo disponível às atividades, de possibilidade de acesso a conhecimentos, ferramentas, bens e serviços, etc.). Além disso, pode terminar inclusive por tornar parcelas do movimento arriscadamente suscetíveis aos apelos do chamado "capitalismo criminal-informal" (SOUZA, 2009c).

Notadamente, a reflexão a respeito de um "território-lugar insurgente" basicamente comprometido com princípios autônomos pode contribuir para a tentativa de mesclar ambas as perspectivas. Isso especialmente quando tal recorte espacial não só serve de referencial e componente de uma busca por diferentes relações de poder internas (relações fortemente "horizontalizadas" de poder), mas também se fundam a partir de uma necessidade material-concreta específica. Mas o próprio movimento dos sem-teto, diga-se de passagem, tem encontrado dificuldades para aliar consistentemente a luta por moradia à luta pelo trabalho (incluindo aí até mesmo a criação de alternativas de geração de renda) (MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA, 2009:17).

De volta às táticas espaciais do movimento em tela, é também importante lembrar que suas ações se dispõem de maneira particular pelo espaço urbano. Algumas considerações preliminares a esse respeito foram escritas já em MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009). Partindo das considerações de HARVEY (2008) a respeito da importância que a produção do espaço urbano tem para o ciclo de reinvestimento do excedente do capital no atual modelo civilizatório (especialmente em tempos de crises econômicas que afetam principalmente o investimento no capital financeiro), o trabalho busca refletir sobre a relação entre dois

aspectos da espacialidade desses reinvestimentos[188] e a espacialidade de duas organizações do movimento dos sem-teto: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), da metrópole de São Paulo; e as ocupações que surgiram com o apoio da Frente de Luta Popular (FLP), no Rio de Janeiro. O padrão espacial referente á localização das ações dessas duas organizações no espaço urbano se diferencia claramente: enquanto a primeira tem como objetivo agir em terrenos situados na franja periurbana (tensionando pela regularização fundiária dos sem-teto e pelo provimento da infraestrutura necessária para que se garantam condições dignas de moradia)[189], as ocupações que foram ligadas à organização carioca privilegiavam (até sua dissolução em finais de 2008) a ocupação de imóveis ociosos na própria área de obsolescência do CDB da cidade.[190] Enfrentam, assim, diretamente duas frentes de avanço do capital sobre o espaço urbano – particularmente representado pela especulação promovida pelo capital imobiliário. Ainda que não estando articuladas entre si (inclusive por conta de profundas diferenças a respeito do arcabouço político-filosófico que anima cada uma das organizações, a paulista bastante inspirada pelas reflexões marxistas-leninistas, enquanto que a carioca partindo de ideais mais próximos ao pensamento libertário),[191] cooperam em fronteiras

[188] Esses aspectos podem ser entendidos como ocorrendo ao menos em duas "fronteiras": a *fronteira externa*, que compreende as áreas dos terrenos localizados na franja periurbana, zona da típica expansão urbana e explorada pelos proprietários fundiários e promotores imobiliários através, dentre outras maneiras, da chamada "urbanização em saltos" (já pontuada na nota de rodapé número 151); e a *fronteira interna*, que diz respeito aos reinvestimentos nas áreas de obsolescência da cidade (principalmente as áreas periféricas ou do próprio CBD – "Central Business District") que, por conta de processos sócio-espaciais de outros períodos, são mantidas ociosas em caráter especulativo, como reservas de valor, e posteriormente são revalorizadas através especialmente de investimentos e incentivos públicos e de processos de gentrificação. Cf. MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009).

[189] Vale citar a fala de uma das pessoas entrevistadas por TEIXEIRA (2009:148), pertencente à Coordenação Estadual do MTST de São Paulo. Em meio à justificativa do por quê a organização não tem na população de rua um grupo sobre o qual se dedica para fazer trabalhos de base, o segundo motivo levantado foi: "(...) porque essa população se concentra no Centro da cidade de São Paulo, e a gente trabalha na periferia (...)". O estudo de LIMA (2004) também demonstra tal aspecto da espacialidade dessa organização. A autora destaca que "[s]egundo Jota [uma das lideranças do MTST entrevistadas pela pesquisadora], entre as diferenças entre o MTST e os outros movimentos de luta por moradia, destaca-se a não ocupação de prédios públicos, porque a materialização do seu projeto requer espaços horizontais, onde as pessoas possam pisar na terra, plantar uma horta e estabelecer relações de vizinhança, propiciadas, também, pela forma de organização do espaço físico." (LIMA, 2004:213) Essa característica marcante dessa organização é lembrada também por SOUZA (2006a, 2009c) e SOUZA e TEIXEIRA (2009). ALMEIDA (2009) também lembra que no Rio de Janeiro uma organização do movimento dos sem-teto que também utiliza essa mesma tática espacial (apesar de não se restringir à ela) é a Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST). Trata-se, diga-se de passagem, de uma tática bastante inspirada nas ações do movimento dos sem-terra, como também destacado já por SOUZA (2006a), ALMEIDA (2009) e MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009).

[190] A pesquisa de BLOCH (2007) versa, por sua vez, principalmente a respeito de uma outra organização específica do movimento dos sem-teto de São Paulo que atua especialmente no Centro da cidade – o Movimento de Moradia do Centro (MMC).

[191] Logicamente, essas colocações refletem a *predominância* político-filosófica no interior das organizações. Não se quer abafar aqui nenhum tipo de opinião diversa que possa/pudesse eventualmente existir no seio dessas organizações. Tampouco se quer estabelecer qualquer tipo de rotulação inconsequente. Compreende-se que o referencial político-filosófico de certas organizações também se assemelha a um "campo de forças" sujeito, logicamente, a disputas e mudanças internas.

distintas no enfrentamento à produção capitalista do espaço urbano.[192]

> "Enquanto as diversas organizações dos sem-teto do Rio de Janeiro e de São Paulo demonstram certa preferência por uma ou por outra tática, estas são utilizadas, conjuntamente, com o intuito de aumentar a pressão exercida pelo movimento contra a especulação do capital imobiliário, além de construir uma ampla agenda de luta social que não se restringe à luta contra a especulação e por moradia, mas que se insere em toda uma série de reivindicações dos pobres urbanos pelo direito à cidade. Portanto, não há tática melhor ou pior entre as duas aqui mencionadas, trata-se de táticas diferenciadas (com suas respectivas vantagens e desvantagens, possibilidades e limitações), mas que podem atuar combinadamente como partes de uma mesma estratégia." (MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA, 2009:20-1)

É no confronto com esta cidade majoritariamente tomada pelos interesses especulativos que outras práticas espaciais dessas ocupações se inserem também. E, nesse sentido, a importância da ampliação da escala espacial de ação do movimento se destaca. Por mais que as dificuldades cotidianas de manutenção e resistência das ocupações sejam cansativas, a articulação desses territórios insurgentes com o restante da cidade (principalmente com a população em situação similar de precarização de suas vidas) também figura na lista de preocupações do movimento. Em maior ou menor grau, as ocupações e assentamentos de sem-teto buscam estabelecer relações próximas com a população do entorno dos seus territórios. As atividades que articulam esses espaços do movimento social com as pessoas que convivem em seus arredores dependem, é lógico, de fatores diversos e complexos. Mas pode-se perceber que tais relações de proximidade, quando estabelecidas com um mínimo sucesso, trazem consigo o potencial inclusive de agirem no sentido de colaborar com aspectos diretamente vinculados à qualidade de vida de todos (dessas populações do entorno e dos próprios ocupantes). Vale lembrar alguns exemplos: a Ocupação Quilombo das Guerreiras, localizada na área central do Rio de Janeiro (próxima à Rodoviária Novo Rio), tem à sua frente uma via que é também bastante utilizada por pedestres (além dos próprios automóveis). Nesse caminho, segundo relato de moradores e moradoras da própria ocupação, a quantidade de assaltos era bastante alta. Após a ocupação, muitos são os relatos de assaltos evitados. Isso se dá principalmente a partir de uma prática espacial vital para a

[192] Para além disso, e apesar de não congregar as organizações enfocadas no trabalho, é importante lembrar que, conforme lembrado em MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009:21), "[e]m São Paulo as duas táticas estão, inclusive, sendo utilizadas de forma simultânea, como no caso das ocupações da FLM (Frente de Luta Pela Moradia). Esta frente congrega inclusive o MSTC (Movimento dos Sem Teto do Centro) e o MMRC (Movimento de Moradia da Região do Centro) e promoveu, no dia 12 de abril de 2009, ocupações em três terrenos na periferia e três prédios no centro da cidade." Esse tipo de simultaneidade tem o potencial de ampliar o alcance das ações do movimento – especialmente no que diz respeito às possibilidades de pressão e negociação frente ao poder público.

segurança da ocupação: a portaria. Com moradores e moradoras revezando seu posto na entrada da ocupação, várias vezes já intimidaram os autores de assaltos – trazendo novas perspectivas de segurança ao entorno da ocupação. Atualmente, portanto, os casos de violência desse tipo na rua da ocupação têm diminuído significativamente.[193]

Além disso, também moradores e moradoras da Ocupação Chiquinha Gonzaga (localizada próxima à Central do Brasil, no Centro do Rio de Janeiro) têm demonstrado preocupação com o assunto:

> "E a ideia é essa mesmo. Inclusive, tendo possibilidade, a gente pretende, tem a ideia ao menos, de estender os cursos oferecidos aqui pro entorno. Não ficar só com a gente. Não ficar só com a gente. Oferecer e tentar incluir mesmo a comunidade. Que isso, pra gente, é legal né, porque você possibilita uma troca mesmo, das pessoas que moram aqui e precisam e, ao mesmo tempo, essas pessoas já conhecem o trabalho, o movimento. E são possíveis apoiadores. E entender mesmo, né, que pra gente é importante isso. Então é uma troca interessante." (informação verbal)[194]

Em São Paulo, o MTST traz também exemplos de tentativas de uma maior aproximação de suas ocupações com as comunidades que as rodeiam e que com elas interagem. Essas interações têm tentado tanto articular manifestações culturais quanto aproximar experiências políticas organizativas: São as "Brigadas de Guerrilha Cultural", por um lado, e "Associação de Comunidades Periferia Ativa", por outro. (SOUZA, 2009a)

Essa preocupação compartilhada demonstra mais um ponto em comum entre diferentes organizações desse movimento (no caso, a FLP carioca e o MTST paulistano). E citar essas duas organizações traz também a necessidade de se enfatizar que no interior do movimento dos sem-teto existem diversas perspectivas político-filosóficas, que não raro resultam em organizações com estruturas organizativas e espacialidades bastante específicas. Assim, é mais do que necessário reafirmar a heterogeneidade interna deste movimento social. A respeito da Frente de Luta Popular (FLP), do Rio de Janeiro, será falado um pouco mais na próxima seção deste capítulo. Cabe aqui ressaltar que sua "horizontalidade" (uma de suas características mais marcantes vinculada às relações de poder que se estabeleciam formalmente em seu interior, entre seus integrantes, buscando estabelecer – ao menos formal e discursivamente – a igual possibilidade de participação nas decisões e nas ações da

[193] Informações obtidas através de entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, realizada em 04/12/08.

[194] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

Frente)[195] suscita estilos de gestão territorial específicos das ocupações que foram apoiadas por ela – principalmente ao ser comparada com a hierarquização das relações internas de poder[196] encontrada em outras organizações do movimento, como no próprio MTST. Tais diferenças já foram lembradas por SOUZA (2006a, 2008c, no prelo), TEIXEIRA e GRANDI (2008), ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA(2009), TEIXEIRA (2009), GRANDI e TEIXEIRA (2009) e MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009). Dizem respeito, por exemplo, ao léxico espacial construído e reforçado pelas organizações no interior das ocupações; à dinâmica sócio-espacial que envolve as deliberações feitas pelos grupos; ao planejamento e à gestão dos recursos materiais-concretos; à uma organização espacial interna própria (com espaços especificamente pensados para a realização das discussões e a tomada das respectivas deliberações coletivas ou a predominância de espaços de uso privado em detrimento de espaços coletivos comuns); ou até mesmo à discussão a respeito da inserção das ocupações no contexto do espaço urbano contemporâneo (dentre outros aspectos).

A organização política e social dessas organizações, em conjunto com toda sorte de elementos culturais que nelas se misturam, termina por manifestar-se e ser influenciado em maior ou menor grau por uma espacialidade específica. Por sua vez, tal dimensão espacial nos apresenta elementos característicos de cada grupo em questão. No entanto, essas características são necessariamente influenciadas por interações que podem se estabelecer de diversas formas. Alguns aspectos espaciais podem denotar processos inclusive impositivos e coercitivos – sejam tais processos de origem externa (vindas de organizações que buscam "dar a linha" aos indivíduos "da base" do movimento, instituindo, enquanto mero exemplo, espaços para fins que desinteressam à maioria dos moradores) ou mesmo interna (proveniente, por exemplo, de verticalizações nas relações de poder entre os integrantes que, seguindo o exemplo, podem instaurar "fronteiras" mais ou menos rígidas entre os espaços das discussões coletivas e os das deliberações a serem feitas – criando espaços onde são tomadas as decisões e aos quais somente indivíduos específicos têm acesso).

No centro do Rio de Janeiro são encontrados alguns exemplos de ocupações ligadas ao movimento dos sem-teto que de organizam de uma maneira distinta, buscando fugir de certos

[195] Tal concepção de "relações horizontais de poder" já foi exposta ao final do item 1.1.3 do Capítulo I desta dissertação.

[196] LIMA (2004) e CASSAB (2004) são autoras que deixam clara tal característica vinculada ao MTST, uma vez que realizaram pesquisas especificamente a respeito dessa organização. No entanto, os mesmos traços são encontrados nas organizações enfocadas por BLOCH (2007), que atuam no centro da cidade de São Paulo. LIMA (2004:190) esclarece, por exemplo como a forma de organização política interna do MTST possui reconhecidos elementos de centralização e verticalização – como a hierarquia entre coordenações de escalas estadual, regional e "de rua" e a restrição de certas discussões e deliberações a níveis específicos dessa hierarquia.

aspectos de coerção, hierarquia e autoritarismo encontrados em outras organizações do movimento. Aparentando possuir uma estrutura interna de poder formal mais "horizontalizada", as ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras possuem a peculiaridade de terem como principal instância deliberativa uma instituição chamada pelos moradores de "Coletivo".[197] É sobre elas que a próxima seção versa, buscando contextualizar a Ocupação Chiquinha Gonzaga e a fração do movimento dos sem-teto da qual ela se insere.

[197] A grafia escolhida aqui para o termo, com a inicial maiúscula, busca distinguir a instância formal de deliberação dessas ocupações (ou seja: através da qual se manifesta principalmente o poder explícito de sua coletividade) de outros significados do termo possivelmente utilizados. Trata-se praticamente de um "nome próprio", uma referência muito forte nessas ocupações que merece ser destacada – inclusive dessa forma.

2 UMA FRAÇÃO ESPECÍFICA: OCUPAÇÕES E COLETIVOS

O movimento dos sem-teto da cidade do Rio de Janeiro é composto por diversas organizações. Por sua vez, a quantidade de ocupações que são vinculadas a alguma organização ou que têm algum projeto político mais identificável também não é desprezível no Centro da capital fluminense. Cabem ser lembradas, por exemplo, a Ocupação Carlos Marighella e Nelson Mandela (ambas de 2007, inicialmente com apoio de integrantes do MTST – sendo que a última sofreu o despejo já em 2008), e a Ocupação Manoel Congo (também de 2007, organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM) (TEIXEIRA, 2009; OLIVEIRA, 2009). Outras também recebem o apoio de outras organizações, como a Frente Internacionalista dos Sem-Teto – FIST (como o exemplo da Ocupação Alípio de Freitas e José Oiticica, dentre outras).

No entanto, em meio a todas essas experiências recentes do movimento dos sem-teto no Centro da cidade, desde 2004 uma certa fração do movimento dos sem-teto carioca vem se diferenciando. Formam parte dela principalmente três ocupações, que merecem destaque nesta pesquisa e já foram, por isso, anunciadas anteriormente (a Ocupação Chiquinha Gonzaga, Ocupação Zumbi dos Palmares e Ocupação Quilombo das Guerreiras). Como já foi dito em linhas passadas, trata-se de ocupações cuja estrutura deliberativa interna busca radicalizar a tentativa de construção de relações internas de poder mais "horizontalizadas". Por essa busca poder apontar para processos internos de negociação diferentes, como já foi levantado no primeiro capítulo da pesquisa, o foco aqui será dado justamente a essas ocupações (e, de forma mais detida, em uma delas – como já se declarou anteriormente também).

Nesta seção, portanto, o objetivo será explicitar alguns traços característicos das ocupações vinculadas à essa fração específica do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro. Para isso, vai-se primeiramente destacar alguns aspectos sobre a localização dessas ocupações no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro e algumas de suas reivindicações particulares. Em seguida, algumas referências históricas e espaciais das três ocupações serão lembradas, buscando lembrar (não de forma exaustiva, lógico) momentos próprios e comuns de suas histórias. Por fim, serão pontuadas algumas características compartilhadas por essas ocupações no que envolve alguns aspectos de sua espacialidade interna – como a configuração e a gestão de seus espaços internos, por exemplo.

Cabe ainda, antes de iniciar essas tarefas, introduzir rapidamente alguns aspectos gerais dessa fração do movimento.

Os principais traços comuns encontrados nas três ocupações dessa fração remetem a características de principalmente duas organizações que estiveram com elas envolvidas desde seu início: a Frente de Luta Popular (FLP) e a Central de Movimentos Populares (CMP).

A Frente de Luta Popular surgiu em 2000 a partir do contato entre alguns militantes já durante a década de 1990.[198] Em 2000, porém, foi organizado um ato de lembrança dos sete anos da chacina de Vigário Geral. Esse ato trouxe uma grande visibilidade para a organização. Principalmente a partir daí, alguns dos contatos que se estabeleceram se mantiveram e possibilitaram o início de atividades políticas próprias. "Mas ela começou a se consolidar mesmo em 2003, tanto com os movimentos que vieram dar origem à Rede [Contra a Violência] como com a participação na Ocupação 17 de Maio." (informação verbal)[199] Ainda assim, a relação com a luta por moradia se mostra presente nos primórdios da FLP até mesmo antes de seu envolvimento direto com a Ocupação 17 de Maio.[200] Isso principalmente por parte de alguns integrantes da FLP, que haviam se aproximado do MTST do Rio de Janeiro (então ainda estruturado na cidade) para prestar apoio e iniciar diálogos para ações futuras.

> "O MTST aqui começou a se estruturar em 1997, fez grandes ocupações. O governo correspondeu a essas ocupações – o governo Garotinho, na época né, antecipando inclusive algumas coisas que o governo Lula iria fazer – respondeu com uma política muito mais de cooptação. Construiu dois grandes conjuntos habitacionais. Levou as famílias das ocupações pra esses dois grandes conjuntos e, com isso, cooptou algumas lideranças e conseguiu desarticular o movimento. Mas nessa época a gente participou apoiando as últimas ocupações do MTST. (…) A gente tinha até conversado muito superficialmente, na época, com alguns integrantes do MTST sobre a questão de ocupação de prédios. Mas não é a linha, não é a linha do MTST. Nunca demonstraram interesse nessas ocupações não." (informação verbal)[201]

---

198 A maioria das informações a respeito do início da FLP foram obtidas a partir de entrevista formal estruturada com um de seus ex-integrantes. Tal entrevista foi realizada em 22/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

199 Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

200 A Ocupação 17 de Maio foi realizada na Baixada Fluminense, no município de Nova Iguaçu, em 2003. Ela existe até hoje. Um dos ex-integrantes da FLP entrevistado (no dia 22/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida) relata que a Ocupação 17 de Maio "(...) foi uma ocupação muito conflituosa. Ao contrário das outras de prédio, que o nível de repressão foi muito baixo, na verdade. A 17 de Maio não. Foi uma repressão muito violenta. Foi surpreendente inclusive na região o movimento, que ela tenha sobrevivido. Porque foi alvo de incêndios criminosos, um atrás do outro. Mas a experiência... O trabalho que a gente já tinha a nível de denúncia de violência policial ajudou nessa época, né. A gente já tinha contato a nível de fazer algumas denúncias que frearam a repressão naquela época. A repressão era feita por jagunços que, na prática, eram PMs." (informação verbal)

201 Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

Faziam parte da FLP, portanto, principalmente ativistas independentes e algumas organizações. Entre elas estavam o Movimento de Comissões de Luta (MCL),[202] que desde 2000 participava da Frente; e o Movimento Universidade Popular (MUP),[203] que se aproximou principalmente a partir da realização da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 2004. Seu funcionamento se dava basicamente a partir de reuniões abertas. TEIXEIRA (2009) a define como uma organização que

> "(...) buscava articular, com base no princípio da livre-associação, diversas organizações de esquerda envolvidas com diferentes *fronts* de combate, como o movimento estudantil, os movimentos negro e *hip-hop* e diversos ativistas ligados às ocupações de terrenos na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Os grandes motivos articuladores dessas organizações em uma frente de lutas podem ser apontados como a insatisfação com a institucionalização e burocratização da esquerda em geral no Rio de Janeiro e para denunciar a violência e a estigmatização sofridas pela população das áreas segregadas, buscando auxiliar na construção de bases para a sua reorganização." (TEIXEIRA, 2009:103-4)

A partir de 2003, porém, outra organização também aproximou-se da FLP. A Central de Movimentos Populares (CMP), apesar de ser historicamente vinculada ao Partido dos Trabalhadores, encontrava-se (ao menos no Rio de Janeiro) em um momento no qual alguns de seus integrantes se interessavam por uma maior aproximação junto aos movimentos sociais. O relato do primeiro encontro de dois dos principais militantes envolvidos com as duas organizações é bem elucidativo.

> "A gente se encontrou na escadaria da Câmara. E falava dessa questão da autonomia mesmo do movimento. De não atrelar a partidos, fazia críticas a muitas coisas que tavam acontecendo, à organização sindical... Que eu respeito pra caramba, mas ela também, muitas vezes, ela (…) [t]em esse lado também, né: partido é partido. Mas sindicato muitas vezes usa o mesmo método. Outras organizações usam o mesmo método. Só não tem lá o partido. E por essa identificação, chamei o (...) pra conversar. Eu nunca gostei de ficar indo em gabinete, nunca gostei de ficar indo em sindicato. Sempre acho que dentro do movimento o que a gente pode fazer a gente deve fazer. Deve evitar ao máximo procurar qualquer tipo de 'apoio' assim. Porque em geral esses apoios não vêm sem que você tenha que fazer uma troca. E aí a gente começou a conversar, dentro dessa

[202] Em entrevista realizada em 22/01/10 (em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida), um dos ex-integrantes da FLP lembra que o MCL também "(...) tem a sua própria experiência, a sua própria história. Inclusive de ocupações. Inclusive do prédio da Chiquinha. Tinham feito uma tentativa de ocupação lá. As famílias que tentaram depois foram assentadas lá no conjunto Campo Belo – que é um desses conjuntos que o governo tinha construído pra, entre outras coisas, pra desarticular o movimento dos sem-teto na época." (informação verbal)

[203] Informação confirmada também em entrevista realizada com outro ex-integrante da FLP em 19/01/10 (em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida).

> história de organizar (…)" (informação verbal)[204]

Dessa maneira, iniciava-se a articulação dessas duas organizações. Apesar de divergências que culminaram por afastá-las em um momento posterior (especialmente durante e após o processo de organização e realização da Ocupação Zumbi dos Palmares, em 2005), ainda hoje se percebem traços característicos de ambas as organizações nas três ocupações nas quais estiveram, bem ou mal, atuando conjuntamente. São traços que mesclam, por um lado, uma preocupação cotidiana com a articulação e a formação política do dia-a-dia das ocupações e, por outro, ressaltam a importância da pressão, negociação e articulação política com e sobre várias entidades (inclusive governamentais) e em várias escalas de acordo com o interesse da ocupação. Deve-se reconhecer que são ambas estratégias fundamentais para o processo de luta por moradia empreendido.

> "(…) E eu sabia, desde o início, claramente o que a minha entidade poderia oferecer e o que a FLP, no caso, poderia. Minha entidade tranquilamente poderia oferecer o fato de ser uma entidade nacional, o fato de ter um respaldo maior por ter esse reconhecimento, de poder se expor mais em determinados momentos e tudo. Isso era claro. E a FLP tinha a questão da luta mais específica, do dia-a-dia da ação. Então eu acho que você tem que combinar as duas coisas." (informação verbal)[205]

Não se pode concordar plenamente que essas preocupações se separassem dessa forma, tão absolutamente. Em diferentes graus, ambas as estratégias eram reconhecidas, abarcadas e valorizadas por ambas as organizações. É interessante perceber, sim, como a união desses diferentes graus colaborou para que, por um lado, se fomentasse uma "cultura do Coletivo" no interior dessas ocupações e, por outro, as negociações a respeito da regularização fundiária e do acesso a fundos públicos para habitações de interesse social avançassem.

Assim, as três ocupações dessa fração do movimento foram muito estimuladas a organizarem-se politicamente de uma forma específica: fortemente marcada pela busca de uma horizontalidade nas suas relações internas de poder, cuja instância máxima de deliberação seria a assembleia composta por todos os moradores e moradoras com direitos formais igualitários. Essa assembleia ou reunião é o espaço-tempo no qual se reúne o corpo político soberano das ocupações, chamado de Coletivo.

---

[204] Integrante da CMP. Entrevista realizada em 15/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.
[205] Integrante da CMP. Entrevista realizada em 15/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

É na esteira dessa forma de organização política que se estabelece também uma diferenciação fundamental nessa fração do movimento: a que é feita entre *moradores* das ocupações e o chamado "*apoio*". Essa diferenciação se vincula diretamente à gestão político-territorial das ocupações. Isso justamente porque nas três ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto o Coletivo, instância de poder explícito, é formado somente por moradores. Ainda que eventualmente pessoas do "apoio" possam participar (dependendo do Coletivo os fatores levados em conta para essa participação são diferenciados, mas geralmente passam pela proximidade e pelo compartilhamento que a pessoa tem com os moradores e com o cotidiano da ocupação), caso haja a necessidade de ser realizada alguma votação os "apoios" não possuem voto. Essa separação já foi destacada por ALMEIDA (2009), TEIXEIRA (2009), OLIVEIRA (2009), SOUZA e TEIXEIRA (2009), e SOUZA (no prelo). Logicamente, a relação entre moradores e o "apoio" (e mesmo entre os próprios "apoios", uma vez que se diferenciam entre si em vários aspectos) merece estudos mais aprofundados, detidos e sensíveis ao tema. Mas cabe, ainda que sucintamente, deixar claro que o apoio é formado tanto por ativistas independentes quanto por militantes vinculados a organizações políticas específicas. Em seu meio também existem diferentes graus de envolvimento com as ocupações, bem como diferentes tipos de atividades desenvolvidas. Trata-se de um grupo atualmente bastante amorfo, com um baixo grau de articulação entre si e, justamente por isso, com uma abrangência sensivelmente limitada em suas ações junto às ocupações (ainda que em outras épocas essa situação fosse bem diferente).

Seja como for, a existência desse grupo também caracteriza essa fração do movimento dos sem-teto da qual se trata aqui. Agora, prossiga-se a outros aspectos que tecem conexões entre as ocupações que fazem parte de tal fração.

2.1 As ocupações de sem-teto no contexto do Centro e da Zona Portuária do Rio de Janeiro: "Por que aqui?"

A localização das ocupações que foram inicialmente apoiadas pela FLP expressam-se como práticas espaciais que se inserem no contexto de questionamento e de crítica à perspectiva de desenvolvimento urbano adotada na cidade do Rio de Janeiro (práticas observadas também em outros núcleos metropolitanos do Brasil e do mundo).

Já foi pontuado aqui, lembrando outros trabalhos (MOREIRA, GRANDI e

ALMEIDA, 2009), o papel da "fronteira interna" no âmbito da atuação do capital imobiliário nas metrópoles contemporâneas. O reinvestimento do capital excedente em áreas de obsolescência mostra-se fundamental para os circuitos de acumulação do capital (HARVEY, 2008). No Rio de Janeiro, uma das áreas mais ilustrativas desse processo comporta parte do Centro e da Zona Portuária da cidade. Algumas das principais raízes dessa obsolescência remetem às antigas funções administrativas (ex-capital do Império e da República) e à decadente importância econômica da cidade e de sua atividade portuária no contexto nacional. São testemunhos espaciais no substrato material urbano que relembram e reafirmam a vinculação entre a materialidade do espaço e as diferentes relações que nele e através dele se dão no decorrer da história social da cidade.

Já ocupa lugar comum nas reflexões a respeito da cidade do Rio de Janeiro apontar os processos através dos quais a ocupação de áreas de risco e pouco valorizadas da cidade foi estimulada e fortemente influenciada, lembrando especialmente algumas referências históricas das opções que marcaram os rumos de seu desenvolvimento urbano.

Desde o período colonial, o Centro da cidade desempenhou uma função residencial importante, bastante misturada com as atividades comerciais de cada época. Os meios de transporte também interferiram fortemente na dinâmica espacial da então capital da República (e ex-capital do Império) no final do século XIX e no início do século XX (ABREU, 1987:43 e segs.). Por um lado, os bondes direcionavam a população mais abastada para áreas do Centro e da Zona Sul (Largo do Machado, Glória, Botafogo, São Cristóvão, Tijuca, Rio Comprido, Vila Isabel...), valendo-se em grande parte de uma demanda por transportes já existente e, de quebra, reforçavam a associação entre uma ideia de "estilo de vida moderno" com a localização residencial à beira-mar. Por outro, a instauração e ampliação da rede ferroviária em direção ao subúrbio da cidade, interferindo em áreas e freguesias então rurais (ou seja, sobre uma demanda nem sempre existente), viabilizava tanto a instalação de atividades industriais em áreas cujos terrenos apresentavam menor valor quanto a própria habitação popular em locais mais distantes do Centro da cidade.

No entanto, a função residencial da área central e portuária da cidade nunca foi apagada. Se as classes com maior orçamento desfrutavam de maior mobilidade, direcionando a expansão de suas áreas residenciais à Zona Sul e à outras áreas do Centro (como colocado acima) – e parcelas da população de mais baixa renda acabavam indo para as imediações das estações das estradas de ferro e, assim, residindo em áreas ainda com pouca infraestrutura e com valores mais em conta – boa parte dos trabalhadores seguia morando em condições

precárias nos cortiços da área central (ABREU, 1987:37 e segs.).

> "Em 1882, a Prainha, a Saúde e a Gamboa receberam encanamento de gás e esgoto. A presença desses serviços de infra-estrutura ofereceu condições propícias para a instalação, por volta de 1880, dos moinhos e de outras fábricas nas ruas próximas ao mar. Os operários desses estabelecimentos fabris vieram se somar aos trabalhadores portuários, reforçando o caráter popular desta área.
> "A existência de um maior número de trabalhadores, ligados ou não às atividades portuárias, estimulou muitos proprietários de terrenos e prédios a construírem casinhas ou quartos nos fundos das suas propriedades para alugar. Nas ruas em frente ao mar, da Prainha à Praia Formosa, encontrava-se uma grande quantidade de cortiços e estalagens.
> "As habitações coletivas eram ainda mais freqüentes na planície voltada para o centro da cidade. A concentração de atividades econômicas e administrativas no centro urbano acarretou a expulsão da população mais pobre aí residente. *A necessidade de permanecerem morando próximos aos locais de trabalho* fez com que esses trabalhadores procurasse se fixar na periferia do núcleo central. Nas ruas General Caldwell, General Pedra, Senador Pompeu, dos Cajueiros, *Barão de São Félix* e Bom Jardim (atual Nabuco de Freitas) intensificou-se o movimento de divisão dos prédios e terrenos em inúmeros quartinhos. As testadas dos lotes da rua *Barão de São Félix* chegavam a ter apenas três metros de largura." (CARDOSO *et al.*, 1987:89-90) [grifos de M. S. Grandi]

Como também nos lembra Maurício de ABREU (1987), a Zona Portuária e parte da área central da cidade foram, ainda no final do século XIX, os principais locais das instalações industriais de pequeno e médio porte do Rio de Janeiro. Até finais do século XIX, a industrialização carioca caracterizava-se principalmente por pequenos estabelecimentos na área central (que, diga-se de passagem, exigiam uma grande quantidade de mão-de-obra, dada a pouca mecanização das atividades) (ABREU, 1987:54,79). No mesmo período, no entanto, a cidade passava por profundas transformações no seu espaço. O crescimento da atividade comercial e de serviços também contribuía para impulsionar a atividade portuária da cidade – dinâmica que estimulava uma série de processos de reestruturação do espaço urbano, visando a adaptação e a potencialização dessas funções (CARDOSO *et al*, 1987:90 e segs.), como inclusive a implantação de ramais férreos que ligassem a área do porto às demais linhas férreas. Uma ilustração de alguns aspectos gerais da organização espacial dessa área no final do século XIX pode ser vista na Figura 5.[206]

Esse triplo interesse (do *Capital*, como área propícia para certas atividades econômicas; do *Estado*, enquanto espaço fundamental para a manutenção dos pilares econômicos e político-administrativos da cidade e, em grande parte, até mesmo do país; e da

[206] Na Figura 5 é feito um destaque à Rua Barão de São Félix. Ele existe justamente pelo recorte espacial da pesquisa: a Ocupação Chiquinha Gonzaga (localizada no número 110 dessa rua).

população pobre, enquanto importante espaço de moradia por conta tanto de sua centralidade e dos benefícios que tal característica proporcionava – e segue proporcionando, como se verá –, quanto dos laços afetivos com o "lugar" tecidos por diversos aspectos que suscitam o enraizamento cultural dessa parcela da população nesse espaço específico)[207] compôs um contexto local marcado por diversos conflitos sócio-espaciais. Os interesses econômicos e políticos abraçados pelo Estado e pela iniciativa privada exigiam uma nova organização espacial que, no entanto, conflitava diretamente com costumes da população economicamente pobre da área. Não à toa, essa área da cidade há muito tem sido alvo de diversas intenções e intervenções de "revitalização" por parte do poder público, de promotores imobiliários e de outros agentes modeladores capitalistas do espaço urbano.[208] Esses interesses se traduziram, no final do século XIX e no inicio do século XX, em discursos higienistas que buscavam uma ampla reestruturação urbana – operada ora pela própria iniciativa privada (logicamente contando com o auxílio do poder público), ora diretamente pelo Estado.[209]

Quanto às várias intervenções urbanas levadas a cabo pela iniciativa privada na época (muitas delas citadas por CARDOSO *et al*. [1987:89 e segs.; 99 e segs.]), uma das características mais frequentes era a busca de concessões públicas para a realização de obras de aterramento, reestruturação urbana (abertura e expansão de ruas, instalação de infraestrutura básica, etc.) e prestação de serviços como a abertura de túneis e a instalação / exploração de linhas de carris que estimulassem a atividade comercial. O resultado na organização espacial dessa área central da cidade já podia ser observado no início do século XX, como fica evidente na Figura 6.

Dentre as intervenções que marcaram o desenvolvimento da Zona Portuária e de parte do próprio Centro do Rio de Janeiro, cabe ainda falar das iniciativas diretamente

[207] Boa parte da população dessas áreas do núcleo central da cidade (da época e atualmente) é de origem afrodescendente. O vínculo simbólico-afetivo com o espaço (que, como falou-se, o "lugariza") é exemplificado por diversas referências históricas da cultura negra que são encontradas na área. Ótimos exemplos são o Cemitério dos Pretos Novos (Gamboa) e a Pedra do Sal (Saúde). Personagens famosos da cultura popular brasileira também têm nessa área uma referência para suas vidas, como os escritores Machado de Assis e Lima Barreto. Em outros trabalhos, como o de TEIXEIRA (2009:181) e o de SOUZA e TEIXEIRA (2009:58), são referenciadas outras obras a respeito da importância da história e da cultura afrodescendente no CBD carioca.

[208] Atualmente, como já foi pontuado no item 1.1.1, a Zona Portuária do Rio de Janeiro vêm sendo alvo de mais uma investida do Estado e de importantes frações do Capital através da tentativa de implementação de um grande projeto de reestruturação, refuncionalização e ressignificação em prol da revalorização fundiária e imobiliária da área. Em um momento particular da conjuntura política carioca, com o alinhamento das três esferas do poder público (Federal, Estadual e Municipal), tais práticas espaciais parecem ser ainda mais iminentes – acirrando também o risco de repetição dos processos de gentrificação (já apontado na nota de rodapé número 152) que já assolaram outros locais da cidade, como a própria área da Lapa (também no Centro do Rio de Janeiro).

[209] Como se verá na subseção seguinte, um dos episódios de reestruturação urbana mais marcantes desse período coincide espacialmente com a ocupação do movimento dos sem-teto que é mais enfocadas nesta dissertação.

implementados pelo poder público. A mais caricatural foi, sem dúvida, a colocada em prática pelo prefeito da cidade no período entre 1902 e 1906: o engenheiro Francisco Pereira Passos. Inspirado nas obras higienistas francesas,[210] e buscando tanto agilizar o processo de importação / exportação de mercadorias do país quanto afetar diretamente a dimensão simbólica da então capital da República (de forma a enfatizar a importância econômica do país e os "*modi vivendi*" da sua elite, bem como acabar com a imagem do Rio de Janeiro como sinônimo, por exemplo, de "febre amarela") (ABREU, 1987:59 e segs.), Pereira Passos realizou um amplo processo de reestruturação urbana que deixou marcado seu nome na história do desenvolvimento urbano (capitalista) da cidade.

A Reforma Passos, como ficou conhecida, tratou de buscar remodelar a cidade visando suas novas funções econômicas, administrativas e simbólicas (fossem elas reais e já existentes, fossem as pretendidas por suas elites). Em meio à tentativa de destacar-se frente às demais capitais do continente (principalmente Buenos Aires e Montevidéu), tal série de intervenções alargou e pavimentou ruas, ligou o Centro à Zona Sul através de novas avenidas[211] e implementou obras para o embelezamento da cidade. No entanto, como era de se esperar, também foi ela responsável por diversos ataques às alternativas populares de moradia e de renda: o arrasamento de quarteirões operários e de inúmeros cortiços centrais, bem como a proibição de vendas de abulantes e de mendicância, marcaram as atividades de Pereira Passos.[212]

---

[210] Tal perspectiva de intervenção urbana foi muito inspirada nas atuações em Paris do Barão Haussmann, responsável pela reestruturação (com motivações marcadamente políticas) de amplas áreas da capital francesa a mando do imperador Napoleão III em meados do século XIX.

[211] Uma das obras mais lembradas da Reforma Passos é a abertura da Avenida Rio Branco em pleno Centro da cidade. Atualmente, tal avenida é tida como um dos eixos do centro financeiro da cidade. Note-se que para a sua construção, não só vários cortiços foram completamente erradicados (ampliando e dando origem, inclusive, a muitas favelas da área central) como inúmeros outros imóveis foram desapropriados. De acordo com a pesquisa realizada por Fania FRIDMAN (1999), inclusive, muitas das indenizações originadas por essas desapropriações cumpriram muito bem o papel de potencializar os rendimentos fundiários e imobiliários da Ordem de São Bento. "Com a abertura da Avenida Rio Branco e o alargamento de várias ruas em que várias propriedades do Mosteiro foram desapropriadas, os religiosos, em troca, receberam novos terrenos com o compromisso de construir prédios e reformar alguns outros anteriormente interditados pela Prefeitura. (…) [Parte dos terrenos recebidos foram vendidos, e o dinheiro obtido] (…) foi aplicado em terrenos e casas nos subúrbios, na zona da Estada de Ferro Leopoldina, local de moradia proletária, e nos bairros da Tijuca e Alto da Boa Vista, região de tradição aristocrática. Estes novos imóveis rendiam de 18 a 20%, enquanto os desapropriados, por serem considerados decadentes, apenas 5 ou 6%." (FRIDMAN, 1999:74-5)

[212] Note-se a extrema semelhança dessas atividades com as que atualmente, nos idos de 2009 e 2010, vêm sendo realizadas pelo atual prefeito Eduardo Paes na cidade sob o nome de "Choque de Ordem". Hoje, no entanto, acréscimos são feitos às ações, que incluem não só os despejos, mas também a lavagem noturna de ruas com água sanitária e creolina (evitando o pernoite de moradores de rua), a proibição de distribuição de alimentos para os mesmos e a apreensão ilegal de produtos de vendedores ambulantes – todas as ações acompanhadas de frequentes excessos de uso da força bruta por parte das forças repressoras estatais. Cf. R.D.P (2009), SOUZA, RAMOS e MOREIRA (2009).

Croqui de parte do Centro e da Zona Portuária do Rio de Janeiro – Final do Séc. XIX

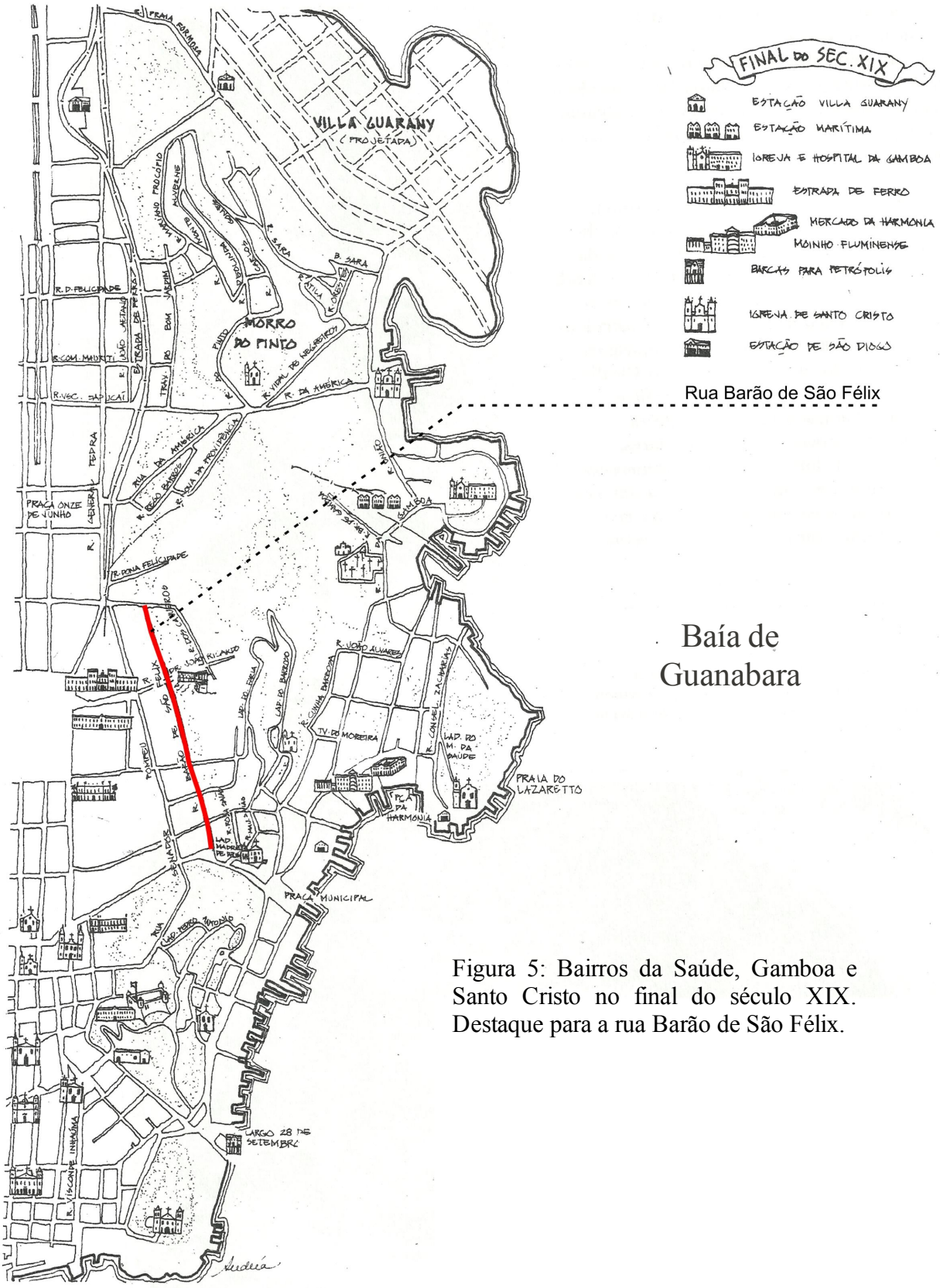


Figura 5: Bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo no final do século XIX. Destaque para a rua Barão de São Félix.

Fonte: CARDOSO *et al.* (1987:102). Adaptado por M. S. Grandi.

Já durante o século XX, no entanto, a ascensão da industrialização de outras regiões do país e a consequente e paulatina perda de importância econômica do Rio de Janeiro e de seu porto intensificaram-se o esvaziamento da Zona Portuária e de partes do Centro da cidade de suas antigas atividades industriais. Ainda que o papel comercial do Centro nunca tenha perdido sua pujança, são inúmeros os testemunhos espaciais materiais dessa mudança de função de tal parte do espaço urbano carioca. Assim, diante inclusive da predominância de outras atividades econômicas na cidade nas últimas décadas (comércio, turismo, serviços, etc.), muitos dos imóveis localizados na Zona Portuária e em parte do Centro da cidade, antes diretamente vinculados à atividade industrial, cumprem atualmente nítidos fins especulativos, servindo enquanto reserva de valor para empresas e particulares sem aterem-se às atuais exigências legais de cumprimento da função social da propriedade. Da mesma maneira, o próprio Estado (em suas diversas escalas administrativas e suas diferentes subdivisões e autarquias) vem mantendo há anos imóveis subutilizados na área. Muitos deles remetem diretamente às antigas e já citadas atividades administrativas dos períodos nos quais o Rio de Janeiro cumpriu as funções de capital do Império e da República. Outros imóveis, enleados na burocracia do Estado moderno, compõem hoje em dia o amplo estoque de bens recebidos de terceiros pelos órgãos públicos como parte do pagamento de dívidas de toda sorte.

Seja como for, a centralidade do núcleo original da cidade não foi abalada, continuando a ter papel fundamental no que envolve as opções de geração de renda da maioria da população da cidade. Sendo assim, muitos ainda optavam pela moradia no Centro – pela proximidade com fontes de renda (como trabalhadores formais ou informais) e pelo baixo custo da moradia (notadamente em favelas, em casas de cômodos, ocupações ou, muitas vezes, nas próprias ruas)[213]. Vê-se que são em parte os mesmos motivos que, no final do século XIX e início do século XX, levavam muitos trabalhadores e trabalhadoras a seguirem buscando alternativas habitacionais e de renda na área central e na Zona Portuária da cidade.

Mas cabe lembrar que não somente fatores econômicos motivam a preferência de muitos pela moradia no centro da cidade: laços culturais e afetivos já vinham sendo

[213] No decorrer do trabalho de campo realizado para esta pesquisa, a metodologia de observação participante (aliada às notas de campo) possibilitou o acompanhamento de relatos de situações nas quais a moradia nas ruas do centro apresentava um caráter claramente econômico (e não necessariamente uma expressão da falta absoluta de moradia). Foram escutados mais de uma vez exemplos de trabalhadores mal remunerados que residem em locais distantes do Centro do Rio de Janeiro e que, por trabalharem nessa área e perceberem o alto gasto que o transporte de ida e volta às suas residências implica, optam por passarem a semana dormindo sob as marquises do CBD. Dessa maneira, conseguem economizar a quantia que seria gasta com o transporte, aumentando seu rendimento. Tal situação encaixa-se perfeitamente nas condições de hiperprecarização do mundo do trabalho que vem sendo advogada por SOUZA (2008a), já destacada na nota de rodapé número 175.

construídos e estreitados não só no cotidiano da população dos locais, mas também em uma temporalidade que remetia (e remete) diretamente à história negra e afrodescendente da cidade.

A importância dessa localização é também crucial para moradores e moradoras das atuais ocupações de sem-teto da área central da cidade – especialmente quando as antigas moradias eram mais distantes.

> "É porque a grande maioria das pessoas que mora fora dos grandes centros na maioria das vezes arruma serviço aqui nos grandes centros. Aí um prédio já no centro fica muito mais fácil de sobreviver. Bota uma garrafa de café na porta, vai ali e tu arruma pelo menos um arroz e um feijão. Alguma coisinha, uma bebidazinha, se tu tiver uma estrutura, um triciclo, tu vai sobrevivendo." (informação verbal)[214]

> "Eu adoro a minha casa. Eu tenho paixão pela minha casa. (...) E assim: é um local que é próximo de tudo. É um lugar que muita gente, aqui, gostaria de viver. Muita gente que mora lá pra Baixada, que tem que pegar ônibus, que tem que vir, que tem que levantar muito cedo pra trabalhar. E aqui é tudo perto. Você tem ônibus, você tem metrô, você tem mercado. Você tem tudo muito perto. E assim, aqui no Centro da cidade... Eu trabalho com bolo, eu faço e vendo aqui mesmo. Eu ando 15 minutos e vendo. Então é um lugar bom de se viver e trabalhar. Acho que depende da gente, assim." (informação verbal)[215]

Trata-se de um aspecto que influencia diretamente a qualidade de vida das pessoas através de diversos aspectos (não só financeiros).

> "(...) [A]qui a gente tem um pouco mais de acesso a algumas coisas. Mesmo a gente tando desempregado e tal, a gente ainda tem um teatro de graça, tem um CCBB, tem um cinema a um real... Eu tô mais perto da faculdade do que em Campo Grande. Eu pagava quatro passagens, chegava em casa 1:00 hora da manhã e às vezes correndo o risco de chegar no meio de um tiroteio, porque a gente morava numa comunidade que é bastante perigosa. Então assim, aqui eu tenho certos privilégios que eu não teria lá. De vez em quando aparece alguma coisinha, entregar um papel... a gente sempre arruma alguma coisinha pra ganhar dinheiro aqui. A gente tem a facilidade de dependendo da onde seja aqui no centro a gente vai até andando. Não precisa nem pagar passagem. Coisa que, se a gente estivesse morando na Zona Oeste a gente pagaria, pra gente vir mal mal mal, pagaria uma passagem. Pra gente vir melhorzinho tinha que pagar duas." (informação verbal)[216]

---

[214] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em maio de 2009.
[215] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.
[216] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em maio de 2009.

Croqui de parte do Centro e da Zona Portuária do Rio de Janeiro – Início do Séc. XX

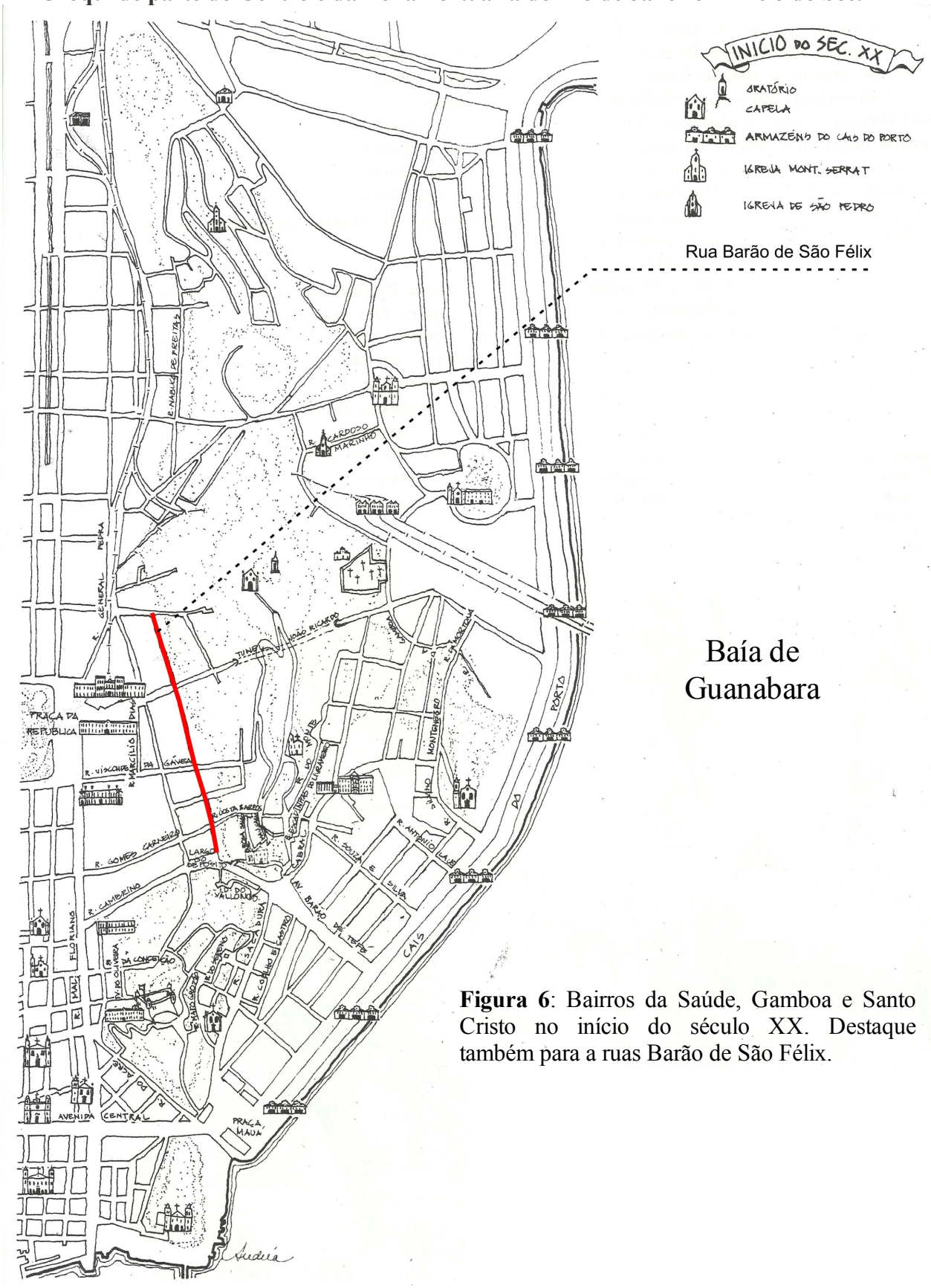


Figura 6: Bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo no início do século XX. Destaque também para a ruas Barão de São Félix.

Fonte: CARDOSO *et al.* (1987:103). Adaptado por M. S. Grandi.

A análise da importância dessa localização também é percebida claramente no discurso de integrantes do movimento dos sem-teto que participaram diretamente das ocupações realizadas nas áreas da Zona Portuária e de certas partes do Centro da cidade, na época vinculados à FLP.

> "Depois da reestruturação produtiva da década de 70 e 80, o cara que tinha um trabalho, as vezes até formal, porém mal remunerado, passou para o informal, o desemprego aumentou, e a alternativa para esse trabalhador era trabalhar na informalidade ou ir para o crime. A maioria esmagadora opta pelo trabalho informal como, no caso das mulheres, a prestação de serviços como o trabalho de doméstica ou diarista (…). Hoje em dia, para você achar um emprego é difícil e entre uma pessoa que mora na Baixada e uma que mora mais perto, o empregador contrata a que mora mais perto porque vai ter que pagar menos passagem. (…) Hoje, a grande alternativa de emprego no mercado informal para os homens é trabalhar como vendedor ambulante. O camelô tem que estar onde há possibilidade de comércio, de compra e venda, de um lugar com alta circulação de pessoas com o potencial de comprar." (informação verbal)[217]

Outro elemento também surge na fala do entrevistado: o chamado "crime". Aqui, trata-se principalmente das atividades ligadas ao tráfico varejista de drogas ilícitas, responsável, dentre outras coisas, pela territorialização de várias áreas da cidade (onde predominam as residências da população de baixa renda). Como já foi observado e destacado em pesquisas realizadas por SOUZA (2000a, 2002, 2006a, 2008a), a ingerência de traficantes que operam no varejo muitas vezes afeta diretamente tanto a credibilidade (frente a uma "opinião pública" – seja ela conservadora ou mesmo suficientemente progressista) quanto a própria combatividade e radicalidade de certos tipos de ativismo.[218] São exemplos que se enquadram em um contexto de exposição e enfrentamento de situações de violência direta ou indiretamente sofridas por lideranças populares que, por sinal, vêm crescendo e recrudescendo por todo o país nos últimos anos. Diga-se de passagem, tanto traficantes fortemente armados quanto as próprias polícias estatais são vistos como "agentes do medo" responsáveis por esse tipo de prática (além dos grupos de milicianos e outros tipos de agrupamentos armados notadamente a trabalho de interesses pessoais e de elites locais e regionais).[219]

No caso dos indivíduos vinculados ao movimento dos sem-teto, as ocupações muitas

---

[217] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida.

[218] Nos trabalhos de SOUZA citados, pode-se perceber, por exemplo, como o ativismo de bairro (muito ativo e forte durante a década de 1980) passou a perder força e, muitas vezes (apesar de nem sempre), inclusive credibilidade justamente por conta de altos graus de sujeição das entidades que serviam de referência (certas associações de moradores, por exemplo) frente às exigências de grupos de traficantes varejistas.

[219] Pesquisas recentes têm inclusive apontado para efeitos psicológicos e psicossomáticos que essa exposição tem suscitado para lideranças populares. Cf. SONODA (2008, 2009a, 2009b).

vezes surgem como alternativas de moradia que também permitem a fuga de espaços onde conflitos marcados pela violência e arbitrariedade (protagonizadas pelo tráfico varejista, milícias e as próprias forças repressivas do Estado) são excessivamente frequentes (SOUZA, 2006a, 2008a, 2009d). Tais condições de conflito territorial, que originam uma série de riscos, instabilidades e inseguranças, afetam diretamente inclusive a capacidade de organização popular e o sucesso de seus projeto (que, de certa maneira, também buscam desenvolver suas próprias territorialidades).

Além disso, vale lembrar o peso no orçamento que significa muitas vezes o aluguel pago no mercado imobiliário informal por espaços em favelas mais bem localizadas da cidade (peso ainda maior no mercado formal, referente a áreas "legalizadas" da cidade). É nesse sentido que as ocupações surgem como alternativas de espaços de moradia geralmente mais seguras e economicamente mais viáveis para as/os ocupantes.[220]

> "Os três principais motivos de adesão ao movimento eram: a questão da moradia, emprego e a possibilidade de fugir das chamadas "áreas de risco", por medo de represálias, medo dos filhos se envolverem com o tráfico, ou por temer ameaças da polícia ou do tráfico e etc. Queriam reconstruir a vida em outro espaço." (informação verbal)[221]

> "Eu acho assim, que muita gente, se isso acho chegar a acabar [a Ocupação na qual mora], muita gente vai ficar morando na rua porque não têm condições de pagar um aluguel. Isso eu tenho certeza. Eu, no momento mesmo, se isso aqui, de uma hora pra outra, acabasse, eu teria que me virar... não sei como. Porque no momento

[220] Não se pode cegar para o fato de que, apesar de geralmente não estarem localizadas exatamente no interior de territórios desses grupos violentos, as ocupações às quais se faz referência aqui se localizam em áreas bem próximas a esses espaços. Até porque, como já se viu, tanto a fronteira externa (na franja periurbana) quanto a fronteira interna (as áreas de obsolescência da cidade) de expansão do capital imobiliário e onde atua o movimento dos sem-teto são frequentemente áreas pouco valorizadas pelo mercado imobiliário – servindo de opção de moradia para as parcelas da população com mais baixo rendimento (muitas vezes em situação de tamanha precarização, desempregados ou subempregados que tornam-se presas mais fáceis à sedução do "dinheiro rápido" oferecido pelas atividades do tráfico de drogas). Por diversos motivos já lembrados por outros autores (SOUZA, 2000a, 2009c), trata-se de um contexto propício à territorialização por tais grupos de traficantes de drogas, ainda que apresentem variações e condicionantes próprios em cada caso específico. Justamente por isso, as ocupações de sem-teto são frequentemente vistas como áreas potencialmente interessantes para a expansão das atividades do tráfico. Esse é um aspecto que também já foi lembrado em outros momentos (SOUZA, 2006a, 2008a, 2009c; MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA, 2009). Isso se comprova inclusive pelo assédio e pressão que muitas ocupações (sejam em terrenos, sejam em prédios) sofrem por parte dos grupos do "capitalismo criminal-informal". SOUZA (2009c) ressalta que a própria espacialidade das ocupações apresenta fatores interessantes às atividades de traficantes de drogas: se em terrenos a organização espacial interna é frequentemente similar à encontrada em favelas (propiciando esconderijos para os pontos de preparo, armazenamento e venda), em prédios a localização (muitas vezes em áreas mais centrais da cidade) facilita o acesso do público consumidor de classe média. Por isso mesmo, arremata o mesmo autor, mostra-se necessário o desenvolvimento de estratégias de segurança por parte do movimento social em tela frente a essas investidas – até mesmo para que não se precise recorrer às forças policiais do Estado (das quais frequentemente o movimento também precisa defender-se).

[221] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida.

> eu não tô trabalhando. Não tenho trabalho fixo. Tá o problema dessa luz, que eu não tô podendo trabalhar porque tenho que ligar material elétrico e não posso porque a luz tá muito fraca. Não segura. Então no momento, se isso aqui acabasse, muita gente ia ficar morando na rua mesmo. Porque muita gente não tem trabalho. Às vezes mãe solteira, que tem filho pra sustentar..." (informação verbal)[222]

É interessante perceber a importância que toma nesses espaços a mescla de práticas espaciais e reivindicações que buscam abranger as variadas dimensões da vida em sociedade (material-concreta, simbólico-afetiva e política, por exemplo). No caso das ocupações apoiadas pela fração do movimento dos sem-teto representada aqui pela extinta FLP, esses traços são encontrados de maneira particularmente articulados. A construção de uma nova sociabilidade é almejada por muitos de seus moradores (principalmente os que fazem parte de campos políticos em alguma das ocupações), e expressa-se na tentativa constante de estabelecer espaços propícios à isso: festas, confraternizações, sarais, encontros, almoços, bingos, teatros, etc. Ela também se expressa a partir da preocupação em garantir a existência de espaços coletivos nas ocupações que sejam destinados também a esse tipo de atividade (fazendo um contraponto a posturas e tendências mais privatistas que apontam para uma constante ampliação dos espaços privados – privatizados de maneira formal ou informal, material ou simbolicamente – em detrimento dos espaços coletivos). Ao mesmo tempo, a dimensão material-concreta das motivações dessas ocupações é explícita em diversos aspectos. Sua localização em relação à cidade (próximas ou no próprio CBD da cidade do Rio de Janeiro) expressa uma preocupação com a facilidade de acesso a fontes de renda (não somente como trabalhadores informais, mas também entendendo o Centro da cidade como um pólo de vagas de empregos formais) e a serviços públicos essenciais (saúde, educação e transporte, por exemplo). A tentativa de organizar cooperativas de trabalho no interior das ocupações também se vincula à uma reflexão sobre a necessidade de se garantir as possibilidades de sustento das famílias e indivíduos que fazem parte do movimento. Sem contar a questão mais do que óbvia a respeito do direito à *moradia* digna, mote principal (mas não único) e que tem na dimensão material-concreta uma de suas principais faces.

Não se pode esquecer, claro, que essas motivações não se separam de forma hermética. Muitas são as razões que levam indivíduos e famílias a se agruparem ao redor de tal movimento social. Essa questão remete às densas e extensas elaborações sobre a formação de *identidades sócio-espaciais*, às quais esta pesquisa não se propõe a dar conta. Cumpre somente ressaltar que aspectos como o acesso à educação pública e à atividades culturais

[222] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.

(bem como outros serviços) não trazem reflexos positivos somente no que se refere à materialidade cotidiana dos e das ocupantes (como a possibilidade de aumento de renda a partir de uma maior qualificação profissional, ou mesmo o melhor acesso a pontos com maior circulação de pessoas para potencializar a venda de produtos enquanto vendedores/as ambulantes). O acesso a esse tipo de bens e serviços também colabora para uma ampliação do horizonte de possibilidades em relação às próprias formas de sociabilidade que podem ser construídas e compartilhadas pelos sem-teto. Isso só demonstra o quanto tais perspectivas (material-concreta, simbólica-afetiva e, logicamente, a política) estão de tal maneira interligadas que sua separação torna-se bastante arriscada (ainda mais tratando-se de um movimento social sempre em busca da ampliação de seus quadros).

As ocupações que se vinculam à essa leva de ações apoiadas pela extinta FLP na área central do Rio de Janeiro tem também uma outra característica que as ligam fortemente a esse setor da cidade: a preferência por agir em prédios públicos. Um dos motivos para isso surge justamente do arcabouço jurídico-legal que tem respaldado as ações do movimento, que resgata a responsabilidade assumida pelo Estado (BRASIL, 1988) em garantir moradia digna para todos. Isso se daria principalmente através do cumprimento da função social da propriedade e de sua fiscalização pelos órgãos públicos – a iniciar pelos prédios sob responsabilidade do próprio Estado e que, diante de um governo que retoricamente se auto-referencia como "popular", sofrem ainda mais pressão para serem destinados a servirem para habitação de interesse social (HIS).

Mas mesmo nessa fração do movimento dos sem-teto não se descarta o papel da ocupação em prédios privados como ações importantes para a crítica à instituição social da propriedade privada. Acontece que as opções que foram feitas até agora se inserem, logicamente, em sua conjuntura político-espacial. No caso da Ocupação Chiquinha Gonzaga, o momento histórico do governo federal foi um elemento importante.

> "Aí foi justamente naquela época que o Lula falou que os prédios que tivessem vazios seria reformado pra moradia popular. E a gente se baseou naquela fala do Lula, que até saiu no jornal que nós pregamos ali em frente à portaria. Então nós se afirmamos naquilo ali que o Lula tinha acabado de falar." (informação verbal)[223]

Esse aspecto também é lembrado por ex-integrantes da própria FLP.

> "(...) a linha do movimento era ocupar prédio público. Não porque nós sejamos contra ocupar prédio privado, mas nós temos uma compreensão da realidade agora

[223] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em setembro de 2009.

> que, ocupar prédio privado é mais difícil. Ao ocupar prédio privado você ataca o elo estruturador da sociedade que a gente vive, então você atacando isso é preciso muita força para se manter. (…) A lógica de ocupação da [Ocupação] Zumbi [dos Palmares] foi a mesma das outras ocupações, ocupamos prédios públicos federais, aliás as três ocupações (Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Gerreiras) são em prédios públicos. Isso foi decidido devido à conjuntura política. O Lula, na campanha de 2002, falou que todo prédio público abandonado se transformaria no governo dele em moradia popular e que iria fazer um decreto de lei para isso. Nós utilizamos isso como barganha para o governo não despejar. O governo estadual na época era o governo Garotinho que era mais repressivo do que o governo federal, não que o governo federal fosse uma maravilha, uma prova disso é que eles nos despejaram na primeira ocupação da [Ocupação] Quilombo [das Guerreiras]. Entretanto, a própria demagogia do governo permitia uma melhor negociação." (informação verbal)[224]

Nesse sentido, entende-se ainda mais o interesse por realizar ocupações no Centro da cidade e na Zona Portuária. Por conta dos processos que levavam à obsolescência dessas áreas do Rio de Janeiro, inúmeros prédios públicos das três escalas de governo (municipal, estadual e federal) permanecem há anos largados às intempéries, ao lixo e a outros animais não-humanos. Trata-se, assim, de uma parte da cidade particularmente importante não só para essa fração específica do movimento dos sem-teto, mas também para a estratégia de atuação desse movimento como um todo.

2.2 "O povo é Fênix": Três ocupações e algumas referências[225]

Essa fração do movimento dos sem-teto da qual a Ocupação Chiquinha Gonzaga faz parte é composta principalmente pelas três ocupações que, à época, receberam apoio de maneira direta da Frente de Luta Popular e de seus integrantes. Até por isso, a história do surgimento dessas ocupações em muitos momentos se mescla com a história da própria organização (apesar de obviamente terem acontecido processos internos particulares em cada uma delas que as diferenciam das demais e, em alguns aspectos, entre si mesmas). Apesar de já terem sido citadas algumas vezes no decorrer desta pesquisa, vale à pena lembrar novamente seus nomes e os anos nos quais aconteceram: além da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004), fazem parte dessa fração a Ocupação Zumbi dos Palmares (2005) e a

[224] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida.

[225] A primeira parte do título desta subseção é uma referência a uma expressão ouvida de uma das pessoas mais engajadas nas ações dessa fração do movimento dos sem-teto da área central do Rio de Janeiro. Mesmo com o pedido para que não fosse citada, fica aqui o agradecimento (pela expressão e companheirismo).

Ocupação Quilombo das Guerreiras (2006). Suas histórias[226] são vistas de maneira interligada por muitos dos ex-integrantes da FLP e por moradores e moradoras dessas ocupações – como inclusive já foi explicitado em algumas pesquisas acadêmicas também (SOUZA, 2006a; MAMARI, 2008; TEIXEIRA, 2009; OLIVEIRA, 2009).

A sensibilidade dessa organização à temática habitacional foi explícita desde o início de sua formação, como deixa clara a interlocução estabelecida já no ano de 2000 entre ela e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) – que tentava se estabelecer na capital fluminense.[227] Mas foi após dois anos de atividades em favelas da cidade (e de diversas dificuldades enfrentadas nesse contexto) que os integrantes da FLP optaram por buscar direcionar suas atividades políticas para outra estratégia: a ocupação de prédios públicos no Centro do Rio de Janeiro.

Começaram em 2003, então, a organizar seu primeiro processo de ocupação. As reuniões preparatórias passaram a acontecer, aglutinando os futuros moradores ao redor de discussões políticas e sobre os preparativos para a ação que seria realizada. Elas se davam às vezes na própria rua, outras vezes nas sedes de outras organizações que co-organizaram o processo (como a Central de Movimentos Populares – CMP). Coletivamente, os sem-teto envolvidos escolheram o nome da ocupação: em homenagem a "(...) uma companheira que abriu alas mesmo contra o machismo, contra essa depredação do nome da mulher",[228] e também como referência à luta abolicionista por ela encampada, o novo espaço a ser ocupado é então batizado de Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Após meses de organização e preparação, na madrugada do dia 23 para o dia 24 de julho de 2004 o grupo de cerca de 40 famílias ocupou o prédio de 14 andares (térreo mais 13) na Rua Barão de São Félix, nº 110 (Figura 7), de propriedade do Instituto Nacional de

[226] É bom lembrar que esta subseção não pretende ser um histórico exaustivo dos processos de surgimento das três ocupações. Também é muito importante destacar que outra ocupação foi, durante algum tempo, inserida no mesmo contexto dessas três: a Ocupação Machado de Assis (2008). No entanto, por conta de sua dinâmica interna própria, seus vínculos com as outras três ocupações foram bastante enfraquecidos a ponto de, atualmente, estar bastante distanciada das mesmas. Por conta disso, e da pouca dedicação ao acompanhamento dos desdobramentos de sua organização, não se irá inserir tal ocupação neste rápido histórico. Para maiores detalhes a seu respeito, remete-se a algumas pontuações feitas por TEIXEIRA (2009) em sua dissertação.

[227] Segundo TEIXEIRA (2009), essa interlocução foi uma das responsáveis pela realização de um ato que teve, no mesmo ano, uma boa repercussão pública: o "passeio" de cerca de 300 moradores de ocupações de sem-terra e sem-teto (além de moradores de favelas da cidade) pelo Shopping Rio Sul – localizado na Zona Sul, área nobre da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, essa aproximação teria se enfraquecido, especialmente devido aos "(...) problemas enfrentados pelo MTST no Rio de Janeiro – que culminaram no fim das suas atividades políticas no estado – e as diferenças de concepções políticas entre a referida organização e a FLP (…)." (TEIXEIRA, 2009:104) As dificuldades do MTST no Rio de Janeiro já foram pontuadas também por CASSAB (2004). Sobre as diferentes concepções políticas dessas organizações (que remetem, dentre outras coisas, à hierarquização de suas relações internas de poder), pode-se ver também SOUZA (2006a; 2009c).

[228] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em maio de 2009.

Colonização e Reforma Agrária – INCRA. No mesmo dia que marcava o 11º aniversário da Chacina da Candelária,[229] um dos episódios mais marcantes de violência e desprezo pelos Direitos Humanos ocorridos no Brasil nas últimas décadas, as dezenas de famílias sem-teto envolvidas na organização da ocupação territorializaram um antigo hotel nas proximidades da Estação Central do Brasil – prédio que permanecia abandonado há mais de 20 anos (de acordo com os levantamentos feitos por atuais moradores e entidades apoiadoras [FELRU-RJ, 2006]).

> "Antes da ocupação Chiquinha Gonzaga, havia muito pouca experiência de ocupação de edifícios vagos organizada por parte de grupos políticos nos bairros centrais da metrópole carioca, e grande parte do seu processo de preparação e estratégias espaciais serviram de modelo para as demais ocupações que, impulsionadas pelo campo político envolvido com o território constituído pela ocupação Chiquinha Gonzaga ou não, foram realizadas na área central próxima ao CBD do município do Rio de Janeiro." (TEIXEIRA, 2009:105)

Mais detalhes a respeito da história da Ocupação Chiquinha Gonzaga serão vistos no início da próxima seção deste capítulo.

Cerca de quatro meses após a realização dessa primeira ocupação um novo processo foi iniciado.[230] Dessa vez, a iniciativa partiu diretamente de alguns moradores da própria Chiquinha Gonzaga, motivados e impulsionados pelo sucesso da ocupação da rua Barão de São Félix (TEIXEIRA2009:105) e sensibilizados pelas dezenas de famílias que batiam à porta do prédio recém ocupado e que excediam sua capacidade de abrigo (OLIVEIRA, 2009:81).

Durante o processo organizativo, suas reuniões, iniciadas no Sindicato dos Metroviários, passaram a valer-se do próprio território conquistado e mantido pelo Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga como sede.[231] Buscava-se, assim, garantir uma maior segurança para o processo, visto que tal territorialização permitia um maior controle dos indivíduos que acessavam o espaço e, em princípio, as informações que nele circulavam.

---

[229] "No dia 23 de julho de 1993 mais de 70 crianças e adolescentes dormiam nas proximidades da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, quando foram surpreendidas por uma ação de extermínio da polícia carioca (militar e civil). O resultado desse episódio ficou conhecido, internacionalmente, como a Chacina da Candelária e entrou, em definitivo, para o calendário como um dos piores crimes cometidos contra os Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Oito crianças morreram fuziladas, sem ter a menor chance de defesa, e outras dezenas saíram feridas. O motivo certo não se sabe, mas existem sérias indicações de acerto de contas, de eliminação pura e simples, ou uma represália após assalto que teria sofrido a mãe de um policial." (REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA, 2009)

[230] Conforme informações de ex-integrantes da FLP e integrantes da CMP. Entrevistas realizadas em: 15/09/07 (por Rafael Gonçalves de Almeida), 15/01/10 e 19/01/10 (estas em conjunto, também, com Rafael Almeida). A informação também consta em TEIXEIRA (2009) e OLIVEIRA (2009).

[231] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 19/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

> "Passamos por todo aquele esquema de novo: foi formulada uma carta de regimento interno para definir as regras da ocupação, tudo decidido coletivamente; os moradores propuseram o nome da ocupação e foram se organizando (naquela época ainda não nos dividíamos em comissões). Todas as reuniões eram gerais." (informação verbal)[232]



Foto: M. S. GRANDI (Arquivo pessoal / 2010)

Figura 7: Ocupação Chiquinha Gonzaga (Rua Barão de São Félix, nº 110 – Centro / Rio de Janeiro) em julho de 2009 vista do seu terraço traseiro.

No entanto, a repressão e o cerco policial já havia aumentado e agentes infiltrados já mapeavam os militantes da organização em busca das "possíveis lideranças".[233] Por isso, as reuniões mudaram de local, passando a acontecer no espaço de um sindicato que apoiava o grupo (OLIVEIRA, 2009). Essa tática espacial mostrou-se importante tanto para a segurança interna desse novo processo quanto para a proteção das atividades organizativas que visavam o fortalecimento e a solidificação da própria Ocupação Chiquinha Gonzaga. Foi durante esse processo de organização e preparação que os membros do "apoio" e os próprios moradores escolheram o nome que identificaria mais essa conquista territórial do movimento dos sem-teto: homenageando uma das maiores referências nas lutas afrodescendentes anti-

[232] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida.
[233] Informação verbal, obtida de um ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida.

discriminatórias, liderança histórica da resistência quilombola, a ocupação recebeu o nome de Zumbi dos Palmares.

Assim, após um processo organizativo de mais de nove meses – com a aprovação de um regimento interno e o cadastro dos sem-teto (como também ocorreu no caso da Chiquinha Gonzaga) – e uma tentativa de ocupação sem sucesso,[234] no dia 06 de abril de 2005 as mais de 120 famílias[235] que então conformavam o Coletivo da nova ocupação passaram a morar e efetivamente trazer nova vida ao antigo hospital[236] localizado próximo à Praça Mauá, na Avenida Venezuela, nº 53 (prédio de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, construído sob terreno de propriedade da União, e na época abandonado há pelo menos 10 anos [FELRU-RJ, 2006]) (Figura 8).

> "Com um perfil muito diferente da Chiquinha, na qual a maioria dos moradores já havia experimentado algum tipo de participação em movimento social, seja partidário, seja comunitário. A Zumbi, por sua vez, abriga uma gama de pessoas que vivenciam pela primeira vez uma ação coletiva resultante da organização conjunta de todos os membros. Desafio imenso que empolgou militantes das mais diferentes vertentes (...)" (OLIVEIRA, 2009:81-2)

Depois da realização da Ocupação Zumbi dos Palmares alguns dos integrantes da FLP passaram a refletir sobre a viabilidade ou não de seguir ocupando novos prédio.[237] Ao mesmo tempo, outros enfatizavam a importância de se fortalecer os trabalhos de base em cada uma das ocupações já existentes. Como o caráter de "frente" da organização permitia inclusive as divergências se opinião sem que, por isso, houvesse impedimentos para que os interessados se envolvessem nas ações que desejassem, os que eram a favor da organização de um novo processo partiram para tal tarefa – enquanto os contrários não o fizeram. Formou-se, então, um campo político específico, envolvendo somente alguns integrantes específicos da FLP e que era composto também por integrantes da Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST), da então recém-fundada Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) e do já extinto Movimento Estudantil Libertário (MEL). Essa aproximação com a FIST e FARJ, segundo OLIVEIRA (2009:81), teria inclusive sido o principal motivo pelo qual alguns moradores da

[234] OLIVEIRA (2009:81) detalha essa tentativa, lembrando que na primeira tentativa os sem-teto "[t]entam ocupar um prédio, mas o segurança do Instituto Nacional de Tecnologia que trabalhava em edifício vizinho sai armado, levando ao cancelamento da ação."

[235] Atualmente mais de 130 famílias residem na Ocupação Zumbi dos Palmares, conforme estimativas dos próprios moradores.

[236] Conforme informações de ex-integrante da FLP, em entrevista realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida.

[237] Informação obtida a partir de entrevista com ex-integrante da FLP, realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida.

Ocupação Chiquinha Gonzaga não teriam apoiado a iniciativa de organização da nova ocupação.

Foi nesse contexto que se iniciaram as reuniões da terceira ocupação dessa fração específica do movimento dos sem-teto. Foram mais de seis meses de encontros preparatórios, nos quais os futuros moradores e moradoras, e em conjunto com integrantes do "apoio", organizavam-se em comissões[238] para refletir e planejar tanto a ação da própria ocupação quanto todos os preparativos básicos necessários à reestruturação espacial e à manutenção e fortalecimento de sua principal instância de poder explícito: o Coletivo.



Foto: Daniel Wagner / Associação Chiq da Silva (2009)

Figura 8: Ocupação Zumbi dos Palmares (Avenida Venezuela, nº 53 – Gamboa / Rio de Janeiro) em novembro de 2009.

A primeira tentativa de territorialização se deu na Rua Alcindo Guanabara nº 20 (prédio próximo à Cinelândia, exatamente ao lado da Câmara Municipal). Menos de 24 horas depois da entrada no imóvel, este foi invadido por agentes especiais da polícia civil e da

[238] A organização em comissões de trabalho é uma característica das três ocupações de sem-teto aqui apontadas com maiores detalhes. No entanto, as duas primeiras (Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares) adotaram tal formato organizativo somente depois de realizarem a ocupação. No caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, as comissões existiram já durante o período dos encontros preparatórios. Uma das avaliações positivas a respeito das decorrências dessa opção apontam para uma maior familiaridade dos e das ocupantes com esse formato de trabalho coletivo. Além disso, essa divisão de tarefas teria facilitado o envolvimento das pessoas no processo, uma vez que em grupos menores a participação era facilitada e, consequentemente, maior. Essas são observações retiradas do depoimento de um ex-integrante da FLP, em entrevista realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida.

polícia militar. Diante do pânico e do medo da típica violência policial (não raro assassina) no trato com os movimentos sociais, os moradores foram retirados do edifício. Nesse episódio, diferenças de concepções políticas a respeito da autonomia da ocupação afloraram entre as organizações envolvidas no processo, provocando uma ruptura entre, por um lado, integrantes da FIST e, por outro, integrantes da FLP e do MEL. Então, o campo político da nova ocupação passou a ser hegemonizado pelas perspectivas destes últimos grupos, com referenciais político-filosóficos mais próximos ao pensamento libertário.

As reuniões se seguiram, também valendo-se dos territórios já conquistados pelo movimento (como a Ocupação Zumbi dos Palmares). No entanto, mais uma vez foram surpreendidos pelas forças repressivas do Estado: com policiais forçando a paralisação de reuniões que ocorriam na Zumbi e intimidando membros do "apoio" e seus familiares,[239] a estratégia de organização precisou ser modificada. A descentralização das reuniões das comissões e a articulação posterior de coordenadores de cada uma delas possibilitou o prosseguimento do processo. Meses depois, a segunda tentativa do grupo foi realizada em um imóvel selecionado pelos próprios moradores e moradoras: um prédio privado localizado no bairro do Rio Comprido, abandonado há 20 anos (OLIVEIRA, 2009). Mais uma vez, porém, o despejo foi imposto – ainda que somente após o atendimento da exigência de cadastramento dos moradores feita pelo próprio Coletivo ao Instituto de Cartografia e Terras do Estado do Rio de Janeiro / ITERJ.

Só na terceira tentativa o Coletivo conseguiu permanecer no imóvel ocupado. Com o principal campo político dessa nova ocupação predominantemente composto por integrantes da FLP e do MEL (afastados da FIST e FARJ), moradores e moradoras das ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares passaram a apoiar o novo processo. Assim, no dia 8 de outubro de 2006 (véspera do aniversário de morte de um dos líderes da revolução cubana e um dos maiores referenciais da esquerda política mundial, Ernesto "Che" Guevara) o movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro conquista mais um território, dessa vez na Avenida Francisco Bicalho, nº 49 (próximo à Rodoviária Novo Rio, no bairro de Santo Cristo, imóvel de propriedade da Companhia DOCAS do Rio de Janeiro).[240] Com um espaço que atualmente abriga 50 famílias, o prédio, abandonado pela administração da empresa há mais de uma década, passou a ter o nome escolhido pelo Coletivo: Ocupação Quilombo das Guerreiras (Figura 9), em homenagem às lutadoras populares e, ao mesmo tempo, com forte referência

[239] Conforme ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida.

[240] A Ocupação Quilombo das Guerreiras também fica localizada próxima à quadra de uma das primeira escolas de samba do Rio de Janeiro, a Agremiação Recreativista Escola de Samba Vizinha Faladeira.

aos espaços de resistência da população negra no período escravagista do país.



Foto: M. S. GRANDI (Arquivo pessoal /2010)

Figura 9: Ocupação Quilombo das Guerreiras (Avenida Francisco Bicalho, nº 49 – Santo Cristo / Rio de Janeiro) em 2010.

A história da Ocupação Quilombo das Guerreiras é interessante, diga-se de passagem, também pela peregrinação feita pelo seu Coletivo em busca de um prédio. Os detalhes das três tentativas (e mesmo o desdobramento das negociações feitas junto ao Estado) trazem elementos que permitem considerar a existência de uma identidade coletiva (um embrião de "sujeito coletivo"?) em busca de um espaço no e através do qual pudessem estabelecer seu território e fincar raízes identitárias próprias do Coletivo. Havia a falta de um referencial espacial-concreto para essa territorialização e "lugarização". No entanto, essa busca coletiva aparentemente estreitou os laços entre os moradores e moradoras, fortalecendo sua organização política interna.

Como pôde-se ver, portanto, as três ocupações se inserem no contexto de uma mesma "onda" de ações de uma fração específica do movimento dos sem-teto carioca. Mais do que isso, elas compartilham contextos sócio-espaciais similares, notadamente (mas não só) pela proximidade física que compartilham (Figura 10). Para além disso, diversos aspectos da história das três ocupações ressaltam elementos fortemente ligados à cultura popular e às suas histórias de resistência e luta. Demonstra, assim, uma tentativa de reafirmação de referências pautadas por valores sócio-espaciais distintos dos expostos e eternizados na "história oficial".

A começar por seus topônimos, já estudados em maior profundidade em outras pesquisas (TEIXEIRA, 2009:172 e seg.; OLIVEIRA, 2009: 83 e seg.; SOUZA e TEIXEIRA, 2009). Trata-se de uma nomeação com características particulares,

> "(...) que confere um referencial simbólico tanto ao lugar ocupado como ao grupo ocupante [e que] tem um caráter étnico-racial predominante na demarcação destes territórios coletivos. Mas, diferentemente do que se poderia supor, não por uma determinação de formadores políticos preocupados com a instauração de uma simbologia historicamente determinada pela constituição étnica da classe trabalhadora da cidade, fundamentalmente nas condições de trabalho marcadas por maior precariedade." (OLIVEIRA, 2009:83-4)

Nas ocupações aqui lembradas (que compõem essa fração específica do movimento dos sem-teto carioca), o processo de escolha dos nomes é bastante ilustrativo inclusive da forma de organização política estimulada por (ao menos alguns dos) campos políticos com elas envolvidos.

> "Entre elas [essas ocupações], as reuniões para a escolha do nome são feitas sempre durante o processo de preparação para a ocupação. Não há a sugestão de nomes precisamente concebidos pelos 'apoiadores' responsáveis pela organização da nova ocupação de maneira sistemática, embora eles também levem suas propostas, disso decorrendo que os moradores 'comuns' acabem por participar de maneira mais relevante da sugestão dos nomes escolhidos." (TEIXEIRA, 2009:176)

Da análise desses e de outros topônimos, em TEIXEIRA (2009) e em SOUZA e TEIXEIRA (2009) vemos o surgimento de duas classes: os que remetem a *homenagens a indivíduos específicos* (caso da Ocupação Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares) e aqueles que tratam de *alusões ou homenagens a sujeitos coletivos* (caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras). No caso das ocupações cariocas enfocadas aqui, percebe-se que as homenagens feitas por tais topônimos também podem vincular-se à aspectos da história da própria área da cidade na qual elas se localizam. É um traço que "(...) costura a luta presente com a memória das lutas que tiveram como palco o espaço onde elas se dão, buscando, com isso, reforçar uma territorialidade." (TEIXEIRA, 2009:182)

A Ocupação Zumbi dos Palmares, por exemplo, localiza-se aos pés do Morro da Conceição, praticamente ao lado da Praça Mauá e da Pedra do Sal – locais intimamente ligados ao passado escravagista e abolicionista brasileiro. A Praça Mauá, antigo Largo 28 de Setembro (CARDOSO *et al*,1987), era local de frequentes desembarques de navios negreiros – sendo a Pedra do Sal a principal referência do mercado de escravos do período pré-abolição. Como lembra TEIXEIRA (2009), a área era conhecida (e vem sendo novamente, graças a esforços populares de resgate cultural) como "Pequena África".

Por sua vez, a localização da Ocupação Chiquinha Gonzaga remete a um episódio que

obteve bastante destaque na história do período inicial da Primeira República no país (especialmente na transição do século XIX para o século XX) – época de grandes intervenções públicas e privadas responsáveis por restruturar e tentar refuncionalizar grandes áreas do Centro e da Zona Portuária[241]: a demolição do famoso cortiço conhecido como Cabeça de Porco em 1893.

O Cabeça de Porco, provavelmente o maior cortiço do Rio de Janeiro no final da década de 1880, era considerado

> "(...) o mais célebre cortiço carioca do período: um grande portal, em arcada, ornamentado com a figura de uma cabeça de porco, tinha atrás de si um corredor central e duas longas alas com mais de uma centena de casinhas. Além dessa rua principal, havia algumas ramificações com mais moradias e várias cocheiras. Há controvérsia quanto ao número de habitantes da estalagem: dizia-se que, em tempos áureos, o conjunto havia sido ocupado por cerca de 4 mil pessoas." (CHALHOUB, 1996:15)

Outros também destacam suas características internas, lembrando que o Cabeça de Porco

> "[e]ra um verdadeiro bairro, constituído de sobrados, térreos e quartos, os sobrados e os térreos subdivididos em muitos outros quartos. (…) Nas suas muitas ruelas interiores havia 'grande número de cocheiras com animais e carroças, galinheiros e um armazém', (…) [além de] uma barbearia, dez oficinas de remendar sapatos e criação de animais domésticos no seu interior." (CARDOSO *et al*, 1987:94)

Sua entrada principal era justamente na rua Barão de São Félix, nº 154, e o cortiço se estendia até a pedreira dos Cajueiros (nos pés do Morro da Providência) (CARDOSO *et al*, 1987:95), e ficou famoso justamente por sua resistência às investidas realizadas pelos administradores públicos da época que buscavam erradicá-lo. Parte dessa resistência era remetida inclusive à presença de capoeiras entre seus moradores. No entanto, interessado na exploração imobiliária dos terrenos pelos quais o vasto cortiço se espalhava, empreendedores sugeriram ao Governo Imperial a concessão de favores para realização de obras na área.

[241] Cf. subseção anterior deste capítulo, a 2.1.

NuPeD
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial

MAPA DAS OCUPAÇÕES LIGADAS DIRETA OU INDIRETAMENTE ÀS AÇÕES DA FLP NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO ENTRE 2004 E 2006



Figura 10: Mapa das ocupações apoiadas direta ou indiretamente pela FLP no período entre 2004 e 2006.

> "No século XIX, a rua de Santa Ana (depois João Ricardo e hoje Bento Ribeiro) terminava na rua Barão de São Félix, junto ao número 154, onde se localizava a entrada do Cabeça de Porco. Aos pés do morro, paralela à rua Barão de São Félix, a rua dos Cajueiros (hoje Coronel Audomaro Costa) não passava de uns poucos metros de comprimento, interrompida por um tabuado a partir do qual estavam as casas do cortiço.
> "A possibilidade de prolongar essas ruas e construir casas no terreno do cortiço foi percebida por empreendedores que, na década de 1890, solicitaram ao Governo Imperial concessão de favores para realização dessas obras. (…)
> "Em 1891, a municipalidade fechou contrato com um concessionário, o engenheiro Carlos Sampaio, que se propôs a prolongar as duas ruas e abrir um túnel através do morro. Para isso, ele solicitava o direito de desapropriação de imóveis, isenção de tacas sobre os prédios a serem construídos e privilégio para exploração de uma linha de carris no túnel e nas ruas adjacentes, direito de cobrança de pedágio, durante 30 anos, e de transferência da concessão a terceiros." (CARDOSO *et al*, 1987:95)

Mas somente três anos depois, em 1883, o então prefeito Barata Ribeiro conseguiu eliminar o cortiço. Para isso, o prefeito da época assumiu pessoalmente o comando das operações. Precisou contar com uma tropa do primeiro batalhão de infantaria, oficiais do exército, da armada e da brigada policial, cavalaria, um exército de trabalhadores da prefeitura, bombeiros, funcionários da higiene pública, o chefe de polícia, delegados, engenheiros, sanitaristas, vereadores (CARDOSO *et al*, 1987:95; CHALHOUB, 1996:16). Empresários, como Carlos Sampaio e Vieira Souto, também cumpriram seu papel, visando a exploração imobiliária da área, e providenciaram que 40 operários da Empresa de Melhoramentos do Brasil auxiliassem nos trabalhos de destruição (CHALHOUB, 1996:16). A descrição das atividades de despejo e demolição do cortiço é surpreendentemente familiar para qualquer um que já tenha acompanhado o despejo de famílias sem-teto nos dias atuais, mais de 100 anos após o episódio do Cabeça de Porco.

> "O Cabeça de Porco – assim como os cortiços do centro do Rio em geral – era tido pelas autoridades da época como um 'valhacouto de desordeiros'. Diante de tamanho aparato repressivo, todavia, não parece ter havido nenhuma resistência mais séria por parte dos moradores à ocupação da estalagem. De qualquer forma, segundo o relado da *Gazeta da Notícias*, ocorreram algumas surpresas. Os esforços se concentraram primeiramente na ala esquerda da estalagem, a que estaria supostamente desabitada havia cerca de um ano. Os trabalhadores começavam a destelhar as casas quando saíram de algumas delas crianças e mulheres carregando móveis, colchões e tudo o mais que conseguiam retirar a tempo. Terminada a demolição da ala esquerda, os trabalhadores passaram a se ocupar da ala direita, em cujas casinhas ainda havia sabidamente moradores. Várias famílias se recusavam a sair, se retirando quando os escombros começavam a chover sobre suas cabeças. Mulheres e homens saíam daqueles quartos 'estreitos e infectos' iam às autoridades implorar que 'os deixassem permanecer ali por mais 24 horas'. Os apelos foram

> inúteis, e os moradores se empenharam então em salvar suas camas, cadeiras e outros objetos de uso. De acordo com a *Gazeta*, porém, 'muitos móveis não foram a tempo retirados e ficaram sob o entulho'. Os trabalhos de demolição prosseguiram pela madrugada, sempre acompanhados pelo prefeito Barata. Na manhã seguinte, já não mais existia a célebre estalagem Cabeça de Porco." (CHALHOUB, 1996:16-7)

O mesmo autor recém-citado também lembra que o ataque contra o Cabeça de Porco não fora um fato isolado. Pelo contrário, ligava-se diretamente a um processo que, intensificado desde pelo menos meados da década de 1870, estourara principalmente nas primeiras administrações republicanas. Processo esse que, partindo de uma correlação entre "classes pobres" e "classes perigosas" forjada pelas elites e administradores, perseguia esse tipo de moradia e buscava expulsar boa parte da população "pobre e perigosa" do Centro da cidade. (CHALHOUB, 1996: 25)

> "E é preciso ao menos mencionar outro motivo para a truculência contra os cortiços neste contexto: tais habitações foram um importante cenário da luta dos negros da Corte contra a escravidão nas últimas décadas do século XIX. Em outras palavras, a decisão política de expulsar as classes populares das áreas centrais da cidade podia estar associada a uma tentativa de desarticulação da memória recente dos movimentos sociais urbanos." (CHALHOUB, 1996:25-6)

Frente às ações do movimento dos sem-teto de hoje em dia, mais de 100 anos depois, surpreende como tudo permanece muito similar. Ainda que com estratégias e artifícios diferentes, os agentes modeladores do espaço urbano ligados aos interesses do Capital (incluindo aí a estrutura estatal como um todo) seguem agindo sobre as alternativas populares de moradia com a truculência que lhes foi e segue sendo característica. Tratando-se ainda de movimentos sociais de cunho emancipatório, essas ações repressivas e opressivas objetivam também uma desarticulação historicamente nociva. Tais afirmações tentam concordar plenamente com o colocado também por Chalhoub, quando ressalta que

> "[o] que mais impressiona no episódio do Cabeça de Porco é sua torturante contemporaneidade. Intervenções violentas das autoridades constituídas no cotidiano dos habitantes da cidade, sob todas as alegações possíveis e imagináveis, são hoje um lugar-comum nos centros urbanos brasileiros. Mas absolutamente não foi sempre assim, e essa tradição foi algum dia inventada, ela também tem a sua história. O episódio da destruição do Cabeça de Porco se transformou num dos marcos iniciais, num dos mitos de origem mesmo, de toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade." (CHALHOUB, 1996:19)

Coincidentemente, foi justamente na rua Barão de São Félix, nº 110, que mais de 120 anos depois (em 2004) estabeleceu-se a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Como outras (TEIXEIRA e GRANDI, 2008; TEIXEIRA, 2009; OLIVEIRA, 2009), esta pesquisa também tenta contribuir para elucidar o quanto – guardadas as diferenças históricas dos respectivos contextos sócio-espaciais – alguns exemplos de alternativas populares de habitação na região central do Rio de Janeiro têm cumprido o papel de (de maneira mais ou menos consciente e refletida) suscitar elementos vinculados à cultura popular de resistência e luta e, dessa forma, colaborar para o questionamento dos modelos de desenvolvimento urbano que tentam ser implementados na cidade.

Mas é fundamental deixar mais do que explícito que a intenção aqui não é de se estabelecer um paralelo superficial entre os cortiços do início do século passado e as atuais ocupações vinculadas ao movimento dos sem-teto. É certo que algo do gênero não seria nada criterioso, merecendo, caso fosse o objetivo aqui, maiores aprofundamentos.[242] Como não é o

[242] Somente para traçar uma das grandes diferenças entre os cortiços do final do Império e do início da primeira República, cabe lembrar de algumas ressalvas feitas por um dos entrevistados para esta pesquisa (ex-integrante da FLP, que foi entrevistado no dia 19/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida). O entrevistado lembra que a relação de exploração imobiliária que se estabelecia (e segue se estabelecendo) entre o morador e o dono do cortiço é completamente diferente da que se vê realizar nas ocupações ligadas ao movimento dos sem-teto. Nelas, não há qualquer tipo de "proprietário" que "explora" a necessidade de habitação dos moradores. Os aspectos que parecem efetivamente mais aproximarem cortiços e essas ocupações de sem-teto talvez sejam, por um lado, o perfil de seus moradores e a própria representação feita pelas classes médias e altas, elites e administradores públicos. "O cortiço, geralmente ele tinha um explorador, né. Tinha geralmente o dono do cortiço que era um grande explorador. (…) Ele só não denunciava grande parte dos inquilinos que eram ainda escravos fugitivos porque ele ganhava dinheiro disso. Mas por ele podia morrer todo mundo. (...) O cortiço... Qual que é o problema, por exemplo. A gente não fez panfletagem na Barão de São Félix. Fizemos na Senador Pompeu. Por que que a gente não fez numa e fez na outra? Barão de São Félix a maioria são cortiços (…). São donos ainda, que a gente não sabe quem é. É gente que se mudou de lá, que é o proprietário legal do imóvel, que bota miliciano, bota polícia. Paga pra tomar conta daquilo ali e cobrar os aluguéis. (...) Então o cortiço, o que mais aproxima o cortiço da ocupação não era muito a política dos cortiços. Porque o cortiço ele era uma habitação que tinha pessoas que exploravam uma situação. (…) [Mas] os personagens dessas habitações são muito parecidos. Se você pegar: são os ambulantes... Vê as descrições de cortiços do século XIX. (…) O Rio de Janeiro era muito barulhento. Por quê? Tudo era vendido na rua. Gritavam muito, tudo era vendido. Então era um barulho... Onde que essas pessoas moravam, grande parte? Nos cortiços. Então a imagem. A imagem do lugar: o aspecto higiênico. (…) Então é associado. Os quartos são exíguos (…). Às vezes é muita gente morando num quarto pequeno. Não há separação dos espaços, no sentido como uma casa tradicional moderna se pensava. Então as pessoas têm que inventar os quartos com as cortinas, com os armários, esse negócio. Então tudo isso você observava também nos cortiços. Então as pessoas que habitam as ocupações muitas delas inclusive moravam em cortiços antes. (…) Então assim... A aproximação é nesse sentido: o direito à cidade, o direito à moradia, e as imagens que você tem. E as representações das pessoas. Porque como são esses tipos de habitação? Elas escapam, de certa forma, se a gente pensar, do modelo tradicional de casa desenvolvida ao longo do ocidente, da modernidade. Elas são sempre identificadas com a promiscuidade. (…) Não tem repartições de quartos. Não tem privacidade. A intimidade. A vida é uma confusão. Então isso tudo é a representação que tem da ocupação que também é a representação que também já tinha em relação aos cortiços. Então na verdade os signos, né, que se emitem dos lugares às vezes são mais parecidos. Agora politicamente são completamente diferentes. (...) Tem essas lembranças do tempo da abolição mais porque as pessoas se escondiam lá. Então eles se misturavam aos focos de resistência. Mas não que era um tipo de habitação que o povo ocupou pra resistir, né." (informação verbal)

caso, porém, é importante destacar-se somente que, se por um lado o cortiço lembrado parágrafos acima transformou-se, em seu período, em um símbolo de resistência popular às intervenções urbanas autoritárias e ações violentas do poder público e da iniciativa privada (por mais que não se tenha elementos para afirmar que tal ação era, à época, um ato entendido dessa maneira específica pelos seus moradores); as ocupações de sem-teto, por outro, se inserem muitas vezes em um contexto similar de criação de alternativas habitacionais por parte de indivíduos e pequenos grupos que compõem a grande parcela da população que se caracteriza por ser a menos favorecida e a mais explorada na atual configuração social hegemônica (sociedade de consumo / capitalista). Com diferenças em relação à exploração ancorada na propriedade privada, presente no caso dos cortiços, e não existente no caso das ocupações, sublinhe-se.

Junto a isso, vale lembrar que a coincidência espacial entre a localização do cortiço Cabeça de Porco e da Ocupação Chiquinha Gonzaga reforça o fato de tal área da cidade ser, há tempos, um recorte espacial da cidade em disputa (de forma muitas vezes violenta) por diferentes agentes modeladores do espaço urbano. No caso dessa ocupação (como também nas demais dessa fração do movimento dos sem-teto carioca), essa tensão vincula-se de maneira refletida (em diferentes graus) a um conflito marcado por divisões sócio-espaciais de toda sorte (de classe e étnico-raciais, por exemplo). É um território em disputa, no qual pode-se reconhecer as atuais ocupações de sem-teto como flancos populares importantes (da mesma forma que, diga-se de passagem, outras tantas iniciativas da área).

2.3 Coletivos, gestão (d)e espaços característicos

2.3.1 Pequenas anotações sobre aspectos da dinâmica política interna e outras vivências sociopolíticas-espaciais compartilhadas pelas três ocupações

Mas não são só algumas referências das suas histórias que aproximam as três ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto. Muitos aspectos de suas dinâmicas internas são compartilhadas, envolvendo, por exemplo, a forma de organização política interna, as dinâmicas deliberativas, algumas estratégias espaciais de segurança e territorialização e outros aspectos da espacialidade interna dessas ocupações.

Mais uma vez, não se trata de exaurir o assunto, mas de buscar enriquecer o debate a

respeito de seus pontos em comum através da exposição das linhas gerais de algumas de suas características. E vale lembrar também que outros detalhes a respeito de alguns dos aspectos tocados nessa subseção serão aprofundados no capítulo seguinte.

Uma das características que primeiro salta aos olhos trata-se da forma de organização política interna das três ocupações. Utilizando-se da terminologia de Castoriadis, as instâncias de poder explícito da coletividade conformada pelos moradores e moradoras dessas ocupações não são separadas dessa mesma coletividade. Não existem hierarquias formais no acesso aos espaços e momentos de deliberação sobre as regras e normas que regem a convivência coletiva dessas famílias[243]. Todas as decisões que dizem respeito às práticas, expectativas e horizontes sociopolítico-espaciais dos moradores e moradoras das ocupações são tomadas em assembleia, na qual todos têm direito a voz e voto (este último recurso surgindo nos casos em que a construção de amplos consensos não é alcançada).[244] Assim é formada a principal instância deliberativa dessas ocupações, chamada de "Coletivo". Essa instância está ligada também, de certa maneira, ao apartidarismo dessas ocupações: apesar de não proibirem que moradores ou moradoras integrem as fileiras de partidos políticos, os Coletivos não se vinculam a nenhum deles (como forma de evitar ingerências políticas ou mesmo a transformação de seu território nos famosos "currais eleitorais").

> "Primeiro lugar, isso torna cada família participante, cada família cúmplice mesmo da ocupação e da manutenção. Quando a gente começa a ocupação é que a gente começa a perceber o alcance disso. Começam a aparecer alianças e recursos de onde a gente não imaginava. E a gente começa a ver que a capacidade de auto-sustentação das pessoas é muito maior do que a gente imagina, mesmo em situação mais miserável. (…) [I]sso demonstra que se a pessoa se sente cúmplice, participante e dona realmente do processo, ela tá disposta, inclusive, a comprometer mesmo seus recursos muito escassos na construção daquilo." (informação verbal)[245]

O Coletivo é composto por todos os moradores e moradoras. Ele tem seu espaço-tempo definido também: as reuniões / assembleias que se dão nas salas de reuniões.[246] Porém

---

[243] Esse aspecto peculiar dessas ocupações já foi destacado em outras pesquisas: SOUZA (2006a, 2008b, 2009b, 2009c, no prelo); TEIXEIRA (2009); OLIVEIRA (2009); SOUZA e TEIXEIRA (2009); ALMEIDA (2009); ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009); MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA (2009)

[244] De acordo com os regimentos internos das três ocupações, todos os moradores têm direito a voz. Na necessidade de haver votações a respeito de algum tema, cada família tem direito a um voto. Eventualmente, membros do "apoio" também participam de algumas reuniões, tendo igual direito a voz. No entanto, não possuem direito a voto.

[245] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

[246] A existência desse espaço é também uma característica bastante marcante dessas ocupações. Mais adiante, ainda nesta subseção, será lembrada uma proposta de classificação dos espaços internos (especialmente de acordo com suas funções) dessas ocupações já feita em trabalhos anteriores (TEIXEIRA e GRANDI, 2008;

o seu funcionamento mesmo nesse espaço-tempo específico não deixa de ter detalhes também interessantes. Não é possível, no entanto, aprofundar-se aqui em algum tipo de generalização a esse respeito. Particularidades de um caso específico serão apresentadas no capítulo seguinte, como já se reforçou em passagens anteriores. Mas por conta do trabalho de campo realizado, foi possível perceber que, apesar de todos/as os/as ocupantes terem o mesmo direito de participar das reuniões, a amplitude dessa participação varia bastante entre as três ocupações. Os motivos que levam à essas diferenças são muito complexos, mesclando diversos fatores de difícil ponderação no âmbito desta pesquisa. Uma das justificativas frequentemente escutadas durante os momentos compartilhados com moradores e moradoras dessas ocupações, e que pode ser apontado de maneira preliminar como exercendo bastante influência na quantidade de pessoas presentes nas reuniões do Coletivo, é a reincidência nesses espaços-tempo de assuntos geralmente ligados aos espaços privados ou de uso comum.

> "Porque a reunião é um lugar que a gente fica se digladiando pra resolver os problemas coletivos, mas com muita seriedade. Então, as pessoas nunca viveram um coletivo, e quando vivem assim a primeira vez são muito sérias naquilo, e muito taxativas. E às vezes... Numa reunião de avaliação, por exemplo: (...) às vezes você vai avaliar o companheiro e o morador destaca ele por questões que de repente nem poderia destacar se tivesse um diálogo fora da reunião. Que não é um destaque propriamente dito, porque ele deixa de fazer uma comissão de trabalho, deixa de tirar portaria ou deixa de pagar finanças. Às vezes é até um destaque pessoal, que poderia ser resolvido fora do Coletivo. Com um papo, um bate-papo, uma discussão... Até saber porque existe aquela implicância" (informação verbal)[247]

Percebe-se, portanto, como a dinâmica espacial dos conflitos interpessoais cotidianos afetam diretamente as reuniões. Esses conflitos, diga-se de passagem, também se somam a outros aspectos que colaboram para que nem todos os presentes nas reuniões do Coletivo façam intervenções verbais com a mesma frequência durante as assembleias – isso, logicamente, variando de ocupação para ocupação.

É interessante valer-se das categorias sugeridas por SWARTZ (1968), apresentadas no primeiro capítulo desta pesquisa e já utilizadas por outros pesquisadores para tratar do tema (TEIXEIRA, 2009) para descrever ao menos esse detalhe da dinâmica dessa instância deliberativa. Em uma escala micro/mesolocal, essas ocupações fazem parte de uma arena que remete ao movimento dos sem-teto carioca (contexto no qual são parte de um campo político também próprio, marcado especialmente por essa forma de organização política específica).

ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009).

[247] Moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada em 04/12/08.

Já na escala nanolocal, as três ocupações conformam arenas específicas, hegemonizadas (em meio a disputas mais ou menos explícitas, mais ou menos acirradas) também por campos políticos próprios. Tanto integrantes das arenas quando dos campos políticos próprios de cada ocupação vão às reuniões dos respectivos Coletivos. Mas suas participações não são idênticas, variando, por exemplo, em intensidade e frequência de acordo com o Coletivo – como ressaltado acima. No entanto, para que se possa identificar a dinâmica interna de cada Coletivo deve-se reconhecer a necessidade de estudos de caso mais detidos.

Também é importante lembrar que, logicamente, a inexistência formal de hierarquias não torna fácil, por si só, a tarefa de estabelecer uma igualdade efetiva e uma liberdade plena no interior da ocupação. As dificuldades cotidianas são de toda sorte, especialmente por conta da existência de muitas significações imaginárias autoritárias e heterônomas tipicamente capitalistas enraizadas em muitos dos moradores e moradoras. São significações que acabam estimulando a existência de valores e, por consequência, posturas privatistas e individualistas. Essas posturas, apesar de nem sempre serem dominantes no território das ocupações em tela, frequentemente dificultam os processos mais coletivistas, desafiando as normas estabelecidas pelo Coletivo e, assim, enfraquecendo seu poder e todos os aspectos que dele derivam (avanços nas negociações a respeito da regularização da situação do imóvel, a segurança da ocupação e dos sem-teto que nela vivem, os ganhos em termos de melhorias para o prédio e para o Coletivo, etc.).

É até mesmo por conta dessas posturas que dentre as normas das ocupações existem também punições. Trata-se de um tema polêmico, principalmente para aqueles que tecem críticas à essas práticas espaciais insurgentes. No entanto, diferente das relações heterônomas estabelecidas na atual sociedade de consumo capitalista, os termos, a gradatividade e até mesmo a aplicação dessas punições são passíveis de discussão e questionamento por qualquer ocupante a qualquer momento. Formalmente, porém, a rediscussão se dá no Coletivo, e seu resultado é por ele deliberado. Algumas questões sobre a relação do Coletivo com as punições serão vistas em maiores detalhes também no próximo capítulo. Antes de prosseguir, vale à pena ainda destacar que a existência dessas punições liga-se diretamente também à tentativa de manutenção e reprodução do projeto político do campo político que hegemoniza a arena de cada ocupação – especialmente porque é principalmente essa hegemonização que estabelece a grande influência do campo político na definição normativa (e, às vezes, também informal) dos comportamentos aceitáveis e daqueles passíveis de punição. Em certos contextos, essas punições também cumprem um outro papel sócio-espacial estratégico: servirem como

alternativas-limite contra posturas que ameacem (direta ou indiretamente) não só a segurança das ocupações, mas também a própria territorialização por elas posta em prática.

A rediscussão das normas, por sinal, é um dos principais fatores que possibilitam a existência também de uma temporalidade específica das normas coletivas das ocupações. Com maior ou menor frequência e desenvoltura, a redefinição das normas é realizada pelos Coletivos das três ocupações. Diga-se de passagem, essas práticas são marcadas inclusive pelo pouco uso de registros escritos. Não se valendo de atas ou coisas do gênero, valem-se muito mais da cultura oral do que da escrita.[248]

Um ótimo exemplo dessa dinâmica temporal surge ao saber-se que no período inicial da ocupação, os regimentos das ocupações apresentam características que buscam ser coerentes justamente com a situação na qual os sem-teto se encontram. No início, o convívio dos moradores e moradoras das ocupações de sem-teto é marcado, em suas relações externas, pela tensão do constante perigo de despejo e de conflito com as forças policiais. Internamente, ressaltam-se as formas como as interações são afetadas pelos altos e baixos da delicada adaptação ao convívio coletivo com dezenas de pessoas e famílias que pouco se conhecem até então – adaptação essa que fica ainda mais frágil em uma situação de tensão, precarização e diminuição temporária dos espaços privados).[249]

> "É porque, na realidade, toda ocupação começa com uma dificuldade muito grande: você pega um punhado de gente que nunca se viu e fala 'agora vocês vão

[248] Essa reflexão é desenvolvida originalmente por OLIVEIRA (2009:86). Para a autora, baseada principalmente nas ponderações de Muniz Sodré, essa predominância reflete elementos de uma forma particular de dotar sentido ao mundo que circunda essas coletividades. A principal característica aí seria justamente a não-reprodução da centralidade da palavra escrita enquanto evidência e comprovação da verdade (modelo, na sua opinião, atualmente bastante vinculado ao Estado moderno burocrático-burguês). "Exemplo disso são as decisões em assembleia, para as quais nunca se demandou por parte do conjunto dos moradores registro em ata. (…) A concepção de que cada assembleia é soberana, que a repetição dos temas pode confirmar a decisão coletiva ou modificá-la a qualquer tempo, sofre embate com a lógica de avançar, progredir, passar para o próximo ponto superando o que já foi discutido e votado. Desse modo, o ritual de repetição aniquila a lógica do valor do tempo e a escrita – forma determinante da sociedade ocidental, dos povos que se reivindicam como portadores da História da humanidade – sendo abolida a sua centralidade." (OLIVEIRA, 2009:86) Ainda assim vale destacar que também outros tipos de registro têm assumido papéis de destaque entre os indivíduos que compõem os Coletivos dessas ocupações: Os registros com componentes visuais (fotografias e filmagens, por exemplo) têm suscitado um grande apelo junto aos ocupantes. Apesar da cultura popular e das pesquisas historiográficas já terem há muito mostrado a importância da cultura oral (e de sua reconhecida predominância no contexto das ocupações aqui enfocadas – muito bem observada por Oliveira), percebe-se que outros suportes também têm cooperado para registrar essas experiências de luta e resistência popular (apesar das dificuldades que envolvem, por exemplo, a pouca facilidade em acessar instrumentos e conhecimentos técnicos para o tratamento e armazenamento desses registros).

[249] Esse momento de certo "atrofiamento" dos espaços privados desempenha um papel importante na dinâmica espacial das ocupações das quais se está falando aqui. Ele se vincula a um momento particular do processo de fortalecimento da ocupação em seus períodos iniciais. Os espaços privados acabam se articulando diretamente também com os espaços coletivos (que, por sua vez, também apresentam características e dinâmicas espaço-temporais próprias). Detalhes disso serão vistos alguns parágrafos adiante.

> viver juntos e vão ser uma família só. Inclusive vocês têm um nome só.' O que é tudo uma mentira, né? Porque se a gente briga com pai, briga com mãe, briga com irmão, que a gente nasce naquela célula, você imagina começar a perceber os erros de pessoas que você não tem a mínima afinidade nem sentimento. Você briga com mãe, que tem sentimento, não vai brigar com uma pessoa que é estranha pra você?" (informação verbal)[250]

É também importante lembrar das várias dificuldades impostas (não só no início, mas de maneira marcadamente mais traumatizante nesse período das ocupações) pela precariedade do substrato material-concreto – que, em maior ou menor grau, demanda reestruturações urgentes para que possa ser realizada a refuncionalização espacial característica desse movimento social: a transformação de espaços abandonados em moradia popular e em um território de resistência. Depois, no decorrer dos anos de ocupação, o regimento interno (marco do *nomos* formal interno das ocupações) é modificado de acordo com a demanda do próprio Coletivo. No Capítulo III desta pesquisa mais detalhes referentes a um caso específico serão lembrados e considerados para que se possa pensar sobre a espacialidade (e aspectos da indissociável temporalidade) das normas coletivas.

Os mutirões também são estratégias sócio-espaciais de intervenção coletiva no espaço das ocupações que são observadas nos três imóveis enfocados nesta seção. Como já foi destacado em páginas anteriores a respeito dos processos de autoconstrução,[251] também os mutirões realizados nessas ocupações de sem-teto contam com uma mão-de-obra muitas vezes suficientemente experiente e conhecedora do ofício para o cumprimento das tarefas necessárias. A trajetória de vida de diversas pessoas agrega frequentemente um extenso e denso "*know-how*" prático-empírico ao Coletivo, capaz de solucionar situações muitas vezes dificilmente superadas por conhecimentos trazidos simplesmente a reboque de diplomas acadêmicos.

Ademais, o espaço-tempo dos mutirões não são importantes somente para a reestruturação operada pelos ocupantes. Eles são também fundamentais para o fomento e a difusão de relações sociais específicas, relacionadas ao projeto político de campos políticos mais influentes nessas ocupações: novas sociabilidades, pautadas pela tentativa de construção de relações marcadas pela confiança recíproca, ajuda mútua e divisão de tarefas. Tal situação é muito estimulada através da convivência e da *co*-operação em espaços-tempos específicos voltados para o bem-comum da ocupação: as comissões de trabalho e os "mutirões" cumprem esse papel também. Essas atividades e formas de organização colaboram para que as práticas

[250] Moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada em 04/12/08.
[251] Cf. Nota de rodapé número 156.

espaciais internas à ocupação não se restrinjam à reestruturação, mas apontem também para uma densa ressignificação espacial. Isso ficará mais explícito quando forem relatados os primeiros momentos da Ocupação Chiquinha Gonzaga, na última seção deste capítulo.

Algumas estratégias sócio-espaciais de segurança e manutenção da territorialização realizada por essas ocupações também são compartilhadas. A prática de "tirar portaria", como é chamada pelos moradores e moradoras, é um dos exemplos. Ela consiste em um rodízio de moradores que permanecem, dessa forma, durante vários turnos vigiando a entrada principal das ocupações – uma área crucial para a segurança do imóvel, constituindo-se enquanto uma fronteira sempre sujeita a situações de tensão. Trata-se de um exemplo claro de prática espacial dessas ocupações voltada à manutenção e reafirmação da sua territorialidade – até mesmo nos termos propostos pelo geógrafo estadunidense Robert SACK (1988), enquanto "(...) the attempt by an individual or group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area."[252] (SACK, 1986:19) [grifos no original]

Mas as práticas comunicativas (verbais e não-verbais) também são fundamentais como estratégias sócio-espaciais de segurança interna e externa das ocupações. Internamente, tal tipo de interação parece fortalecer a forma de organização e gestão territorial das ocupações. Como já foi dito, nas ocupações cariocas sobre as quais se está falando aqui o poder sobre o espaço é exercido pelo Coletivo, do qual fazem parte somente moradores e moradoras da ocupação. Sua soberania e coesão, construídas e reforçadas também através dessas interações (verbal ou gestualmente mediadas, mais ou menos estimuladas de maneira direta pelo próprio Coletivo enquanto instância formal de deliberação da ocupação), tentam assegurar o controle territorial sob a ocupação.

Quanto à segurança externa, o diálogo também tem muita importância. Diante das forças repressoras do Estado, pôde-se perceber através da observação participante que não são raras as vezes nas quais a comunicação e a argumentação verbal direta com os agentes

[252] "(...) a tentativa por um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica." [tradução livre] Vale lembrar também como essa prática espacial também se encaixa muito bem nas três tendências para os efeitos que a territorialidade pode causar consideradas mais importantes pelo mesmo autor: i) Territorialidade envolve uma forma de *classificação* (no caso, definida em parte formalmente pelo Coletivo, em parte informalmente pelas diversas interpretações que cada ocupante faz das definições sobre quais indivíduos e quais situações representam perigo à ocupação e a seus/suas moradores/as); ii) A territorialidade pode ser facilmente *comunicada* através de uma fronteira (nada mais claro: a portaria é, em si só, uma das fronteiras da ocupação e, enquanto tal, atuando como ponto de contato que demarca não só sua "separação" do exterior, mas sendo também a principal "ponte" entre a ocupação e o resto do mundo); iii) A territorialidade também pode ser a mais eficiente estratégia para *reforçar o controle*. Vale lembrar que algumas ponderações a respeito das reflexões de Sack foram feitas no primeiro capítulo desta dissertação.

repressores torna-se o principal instrumento através do qual se busca (e em muitas ocasiões se consegue) a conquista de margens de manobra fundamentais para o movimento. São margens que garantem, por exemplo, a entrada no imóvel de provimentos para os ativistas nos primeiros momentos das ocupações, o acesso a informações interessantes ao processo de organização do movimento, a integridade física e psicológica dos ocupantes, etc. Já frente às investidas do tráfico de drogas sobre as ocupações (referidas já na subseção 2.1), é muitas vezes a "negociação" verbal direta entre o Coletivo e as lideranças dos grupos de traficantes que garante a resolução não-violenta de impasses e tensões.[253] Tanto em uma situação quanto na outra, as ocupações se apresentam, como bem colocou SOUZA (2009c:37), como *territórios contestados*.

Em ambas as situações, é crucial lembrar que referenciais sócio-espaciais específicos e bastante complexos são reivindicados para que a comunicação se estabeleça de maneira minimamente propícia à conquista de pequenos ganhos conjunturais. Nesse sentido, parecem interessantes as categorias do mundo da vida ressaltadas pela teoria habermasiana do agir comunicativo para se tentar levantar alguns aspectos importantes nessas interações.[254] No caso das negociações internas às ocupações, foco desta pesquisa, esses aspectos serão trabalhados mais detalhadamente no capítulo seguinte (tomando-se como estudo de caso específico, como já se ressaltou, a Ocupação Chiquinha Gonzaga). Tratando-se das outras interações, reconhece-se a necessidade de estudos mais detidos. No entanto, acredita-se que linhas gerais e introdutórias possam ser traçadas (sem qualquer pretensão para além disso, claro).

No que se refere às negociações que muitas vezes tentam ser desenvolvidas junto às

---

[253] Obviamente, não se trata de uma negociação que leve à sujeição do Coletivo aos traficantes de drogas. Tal interação caracteriza-se mais por um denso e delicado processo de convencimento, no qual membros do Coletivo buscam agir argumentativamente frente aos traficantes.

[254] Uma ressalva é importante: não se está querendo advogar em defesa da possibilidade de instauração de uma "situação ideal de fala" habermasiana, um pleno "agir orientado ao entendimento" entre os integrantes de um movimento social como o movimento dos sem-teto e as forças repressoras do Estado ou mesmo com os grupos de traficantes de drogas que operam no varejo. Como imagina-se ter deixado claro no primeiro capítulo desta dissertação, a teoria do agir comunicativo precisa ser bastante relativizada quando confrontada com a prática. Para não se perder a oportunidade de frisar a máxima: "Na prática, a teoria é [e muitas vezes precisa ser!] outra." Existem limites intransponíveis para que essa "situação ideal" se estabeleça, que estão notadamente explícitos nas exigências que a teoria coloca, e que se tornam palpáveis no contato desta com o empírico. Num primeiro lugar, sabe-se que as relações estabelecidas entre o Estado, os traficantes e os movimentos sociais sofrem sempre, em última análise, o forte espectro do uso da violência (principalmente por parte das forças estatais e do tráfico). Tal tipo de coerção já põe por terra qualquer pretensão de "agir comunicativo" pleno. Sem contar que a própria assimetria no que envolve a possibilidade de uso dessa violência estabelece uma diferença estrutural entre esses agentes, solapando obviamente qualquer tipo de busca por um "entendimento mútuo" pleno nos moldes de Habermas (que deveria estabelecer-se *entre iguais*). No entanto, na escala temporal da tática, a capacidade de angariar pequenos acordos pode terminar por fazer a diferença entre, por exemplo, um despejo pacífico e um massacre, ou a territorialização por agentes do "capitalismo criminal-informal" e a manutenção da soberania do Coletivo de uma ocupação.

forças repressoras do Estado, algumas características parecem ser bastante claras e elucidativas. O estabelecimento de algum canal de comunicação direta com algum dos agente geralmente se vale da busca por algum ponto comum de referência, por exemplo: os argumentos legais (referentes, grosso modo, ao mundo da vida social-normativo), que levantam a validade e a interpretação de normas sociais pretensamente compartilhadas; os argumentos materiais-concretos (mais vinculados ao mundo da vida objetivo), que pontuam, por exemplo, imperativos ligados às necessidades básicas e fundamentais dos/das ocupantes ou mesmo aspectos ligados a um saber técnico-científico; os argumentos simbólico-afetivos (estreitamente ligados ao mundo da vida subjetivo), que frequentemente valem-se da tentativa de suscitar algum tipo de sentimento de empatia entre os agentes, os indivíduos e as famílias sem-teto. Identificado algum ponto em comum, geralmente busca-se desenvolver a interação visando a conquista de margens de manobra que possam ser importantes para os interesses dos ativistas envolvidos.

Não fosse a busca pelo rigor reflexivo, seria talvez desnecessário lembrar que essa busca nem sempre é vitoriosa. Mas, de qualquer maneira, é interessante perceber que, no caso de ocupações, tanto os integrantes do apoio quanto os próprios moradores / ocupantes reivindicam simultaneamente muitos desses tipos de argumentos (ainda que não necessariamente de maneira articulada), o que faz dessa separação um artifício meramente analíticos. Mas vale lembrar também que a predominância de certos tipos de argumentos aparentemente varia muito de acordo com os interlocutores, com os espaços e com os momentos nos quais a interação acaba sendo estabelecida. Muitas autoridades (policiais ou não), por exemplo, acabam dando maior valor a argumentos legais quando esses vêm de sujeitos identificados com classes sociais que geralmente possuem maior "consciência de direitos" (como a classe média). Já argumentos materiais-concretos ou simbólico-afetivos recebem maior credibilidade da dita "opinião pública" quando proferidos pelos próprios ocupantes sem-teto.[255]

[255] É óbvio que essa maior ou menor credibilidade dos argumentos acaba se baseando em uma série de preconceitos sócio-espacialmente construídos, reproduzidos e reforçados, na maioria das vezes referenciados por questões de classe, etnia, gênero e idade (dentre outras). De um ponto de vista emancipatório (e particularmente libertário), não parece fazer sentido algum julgar que qualquer preconceito possa afetar a credibilidade argumentativa de qualquer sujeito. Diga-se de passagem que, pressupondo-se o compromisso com a construção de relações sócio-espaciais baseadas em valores minimamente afins ao projeto de autonomia aqui advogado, a igualdade sócio-espacialmente efetiva deve inclusive garantir e reforçar que *todos* os indivíduos interessados tenham não só a possibilidade de argumentar em pé de igualdade, como também de terem seus argumentos valorizados e considerados igualmente para a elaboração de juízos e a tomada de decisões coletivas (sem que isso obrigue, logicamente, que tais argumentos sejam aceitos como válidos – visto a desejável e necessária criticidade nas reflexões a respeito de qualquer tema ou questão). Não se quer aqui reforçar os preconceitos que autorizam exclusivamente determinados sujeitos (pertencentes a

Quando a segurança e a soberania da ocupação é ameaçada pelo tráfico de drogas, a "negociação" geralmente se estabelece de outra maneira. Essa interação também não tem sempre um saldo positivo para o movimento (algumas vezes sendo as ocupações não só assediadas, mas efetivamente tomadas pelo tráfico – como já ocorreu tanto em ocupações de São Paulo [SOUZA, 2009c:37] como em ocupações do Rio de Janeiro). No entanto, como também relatam SOUZA (2009c) e TEIXEIRA (2009), algumas situações – particularmente no Rio de Janeiro – tiveram sucesso.

Segundo relatos de integrantes do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro (e também de acordo com outros dados coletados através da observação participante, com a ajuda das notas de campo) a desconstrução de um pretenso interesse[256] de certos grupos de traficantes de drogas por uma dada ocupação deu-se a partir de uma interação nitidamente pautada pela argumentação. Após moradores e moradoras exporem considerações que apontavam para o fato de que a localização da ocupação (e a exposição dela decorrente) não seria interessante às atividades dos traficantes – bem como o próprio fato de que, por estarem em um imóvel cujo processo judicial estava em pleno andamento, a polícia poderia aparecer "a qualquer momento" – as lideranças locais do tráfico varejista de drogas teriam descartado a ideia de "tomar" a ocupação. Nota-se como o espaço desempenhou, aí, papel central para a resolução da situação em prol do movimento.

Mas a espacialidade também mostrou-se crucial por conta de outro detalhe: tal "negociação" não foi travada por qualquer pessoa. Pelo contrário, foram sujeitos específicos que arriscaram-se em tal tarefa. Nem todos os moradores ou moradoras das ocupações têm como antigo local de moradia áreas territorializadas por grupos de traficantes. Sendo assim, antes de qualquer coisa, nem todos os sem-teto compartilham aspectos do "mundo da vida" próprio dessas áreas – aspectos esses que são fundamentais para que se possa iniciar de maneira minimamente segura uma interação discursiva com os integrantes de tais grupos. Não

grupos sociais específicos ou não) a utilizarem-se de certos tipos de argumentos (como o faz o tecnocratismo, por exemplo; ou como é reforçado em muitas organizações cuja estrutura política interna é notadamente verticalizada – e que terminam por definir os "mais aptos" e os "menos aptos" a proferir certos tipos de discursos). Simplesmente quer-se destacar que tais preconceitos são conhecidos pelos integrantes dos mais variados campos políticos do movimento dos sem-teto, e que muitas vezes esses campos políticos buscam se valer estrategicamente desses preconceitos para aumentar a credibilidade e o alcance de suas ações. No entanto, vale grifar que, como buscou-se deixar claro linhas acima, acredita-se que uma postura radicalmente emancipatória deva combater ferozmente tais "latifúndios discursivos".

[256] Certos depoimentos coletados durante a pesquisa, no entanto, negam que houve efetivamente tal interesse em territorializar a ocupação que enfrentou essa situação que está sendo relatada. Em suas falas, certas pessoas afirmam que, por outro lado, o que ocorreu foi a difusão de um boato que não condizia com os reais interesses das lideranças locais do tráfico – que, em verdade, nunca teriam pensado em "tomar" a ocupação. Mas, de qualquer maneira, os relatos convergem no que mais interessa no momento: os argumentos utilizados pelos sem-teto nessa dada situação de "negociação" com certo grupo de traficantes.

se trata simplesmente de (apesar de passar também por) um "código linguístico", mas justamente do conhecimento de uma série de códigos (linguísticos, gestuais, procedimentais, etc.), critérios de validação, referenciais simbólico-afetivos e tantos outros. Tais conhecimentos surgem diretamente de uma experiência completa com o "*lugar*" e do conhecimento dos códigos ali compartilhados. No entanto, em todos os relatos observados um aspecto foi particularmente ressaltado: a importância que teve o fato de as lideranças do grupo de traficantes já conhecerem esses interlocutores sem-teto de outros espaços e outras atividades. E não se tratava, como alguma mente conservadora poderia rapidamente deduzir, de os sem-teto terem (hoje em dia ou no passado) algum tipo de "vínculo empregatício" com o tráfico. Pelo contrário: essa "familiaridade" dizia respeito ao envolvimento desses moradores e moradoras da ocupação com atividades de ativismo político e do seu convívio social com os moradores do entorno. Segundo os/as próprios/as moradores/as sem-teto que travaram esse diálogo, os traficantes "lhes respeitavam" justamente por lhes conhecerem enquanto pessoas respeitadas pelos moradores e moradoras de toda a região pela característica de defenderem e ajudarem no dia-a-dia muitos deles e delas.[257] A importância da atuação política em diversas escalas enquanto critério que confere credibilidade aos interlocutores fica explícita aqui. Note-se que isso aparentemente não era fruto diretamente de um reconhecimento surgido de uma reflexão feita de maneira deliberada sobre o assunto. São estruturas de validação dos sujeitos aparentemente localizadas em uma fronteira entre o que é refletido e o que é feito sem uma reflexão direta a respeito. E são estruturas ricas em espacialidade.

2.3.2 Recordando esboços de uma tipologia introdutória dos usos dos espaços internos dessas ocupações

Por fim (para os objetivos desta seção), são fundamentais para esta pesquisa os traços observados na espacialidade interna dessas ocupações, mais especificamente vinculados aos usos e funções desempenhados por cada recorte espacial interno. E, antes de seguir, é preciso deixar claro que as categorias que serão utilizadas aqui para categorizar, descrever e analisar introdutoriamente esses outros aspectos fortemente espaciais não são categorias "nativas", utilizadas pelos próprios sem-teto em seu cotidiano. Também não pretendem ser vistas como

[257] Informação verbal obtida com integrantes do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro no decorrer dos meses de julho e agosto de 2008 através de entrevistas informais com diretriz ("focalizadas").

qualquer tipo de "modelo". Trata-se, por outro lado, de elaborações teórico-analíticas feitas já desde trabalhos anteriores (TEIXEIRA e GRANDI, 2008; ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009) no intuito de sistematizar uma série de dados observados em campo.

A primeira reflexão a respeito desses aspectos da espacialidade interna dessas ocupações teve como foco do estudo a própria Ocupação Chiquinha Gonzaga (TEIXEIRA e GRANDI, 2008). De maneira introdutória, percebeu-se na época a existência de três principais tipos de espaços em seu interior (tipos que, a grosso modo, eram também observados nas outras duas ocupações dessa fração do movimento). Seriam eles os *espaços de uso privado* (aqueles destinados às moradias de cada uma das famílias da ocupação),[258] os *espaços de uso coletivo* (que, por sua vez, se subdividiriam em outros diversos usos, abrangendo tanto os espaços de reuniões, quanto os de atividades de geração de renda, as atividades culturais e a portaria) e *espaços de uso comum* (que, apesar de "aparentemente neutros", desempenhariam papel importante nas ocupações – especialmente quanto ao fomento de um sentimento de pertencimento, o que seria parte de uma "lugarização").[259]

Essas categorias auxiliaram para que, através do relato de algumas situações observadas no cotidiano da Ocupação Chiquinha Gonzaga (e valendo-se principalmente de entrevistas formais semi-abertas), também se buscasse mostrar o papel que as práticas comunicativas desempenharam para o processo de aprovação ou não de propostas específicas que tratavam justamente sobre a definição de usos e funções de espaços internos da ocupação e que haviam sido encaminhadas por moradores (notadamente de um campo político específico, bastante afim à autogestão) às reuniões do Coletivo. Além disso, a elaboração de

---

[258] Esses são espaços também centrais em articulações políticas pré e pós-reuniões e assembleias do Coletivo. Isso se dá especialmente em ocupações que têm em seu interior a distinção clara de campos políticos distintos que, até mesmo por isso, articulam-se tendo em vista táticas e estratégias de hegemonização da arena da qual fazem parte. Ao mesmo tempo, são fundamentais para o aprofundamento e densificação da proposta de democracia direta encampada pelas ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto. Esses aspectos serão vistos com mais detalhes no Capítulo III, quando falar-se a respeito do papel dos espaços privados na dinâmica comunicativa e em processos de convencimento.

[259] É importante sublinhar aqui uma ressalva já feita nos dois trabalhos que estão sendo enfocados no momento (TEIXEIRA e GRANDI, 2008; ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009): não se considera aqui os espaços coletivos como um equivalente ao espaço público – especialmente quando este é compreendido nos termos que a filósofa Hannah Arendt resgata da sociedade grega antiga. No caso dessas ocupações, tais espaços não são "públicos" justamente por não permitirem o acesso irrestrito a qualquer cidadão. São, na verdade, espaços de moradia que, internamente, apresentam características políticas radicalmente horizontais e universalistas no que envolve sua gestão. Discorda-se, portanto, do colocado por GOMES (2001:285) quando o autor afirma de maneira negativista que os espaços coletivos caracterizam-se por serem apropriados e controlados por um grupo que exerce seu domínio ao alimentar as diferenças destes em relação a outros grupos. "No caso da ocupação Quilombo das Guerreiras (como no caso da ocupação Chiquinha Gonzaga, enfocada pelo trabalho recém citado de 2008) os espaços coletivos, devido ao caráter político fortemente horizontal da mesma, são espaços democráticos regidos por normas explicitadas e acordadas coletivamente." (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2008:74)

croquis dos dois primeiros andares da ocupação (andares que concentram os principais espaços de uso coletivo na Ocupação Chiquinha Gonzaga) em dois momentos distintos de sua história, contemplando os diferentes usos e funções de seus espaços internos no decorrer do tempo, contribuiu também para deixar explícita a temporalidade inerente a todo processo de produção do espaço e, logicamente, também observada na ocupação. Como saldo principal, tentou-se deixar claro em tal trabalho que a dinâmica que envolve as definições a respeito dos usos e das funções desses diferentes espaços na ocupação "(...) é um dos seus principais motivos de conflito, submetendo à prova o seu modelo de gestão política" (TEIXEIRA e GRANDI, 2008:5), marcado por um esforço de horizontalização profunda e radical das relações de poder internas, e exigindo de seus moradores e moradoras o exercício de práticas comunicativas bastante específicas e complexas.

Ocorre que, após esse trabalho elaborado em 2008, novos questionamentos surgiram. E eles se voltavam especialmente para uma das categorias espaciais sugeridas para a elucidação dos usos e funções espaciais, categoria dos espaços que são consideradas pelo campo político mais autogestionário dessa fração do movimento dos sem-teto como dos espaços mais importantes para o projeto político dessas ocupações: os espaços de uso coletivo. Justamente por isso, antes de apresentar os croquis referentes à Ocupação Chiquinha Gonzaga, é imprescindível prosseguir à exposição das propostas de desdobramentos a partir da categorização feita em TEIXEIRA e GRANDI (2008) que tiveram lugar em ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009) e basearam-se, dessa vez, na Ocupação Quilombo das Guerreiras. Isso porque são elas que levaram à incrementação do croqui da Ocupação Chiquinha Gonzaga, já devidamente "atualizado", e que será apresentado no capítulo seguinte.

Nesse trabalho publicado em 2009, algumas ponderações (já consideradas no trabalho do ano anterior) foram desde o início melhor explicitadas. A divisão, aparentemente composta por categorias quase herméticas na primeira proposta de categorização, foi então relativizada e suas variações ao menos ressaltadas.

> "(...) [A]s características utilizadas para cada categoria não se restringem exclusivamente às categorias correspondentes. Muitas dessas características estão presentes de maneira concomitante em muitos ou mesmo todos os espaços da ocupação, em maior ou menor grau. As fronteiras nem sempre são claras e as relações sociais e de poder observadas são complexas e não cessam inteiramente ao atravessar de um espaço para outro. Existem "zonas de transição" ou "áreas de sombra" e de contato entre os espaços. Assim, apesar de identificáveis, é impossível delimitar com precisão onde termina um desses espaços e começa o

> outro. Todos os espaços têm aspectos que transpassam essas divisões e que são importantes para a construção desse todo, costurando a teia de relações sociais existentes dentro da ocupação." (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009:73-4)

Partindo da observação e da convivência cotidiana com outra ocupação de sem-teto (a Quilombo das Guerreiras) e de entrevistas formais semi-abertas, as reflexões a respeito dessas categorias espaciais ganharam novos detalhes. A principal contribuição para o desdobramento dessas reflexões surgiu do contato com e da atenção às colocações de Hannah Arendt e Cornelius Castoriadis a respeito das esferas da vida e da democracia consideradas durante a antiguidade grega (com maior destaque para este último autor). Ambos trazem em suas obras a valorização de diferentes esferas, que denotam aspectos importantes da espacialidade grega. Enquanto ARENDT (1983) lembra das esferas da vida e da existência humana (o labor, o trabalho e a ação, a respeito dos quais já se fez referência no Capítulo I desta dissertação), CASTORIADIS (2002, 2004) nos brinda com as esferas da democracia ateniense: a *oîkos* (esfera dos negócios privados), a *ágora* (esfera privada/pública, local onde os cidadãos se encontram fora do domínio político) e a *ekklesía* (esfera formalmente pública, onde, em um regime verdadeiramente democrático, as deliberações a respeito dos negócios comuns são feitas). Para a filósofa alemã, a esfera da ação humana era central para a "condição humana" grega. Já para ele, é justamente o misto de uma nítida separação e uma consistente articulação das três esferas da democracia ateniense que dava a tônica principal para essa sociedade (CASTORIADIS, 2002:264). Tal articulação, operada pela própria instituição global daquela sociedade, era um dos pilares que garantia seu regime político.[260] E é lembrando de SOUZA (2006a) que deve-se considerar a importância que a vivificação da ágora – ou seja, "(...) a esfera das interações mais ou menos espontâneas (em contraposição à esfera estritamente privada e em contraste com a administração dos negócios coletivos em sentido próprio)" (SOUZA, 2006a:588) – tem para a instauração e fortalecimento de um "ambiente político-cultural" denso e um revigoramento da esfera e dos espaços públicos (conforme já foi citado

[260] Para o autor, diferentes regimes políticos articulam de maneiras distintas essas esferas. Em regimes totalitários, por exemplo, tudo é transformado em "esfera pública" (ainda que ela não seja efetivamente pública, e sim propriedade privada do aparelho totalitário que detém e exerce o poder [CASTORIADIS, 2002:264]). Já as "democracias" representativas contemporâneas por outro lado, tampouco possibilitam que a esfera pública cumpra seu devir *realmente* público. "O devir realmente público do domínio público/público pressupõe, bem entendido, que a coletividade e os poderes públicos tenham a obrigação de informar efetivamente aos cidadãos sobre tudo aquilo que diz respeito às decisões a serem tomadas, informação esta que eles necessitam para poder tomá-las em conhecimento de causa."(CASTORIADIS, 2004:209) Isso obviamente não é o que acontece nas "democracias" representativas atuais, nas quais esse "domínio público" é, efetivamente e em diferentes graus, *privado*.

também em ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009:89).

Essas esferas da democracia ateniense serão fundamentais para a compreensão também do próximo capítulo desta dissertação (como os próprios títulos de seções e subseções já podem indicar). Elas foram cruciais, porém, principalmente para este trabalho de 2009, que sugeriu mudanças em relação às categorias levantadas no trabalho elaborado em coautoria em 2008. O adendo mais significativo em comparação com a primeira categorização apontou para a inclusão dos espaços de uso comum como subcategoria dos próprios espaços de uso coletivo (e a consequente redução de três grandes categorias para duas).

Os espaços de uso coletivo são encontrados em muitas ocupações vinculadas ao movimento dos sem-teto. Tais espaços caracterizaram-se desde o início como um aspecto fundamental também do projeto político das três ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto carioca. Tanto que, como bem ressaltou TEIXEIRA (2009), nas três ocupações muitos dos usos e funções que seriam destinadas a espaços internos dos imóveis já haviam sido definidos antes mesmo da efetiva territorialização característica do movimento (ou seja: antes mesmo da entrada nos prédios). Isso principalmente sobre os que seriam destinados aos usos coletivos considerados fundamentais (como as atividades de geração de renda e as reuniões).[261] Além disso, no início das ocupações os espaços privados são bastante reduzidos frente aos espaços coletivos.[262] Esses são momentos bastante lembrados pelos moradores também, lembranças que são às vezes positivas e outras vezes negativas. Isso será melhor ilustrado na seção seguinte deste capítulo, quando algumas das primeiras impressões dos moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga a respeito dessa "coletivização radicalizada do cotidiano" forem resgatadas. Vale, por ora, ser destacado que o estranhamento que muitos moradores e moradoras sentem em ralação a esse momento não pode ser simplisticamente associado a valores individualistas (apesar de tais valores logicamente também estarem presentes nas ocupações – como em quase qualquer canto e experiência da sociedade capitalista ocidental moderna). Muitas vezes, tal experiência leva os ocupantes a terem posturas pró-ativas frente à organização coletiva, como se destacará na próxima seção.

Por outro lado, a fala de outra moradora (também de outra ocupação), no entanto, lembra que aspectos positivos também surgiam desse período de convivência mais intensa entre os moradores. A sua fala começa tratando de um grupo de pessoas que ainda tem

[261] Informação também confirmada a partir de entrevista realizada com ex-integrante da FLP em 22/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

[262] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida. Informação obtida também através de entrevista realizada em 22/01/10, em conjunto com Rafael Almeida, com outro ex-integrante da Frente de Luta Popular.

vontades de realizar atividades coletivas de confraternização, que seria composto por

> "(...) pessoas que querem estar juntos. Que têm uma necessidade de estar junto. Que entende que a gente precisa viver o 'ágape'. 'Ágape' é uma palavra bíblica. O 'ágape fraterno', onde você trás alguma coisa pra ser partilhado, com fraternidade, com humildade, com carinho, com amizade. Então as pessoas acham ainda que a gente tem que viver aquele ágape que a gente vivia no começo, de trazer, de comer junto. E isso causa uma intimidade muito grande que a gente perde quando vai pro quarto, que a gente perde quando começa a cozinhar só pra si. Quando a gente deixa de saber o que o outro tá comendo, ou como ele tá tomando banho, ou como ele tá dormindo, a intimidade começa a afastar. É loucura isso, pensar isso. Mas é dessa forma que funciona mesmo. Companheiros que a gente dormia do lado, sabia que roncava, no começo de ocupação nos quartos coletivos. Um ronca, outro baba, o outro acorda com o cabelo assim ou assado, outro acorda com a cara inchada, outro acorda e parece que nem dormiu. Essa intimidade que a gente tem no começo de ocupação, quando a gente vai pros quartos a gente vai esquecendo essa intimidade. E é natural quando a gente vai se distanciando. E aí eu acho que começa a acontecer problemas em relação a isso mesmo. Então diversos companheiros passam por necessidades brabas, de não ter o que comer e às vezes a gente não sabe. Porque as pessoas também têm vergonha de dizer as necessidades que passam. E às vezes a gente vai saber numa situação extrema. Ou porque desmaiou, ou porque passou mal, ou porque não aguentou mais e bateu na casa de alguém. E isso é ruim. Viver coletivamente e fechar os olhos pra esse tipo de coisa não é viver coletivamente. Quando a gente perde essa interação... Não de se meter na vida do outro, mas de estar junto." (informação verbal)[263]

Ambos os tipos de relação com esse momento específico da organização espacial interna das ocupações são cheias de aspectos fortemente subjetivos e emotivos. Apesar de ressaltarem diferentes perspectivas a respeito desse período de intensa convivência coletiva (com a ampliação dos espaços de uso coletivo e a redução dos espaços de uso privado), em ambas as posturas os relatos ressaltam como tal momento origina práticas que afetam diretamente o funcionamento do Coletivo. Destaque-se, na fala citada, a preocupação mais direta com a experiência coletiva enquanto projeto político-filosófico. Como pôde ser observado em outros momentos, porém, não se trata de uma postura que sobrevalorizaria tal coletivização sem reconhecer a importância dos espaços e da esfera das coisas privadas. Acontece que a importância desse momento de coletivização radical das práticas sócio-espaciais da ocupação (que estabelece e se vale de uma espacialidade própria) para a construção de uma relação de proximidade e compartilhamento entre os membros do Coletivo é ressaltada. A dinâmica espacial interna da ocupação, com a definição mais clara de seus espaços de uso privado, é frequentemente associada à uma diminuição na convivência e na proximidade dos moradores e moradoras. É para suprir essa necessidade, por exemplo, que

[263] Moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada em 04/12/08.

outras práticas sócio-espaciais passam a ganhar ainda maior relevância para as ocupações, seus Coletivos e seus processos de entendimento. Alguns detalhes dessas práticas serão vistos mais detidamente no próximo capítulo.

Com a complexificação das reflexões a respeito das funções e dos usos dados aos espaços coletivos nessas ocupações, sugeriu-se então que outras sub-categorias espaciais deveriam ser acrescentadas (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009:73 e segs.). Sendo assim, além dos *espaços de uso privado*, essas ocupações teriam os *espaços de uso coletivo*, subdivididos em:

(a) *Espaços formais deliberativos*: destinados formalmente pelo Coletivo às suas reuniões e às atividades de outros grupos políticos que eventualmente solicitam o uso do espaço. "É um espaço com um caráter formal muito forte, um espaço democrático e de conflitos por excelência. Um espaço de tensões, onde os indivíduos se comportam de uma forma mais comedida e tendem a expressar ideias que tem maior apelo no Coletivo." (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009:76)

(b) *Espaços formais não-deliberativos*: estes são espaços definidos também de maneira formal pelo Coletivo. No entanto, neles não são tomadas nenhum tipo de decisão ou feita alguma deliberação sobre os assuntos do Coletivo. São os espaços de realização de confraternizações e festas, e onde são geralmente instaladas atividades como bibliotecas e salas de informática, por exemplo. Os conflitos que eventualmente surgem aí são (ou deveriam ser) resolvidos muito mais na esfera privada e pública-privada (no máximo) do que tomarem os espaços-tempo das reuniões e assembleias.

> "Um fator interessante desses espaços é o fato de terem sido criados conscientemente e de forma reflexiva pelos moradores durante as assembleias com duas finalidades específicas: promover um espaço de encontro que permita que os moradores se conheçam fora dos espaços formais de deliberação e para que haja uma maior tolerância e respeito com a opinião do 'outro'; e para angariar recursos para solucionar problemas referentes à estrutura do prédio. Assim, o Coletivo estimula uma supressão de conflitos, no momento em que se define um objetivo específico para esses espaços: a interação de forma descontraída." (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009:78)

(c) *Espaços informais de uso comum*: estes são os espaços dos corredores, banheiros coletivos (quando existentes), varandas e outras áreas da ocupação onde também

ocorrem interações subjetivas entre os moradores e moradoras mas que, diferentemente da subcategoria anterior, não são definidos de maneira reflexiva pela instância de poder explícito das ocupações (o Coletivo). São espaços, como ressaltado já em TEIXEIRA e GRANDI (2008), que apesar de sua aparente "neutralidade" desempenham funções importantes para a dinâmica sócio-espacial e para os projetos políticos das ocupações. Neles acontecem conversas cotidianas fundamentais, através das quais se legitimam e reforçam valores comuns, se explicitam diferenças de posturas político-filosóficas, se estabelecem interações afetivas e se intensificam relações intersubjetivas. Acontecem também nesses espaços debates e conversas informais que antecipam ou prolongam assuntos de interesse coletivo (normalmente mais diretamente discutidos nos espaços formais deliberativos).[264] Esse espaço e essas conversas informais são fundamentais para o processo de convencimento, parte da construção e fortalecimento de opiniões que influenciam diretamente na dinâmica coletiva de negociação que se dá nos espaços formais deliberativos. São ainda o *locus* da chamada "Rádio Corredor", uma rede informal de troca de informações (e, muitas vezes, da chamada "fofoca") e boatos.

(d) *Espaços de produção e geração de renda*: voltados para as atividades de produção e geração de renda, são espaços que possuem muitas vezes uma dinâmica interna própria em cada ocupação. Até mesmo pela dificuldade encontrada para se estabelecerem atividades como essas, são espaços que frequentemente correm o risco de serem refuncionalizados. No entanto, essa transformação é sempre fruto de uma negociação e precisa da aceitação e aprovação dos Coletivos. Assim, são espaços com características próprias mas que, no final das contas, permanecem majoritariamente subordinados aos Coletivos. Nas ocupações onde acontecem atividades de produção e geração de renda em espaços coletivos, os espaços destinados à isso são geridos internamente pelo grupo de moradores e moradoras que os utiliza.

[264] Esse tipo de articulação também acontece em alguns espaços formais não-deliberativos, porém com menor intensidade. Isso justamente por conta de muitas vezes os espaços formais não-deliberativos abarcarem uma atmosfera festiva e descontraída, considerada por muitos moradores como pouco propícia para "assuntos sérios". São espaços que apresentam um alto grau de informalidade nas relações aí travadas. Mesmo assim, em certos espaços desses (como bibliotecas ou salas de informática, por exemplo) esse tipo de articulação também se dá. No entanto, ainda seguem acontecendo em uma intensidade muito menor do que as observadas nos espaços informais de uso comum ou mesmo, em algumas micro-conjunturas políticas, nos próprios espaços privados.

> "Esses espaços possuem características mistas de deliberação e não-deliberação. (…) [A]pesar de permitir uma certa liberdade para gerir o espaço de produção, o Coletivo é livre para colocar em pauta nas assembleias e deliberar sobre a utilização indevida de qualquer espaço coletivo. Assim, os grupos de produção apesar de, na prática, terem uma considerável autonomia para deliberar sobre questões que envolvem o espaço sob sua tutela imediata, estão em certo grau submetidos ao coletivo de moradores – que mantém uma certa influência e a legitimidade para interferir em seus espaços." (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009:81)

(e) *Áreas de segurança*: como já fora colocado páginas atrás, essas áreas são delicadas para a segurança dos moradores, por um lado; e para a manutenção da soberania política e da territorialização realizada pela ocupação, por outro. São os principais pontos de contato com o "exterior", fazendo o papel de fronteira e, ao mesmo tempo, agindo como uma ponte material-concreta entre a ocupação e o restante do mundo. É o caso das portarias, por exemplo. Nas ocupações onde os moradores e moradoras cumprem turnos na porta da ocupação, esses espaços também são obrigatoriamente de convivência e, sendo assim, podem colaborar para o estreitamento de laços através da intersubjetividade. No entanto, muitos vêem a portaria como um local de "trabalho" (principalmente nas ocupações que exigem o cumprimento de uma quantidade mínima de horas por mês na portaria, enquanto atividade coletiva). Além disso, por conta das ocupações serem efetivamente territórios contestados (SOUZA, 2009a), esses são espaços de constante tensão e que demandam uma grande atenção aos acontecimentos do entorno – o que impossibilita uma interação mais descontraída entre os que ali ficam. "A portaria é uma coisa fria. É um trabalho, você tá trabalhando. Primeiro que você não pode beber na portaria. Segundo que você tá na portaria mas você jamais abandona a tensão de estar na portaria." (informação verbal).[265] Ainda assim, em menor ou maior grau, articulações políticas e atualizações a respeito de assuntos coletivos também têm local aí.

A partir dessa discussão, um croqui da Ocupação Quilombo das Guerreiras foi apresentado (Figura 11), ilustrando dois de seus andares.

Essas novas subcategorias, experimentadas inicialmente na Ocupação Quilombo das Guerreiras, possibilitaram a atualização do croqui apresentado em TEIXEIRA e GRANDI (2008) referente aos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga – e que serão

[265] Moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada em 04/12/09.

apresentados no início do capítulo seguinte, com a soma de um terceiro croqui, dessa vez de um momento mais recente da ocupação.

São essas mesmas figuras que, tal qual no trabalho na qual foram originalmente publicadas, trazem à tona um outro aspecto crucial da espacialidade interna dessas ocupações, já apontada no início dessa subseção: a temporalidade. A definição dos usos e funções dos espaços internos desses imóveis modifica-se também de acordo com o tempo. Essa temporalidade, por sua vez, também apresenta diferentes escalas: a médio/longo prazo, os espaços modificam-se tal qual vê-se nessas últimas três figuras. Mas esses espaços também modificam-se na escala temporal do cotidiano, como se verá a respeito da Ocupação Chiquinha Gonzaga no próximo capítulo.

A temporalidade não se liga à espacialidade somente pela refuncionalização operada pelos Coletivos das ocupações. Como também já foi dito, a reestruturação é também uma prática espacial que tem no tempo um fator importante para sua efetivação. Além do mais, restruturando e refuncionalizando, a ressignificação espacial acaba também vindo à tona. Algumas imagens da Ocupação Quilombo das Guerreiras ilustrarão bem situações como essas, e encerrarão bem esta seção tentando deixar bastante claras essas práticas espaciais que, como as demais características citadas nesta subseção, compõem traços compartilhados em maior ou menor grau pelas três ocupações do movimento dos sem-teto carioca situadas aqui.[266]

As primeiras imagens (Figura 12 e 13) mostram a entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras logo depois da entrada no prédio e atualmente. A pintura, obra das crianças da ocupação, é mais do que uma prova da reestruturação feita pelo movimento dos sem-teto. Ela demonstra uma forte busca pela criação de referenciais próprios, simbolismos cravados na materialidade do espaço e que suscitam um sentido de "lugar", uma "topofilia". Estimulam, assim, também um sentimento de pertencimento a um espaço específico, uma identidade construída sócio-espacialmente e que, por consequência, contribui para a força da territorialização operada pelos moradores e moradoras. O mesmo misto de reestruturação e refuncionalização é visto nas imagens seguintes (Figura 14 a 19): Primeiro, as mudanças observadas na fachada do imóvel, "antes e depois" da ocupação. As segundas mostram os melhoramentos feitos em um dos banheiros utilizados e mantidos coletivamente pelas moradoras e moradores; as terceiras apresentam a atual biblioteca contrastando com a

[266] São encontrados exemplos também na Ocupação Chiquinha Gonzaga. No entanto, sua ilustração por fotos e descrições terão lugar no Capítulo III.

quantidade de lixo encontrado na mesma sala quando o imóvel foi ocupado; e as quartas destacam o mesmo efeito, dessa vez na atual sala de reuniões.

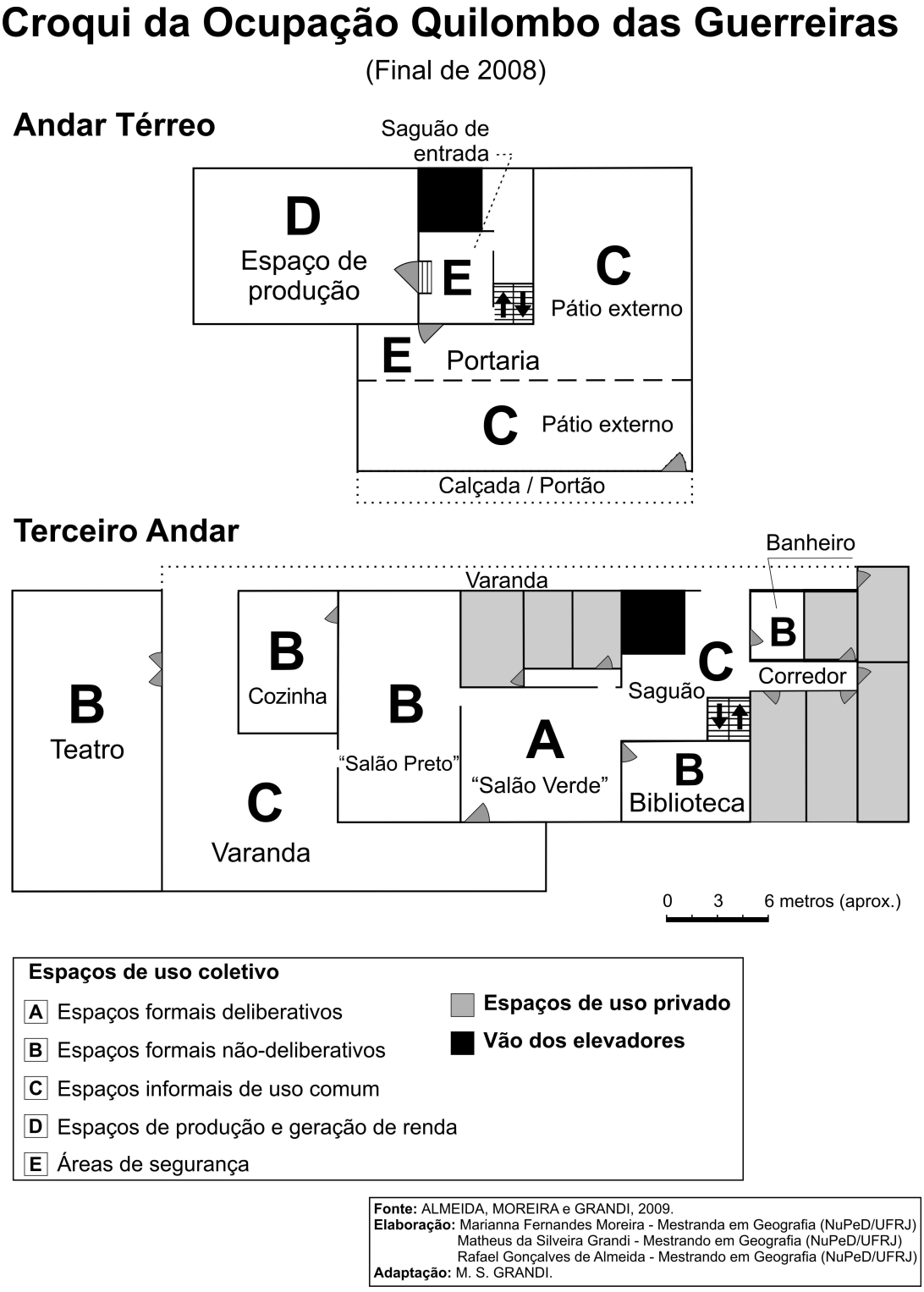


Figura 11: Croqui da Ocupação Quilombo das Guerreiras no final de 2008.



Foto: Autoria desconhecida

Foto: Ângela Moraes Sant'Ana (2008)



Figuras 12 e 13: Entrada da Ocupação Quilombo das Guerreiras no início da mesma e em 2008



Foto: Autoria desconhecida

Foto: Autoria desconhecida



Figura 14 e 15: Banheiros coletivos da Ocupação Quilombo das Guerreiras, antes e depois



Foto: Autoria desconhecida

Foto: Ângela Moraes Sant'Ana (2008)



Figura 16 e 17: Sala da Biblioteca Gutemberg Gomes Alves, na Ocupação Quilombo das Guerreiras, antes e depois da reestruturação e refuncionalização do prédio



Foto: Autoria desconhecida

Foto: Autoria desconhecida



Figura 18 e 19: Sala de reuniões (ou "Salão Verde") da Ocupação Quilombo das Guerreiras, também antes e depois

3 FAZENDO AS HONRAS: APRESENTAÇÃO E LINHAS GERAIS DA OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA

Neste capítulo a tentativa de esclarecer o recorte enfocado nesta pesquisa já passou pelas tarefas de localizar o movimento dos sem-teto no interior das lutas pela reforma urbana e de apontar algumas características gerais tanto do contexto sociopolítico-espacial quanto da própria fração desse movimento na qual a Ocupação Chiquinha Gonzaga se insere. Tais passos já forçaram a apresentação de aspectos bem característicos da Ocupação Chiquinha Gonzaga, muitos deles compartilhados pelas outras duas ocupações que compõem essa fração carioca do movimento dos sem-teto – particularmente afim à autogestão.

Agora, na última seção deste capítulo, o objetivo é fazer uma apresentação mais detida da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Como seu contexto já foi apresentado e comentado na seção anterior, as atenções aqui estarão centradas primeiramente nos aspectos mais particulares dos momentos iniciais da constituição dessa ocupação – buscando sempre a ênfase nos elementos com espacialidade mais explícita. No entanto, as características que tornam essa ocupação única não são derivadas somente do seu processo inicial, mas também do cotidiano vivido pelos moradores e pelas moradoras que compõem seu Coletivo. São também (e em grande parte) as situações vivenciadas no dia-a-dia do passado e do presente que conformam os indivíduos que interagem atualmente no interior da ocupação. Nesse espírito, o segundo momento desta seção dirigirá seu olhar para algumas histórias e situações que, na opinião de alguns moradores e moradoras, marcaram a relação que hoje essas pessoas têm com o Coletivo e com a própria Ocupação Chiquinha Gonzaga. Compõem, assim, parte do referencial sócio-espacial cotidiano, fazendo parte do mundo da vida experienciado e compartilhado por elas.

3.1 Preparando as trincheiras do (novo) território: Pinceladas do processo, dos sujeitos e dos momentos iniciais da Ocupação Chiquinha Gonzaga

3.1.1 Um Coletivo em formação itinerante: Notas sobre os sujeitos e o processo pré-ocupação

Neste item, o objetivo será identificar alguns dos principais traços que caracterizam os sujeitos que participaram do período de organização prévio à ocupação do prédio onde hoje resiste a Ocupação Chiquinha Gonzaga. Isso é importante para se tentar ter uma mínima ideia de qual contexto político-espacial cercou esse processo e quais pessoas, com suas particularidades, compuseram o caldo social que realizou e que mantém a ocupação até a presente data.

O contexto político da cidade no período no qual surgiu a ideia de realizar a ocupação era bem específico.[267] A experiência de alguns militantes das organizações que deram origem à Chiquinha Gonzaga com ocupações remonta aos idos do final da década de 80, com a ocupação que deu origem ao local atualmente conhecido como Jardim Nossa Senhora das Graças (Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro).[268] Porém, foram experiências de ocupações já do início dos anos 2000 que principalmente influenciaram o processo de organização da Chiquinha Gonzaga.[269] Algumas dessas ocupações, porém, eram reconhecidamente marcadas por estruturas políticas internas mais verticalizadas e com reconhecidos graus de centralização. Outras, no entanto, já apresentavam algumas das características mais horizontalizadas que são atualmente encontradas nas ocupações que foram apoiadas pela FLP no centro da cidade. Após conflitos e episódios violentos que aconteceram envolvendo essas ocupações anteriores à Chiquinha (como perseguições e assassinatos na zona oeste e o despejo da Ocupação Revolta dos Malês em 2001, localizada na própria área central [Rua Riachuelo – Lapa]), o movimento dos sem-teto manteve-se

[267] Este e os próximos parágrafos têm como fonte de dados algumas entrevistas realizadas com ativistas que participaram das mobilizações do período, vivenciando tais situações diretamente. Essas entrevistas foram realizadas em 15/01/10, 19/01/10 e 22/01/10, todas feitas em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

[268] Alguns moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga inclusive participaram de tal processo de ocupação da década de 1980. São moradores que permanecem na Chiquinha até hoje, conforme entrevista realizada com ex-militante da FLP em 22/01/10 (em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida) e reportagem disponível em <http://www.brasil.agenciapulsar.org/nota.php?id=1852> (acesso em 23/01/10).

[269] Conforme entrevistas realizadas em 15/01/10 e 22/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida. Uma das experiências que merecem destaque é a da Ocupação 17 de Maio, no município de Nova Iguaçu, já citadas como uma das experiências da FLP junto à luta por moradia antes da organização da primeira ocupação pela Frente em 2004.

relativamente apagado na cidade.

Em 2003, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da república, efeitos mais diretos foram sentidos sobre os movimentos sociais em geral – e, obviamente, sobre o movimento dos sem-teto carioca também. A esperança em uma administração pública mais engajada na superação de injustiças sociais (expectativa logo erodida pela própria prática governamental petista, revelada muito similar às administrações anteriores e igualmente comprometida com a concretização do referencial político neoliberal) e a cooptação de lideranças dos movimentos sociais em cargos que compunham as equipes estatais, por um lado, fragmentou a "esquerda" política: de um lado, entusiastas apoiadores do governo federal; de outro, seus críticos (muitos deles abalados e desarticulados). Dentre estes últimos, no entanto, nem sempre as posturas eram de críticas "pela esquerda" (ou seja: sem recaírem em conservadorismos). No entanto, a desilusão que logo se instalou em diversos setores da "esquerda" brasileira reacendeu algumas outras possibilidades para que a autogestão ressurgisse como uma das opções de prática política para alguns ativistas sociais (por mais que houvessem grupos já bem familiarizados com a autogestão mesmo antes desse contexto político-institucional particular).

Foi no contexto dessas críticas que se iniciou em 2003 a articulação das organizações envolvidas no processo de preparação da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Mesmo já se conhecendo anteriormente, a aproximação entre a FLP e a CMP (duas das principais organizações envolvidas) se deu especialmente a partir do contato entre alguns dos integrantes de ambas as organizações durante o acampamento realizado no ano de 2003 em frente ao Consulado dos Estados Unidos como forma de manifestação contra a Guerra do Iraque (iniciada no mesmo ano). Entre as afinidades estava justamente o fato de não acreditarem que os movimentos sociais devessem se atrelar a organizações político-partidárias, tampouco acreditando que as vias institucionais trariam respostas por si só às suas demandas.

> "Lá no acampamento contra a guerra [do Iraque] a gente fez contato com muito sem-teto ali. Chegava a hora que vinha aquele pessoal servir comida e lotava de gente. E muito sem-teto. (…) E eu ouvia muita história que a maioria realmente... trabalhador, que veio e não conseguiu. Um ou outro fugido de uma comunidade por causa da questão do tráfico... E aí surgiu a inspiração. Começamos a discutir, na sede da CMP, ocupações. (…)" (informação verbal)[270]

Apesar de serem realizadas muitas vezes na sede da CMP, como colocado pelo

[270] Integrante da CMP. Entrevista realizada em 15/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

entrevistado, as reuniões também aconteciam em ruas e praças da cidade.

> "Em 2003 havia muitos prédios abandonados e não havia um controle tão forte por parte do Estado, uma prova disso era que as reuniões de organização da Chiquinha Gonzaga eram feitas na praça. Os integrantes da FLP e da CMP conversavam com os moradores de rua, explicavam a intenção de fazer uma ocupação e viam se queriam participar. Havia também umas pessoas da FLP que moravam na zona oeste e conheciam pessoas que tinham problemas com o tráfico ou com a repressão policial e precisavam sair de lá, já estavam desempregados e chamaram também seus conhecidos. Então juntou moradores de rua, que moravam no centro, na Rio Branco, Central, Presidente Vargas, e o pessoal da Baixada e da zona oeste. As discussões eram na rua mesmo." (informação verbal)[271]

Nessas reuniões iniciou-se o processo de organização da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Eram encontros pequenos no início, que com o passar do tempo aglutinaram mais pessoas. Alguns delas eram chamados por já serem conhecidos de outras experiências de militância. Outras pessoas, então, eram convidadas a partir de conversas que integrantes da FLP tinham com moradores e moradoras de rua.

> "Eu cheguei até aqui porque eu já participava de movimento popular, há muitos anos. Não sou nenhum moleque, né. A gente já tivemos outros trabalhos em outros momentos, em outros lugares. Foi algumas ocupações na Zona Oeste, ajuda em ocupações da Zona Oeste, ajuda em ocupações na Baixada Fluminense. Eu comecei a entrar nesse movimento porque antes eu era metalúrgico e participava de sindicato de metalúrgicos. A gente tá na luta há bastante tempo. Em função disso eu conheci uma porção de gente que também estão no movimento até hoje, outros saíram. Aí o pessoal ocupou isso aqui. (...) E cheguei até aqui a partir disso aí. Aí naquele momento eu tava afim de sair lá do Jardim Nossa Senhora das Graças e vim pra cá. Eu falei pro pessoal: 'Não tem um lugar lá pra mim?' e o pessoal falou 'Pô, vai logo que tão precisando de pessoas igual a você'. Aí eu vim pra cá (…)." (informação verbal)[272]

> "A gente prestava serviço pra prefeitura [em Santa Cruz]. Só que depois a prefeitura mandou todos os contratados embora. E nós dois éramos contratados. Então assim, na verdade a gente tinha o mesmo emprego e ficamos desempregados nós dois. E ficamos desempregados lá durante um ano e meio. A gente vinha aqui pra baixo colocar currículo, então era muito difícil de arrumar trabalho. Aí quando surgiu a ocupação, eu já sabia que o pessoal tava... O pessoal que organizou a ocupação era o mesmo pessoal que a gente fazia a militância. (…) E a gente tava sabendo da ocupação. Mas até então a gente não tinha se tocado legal de como seria morar aqui." (informação verbal)[273]

Já nesse início de processo é possível perceber um traço que se tornou característico

[271] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 15/09/07 por Rafael Gonçalves de Almeida.
[272] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.
[273] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.

dessa ocupação: a diversidade política que compõe seu Coletivo. Esse aspecto bem particular da Ocupação Chiquinha Gonzaga foi acentuado definitivamente após a entrada no imóvel, com a abertura de cadastro para novos/as moradores/as. Isso consolidou a grande variedade de perspectivas políticas no interior do Coletivo. Enquanto algumas pessoas nunca haviam tido qualquer experiência junto a movimentos sociais, muitas outras já haviam passado por experiências anteriores de engajamento político, como no movimento sindical e no movimento estudantil. Ocorre que, no caso da maioria, tais experiências eram justamente em outros movimentos sociais e raramente com organizações que enfocavam a luta pelo direito à moradia.

> "A gente não tinha uma militância genuinamente sem-teto já preexistente pra gente interagir. (…) No movimento das ocupações não tinha muito isso. Na 17 de maio até tinha alguns militantes já vinham fazendo ocupações há algum tempo, já tinham experiência anterior. Mas aqui nas ocupações do Centro não. Eram pessoas que faziam... A grande maioria eram pessoas que faziam ocupação pela primeira vez." (informação verbal)[274]

Para além disso, as experiências anteriores de muitos eram marcadas também por estruturas de poder diferentes das que se buscou estabelecer a partir do processo da Chiquinha. Eram experiências mais verticalizadas e com traços de centralização política. Poucos estavam familiarizados com a proposta da autogestão.

> "A gente desde o início falava... (…) [A] gente começou a organizar a Chiquinha a partir desses problemas que houve [com outras ocupações]. Desde o início seria uma ocupação mais... mais livre, no sentido da organização interna, em que houvesse maior participação dos moradores e tudo, horizontalizada... Essas questões todas... Partir sempre do Coletivo..." (informação verbal)[275]

Essa variedade, evidenciada e ampliada após a realização da ocupação, influenciou diretamente a formação dos campos políticos que caracterizam as relações de poder internas da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Muitas eram (e são), portanto, as matrizes discursivas (SADER, 1988) que compuseram o Coletivo da ocupação desde o início.[276] A dinâmica

[274] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

[275] Integrante da CMP. Entrevista realizada em 15/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

[276] OLIVEIRA (2009:81) também destaca essa diversidade: "(...) [A] Frente de Luta Popular e a Central de Movimentos Populares – na qual predominam militantes do PT – se unem para consolidar a proposta de sujeitos em situação de vulnerabilidade habitacional, basicamente por serem familiares de pessoas vítimas de violência policial ou moradores de favelas cuja prole sofria aliciamento ostensivo do tráfico; ou por serem egressos de ocupações despejadas em meados da década de 1990 e que, no período da eleição de Lula, estavam residindo em local precário, não raro com alto risco de vida; ou por serem parte de uma juventude em contexto sócio-econômico de recrudescimento da informalização e precarização do trabalho, em um

desses campos políticos, como se verá no próximo capítulo, liga-se a aspectos da espacialidade interna da ocupação.

A partir de janeiro e fevereiro de 2004 as reuniões começaram a se intensificar. Já se tratavam de reuniões que tinham a ocupação como principal assunto. Essa metodologia, de reuniões frequentes com os/as futuros/as moradores/as, era uma novidade no movimento dos sem-teto.

> "Quando a gente começou a organizar, fazer as primeiras reuniões de organização das famílias pra ocupação da Chiquinha, desde o início a gente adotou um método que era um método que as pessoas até estranhavam, né. Reuniões semanais com as famílias... Tinha um certo controle de participação; tinha uma estanquização da parte mais conspirativa com a parte mais de discutir e tudo mais... Mas era uma metodologia bastante diferente em relação ao que predominava. Diferente, inclusive, do que foi a ocupação Nossa Senhora das Graças, né. Que (...) foi uma ocupação muito centralizada, desde o início até o fim. E a ocupação da Chiquinha não. A gente mostrou que é possível fazer uma ação que envolve um certo nível de atividade conspirativa face ao Estado, sem necessariamente que seja uma atividade totalmente centralizada em termos de discussão política. Pelo contrário: as discussões políticas eram bastante amplas, bastante interessantes." (informação verbal)[277]

Nessas reuniões também eram tratados assuntos mais "técnicos", sobre aspectos práticos da realização e do início da ocupação. Dessa forma, e como veio a acontecer também nas outras ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto, o conhecimento a respeito de certos comportamentos e certas táticas a serem adotadas no decorrer desse processo de territorialização era difundido entre todos/as os/as então futuros/as ocupantes.

> "Aí o quê que aconteceu: a gente fez aquelas reuniões com as pessoas, que aceitaram. Até que arrumaram o prédio, que foi este, do INCRA né. E aí foi marcado um dia. Ó, as reuniões eram assim: como nós íamos chegar, qual seria o procedimento. Lógico: viria polícia. Isso aí todos sabiam que na hora ia ter a repressão. Como nós tínhamos que nos comportar diante da onde viesse a ordem policial. E a gente falar, e aquelas coisas todas. Então, teve um aparato antes disso tudo, né. Pra saber até por que e como é que ia acontecer as coisas. Como aconteceu." (informação verbal)[278]

Tal metodologia se diferenciava da maioria das outras experiências do movimento dos

estágio da vida no qual a independência com relação ao núcleo familiar é uma necessidade, mas sem perceber remuneração suficiente para arcar com os custos de aluguel; ou moradores de rua contatados principalmente por ex-moradores de ocupações despejadas. Todos estes sujeitos reunidos deram origem à Ocupação Chiquinha Gonzaga, em 23 de julho de 2004."

[277] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

[278] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

sem-teto justamente pelo estímulo ao compartilhamento direto das informações entre os/as envolvidos/as.

> "E em determinado momento começou a estimular muito as pessoas que participavam, elas falarem, né. Teve uma época que elas falavam, só elas e tudo. Começavam a discutir a questão de política de forma mais real. E começamos a discutir a organização, quando foi se aproximando, o tempo passando. E me lembro que o primeiro prédio que a gente viu seria a reocupação do Riachuelo... O prédio onde era a [Ocupação] Revolta dos Malês, Riachuelo (…) que é do INSS. Aí não deu certo. (…) Foi quando a gente identificou esse prédio do INCRA, na [rua] Barão de São Félix." (informação verbal)[279]

A entrada no prédio da Rua Barão de São Félix nº 110 foi exatamente às 0h48 da madrugada do dia 23 para o dia 24 de julho de 2004 (um sábado). Duas horas depois, as forças policiais já estavam invadindo a ocupação.[280] "O pessoal tava de metralhadora, escopeta... Pô, entrar num prédio ao lado da Providência... (…) Tavam muito puto, muito nervosos." (informação verbal)[281]

3.1.2 Território entrincheirado: Percepções sobre o período inicial da Ocupação Chiquinha Gonzaga

3.1.2.1 Do risco à mobilização: Os primeiros passos das negociações

> "Quando eles chegaram aqui, meia hora depois que nós távamos aqui dentro, aí veio a força policial nos retirar. (…) Aí quando a polícia chegou lá embaixo, que nós viemos todos e não deixamos eles entrar. (…) Aí já desceu todo mundo já com documento, que nós távamos fazendo uma coisa legal, que era um prédio de 20 anos parado, sem ninguém usar. Então, um monte de família precisando de uma moradia. Aí dali eles foram embora." (informação verbal)[282]

O momento da entrada no prédio é certamente o mais tenso desse período inicial da ocupação (Figuras 20 e 21). A possibilidade de sofrer com uma resposta violenta das forças policiais é grande o suficiente para aterrorizar muitas das pessoas envolvidas (tenham elas ou não experiências em mobilizações políticas anteriores). Por mais acostumados que (infelizmente) tanto ativistas com experiências em outros movimentos sociais quanto as

---

[279] Integrante da CMP. Entrevista realizada em 15/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.
[280] Informação obtida através de entrevista formal com diretriz com integrante da CMP, realizada em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida em 15/01/10.
[281] Integrante da CMP. Entrevista realizada em 15/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.
[282] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

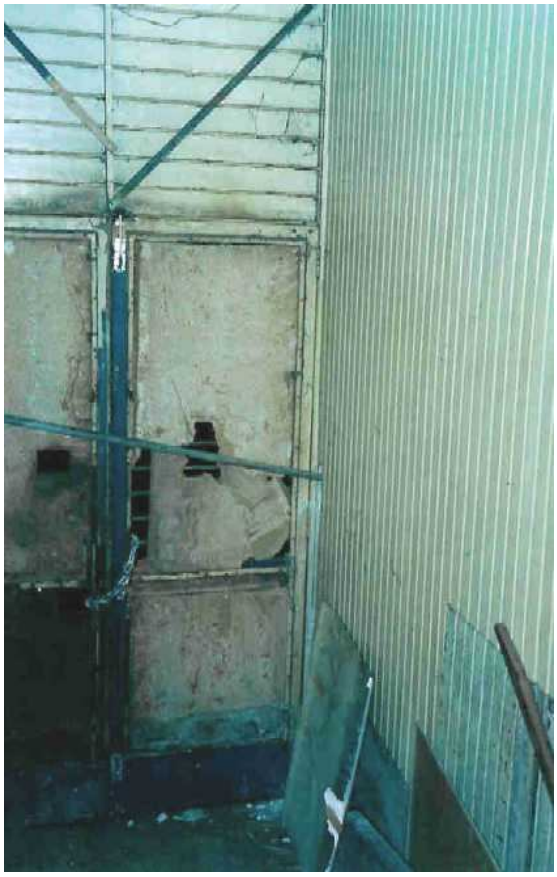
demais pessoas costumeiramente envolvidas nos processos de ocupações em áreas centrais estejam com a violência policial (seja nos seus antigos locais de residência, seja em atos repressivos às manifestações populares), a situação enfrentada em uma ocupação "vertical" (de prédios) como a da Chiquinha Gonzaga possui agravantes. A escuridão da noite, quando geralmente são realizadas as ocupações, traz, por um lado, facilidades no momento do arrombamento e do deslocamento dos ocupantes até o imóvel. Por outro, no entanto, ela também pode facilitar que ações policiais violentas e assassinas sejam encobertas pelo manto noturno.

É importante levar em conta que a estrutura do Estado, reconhecidamente heterônoma, se junta com o rol de instituições imaginárias sociais próprias ao modelo civilizatório capitalista para garantir a predominância do direito à propriedade em relação a qualquer outro direito social conquistado. As forças policiais são um dos principais braços armados desse casamento. Porém, elas não são influenciadas somente por essa função "natural" dada à elas – a defesa da propriedade e das classes sociais dominantes, utilizando-se em maior ou menor grau da coerção através das ameaças do uso da força física e da violência. Como já foi lembrado no início deste capítulo, a radicalização da fragmentação do tecido sociopolítico-espacial (marcada pela territorialização de espaços da cidade por grupos de traficantes de drogas ilícitas que operam no varejo, de um lado, e a auto-segregação das classes mais ricas, de outro) (SOUZA, 2000a, 2002, 2006a, 2008a) e mesmo a transformação do cotidiano da cidade em uma experiência completamente influenciada pela sensação de medo e pavor constante também são refletidas nas significações imaginárias sociais que alimentam as práticas policiais mais violentas. Somado à crescente criminalização dos movimentos sociais que têm havido em diversas partes do mundo (e, em especial, no Brasil), o grande receio dos envolvidos em uma ação direta como a ocupação de imóveis ociosos de sofrer com a intolerância e a crueldade típicas das forças policiais acaba sendo mais do que justificado.

Mas esse momento inicial é também marcado pela abertura das negociações. Primeiramente essa negociação é feita com as forças policiais. Em seguida, busca-se a negociação direta com os representantes dos proprietários do imóvel – no caso, o INCRA. Na madrugada do dia da ocupação, no entanto, já havia um funcionário do Instituto acompanhando o trabalho de intimidação das forças policiais.[283] A primeira reunião de negociação aconteceu logo na segunda-feira seguinte.

[283] Conforme informação prestada por integrante da CMP que estava presente no momento. Entrevista realizada em 15/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

> "(...) [D]ias depois, segunda ou terça-feira, aí veio o pessoal do INCRA. Aí também não entrou. Aí aceitou aquilo, só que marcou que nós tínhamos que ir lá no INCRA pra conversar com o superintendente sobre isso aqui. E assim a gente foi. Aí de lá pra cá começou a ir todo mundo. Íamos em marcha, tudinho mesmo. E começou indo lá, indo lá, indo lá, indo lá." (informação verbal)[284]





Fotos: FLP (2004). Disponíveis em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287337.shtml>

Figura 20: Porta da ocupação trancada por dentro, logo após a entrada no dia 24/07/04.

Figura 21: Ocupantes nos momentos iniciais de entrada no imóvel. Note-se que a entrada é feita já com materiais para a limpeza do prédio, o que deixa clara a preocupação em modificar sua situação de abandono e proceder à restruturação e refuncionalização características do movimento

Como resultado dessa reunião, na terça-feira que se seguiu o Instituto declarou que não entraria naquele momento com a ação de reintegração de posse, pois iria esperar a próxima reunião de negociação (que aconteceria na próxima semana). Porém logo na quarta-feira, dia seguinte, o INCRA encaminhou tal pedido de reintegração – que foi concedido rapidamente. O coletivo, enganado pela instituição, mobilizou-se ainda mais. Além da pressão realizada através das mobilizações em frente à sede carioca da autarquia, diversas outras

[284] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

escalas foram acionadas:

> "(...) uma semana antes tinha feito um encontro aqui que estava com uma pessoa do Ministério da Cidade. Aí eu comecei a pressionar: liguei pra lá, coloquei em contato com, na época, o secretário nacional de habitação. Foi toda uma mobilização política. Quando veio pra parar... Fomos novamente no INCRA pressionar. E o que parou na época o processo, veio uma carta lá da Raquel Rolnik, que era secretária nacional de programas urbanos, falando que o ministério tava começando a discutir e tudo. E começamos a negociação." (informação verbal)[285]

No entanto, é muito importante ressaltar que a abertura dos canais de negociação não se trata exclusivamente da "boa vontade" de indivíduos específicos que estavam, no momento, à frente de cargos influentes. Bem mais do que isso, as principais responsáveis pelas negociações foram as táticas de pressão e mobilização utilizadas pelo Coletivo e pelas organizações que apoiavam a ocupação . O "salto de escalas" feito pelo Coletivo, através de pessoas que tinham tais canais de comunicação já à disposição, foi alicerçado pelas pressões feitas pelas moradoras e moradores na sede regional do INCRA (Figura 22), em outros órgãos e nas próprias ruas. Mobilizações essas que não contam apenas com os sem-teto: muitas outras organizações e indivíduos apoiavam e acompanhavam de perto a luta da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

> "(...) [D]e apoio, no início, tinha muita gente. Principalmente movimento estudantil, de universitários e secundaristas. Muitos, muitos mesmo. Pessoas de outros movimentos, assim, dos movimentos sociais. Algumas pessoas... Poucas pessoas de sindicato, mas assim: tavam mais nos atos que a gente fazia, ou então a gente tava nos atos deles. Tinha essa troca (…)." (informação verbal)[286]

Até mesmo militantes que na época não participavam mais direta e ativamente das atividades específicas da Chiquinha Gonzaga tinham na ocupação um exemplo de mobilização coletiva e articulação de lutas. Um dos ex-integrantes da FLP lembra que, apesar de não ter se envolvido diretamente com o processo da Chiquinha Gonzaga (mas sim com a Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras, posteriormente), a ocupação da rua Barão de São Félix era uma referência. "A ocupação da Chiquinha era muito mobilizada, cara. Poxa, a Chiquinha é exemplo. A gente olhava pra Chiquinha assim... 'A Chiquinha'." (informação verbal)[287]

---

[285] Integrante da CMP. Entrevista realizada em 15/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.
[286] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[287] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 19/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.



Figura 22: Manifestação dos moradores realizada em frente à sede do INCRA no Rio de Janeiro, no dia 06/08/04.

Assim, a reintegração foi estacionada e o processo de negociação conseguiu seguir adiante. É interessante lembrar como, nesse processo de negociação, o acesso a serviços fundamentais é utilizado como artifício de pressão dos órgãos públicos sobre o movimento social. A liberação de certos serviços é frequentemente barrada por tais órgãos para evitar a legitimação da ocupação. Assim ocorre com as negociações para a regularização do fornecimento de água e de energia elétrica, por exemplo, que conquistam avanços somente por conta de atos públicos e ações judiciais movidas pelos moradores (Figura 23, 24 e 25).

É evidente como as táticas utilizadas pelo Estado para deslegitimar o movimento social têm um apelo espacial claro: minam as condições materiais mínimas de habitabilidade de um imóvel, abalando diretamente questões fundamentais de sobrevivência. De quebra, reforçam o preconceito generalizado sobre tais movimentos, pois são taxados de "criminosos" ao buscarem alternativas consideradas "ilegais" de fornecimento de água ou de energia elétrica. No entanto, tal condição é imposta pela própria estrutura estatal, e não uma opção deliberada do movimento social. Por mais que os moradores e moradoras façam questão de regularizar sua situação, é o Estado que impede deliberadamente tal procedimento. A conquista dessa regularização só surge, como sempre, após uma intensa mobilização.

> "Aí começou daqui e lá. Até que no final eles abriram mão. Foi quando eles abriram mão da água, que eles precisavam da água. Que nós fundássemos uma associação, que nós fundamos a Associação de Habitação Chiquinha Gonzaga, e pedisse à defensoria pública que aquela conta... Que aí, ia cortar a água, né? E que

passasse pra associação. E assim fez: a água passou." (informação verbal)[288]

A negociação é, na verdade, um processo contínuo e praticamente constante. Por conta disso, não se entrará em detalhes aqui a seu respeito.[289] É importante, para se cumprir o proposto, retornar para as impressões do período inicial da ocupação.

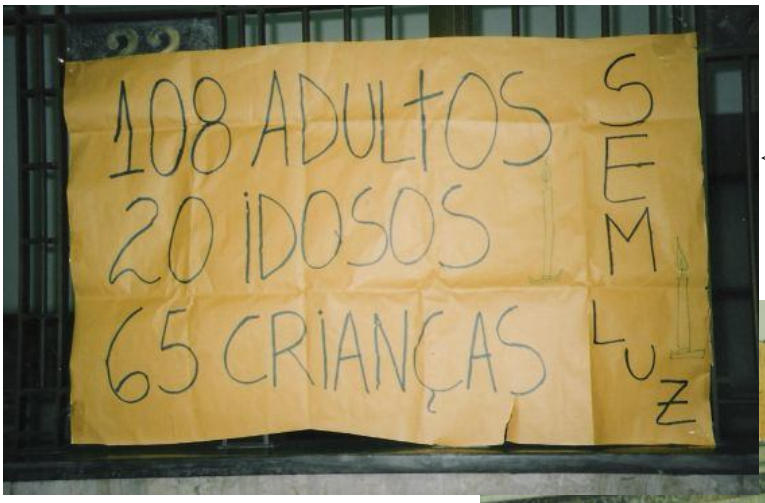


Foto: Autor desconhecido (2005). Disponíveis em
<http://www.midiaindependente.org/eo/red/2005/11/336985.shtml>

Figura 23: Manifestação realizada no dia 07/11/05 por moradores e moradoras da Ocupação Chiquinha Gonzaga na sede da Light, companhia privada responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Rio de Janeiro, questionando, denunciando e exigindo providências para a reversão do corte feito pela empresado do fornecimento de energia elétrica ao prédio.

[288] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

[289] Os pormenores do processo de negociação da Ocupação Chiquinha Gonzaga são, realmente, inúmeros. Porém, para não se deixar a questão em aberto, cabe falar sobre a situação em um resumo rápido e reconhecidamente superficial. A negociação centrou-se principalmente em duas frentes: a regularização fundiária e o acesso a recursos públicos para a reforma do imóvel. Após anos de negociação em todas as esferas de governo, o INCRA abriu mão do imóvel com a Portaria nº89, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2009 (cuja cópia encontra-se no Anexo I desta dissertação), cedendo o prédio à União. Quanto à reforma do prédio, a mobilização dos moradores e moradoras e a articulação em escala nacional conquistou o acesso a recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A Gerência Regional no Rio de Janeiro da Secretaria do Patrimônio da União autorizou (com a publicação no DOU de 01/04/09 da Portaria nº 15, também no Anexo I) o ITERJ (Instituto de Terras e cartografia do Estado do Rio de Janeiro) a iniciar as obras. Porém, até a presente data, o ITERJ têm apresentado entraves para a realização da obra – especialmente pela demora na liberação da verba necessária para o pagamento da contrapartida estadual referente à verba federal. Já em relação ao processo de regularização fundiária, o Ministério do Planejamento e Gestão, responsável pelos imóveis da União, publicou quase cinco meses depois da cessão do imóvel pelo INCRA (no DOU de 06 de agosto de 2009, também no Anexo I) a Portaria nº 233 que cede o prédio ao Estado do Rio de Janeiro para fins de "(...) regularização fundiária de interesse social, beneficiando sessenta e seis famílias de baixa renda ocupantes do imóvel desde 2004." No entanto, o processo segue estagnado desde então, não tendo sido solucionado até a presente data (janeiro de 2010).





Fotos: Autor desconhecido (2005). Disponíveis em <http://www.midiaindependente.org/eo/red/2005/11/336985.shtml>

Figuras 24 e 25: Manifestação realizada no dia 07/11/05 por moradores e moradoras da Ocupação Chiquinha Gonzaga na sede da Light (Rio de Janeiro).

3.1.2.2 Impressões sobre um momento de coletivização radical

É após a entrada no imóvel que se pode avaliar realmente a dimensão dos trabalhos que precisarão ser feitos pra que se possa efetivamente passar a morar no prédio. Vale ser lembrado, com as palavras de uma das moradoras, como eram as condições do prédio ainda no primeiro mês. Ele estava, por exemplo, ainda "(...) sem água nos apartamentos. Quarto coletivo, banheiro coletivo, cozinha coletiva. Nem todos os andares eram ocupados ainda, acho que tava ocupado precariamente até o sétimo andar. Mas muito precariamente. O sétimo andar ainda estava bem sujo. Poucas pessoas ficavam no sétimo andar. Os andares que tava praticamente limpinhos era até o quarto, só." (informação verbal)[290] A situação na qual o prédio se encontrava pode ser melhor apresentada a partir das fotografias retiradas na época (Figuras 26 a 37).

Mas logo depois da entrada as atividades de reestruturação e refuncionalização começaram. A limpeza, a arrumação e a gestão de todas as atividades necessárias para que o espaço antes vazio se tornasse um espaço apto à habitação são postas em prática através de uma grande coletivização das atividades cotidianas. Essa coletivização do momento inicial da

[290] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.

Ocupação Chiquinha Gonzaga, como normalmente acontece na maioria das ocupações do movimento dos sem-teto, abrangia praticamente todas as atividades de uma habitação: além da gestão coletiva, os quartos, a cozinha e os banheiros também eram coletivos. Para muitos moradores, esse foi o aspecto que mais parece ter marcado esse período.



Fotos: FLP (2004). Disponíveis em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287337.shtml> e <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287315.shtml>

Figuras 26, 27 e 28: Fotos do interior de alguns quartos do prédio dos quais o entulho, as infiltrações e a vegetação tomavam conta.







Fotos: FLP (2004). Disponíveis em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287337.shtml> e <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287315.shtml>

Figuras 29, 30 e 31: Fotos dos banheiros do prédio quando os ocupantes chegaram. Eram habitados por fungos, insetos e uma dupla de filhotes de urubus.

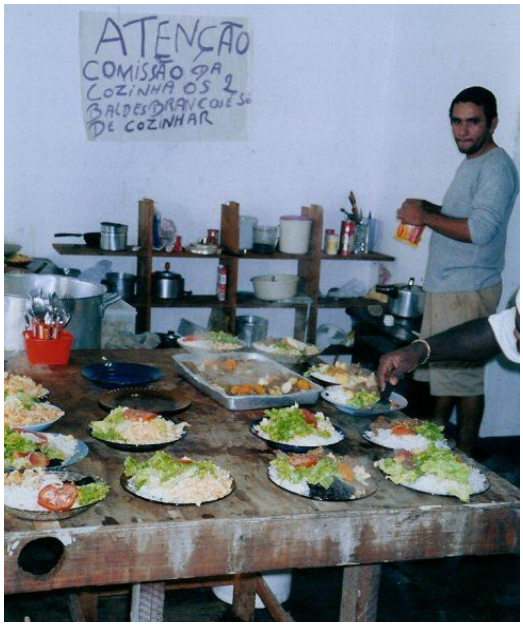
Foto: Comissão de Comunicação da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004). Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/08/287859.shtml>





Foto: FLP (2004). Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287337.shtml>

Figuras 32 e 33: Fotos dos quartos coletivos do início da Ocupação Chiquinha Gonzaga.





Fotos: FLP (2004). Disponíveis em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287337.shtml> e <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/08/289102.shtml>

Figuras 34 e 35: Fotos da cozinha coletivas do início da Ocupação Chiquinha Gonzaga.



Foto: Comissão de Comunicação da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004). Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/08/287859.shtml>



Foto: CMI-Rio (2004). Disponível em <http://brasil.indymedia.org/pt/red/2004/10/291581.shtml?comment=on>

Figuras 36 e 37: Fotos dos banheiros coletivos do início da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Mas é importante destacar que, apesar do que alguns possam imaginar, manter esse momento de coletivização radical das experiências sócio-espaciais com a ocupação durante o maior tempo possível não é o objetivo da ocupação. A luta por moradia tem como referência, bem ou mal, a conquista de um "espaço seu", um espaço de maior privacidade e comodidade em comparação à situação precária geralmente vivida anteriormente pelos sem-teto. Assim, a conquista e a construção dos espaços de uso privado são muito importantes para a luta do movimento. Porém, uma das características que fazem com que certas experiências do movimento dos sem-teto transcendam essa demanda e apontem pra horizontes de uma mudança social mais profunda e radical é inclusive a possibilidade de rompimento com uma sociabilidade individualista e egoísta muito presente no modelo civilizatório capitalista. Assim, esse momento de coletivização radicalizada dos espaços e das atividades da ocupação, apesar de causar choques, é também visto com saudosismo por muitos dos moradores, como se verá a seguir. Isso justamente por ser um momento no qual as atividades são, bem ou mal,

realizadas pela grande maioria dos e das ocupantes. É um momento no qual a gestão cotidiana da ocupação estimula bastante inclusive uma responsabilidade para com os outros que não é nem um pouco comum no atual modelo capitalista de sociedade. Logicamente que isso não quer dizer que os valores individualistas não estejam também presentes no interior das ocupações (como, diga-se de passagem, estão em qualquer local e momento da sociedade atual). Mas é nesse momento no qual eles são mais frontalmente questionados na ocupação. Com o passar do tempo, o cotidiano da vida na ocupação também tende a seguir colocando em questão tais valores, porém de forma menos "traumática" (por assim dizer) do que no seu início.

"Traumática" porque esse período é alvo de recordações também não muito agradáveis para algumas pessoas. Trata-se de uma adaptação nem sempre fácil de se atravessar, pois a convivência tão próxima e intensa com pessoas até então praticamente desconhecidas tenciona, muitas vezes, o grau de tolerância individual com o Outro. Como já foi anunciado no final da seção anterior deste capítulo, tal fato fica bem ilustrado com duas falas.

> "A gente se incomoda se tiver que fazer tudo em coletivo. Coletivo é bonito, é legal quando você chega igual algumas pessoas chegavam aqui, tipo assim: chegavam aqui seis horas da tarde e depois dez horas da noite iam pra casa deles e tal. Não tem que conviver com uma porção de coisas. Tem pessoas até que você chega hoje e são pessoas limpinhas e tal. Mas naquele momento que tavam saindo da rua naquela época, as pessoas não tinham um hábito legal de higiene. Enfim, tem pessoas aqui que hoje quando passam até parecem uns mauricinhos, mas quando chegou aqui moravam na rua, cara. Inclusive eu acho até que era, de certa forma, uma certa normalidade a pessoa ser daquele jeito. Aí com o tempo a pessoa vai se reabituando. Porque ninguém veio da rua. O cara foi pra rua um dia. Ele ali tinha família, tinha casa. Ele vai se reabilitando de novo. (…) Tem pessoas que até hoje não se habituou. Tem pessoas que eram da rua e até hoje não conseguem participar direito de uma reunião. Já teve outras pessoas que teve um avanço muito grande." (informação verbal)[291]

A segunda fala já ressalta que no início da ocupação lhe

> "(...) incomodou essa história do banheiro, de usar o mesmo banheiro de todo mundo. Porque eu nunca morei assim. Por mais humilde que fosse nossa casa, a gente tinha nosso banheiro, nossa privacidade. E eu pensava logo nos meus filhos: 'pô, meus filhos não estão acostumados com isso', você ter que ir num banheiro e ficar esperando alguém sair do banheiro e geralmente quando várias pessoas usam o mesmo banheiro, a higiene não é igual. Porque eu limpo, ele limpa, mas o outro já não quer saber de limpar. Então isso me incomodava muito, essa coisa do Coletivo na verdade. Banheiro coletivo, cozinha coletiva. Eu até comecei a participar logo da cozinha coletiva porque eu não gostava da comida. Achava a

[291] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.

> comida muito ruim, achava a higiene muito ruim da cozinha. Aí eu sempre gostava de ficar no almoço pra fazer umas coisas legais. [Então] [d]o prédio eu tive uma impressão a princípio ruim. (...) Porque assim, eu demorei um pouco pra me acostumar com essa coisa do Coletivo. De tudo fazer com o coletivo. Porque eu tava acostumada a ter uma casa só minha onde eu chegava na hora que eu queria, eu fazia minha comida, era meu banheiro, era tudo meu. Aquela coisa individualista mesmo. Então pra mim no início foi um pouco ruim. (…) Só pra deixar claro: eu respeitava o Coletivo. Mas eu era acostumada com aquele regime, então a princípio me incomodou um pouco mas a gente respeitava mesmo assim" (informação verbal)[292]

Tal tipo de fala expõem claramente as dificuldades iniciais de adaptação a esse momento de intensa coletivização. Apesar de a própria moradora apontar elementos individualistas na sua fala, outra leitura também é possível. É interessante ressaltar, pelo contrário, que não se trata de uma postura que entre em algum tipo de desacordo com a forma de *organização política* coletiva – como a própria moradora deixa claro em seguida, inclusive. Ocorre que nesse período inicial das ocupações (ao menos dessa fração do movimento) os espaços de uso privado são realmente bastante diminuídos. E, como já foi visto em outras passagens da dissertação, tais espaços (e sua esfera de relações privadas) exercem um papel muito importantes para o pleno desenvolvimento tanto das atividades humanas de maneira geral, quanto das práticas democráticas.[293] Entende-se, então, que sua redução seja facilmente estranhada por muitos moradores e moradoras (ainda que se trate de uma situação momentânea e necessária para o projeto político proposto). Mas especialmente por conta do exemplo, trazido pelo trecho da entrevista citada acima, de relação que se estabeleceu como busca de solução dessa tensão, vê-se que a experiência em tela também pode estimular contribuições para a luta emancipatória.

Como tentativa de solucionar o que lhe incomodava não optou-se por uma simples exigência de maiores espaços de uso privado (até porque, no momento, não só havia ainda a ameça de despejo – que exigia a forte proximidade entre os moradores justamente pela segurança de uma mobilização mais eficiente no caso de necessidade de resistência – como também eram poucos os andares da ocupação que estavam efetivamente limpos e com

[292] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.

[293] Em algumas entrevistas (realizadas nos dias 19 e 22/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida), algumas pessoas também apontaram para o peso que a construção social do espaço privado enquanto referência para a sociabilidade ocidental moderna tem nesse estranhamento da vida coletiva das ocupações. A família, enquanto uma das unidades sociais básicas, é estreitamente vinculada à privacidade e a certos níveis de inviolabilidade e independência do espaço privado frente a outros recortes do espaço social. Esses são aspectos frequentemente tensionados no interior de uma ocupação, notadamente daquelas cujas divisões entre os espaços ainda são feitas de material precário (como compensados e tapumes reciclados). Além disso, a própria gestão coletiva dos espaços tende a tornar mais tênues essas fronteiras entre espaços de uso privado e espaços de uso coletivo.

condições de habitabilidade)[294]. A alternativa encontrada foi justamente a maior participação nas atividades coletivas. Resposta que, diga-se de passagem, reforça a ideia de autogestão: ao invés de negar a situação que lhe causava o mal-estar (delegando a responsabilidade sobre ela a terceiros), estimulou o envolvimento direto com as atividades enquanto forma de participar *efetivamente* dos processos e, assim, influenciar seus resultados e solucionar o desconforto inicial. Assim, pode ser entendida como uma situação que fortaleceu diretamente a dimensão individual da autonomia (sem esquecer que, assim, amplia a própria autonomia coletiva).

Não se pode esquecer que o estranhamento causado por essa coletivização também surge do fato de muitos estarem convivendo efetivamente pela primeira vez com os demais. São, assim, um Coletivo formado por pessoas ainda relativamente estranhas umas às outras. Levando-se em conta que a sociedade ocidental capitalista contemporânea na qual se vive e se é educado é, em sua maioria, completamente fiel a valores individualistas e egocêntricos; e lembrando também que esses valores ajudam a tornar comuns situações nas quais se é "trapaceado" por outros; deve-se também considerar que certa parte desse desconforto surge também do receio de ser vitimado pela "má fé alheia". Isso já foi destacado em uma fala de uma moradora de ocupação citada no item 2.3.1, e é também ligado à ideia que alguns moradores fazem do que será morar em uma ocupação,[295]

> "(...) no sentido 'ah, vou lá, vou morar lá e ninguém tem nada ver com isso'. Só que você convive muito diretamente com pessoas que você nunca tinha visto. Pessoas que... Aquele cara que tem carinha de bonzinho, depois você percebe que ele tem um hábito que você tem aversão aquilo, aquele hábito dele. E tá muito perto, muito junto... e começa a dar problema. Porque aí eu tô falando do defeito dos outros, mas a gente também tem defeitos que afeta as outras pessoas também." (informação verbal)[296]

Mas é também no período inicial da ocupação que os problemas que podem existir a partir dessa convivência coletiva intensificada parecem poder ser melhor resolvidos pela própria instância máxima de deliberação: o Coletivo. Isso porque é justamente nesse período que ocorre também a radicalização das atividades de *gestão política* coletiva da ocupação. Esse é um dos fatores que também leva muitos dos moradores e das moradoras a lembrar

[294] No entanto, não se pode negar que essa pressão para a ampliação dos espaços de uso privado tenha acontecido no início da ocupação. Isso também é lembrado pelo ex-integrante da FLP entrevistado em 22/01/10.

[295] Essa forte demanda pela divisão dos espaços e o estabelecimento de espaços de uso privado não só foi acompanhado *in locu* nos primeiros momentos da Ocupação Machado de Assis (2008), como também foi lembrado por um ex-integrante da FLP entrevistado no dia 19/01/09 – em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

[296] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.

positivamente desse momento

> "(...) [V]ocê tinha como contornar tudo. Era reunião toda hora, toda hora tinha reunião. O que tava errado eles tentava consertar, entendeu? Então toda hora aquelas pessoas que tavam aqui dentro se unia. Tinha […] três, quatro reuniões? Vamo embora! Acontecia uma coisa com... aqui, que fez uma coisa errada. Aí dava certo." (informação verbal)[297]

A grande frequência das reuniões do Coletivo é atestada não só pelas repetidas lembranças que os entrevistados e as entrevistadas tiveram a esse respeito. As fotos da época, reproduzidas nas Figuras 38 a 41 deixam ver não só os cartazes lembrando dos horários das reuniões como também as decisões das assembleias expostas no mural da ocupação. Deixam perceber, assim, indícios da grande intensidade desses momentos de gestão coletiva. E, como se verá no capítulo seguinte também, os cartazes e os corredores têm também seus papéis na dinâmica política interna da ocupação (sendo, inclusive, importantes para os processos de negociação internos).

Essa grande união do Coletivo era inclusive destacada no primeiro regimento interno da ocupação. Tal regimento baseou-se em documentos de outras ocupações e, depois de ser bastante modificado para adaptar-se a esse novo processo, foi aprovado pelos moradores e moradoras antes mesmo da entrada no prédio. Esse regimento

> "(...) versava basicamente sobre a questão das assembleias, o funcionamento interno: quem decide, como decide e tudo mais. Da questão da... como é o direito ao quarto. Estabelecia, então, que ninguém ali é proprietário do quarto, nada desse tipo de coisa. Se alguém sai, coloca pro Coletivo o quarto pro Coletivo rediscutir pra quem vai. E algumas normas, vamos dizer assim, comportamentais. A maioria de curto prazo." (informação verbal)[298]

Quanto às normas comportamentais constantes no primeiro regimento interno, destaque-se, além das questões já colocadas pela fala do entrevistado acima, também a proibição do uso de qualquer tipo de droga e a permanência de animais no interior da ocupação. Tal regimento, que se encontra no Anexo II da dissertação, será retomado rapidamente no próximo capítulo à luz do regimento interno atual.

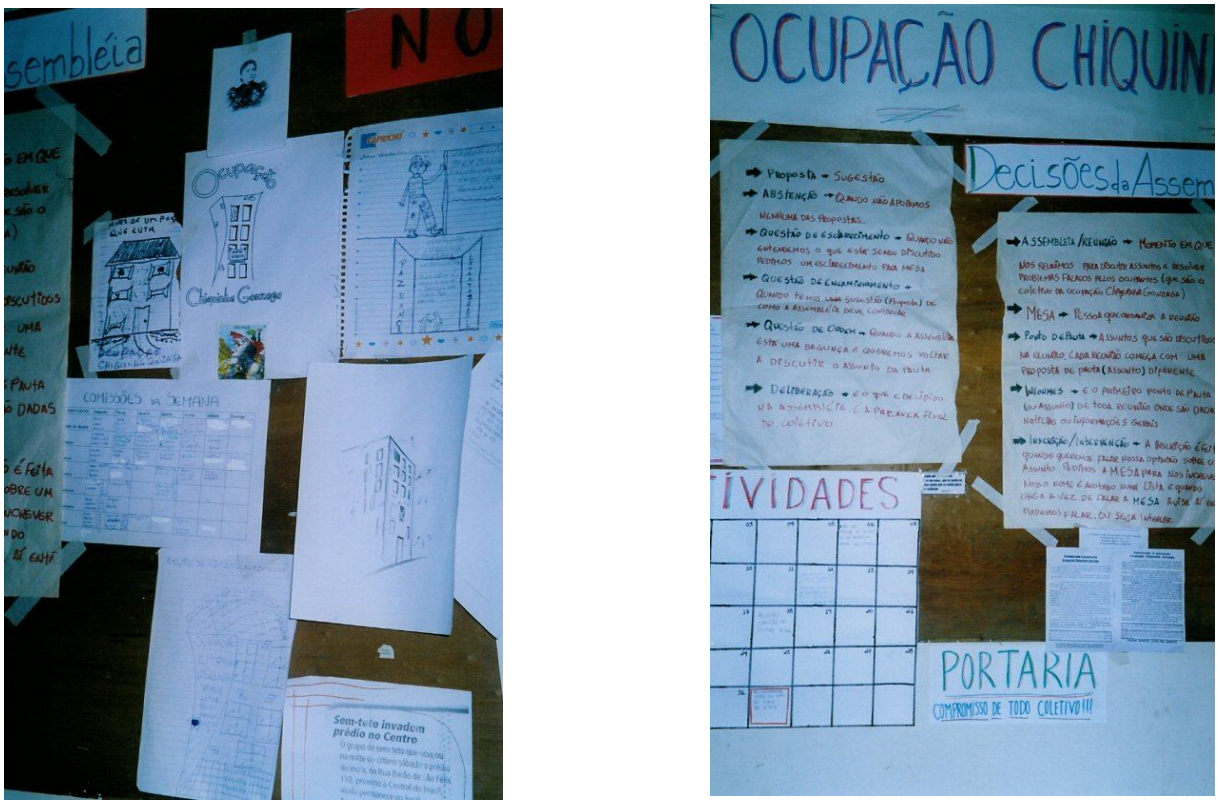
---

[297] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.
[298] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.



Fotos: CMI-Rio (2004). Disponíveis em <http://brasil.indymedia.org/pt/red/2004/10/291581.shtml?comment=on>

Figuras 38 e 39: Fotos do mural da Ocupação Chiquinha Gonzaga e dos cartazes em um de seus corredores, lembrando dos horários de reuniões e das refeições coletivas.



Fotos: Comissão de Comunicação da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004). Disponíveis em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/08/288953.shtml>

Figuras 40 e 41: Fotos do mural da Ocupação Chiquinha Gonzaga, com as decisões tiradas nas assembléias e outros materiais.

Muitos moradores e moradoras, ao lembrarem desse período, também destacam como essa coesão e intensidade das práticas de gestão coletiva da ocupação também influenciavam a eficiência das atividades de reestruturação e refuncionalização espacial que as moradoras e moradores faziam: os mutirões.

> "(...) [A]s assembleias eram diárias. Eram três assembleias por dia. E todos eram obrigados a participar. Existia uma lista de chamada, e aqueles que tivessem determinado número de faltas em reunião durante um mês eles eram cortados. Havia o corte. (...) Aí era justamente foi nessas assembleias que se tirava os mutirões pra determinadas atividades. Porque nós tava no auge da ocupação. A questão da limpeza, limpeza do prédio. Cada apartamento do prédio daqueles era tudo encarpetado. Os carpetes lá por vinte e tantos anos lá, abandonado. Tirar aqueles cocôs de pombo, de urubu, e tal. (…) [H]avia mais união entre os moradores, os ocupantes." (informação verbal)[299]

> "Por muito tempo a gente conseguiu que todo mundo participasse das comissões. (...) No início a gente conseguiu isso de muito livre e espontânea vontade. No início da ocupação, que as pessoas tavam mesmo naquela coisa de conseguir morar e tavam mais naquele afã mesmo de conquistar seu espaço." (informação verbal)[300]

Nesse período a ocupação também recebeu diversas doações de materiais para a realização desses mutirões, especialmente de sindicatos que a apoiavam.[301] Esse suporte conquistado a partir das articulações de alguns moradores, integrantes da FLP e CMP aponta também para a importância que a articulação dessa experiência da luta por moradia com outras organizações de outros movimentos sociais teve para o processo. Porém, não se trata de uma importância se que restringe ao apoio material que outras organizações podem oferecer. A articulação garante uma amplitude escalar das reivindicações que muitas vezes pesam bastante no desenrolar das negociações pela permanência e conquista do prédio.

> "(...) [N]ós, a ocupação, e os movimentos sérios que nos apóiam são muito bem articulados tanto aqui no Rio de Janeiro como em Brasília. Tanto que nós conseguimos a vitória que, muito em breve, nós estaremos com a concessão de uso na mão. E vamos comemorar. Quer dizer, mais uma festa pra comemorar. (…) Toda ocupação de prédio púbico tem que ter uma articulação tanto na esfera municipal, estadual, como na federal. Se não tiver essas articulações, esses contatos, tá fadado a não dar certo. (…)" (informação verbal)[302]

---

[299] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.
[300] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[301] Informação obtida através de entrevista realizada em 23/08/09 com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga e em 22/01/10 com ex-integrante da FLP (em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida).
[302] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

Relatando algumas outras lembranças dos moradores sobre as interações que se desenrolavam durante os primeiros mutirões e comissões de trabalho, duas falas deixam entrever claramente aspectos sutis que demonstram o vínculo íntimo entre a prática espacial da reestruturação / refuncionalização e a da ressignificação espacial que aconteceu no interior da ocupação:

> "(...) [M]esmo que tinha às vezes aquelas brigas, porque 'Ah, fulano hoje não quis trabalhar direito. Pedi pro cara carregar um cano...'. Às vezes rolava essas coisas, mas eram coisas passageiras. Era coisa de convivência de família, que tem briga mesmo né. 'Fulano não quis lavar a louça...' Mas era aquela coisa que no outro dia tava todo mundo trabalhando junto de novo. Era uma coisa legal que a gente... Eram as comissões de trabalho, mas a gente... Teve um menino que morava aqui, agora não mora mais, que ele começou a chamar as comissões de 'comissões culturais'. Era comissão cultural da cozinha, comissão cultural da elétrica, da hidráulica. Porque a gente brincava o dia inteiro, ria e sacaneava um ao outro. Uma comissão passava pela outra e sacaneava o outro. Era o dia inteiro assim. A gente... Era cansativo e tal, duro o trabalho. Mas a gente às vezes no fim do dia tava lembrando o que tinha acontecido, que caiu o cano no pé de um, o outro escorregou... A gente sacaneava o tempo todo, brincava. Mas assim, era gostoso. Eu sinto, particularmente, muita falta desse contato mais diário mesmo, dia-a-dia mesmo com o pessoal." (informação verbal)[303]

> "Eu acho que o que faz também a gente enturmar mais assim acho que é a ideia do mutirão também. É importante. Que no começo aqui da Chiquinha a gente tinha muito mutirão mesmo. Era mutirão todo o dia, assim. Foi aonde que eu tive uma amizade mais forte, foi na época do mutirão. Como se foi que eu consegui incentivar a galera assim, a gente trabalhando no mutirão. E a gente fazia a ideia de 'rotativo'. Só que na época, assim, eu tava em todos [risos]. Então era importante, assim. A gente envolvia. Tantos homens, tantas mulheres trabalhavam com a gente. A gente colocamos até um apelido lá... 'Mutirão cultural', uma coisa assim. E aí a gente se envolvia." (informação verbal)[304]

Em ambas as falas fica clara a importância desse momento de convivência intensa nas atividades coletivas. Por um lado, isso cumpre o papel de estimular diretamente a criação de laços afetivos entre pessoas que, antes, mal se conheciam (contribuindo para a diminuição do receio do Outro, já apontado acima, como um complicador sempre presente do período inicial). Mas também, por outro lado, tais momentos podem ser vistos como o embrião do mínimo compartilhamento da dimensão subjetiva do mundo da vida dos moradores e moradoras (condição importantíssima para que sua interação pudesse caminhar no sentido de buscarem se entender e superar os conflitos existentes). É legal lembrar também que esse compartilhamento sócio-espacial de experiências vistas como agradáveis contribui muito para

[303] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[304] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

uma prática espacial insurgente (SOUZA, no prelo) fundamental para qualquer processo emancipatório: a ressignificação espacial.

Interessante pensar, portanto, que a metodologia que os moradores e moradoras utilizam no interior da ocupação para dar conta das reestruturações que precisam ser feitas para refuncionalizar o imóvel há tempos ocioso (e transformá-lo em espaço de moradia) é muito importante para que seja gestada a afeição para com aquele espaço e, assim, a ocupação possa se tornar um local querido e agradável para seus ocupantes. É uma tática que, junto com outras atividades coletivas como as realizadas com as crianças ou mesmo as oficinas realizadas com jovens e adultos, aponta para uma "lugarização" mais do que evidente (apesar de não ser necessariamente sempre realizada de forma intencional).

> "(...) [Q]uando a gente chegou aqui, esses tubos tavam tudo entupido, tudo ferrado. Isso daí mudou. (…) Mas poxa, quem morava aqui encima se ferrava todo. Tinha que carregar água e tal. E os companheiros desentupiram os tubos, fizeram um trabalho. (..) Isso aí mudou um pouco. Teve pessoas também que mudou muito. (…) [H]oje tem a sua moradia. As pessoas eram isso e hoje são pessoas com uma certa cidadania. (…) [A]s pessoas (...) não estão na beira da calçada. E isso mudou bastante. (...) Mudou também a questão de que a gente via isso aqui de um jeito, depois via de outro. O prédio... Uma coisa que mudou mesmo, que talvez seria uma que eu não falei, é que antigamente quando eu cheguei aqui eu não achava essa estrutura minha. Hoje eu já acho ela totalmente minha. Minha casa, meu lar. Eu acho que é isso aí." (informação verbal)[305]

Essas atividades e trabalhos coletivos podem certamente ser melhor ilustrados através de algumas fotos (Figuras 42 a 45). Uma das pessoas entrevistadas lembra que

> "Era um horário de 20 horas mensais pra cada apartamento [de trabalho coletivo]. (...) Não tinha essa coisa de acumular. Não adiantava você, num mês, fazer quarenta horas pra, no outro mês, não fazer. Porque a gente não precisava de mais, a gente precisava que todo mundo fizesse seu horário e pronto." (informação verbal)[306]

A frequência de reuniões e a carga de trabalho coletivo necessário para que o prédio pudesse começar a ser habitado com mínimas condições, nas lembranças de alguns, nem sempre foi bem recebida por todas as pessoas que estavam no início da ocupação. Esse período inicial também marcou a entrada de novas pessoas no Coletivo, uma vez que outras acabavam abandonando a empreitada.

---

[305] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.
[306] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09





Fotos: Comissão de Comunicação da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004). Disponíveis em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/08/287859.shtml>

Figuras 42 e 43: Fotos de mutirões do início da Ocupação Chiquinha Gonzaga, na limpeza da entrada do prédio e na secagem do alagamento no piso térreo.

> "(...) [O] tema mais discutido era o próprio Coletivo. O respeito com o próprio Coletivo. Acho que era a coisa que o pessoal mais tentava fixar. Porque sempre fugia um pouquinho, alguém querendo resolver uma coisinha pelas suas próprias mãos. Então o pessoal sempre, principalmente no início (…) tinha muito essa coisa do pessoal reforçar bastante o Coletivo, o poder do Coletivo. De deixar claro que era o Coletivo que tomava as decisões, e não eu ou ele ou uma outra pessoal. Porque de vez em quando o pessoal, como não tava muito acostumado... (…) Então eu acho que o grande debate aqui, central, era mesmo o Coletivo e o poder que o Coletivo tinha aqui dentro. Pras pessoas, eu acho, que um pouco não fugirem muito disso." (informação verbal)[307]

> "Às vezes alguns não aguentaram o tranco mesmo de ter reunião direto, ter que trabalhar nas comissões... Então eles se sentiram meio podados em sua liberdade. 'Ah, eu não quero trabalhar', 'Eu não quero fazer isso', 'Eu não quero fazer aquilo'. Então algumas pessoas saíram. Mas a maioria assim ficou, aguentou o tranco e tão aí. Mas assim, depois acabou mesmo abrindo outros espaços. Que a gente também não tinha muita certeza de quantos quartos seriam, quantos daria pra dividir, quantas pessoas dariam pra colocar. E aí, depois de um tempo, a gente fez um cadastro. Manteve um cadastro de indicações dos próprios moradores. E aí foram entrando pessoas novas." (informação verbal)[308]

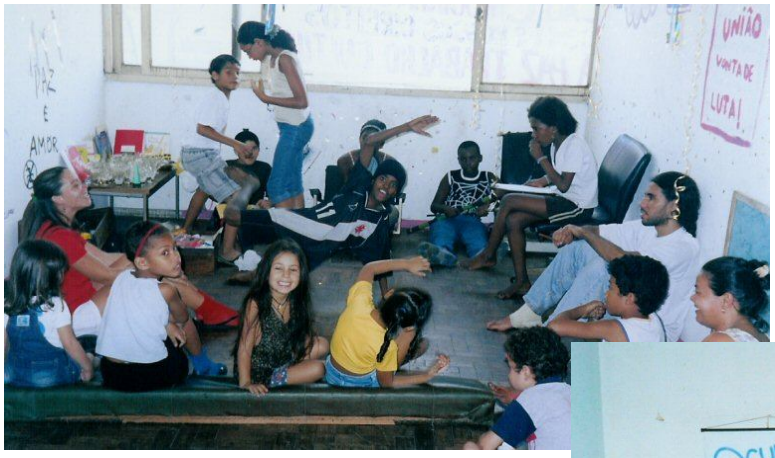
[307] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevistas realizadas em 16/05/2009.
[308] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

É bastante importante lembrar também que a "lugarização" feita pelo Coletivo não se restringe ao espaço interno da ocupação. Alguns moradores destacam que suas primeiras impressões também eram marcadas por preconceitos a respeito do entorno do prédio. Como acontece com muitas áreas de obsolescência de grandes cidades, os arredores da Central do Brasil no Rio de Janeiro são costumeiramente vistos como uma área degradada e perigosa. Trata-se de uma área tida principalmente como um local de passagem, de chegada ou de saída do centro da cidade, bastante inóspito para a maioria das pessoas que não experimentam outro tipo de experiência sócio-espacial com o local.

Com a ocupação, porém, as perspectivas de alguns moradores a respeito dessa "imagem sócio-espacial" que faziam da área da Central do Brasil se modificaram. Isso deu-se principalmente através de uma nova experiência sócio-espacial com o entorno: a partir da convivência com as pessoas que vivem na área, os arredores da Central passaram a ser vistos de uma maneira bastante distinta.

> "E também tem a questão da própria Central, né. (…) A Central é uma coisa meia mística. Porque poxa, é a Central. Olhava dali da minha janela e via o relógio da Central e nem acreditava nisso. (…) [N]unca passou pela minha cabeça morar aqui na Central. (…) Eu morava há não sei quantos metros... Mais de 50 quilômetros daqui. Eu nunca me imaginava morando aqui. (…) Um segundo ponto, também, é o seguinte: todo mundo que passa pela Central, ou 90% das pessoas que passam aqui pela Central e que mora distante daqui, olha pra Central assim, com uma aversão muito grande pela Central. Na Central você encontra - com todo o respeito a esse pessoal - você encontra gays, lésbicas, senhoras e senhores, garotos de programas, essas coisas todas que é a profissão deles. (…) E também muita gente deitada na beira da calçada, dormindo na calçada. É um contraste muito grande, que tem um quartel aqui que é imenso, um quartel lindo e maravilhoso. Tem a Central também, que o prédio da Central não é feio. Tem diversos prédios em volta. Muita gente da grande sociedade, de pequena, média e grande burguesia. Grandes comerciantes que tem nessa área também. E, ao mesmo tempo, um contraste do bolo de criança abandonada, de um bolo de pessoas dependentes químicos, enfim. Tudo o que você imagina você encontra nessas áreas. Então tem um contraste muito grande. Quando o cara chega ali a primeira coisa que o cara pensa é 'vou ser assaltado ali!'. E não é isso! Depois de morar aqui um certo tempo, eu posso provar. Já andei nessas ruas aí de madrugada a dentro. 1h, 2h, 3h, 4h da manhã. Nunca me tocaram. 'Ah, o cara ali tem hábito de vender o corpo'. Te respeita. O pessoal te respeita. (…) Francamente: hoje eu tenho uma outra visão dessa área. Inclusive boa. Eu pensava que aqui, se matava toda hora, se roubava toda hora. E não é nada disso. Nada a ver isso. (…) Essas foram as impressões. No início até meio assustadoras mas depois cheguei à conclusão de que é ótimo morar aqui. Francamente, é muito bom morar aqui. Pretendo ainda morar aqui bastante tempo." (informação verbal)[309]

[309] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.



Fotos: FLP (2004). Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/08/289102.shtml>



Fotos: Comissão de Comunicação da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004). Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/08/288953.shtml>

Figuras 44 e 45: Fotos de atividades com as crianças e jovens no interior da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

> "Agora essa impressão da Central foi a mesma sensação (...). Porque a gente levava 1h30 pra chegar aqui de ônibus rápido - o chamado ônibus rápido. Daí imagina se eu tenho que ir pra Zona Sul. Então pra gente era meio que um sonho. Eu não tive muito problema com essa visão que incomoda muito o pessoal não. Não me incomodava muito não. 'Ah, que tem prostituta...' Isso nunca me incomodou muito não. Eu tinha um pouquinho de medo porque o pessoal antigamente falava que tinha muito assalto aqui. Mas depois, conforme eu ia chegando tarde da faculdade, andando mesmo na rua com o pessoal por aqui, eu percebi que isso não acontecia." (informação verbal)[310]

Com a modificação da experiência com o espaço do entorno da Central do Brasil, onde se localiza do prédio da Ocupação Chiquinha Gonzaga (Figura 46), modifica-se também a própria percepção a respeito da segurança. Dessa maneira, percebe-se como uma ocupação de sem-teto pode inclusive influenciar a perspectiva de relação com áreas da cidade antes vistas como perigosas. Tal constatação pode apontar para aspectos que contribuam para a modificação paulatina da sensação de medo e insegurança que predomina em áreas de obsolescência do espaço urbano de muitas metrópoles brasileiras (sem que, para isso, seja necessário operar qualquer mecanismo de limpeza social e gentrificação nas áreas).

[310] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.

Foto: M. S. Grandi (Arquivo pessoal / 2008) Elaboração: M. S. Grandi

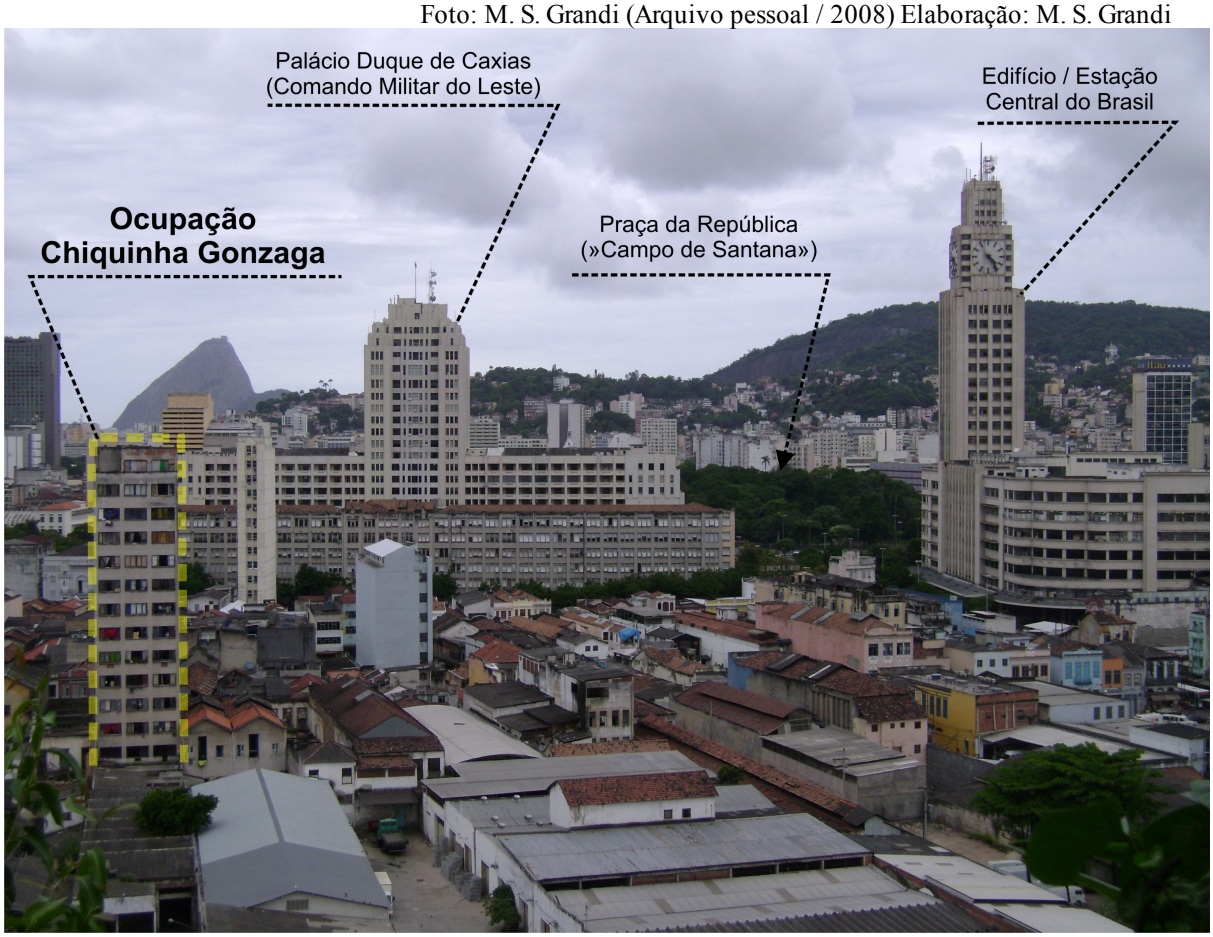


Figura 46: Ocupação Chiquinha Gonzaga vista do Morro da Providência, ressaltando sua proximidade à Central do Brasil e a outros locais tidos como referências na cidade.

3.2 Vivendo o território recém-nascido: "Causos" cotidianos de uma experiência marcante

O período inicial da ocupação foi marcante para todos os que dele participaram. Porém, no decorrer dos quase seis anos de existência da Chiquinha, a rotatividade de seus moradores também não pode ser desconsiderada. Não existem informações precisas a respeito da porcentagem exata de quantas das atuais 70 famílias que estão no prédio participaram do início da ocupação. No entanto, foi frequente nas entrevistas e é corrente no cotidiano do prédio a constatação de que uma boa quantidade das famílias que residem na ocupação não participaram dos primeiros momentos de sua história.

Mesmo sem participarem do início do processo, essas famílias logicamente também fazem parte do contexto sócio-espacial no qual as interações e as negociações cotidianas da ocupação se dão. Todos/as os/as atuais ocupantes compartilham de referências construídas a

partir das múltiplas experiências vividas no prédio. São algumas dessas rápidas histórias vividas e recordadas por alguns dos entrevistados no decorrer dos anos de ocupação que serão lembradas agora, finalizando este segundo capítulo.[311] Essas lembranças são fundamentais para que se possa ter uma ideia mínima e introdutória das experiências que, junto com inúmeras outras, conformam parte da escala cotidiana do "mundo da vida" das pessoas que compõem o Coletivo da Chiquinha Gonzaga.

A primeira história remete à uma atividade desenvolvida por um dos dos militantes que prestava apoio à Chiquinha Gonzaga. Durante um certo tempo, essa pessoa realizava atividades pedagógicas no interior da ocupação que abrangiam um número variado de moradores e moradoras. Suas aulas de história, exibição de filmes e conversas sobre outros assuntos cotidianos (envolvendo, por exemplo, debates sobre educação sexual) marcaram algumas lembranças e ressaltam a importância de certas práticas espaciais para a realização de algumas atividades na ocupação.

> "Então eu achava o maior barato, porque podia descer uma pessoa que ele dava aula com o mesmo entusiasmo que se tivesse vinte e cinco pessoas, entendeu? Hoje as pessoas até falam isso: esse era militante da ocupação. Esse era (o pessoal chamava de "apoio", né?)... Esse era apoio, que era o cara que tava aqui simplesmente pra somar, pra ajudar, pra mais nada. Então essa coisa me marcou muito." (informação verbal)[312]

A maneira utilizada por esse "apoio" exemplifica perfeitamente uma prática espacial bastante comum até hoje nas ocupações. Como será lembrado mais detidamente no próximo capítulo, o momento da convocação para as atividades coletivas é fundamental para o seu sucesso ou fracasso – e a passagem pelos corredores lembrando e convidando todos é muitas vezes crucial.

> "Então aquilo, pra ele, era sagrado. Ele é o cara que nasceu pra educação. Porque não importa: ele chamava as pessoas. Ele subia e ia lá pra cima. Aí ficava gritando: 'Aula de história! Aula de História! Cinco horas na sala de reunião! Quem vai querer?'. Aí ele ia chamando as pessoas, algumas ele batia na porta... Mas era todo o domingo você escutava (...), e falava assim 'daqui há pouco o (...) vai passar chamando'. (...) Nunca foi uma pessoa só, mas já três, quatro. E era o mesmo entusiasmo, ele passava filme... Eram umas aulas muito legais." (informação

[311] Certas ressalvas não podem ser esquecidas. É importante deixar claro que não se vai aqui, logicamente, transcrever todas as histórias ouvidas no decorrer das entrevistas. As atenções estarão voltadas, pelo contrário, a situações que apresentem questões de interesse mais direto à pesquisa. Serão, mais especificamente, quatro pequenas lembranças que remetem, em maior ou menor grau, tanto às observações feitas neste capítulo quanto às considerações que serão feitas no capítulo seguinte.

[312] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizadas em 16/05/2009.

verbal)[313]

Essas atividades se inseriam em algumas discussões que eram realizadas mais intensivamente nos primeiros anos da ocupação. Discussões que transitavam por várias escalas, desde o fortalecimento cotidiano do Coletivo – quando, por exemplo, "(...) o grande debate era que não podia-se faltar as reuniões. Não podia-se faltar." (informação verbal)[314] – até temas mais vinculados a uma formação política em outra escala.

> "O pessoal que tem uma história mais de militância política tentou puxar bastante foi a questão do debate sobre a moradia. Por que que o cara ocupa? 'Ah não, a gente entrou de vadio. A gente invadiu isso aqui e como é que tu tá querendo falar isso...?' Não, a gente não invadiu isso aqui não. Quem invadiu o Brasil foi o europeu, na época que eles vieram aqui e invadiram o Brasil, que era do índio. E o negro foi sequestrado na África pra poder ser escravizado aqui. Então quem construiu isso aqui praticamente tudo foi o negro e o índio, e alguns povos pobres - até pessoal branco mesmo que vieram da Europa pra cá. Então isso aqui não pode ser 'invadido', isso aqui já é nosso. A gente tá só retomando, porque quem construiu isso aqui ou foi meu avô, meu bisavô... Alguma pessoa ligada à minha classe social e não à classe que se diz proprietária do país, que é a burguesia e o grande capital nacional e estrangeiro. (...) [I]sso aí foi um dos debates bastante puxados, digamos assim, pela militância política, pelo pessoal de... não é que 'tem consciência de classe' porque isso é muito relativo. Vi pessoas totalmente analfabeta e que, depois você vai ver direitinho, quem tinha consciência de classe era o cara que era analfabeto e não o cara que era o cara estudado e tal. Mas o pessoal que tinha um pouco mais de discussão sobre consciência de classe mesmo, o pessoal sempre puxando muito mais esse lado. (…) [E]u acho que isso também ajuda a sustentar esse debate político. E debate político também sobre uma infinidade de coisas que está ao redor dessa questão da moradia, salário e essas coisas. Isso aí foi também bastante puxado." (informação verbal)[315]

De fato a preocupação com questões que vão para além da simples conquista da moradia também marcou a ocupação. Implementar cooperativas que servissem como alternativas para geração de trabalho e renda para moradores e moradoras esteve presente nas discussões desde o período preparatório da Chiquinha Gonzaga.[316] Como foi destacado já em trabalho anterior (TEIXEIRA e GRANDI, 2008), a tentativa encampada por um grupo de moradores em 2005 de desenvolver uma experiência de cooperativa de reciclagem de lixo na ocupação fez com que algumas considerações importantes fossem levantadas a respeito dos processos de convencimento e de construção das opiniões no prédio. Apesar de sua criação

[313] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizadas em 16/05/2009.
[314] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.
[315] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.
[316] Essa preocupação não se restringe à Ocupação Chiquinha Gonzaga. Mais considerações a respeito dessas práticas de economia popular solidária nas ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto carioca podem ser vistas em ALMEIDA (2009).

não ter sido aprovada pelo Coletivo na época, a ideia de uma cooperativa não foi abandonada.[317]

Alguns anos depois, surgiu a partir de um grupo de moradores da ocupação a iniciativa de se organizar uma cooperativa de alimentação. Com ela, moradores e moradoras produziriam alimentos sob encomenda para eventos e atividades afins. Gerariam renda, dessa forma, tanto para eles próprios quanto para o Coletivo da ocupação (uma vez que, como foi determinado já no início da ocupação, qualquer cooperativa de moradores que se estabelecesse repassaria 10% dos rendimentos à ocupação, como forma de colaborar com a coletividade). Durante algum tempo, tal cooperativa conseguiu manter-se, auxiliando de maneira importante alguns dos moradores da ocupação que dela participavam.

> "Essa cozinha, essa cooperativa que eles trabalhavam, ajudou muito até eles. Até ajudou muito também o prédio, porque eles dava 10% do que eles ganhavam, do pagamento. Então eu acho que foi marcante. Quer dizer: vieram morar aqui, depois viemos morar aqui. E ao mesmo tempo, alguns conseguiram um emprego e tão pagando um dinheirozinho. E ainda ajuda também o prédio, porque davam 10% pro prédio. Então eu acho isso marcante, uma coisa boa. E se arrumou um dinheiro que às vezes não era até de salário mínimo. Foi um pouco mais. Até tanto mais que eles ainda têm um dinheiro ali que (…) [a] UNE não pagou pra eles. Eu não entendo porque que eles não colocaram na justiça. Mas ficou uma parte ainda segurada." (informação verbal)[318]

Após algum tempo de existência, a cooperativa angariou alguns equipamentos próprios e passou a utilizar-se de uma sala cedida pelo Coletivo para guardá-los (sala que, no início da ocupação, era destinada às crianças e que, com o passar do tempo, passou a ser virtualmente a sala da associação de moradores – mas que nunca foi efetivamente usada como tal). Em 2009, por ocasião de festa de quatro anos da ocupação, foi realizada uma ampla reforma em dois depósitos da ocupação. Tais espaços foram transformados em uma cozinha coletiva, utilizada especialmente em momentos de eventos (encontros, grandes reuniões, confraternizações, etc.).

Essas reestruturações e refuncionalizações serão apontadas com mais detalhes no início do próximo capítulo, quando forem enfocados aspectos mais específicos da

---

[317] Para além das experiências relatadas aqui de cooperativismo no interior da Ocupação Chiquinha Gonzaga, vale a pena lembrar – para ressaltar que tal questão é frequentemente pontuada e lembrada por certos moradores – que foi realizado em maio de 2008 na própria ocupação um seminário temático intitulado "O que pode a 'economia popular urbana'? Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações".

[318] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizadas em 22/08/09. É importante destacar que as informações que citam aqui a União Nacional dos Estudantes não são oficiais. O objetivo aqui não é tecer acusações. Trata-se somente de relatar uma das histórias contadas na ocupação e corrente em seu cotidiano. Cumpre destacar, porém, que tal denúncia contra a UNE foi amplamente divulgada pelo Coletivo.

espacialidade interna da ocupação. Por ora, cabe ilustrá-las com um croqui focado simplesmente nesse andar, acompanhado de duas pequenas fotos (Figuras 47, 48 e 49).[319]

Lembrar da cooperativa como uma iniciativa que auxiliou alguns moradores e moradoras a terem uma renda própria (sem contar a ajuda às finanças coletivas) é um aspecto que se liga com outra característica forte da ocupação, recordada em mais uma história contada por uma moradora. Nela, o que é destacado é a solidariedade do Coletivo para com seus integrantes, mesmo em casos mais particulares. Isso tem ligações diretas com as formas de relações políticas que se busca estabelecer na gestão do prédio, bem como com as maneiras através das quais as negociações cotidianas se dão – no sentido de tentarem resolver e superar conflitos através da mediação (direta ou indireta) do Coletivo.

> "Outra coisa que me chamou à atenção foi a do próprio Coletivo. Quando teve uma briga aqui, bem no início mesmo. Devia ter uns dois meses de ocupação (…) [T]eve uma briga (…) e parece que levou faca, facada. E eu acho que machucou (…), alguma coisa assim. Algumas pessoas bateram de porta em porta chamando as pessoas pra uma reunião pra explicar o que tinha acontecido e tal. Aquilo me chamou muito à atenção, porque em outro lugar ninguém quer saber. 'Ah, fulano brigou pra lá? Ah, problema é dele, resolve pra lá. Vai na polícia, chama o tráfico...' Mas aquilo me chamou à atenção, das pessoas se mobilizarem por uma briga, entendeu? E foi bem no início. Isso me marcou pra caramba, a preocupação das outras pessoas com o bem-estar de pessoas que tavam brigando, poderiam se machucar e tal. Aquela coisa que o pessoal fala de "briga de marido e mulher, ninguém mete a colher", aqui não era nem marido e mulher: era dois "homões grandões". Mas mesmo assim o pessoal, era 3 ou 4 horas da manhã, fez todo mundo descer pra tomar atitude, pra fazer uma reunião. E foi feito essa reunião. Depois foi feito reunião de tarde de novo (…). Então essa coisa de as pessoas se mobilizarem pra ajudar uma outra, isso me marcou também. Eu não tinha visto isso nos lugares que eu morava." (informação verbal)[320]

Conflitos desse tipo não são exclusivos de ocupações de sem-teto. Não se pretende reforçar aqui qualquer tipo de preconceito tido em relação aos espaços de moradia do hiperprecariado urbano brasileiro contemporâneo – ainda mais sendo vinculado a um movimento social. Embates pessoais que muitas vezes beiram situações de uso desmedido da violência são vistos em *todos* os espaços da sociedade atual (especialmente ao se viver sob as tensões e o medo característico das "fobópoles" [SOUZA, 2008a]). Porém, algo diferencia

[319] Cabe destacar que essa cozinha coletiva não tem as mesmas características da cozinha coletiva existente nos primeiros períodos da ocupação. Diferentemente do outro momento, agora não se busca produzir alimentos para todo o Coletivo cotidianamente de forma a substituir as refeições realizadas nos espaços privados. No entanto, é interessante pensar que essa reestruturação e refuncionalização de um espaço coletivo que antes estava sendo pouco utilizado se dá justamente em um momento de fortalecimento do Coletivo – especialmente por conta das conquistas nos trâmites da negociação jurídica do imóvel com o INCRA.

[320] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizadas em 16/05/2009.

esse pequeno acontecimento narrado: ele aponta para a possibilidade de, mesmo no contexto de uma sociedade marcada pelo uso da força e da violência como fatores que legitimam o domínio de uns sobre os outros, se ter um outro tipo de perspectiva para a resolução de conflitos desse tipo. Trata-se de uma maneira de lidar com a situação que *não* recorre ao reforço de qualquer instituição estatal "policialesca" *nem apela* para o chamado "poder paralelo" (os milicianos ou os grupos de traficantes de drogas que operam no varejo e que territorializam áreas próximas). É uma forma diferenciada, marcada pelo exercício de um poder horizontalizado e por uma prática comunicativa própria. Isso reforça a percepção de que se está lidando com um território específico, com relações internas de poder próprias. A referência para a resolução de conflitos ocorridos nesse território é uma instância interna de poder explícito onde a coerção física não predomina (como é nas relações que envolvem grupos de traficantes de drogas ou milicianos) e a legitimidade estatal não se aplica (como é no caso do monopólio da violência, exercido pelo Estado através das instituições policiais). Diga-se de passagem: esse tipo diferenciado de gestão de conflitos certamente aponta para ganhos de autonomia coletiva.

No entanto, ganhos podem ser indicados também na autonomia individual dos moradores e moradoras. Isso justamente porque tal misto de solidariedade coletiva em relação ao outro e autogestão comunicativa de conflitos estabelece uma atmosfera menos suscetível à coerção individual pela violência ou pela força. Cria-se uma nova relação de segurança diante dessa territorialidade, uma relação com maiores características emancipatórias para os indivíduos do que o medo generalizado instaurado na sociedade contemporânea. Esses efeitos individuais, por sua vez, complementam o ganho de autonomia coletiva que tal forma de resolução de conflitos traz.

É esse contexto de solidariedade, de outro tipo de segurança, de preocupações com geração de renda e formação política que estimula também as manifestações marcantes puxadas pelo Coletivo da Chiquinha Gonzaga durante seus anos de existência. Sua grande maioria remetam a práticas espaciais insurgentes bastante comuns: o bloqueio de vias e a "ocupação" de prédios públicos. Alguns atos são particularmente lembrados pelos moradores.

Croqui do primeiro andar da Ocupação Chiquinha Gonzaga

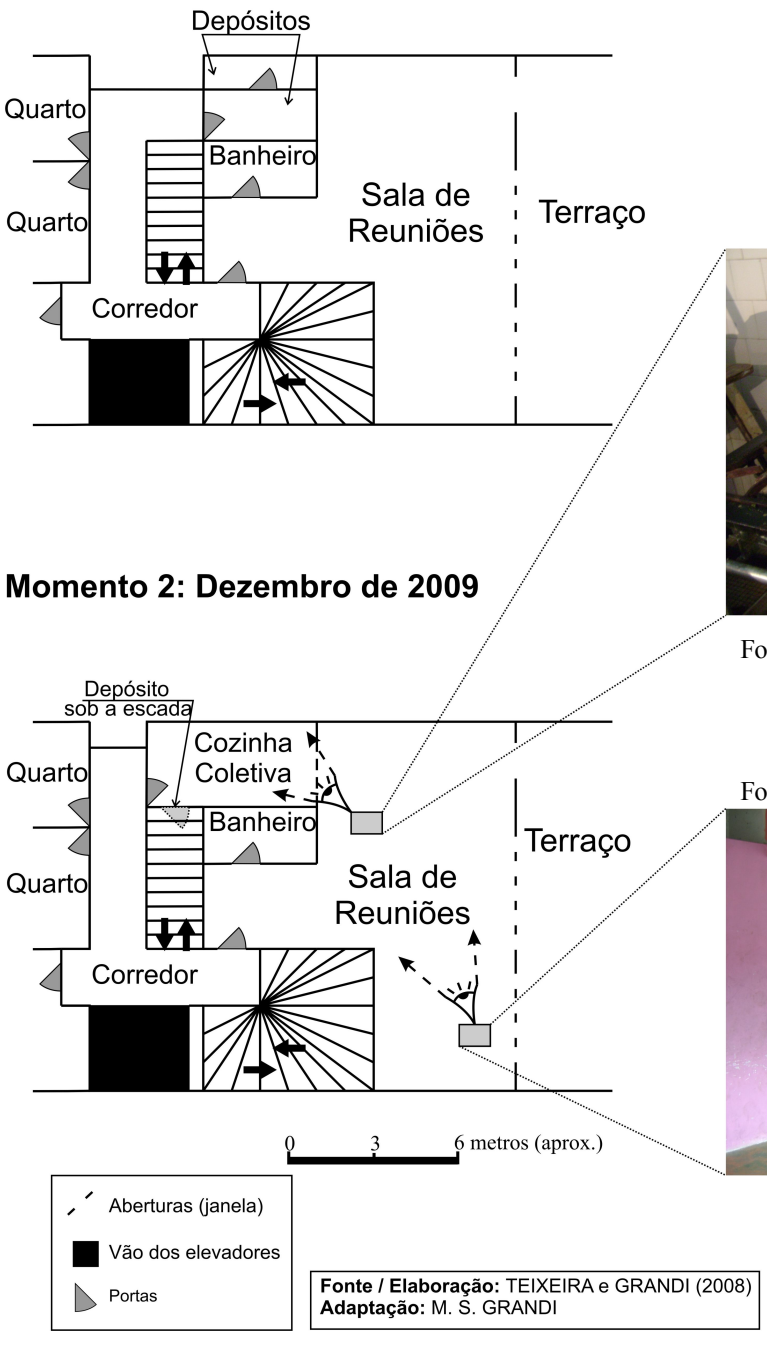


Figura 48: Fogão da cozinha coletiva em funcionamento no dia da festa de aniversário de cinco anos da Ocupação Chiquinha Gonzaga



Foto: M. S. Grandi (Arquivo pessoal / 2009)

Foto: M. S. Grandi (Arquivo pessoal / 2009)



Figura 49: Foto da janela/balcão do espaço reformado em meados de 2009 para a instalação da cozinha coletiva (foto retirada a partir da sala de reuniões).

Figura 47: Croqui de parte do primeiro andar da Ocupação Chiquinha Gonzaga, com enfoque na reestruturação espacial feita com a obra da cozinha coletiva.

> "Eu lembro um, por exemplo, que praticamente definiu essa ocupação aqui como nossa. Uma conquista naquele dia ali. Que foi o dia que o pessoal saiu daqui, que tava muito ameaçando o Incra, o Incra tava muito ameaçando despejar. A gente saiu daqui em passeata e fomos pela... (…) Saímos por aí e chegamos lá no Incra, lá no Catete. E ocupamos, praticamente, a sede do Incra. Daquela época pra cá saiu umas decisões assim, do tipo 'Tá bom, vocês vão ficar lá mesmo'. De lá pra cá não encheram mais o saco muito não. (…) Mas até então tinha aquilo de 'Não, pá, os caras vão vim pra despejar tal dia.' Porque nada por escrito é nada. Mas sempre tinha aquele medo de, duas horas e pouco, quando chegava lá 'Não, não era nada disso.' E os caras deram uma de 'Deixa disso' e meio que diminuiu. (…) E lembro de detalhes depois que tem um companheiro aqui que ele ia na passeata e tem uma filmagem da passeata, tu lembra disso? Aí esse cara fala: 'Ô abre alas, que eu quero passar!' assim, sabe, parece que com uma credibilidade tão grande sabe? É até estranho, porque ele pelegou pra caramba... Sabe de quem eu tô falando né? Mas aquela parte que ele fez ali ficou marcante. Aquela insistência dele, 'ô abre alas que eu quero passar'. Falando assim, meio que da Chiquinha Gonzaga, que é uma companheira que abriu alas mesmo contra o machismo, contra essa depredação do nome da mulher. Isso aí foi uma coisa. (…) Outra coisa que me impressionou bastante do Chiquinha Gonzaga foi quando o Lula veio no Itamaraty que falaram que ele não ia ficar mas daí fechamos ali e ficamos cheio de faixas e cartazes do Chiquinha Gonzaga E provavelmente... não deixaram a gente chegar perto do Itamaraty, porque você sabe que no Brasil a ditadura voltou, então os caras cercaram a rua assim e ficamos numa distância de mais de 40 metros...(...) Aí ir pra rua do Itamaraty não conseguimos. Mas com certeza o Lula conheceu a gente aquele dia. Com certeza. Nem que fosse a partir de uma câmera, a partir de uma coisa assim... Com certeza. Ele pode me dizer que não sabe, que é um mentiroso ferrado que prometeu que todo o prédio público seria moradia e dá aval pra, se puder meter o pau na gente, vai meter o pau na gente. Só que não mete o pau na gente porque vai pegar muito mal, ele tá muito no centro até então. Mas isso então é uma outra coisa." (informação verbal)[321]

Essa fala retrata bem as táticas de manifestação fortemente espacializantes adotadas pelo Coletivo (as passeatas, "ocupações" de prédios públicos, os cantos). Mostra também como os moradores e moradoras aproveitaram algumas ocasiões para burlar a mediação burocrática típica do aparelho estatal que afasta os "representantes" dos "representados", realizando manifestações diretamente para o chefe do poder executivo do país (o Presidente da República) – prática que, inclusive, aponta para uma tentativa típica de "salto de escalas". Tentam acessar, assim, outras escalas para que, dessa forma, possam influenciar mais diretamente no processo de negociação para a conquista da moradia. Por último, vê-se também como aspectos lúdicos têm importância inclusive para construir o imaginário político coletivo da luta desses e dessas ocupantes, como o canto entoado durante a passeata.

Por essas histórias e por outras que o processo de realização e a construção de toda essa atmosfera de experimentação de novos tipos de relações sociais internas vistas na Ocupação Chiquinha Gonzaga ajudaram a fazer com que tal ocupação fosse vista até hoje

[321] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.

como um marco. Um marco, primeiramente, em especial para a vida das 70 famílias que hoje (depois de muita luta) têm uma maior possibilidade de vir a conquistar o direito à habitação e à moradia digna.

> "E uma outra coisa que eu queria falar é assim: Eu tenho maior orgulho de morar na Chiquinha Gonzaga, cara. Eu sempre falo assim... Em tudo quanto é lugar que eu vô. Eu dei uma entrevista em Brasília, a primeira coisa que eu falei é que eu moro em uma ocupação de sem-teto com o maior orgulho. Não tenho vergonha de dizer isso. E só eu sei o que é a Chiquinha Gonzaga na minha vida. Porque antigamente eu tinha que trabalhar, tinha que pagar aluguel, tinha que pagar passagem... Morava em Japeri, passagem cara pra ir pra casa. Aí eu sofria pra caramba, porque o tempo que eu levava daqui pra ir pra casa era muito distante. Então pra mim a Chiquinha Gonzaga é tudo, sabe? E eu sempre pedi a Deus: 'Poxa Deus, me dá uma casa.' Eu não tinha condições de comprar. E eu não sabia que eu tinha direito de morar em um prédio que era meu já, né? Que é nosso, que é pago com o nosso dinheiro, entendeu? Depois que eu descobri isso, eu acho que todo mundo tem que fazer isso. Não tem que ficar comprando não, tem que ocupar mesmo. (...) Eu acho que a Chiquinha mudou a minha vida em tudo. Em tudo mesmo." (informação verbal)[322]

A Chiquinha também é considerada um marco para o movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro. Tal fato é lembrado por muitas das pessoas entrevistadas, moradores/as ou não. Como já foi visto na subseção na qual as ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro foram apresentadas, a Chiquinha Gonzaga teve uma ligação direta com pelo menos outras três ocupações inseridas no mesmo contexto sócio-espacial do Centro e da Zona Portuária da cidade.[323]

> "Quando a gente organizou a Chiquinha, começou lá, no processo lá, a haver muita demanda. Muita gente procurando. Quando viram que a gente conseguiu entrar lá, procurando. E começou-se a fazer um cadastro de pessoas que gostariam de participar de um processo." (informação verbal)[324]

Esta fala se refere ao início do processo da Ocupação Zumbi dos Palmares – e foi para a Chiquinha que os sem-teto que se tornaram seus realizadores acabaram confluindo inicialmente.[325] Eles foram inclusive bastante motivados pelo caminhar da própria Chiquinha,

---

[322] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.

[323] Refere-se aqui às ocupações Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras. Se adiciona também a Ocupação Machado de Assis (realizada no final de 2008), que foi organizada principalmente por moradores da Chiquinha Gonzaga – e cuja inserção nas reflexões feitas nesta pesquisa não se deu por motivos já explicados na nota de rodapé número 226. Para maiores detalhes sobre como a existência da Ocupação Chiquinha Gonzaga (e de alguns de seus moradores, especialmente) se relacionou com o processo da Ocupação Machado de Assis, remete-se à dissertação de Eduardo Tomazine TEIXEIRA (2009).

[324] Entrevista realizada com integrante da CMP em 15/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

[325] Informação confirmada também pelo ex-integrante da FLP entrevistado em 15/09/07 por Rafael Gonçalves

conforme destaca TEIXEIRA (2009). OLIVEIRA (2009) também confirma tal informação, revelando detalhes preciosos quanto ao processo que terminou por instaurar mais um território dessa fração do movimento dos sem-teto da cidade.

> "O déficit habitacional bate à porta da ocupação. Dezenas de famílias procuram por apartamentos vagos desde os primeiros dias em que o grupo supra-referido ocupou o prédio do INCRA na Rua Barão de São Félix 110, nas imediações da Central do Brasil.
> "Sensibilizados e ciosos dos limites de um edifício que comporta apenas 68 quartos, parte dos moradores da Chiquinha propõe a militantes da FLP para apoiar a organização de uma nova ocupação. Um grande número de moradores de rua e inadimplentes no pagamento de aluguel em áreas irregulares (como favelas e cortiços) acorrem ao Sindicato dos Ferroviários onde se realizavam as reuniões. Tentam ocupar um prédio, mas o segurança do Instituto Nacional de Tecnologia que trabalhava em edifício vizinho sai armado, levando ao cancelamento da ação. Sob os Arcos da Lapa, moradores e apoiadores buscam uma solução e recomeçam o processo de organização. A segunda tentativa é bem-sucedida.
> "Assim, 124 famílias passam a residir próximo à Praça Mauá, na Av. Venezuela 53, na Ocupação Zumbi dos Palmares, em 06 de abril de 2006." (OLIVEIRA, 2009:81)

Parte das reuniões preparatórias para a ocupação do prédio onde até hoje se localiza a Ocupação Zumbi dos Palmares também aconteceu no próprio território da Ocupação Chiquinha Gonzaga,[326] como já foi destacado em outra altura desta dissertação. A própria Ocupação Quilombo das Guerreiras, por sua vez, também teve como uma importante referência a Chiquinha Gonzaga. O que, é lógico, não quer dizer que tanto a Zumbi quanto a Quilombo devam sua existência exclusivamente à Chiquinha. Todas tiveram suas lutas próprias, com desafios diferentes e histórias particulares. Porém, tendo histórias que se conectam e estando bastante próximas espacialmente, é compreensível que as mais antigas sirvam, de alguma forma, como referência para as seguintes (referências para acertos e vitórias, erros e derrotas).

A capacidade de reunião e mobilização da militância provocada pela Ocupação Chiquinha Gonzaga em seu início; as vitórias paulatinas no que envolve seu processo de negociação pela permanência no imóvel e por sua reforma com o uso de recursos públicos; as descobertas a respeito da organização e da manutenção de uma experiência bastante horizontalizada de gestão coletiva do espaço de moradia e de suas relações internas; a inspiração causada em outros sem-teto para que lutassem por sua moradia digna

de Almeida.

[326] Conforme entrevista realizada com ex-integrante da FLP em 19/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

constitucionalmente prometida; todas essas características (junto de tantas outras) fazem parte dos principais motivos que despertam a atenção para a Chiquinha Gonzaga e que fazem dela uma das ocupações do movimento dos sem-teto mais conhecidas da cidade.

> "A Chiquinha, aqui no Rio, teve... Primeira coisa que transcendeu a forma de organização da Chiquinha foi a questão de colocar na ordem do dia novamente ocupação em prédios. Tanto que em pouco tempo vários prédios foram ocupados, e obrigou o poder público inclusive a dar destino a vários outros que tavam... que se não fosse feito nada ia ser ocupado mais cedo ou mais tarde – por um outro movimento, né. Porque os movimentos começaram a despertar. Esse foi uma... mas também não foi novidade. Tinha ocupações antes, né. Mas antes da Chiquinha tinha tido uma certa baixa, uma série de repressões. E com a Chiquinha voltou a ter esse movimento. E segundo, de colocar em discussão... de experiência um outro tipo de organização. Outro tipo de organização, que tem seus problemas e tudo mais, mas que mostra que é possível. É possível ter um outro tipo de organização de movimento social que não é aquele tipo padrão, centralizado, onde a coordenação detém tanto poder, todo mundo só conhece a coordenação, a ocupação é identificada pelo movimento, e não pelo Coletivo da ocupação... certo? Esse tipo de coisa." (informação verbal)[327]

Esses aspectos levantados na fala são fundamentais: o estabelecimento de uma ocupação em prédios públicos, e especialmente em áreas centrais, reforça a importância de se colocar em pauta novamente tais imóveis ociosos dessas áreas como cruciais para uma busca mais efetiva na resolução do déficit habitacional, por exemplo. Outros aspectos relativos à localização da moradia da população de mais baixa renda, também vinculados à isso, já foram citados no início da segunda seção deste capítulo. Sobre a localização dessas experiências do movimento dos sem-teto, também já se teceu alguns comentários na mesma segunda seção e em trabalhos anteriores (MOREIRA, GRANDI e ALMEIDA, 2009). Mas também a possibilidade de se apostar em uma forma menos hierárquica de organização de uma experiência de movimento social foi fortemente incentivada pela realização e existência da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Tal marco organizativo, mesmo sendo honesto reconhecer a existência de dificuldades, tem maior afinidade com um horizonte emancipatório autonomista do que a maioria das experiências similares conhecidas pela cidade (e, arrisque-se, pelo país).

> "A Chiquinha Gonzaga foi a primeira dessa geração que tá conseguindo. Porque existe algumas ocupações antigas aí que também aqueles que ocuparam tinham algumas articulações, alguns contatos, e tão se mantendo até hoje. Conseguiram, inclusive, até concessão de uso ou estão próximos a ganhar essa concessão de uso. Principalmente em áreas. Em prédio mesmo a primeira foi, tá sendo a Chiquinha

[327] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

Gonzaga." (informação verbal)[328]

E é importante falar, claro, de mais um detalhe lembrado pela fala do morador acima. As pequenas conquistas que vêm sendo construídas pelo Coletivo da ocupação não se deram de maneira "isolada". Muitas delas devem-se à capacidade que alguns indivíduos envolvidos tiveram de articular contatos para os mais diversos tipos de apoio. Apesar de não acontecerem de maneira sistemática, rotineira ou diretamente refletida, pode-se ver aí um embrião de articulação escalar que aponte para uma "política de escalas" própria.

É lógico que existem dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano da ocupação. Como, por sinal, pode-se ver em qualquer condomínio residencial fechado de "alto padrão" (classes abastadas). Mas por se inserir no contexto de um movimento social urbano de resistência e que, de quebra, traz em seu seio características de uma experiência inovadora, a Ocupação Chiquinha Gonzaga mostra-se como um caso muito interessante sobre o qual se refletir – para que se possa aprender com todos seus aspectos, sejam eles positivos e/ou negativos. Para adentrar em detalhes sobre essa experiência, o próximo capítulo virá apresentar algumas pistas e dicas da dinâmica sócio-espacial interna da Chiquinha.

[328] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

CAPÍTULO III

"NANO-ESPACIALIDADE" COLETIVA: SOBRE ALGUNS ELEMENTOS DOS PROCESSOS E PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS DE NEGOCIAÇÃO

> "Desejo poder encontrar o outro como um ser igual a mim e absolutamente diferente, não como um número, nem como um sapo empoleirado sobre outro degrau (inferior ou superior, pouco importa) da hierarquia dos rendimentos e dos poderes. Desejo poder vê-lo e que ele possa ver-me como um outro ser humano, que nossas relações não sejam um campo de expressão da agressividade, que nossa competição permaneça dentro dos limites do jogo, que nossos conflitos, na medida em que não possam ser resolvidos ou superados, digam respeito a problemas e lances reais, envolvam o mínimo possível de inconsciente, o mínimo possível de imaginário. Desejo que o outro seja livre, porquanto minha liberdade *começa* onde começa a liberdade do outro, e, sozinho, posso no máximo ser 'virtuoso na felicidade'. Não espero que os homens se transformem em anjos, nem que suas almas tornem-se puras como lagos da montanha – que aliás sempre me entediaram profundamente. Sei, porém, o quanto a cultura atual agrava e exaspera a sua dificuldade de ser e de ser com os outros e vejo que ela multiplica ao infinito os obstáculos à sua liberdade."
>
> (Cornelius Castoriadis – *A Instituição Imaginária da Sociedade*)

No início do primeiro capítulo e no item 2.3.2 do segundo capítulo deste trabalho tocou-se em aspectos da vida grega que muitas vezes lembram questões importantes para serem levadas em conta no momento de se refletir a respeito das interações que se estabelecem em qualquer coletividade. Seja nas considerações de Hannah ARENDT (1983) a respeito do labor, do trabalho e da ação; seja com as colocações de CASTORIADIS (2002, 2004) a respeito do *oíkos*, da *ágora* e da *ekklesía*; tais dimensões da vida não se separam nem se confundem. Pelo contrário, suas interações são fundamentais. E tais relações, como qualquer relação social, também têm sua espacialidade. Em trabalho já publicado, escrito em coautoria (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009), e também no capítulo anterior desta dissertação, já foram levantados alguns pontos que fazem com que essas dimensões ressaltadas por Arendt e Castoriadis se mostrem bastante interessantes para a tentativa de

elucidar introdutoriamente a dinâmica das interações que se dão no interior de experiências de movimentos sociais como as ocupações do movimento dos sem-teto.

Refletir a respeito dessa dinâmica, por sua vez, não é uma tarefa que se presta puramente à curiosidade gratuita. Ao se pensar sobre experiências com notável conteúdo emancipatório (em sua prática e em seu discurso), atualmente não é possível deixar de se notar a enorme dificuldade que muitos ativistas e organizações enfrentam na tentativa de aglutinar forças visando ganhos táticos e estratégicos para muitos movimentos sociais.[329] É lógico que não se trata de tentar encontrar aqui qualquer tipo de "remédio milagroso" para tal tipo de dificuldade que, já há algum tempo, vem atrapalhando o caminhar de muitas lutas. Mas ocorre que, no sentido de justamente refletir sobre tais dificuldades, parece ser cada vez mais atual a necessidade de se prestar atenção aos processos de negociação que, para além de dividir e fragmentar, podem colaborar com a aproximação das bandeiras de luta e para a cooperação entre as diferentes pessoas que se envolvem com os movimentos sociais. Em suma: parece ser urgente pensar sobre pessoas podem se aproximar, ao invés de se afastarem.

É pensando nisso que se quer olhar mais atentamente para experiências que se destaquem pela tentativa de negociação de interesses. Lógico que não é por se destacarem que essas experiências sempre consigam construir acordos entre todas as partes. Porém, a intenção de negociação pode dizer muito sobre (e também influenciar bastante) o projeto político de qualquer experiência. Como já ficou claro desde o início da dissertação, a escolha aqui foi a de deitar os olhos sobre experiências de um movimento social específico que parecem efetivamente avançar nesse sentido. As ocupações ligadas ao movimento dos sem-teto que fazem parte dessa fração enfocada aqui se propõem a funcionar de uma forma na qual todos os moradores têm o mesmo direito de exporem suas impressões e opiniões, tendo todos inclusive o mesmo peso na tomada de decisões formais dos seus Coletivos.

Mas para se tentar apreender como essas negociações se dão em uma nanoescala (ou seja: no interior do prédio, na escala das relações interpessoais) e como a espacialidade é fundamental pra esses processos, é necessário um recorte que permita aprofundar-se um pouco mais nas características de uma experiência específica. Como já foi anunciado desde a introdução da pesquisa, a experiência escolhida é a Ocupação Chiquinha Gonzaga.

[329] Tal afirmativa não surge simplesmente de uma inferência pessoal. Trata-se de uma dificuldade já diagnosticada há algum tempo por ativistas e estudiosos que se dedicam a diversas bandeiras de luta atualmente. Declarações que confirmam essa dificuldade não só surgiram em momentos das entrevistas realizadas para a pesquisa (de maneira mais ou menos direta). Elas também são correntes e frequentes no cotidiano de muitos espaços de ativismo social – incluindo as ocupações em tela. Nessas situações, é importante deixar claro que a observação participante e as notas de campo que surgiam de seus momentos auxiliaram bastante na obtenção de dados a respeito dos quais se busca refletir.

No final do capítulo anterior, se fez uma introdução a respeito de algumas características gerais dessa ocupação do movimento dos sem-teto. Tal introdução tratou de apresentar também alguns traços que compõem seu contexto (e que também se relacionam com sua dinâmica sócio-espacial interna). Neste capítulo, porém, os objetivos são outros. Este capítulo busca justamente seguir no "mergulho" que se está propondo desde o início da pesquisa. O objetivo agora é justamente focar-se na dinâmica das interações sócio-espaciais que acontecem no interior da Ocupação Chiquinha Gonzaga. A ideia é aprofundar-se nos aspectos *atuais* das práticas espaciais que aparentem eventualmente ajudar ou atrapalhar os processos de negociação e entendimento entre moradores e moradoras da ocupação.

Para isso, alguns passos serão dados no decorrer deste capítulo. O primeiro deles terá como meta (1) apresentar alguns aspectos da dinâmica dos uso e funções de certo espaços internos da Ocupação Chiquinha Gonzaga, buscando deixar claro como tanto o tempo quanto o espaço permitem leituras aparentemente interessantes a respeito das relações sócio-espaciais que se desenrolam nessa ocupação ligada ao movimento dos sem-teto. No entanto, é importante lembrar que essas são características espaço-temporais que não podem ser de maneira alguma descoladas das pessoas que preenchem e dão efetivamente vida à ocupação com suas experiências, suas vontades e seus significados. Por esse motivo é que nas seções seguintes o foco estará voltado para tais atores e atrizes e suas práticas espaciais específicas.

Na segunda seção, então, as lentes estarão buscando (2) levantar pontos sobre as práticas espaciais que se relacionam aos processos de negociação, argumentação e convencimento que acontecem dentro da Chiquinha Gonzaga. Para isso, vai-se valer das categorias de Marc SWARTZ (1968) de campo político e arena para tentar elucidar a configuração política interna da ocupação. Junto com elas, nesse momento principalmente a dimensão do *oíkos* (recordada por CASTORIADIS [2000, 2004] a respeito da dinâmica da democracia ateniense antiga) será retomada para se pensar introdutoriamente sobre como os processos políticos de negociação e formação de opiniões se relacionam com ela.

Mas ainda restariam duas dimensões das lembradas pelo pensador greco-francês: a *ágora* e a *ekklesía* (recorte da primeira que possui características especiais). E essas dimensões apontam justamente para espaços e momentos específicos, que envolvem tanto as discussões abertas, a formação das opiniões e as deliberações coletivas formais que são tomadas. Abarcam, então, boa parte das interações verbais que acabam tendo muita importância no contexto sócio-espacial da Chiquinha Gonzaga. Mas não só isso: também pode apontar para as táticas utilizadas por uma coletividade para "fazer valer" aquilo que é

decidido por ela (ou seja: para efetivar suas decisões). A terceira seção deste capítulo irá preocupar-se mais propriamente com essas questões. Seu objetivo será (3) elencar e tecer alguns comentários sobre as práticas espaciais que envolvem e influenciam a dinâmica desses espaços de discussão coletiva formal e informal da Ocupação Chiquinha Gonzaga (as reuniões do Coletivo, seus corredores e outros espaços de uso e convívio coletivo do prédio). Essa seção terá também como tarefa, portanto, levantar inclusive algumas questões sobre como as deliberações coletivas feitas no espaço-tempo formal de deliberação são influenciadas e se fazem sentir e valer em outros espaços e em outros momentos da ocupação (como nos/pelos corredores e áreas de segurança). Acontece que nem todas as "normas" que fazem da Chiquinha Gonzaga uma ocupação especial para esta pesquisa são elaboradas nos seus espaços formais de discussão (ou, como diria Castoriadis, nas instituições do poder explícito dessa coletividade). Nem mesmo as negociações que acontecem para que uma ou outra decisão seja feita ou tomada se desenrolam somente nas reuniões do Coletivo. Por isso essa terceira sessão também irá levantar aspectos de algumas normas e costumes "informais" que são observadas e citadas por moradores e moradoras entrevistados/as.

Portanto (e como já foi apontado acima), na segunda seção vai-se lembrar da importância e do papel que os espaços privados têm para a dinâmica política da ocupação. Na terceira, que existem outros espaços e momentos que não podem ser esquecidos quando se pensa nas decisões coletivas. Mas a grande maioria dos "assuntos do Coletivo" também passa e é influenciada por outros espaços e momentos muito menos "rígidos" do que as reuniões. A última seção deste capítulo, portanto, irá tentar (4) trazer à tona algumas considerações sobre outros tipos de interações que acontecem entre moradores/as. Interações do dia-a-dia da ocupação, construídas paulatinamente através da convivência e do compartilhamento intersubjetivo do espaço. A ideia é abordar de forma introdutória algumas características que parecem influenciar mais diretamente a construção de uma afetividade coletiva com o "lugar".

É claro que a intenção aqui não é fazer um levantamento ou mesmo uma análise *completa e exaustiva* sobre todas as características da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Isso já foi dito em vários outros momentos da dissertação, mas, especialmente no caso desse assunto, é muitas vezes melhor pecar pelo excesso do que pela falta de ressalva. A principal motivação é justamente poder listar alguns elementos observados e pensar um pouco sobre eles, sabendo que conhecer a respeito das experiências pode sempre ajudar a se aprender com elas.

1 RELATOS E CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A DINÂMICA ESPAÇO-TEMPORAL DOS USOS E FUNÇÕES DE ALGUNS ESPAÇOS DA OCUPAÇÃO

O objetivo desta seção que abre o terceiro capítulo é o de levantar e apresentar traços iniciais a respeito de alguns espaços que ganham bastante importância na dinâmica territorial da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Como em todo este terceiro capítulo, nesta seção os espaços internos da ocupação serão observados a partir das sugestões de categorias elaboradas em trabalhos anteriores (TEIXEIRA e GRANDI, 2008; ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009) e já apresentadas no item 2.3.2 do capítulo anterior. Para lembrar, além dos *espaços de uso privado*, na ocupação serão considerados cinco tipos de espaços de uso coletivo: (A) *espaços formais deliberativos*, (B) *espaços formais não-deliberativos*, (C) *espaços informais de uso comum*, (D) *espaços de produção e geração de renda* e (E) *espaços de segurança*.[330]

Porém, como já se falou no segundo capítulo, estas não são categorias "nativas": moradores e moradoras não utilizam-se dessa nomenclatura ao se referirem aos espaços da ocupação. Isso certamente não faz com que tais sugestões de tipos não seja úteis para a tentativa de elucidação da dinâmica político-espacial interna do prédio e de seu Coletivo. No entanto, trata-se de um fato que, no mínimo, suscita a curiosidade sobre a diferenciação ou não desses espaços pelos membros da coletividade que gere tal território. Justamente buscando privilegiar o contato com as maneiras como os moradores e moradoras da ocupação se referem aos seus espaços internos, vai-se primeiramente levantar e tecer alguns comentários sobre algumas dessas formas – antes mesmo de se apresentar os espaços da ocupação nos termos "não-nativos".

É na segunda subseção que se vai então tentar traçar em linhas gerais algumas passagens particulares dos espaços internos dos dois primeiros andares da Chiquinha Gonzaga. Ajudarão nessa tarefa três croquis preparados com as categorias "não-nativas". É claro que algumas ponderações também serão feitas sobre tais representações gráficas. Tudo isso buscará justamente tornar mais palpáveis os aspectos que serão considerados nas

[330] Aqui, as letras apresentadas entre parênteses se relacionam aos croquis apresentados nesta dissertação e que se utilizam de tais letras como legenda. O primeiro, já apresentado no item 2.3.2 do segundo capítulo, refere-se à Ocupação Quilombo das Guerreiras e é uma citação direta do trabalho publicado em ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009). Os outros ainda serão apresentados nesta mesma seção, referindo-se, dessa vez, aos espaços de dois andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Eles são a segunda versão dos croquis apresentados em TEIXEIRA e GRANDI (2008), porém atualizados com a tipificação sugerida no trabalho de 2009 recém-citado.

próximas seções deste terceiro capítulo.

1.1 Maneiras de dizer a ocupação (ou: Os espaços apresentados por moradoras e moradores)

No decorrer da pesquisa, ainda que já se tivesse elaborado um esboço inicial de como os espaços internos da Ocupação Chiquinha Gonzaga se organizavam a grosso modo (TEIXEIRA e GRANDI, 2008) e que já se tivesse também aprofundado algumas reflexões preliminares sobre os espaços de uso coletivo de outra ocupação (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009), a questão sobre como se dava a percepção dos próprios moradores a respeito dos diferentes espaços da ocupação da rua Barão de São Félix também acabou sendo posta à pesquisa.

Obviamente, não se trata de um elemento trivial. Por um lado, não se pode negar que um olhar distanciado das situações encontradas na realidade é sempre válido (e até mesmo muito importante). Através do exercício de abstração do qual esse tipo de olhar geralmente surge, pode-se tentar observar e refletir sobre as questões de um ponto de vista diferente daquele que está imerso nelas (conseguindo perceber coisas diferentes, mas nem melhores nem piores). Por outro lado, porém, negar a importância do olhar dos próprios agentes é uma das postura mais adotadas pelos pensamentos mais cartesianos, positivistas, dogmáticos e autoritários já existentes. As reflexões pautadas na experiência são em muitos aspectos mais ricas do que as que se ancoram em um distanciamento pseudo-neutro e que tenta se valer, com ele, do carimbo de uma "cientificidade" que muitas vezes só apoia e reforça o status quo. E não é essa postura que se quer ter aqui nesta pesquisa – concordando com o exposto por SOUZA (2008b) a respeito dos riscos que uma "visão de sobrevôo" pode trazer às pesquisas sensíveis à dimensão espacial (e ainda mais àquelas que se dedicam ao tema dos movimentos sociais).

Como qualquer coisa, os espaços internos da Chiquinha Gonzaga podem ser lidos de várias formas. Até porque existem tantas formas de se explicar o espaço quanto podem existir maneiras de experienciá-lo. Sabe-se também que tudo pode de certa forma ser transformado em palavras – mas que em certos momentos tentar usar elas pra explicar experiências e sentimentos que se tem com e por um espaço específico muitas vezes restringe um tanto a apreensão do que realmente é sentido (já que é sentido sempre e somente por quem sente).

Trata-se sempre de uma mediação entre a experiência e seu discurso. E aqui até mesmo Hannah ARENDT (1983:188 e seg.) pode ser lembrada, quando afirmava que a palavra e a ação só conseguem juntas se aproximar daquilo que é um de seus objetivos maiores: a revelação de "quem" está por trás da ação e do discurso, do agente que, para além de dizer, também age.

Foi partindo do potencial que a situação de interação com um Outro traz que buscou-se tentar perceber algumas poucas características (bem introdutórias) sobre como algumas pessoas que compõem o Coletivo da ocupação explicam seu espaço interno. A pergunta inicialmente feita era justamente essa: "Se você fosse explicar pra alguém como são os espaços da ocupação, como você explicaria?"

O primeiro aspecto a ser destacado é como a dimensão da experiência com o espaço é lembrada por moradores e moradoras. Muitas vezes, a principal forma de explicar os espaços da ocupação é justamente aquela que dá alguma possibilidade de experienciá-los: *mostrar* as áreas e fazer sentir o espaço, ainda que momentaneamente. "Ah, explicaria tudo. Explicaria numa boa. [Entrevistador: E como?] Mostrando. Mostrando. Vamos lá, é assim ó: Aqui é a cozinha, aqui é a sala de reunião, lá em cima é... Que seja, né? Mostraria a sala da associação. Mostrava" (informação verbal)[331]

À primeira vista, isso poderia ser entendido como uma preocupação maior em "descrever" os espaços do que em "explicá-los". Mas essa seria uma leitura bastante simplista da forma como moradoras e moradores se expõem sobre o assunto. A leitura que se faz aqui não aponta para isso, e pretende atentar para alguns outros detalhes. A descrição, acompanhada da (rápida e momentânea) experiência com o espaço, traz também consigo explicações que deixam perceber nas entrelinhas aspectos importantes dos usos, processos e projetos coletivos que se relacionam com cada recorte da ocupação.

> "E aí a gente mostra. Mostra o quarto, mostra algum outro quarto de algum outro vizinho que disponibilize pra visita, mostra os espaços coletivos mesmo, a sala de reunião, esse salãozinho, essa areazinha aqui atrás. E aí vai falando, né. Tenta falar um pouco da questão dos projetos que a gente tem. Que tem um prédio adicional aqui atrás que a gente tá ainda regularizando também e tal. Então pretende fazer obra, fazer creche, fazer sala de aula de reforço, de inclusão digital..." (informação verbal)[332]

Ainda que a refuncionalização almejada pelo Coletivo ainda não tenha se efetivado

[331] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[332] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

plenamente (por diversos aspectos de sua dinâmica política interna), seus projetos influenciam fortemente não só os usos e funções dados aos espaços atualmente, mas também as próprias reestruturações que são realizadas paulatinamente pelos moradores e moradoras da ocupação.

> "É, eu explicaria é o seguinte: a gente tem aqui uma sala de reunião que foi liberada pelo coletivo mesmo. Que a gente tinha que ter essa sala de reunião. A cozinha comunitária já era pra... Já foi decidida antes de ocupar o prédio mesmo. A gente já tinha decidido isso fora do prédio mesmo, tanto a sala de reunião, a cozinha... Demorou bastante, assim, pra essa cozinha estar saindo. Antes rolava a cozinha coletiva. Mas a cozinha mesmo, agora que a gente estamos fazendo obra nela, eu espero que daqui mais umas duas semanas essa cozinha já esteja pronta. Tem um espaço também que é aprovado pra biblioteca, só que não tem a biblioteca ainda. Mas o espaço já tá reservado pra isso. [Entrevisador: Aonde é pra ser a biblioteca mesmo? Lá encima?] Não, aqui em baixo mesmo. (…) E aqui em baixo vai ser mesmo a biblioteca, a sala da associação e – que foi aprovado também – a sala de informática, assim. (…) E o espaço lá atrás – que já foi aprovada também pela assembleia – que vai ser uma creche, (…) Mas por enquanto a ideia é de que lá seja uma creche. E a portaria, que é um espaço coletivo." (informação verbal)[333]

A dinâmica do prédio já começa a ser vista nas entrelinhas, como recém se anunciou. Pode-se perceber como algumas situações que são vistas frequentemente em recortes espaciais inseridos também em outros contextos sociais são normalmente encontradas na ocupação. Fala-se de como a refuncionalização espacial nem sempre acontece ao mesmo tempo que a reestruturação dos espaços (e, lógico, vice-versa): "Demorou bastante, assim, pra essa cozinha estar saindo. Antes rolava a cozinha coletiva. Mas a cozinha mesmo, agora que a gente estamos fazendo obra nela, eu espero que daqui mais umas duas semanas essa cozinha já esteja pronta. Tem um espaço também que é aprovado pra biblioteca, só que não tem a biblioteca ainda. Mas o espaço já tá reservado pra isso." Essa característica testemunha a existência de uma dinâmica própria à espacialidade interna da ocupação (como, diga-se de passagem, todo espaço social apresenta).

Da mesma forma como foi apontado já na última seção do segundo capítulo, essa última fala citada também reforça que discussões sobre alguns espaços de uso coletivo já eram realizadas antes mesmo da entrada no prédio. Assim, vê-se que em certos momentos a explicação da existência de certos espaços deixa perceber a existência de um processo político interno de deliberação a respeito da gestão territorial da ocupação ("[...] aqui em baixo vai ser mesmo a biblioteca, a sala da associação e – que foi aprovado também – a sala de informática, assim. […] E o espaço lá atrás – que já foi aprovada também pela assembleia – que vai ser

[333] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

uma creche [...]"). Em outros momentos, os espaços citados são remetidos a decisões tomadas em outro espaço-tempo que não o atual ou recente ("Agente já tinha decidido isso fora do prédio mesmo, tanto a sala de reunião, a cozinha...") – mais especificamente no período das reuniões de preparação da ocupação, que se passaram vezes na sede da CMP, vezes nas próprias ruas.

Esse processo de discussão e deliberação é outro fator bastante destacado pelas moradoras e moradores entrevistados. Enquanto alguns destacam clara e taxativamente que "[t]odos os espaços são de discussão" (informação verbal)[334] (ainda que os termos e as maneiras de discussão não sejam explicitados), outros deixam bastante claro que ao se falar sobre os espaços internos da Chiquinha Gonzaga não se pode deixar de lembrar da forma através da qual eles são geridos: "Ah, explicar a respeito dos espaços, as salas, as decisões... Como são tomadas as decisões, que é no coletivo, por voto, após discutida e aprovada." (informação verbal).[335] Nesta fala, a configuração espacial e a gestão territorial não se descolam.

Obviamente que os temas de tal gestão territorial não são estabelecidos "a priori" na ocupação.[336] Alguns moradores, ao explicarem os espaços internos do imóvel, deixam claro também que alguns assuntos ainda não foram alvo de nenhuma deliberação específica. Isso não quer dizer, no entanto, que não o serão (nem que o serão em curto prazo, por exemplo). Mas denota que os debates internos são processos que se desenrolam constantemente. A gestão do território parece ser considerada efetivamente perene, pois não parece pretender considerar-se "terminada" em algum momento

> "Aí tem a sala de reunião; aí tem a sala da associação, que era a sala das crianças e agora é a sala da associação; tem aquele espaço lá embaixo que é [...] um espaço muito grande, uma garagem. Cada um tem parte do pedaço, mas a gente não dividiu aquilo ainda." (informação verbal)[337]

Esta fala também lembra de um espaço que, no início, era vislumbrado como área onde se desenvolveriam atividades de geração de emprego e renda. Sobre esse espaço se

---

[334] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 01/09/09.

[335] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

[336] Como foi destacado na segunda seção do segundo capítulo, porém, o que pode ser tomado como característica tomada "a priori" por muitos dos moradores e moradoras que compõem o Coletivo é o *funcionamento* da ocupação. Ou seja: os temas não são dados previamente, mas o *processo* através do qual se pretende que os assuntos sejam discutidos é definido. Trata-se da gestão coletiva que pretende-se radicalizar a horizontalidade nas relações de poder internas à ocupação.

[337] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.

falará um pouco mais na próxima subseção também, com o auxílio dos croquis a serem apresentados. Mas cabe agora deixar explícito que trata-se de um espaço e um uso lembrado diretamente pelas pessoas entrevistadas.

> "Ah, tem a sala de reunião. Tem embaixo a garagem, a loja embaixo que é usada como garagem, onde as pessoas que são trabalhadoras informais guardam lá suas mercadorias, seus triciclos, seu isopor... o ganho de vida de cada um." (informação verbal)[338]

E como em todo processo de gestão territorial, necessariamente político, as negociações que nele acontecem deixam bem claro que existe uma temporalidade muito clara que se relaciona diretamente à espacialidade dessa ocupação. Isso ficará ainda mais explícito na próxima subseção também. Mas já pode-se antecipar alguns exemplos. Primeiramente, é interessante perceber que os espaços podem ter funções que variam entre si também, mas que não por isso fazem com que eles percam os traços principais de suas características.

> "Ah, às vezes vêm amigos meus aqui em casa. Eu explico, geralmente eu explico. Aqui é o salão de festas, de reuniões. Aí falo (…) que é no salão de reuniões que faz festa também, acontece festa ali. Ah, explicar tudo." (informação verbal)[339]

É o tipo de fala que não só destaca essa temporalidade, mas também lembra a todos que nas relações que acontecem na ocupação também os momentos de descontração e festa são muito importantes. Mas este será um ponto tocado com maior atenção na quarta seção deste terceiro capítulo.

Já caminhando para o encerramento desta subseção sobre algumas maneiras pelas quais as moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga explicam os espaços internos de seu prédio, um elemento não pode ser esquecido: os espaços de moradia.

> "Lá embaixo, no caso... Vamo dizer, se uma pessoa viesse, né? [Entrevistador: Vamos dizer que eu não conheço a ocupação...] No caso, no primeiro andar tem a sala de reunião. Tem ali... Dizem que vai ser a associação, mas eu não tenho certeza. Num espaço fechado. O quarto da (…) e da (…) não vai ser moradia. Também nunca foi.[340] Eu não sei o que que vai ser ali, não sei se vai ser cozinha...

---

[338] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

[339] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.

[340] Nesse caso específico, cabe explicar que até onde se sabe o Coletivo da ocupação não pretende expulsar nenhum morador ou moradora de seu espaço de moradia simplesmente por uma questão "formal" (do que já se havia pensado para o espaço). A solução encontrada pelo Coletivo foi a de realocar tais moradoras para

> Não sei. Mas ali não pode ser moradia, né. Aquele espaço ali. É. Aí no primeiro andar é moradia, né. No caso é o segundo, né. Segundo andar é moradia, dos morador. E subindo é moradia de cada um." (informação verbal)[341]

As discussões sobre quais espaços serão utilizados como moradia (espaços privados) e quais serão destinados às atividades coletivas estão sempre presentes (e não somente na Ocupação Chiquinha Gonzaga, como já se viu em certa altura da segunda seção do capítulo anterior). Esse exemplo especificamente citado pela fala da moradora já foi abordado em trabalho anterior (TEIXEIRA e GRANDI, 2008), e será recordado na subseção seguinte justamente por se relacionar diretamente com um episódio bem ilustrativo da relação entre espaços de uso privado e espaços de uso coletivo. Além do mais, os espaços privados têm um papel fundamental para a dinâmica territorial da ocupação e para os processos de negociação, argumentação e convencimento – como ficará claro mais adiante também. Cabe lembrar que mesmo a definição de como serão distribuídos esses espaços são assuntos que competem ao Coletivo da Ocupação discutir – ainda que a reestruturação propriamente dita do substrato do imóvel não tenha sido necessária para sua transformação em espaço de moradia, visto que antes dos 20 anos de abandono o prédio cumpria a função de um hotel.

> "(...) [N]a Chiquinha a gente já pegou tudo dividido, né. A gente não teve problema de divisão de apartamento. Porque assim... Lá funciona assim: os mais velhos moram embaixo, as pessoas que têm filhos moram embaixo, os solteiros mais encima. Então a gente não teve problema de divisória não." (informação verbal)[342]

Por fim, é muito elucidativo que, quando questionados sobre como explicariam os espaços da ocupação para outra pessoa que não os conhecessem, a grande maioria dos entrevistados e das entrevistadas tenha destacado (ou mesmo se atido exclusivamente) aos *espaços de uso coletivo*. Isso permite que se considere a importância que esses espaços e que a vivência coletiva têm no imaginário dos integrantes do Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Tal perspectiva pode relacionar-se justamente com a familiaridade dessas pessoas com o compartilhamento de espaços e momentos – o que contribui com seus processos de entendimento.

É interessante lembrar também que se pôde observar nas falas a existência de uma divisão entre os espaços privados e os espaços coletivos – com maior ênfase nestes últimos,

outros espaços do imóvel. Informações obtidas através de observação participante e notas de campo.

[341] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

[342] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.

como acabou-se de destacar. Mas foi possível também perceber que várias atividades se desenrolam nesses espaços de uso coletivo, muitas delas citadas pelos entrevistados: reuniões, administração da associação de moradores, festas, produção (de alimentos) e geração de renda (garagem para depósito de materiais dos trabalhadores autônomos), segurança (portaria) e outros espaços de convivência e formação política (biblioteca, sala de informática, creche). Isso remete diretamente às categorias propostas em trabalho anterior (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009), inicialmente pensados em relação aos espaços da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Ver como tal sugestão de tipificação pode ser também trazida como ferramenta para apreender maiores detalhes da dinâmica espaço-temporal interna da Ocupação Chiquinha Gonzaga é a tarefa que se pretende cumprir na próxima subseção.

1.2 Alguns espaços coletivos da Chiquinha Gonzaga: Comentários sobre três momentos de suas dinâmicas

Nas últimas páginas foi visto o quanto os espaços de uso coletivo compõem o imaginário que os moradores e moradoras construíram e mantém sobre o território da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Apesar de ser observada uma divisão no cotidiano da ocupação entre "espaços coletivos" e "espaços de moradia", não se pode esquecer que até mesmo os "espaços de moradia" são, no final das contas, geridos pelo Coletivo da ocupação: é ele quem decide a respeito de trocas de quartos, de eventuais entradas de novos moradores e saídas de outros. Sem contar as próprias normas coletivas, que também acabam agindo direta ou indiretamente sobre as atitudes, costumes e práticas que se dão no interior dos quartos.[343]

Ainda assim, a experiência do dia-a-dia dos moradores e moradoras da Chiquinha Gonzaga demonstra uma separação efetiva entre tais espaços. É a essa separação que a proposta inicial de divisão dos espaços internos da ocupação proposta em TEIXEIRA e GRANDI (2008) se refere. Nela, os espaços dos dois primeiros andares da ocupação são vistos à luz de três categorias: os espaços de uso coletivo, os espaços de uso comum e os espaços de uso privado. Nesse mesmo trabalho, a temporalidade dos usos e funções dos espaços enfocados também é destacada, ressaltando-se o quão modificáveis são tais características frente à dinâmica política espaço-temporal da ocupação.

[343] Mais sobre isso será visto na terceira seção deste terceiro capítulo, ao tratar-se das regras da ocupação e da sua difusão por seus espaços.

No entanto, aprofundando-se a pesquisa em relação à essas características da espacialidade interna desses territórios do movimento dos sem-teto, percebeu-se que os próprios espaços de uso coletivo possuíam detalhes mais sutis.[344] E isso é também referendado pelas falas que foram recém apresentadas nas páginas da subseção anterior. Diversos tipos de atividades acontecem nos espaços coletivos, e não se restringem às atividades de gestão territorial da ocupação. Inclusive acontece de algumas atividades, apesar de não serem diretamente entendidas como atividades de gestão (como as reuniões do Coletivo), se relacionarem indiretamente com a própria dinâmica política do Coletivo. Foi buscando refletir mais a respeito desses espaços coletivos, portanto, que um trabalho seguinte apoiou-se na primeira sugestão de tipos de espaços internos das ocupações feita em 2008 para ser elaborado.

Assim, em ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009) a distinção entre espaços de uso privado e espaços de uso coletivo foi mantida. No entanto, os espaços de uso comum, apontados em TEIXEIRA e GRANDI (2008), passaram a ser entendidos também como espaços coletivos. Buscou-se distingui-los, porém, através da observação das características que eles apresentam em relação à dinâmica deliberativa da ocupação estudada (no caso, a Ocupação Quilombo das Guerreiras). Dessa forma, os espaços de uso coletivo foram detalhados, como já se apresentou no final da segunda seção do capítulo anterior. Além da distinção entre os espaços de uso privado e os de uso coletivo, portanto, a reflexão sobre a ocupação que foi então enfocada permitiu que os espaços coletivos fossem subdivididos em cinco tipos:[345] (A) *espaços formais deliberativos* – espaços cujo uso é formalmente definido pela coletividade, nos quais acontecem as reuniões e são tomadas as decisões pela instância de poder explícito da ocupação, o Coletivo, formado por todas as moradoras e moradores; (B) *espaços formais não-deliberativos* – aqueles espaços que também têm suas funções definidas formalmente pelo Coletivo mas onde, diferentemente dos anteriores, não são tomadas as deliberações coletivas. São os espaços destinados pelo Coletivo para atividades como oficinas, festas e atividades infantis; (C) *espaços informais de uso comum* – são aqueles espaços que, ainda que estejam sob os cuidados coletivos, não têm seus usos e funções

[344] Obviamente, os espaços de uso privado também têm outras características que fazem deles recortes interessantes. Mais do que isso, são espaços que muitas vezes influenciam bastante a participação das pessoas nos processos políticos ao seu alcance (como, no caso, a gestão territorial da ocupação). No entanto, estes espaços não são o foco direto desta pesquisa – ainda que se reconheça que estudos mais aprofundados sobre esse assunto sejam imprescindíveis. Uma referência de trabalhos que se mostram sensíveis a questões bastante próximas a esses espaços é o de MOREIRA (2010).

[345] Explicações mais detalhadas sobre esses tipos foram dadas já no final da segunda seção do capítulo anterior, intitulada "Uma fração diferenciada: Ocupações e coletivos."

diretamente definidos por ele. Suas funções podem ser definidas, por exemplo, por questões ligadas ao substrato espacial específico, como banheiros coletivos ou espaços de circulação como os corredores; (D) *espaços de produção e geração de renda* – espaços definidos pelo coletivo como para a o desenvolvimento e a realização de atividades de produção e geração de renda para moradores e moradoras; e, por último, (E) *áreas de segurança* – aqueles que demarcam o limite do território da ocupação, sendo, como toda fronteira, a área onde se dá um contato direto da ocupação com a rua ou outros imóveis vizinhos (distinguindo-a e, ao mesmo tempo, pondo-a em contato com o "exterior").

De volta à Ocupação Chiquinha Gonzaga, uma atualização nas considerações a respeito de seus usos e funções era necessária. E é isso que se pretende fazer agora, valendo-se das sugestões feitas na publicação de 2009 citada acima. Para além disso, a proposta é também adicionar um novo momento à reflexão realizada em 2008. Se no trabalho em coautoria com Teixeira dois marcos temporais foram tomados (o início da ocupação, em 2004, e o momento no qual aquelas linhas foram escritas, em 2008), nas próximas páginas mais um marco será adicionado: ao se olhar para a configuração espacial dos mesmos dois andares da ocupação em 2009, aspectos interessantes podem ser vistos e merecem ser registrados. São aspectos que apontam especialmente para essa dinâmica territorial da ocupação, englobando as refuncionalizações e reestruturações realizadas pelo Coletivo.

O primeiro momento, então, diz respeito ao período inicial da Ocupação Chiquinha Gonzaga, no ano de 2004. As principais características da situação na qual a ocupação se encontrava nesse momento já foram apresentadas na última seção do capítulo anterior, intitulada "Fazendo as honras: Apresentação e linhas gerais da Ocupação Chiquinha Gonzaga". Em tal momento eram mais evidentes as influências que o período pré-ocupação, período de sua organização prévia, exerciam sobre a configuração e sobre os usos dos espaços internos do prédio.[346] Algumas discussões a esse respeito já haviam sido realizadas antes mesmo da ocupação, como já foi lembrado inclusive pelas palavras de um dos moradores citados nas páginas anteriores. Ativistas que participaram desse período de organização também recordam a existência dessas discussões prévias, ressaltando ainda aspectos da organização espacial de outra ocupação (a Zumbi dos Palmares). Além do mais, é importante destacar que a preocupação com a existência de espaços coletivos não foi uma característica

[346] O que não quer dizer, logicamente, que nos períodos posteriores essas características tenham sumido. Acontece que, com o passar do tempo, novas situações e experiências coletivas se desenrolam no interior do prédio, passando a receber maior destaque como fatores que influenciam a configuração espacial interna da ocupação.

"implantada" pelos ativistas envolvidos na organização da ocupação. Já durante o período preparatório percebia-se que (futuros) moradores e moradoras reconheciam essa necessidade.

> "Inclusive, as próprias famílias sempre colocaram, né, a necessidade de ter espaços, de ter outras coisas que não só a moradia. Porque muitos tinham participado de experiências de ocupação desorganizada. Que as pessoas entram no prédio, vão conseguindo moradia, vão subdividindo e se tornam um verdadeiro cortiço, né. Um troço muito complicado. Não deixa de ser uma forma de luta, mas não... Fica só na questão... Não vou dizer nem da questão da moradia, do abrigo imediato. Mas fora isso não significa nada em termos de qualidade de vida ou coisa parecida. Então como algumas pessoas já tinham participado nisso, já tinham na cabeça a ideia, a necessidade de reservar espaços, de não poder subdividir, de quem... todas as famílias terem espaços proporcionais ao seu tamanho. Na Chiquinha isso não pôde ser colocado em prática porque os apartamentos já eram de um tamanho só né, não tinha muita possibilidade. Mas na Zumbi isso foi posto em prática. Porque lá são quartos de diferentes tamanhos. Na Zumbi foi feita uma divisão. A gente mediu. Tinha a lista dos quartos com a área dos quartos e quem deveria caber. Os quartos pelo tamanho da família. Os solteiros ficavam nos menores, os casais que têm filho ficavam em outro, e assim por diante. Na Chiquinha chegou a ser discutido, mas não teve condição de colocar essa questão da divisão dos quartos em prática. [Entrevistador: Eram coisas que foram discutidas antes, então?] Foram. Foram discutidas. (…) Porque a gente tinha três alternativas: o prédio da Barão de São Félix era o primeiro, tinha mais outros dois que eu nem me lembro qual era. E que esses dois, pelo o que a gente viu de fora, provavelmente implicaria subdivisão do espaço. Ao contrário do prédio da Barão de São Félix. Então teria que ter um mínimo de discussão sobre isso. Não foi muito aprofundado não, mas foi feita essa discussão." (informação verbal)[347]

Mesmo depois da entrada no prédio e do início mais efetivo de sua gestão territorial, a centralidade do debate entre os moradores como parte do processo de deliberação da ocupação se manteve. Apesar de não se poder negar que, principalmente no período inicial, alguns temas discutidos pelo Coletivo sofriam maior influência dos ativistas que eram mais envolvidos com a Chiquinha Gonzaga, isso não descaracterizava o processo deliberativo da ocupação. Como também já ficou claro em falas citadas na subseção anterior (e como ficará ainda mais explícito na terceira seção deste capítulo, intitulada "O *nomos* e a deliberação coletiva"), a definição dos usos e funções (e muitas vezes até mesmo das reestruturações) dos espaços sempre foi um processo debatido diretamente pelas moradoras e moradores.

> "Posso dizer que mais da metade das propostas surgidas dentro das ocupações surgiram dos próprios moradores. Dividir espaços, esse tipo de coisas. Aí a gente... Os militantes geralmente colocam a ideia geral e as pessoas concordam e fazem a proposta concreta. Divisão de espaços na Chiquinha por exemplo, que eu lembre, surgiu nas assembleias. E surgiu assim mais ou menos tranquilamente, não foi...

[347] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

> Ninguém precisou fazer reunião da FLP pra propor que (…) o primeiro e o segundo andar fossem reservados pra uso comum, certo. Isso aí surgiu mais ou menos tranquilamente no processo da própria ocupação. Isso é importante." (informação verbal)[348]

Assim, a configuração espacial dos dois primeiros andares da Chiquinha Gonzaga no seu período inicial, portanto, está representada na Figura 50 a seguir.[349]

É bem claro que os espaços dos dois primeiros andares da ocupação eram destinados a usos coletivos. Como já foi visto também, esse era um período de intensa coletivização das atividades cotidianas. Assim, a configuração espacial desses andares aponta aspectos que aparentemente se relacionam bastante com as interações pessoais que predominavam na Chiquinha Gonzaga na época. Da mesma forma, os demais andares não eram completamente ocupados ainda. Aqueles que eram, no entanto, tinham quartos coletivos (ao menos durante algum tempo). Inclusive vale citar novamente a fala de uma das moradoras, já lembrada no capítulo anterior:

> "Nem todos os andares eram ocupados ainda, acho que tava ocupado precariamente até o sétimo andar. Mas muito precariamente. O sétimo andar ainda estava bem sujo. Poucas pessoas ficavam no sétimo andar. Os andares que tava praticamente limpinhos era até o quarto, só. Então acima do quarto o pessoal procurava dormir... era mais o pessoal solteiro, né, pra ter mais privacidade dos quartos coletivos. Mas ainda não tinha uma limpeza, uma coisa legal." (informação verbal)[350]

Para além desses traços do contexto interno do período, outros pontos merecem destaque.

---

[348] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

[349] Os croquis apresentados nesta seção pretendem representar os usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Os outros 12 andares da ocupação são destinados ao uso residencial (moradias). Porém, é importante deixar claro que os espaços coletivos representados aqui nos croquis não são os únicos do prédio. Não estão incluídos nos croquis os espaços que foram destinados inicialmente ao funcionamento de uma rádio comunitária (no último andar) e um amplo bloco de dois andares localizado aos fundos do prédio. Esse bloco não é nem foi utilizado pelo Coletivo ainda, apesar de fazer parte do imóvel ocupado. De qualquer maneira, em seus espaços se pretende implantar uma creche e salas multiuso.

[350] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

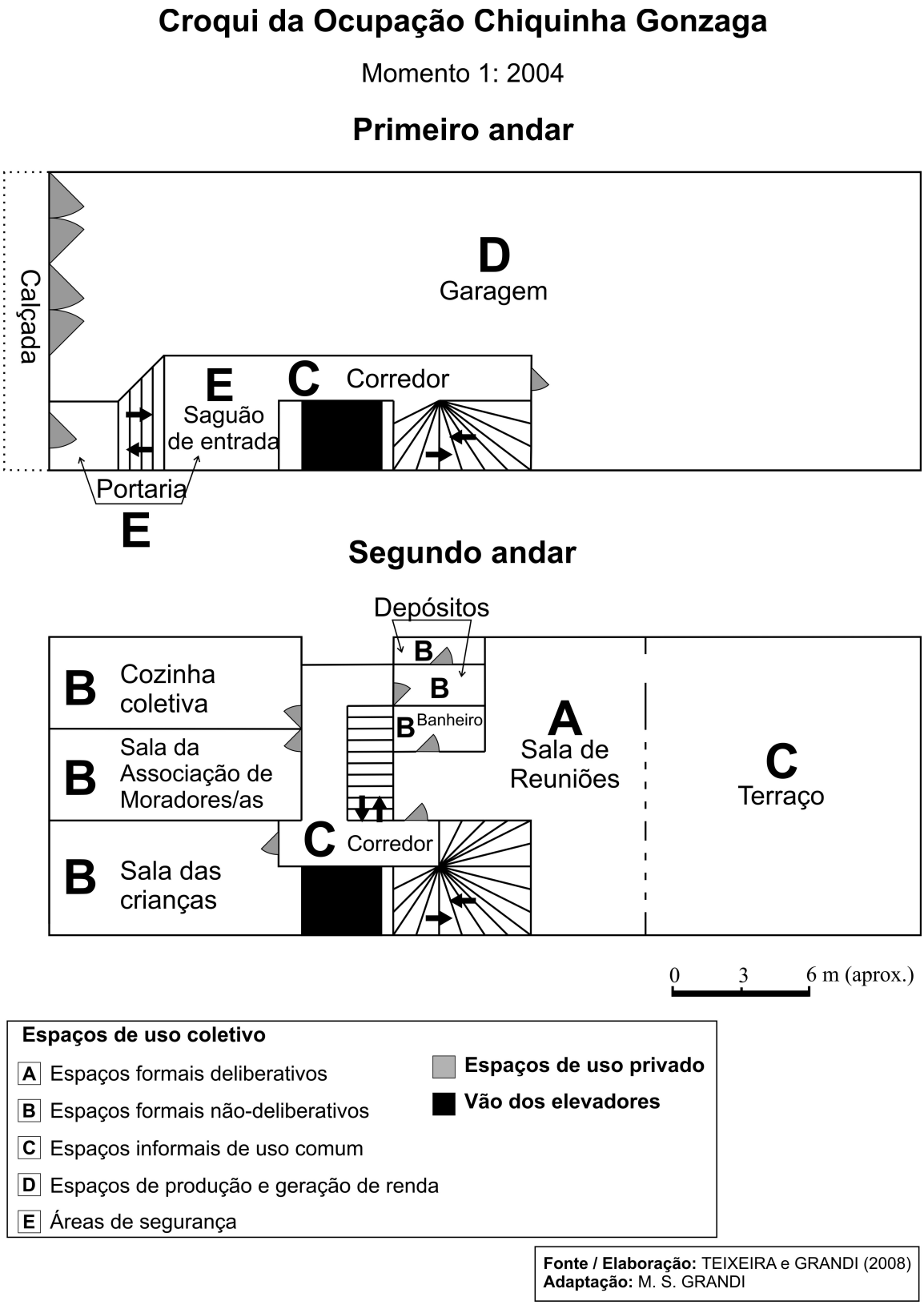


Figura 50: Croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 2004.

No segundo andar, primeiramente, é importante deixar bem marcada novamente a centralidade da sala de reuniões (espaço formal deliberativo da Ocupação Chiquinha Gonzaga). Já foi visto acima que tal espaço tem um papel fundamental no imaginário político-territorial dos moradores e moradoras da ocupação. É um espaço onde, ao mesmo tempo, grande parte das interações entre moradoras, moradores e pessoas do "apoio" se davam de fora intensa. Especialmente no período inicial da ocupação, que o croqui acima tenta representar, essas interações eram ainda mais frequentes. Lembre-se, a título de exemplo, a realização de três reuniões diárias do Coletivo naquele espaço. Mas essa interação não era (nem é) somente "formal": É na sala de reuniões (e no terraço) que, desde o início da Chiquinha Gonzaga, aconteciam e acontecem momentos de confraternização.

Isso deixa claro que os usos e funções dos espaços têm uma certa flexibilidade, aspecto que se mantém até hoje na ocupação. Mas não se trata de uma temporalidade (característica inegável de qualquer espaço social e, lógico, também dos espaços internos da Chiquinha Gonzaga) que age somente a médio/longo prazo, com as mudanças funcionais que são vistas na espacialidade da ocupação. É também uma temporalidade muito observada na própria escala cotidiana: Em momentos diferentes, o espaço formal deliberativo caracteriza-se pela predominância de diferentes tipos de interação (mais ou menos informais). O maior exemplo visto na Chiquinha Gonzaga é a própria sala de reuniões: ainda hoje, quando acontece alguma confraternização, nessa sala deixam de predominar interações características de um espaço formal deliberativo, dando lugar às relações típicas de espaços informais de uso comum. O mesmo ocorre quando outros grupos solicitam o espaço para realização de seus encontros, ou quando acontecem atividades coletivas não-deliberativas como oficinas e outros tipos de encontros. Nesses momentos, a sala de reuniões passa a cumprir a função de um espaço formal *não*-deliberativo. Atualmente, por exemplo, acontecem aulas de capoeira semanalmente nesse espaço. Quando necessário, também é lá que são confeccionadas faixas e cartazes para eventuais manifestações e outras atividades desse tipo. Por isso mesmo, tal fluidez precisa ser compreendida como sendo parte importante da dinâmica espaço-temporal interna da ocupação. Algumas fotografias podem deixar isso mais bem ilustrado (Figuras 51 a 56).

É importante ressaltar que essa temporalidade não afeta a reflexão que se está fazendo aqui sobre características da espacialidade interna da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Lembre-se que essa flexibilidade nos usos e funções de um espaço é uma característica importante em determinadas situações. Mesmo que um espaço seja utilizado em momentos diversos para

atividades diferentes, isso não faz com que as principais características que marcam sua "identidade" desapareçam. Prova disso é que muito poucas das pessoas entrevistadas lembraram primeiramente da sala de reuniões como "espaço das festas". O que predomina é, por outro lado, o fato de ela abrigar as reuniões do Coletivo (sendo o espaço formal deliberativo da Chiquinha). Mas isso não faz com que ela deixe de ser *também* um espaço de confraternizações (o que a faz ser também um espaço informal de uso comum).

Foto e montagem: Associação Chiq da Silva (2006). Disponível em <http://photos1.blogger.com/blogger/7001/1785/1600/06%5B2%5D.0.jpg

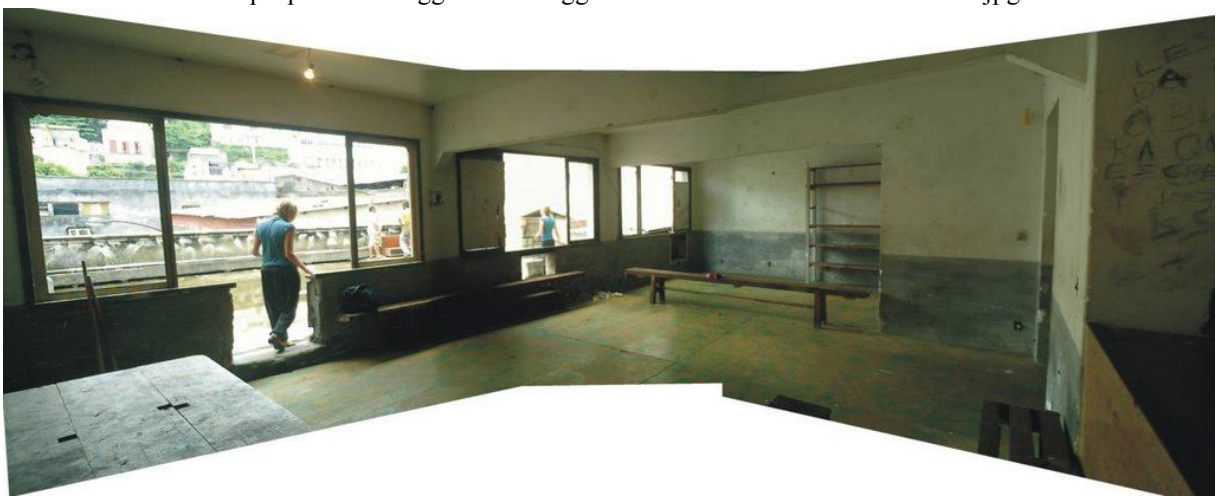


Figura 51: Sala de reuniões da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Foto: M. S. Grandi (Arquivo pessoal / 2009)



Figura 52: Foto do seminário "O que pode a 'economia popular urbana'? Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro", realizado em 2008 na sala de reuniões da Ocupação Chiquinha Gonzaga



Foto: Comissão de Comunicação da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004). Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/08/287859.shtml>

Foto: M. S. Grandi (Arquivo pessoal / 2009)



Figuras 53 e 54: Confecção de faixas para manifestações na sala de reuniões da Ocupação Chiquinha Gonzaga

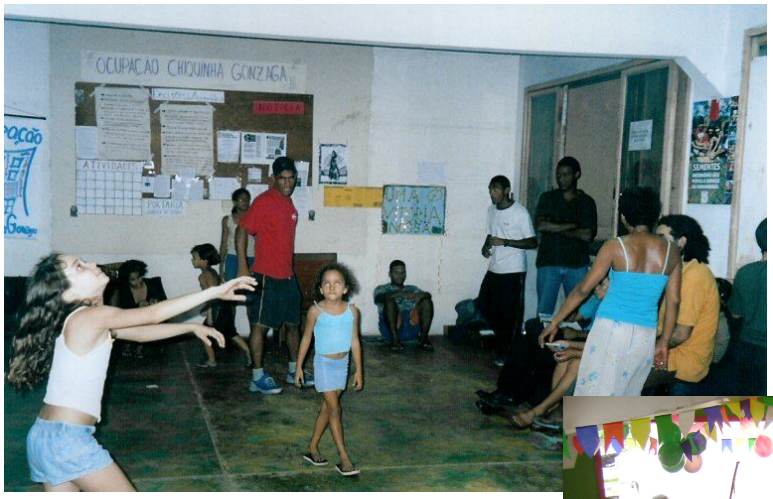


Foto: Frente de Luta Popular (2004). Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/08/289102.shtml>

Figura 55: Festa de aniversário de um mês da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004)



Foto: M. S. Grandi (Arquivo pessoal / 2009)

Figura 56: Festa de aniversário de cinco anos da Ocupação Chiquinha Gonzaga (2009)

É interessante pensar também que a maneira como a temporalidade cotidiana se relaciona com a espacialidade interna da ocupação pode ser vista à luz de outras duas referências: os "mundos da vida" da fenomenologia (e adotados também pela teoria da ação comunicativa de Habermas) e a própria dinâmica da "política de escalas" da Chiquinha.

Quanto à primeira, se verá mais detidamente na quarta seção deste capítulo (intitulada "Um *lugar* ocupado") que o fato de diferentes usos e funções compartilharem o mesmo substrato espacial pode trazer elementos positivos e negativos para o processo de negociação e de busca por entendimento. Isso principalmente porque podem-se desenvolver associações subjetivas entre tal espaço e determinados tipos de interação (mais ou menos receptivos à mediação argumentativa, por exemplo), que auxiliem ou dificultem uma negociação cotidiana mais próxima à predominância da razão comunicativa.

Já quanto à segunda, vê-se que esse compartilhamento do substrato espacial indica certos momentos de contato escalar entre a ocupação e outras demandas e lutas sociais. É nesses momentos (de festas, reuniões de outros grupos, seminários e atividades de discussão e participação aberta, etc.) que, por exemplo, ativistas e militantes envolvidos em outros temas comparecem à Ocupação Chiquinha Gonzaga com maior frequência. Esse comparecimento favorece e facilita o estabelecimento de laços de colaboração e solidariedade entre eles e integrantes do Coletivo da Chiquinha, além de possibilitar o compartilhamento de alguns aspectos do "mundo da vida" do prédio. Como nos lembra uma das moradoras,

> "É, acontece bastante isso, né. As pessoas vêm. Alunos de universidades, que às vezes se interessam pelo nosso trabalho aqui, por esse envolvimento. Várias pessoas assim, de outros movimentos, que se interessam por essa história aqui. Não só aqui da Chiquinha como das outras ocupações. Então volta e meia as pessoas vêm, pedem pra vir, pedem pra conhecer." (informação verbal)[351]

E mais do que isso: esses momentos de atividades abertas e divulgadas outros grupos (tal qual ocorre quando essas reuniões acontecem no território de outras ocupações de sem-teto com as quais se busca colaborar) serve muitas vezes para a aproximação entre os próprios ativistas e militantes "externos" que vêm participam. Dessa maneira, essa característica de ser receptiva a outros grupos cumpre um importante papel de articulação entre ativistas de diversos temas e movimentos sociais.

O segundo ponto a ser destacado sobre esse primeiro croqui diz respeito aos espaços formais não-deliberativos (B) que aparecem principalmente no segundo andar da ocupação.

[351] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

São eles a sala das crianças, a sala da associação, a cozinha coletiva, o banheiro e os depósitos. Sua predominância nesse período no segundo andar da Chiquinha parece refletir justamente o reconhecimento da necessidade de se destinar espaços específicos da ocupação para atividades que se pretendia desenvolver em seu interior. Isso mesmo que as atividades não estejam ainda sendo realizadas ou que alguns pressupostos para que isso aconteça ainda não tivessem (ou tenham) sido cumpridos (a sala da associação de moradores é um exemplo, já que na época do início da ocupação ela ainda não havia sido fundada). Essa é uma característica que também marca bastante a forte coletivização do cotidiano que acontecia na Chiquinha no período. Especialmente a existência da cozinha coletiva, intensamente usada na época para preparar a alimentação de todos e todas, deixa bem claro tal aspecto.[352]

Esses espaços são importantes também porque demonstram como os espaços de uso coletivo estão em constante mudança e, em certos momentos, disputa no interior da ocupação. Como será visto no croqui do próximo momento enfocado, esses foram justamente espaços que sofreram um processo de privatização (permitido pelo próprio Coletivo).

Olhando agora para o primeiro andar, a portaria e a garagem merecem algumas considerações adicionais. Quanto à portaria, sabe-se que se trata de um espaço bastante tenso. Como já foi falado em linhas passadas, e será mais abordado na terceira seção deste capítulo, essa área de segurança é fundamental para a manutenção do território da ocupação. No momento retratado pelo croqui acima, esse era um espaço de muita atividade: moradores e moradoras revezavam-se para manter sempre alguém de plantão na entrada, resguardando-a. Isso também fazia da portaria um espaço de interação particular, que colaborava à sua maneira para o fortalecimento do processo político do Coletivo. Alguns desses traços se modificaram no segundo momento observado, representado pelo próximo croqui.

Falta ainda falar em relação à garagem, o grande espaço no primeiro andar que era então destinado a atividades de produção e geração de renda. Perguntado sobre os espaços desse tipo, um dos moradores afirmou que "[n]um primeiro momento, o pessoal tava pensando num espaço, num primeiro espaço, que é o primeiro andar mesmo, térreo, que é uma loja grande (…) [p]ra fazer espaço de produção e geração de renda. Naquela época a gente ia ocupar aquele espaço lá pra fazer a cooperativa de reciclagem." A função desse espaço e o episódio de tentativa de instauração da cooperativa já foi abordado em TEIXEIRA e GRANDI (2008). Se trata de um traço da espacialidade da Ocupação Chiquinha Gonzaga

[352] Algumas fotos da cozinha já foram mostradas no item 3.1.2.2 do segundo capítulo, intitulado "Impressões sobre um momento de coletivização radical".

que remete à uma forte preocupação coletiva da época: a construção de alternativas de renda para parte dos moradores e das moradoras que estavam desempregadas. Segundo informações coletadas sobre o período,[353] no momento inicial da ocupação tal espaço se encontrava alagado e com bastante entulho, como pode ser checado também em algumas fotos do período (Figuras 57 e 58).

Fotos: Frente de Luta Popular (2004).
Disponíveis em <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/08/288519.shtml>





Figuras 57 e 58: Foto da garagem da Ocupação Chiquinha Gonzaga no início da ocupação.

Esse episódio de tentativa de implantação de uma cooperativa de reciclagem de lixo na ocupação, já tratado no artigo feito em 2008, teve um papel importante na espacialidade interna do prédio e levantou aspectos interessante quanto às negociações políticas e suas práticas comunicativas.

Partindo da preocupação pela busca de uma alternativa coletiva para solucionar a dificuldade financeira enfrentada por alguns moradores e moradoras, um grupo de moradores teve a intenção de implementar uma cooperativa de reciclagem de lixo no espaço.

[353] Conforme informações coletadas a partir de relatos do período em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/07/287315.shtml> (acesso em 14 de fevereiro de 2010).

> "(...) [N]esse momento o pessoal começa a pensar o seguinte: poxa, se esse pessoal tivesse trabalho, ele não precisava de roubar nem nada. Foi onde algumas pessoas, chamando reuniões, começaram a discutir a questão do processo de reciclagem, que a gente faria lá no porão do prédio. Só que o seguinte: chegou uma hora que tava tudo discutido, e tal e a gente botou na reunião, né? E o projeto não passou na reunião." (informação verbal)[354]

Como está dito, a proposta foi levada à assembleia e recusada por ela. A avaliação feita por alguns moradores envolvidos no processo apontava para uma falha no processo de negociação da proposta. Mais precisamente, tais moradores reconhecem (de forma auto-crítica) que investiram pouco em conversas anteriores com os demais moradores e moradoras para esclarecerem a proposta. Isso possibilitou que outro grupo, que era veementemente contra a proposta da cooperativa de reciclagem de lixo na ocupação, conquistasse a opinião de vários dos outros moradores. E uma prática espacial que foi importantíssima nesse processo de convencimento foi justamente a passagem de porta-em-porta da ocupação fazendo uma espécie de "contra-propaganda" da proposta.[355]

No final das contas, com a proposta recusada, a discussão a respeito das atividades de produção e geração de renda acabou praticamente se estagnando. Aconteceu então que "(...) o pessoal meio que ocupou aquilo lá pra guardar pertences particulares – tem uma porção de camelô aqui – e o pessoal pegou pra guardar carroça de camelô." (informação verbal)[356] Foi assim que, observando seu novo uso e considerando a tipificação dos espaços internos da ocupação que foi sugerida em ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA (2009) e que está sendo adotada aqui, o espaço da garagem teve sua função modificada: deixou de ser um espaço de uso coletivo destinado à produção e geração de renda e passou a ser um espaço (ainda

---

[354] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/05/08 por Eduardo Tomazine Teixeira.

[355] É importante aqui fazer a mesma ressalva que foi feita em TEIXEIRA e GRANDI (2008): A compatibilidade entre a atividade de reciclagem de lixo e a função habitacional de uma ocupação sem-teto é um tema sem consenso entre os envolvidos com o movimento social em questão (sejam eles moradores ou não). Demanda, portanto, um debate prévio bastante específico e aprofundado – que leve em contra inclusive as questões técnicas e de habitabilidade necessárias. Outra questão a ser levantada é que as atividades que envolvem a produção e geração de renda são também muito delicadas por outro motivo: a desconfiança que podem gerar. "Houve principalmente duas razões para a não aceitação da proposta: a postura refrataria de muitos dos moradores por se tratar de uma atividade que envolvia o trato com o lixo e a desconfiança para com alguns integrantes do grupo, a qual está relacionada, por sua vez, a um outro tipo de desconfiança, que diz respeito ao possível desvirtuamento do caráter politicamente horizontal e isonômico de funcionamento da cooperativa." (TEIXEIRA e GRANDI, 2008:9). No entanto, viu-se na ocasião que uma maior "capitalização" dos argumentos favoráveis no cotidiano da ocupação poderia ter modificado o resultado da tentativa de implementação dessa cooperativa. Isso aponta para a importância do compartilhamento do mundo da vida cotidiano para a construção de relações de confiança fundamentais para o processo político de negociação de opiniões e de busca gradativa pelo maior entendimento possível.

[356] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/05/08 por Eduardo Tomazine Teixeira.

coletivo, porém) informal de uso comum. Essa mudança é vista na Figura 59, referente ao croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares em um segundo momento (2008).

Uma mudança que não pode ser diretamente inferida da comparação entre os dois croquis envolve o espaço da portaria. Ainda que tenha se mantido enquanto área de segurança, sua dinâmica espacial modificou-se. Diferentemente do primeiro momento, no segundo já não se realizavam os turnos de "zeladoria compartilhada" por parte das moradoras e moradores da ocupação. Isso afetou a percepção de algumas pessoas em relação à segurança do prédio, por exemplo. No entanto o que mais fica marcado com tal mudança foi a perda de um espaço no qual os moradores frequentemente se encontravam e estabeleciam conversas e relações que influenciavam diretamente os debates do Coletivo. Isso será melhor tratado na terceira seção deste capítulo.

Outras questões sobre a dinâmica da espacialidade interna da Chiquinha Gonzaga que podem ser consideradas a partir do croqui desse segundo momento dizem respeito diretamente ao seu segundo andar. E, como será visto nos próximos parágrafos, esses são aspectos que se ligam também a outros episódios da dinâmica política e espacial da ocupação.

A primeira grande mudança percebida é a transformação de dois dos espaços de uso coletivo do segundo andar da ocupação (a cozinha coletiva e a sala da associação de moradores/as) em espaços de uso privado (ou seja: em moradias). Essa transformação, acontecida com a aprovação do Coletivo, já foi comentada em TEIXEIRA e GRANDI (2008). Na ocasião, foi lembrado que tal transformação aponta para certa desvalorização dos espaços coletivos no interior da ocupação Chiquinha Gonzaga. Por outro lado (como também foi ressaltado no trabalho recém citado) esse processo demonstrou o funcionamento da proposta de gestão coletiva do território da ocupação. Isso justamente porque, apesar da diminuição quantitativa dos espaços coletivos, o *processo* através do qual essa transformação se deu (exigindo a deliberação do Coletivo) manteve as relações de poder horizontalizadas que caracterizam e diferenciam a gestão territorial da Chiquinha Gonzaga.

Mas nesse longo intervalo entre os dois momentos representados pelos croquis (de 2004 a 2008), outros processos relacionados aos espaços de moradia (e que são bastante comuns nas ocupações de sem-teto) aconteceram na Chiquinha. Um dos primeiros deles foi a extinção da cozinha coletiva.

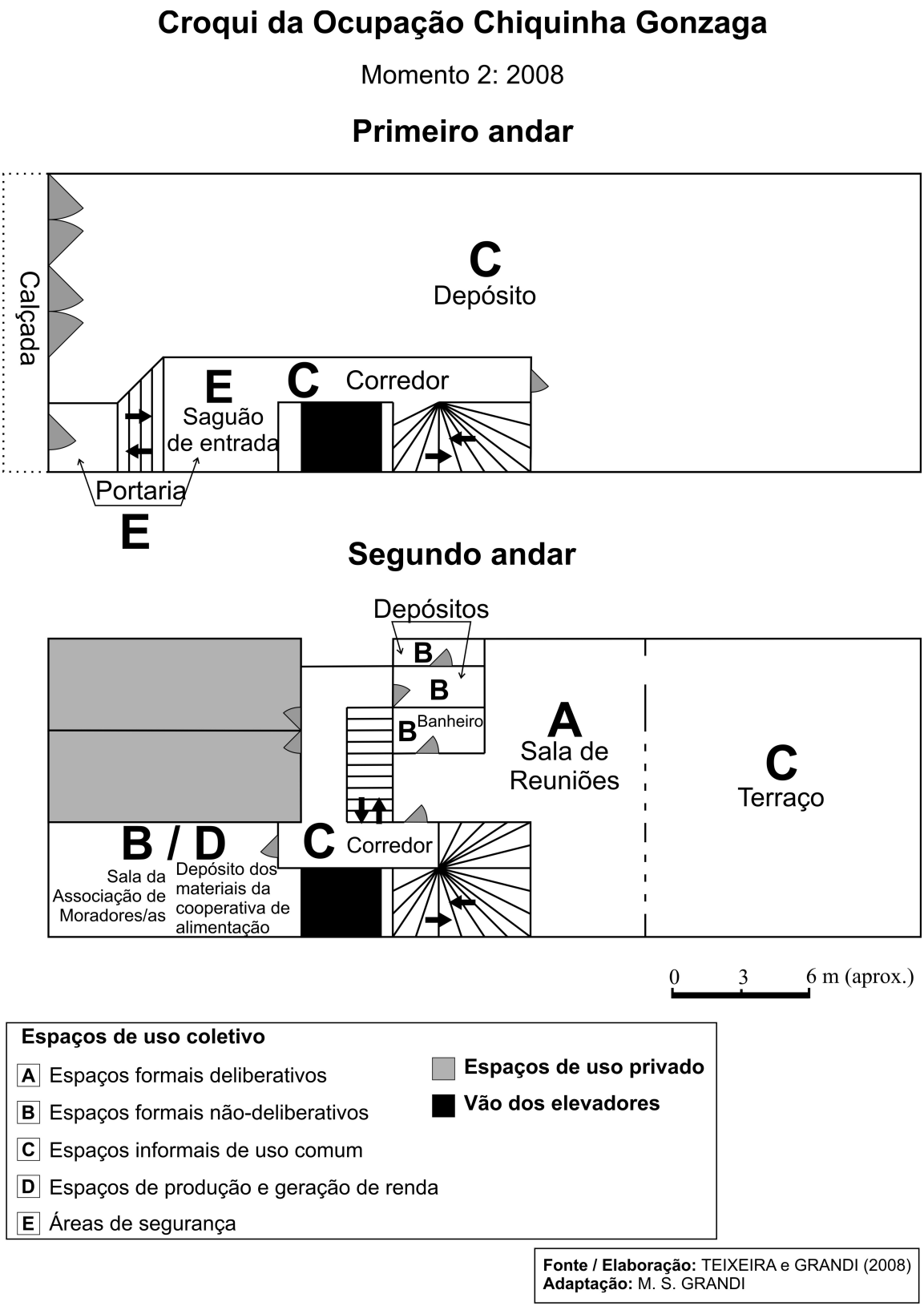


Figura 59: Croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 2008.

É com a gradual ocupação dos outros 12 andares do prédio com a moradia dos ocupantes que se dá a ampliação dos espaços de uso privado. Essa característica é uma das que marcam o desenrolar do processo de ocupação de imóveis por parte do movimento dos sem-teto, já que se trata (como também já foi pontuado em outra altura desta dissertação) de uma luta que traz no centro de suas preocupações justamente a conquista de um espaço de residência. É principalmente a partir dessa ampliação que certas práticas cotidianas normalmente bastante relacionadas à instituição familiar e aos valores de privacidade e intimidade (como a alimentação e a higiene, por exemplo) são transferidas dos espaços de uso coletivo para os espaços de uso privado. Essa transposição esvazia de sentido espaços antes destinados exclusivamente a essas funções, como é o caso da cozinha coletiva. Pela perda de sua função espacial, a legitimidade de sua existência material-concreta é posta em xeque, como é o caso da cozinha coletiva.[357]

Um processo similar é visto com o banheiro coletivo localizado junto à sala de reuniões, também no segundo andar da ocupação. No entanto, particularidades podem ser pontuadas. Da mesma maneira que a cozinha coletiva, a função do banheiro coletivo é bastante esvaziada depois da ampliação dos espaços privados da ocupação. Mas nesse caso trata-se de um espaço mais difícil de ser descaracterizado como tal. Isso especialmente porque a função desempenhada por tal espaço é fortemente ligada à sua configuração material-concreta (suas instalações hidráulicas e sanitárias, por exemplo).

Acontece que, de qualquer forma, sua utilização foi reduzida. E com isso, a manutenção do banheiro também passou a receber menos atenção. Essa situação apresentou sinais de mudanças, porém, no ano seguinte – a partir dos preparativos para a festa de cinco anos de aniversário da Ocupação Chiquinha Gonzaga, comemorados em 2009. No episódio, novos reparos materiais foram feitos (como complementação à reestruturação que o Coletivo havia feito inicialmente) e sua utilização como banheiro coletivo foi reavivada.

Também precisa ser destacada a tensão que se estabeleceu envolvendo um dos espaços coletivos restantes do segundo andar da ocupação. O espaço que antes era tido como "sala das crianças" passou a ser alvo de uma disputa territorial interna. Essa disputa tem muita relação com os aspectos que serão trabalhados na próxima seção, sobre os diferentes campos políticos existentes na Chiquinha Gonzaga. Por ora, cabe comentar que a disputa se estabeleceu entre

[357] Em entrevista realizada em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida no dia 19/01/10, um dos ex-integrantes da FLP comentou sobre como geralmente o primeiro espaço coletivo das ocupações a deixar de funcionar e existir são as cozinhas coletivas. Isso especialmente por conta do recém dito: A ampliação dos espaços privados e a referência desse tipo de prática (a alimentação) estar vinculada a tal espaço.

dois interesses distintos: Por um lado, as moradoras e moradores que estavam então mais envolvidos com a associação de moradores buscavam garantir nessa sala um espaço para o funcionamento da entidade. Essa função já tinha sido inclusive aprovada pelo Coletivo. Ao mesmo tempo, outro grupo esforçava-se para erguer e manter em atividade uma cooperativa de alimentação, da qual alguns moradores e moradoras participavam. Para isso, precisavam de um espaço para guardar seus materiais de trabalho (como utensílios de cozinha e um fogão industrial). Ocorre que, ainda que a associação de moradores já existisse, a entidade acabou não dando qualquer uso para o espaço que o Coletivo já lhe tinha cedido. Foi então que, como desenrolar da situação, o Coletivo permitiu que o grupo da cooperativa de alimentação efetivamente utilizasse o espaço.

Esse episódio traz elementos que fazem pensar. Primeiramente, é mais um exemplo de como as funções às quais são destinadas os espaços da ocupação são perfeitamente mutáveis. Isso demonstra o funcionamento do processo deliberativo do Coletivo, aberto a reconsiderar suas decisões anteriores. É esse processo que, em segundo lugar, deixa claro como a definição do Coletivo em relação ao uso que um determinado espaço terá não garante, por si só, que esse recorte será utilizado dessa maneira. Acontece que muitas atividades acabam não dependendo só e diretamente do Coletivo enquanto fórum máximo de deliberação da ocupação. Algumas atividades terminam por exigir que os mais interessados em sua efetivação se dediquem a dar, ao menos, os primeiros passos da proposta a ser realizada. E sem que a atividade à qual o espaço foi destinado seja posta em prática, o espaço torna-se ocioso. Frente a uma situação espacial dessas, esse episódio mostra como é bastante palpável que o Coletivo reavalie o uso do espaço. Percebe-se como uma definição do Coletivo (instância que gere o *nomos* formal da ocupação) não consegue estabelecer-se quando há algum tipo de "vácuo" social. Para que uma regra se torne efetiva e realimente seja instaurada, é necessário que uma realidade social específica justifique sua existência.

Quanto a esse espaço interno da Ocupação Chiquinha Gonzaga em disputa, é interessante dizer que sua situação modificou-se no ano seguinte. E para essa mudança um papel bastante importante foi desempenhado por uma clara reestruturação espacial (acompanhada de uma refuncionalização) feita nos antigos depósitos também do segundo andar da ocupação (ao lado da sala de reuniões). Tal mudança fica mais clara no croqui do próximo momento (Figura 60).

Croqui da Ocupação Chiquinha Gonzaga

Momento 3: 2009

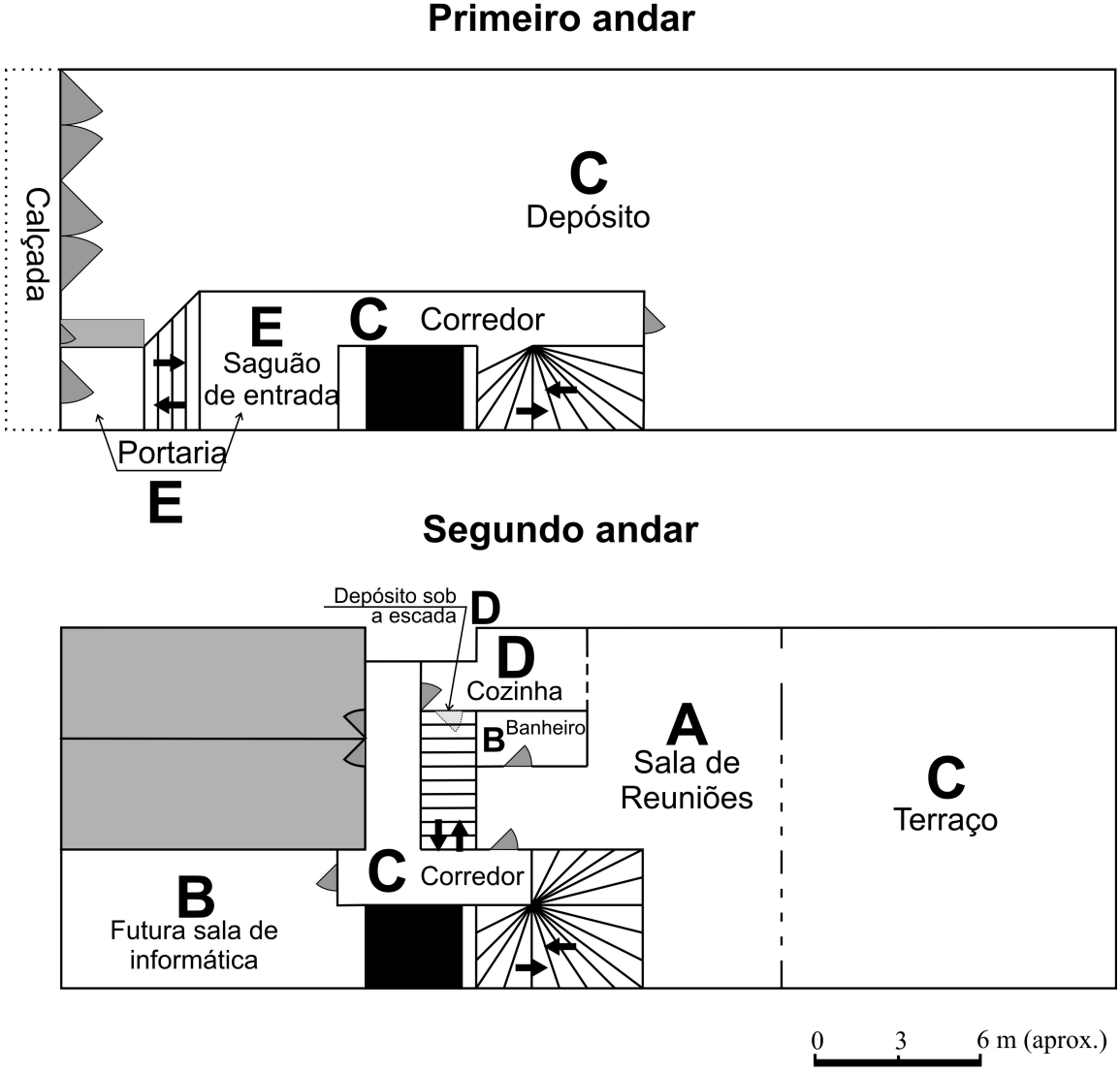


Figura 60: Croqui dos usos e funções dos dois primeiros andares da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 2009.

Esses depósitos eram, antes dessa reestruturação, bastante subutilizados. Dentro deles era mantida uma grande quantidade de entulho. Ainda assim, muitos moradores lembravam que sempre se pretendeu reformá-lo para que abrigasse alguma atividade coletiva. E foi justamente essa reforma que pode ser acompanhada no ano de 2009. A obra foi especialmente motivada pela realização da festa de cinco anos de aniversário da Chiquinha Gonzaga, em julho do mesmo ano.[358] Feita em sistema de mutirão, os moradores e moradoras envolvidas transformaram os dois depósitos que antes acumulavam entulho na atual cozinha coletiva da ocupação. Para além disso, ampliaram seu espaço de forma a incluir dentro da cozinha a porta de acesso ao depósito feito sob a escada que dá acesso ao terceiro andar. Com ela pronta pôde-se preparar a alimentação para as dezenas de pessoas que participaram da festa e, de quebra, restabelecer a cozinha coletiva e solucionar (ao menos até agora) a necessidade espacial da cooperativa de alimentação.[359]

Dessa maneira, a sala antes utilizada pela cooperativa para guardar seus utensílios passou a perder essa função. Ao mesmo tempo, no entanto, outra reivindicação interna passou a tencionar para utilizá-la. Algumas crianças e adolescentes da Chiquinha começaram a colocar para o Coletivo sua vontade de terem um espaço para instalarem uma sala de informática. A proposta foi formalmente apresentada e aprovada pelo Coletivo. Porém, sua aprovação não significou a existência de um consenso entre seus integrantes. À época, algumas pessoas vinculavam a proposta a um campo político específico no interior da ocupação. Isso contribuía para que integrantes de outro campo político rival não aprovassem a ideia da sala de informática, alegando diversas razões. Ainda assim, a ideia foi abraçada por outros moradores e moradoras, bem como por pessoas do apoio da ocupação. Sua implementação, porém, enfrenta atualmente alguns entraves. Algumas obras são necessárias para adequar o espaço à atividade proposta. Porém, elas foram iniciadas e paralisadas por questões internas e pessoais diversas (principalmente daqueles mais interessados em efetivar a existência da sala). Outra dificuldade é a obtenção dos equipamentos: mesmo que algumas doações já tenham sido feitas, chegam à ocupação geralmente sucatas muito pouco

[358] A mesma festa motivou, como já foi comentado parágrafos acima, uma reforma no banheiro da sala de reuniões – que passou a ser utilizado com maior frequência desde então.

[359] Atualmente, a cooperativa de alimentação não está no mesmo grau de atividade e organização do que em outros momentos da ocupação. No entanto, seus materiais continuam na ocupação e, eventualmente, a cooperativa é convidada a fazer algum trabalho. O processo de surgimento e funcionamento dessa cooperativa certamente merece maiores reflexões, tarefa à qual esta dissertação não se propõe. Porém, cabe apontar aspectos que seriam aparentemente importantes nessa atividade. Eles envolvem desde a relação entre as pessoas que fazem parte da cooperativa e os campos políticos da ocupação (sobre os quais se falará mais na próxima seção), até as próprias estratégias de divulgação e convencimento (interno e externo) quanto à possibilidade e importância da valorização de experiências de economia solidária.

aproveitáveis para a atividade proposta.[360]

Outra consequência da reestruturação e refuncionalização dos antigos depósitos foi justamente o restabelecimento da cozinha coletiva. Obviamente, dado o novo contexto sócio-espacial da ocupação, o retorno desse espaço traz consigo novas características. Antes, a cozinha coletiva era marcadamente um espaço que explicitava a intensa coletivização do cotidiano dos moradores e moradoras da ocupação. Agora, ela não cumpre mais esse papel. Atualmente, a nova cozinha coletiva desempenha sua função principalmente em momentos específicos de confraternização ou de atividades abertas a outras pessoas e grupos que são realizadas no território da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Um último comentário ainda é necessário a respeito do primeiro andar da ocupação. Nos últimos meses do ano de 2009 foram realizadas algumas obras visando a instalação de um banheiro ao lado da entrada do prédio. É preciso deixar bem frisado que não se tem informações mais precisas sobre sua dinâmica de funcionamento. Porém, ao que tudo indica, trata-se de um espaço utilizado e gerido principalmente por alguns moradores da ocupação. As informações (reconhecidamente insuficientes para qualquer conclusão) não permitem afirmar se a construção de tal espaço passou efetivamente por discussão e aprovação pelo Coletivo da ocupação. Porém, é uma reestruturação clara que foi realizada no prédio, por isso merecendo ser lembrada aqui.

[360] Certamente nem todos os equipamentos ganhos são completamente descartáveis. No entanto, seu aproveitamento muitas vezes depende de conhecimentos técnicos pouco (ou, em alguns casos, nada) difundidos na ocupação. Esse, diga-se de passagem, é um problema enfrentado também pela Ocupação Quilombo das Guerreiras – conforme têm-se observado no cotidiano de colaboração com tal ocupação.

2 ASPECTOS DA ESPACIALIDADE DA ARGUMENTAÇÃO E DO CONVENCIMENTO

Como deixou-se perceber no decorrer da primeira seção deste terceiro capítulo, o papel do Coletivo na definição da dinâmica espacial interna da ocupação é central. Porém, como qualquer corpo político (e especialmente sendo a principal referência de poder explícito da ocupação), o Coletivo não pode ser visto como um grupo homogêneo. As pessoas são mais ou menos interessadas no processo político da ocupação, como também têm opiniões diferentes entre si. Essas opiniões divergem em vários tipos de aspectos, certas vezes chegando ao ponto de inclusive instaurarem posições políticas dificilmente negociáveis. Assim, o Coletivo passa a não ser um "simples" espaço de deliberação, mas se transforma definitivamente em um espaço de disputa política. Um espaço de sedução e de convencimento onde a "conquista" da opinião alheia toma um papel central.

Essas diferenças com certeza são vistas em maior ou menor grau entre todos os moradores e moradoras da ocupação. No entanto, não é entre todo mundo que elas se tornam pivôs dos debates e disputas políticas que se dão no prédio. Como já foi lembrado em diversas passagens dessa dissertação (e como é comum acontecer em muitos processos políticos), nem todos se envolvem com a mesma intensidade e interesse nos assuntos coletivos. E são notadamente os que mais se envolvem nesses assuntos que se destacam também nas disputas políticas que acontecem no espaço-tempo de deliberação do Coletivo.

É nesse ponto que as ideias do antropólogo estadunidense Marc SWARTZ (1968) ajudam a observar a dinâmica sócio-espacial da ocupação.[361] As posições políticas, os interesses diferentes e as práticas espaciais deixam perceber a existência de dois campos políticos na Ocupação Chiquinha Gonzaga.[362] Esse fato é abertamente reconhecido por muitos

[361] Elas já foram apresentadas no primeiro capítulo, na subseção 2.4 (intitulada "Unidades da ação política: Campo Político e Arena no entender de Marc Swartz").

[362] Antes de prosseguir é preciso frisar alguns pontos fundamentais. Primeiro de tudo: Esse é um assunto altamente delicado de ser tratado. Certamente todo o cuidado será pouco para evitar mal-entendidos. De forma alguma pretende-se menosprezar ou enfraquecer a densidade e a importância que a Ocupação Chiquinha Gonzaga tem no contexto do movimento dos sem-teto carioca. E não só isso: não se pode negar sua importância enquanto experiência de luta, resistência e construção de alternativas populares às relações sociais predominantes atualmente. Justamente por isso, certamente se perceberá que uma grande quantidade de ressalvas será feita no decorrer desta e das próximas subseções. Em segundo lugar, é importante também lembrar que os conceitos e os enfoques que são adotados aqui não esgotam os olhares e as considerações possíveis a respeito do contexto do processo político e territorial da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Essa não poderia ser (e de fato não é) a pretensão desta pesquisa, muito menos desta seção. Afinal de contas, pode-se observar tal processo com muitos olhos (e à luz de muitas referências diferentes). Por último, mas não menos importante, nunca é demais lembrar que os conceitos utilizados aqui obviamente não conseguem abranger

dos moradores e moradoras da ocupação (e por diversos ativistas dessa fração do movimento dos sem-teto carioca, bastante vinculada à atuação da extinta Frente de Luta Popular). Isso, porém, não representa uma fragilidade da ocupação. Pelo contrário, a convivência de interesses distintos enriquece o processo político em muitos aspectos. Ainda que nem sempre essa convivência seja completamente harmoniosa (como, diga-se de passagem, talvez seque devesse ser), cabe lembrar que a diversidade de opiniões e interesses é algo que precisa ser apreciado – e não visto como algo negativo. Essa variedade é uma das principais responsáveis pela complexidade da experiência política da ocupação, apresentando desafios que são enfrentados (e resolvidos, à sua forma) cotidianamente no prédio. Trata-se inclusive de uma das características que fazem da Ocupação Chiquinha Gonzaga uma experiência muito importante para se entender os caminhos de construção de relações sócio-espaciais distintas (ou, como outros militantes resumem, a *construção do "poder popular"*).

Esses campos políticos diferentes são identificáveis no cotidiano da Chiquinha Gonzaga (apesar de não ser possível separá-los com clareza). Porém, percebeu-se que nem todas as pessoas entrevistadas falavam aberta ou diretamente sobre o assunto. Ainda assim, a convivência na ocupação, aliada com os instrumentos da observação participante, permitiram que algumas informações fundamentais para a pesquisa fossem alcançadas.

Não é só nos espaços-tempo das reuniões do Coletivo que esses campos políticos se diferenciam. Suas práticas espaciais também têm características distintas (em maior ou menor grau), tanto na escala nanoterritorial da ocupação quanto em outras escalas espacias. E são práticas que se desenrolam também em outros espaços e em outros momentos do dia-a-dia dos moradores e moradoras. Como não poderia deixar de ser, essas práticas acabam permitindo que sejam feitas algumas considerações importantes sobre a dinâmica territorial da Chiquinha Gonzaga. Mais do que isso, são fontes ricas para se pensar a respeito da espacialidade do processo de negociação e de construção das opiniões que se dá no interior da ocupação. Principalmente quando se percebe que os atores envolvidos nesses campos políticos são frequentemente aqueles que animam o processo político da Chiquinha, tomando iniciativas, trazendo novas informações e suscitando debates.

Como atores importantes no processo político da ocupação, os campos políticos existentes nela acabam influenciado bastante a forma de interação que as moradoras e

todas as maneiras pelas quais os moradores e moradoras da Chiquinha Gonzaga se relacionam com o processo político interno. Esses conceitos são trazidos aqui apenas como "ferramentas" que serão utilizadas para tentar se aproximar de alguns aspectos das relações que são estabelecidas entre os e as ocupantes. Por fim, obviamente não existe nenhuma vontade de apresentar "moldes" ou "modelos" aos quais tudo e todas as pessoas e situações do caso enfocado neste estudo devam ou devessem se encaixar.

moradores estabelecem entre si (sejam eles dos campos políticos ou não). Mas os próprios campos políticos, como já ficou bem claro no primeiro capítulo, também são afetados pelas pessoas que não fazem parte deles. Até porque a maioria das pessoas realmente não participa diretamente de nenhum dos campos políticos mas, mesmo assim, acaba tendo sua opinião bastante disputada. Essa esfera de influência é acaba, por sua vez, também animando e alimentando os campos políticos de referências e valores. Tal grupo mais amplo, que "circunda" os campos políticos, corresponde ao que SWARTZ (1968) denomina como *arena*.

Por isso, a maneira como tais grupos agem e se relacionam espacialmente na ocupação é de grande interesse (ao menos para esta pesquisa). São informações que podem trazer elementos importantes para se pensar sobre em que medida um território autogerido pode, preservando sua diversidade interna de opiniões e perspectivas, lidar com as diferenças e talvez se aproximar de um agir que se oriente justamente para um maior entendimento entre todas as partes envolvidas.

É diante do reconhecimento da riqueza desse contexto que esta segunda seção do capítulo vai se desenvolver. Com o objetivo de levantar alguns aspectos preliminares sobre a espacialidade das ações e relações dos campos políticos da ocupação Chiquinha Gonzaga, suas táticas, estratégias e práticas sócio-espaciais, a ideia é que sejam cobertos ao menos dois pontos: (1) apresentar introdutoriamente como os campos políticos e as arenas da ocupação se comportam e caracterizam; e (2) destacar alguns traços de como as suas práticas espaciais se relacionam com os espaços de uso privado (os quartos de moradia). Outros espaços e escalas internas da ocupação (como os corredores, a portaria, os andares), por sua vez, serão mais enfocados nas seções seguintes.

2.1 Campos políticos e arenas da ocupação

Nesta primeira subseção, portanto, o objetivo será descrever e fazer alguns comentários a respeito das características dos campos políticos e das arenas da ocupação Chiquinha Gonzaga que puderam ser observados no decorrer da pesquisa.

A possibilidade de existência de diversos campos políticos envolvidos em um mesmo processo político já foi vista no primeiro capítulo, lembrada parágrafos atrás e também exposta de forma difusa e esparsa durante o segundo capítulo e as páginas do terceiro que já se passaram. Mas ainda é importante explicar porque se está falando em "arenas" agora, no

plural.

Esses conceitos, tomados por empréstimo da Antropologia (como já fizeram outros autores, também lembrados no primeiro capítulo, tal qual SANTOS [1981] e, mais recentemente, LAGÜENS [2005] e TEIXEIRA [2009]), permitem uma aproximação com processos nanoterritoriais e suas importantes sutilezas. No caso do conceito de arena, vale lembrar que ele já foi devidamente recortado e explicado pelo próprio autor responsável pela sua elaboração. Citando novamente: a arena é

> "(...) a social and cultural area which is immediately adjacent to the field both in space and in time [onde estariam] those who are directly involved with the field participants but are not themselves directly involved in the processes that define the field."[363] (SWARTZ, 1968:9)

Dentro do processo político, a arena é sempre disputada pelos campos políticos. À sua maneira, eles buscam hegemonizá-la. Ao mesmo tempo, os campos são influenciados por ela, como o autor também deixa claro (SWARTZ [1968:10]). A arena pode influenciar, limitar e/ou facilitar os processos básicos de constituição do(s) campo(s) político(s). Isso também parece ser visto na ocupação Chiquinha Gonzaga. Os assuntos que circulam pelas arenas são muitas vezes adotados pelas pessoas associadas aos campos políticos como pontos de discussão. Isso, em certas situações, pode passar a impressão de ser uma busca por se aproximar das pessoas das arenas através de tais assuntos. Mas é importante ponderar que nem sempre tais ações são intencionais, como se tentassem conscientemente ampliar a área de influência de cada campo político. De qualquer maneira, existem momentos em que certas posturas tomadas (sejam de forma reflexiva ou não) acabam aumentando o apoio a um campo político e/ou enfraquecendo o apoio dado ao outro campo. Um exemplo claro foi acompanhado durante a pesquisa. Na ocasião, o Coletivo da Chiquinha estava reunindo-se com representantes do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) para esclarecer dúvidas sobre as obras de reforma do imóvel.[364] Essa demanda surgiu

[363] "(...) uma área social e cultural que é imediatamente adjacente ao campo tanto no espaço quando no tempo [onde estariam] aqueles que são diretamente envolvidos com os participantes do campo mas que não são eles mesmos diretamente envolvidos nos processos que definem o campo." [tradução livre]

[364] Cabe esclarecer rapidamente: Após todo o processo de pressão dos moradores e de organizações apoiadoras sobre o então proprietário do imóvel, o INCRA declarou não ter mais interesse no prédio. Este foi repassado, então, aos cuidados da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Por sua vez, a SPU repassou o imóvel para o governo do estado do Rio de Janeiro, para que este destinasse o prédio a habitações de interesse social. Para isso, é necessário que uma reforma estrutural seja realizada no imóvel. O governo estadual, portanto, repassou a responsabilidade de execução da reforma para o ITERJ (que estabeleceu uma parceria com um escritório de arquitetura que tem proximidade com a ocupação para que o projeto arquitetônico fosse feito, a Associação Chiq da Silva).

justamente do desencontro de várias informações que estavam circulando pela ocupação, confundindo e suscitando inseguranças que refletiam tanto no cotidiano dos moradores e moradoras quando no funcionamento do próprio Coletivo.

> "(...) [C]onforme aconteceu no dia 14 passado, se chamou o órgão público pra ir lá dentro dar uma explicação do que realmente vai acontecer durante, daqui pra frente, quando começar as obras lá. Porque essas pessoas [de um determinado campo político] (…) tavam falando que todos iam ter que sair do prédio durante a obra, quando a realidade não é essa. Todos os moradores vão permanecer no prédio durante a obra. Mas como eles estavam deixando... As pessoas tavam receosas, e tal. Tinha um burburinho lá. (…) Liguei para o pessoal que tá fazendo o projeto e tudo e pedi que se marcasse uma reunião com o pessoal do ITERJ. Inclusive o presidente do ITERJ esteve lá e desfez todo o mal entendido que essas pessoas passaram por aí. (…) [Essas situações, atualmente,] [n]ão vêm atrapalhando tanto porque hoje as pessoas estão mais conscientes, e esse dito cidadão ele foi desmascarado na última reunião com o ITERJ no dia 14. Se acredita tanto no cidadão e olha aí..." (informação verbal)[365]

Fica claro como a ação dos membros dos campos políticos também é influenciada pelos assuntos e temas que circulam pelas arenas. Nesse caso específico, o desconforto de pessoas (principalmente das arenas) suscitou uma ação cheia de espacialidade: o compartilhamento do espaço-tempo cotidiano (nanoterritorial) levou à necessidade de se recorrer a contatos que agem principalmente em outras escalas (escritório de arquitetura parceiro e ITERJ) para que, ao esclarecerem presencialmente as questões que estavam causando incômodo a muitas moradoras e moradores, não só os mal-entendidos fossem sanados como a própria ação de difusão de informações por parte do outro campo político fosse desvalorizada.

Mas nem os campos políticos nem a arena possuem fronteiras sempre bem claras. Até mesmo por isso, o mesmo autor (SWARTZ, 1968:15) afirma que a arena pode ser desdobrada em arena primária, secundária, terciária e assim por diante (sempre que couber à situação, claro). Nesses casos, como o autor também lembra (SWARTZ, 1968:10), o importante é que se possa apontar (ainda que introdutoriamente) algumas das características que unem os membros das arenas e os distinguem dos demais.

No caso enfocado aqui, a Ocupação Chiquinha Gonzaga é vista como um processo de luta popular obviamente político. Esses conceitos parecem enriquecer a a reflexão a seu respeito. A partir da convivência e do compartilhamento de vários momentos, pôde-se perceber que, além dos dois campos políticos, ao menos duas arenas compõem seu contexto

[365] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

político. E essa situação se liga a características particulares da Chiquinha Gonzaga.

Diferentemente de outras ocupações, a participação nas reuniões não é mais obrigatória na Chiquinha. Isso colabora para que nem todas as moradoras e moradores participem sempre das reuniões do Coletivo.[366] No entanto, como são esses os espaços-tempo de deliberação da ocupação, as pessoas que acabam participando deles mais frequentemente também terminam tendo maior envolvimento com os "assuntos coletivos" – mesmo que não façam parte diretamente de nenhum dos campos políticos e que a ideia do que vem a ser um "assunto coletivo" não seja um consenso amplo entre moradores e moradoras.[367] E justamente pelo modelo de gestão territorial adotado na ocupação, essas pessoas também têm um peso importante nos debates e decisões que o Coletivo faz.

Acontece que nem todas essas pessoas têm suas opiniões diretamente disputadas na mesma intensidade pelos diferentes campos políticos da ocupação, como seria de se pensar. Isso porque algumas delas acabam já sendo mais próximas a um ou a outro campo político (ou a alguns de seus membros) por diversos outros motivos. Assim, tendem a ter maior aceitação às opiniões dessas pessoas mais próximas.

> "Porque também, aqui no prédio, tem pessoas que são mais amigas, né? Aquela coisa, tem pessoa que às vezes se dá mais com fulano, com fulano. Mas isso não quer dizer que não aceita aquela [outra] pessoa. Não tem nada a ver. Mas às vezes você precisa de um favor, as pessoas que você tem mais intimidade você vai lá pedir. (…) Tem sempre alguns que são mais ligados com uns, isso tem. É normal, aqui tem." (informação verbal)[368]

Tal proximidade pode acontecer inclusive por afinidades pessoais que extrapolam os "assuntos coletivos". Mas isso não quer dizer que as reuniões do Coletivo tenham sempre "cartas marcadas" *à priori*: A maioria das questões é efetivamente debatida durante as reuniões, e as opiniões muitas vezes são definidas justamente nesse momento no qual os argumentos são colocados publicamente.

A *arena primária* é composta basicamente por essas pessoas que participam das reuniões mas que não são caracterizadas como participantes de nenhum campo político específico dentro da ocupação.[369] Suas práticas espaciais misturam, por um lado, a

---

[366] Outras considerações sobre essa participação nas reuniões do Coletivo da Chiquinha Gonzaga serão feitas no decorrer deste capítulo, principalmente na seção seguinte, intitulada "O *nomos* e a deliberação coletiva".

[367] Sobre os assuntos coletivos, remete-se também à próxima seção, especialmente à subseção 3.1 ("Os 'assuntos do Coletivo'").

[368] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em22/08/09.

[369] Mais detalhes sobre alguns aspectos do funcionamento dessa arena primária serão enfocados na terceira seção deste capítulo (mais especificamente na subseção 3.2, chamada "Regras e normas *formais*: As

participação nas reuniões do Coletivo; por outro, eventuais discussões em outros espaços da ocupação (espaços formais não-deliberativos, como as festas e confraternizações; espaços informais de uso comum, como os corredores; e mesmo espaços de uso privado, como os quartos de algumas pessoas) a respeito dos assuntos que são debatidos nessas reuniões. Elas, porém, não chegam a formar um campo político próprio (apesar de, em certos momentos e dependendo dos assuntos em pauta, chegarem até a participar de algum dos campos políticos da ocupação).[370]

E como também já foi dito, nem todas as pessoas que moram na Ocupação Chiquinha Gonzaga participam diretamente dos espaços e dos momentos de deliberação do Coletivo (suas reuniões). É certo que alguns desses outros moradores também têm proximidade com determinados membros dos campos políticos, mas a sua não-participação nas reuniões acaba afastando-os do "calor" das discussões coletivas. São geralmente moradoras e moradores que dificilmente se envolvem diretamente com o a gestão territorial formal e o exercício do poder explícito do prédio.

São essas pessoas que, grosso modo, compõem o que se entende aqui como a *arena secundária* da Chiquinha Gonzaga. No entanto, não deixam de ser importantes para a dinâmica do processo político da ocupação por estarem mais afastadas das reuniões. Muitas vezes algumas pessoas da arena secundária têm suas opiniões disputadas fortemente por ambos os campos políticos. Isso justamente porque, ao serem "convencidas" de alguma posição, podem agir como atores informais importantes para a difusão informal dessas opiniões no tecido social da ocupação. Ao mesmo tempo, caso se aproximem das reuniões e passem a participar mais ativamente das discussões do Coletivo, podem ser pessoas eventualmente decisivas nos debates e negociações que se dão nesse espaço-tempo.

Os campos políticos da Chiquinha Gonzaga também precisam lidar com a possibilidade (sempre presente) de "trânsito" de pessoas entre essas quatro categorias (arenas primária e secundária, além dos dois campos). E como cada um se relaciona com essa possibilidade de maneiras sutilmente distintas, seus detalhes serão apresentados separadamente nos itens específicos que se seguirão nesta subseção. Mas já cabe ressaltar que o trânsito dos indivíduos entre os campos políticos e arenas da ocupação influencia diretamente as práticas espaciais dessas pessoas.[371] Ao se interpretar diversas das entrevistas

interações, os debates e as decisões do espaço de poder explícito").

[370] Ainda em tempo: essa denominação de "campo políticos" e "arenas" não é uma nomenclatura nativa. Ou seja: não é assim que moradores e moradoras chamam esses grupos. Os termos que são geralmente utilizados ao se falar deles são: "panelinha", "grupo", "grupinho", "pessoal do 'fulano'", etc.

[371] Essa influência mútua entre campos políticos e arenas é uma característica dos processos políticos

feitas, por exemplo, percebeu-se que ocorre uma modificação das práticas espaciais das pessoas quando elas passam a participar de algum dos campos políticos. Quando tal trânsito acontece, as pessoas passam a discutir mais assuntos em outros espaços (casas de certas pessoas, "reuniões paralelas", corredores, etc.). Não se restringem, portanto, somente às discussões nos espaços coletivos da ocupação. Eventualmente acontecem articulações prévias, por exemplo, o que acaba fazendo suas práticas político-espaciais serem diferentes das de outras pessoas. Mas essas práticas serão novamente citadas mais à frente nesta subseção (e mais enfocadas na próxima).

Seja como for, a existência dos dois campos políticos é um fato consolidado e amplamente conhecido tanto pelas pessoas da ocupação quanto por muitos dos envolvidos como apoiadores ou mesmo enquanto moradores das "ocupações irmãs". E suas características são realmente diferenciadas. Nas próximas páginas, vai-se apontar introdutoriamente algumas dessas características, sem a pretensão de esgotar o assunto: Suas principais inspirações, matrizes discursivas, posturas e críticas políticas; alguns aspectos de suas dinâmicas internas próprias; as relações que esses campos políticos estabelecem com as arenas da ocupação, com o outro campo e com outras escalas.

2.1.1 Parênteses metodológico

A essa altura, antes de se passar a falar dos campos políticos, certas ressalvas metodológicas parecem importantes. Afinal de contas, o foco nos próximos itens será apontado para as características que diferenciam os dois campos políticos identificados na ocupação estudada. É necessário reconhecer (e refletir sobre o fato de) que alguns pontos em comum são encontrados nas falas das entrevistas realizadas com pessoas dos dois campos políticos da Chiquinha Gonzaga. Pontos que, em outros momentos, são destacados por eles mesmos como referências para a diferenciação entre esses campos. Isso gerou dúvidas iniciais a respeito do conteúdo das falas. Uma das possibilidades levantadas remetia justamente à um tipo de relação estabelecida entre os campos políticos e as arenas (já sinalizada por SWARTZ [1968:12] e também por TEIXEIRA [2009:95]): A situação de metonímia. Nela, certas vezes o discurso dos integrantes dos campos políticos é construído como se fosse o discurso de toda a arena. Esses fatos suscitaram dúvidas sobre se tais falas simulavam a opinião geral das

nanolocais. Já foi lembrada no primeiro capítulo dessa dissertação, quando tratou-se de apresentar as considerações de Swartz, e também algumas páginas atrás (neste mesmo Capítulo III).

arenas ou, pelo contrário, tentavam se aproximar da opinião geral das arenas como maneira de seduzir alguns de seus integrantes (ou mesmo para demonstrar hegemonia política sobre elas).

Porém, traços dos mesmos elementos começaram a ser encontrados também nas falas de integrantes das arenas. Por isso, também passou-se a considerar a possibilidade de existência de um embrião de "discurso coletivo oficial" sobre a ocupação (o que poderia acabar escondendo certos aspectos dos seus conflitos políticos internos, de interesse para a pesquisa). Em sua maioria, tratavam-se de falas que apresentavam o funcionamento coletivo da Chiquinha Gonzaga como completamente livre de tensões a seu respeito. Todos afirmavam sempre estarem completamente convencidos da importância da gestão coletiva radicalmente horizontalizada. Trata-se de um discurso completamente compreensível: em um contexto de criminalização dos movimentos sociais e das dificuldades que experiências populares enfrentam para o seu fortalecimento, a ocupação realmente acaba precisando defender-se de críticas que visem desmerecê-la e minar seu processo político. São estratégias de auto-proteção fundamentais e com as quais se concorda completamente aqui.

No entanto, não se pôde deixar de perceber que tal discurso de "harmonia" não condizia com as práticas sócio-espaciais observadas. Tais práticas demonstravam que o processo político da ocupação não é vazio de conflitos internos, e que chegavam inclusive a tencionar a própria forma de gestão territorial da Chiquinha.

Ao mesmo tempo, a partir principalmente de algumas entrevistas que foram negadas, viu-se como algumas pessoas não consideravam a pesquisa aqui realizada como "neutra"[372] quanto aos campos políticos existentes na ocupação (especialmente pela reconhecida maior proximidade que se tem com alguns indivíduos de um dos campos políticos). Por um lado, essa situação dificultou o acesso a certas informações e perspectivas, sendo algo que não pode ser ocultado. No entanto, por outro, foi um contexto que permitiu o acesso a algumas informações a partir da observação de outros aspectos. Pode-se destacar, por exemplo, a possibilidade de se perceber o contraste entre os discursos feitos (e acessados também através de entrevistas informais) e as práticas espaciais (observadas *in locu* e relatadas por outros moradores e moradoras).

[372] Para que fique bem claro: não se pretende fazer qualquer tipo de defesa de uma falsa "neutralidade" científica. Espera-se que a posição política adotada aqui já tenha ficado clara desde a introdução da pesquisa. Ocorre que, metodologicamente, sabe-se como a visão que é (inevitavelmente) construída pelos entrevistados em relação à pesquisa pode influenciar no conteúdo das entrevistas feitas. Como qualquer interação que se esforce por não basear-se em declarações falsas, as entrevistas também acabam precisando contar com uma carga suficiente de confiança recíproca entre as pessoas envolvidas nelas. Assim, não ser considerado "confiável" (ou ser considerado "amigo de quem não gosto") pode logicamente interferir nos discursos. Ressaltar que se esteve atento a isso é metodologicamente fundamental e necessário à honestidade científica.

Seja como for, e apesar de demonstrar essa dificuldade de acesso às pessoas de um dos campos políticos, a abrangência das entrevistas que foram realizadas contemplou os quatro tipos de envolvimento com o processo político que se observou na Chiquinha Gonzaga (Tabela 2). Os critérios utilizados para a definição da participação de tal ou qual grupo levaram em conta características como: as diferenças surgidas nas entrevistas em relação ao comprometimento com a proposta de organização política através do Coletivo (do qual se falará mais abaixo); o número de participações nas últimas cinco reuniões da ocupação; as "referências cruzadas" de um campo político ao outro; e também os dados observados em campo sobre a identificação da pessoa entrevistada ou não com algum grupo específico. Claro que nenhum desses critério é claramente "exato", mas é necessário explicitá-los.

Tabela 2: Relação entre o número de pessoas entrevistadas e a participação nas arenas e nos campos políticos da Ocupação Chiquinha Gonzaga

Categoria	*Entrevistas*
Campo político *mais* comprometido com a organização por Coletivo (CP+)	3
Campo político *menos* comprometido com a organização por Coletivo (CP-)	2
Arena primária (AP)	3
Arena secundária (AS)	3
Total de entrevistados/as	11

Todas essas sutilezas, de qualquer maneira, trazem a necessidade de lembrar que nenhuma situação nem discordância política é completamente estanque e fechada. Como em qualquer contexto, as pessoas que fazem parte dos campos políticos e das arenas da ocupação Chiquinha Gonzaga também são mutáveis e flexíveis. Existem, como em qualquer local e com qualquer pessoa, ambiguidades que as acompanham. Sutilezas e nuances dificilmente acessíveis por pesquisas científicas inspiram e influenciam seus comportamentos. Por isso, é muito importante deixar bem claro que, apesar de se perceber a existência de ao menos dois campos políticos na ocupação, essas não são classificações "fechadas", herméticas. Não são grupos extremamente definidos, com limites e processos oficialmente acordados e bandeiras conjuntamente levantadas. As pessoas que são identificadas com tal ou qual campo político também têm suas diferenças internas. Também estão, em certa medida, sempre suscetíveis às mudanças de opinião e postura – às quais qualquer pessoa está. Por isso, as características gerais dos campos políticos devem ser vistas como uma *tendência* daquelas pessoais que dele

participam, não como "norma" a ser seguida para se fazer parte do "grupo".

Considerar essas diferenças internas, essa fluidez e todas essas sutilezas é importante também para explicar os nomes pelos quais serão chamados aqui os campos políticos da Chiquinha Gonzaga. Vai-se valer da ajuda das ressalvas metodológicas que SOUZA e TEIXEIRA (2009) fazem em seu artigo. Nelas, os autores lembram que o movimento dos sem-teto tem organizações bastante diferentes entre si. Justamente por isso, existem variações importantes nos modelos de organização política que cada uma delas adota. Esse trabalho levanta dois exemplos de modelos: um que se organiza a partir de uma hierarquia por "coordenações" variáveis conforme a escala ("estadual", "regional", "de acampamento" e "de quadras"), cujo maior exemplo é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); outro modelo de organização política visto por eles (e que é particularmente enfocado em diversos trabalhos já citados aqui, além deste próprio) se baseia na existência do "Coletivo" – como o apresentado em diversas passagens desta dissertação. Tanto que os exemplos mais conhecidos de experiências desse movimento social que se inspiram nessa variante são justamente as ocupações cariocas que fazem parte da fração enfocada nesta pesquisa. Os autores então definem tais modelos de organização política como "*variante por coordenação*", no caso do primeiro, e "*variante por coletivo*", no caso da segunda.

No caso da pesquisa desta dissertação, a nomenclatura dos campos políticos levará muito em conta o proposto pelos autores recém-citados. Isso justamente porque é o maior ou o menor grau de comprometimento com o modelo de organização política em sua "variante por coletivo" que mais diferencia os campos políticos percebidos na Ocupação Chiquinha Gonzaga. Isso se apoiou também em algumas considerações feitas por pessoas entrevistadas, como a que colocou que

> "Existe uma diferença no que se pensa, no que se espera de uma ocupação. E na forma de organização dessa ocupação. Um grupo defende a organização que foi a proposta da ocupação, uma organização coletiva; e o outro acha que não cabe mais esse tipo de organização. (risos) Mas essa é a divisão, esse é o racha." (informação verbal)[373]

Acontece que essa relação nem sempre é tão dicotômica assim, colocando em pólos tão diferentes as pessoas. Existem pontos de contato, momentos e assuntos de convergência. Existem também variações de comprometimento com tais ou quais valores, propostas e críticas Portanto, as nuances precisam ser bem lembradas. Por isso, os nomes aqui servirão

[373] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

principalmente para facilitar a referência a eles, e não para adicionar qualquer observação que já não tenha sido feita sobre suas características.

O campo político mais comprometido com esse modelo de organização será eventualmente chamado de *campo político* (mais inspirado por valores de cunho) "*autogestionário*"; Já o campo político que tem um grau de comprometimento menor com essa "variante por coletivo", se abrindo mais facilmente para inspirações vindas das experiências que adotam o modelo de organização política da "variante por coordenação", será chamado também de *campo político* "*centralista*". E é muito importante deixar bem destacado que a intenção aqui não é fazer nenhum juízo de valor.

Mais uma vez: deve-se considerar que existem nuances internas, não podendo ser tratados como campos homogêneos. Da mesma forma, não se trata de uma categoria fechada: não há como mensurar o quão "autogestionário" ou "centralista" é a pessoa ou mesmo o campo. Trata-se de traços que inspiram mais ou menos as práticas dos dois campos (partindo principalmente de um contraste entre ambos). Por isso mesmo, as aspas serão utilizadas sempre que essas expressões surgirem com essa finalidade.

2.1.2 Algumas referências do surgimento dos campos políticos da ocupação

Suas raízes remontam ao início da ocupação, como já foi apontado no segundo capítulo. Em especial, ao momento dos primeiros meses no qual houve a necessidade de se aumentar a quantidade de famílias no prédio. O processo pelo qual se passava nessa época para se tornar morador ou moradora da ocupação é lembrado por uma das moradoras entrevistadas:

> "(...) [N]a época que eu cheguei, tinha quarto vazio. Não era só esse meu, tinha outros. Antes de eu vir pra cá tinha outros quartos. Aí sempre tinha discussão. Porque ia pra reunião pra saber. Porque era o negócio de apresentar: o mais velho apresentava o outro. Aí o pessoal votava se podia ou se não podia. Aí é assim. Porque assim, se morasse aqui no início, aí apresentava. Aí ia um apresentando o outro. No caso, quem me apresentou foi a menina que mora lá no quinto andar, a (…). Mesmo se não podia ser aqui, era a vez dela apresentar. Era a vez dela apresentar alguém pra vir morar aqui. Aí ela me apresentou. Mas você tinha que assistir eu acho que eram quatro reuniões. Você tinha que vir em quatro reuniões direto pra depois ser apresentado. Era obrigatório. [Entrevistador: Mas como é que era isso? Era a vez dela de apresentar, então cada um tinha...] É, cada um tinha a sua vez. Era assim, vamos voltar. Eu tava aqui desde o início, como todo mundo tava. Aí começou: (…) apresentou fulano. Aí depois teve uma votação. Teve uma votação entre eles pra ver quem apresentava quem. Aí ia apresentando, de um pro

> outro. Eu tinha que vir pra cá, aí eu tinha que vir nessas reuniões. Primeiro conversava no coletivo: "Ah, tem fulano assim, assim, assim, assim". Aí falava: "Quem vai apresentar é fulano." Aí fulano ia lá e apresentava: "Ah, esse é fulano, eu to apresentando ele pra ficar aqui no quarto tal." Aí o coletivo votava pra ver se concordava. [Entrevistador: Depois desse processo de passar pelas reuniões...] É, depois do processo. Eu acho que eram quatro ou cinco reuniões, eu não me lembro agora no momento. Mas era bastante reunião, que as pessoas tinham obrigatoriamente que vir pra poder, depois, ser apresentada por essa pessoa que era a vez. Que tinha a vez. A hora que (…) apresentou aí acabou porque não tinha mais quarto. Mas tinha a vez de outra pessoa." (informação verbal)[374]

O processo elaborado pelo Coletivo para a aceitação de um potencial morador deixa bem clara a intenção de garantir uma formação política mínima, especialmente a respeito de sua forma de gestão territorial. O compartilhamento exigido era bastante dirigido aos espaços formais deliberativos da ocupação. E, ao estabelecerem critérios para esse processo de entrada no Coletivo (ou seja: requisitos para que a pessoa se tornasse uma co-gestora do espaço da Chiquinha Gonzaga), moradores e moradoras demonstram explicitamente um dos principais aspectos de sua territorialidade[375]: sua forma coletiva de *gerir* seu espaço e as relações de poder que nele e através dele são construídas. Como já foi apontado no primeiro capítulo, mais do que o *acesso* ao espaço, a territorialidade (ao agir sobre as ações das pessoas em e através do controle de um espaço delimitado) também age sobre quem pode *gerir* e *produzir* o espaço.

Bem no início da ocupação Chiquinha Gonzaga, essa produção do seu território era acessada por um grupo que já havia passado por um certo processo de formação política que estabelecia uma base minimamente comum – que apontava principalmente para uma forma de organização política radicalmente democrática e horizontalizada, com a predominância da instância de poder explícito chamada Coletivo. No entanto, o próprio processo político levou o próprio Coletivo à necessidade de ampliar a quantidade de famílias na ocupação.

> "Uma parte das famílias da Chiquinha entrou depois. Como não tinha família suficiente pra ocupar, depois abriu. Mais ou menos um chamando o outro. Tanto que na Chiquinha tem grupos mais ou menos conhecidos. Tem o grupo que fulano conhece, tal e tal. É por causa disso, né. Chamou, foi chamando... Aí completou o número de famílias lá. Isso foi já posterior à entrada no prédio. (…) O que aconteceu na Chiquinha foi o seguinte: (…) a partir do momento que, no momento da ocupação, [se] fez contato (…) dizendo que houve ocupação, isso chega

[374] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.

[375] Principalmente na concepção de Robert SACK [1986], já apresentada no primeiro capítulo enquanto "(...) a tentativa por um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica." (SACK, 1986:19) [tradução livre] Conferir também SOUZA (1995)

> rapidamente em determinada militância mais ligada ao PT e apareceu um monte de gente lá querendo entrar. (...) Pô, como é que a gente vai fazer, cara? O cara tava falando que precisa, tal... Foi aprovado. Então algumas pessoas tinham uma militância já ligada ao PT propriamente dito. [Entrevistador: Mas esse pessoal: Depois da ocupação ou antes da ocupação já tinha esse...?] Depois, depois. Antes não tinha não. Antes era o pessoal da CMP que já não era tão orgânico assim no PT há muito tempo. Não tinha tanto assim. Mas isso foi depois. Depois que entraram algumas pessoas, né. (…) E que entraram e que trouxeram toda uma bagagem, tanto de experiência quanto, principalmente, de problemas. Mas foi por essa questão específica, devido a isso ter tido uma mobilização inicial muito direcionada pra um determinado setor. (…) Porque tinha que completar, tinha que completar. Inclusive pra dar legitimidade pra ocupação o prédio tinha que tá ocupado, né. E o número de famílias era pequeno. Então tinha que... Apareceram muitas pessoas que são muito espertas nesse momento. Apareceram rápido, assim, se propondo. 'Ah, conheço fulano, conheço ciclano, tal tal...'" (informação verbal)[376]

Alguns desses novos moradores, no entanto, estavam acostumados com práticas políticas que entravam em conflito com o trabalho político feito como preparação da ocupação Chiquinha Gonzaga. Assim, tal conflito entre diferentes posturas acabava sendo bastante claro: Por um lado, alguns moradores e moradoras com inspirações mais autogestionárias, alimentadas por experiências de movimentos populares que também valorizavam esses princípios (inclusive do período ditatorial brasileiro, mas principalmente das décadas de 1980 e 90); Por outro, algumas pessoas com suas referências apoiadas nas práticas mais centralistas, principalmente vindos da convivências com partidos políticos e sindicatos. São diferenças entre matrizes discursivas (SADER, 1988) e *entre práticas territoriais*. A negociação dessas diferentes matrizes e inspirações foi (e segue sendo, em certa medida) um processo denso e complexo – e, não raro, conflituoso e tenso.

> "Na época a Chiquinha, ela tinha... Muito mais do que hoje, ela chamava muito a atenção. Até por parte de ter muita gente do PT e ser logo após a primeira eleição do Lula. Então tinha uma coisa muito forte de embate contra o governo. De embate contra o governo, lutar contra o governo. E existiam grupos... Que era a FLP, que era um grupo grande que tinha muita força. Existia o MEP (…). Então era um combate muito forte entre militantes do PT, e associar sempre a ocupação à luta contra o governo, 'porque o INCRA é uma instituição federal... o governo Lula...'. Então era um embate muito político, muito forte. Na época, cansei de ver, presenciar em bares brigas enormes (…). Então, assim, era muita briga. Você ouvia muito falar era essa disputa política com setores do governo, o pessoal do PT." (informação verbal)[377]

> "Na Chiquinha, o problema é que misturou-se vários interesses, vários militantes

[376] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.
[377] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 19/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

> ali com outros interesses. E que criou um conflito interno assim, pô... Agora alguma coisinha tá melhorando, mas... Criou-se alguns problemas sim. A gente viveu sérios conflitos por causa disso. Uma disputa por dominação do espaço lá de várias visões políticas." (informação verbal)[378]

Essas matrizes diversas (e antagônicas em muitos aspectos) contribuíram para a origem dos dois campos políticos que hoje são identificados na ocupação Chiquinha Gonzaga. E como será visto a seguir, suas maneiras de atuação política no processo da ocupação (e, por consequência, suas práticas espaciais) também diferem sensivelmente. É claro que nenhum deles é homogêneo internamente. Suas grandes diferenças internas também existem, e mesmo as suas principais características merecem ser observadas de forma flexível.

2.1.3 Campo político *mais* comprometido com a organização por Coletivo

O campo político que traz consigo inspirações mais comprometidas com o modelo de organização política "por Coletivo" realiza geralmente críticas bastante fortes às organizações políticas de esquerda que se fundamentam principalmente nos moldes tradicionais (com relações internas fortemente hierarquizadas e centralizadoras). São críticas acompanhadas quase sempre de outras, direcionadas a posturas políticas tidas como "vanguardistas"[379]. O principal comprometimento dos membros desse campo político geralmente não está diretamente em fazer prevalecer tal ou qual ponto de vista a respeito de questões específicas. Apesar de não deixarem de disputar as decisões sobre assuntos pontuais, tendem a se comprometer principalmente com o *processo* político através do qual essas decisões são feitas na ocupação.

> "Quem decide, até então – eu sei, de repente quando algumas pessoas têm uma habilidade maior pra falar, pra colocar suas posições, e consegue com mais clareza passar as suas ideias, se ele for um inimigo tu tá perdido, porque ele vai passar as ideias que ele quer. Isso se deu sempre no movimento. Só que acontece o seguinte. Por outro lado, uma criança só aprende a andar se ela cair. Talvez ela se rala aqui, ali, hoje ou amanhã, chega uma hora que ela não vai se ralar mais; ela vai levantar a cabeça e vai embora, né? E eu acho que tem essa relação aí. Pessoas que são de má índole pode passar a proposta deles. Só que vai chegar uma hora, isso vai se dando o crescimento do próprio povo sem-teto. Porque vai chegar uma hora que o inimigo vai botar o pé na porta, 'Não, tu fala bem, mas tu vaza daqui porque...'

[378] Integrante da CMP. Entrevista realizada em 15/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

[379] A discussão na literatura a respeito da "vanguarda política" é bastante extensa. Não se pretende adentrar nisso aqui. Cabe somente deixar claro que a expressão "vanguarda" é geralmente utilizada por certos moradores com referência às posturas políticas que enfatizam o papel de sujeitos específicos com fins de auto-promoção individual.

> Igual o cara fala que deus vai falar: 'Fora daqui que eu não vos conheço', entendeu? Porque a gente nota isso: ele passa a proposta dele hoje, passa amanhã, passa depois; chega uma hora que começa não passar mais. Eu acho que construir uma transformação na sociedade eu acho que é por aí. É esclarecendo a todo o mundo. Tem que deixar a proposta do cara ruim passar, porque aí o povo apanha um pouco, num segundo momento ele não vai mais votar na proposta do cara. Vai passar a ouvir o que tem razão, realmente." (informação verbal)[380]

Essa postura se assemelha muito ao que Jürgen HABERMAS (1999a, 1999b, 2004) aponta e descreve como um agir orientado por uma racionalidade comunicativa. Justamente por prezar pelo processo pelo qual se dá a interação e a negociação de opiniões e argumentos entre os moradores e moradoras (e não propriamente aos resultados finais que serão fruto de tal interação). Com essa prioridade no processo político interno da ocupação, não são simplesmente os fins que estão no foco (o que apontaria mais fortemente para uma racionalidade instrumental).

O seu funcionamento interno também é bastante próprio. As fronteiras desse campo político mais inspirado por valores autogestionários, por exemplo, aparentam ser mais acessíveis. É o que será considerado aqui como a "permeabilidade" do campo político (ou seja: o quão fácil ou difícil é para alguém passar a fazer parte dele, sendo aceito por parte dos demais integrantes e reconhecido por outras pessoas como tal). Obviamente que não há como fazer uma "medição" dessa característica, mas comparativamente pode-se afirmar que as fronteiras do campo político "autogestionário" são mais flexíveis à aproximação de novas pessoas. E, logo de início, dois fatores parecem contribuir isso: primeiramente o próprio fato de o principal critério para essa aceitação nesse campo ser justamente o comprometimento com o processo pelo qual as decisões da ocupação são tomadas (através das discussões abertas e horizontais do Coletivo).[381] Por outro lado, a própria relação que esse campo político tem com a quantidade de pessoas que fazem parte dele influencia nessa permeabilidade. Lembre-se que seu foco está na garantia e no fortalecimento do processo político de gestão

---

[380] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/05/2008 por Eduardo Tomazine Teixeira.

[381] De acordo com o que pode-se observar em campo (e conforme algumas entrevistas informais também realizadas), essa permeabilidade das fronteiras desse campo político não se aplica somente às pessoas das arenas da ocupação. Mesmo membros do outro campo político (mais frequentemente tidos como "rivais" no contexto nanoterritorial) conseguem ter uma certa facilidade para se aproximarem daqueles que se inspiram por valores mais autogestionários. Pôde-se inclusive acompanhar pessoalmente um desses momentos, no qual uma das pessoas costumeiramente associada ao campo político "centralista" passou a ser mais bem vista por certos membros do campo político autogestionário justamente por começar a tomar posturas que estimulavam o processo de deliberação coletiva horizontalizada. Logicamente não deixaram de desconfiar de suas intenções ocultas. No entanto, algumas de suas posturas foram de tal forma aceitas como "bem intencionadas" pelo campo político que se inspira mais diretamente em valores de autogestão que tal pessoa inclusive passou a ser chamada e a participar de algumas atividades abertas desse campo.

fortemente horizontalizada da ocupação, que pressupõe a participação ampla das moradoras e moradores. Até por isso, tal campo político tem interesse em que a quantidade de pessoas que o compõem se amplie. Assim, mais pessoas acabam estando mais envolvidas no debate, aumentando a possibilidade de que as discussões aconteçam com a participação de cada vez mais moradores e moradoras. As diferenças de opiniões e posicionamentos em seu interior, assim, são aceitas mais facilmente, já que não são tão determinantes para a participação no campo político.

Diga-se de passagem, essa vontade de ampliação da participação e do debate não se restringe a ampliar *esse* campo político. Como em todo processo político, o campo busca hegemonizar as arenas de alguma maneira. Nesse caso, do campo político mais inspirado por valores autogestionários, a busca pela hegemonização das arenas se dá principalmente a partir do reforço e da difusão de valores de crença na capacidade e comprometimento com a proposta de debate coletivo e de autogestão. Esse é um traço característico da relação estabelecida entre tal campo político e as arenas da ocupação da qual fazem parte: É um campo que busca estimular a ampliação da arena primária no mesmo sentido da ampliação do próprio campo político. Ou seja, estimulam o aumento da quantidade de pessoas que se interessem e se envolvam diretamente com a gestão do território da ocupação. Isso ainda que se tratem de pessoas que se contraponham politicamente aos membros desse campo – visto, novamente, que o foco está no *processo político*, e não só nas posições políticas defendidas.[382] A arena secundária é estimulada no mesmo sentido. Em ambos os casos, sempre acaba-se recorrendo justamente à aproximação que o compartilhamento do espaço-tempo cotidiano proporciona. O convívio cotidiano intenso, como já foi visto quando se falou da teoria de Habermas,[383] facilita o compartilhamento do "mundo da vida" subjetivo e até mesmo a própria inteligibilidade das opiniões e dos argumentos colocados.

> "Eu acho que é entender melhor a pessoa e conhecer melhor. Acho que é isso que... Acho que a importância de você estar envolvido, ir trocando ideia mesmo com as pessoas, você passa mais a conhecer as pessoas. Assim, que às vezes você olha as pessoas... Tem pessoas assim, que a gente olha assim e a gente não consegue identificar assim. Mas quando você passa a conviver com a pessoa, você acaba tendo um envolvimento e acaba vendo que a pessoa tem uma ideia maneira."

[382] É nesse sentido que este campo político mais comprometido com a organização política por Coletivo não busca transformar-se na metonímia das arenas (ou seja: não tem como objetivo fazer com que seu discurso seja entendido como o discurso da arena). É um campo político que frequentemente reforça a heterogeneidade interna da ocupação e reafirma ser ela própria um espaço em disputa constante. Isso pôde ser visto em diversos momentos durante o trabalho de campo.

[383] Cf. Capítulo I, em especial a subseção 1.2, intitulada "Ação e racionalidade comunicativa em Jürgen Habermas."

(informação verbal)[384]

Ter fronteiras mais permeáveis, estimular a ampliação do campo e da arena primária, compartilhar intensamente o cotidiano. Essas são características que (em conjunto com o comprometimento com o *processo* coletivo já pontuado acima) aparentemente estimulam uma interação mais próxima à comunicativa. Isso principalmente vendo que a busca pela ampliação do debate demonstra a preocupação com que todos os diretamente interessados e afetados pelas questões do Coletivo tenham igualdade de condições de se colocar (inclusive estando bem informados). E essa é uma das condições, lembre-se, para se avançar em direção a uma "situação ideal de fala" / "situação linguística ideal" (como colocado por HABERMAS [1999a] e lembrado por FREITAG e ROUANET [1993]). Sem contar o próprio compartilhamento do "mundo da vida", também suscitado e que também é um requisito fundamental para uma interação voltada para o entendimento mútuo.

Outra questão interessante de ser lembrada é que é justamente esse compartilhamento do "mundo da vida" cotidiano da ocupação que é frequentemente reivindicado por alguns integrantes desse campo político mais comprometido com o modelo de organização por Coletivo nas reuniões da Chiquinha Gonzaga. Isso principalmente quando o debate gira em torno de opiniões conflitantes dos dois campos políticos. Acontece que a maioria das pessoas do campo político "autogestionário" é da opinião de que aquelas pessoas que são identificadas como do outro campo político não compartilham suficientemente o cotidiano da ocupação. Por isso, não se poderia levar muito a sério suas colocações nem confiar em seus argumentos.[385]

> "Outra coisa é o seguinte: às vezes o cara manda mó marra... Tem pessoas aqui, por exemplo, que o cara passa o mês inteiro fora daqui. (…) Mas pra ele, se ficar três ou quatro dias sem água... Pô, ele não tem criança lá. (…) As pessoas que têm crianças e tal, às vezes o cara nem participa da reunião, mas 'Ah, quanto que é pra casar?', 'É 20 reais'. Ele mete a mão no bolso e paga. (…) [A]s pessoas trabalham e não quer ver seus filhos padecendo, ou coisa parecida. Não quer também padecer carregando água ou coisa assim. Aí num instante resolve. Agora, você vê o cara falando 'Eu vô pagar só tal dia', chega no outro dia tá ali no bar enchendo a cara de cerveja, fica difícil. Vira e mexe tenho vontade de dar uma porrada (...). Então tem esses detalhes." (informação verbal)[386]

---

[384] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

[385] Especialmente durante entrevistas informais e durante a observação participante esses argumentos surgiram com bastante frequência e força.

[386] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.

É importante deixar claro aqui que não se concorda plenamente com as certezas que estão por traz desse tipo de afirmação. Afinal de contas, o compartilhamento do cotidiano se dá em diversos graus e, nem por isso, as observações realizadas pelas diferentes pessoas devem ser desconsideradas *a priori*. Diga-se de passagem: em algumas situações um *certo afastamento* pode ser interessante para que se consiga enxergar as situações de maneira mais ampla e abrangente. Porém, em outros casos, a convivência do dia-a-dia do prédio é realmente imprescindível para que as opiniões, sugestões e propostas a serem feitas sejam minimamente coerentes com a realidade. Inclusive, como no caso exemplificado pela fala acima, compartilhar as dificuldades cotidianas é uma coisa fundamental pra que a solução seja buscada com mais vontade. São nesses momentos que, diferentemente do que se afirmou nas primeiras linhas deste parágrafo, não se pode discordar do raciocínio desse integrantes do campo político "autogestionário" em valorizar a presença e a convivência com o dia-a-dia da ocupação.

Quando acontecem articulações paralelas desse campo (encontros extra-reuniões), estas geralmente não pretendem definir uma "posição unívoca" entre os participantes do campo. As divergências internas são mais facilmente aceitas sem que a pessoa deixe de ser considerada próxima politicamente (desde que não se tome posturas que afetem o principal comprometimento desse campo: o processo coletivo da ocupação). Não podem, então, enfraquecer a capacidade de deliberação do Coletivo. Essas articulações prévias acabam sendo muito mais um compartilhamento de opiniões sobre a conjuntura da ocupação e uma reflexão conjunta sobre questões pontuais, os possíveis cenários e atitudes futuras.[387]

Por fim, ainda a respeito desse campo político inspirado mais diretamente pela forma de organização por Coletivo, vale pontuar alguns aspectos de suas práticas em outras escalas. São ações que acabam acontecendo em diferentes graus, geralmente envolvendo o fortalecimento do movimento, a resistência contra ataques externos e uma articulação para o debate político interno.

Escalas diferentes da nanolocal são acionadas, por exemplo, em atividades que tem como objetivo mais direto fortalecer o movimento dos sem-teto. Nessas situações as ações das pessoas desse campo político apontam para uma tentativa de articular as ocupações da fração do movimento dos sem-teto da qual fazem parte. Mas também buscam, certas vezes, construir laços com outras experiências de resistência popular.[388] E é nesse mesmo espírito que

[387] Mais questões sobre essas articulações que acontecem fora dos espaços-tempo das reuniões do Coletivo (que têm traços de uma espacialidade própria) serão abordadas na subseção seguinte (2.2).

[388] Alguns exemplos vêm das relações estabelecidas com outras ocupações do centro da cidade do Rio de

eventualmente são organizados eventos temáticos e abertos na ocupação,[389] bem como encaminhados junto ao Coletivo da própria Chiquinha Gonzaga o empréstimo do espaço para que outros tipos de encontros e reuniões do movimento sejam realizadas. Demonstram, assim, a sensibilidade espacial de se pensar e agir (em alguns aspectos e momentos) no tecido sócio-espacial do bairro e mesmo da cidade. Ainda que de forma embrionária, essa articulação colabora para um fortalecimento tanto do movimento dos sem-teto quanto das experiências de luta popular.

Mas isso também lembra o que HABERMAS (2003:166) fala sobre, mais uma vez, o *mundo da vida*. Para ele, os instrumentos, elementos e recursos utilizados para os esforços de interpretação que os indivíduos fazem são retirados justamente dos seus *mundos da vida*. Mas o próprio filósofo alemão lembra que a "solidariedade dos grupos integrados por intermédio de valores" também é uma dimensão que pode fazer parte do "mundo da vida", contribuindo para um agir comunicativo. Relacionando essas reflexões às ações escalares nas quais alguns indivíduos se envolvem (de articulações políticas extra-ocupação), fica clara mais uma vez a importância que ganha a comunicação entre as ocupações. Essa comunicação é fundamental para se conhecerem, para estabelecerem alianças ou acordos de ajuda mútua. Inclusive, pode-se extrapolar tais contatos para além da escala do cotidiano das ocupações. Assim, os campos políticos e as pessoas que os constituem podem se tornar indivíduos mediadores, possibilitando e sendo agentes de um trânsito entre escalas. Mais uma vez, um embrião de uma rede de solidariedade e apoio mútuo entre ocupações e outras experiências de resistência e construção de alternativas críticas ao *status quo* talvez possa ser possível.

Portanto, pode-se apontar essas pessoas como elementos importantes para efetivarem pelo menos duas coisas: por um lado, essa solidariedade entre ocupações (e, por que não, entre organizações de movimentos sociais); por outro, as possibilidades cada vez mais concretas de aproximação de um agir orientado para o entendimento mútuo mais amplo (justamente a partir de uma busca por atuação em diversas escalas. Isso remete diretamente às questões referentes à "política de escalas", já abordadas no primeiro capítulo.

Mas práticas escalares também são acionadas quando é preciso resistir a algum tipo de

---

Janeiro ou mesmo da Zona Oeste da cidade. Outros da articulação com experiências como o Jornal Vozes da Comunicade (JVC) e o Grupo de Investimento Coletivo (GIC) de Nova Iguaçu.

[389] Alguns exemplos: O seminário temático "O que pode a 'economia popular urbana'? Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro", realizado em 2008 (contando com um texto de apoio elaborado por SOUZA [2008e]); e o Encontro de Leitores do Jornal Vozes da Comunidade, realizado em 2009. Para eventos como o primeiro, não raro são convidadas pessoas de outros movimentos ou que atuam de outras formas que não com a ocupação em si para participar das atividades – o que já propicia a criação de nós de articulação entre a Chiquinha e outras escalas também.

ataque externo (enfrentando tanto os riscos representados pela ação policial, quanto também por grupos de traficantes de drogas ilícitas que operam no varejo e controlam o comércio de tais produtos nos arredores). Nessas situações, as pessoas que fazem parte desse campo político da Chiquinha Gonzaga geralmente articulam-se com membros das outras "ocupações irmãs" do movimento dos sem-teto para fazer frente às ameaças. Lógico que não se trata de "combater" ou "reagir violentamente" às ameaças, mas sim de buscar formas de coerção daqueles que oferecem perigo à forma de gestão da ocupação. E é justamente tentando aumentar essa capacidade de argumentação "auto-defensiva" que muitas vezes (como já foi lembrado rapidamente em certa altura do segundo capítulo) as pessoas desse campo político reivindicam (perante o agente que está ameaçando) o reconhecimento das atividades que eles próprios, moradores e moradoras sem-teto, fazem em outras escalas: sua atuação no bairro ou mesmo na cidade, ajudando outras pessoas (camelôs, moradores de rua, etc.). Isso mostra com destaque como é importante para essas pessoas do campo político terem sua identidade construída por diversas escalas. É uma prática espacial muito importante para a segurança da ocupação que, diga-se de passagem, já colaborou algumas vezes para evitar a desterritorialização da ocupação por parte desses outros grupos.

Por último, as escalas também são importantes para a articulação que às vezes é necessária para o debate político que se desenrola dentro da própria ocupação Chiquinha Gonzaga. Como se trata de um território que é ao mesmo tempo já conquistado (pelo movimento dos sem-teto) e em disputa (internamente, por diferentes projetos políticos), em certas situações alguns moradores sentem a necessidade de algum tipo de articulação (seja ela prévia ou posterior aos momentos de reunião do Coletivo). No caso desse campo político mais comprometido com a organização por Coletivo, muitas vezes as pessoas que participam dele buscam conversar com outros tentando refinar as opiniões, os argumentos e os discursos. Essas conversas acontecem tanto com pessoas de outras ocupações da mesma fração do movimento quanto com apoiadores mais próximos e de confiança. Nesses momentos, tanto a conjuntura política interna quanto alguns aspectos da conjuntura política externa à ocupação podem ser levados em conta. São claramente momentos em que os processos de discussão e deliberação coletiva são (ao menos *indiretamente*) influenciados por outras escalas espaciais. Isso acontece, por exemplo, através de conversas que abordam argumentos que podem ser utilizados para se questionar a veracidade, a sinceridade ou a correção das colocações dos indivíduos do outro campo político (usando-se de termos bastante ligados à teoria habermasiana). Isso foi outra das coisas observadas no episódio relatado rapidamente páginas

atrás (de uma das reuniões acompanhadas, entre o Coletivo da Chiquinha Gonzaga e representantes do ITERJ). E essa prática tem também uma espacialidade toda própria, inclusive aproveitando outros espaços da ocupação que não os espaços de uso coletivo – como os quartos de pessoas desse campo político ou mesmo outras ocupações.[390]

> "O que difere o grupo, né, na verdade são os ideais. O pensamento. Mas... O que define esse grupo é o pensamento diferenciado do outro grupo. [risos] Eu acho que é uma defesa da ocupação enquanto espaço coletivo mesmo. Assim, enquanto espaço pra moradia, enquanto espaço pra disputa política, mas uma disputa política saudável. Uma disputa política entre os moradores. Um espaço de construção... de moradia mesmo. Eu acho que a maioria dos moradores aqui da ocupação e a maioria das pessoas que fazem parte desse grupo [chamado aqui de "autogestionário"] querem construir, na verdade, um espaço de moradia saudável. (…) Existe uma diferença no que se pensa, no que se espera de uma ocupação. E na forma de organização dessa ocupação. Um grupo defende a organização que foi a proposta da ocupação, uma organização coletiva; e o outro acha que não cabe mais esse tipo de organização." (informação verbal)[391]

2.1.4 Campo político *menos* comprometido com a organização por Coletivo

Em contraste com o campo político apresentado nas últimas páginas, na ocupação Chiquinha Gonzaga também é encontrado um outro campo. E é dele que se falará agora.

Esse campo político é marcado mais fortemente por um menor comprometimento com o modelo de organização política identificado por SOUZA e TEIXEIRA (2009) como a "variante por coletivo". Dessa forma, as pessoas que fazem parte dele tendem a dar menos importância a relações de poder internas mais horizontalizadas. Por isso mesmo, são geralmente menos críticas à organização política que se inspira no modelo de organização "por coordenação". Nesse modelo, as decisões são tomadas de forma mais centralizada, por aqueles que fazem parte da coordenação. Por isso a denominação "centralista" às vezes será usada aqui para se referir a esse campo político. Mas isso não quer dizer que todos tenham exatamente as mesmas posturas e o mesmo grau de descomprometimento com a variante de organização "por coletivo".

Dentre as pessoas que fazem parte desse campo não é raro encontrar fortes vínculos (nem sempre oficiais) com organizações que se estruturam hierarquicamente, sejam elas político-partidárias, sindicais ou mesmo de outras organizações mais burocratizadas de movimentos sociais. Na sua concepção, certo grau de hierarquização poderia inclusive

[390] Mais a esse respeito será trazido na próxima subseção, intitulada "'Conspirar é legítimo': O papel do *oikos"*.
[391] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

desempenhar um papel importante na ocupação.

> "(...) [T]inha que ter uma voz de comando. Quando eu falei isso, foram contra. Porque nas outras aí você sabe que têm. Então aqui não teve voz de comando. 'Vamos pro Coletivo', eles acham que o Coletivo vai resolver. Mas tem que respeitar alguém sim." (informação verbal)[392]

Tal papel contribuiria, na opinião de algumas das pessoas identificadas como desse campo político, para a coesão política da ocupação. São papéis normalmente atrelados a "cargos" a serem exercidos. No entanto, a gestão coletiva do prédio não compreende qualquer tipo de posto definitivo: seu sistema, pelo contrário, está bastante acostumado a lidar com as atividades a partir da definição de *comissões* com tarefas específicas a serem cumpridas. Ou seja: uma forma de organização bastante próxima à *delegação*, e não à *representação* (mais apta a funcionar com uma estrutura de cargos).

Com a criação da Associação de Habitação Popular da Ocupação Chiquinha Gonzaga (AHPOCG), porém, uma oportunidade surgiu. Mas um parênteses aqui é muito fundamental: a intensão aqui não é tirar a importância da Associação para o processo político da ocupação. Pelo contrário, sabe-se que a Associação é um instrumento jurídico muito importante para a negociação a ser feita (no caso, com o Estado) sobre a regularização fundiária do prédio. O Estado muitas vezes, inclusive, exige que haja um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) para que o processo se desenrole. Sem ele, não há negociação e, portanto, não há como encaminhar o processo de regularização fundiária e restauração do imóvel. Ao mesmo tempo, é importante lembrar como as ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto se relacionam com suas associações: *por definição dos Coletivos, as associações não têm qualquer poder de deliberação*. Não podem, por isso, decidir nada pelo Coletivo. Seu papel é simplesmente o de dar encaminhamento (quando for necessário o uso de um CNPJ) às decisões do Coletivo. Essa forma de relação busca garantir que o Coletivo não seja esvaziado enquanto instituição principal do poder explícito da ocupação – o que dificultaria o acesso de todos aos assuntos e às decisões que envolvem a Chiquinha Gonzaga. Até mesmo a estrutura que a legislação exige às Associações, necessariamente hierárquica, já dificultaria esse acesso.

Mas parece ter sido justamente essa estrutura (apesar dos esforços do Coletivo) que se aliou com a configuração política interna particular da ocupação (a existência de um campo político não tão comprometido com essa forma de organização por Coletivo) e acabou

[392] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

colaborando para a acensão do campo político entendido aqui como mais "centralista". Indício disso é que muitos moradores e moradoras lembram da Associação principalmente como um fórum de organização desse campo.[393] Aparentemente, é também através dela que esse campo político tem a possibilidade de desenvolver práticas bastante próprias a ele (como a própria situação de metonímia, já apresentada).

Seu funcionamento interno é diferente do outro campo. Suas fronteiras, por exemplo, são bem menos permeáveis: é mais difícil que novas moradoras ou moradores passem a fazer parte desse campo político. Os "requisitos" pra se fazer parte dele são coisas que colaboram para tal dificuldade: A participação no campo político está vinculado ao acordo em relação a posturas, posições e procedimentos políticos específicos, que passam inclusive pela desconfiança no processo político coletivo da ocupação e pela valorização da estrutura da Associação como referência para outra forma de gestão do prédio. Uma das moradoras inclusive destaca que "[t]em companheiros que falam abertamente contra a existência de um Coletivo, que esse é o momento, que se tivesse uma diretoria, as coisas funcionariam. E as pessoas colocam abertamente isso naquele espaço [das reuniões da ocupação]." (informação verbal)[394]

Isso também pôde ser percebido quando uma das pessoas desse campo respondeu, deixando claro o que é mais valorizado, à pergunta sobre "quais são as principais regras de funcionamento da ocupação?": "Estão no estatuto e no regimento interno aprovado pelo Coletivo no início da ocupação; mas hoje ninguém mais o segue." (informação verbal)[395] Apesar de destacar que foram aprovados pelo Coletivo (e de, em seguida desacreditar tais normas), outros moradores e moradoras entrevistadas sempre citaram primeiramente ou o regimento interno (normas que regem o funcionamento do Coletivo como um todo), ou regras de convívio cotidiano. Não o estatuto (documento que rege a Associação, e somente ela).[396]

---

[393] Alguns moradores, no entanto, destacam que não foi assim desde o início. Certas informações coletadas com entrevistas informais e observações em campo apontam que essa situação se estabeleceu a partir da segunda gestão da Associação. Porém, é uma informação que não teve como ser confirmada com maior exatidão. De qualquer maneira, é importante deixar bem claro que não existe uma correlação linear entre "ser da Associação" e "ser do campo político 'centralista'". A diretoria da Associação é definida em assembleia do Coletivo, e sua configuração geralmente mistura pessoas com várias posições políticas. Acontece que, tal qual outras instituições, deve-se entender a AHPOCG permite que existam no seu interior diversas forças políticas. O que se está colocando aqui é que o que tem *predominado* nesse confronto de interesses no interior da Associação tem sido os interesses mais vinculados ao campo político "centralista".

[394] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

[395] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 01/09/09.

[396] E lembrando novamente: não se quer traçar uma linha que ligue a *existência da Associação* com *práticas políticas centralizadoras*. A princípio, a forma de relação inicialmente proposta entre o Coletivo e a Associação permite que aconteça uma interação que não enfraqueça o poder de deliberação do primeiro. Diga-se de passagem: essa relação, estabelecida sobre os mesmos princípios, funciona aparentemente bastante bem em outras ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto carioca. O caso da Ocupação

Outra coisa que vale lembrar é que ao mesmo tempo que é difícil fazer parte desse campo político, o próprio campo não parece ter a pretensão de crescer. A partir de suas ações no território da ocupação e do contraste entre suas declarações e as declarações de participantes do outro campo político, pôde-se perceber que o foco de suas atitudes está geralmente apontado para o no fortalecimento da sua própria capacidade de deliberação sobre assuntos coletivos.

Para aumentar sua influência política sobre as arenas da Chiquinha Gonzaga, esse campo político menos comprometido com o modelo de organização "por coletivo" também busca hegemonizá-las. Sobre a arena primária, suas ações tendem a apontar em um sentido diferente do visto no campo político "autogestionário": a forma como esse campo político tenta convencer os integrantes da arena das suas posições, opiniões e propostas o aproxima, muitas vezes, de ações do tipo instrumental (ou seja: voltadas somente para atingir seu objetivo – de angariar apoio). Isso acaba colaborando para uma perda de liberdade do Coletivo e o enfraquecimento da proposta de autogestão. E é também nesse sentido que agem suas articulações extra-reunião – que serão melhor abordadas na próxima subseção. Já sobre a arena secundária, agem também geralmente no sentido de estimular que seus integrantes passem a compor a arena primária (tal qual o campo político "autogestionário). No entanto, isso parece ter como objetivo conquistar aliados para influenciar a configuração da correlação de forças que se estabelece nas reuniões do Coletivo frente ao outro campo político. Caso esse crescimento não favoreça a hegemonização da arena primária por sua parte, nem sempre é uma ampliação bem recebido.

Cabe lembrar também que um dos principais argumentos utilizados por esse campo político no decorrer das reuniões (principalmente do início da ocupação, quando muitos apoiadores acabavam participando das reuniões – mesmo sem terem direito a voto). Isso foi destacado por uma das pessoas entrevistadas: "Ali tinha muito conflito com a militância, cara, que eu te falei. Existia uma disputa política clara ali. Então os militantes do PT jogavam o argumento da classe média nos estudantes." (informação verbal)[397] Tratava-se de uma tática clara no sentido de desvalorizar os argumentos de pessoas que, na época, eram identificadas como bastante próximas à proposta de organização política por Coletivo.

De qualquer maneira, ainda que a imensa maioria desses "estudantes" tenham se afastado da ocupação Chiquinha Gonzaga, essa situação é interessante para se pensar sobre o

Chiquinha Gonzaga se distingue justamente pela existência de dois campos políticos que se comprometem de forma diferente com a organização política interna por Coletivo.

[397] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 19/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

peso que os aspectos ligados às classes sociais têm na dinâmica argumentativa da ocupação. São frequentemente utilizados como instrumentos táticos para a disputa no decorrer do processo de formação de opiniões. No entanto, é importante ressaltar que, apesar de ser inegável que a classe social influencia direta e pesadamente muito das experiências sócio-espaciais que conformam a personalidade e a visão de mundo das pessoas, boa parte dos indivíduos que eram questionados por esses aspectos estavam cotidianamente compartilhando a experiência da ocupação com os moradores. Muitos chegaram, inclusive, a morar na própria ocupação. Dessa forma, pode-se considerar que compartilhavam uma série de aspectos do "mundo da vida" cotidiano da ocupação, aparentemente suficientes para que não sofressem com tais tentativas de deslegitimação. Ataques que, vale sublinhar, refletiam claramente uma postura preconceituosa, estabelecendo *a priori* a invalidez das considerações feitas por essas pessoas por conta de sua classe social de origem. De qualquer maneira, também não se pode deixar de lado que o apelo às questões morais para a deslegitimação dos argumentos é uma prática corrente nos debates políticos. Portanto, enquanto não se rompe com os preconceitos que dão peso a esse tipo de tática discursiva, é necessário encontrar saídas para contornar tais investidas.

A respeito da relação desse campo político menos comprometido com a forma de organização por Coletivo com outras escalas, é interessante primeiramente lembrar que esse campo político foi diversas vezes observado no decorrer do trabalho de campo em situações de metonímia: ou seja, tentando fazer crer que o seu discurso corresponde ao discurso das arenas da ocupação Chiquinha Gonzaga. Isso acontece normalmente em espaços onde suas falas acabam sendo principalmente dirigidas para outro público – principalmente vinculados ao Estado e outras organizações distantes do movimento dos sem-teto. Também não pode ser esquecido de um outro aspecto de suas relações escalares: suas articulações com outras organizações se dá principalmente através de contatos com sindicatos de trabalhadores. Dificilmente tal campo político organiza eventos na ocupação com outras organizações, e aparentemente sua inserção nos arredores do prédio da Chiquinha não se destaca frente aos demais transeuntes.

Essa tentativa de entender a interação entre os campos políticos da Chiquinha Gonzaga também com a ajuda de raciocínios escalares é importante. Vale lembrar de Julie CIDELL (2006), quando ela entende e ressalta que indivíduos são também compostos por múltiplas escalas ao mesmo tempo. Nesse sentido, deve-se ver os campos políticos da ocupação como campos bastante heterogêneos internamente, como já foi destacado. E as escalas são

elementos fundamentais nessa heterogeneidade. Algumas pessoas do campo político "autogestionário", por exemplo, não conseguem ver algumas pessoas do outro campo político como interlocutores em potencial. Em alguns casos, isso acontece inclusive por conta da atuação (passada ou presente) dessas últimas pessoas outras escalas que não a da ocupação (nanolocal). A atuação em outros movimentos e organizações (lembrando e reivindicando ou não a identidade de "ocupante") parece às vezes influenciar a disposição e a receptividade que outras pessoas da ocupação podem sentir em relação às suas práticas espaciais. E isso parece acontecer mais facilmente justamente nas relações entre os campos políticos (já que muitas vezes são pessoas que têm seus interesses e vontade ligados também em outras escalas). Em certa medida, as que fazem parte dos campos políticos parecem ter "identidades sócio-espaciais multiescalares" fortemente constituídas. É certo que todo indivíduo (seja integrante dos campos políticos, seja das arenas) tem múltiplas escalas constituindo as suas identidades. Mas para os membros dos campos políticos, a atuação das pessoas em outras escalas parece ser, certas vezes, crucial para a credibilidade que cada um constrói em relação aos demais. Para outros, as práticas sócio-espaciais na escala nanolocal (dentro do prédio) são as que têm maior importância para se aceitar ou não alguém como interlocutor/a (ainda que esta condição possa ser bem conjuntural).

2.1.5 Alguns pontos adicionais

Ainda sobre os campos políticos e as arenas da Ocupação Chiquinha Gonzaga, algumas questões adicionais precisam ser destacadas. São pontos que não entraram nos itens acima mas que são, de qualquer maneira, importantes para enriquecer a observação da dinâmica interna do processo político dessa experiência do movimento dos sem-teto.

Em primeiro lugar, parece ser interessante tentar representar graficamente a configuração política interna da Ocupação Chiquinha Gonzaga apresentada no decorrer dessa subseção (Figura 61). Acredita-se que não são necessárias maiores explicações sobre a representação à essa altura da dissertação.

No entanto, outras considerações que ainda não foram feitas são importantes. Uma delas diz respeito justamente à temporalidade dos campos políticos. Como em qualquer processo político, existem "altos" e "baixos" de todo grupo. Assim, não se pode esquecer que esses campos políticos também se modificam com o tempo. Em certos momentos, por exemplo, certo campo político parece mais presente na dinâmica política interna da ocupação,

conseguindo maior sucesso em suas ações. Em outros, porém, o mesmo campo parece perder força. Ambos acabam passando por situações assim. Mas como observar tal variação?

Como a principal diferença entre os campos políticas na Ocupação Chiquinha Gonzaga é justamente o maior ou menor compromisso com a organização política interna por meio do Coletivo, esta é uma instância que acaba algumas informações a respeito da "força" dos campos no contexto político interno da ocupação. Claro que nada é "absoluto" nessas situações, já que tudo pode ser interpretado a partir de diversos enfoques. E muito menos está se querendo afirmar que a "força" dos campos políticos pode ser observada através de uma só variável. Mas temos, por exemplo, o fato de o Coletivo estar conseguindo realizar reuniões periódicas ou não como um fator interessante. Em muitos dos momentos, as reuniões do Coletivo demonstram a existência de interesse das moradoras e moradores em conversar sobre os problemas e as decisões que afetam a todos da ocupação. E a falta dessas reuniões não só denuncia um desinteresse entre os/as ocupantes: também deixa um espaço político "em aberto". As aspas também não são por acaso, já que não existe espaço político vazio. Em situações como essas, a tendência é que os assuntos sigam sendo discutidos e que as "deliberações informais" sigam sendo feitas através de outras redes de relações.

Parece ser bem claro a existência dessa dinâmica temporal. Em algumas entrevistas realizadas ela também ficou bem clara. Por isso, buscou-se alguma maneira de representar graficamente essa dinâmica da "força" que os campos políticos têm no contexto interno da Chiquinha Gonzaga. É uma representação, como a última apresentada, reconhecidamente introdutória e muito provavelmente incompleta. Porém, acredita-se que pode auxiliar a ilustrar essa temporalidade do processo político da ocupação. Como critérios que foram levados em conta para elaborá-la, além do acontecimento frequente de reuniões do Coletivo, também tentou-se considerar a situação na qual se encontrava a relação de forças entre os campos políticos (no sentido de influenciar as decisões coletivas). Trata-se da Figura 62, apresentada a seguir e acompanhada de algumas explicações necessárias. Mas uma ressalva ainda é importante antes de apresentar a figura: As arenas que são representadas nela também variam entre si. Variam em tamanho (quantidade de pessoas) e de amplitude (abrangendo montantes maiores ou menores do total de moradores). Acontece que esses esquemas não pretendem representar essas variações. Por isso, os limites delas não representam suas mudanças. A intenção em representá-las é somente tornar explícito que nem todos os moradores e moradoras se envolvem da mesma maneira nos assuntos do coletivo. Além do mais, o foco desses esquemas é justamente a dinâmica dos campos políticos (não das arenas).

Representação gráfica da configuração política interna da Ocupação Chiquinha Gonzaga

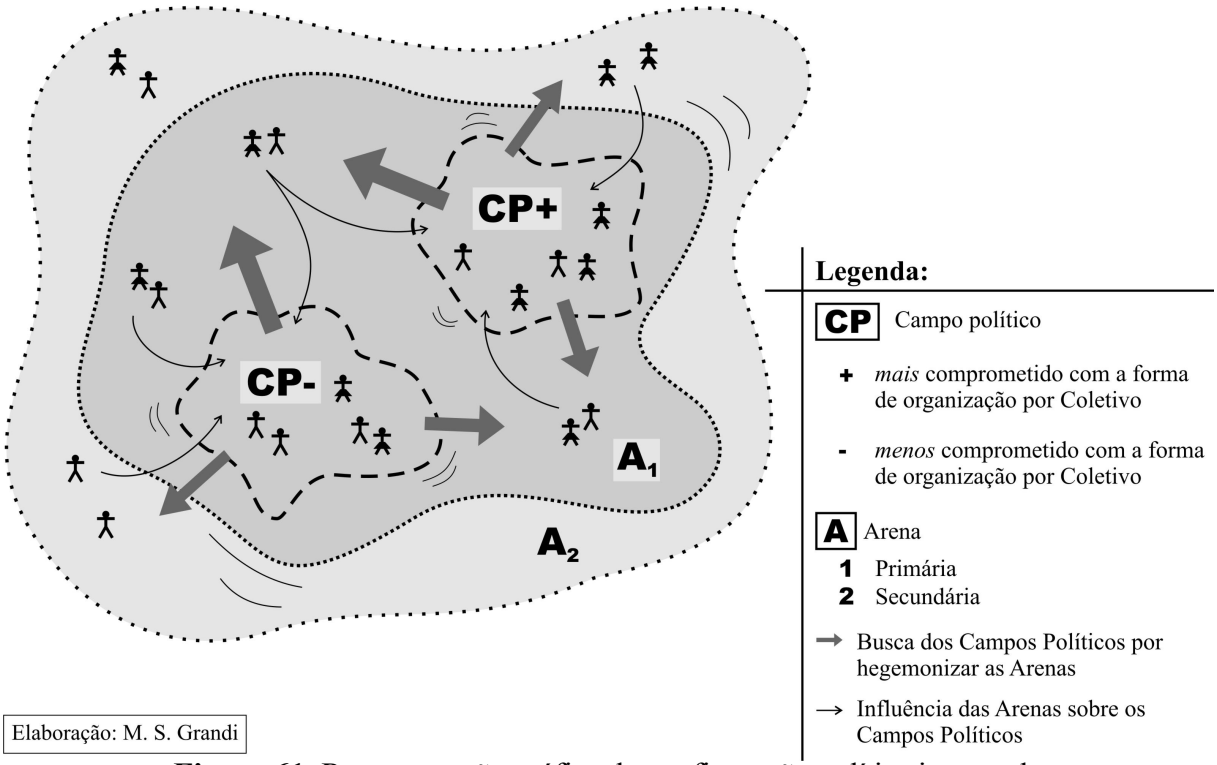


Figura 61: Representação gráfica da configuração política interna da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

O primeiro momento tenta representar a situação encontrada logo no período inicial da ocupação Chiquinha Gonzaga, no ano de 2004. Como já foi dito no final do segundo capítulo, as reuniões do Coletivo era bastante frequentes nessa época (chegando a acontecer três reuniões por dia). Note-se que os usos e funções dos espaços internos da ocupação também mostravam como as atividades coletivas também eram bem presentes. Inclusive, a maior participação nessas atividades (como mutirões e atividades culturais) também é lembrada por vários moradores e moradoras. A Figura 50, apresentada anteriormente, já destaca isso. Mas já foi lembrado algumas páginas atrás que desde bem cedo a existência de campos políticos relativamente claros na ocupação já era identificada. Apesar da existência dos dois campos políticos, o Coletivo mantinha seu papel central nas deliberações. A disputa política se dava em seu interior, sem esvaziá-lo. Diga-se de passagem, era o momento em que o interesse pelos assuntos do coletivo e os próprios valores de comprometimento com a forma de organização política por Coletivo eram disseminados de forma mais ampla.

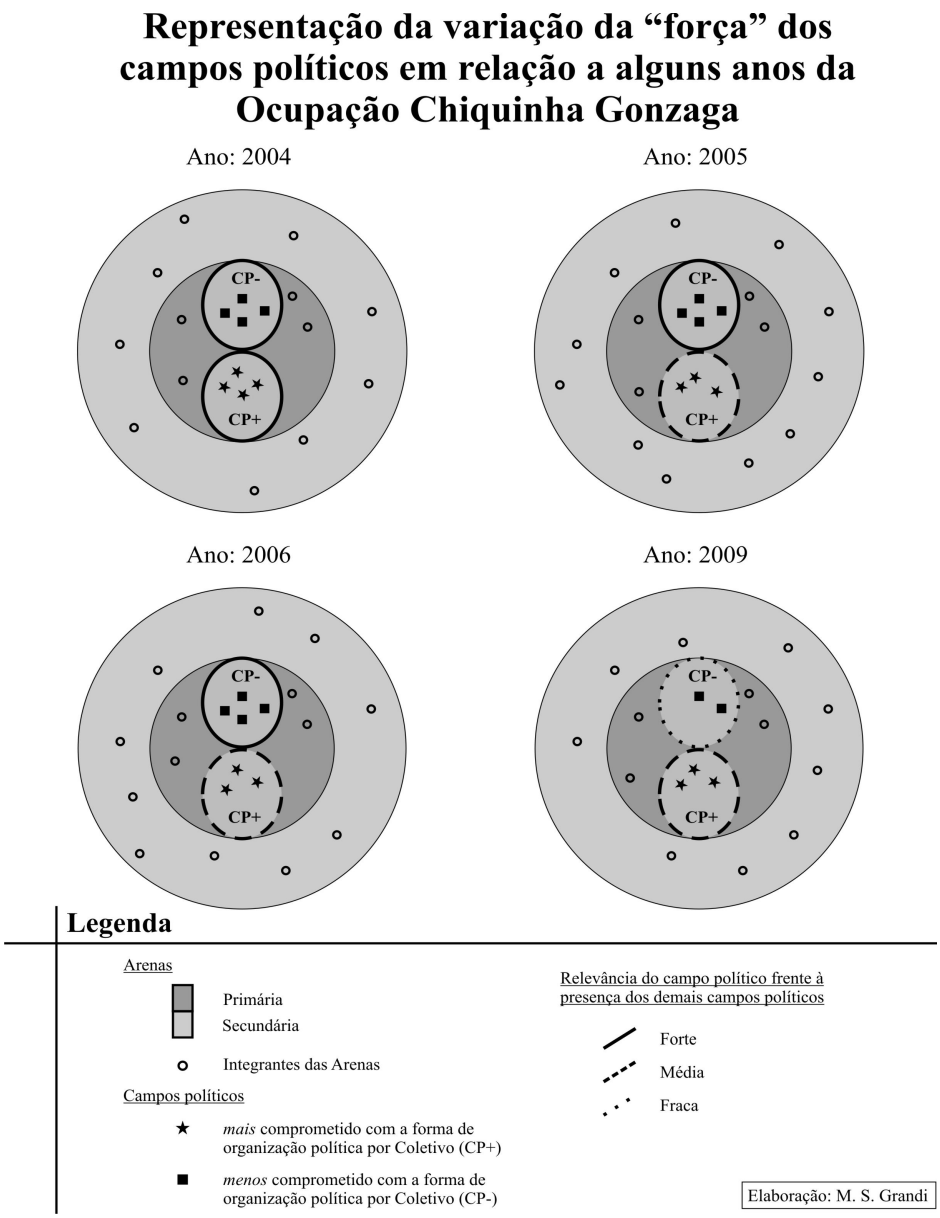


Figura 62: Representação gráfica da variação das "forças" dos campos políticos em função de alguns dos anos de existência da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Porém, no ano seguinte (2005) alguns elementos novos começaram a influenciar a dinâmica política nanolocal da Chiquinha Gonzaga. Nesta mesma escala, por exemplo, um desses novos elementos foi certamente a criação da Associação da ocupação. Com ela, apesar da insistência (que resiste até hoje) do Coletivo em deixar claro que nenhuma decisão poderia ser tomada pela associação (ela é submetida completamente às reuniões da ocupação), estabeleceram-se cargos a serem ocupados no interior da ocupação.

> "Eu fui a primeira, eu fundei a associação, sou uma das fundadoras aqui. Meu nome tá lá. (...) [Na época] [p]elo menos era neutro. Era neutro e queria bem pra ocupação. (...) E os outros que vieram já vieram naquele interesse de se dar bem,

> todo mundo sabe. E fizeram a panelinha. (…) [Na primeira gestão] não era grupo, entendeu? Tanto não era grupo que foi eleito a primeira vez por eles mesmos. Ninguém fez grupo. Ali... Aí depois da nossa coordenação, todos que vieram foi grupo. A nossa não. Eles votaram porque nós távamos aqui, e tudo o que eu falava às vezes encaixava bem. Porque as pessoas que tavam aqui concordava. (...) Enfim. Mas tudo numa boa, sem panelinha. Não teve panelinha. Aí de lá pra cá que começou a formar panelinha." (informação verbal)[398]

Já em outra escala, a realização de uma nova ocupação (a Ocupação Zumbi dos Palmares) atraía as atenções de alguns dos apoiadores que até então se dedicavam à Chiquinha Gonzaga.[399]

Durante este ano e no que se seguiu (2006) percebeu-se que o Coletivo ameaçava perder espaço para práticas menos comprometidas com a horizontalidade do processo político da Chiquinha. Nessa época, o Coletivo

> "(...) andou muito enfraquecido. Algumas pessoas tomando decisões, depois que montou a associação. Então ficou assim, geralmente meia dúzia, não tomando decisões na assembleia (porque na assembleia às vezes eles nem apareciam), mas tomavam decisões lá fora. Participavam de coisas lá fora em nome do Chiquinha Gonzaga. Mas na assembleia mesmo elas não tinham nem voz. Pouco participavam, e quando participavam também não tinham muito argumento pra falar nada." (informação verbal)[400]

Foi inclusive nesse período que a ocupação ficou sem a realização de reuniões periódicas. No entanto, como a moradora deixou bem explícito, isso não necessariamente significava que não haviam decisões que precisavam ser tomadas. Ao mesmo tempo, com suas reuniões desmerecidas, corria-se mais riscos de que a valorização do Coletivo como instância capaz de resolver questões (e até mesmo conflitos) da ocupação se fragilizasse. Nesse sentido, os valores do campo político que é mais comprometido com esse tipo de organização política também se enfraqueceram entre os moradores e moradoras. O campo, assim, perdeu um pouco de sua "força" na ocupação durante esses anos.

Entre 2006 e 2009, porém, não foi possível se conseguir maiores detalhes da dinâmica política interna da ocupação. As maiores informações que se conseguiu alcançar estão

---

[398] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

[399] Conforme entrevista realizada com ex-integrante da FLP em 19/01/10 (em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida). Parece importante lembrar que alguns militantes consideram também que nessa época, mais especificamente no decorrer do processo de organização da Zumbi dos Palmares, houve um desentendimento entre alguns integrantes da FLP e outros da CMP. Lembre-se que eram as duas principais organizações envolvidas na preparação da Chiquinha e da Zumbi. Não se pode afirmar, no entanto, como esse desentendimento afetou os campos políticos da ocupação da rua Barão de São Félix enfocada neste estudo.

[400] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.

cravadas justamente na espacialidade interna do prédio: Como mostrado nas figuras 59 e 60 (sobre os usos e funções dos espaços dos dois primeiros andares da Chiquinha Gonzaga), foi nesse período que os espaços de uso coletivo sofreram uma diminuição. Ao mesmo tempo, o próprio espaço da garagem, antes imaginado para atividades coletivas de geração e produção de renda, passou a ser utilizado como um espaço informal de uso comum (um uso mais individualizado).

O fato é que em 2009 o campo político menos comprometido com a forma de organização por Coletivo encontrava-se mais enfraquecido perante os moradores e moradoras. Algumas colocações informais apontaram para uma desilusão aparentemente grande da maioria dos ocupantes com o as posturas de algumas das pessoas identificadas como desse campo político. Outras entrevistas (a maioria delas informais) informaram que o próprio campo político acabou passando por algumas crises internas (algumas delas inclusive envolvendo os próprios cargos da Associação da ocupação). Uma das moradoras da arena primária reforça "(...) que agora o grupo é todo brigado. Não adiantou nada." (informação verbal)[401]

Já o campo político mais comprometido com a organização por Coletivo acabou vendo seus valores voltando a predominar na ocupação. Isso principalmente pela própria percepção de boa parte das moradoras e moradores sobre a necessidade da existência dessa instância deliberativa (o Coletivo) para a discussão e o encaminhamento de soluções sobre o cotidiano da Chiquinha Gonzaga.

> "Hoje o pessoal tá cobrando um pouco essa coisa do Coletivo mesmo, devido a esses problemas que têm acontecido. O pessoal tá cobrando que o Coletivo tenha mais força. Tá se debatendo mais sobre isso também, sobre o próprio Coletivo. (...) Então assim, o próprios moradores estão começando a cobrar essa coisa do Coletivo ter mais força mesmo. Porque ficou nessa coisa meio adormecida e tal, meio 'chove e não molha', um dia tinha reunião, depois não tinha. Já teve uma época que ficou acho que dois meses sem reuniões. Tava de 15 em 15 dias e elas não estavam acontecendo. Eram semanais e o pessoal 'não, vai ser de 15 em 15 dias porque de semanal tá meio chato'. Aí acabou que teve um período que ficou dois meses sem reunião. Então as coisas foram sendo empurradas de qualquer maneira, e reuniões com muito estresse, com briga, com joguinho político de determinadas pessoas que só vinham pra tumultuar... Aí faziam com que as pessoas não quisessem participar também. Hoje o pessoal já desce com um pouco mais de entusiasmo pra tentar resolver as coisas do prédio." (informação verbal)[402]

É interessante pensar também que esse novo contexto, com o campo político mais

[401] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.
[402] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.

comprometido com o Coletivo mais "forte" na ocupação do que o outro, também pode ter sido ajudado por uma nova injeção de ânimo em articulações com outras escalas. Exemplos disso estão na colaboração ativa e decisiva na organização e o processo de resistência de ao menos duas novas ocupações (Ocupação Machado de Assis e Guerreiros);[403] na organização de seminários e encontros temáticos (como o seminário sobre produção e geração de emprego e renda através de experiências de economia popular solidária); organização de encontros com outras experiências de organizações, movimentos e lutas populares (como reuniões do extinto Fórum Contra o Choque de Ordem, o encontro de leitores/as do Jornal Vozes da Comunidade e troca de experiências com militantes do Movimento dos Sem Teto da Bahia [MSTB]). Essa rearticulação escalar, por um lado, fortalece a identificação de certos membros do campo político mais comprometido com a forma de organização coletiva como indivíduos mediadores de diferentes escalas. Por outro, reforça a inserção e a importância da própria Ocupação Chiquinha Gonzaga no contexto dos movimentos sociais urbanos do Rio de Janeiro – o pode ter um efeito direto sob a aceitação desse campo político por algumas das pessoas principalmente da arena primária.

Dessa forma, apesar de tal campo não parecer ter se ampliado numericamente no interior da ocupação, sua presença passou a ser mais marcante. Suas práticas espaciais na escala nanolocal do prédio também ganharam força. Algumas de suas iniciativas de revitalização dos espaços formais não-deliberativos de confraternização (saraus, churrascos, festas, etc.) começaram a ganhar maior respaldo. Atividades específicas (como a futura sala de informática) começaram a ser propostas, resultando inclusive em reformas estruturais nos espaços que as abrigariam. Por sinal, até mesmo a reestruturação e refuncionalização de espaços voltados à geração e produção de renda (como é o caso da cozinha coletiva recém reformada) demonstram seu papel atual no contexto político da Chiquinha Gonzaga.

[403] A Ocupação Guerreiros estava inicialmente localizada na Av. Gomes Freire, 510 (Lapa, área central da cidade do Rio de Janeiro). Segundo as informações dos moradores e moradoras, o imóvel pertencia ao Banco do Brasil e, depois de anos abandonado, teve nas mãos das famílias a oportunidade de voltar a cumprir sua função social. Principalmente após uma tentativa de despejo, militantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) começaram a desenvolver atividades com as famílias que ocupavam o prédio. No entanto, apesar da resistência das moradoras e moradores da ocupação e do apoio desses e de outros militantes, um incêndio de origem misteriosa acontecido em maio de 2009 serviu de álibi para que a Prefeitura e a Defesa Civil retirassem as famílias (sob o argumento de estarem interditando o imóvel). A partir desse episódio, parte dos ex-moradores do prédio da Av. Gomes Freire iniciaram um novo processo de organização com a ajuda de moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga e de outros militantes dessa fração do movimento dos sem-teto carioca. Ocuparam, no final de junho de 2009, outro prédio. Dessa vez, na Av. Mem de Sá, 234 (também na Lapa, Centro do Rio de Janeiro), um imóvel de propriedade do INSS. Apenas cinco dias depois da ocupação, a ordem de despejo foi cumprida de maneira violenta pela polícia (envolvendo não só o uso indiscriminado de bombas de efeito moral e balas de borracha, como também a prisão arbitrária de três militantes que prestavam apoio à ocupação). Mais detalhes a esse respeito podem ser vistos em GRANDI, RAMOS, ALMEIDA e MOREIRA (2009).

Seja como for, percebe-se também que os campos políticos da ocupação parecem estar se enfraquecendo de uma forma geral com o passar do tempo. Isso merece reflexões que esta dissertação reconhecidamente não consegue alcançar. Acontece que esse contexto é, como acabou de se ver, completamente mutável e influenciável pela dinâmica interna da ocupação e pelas relações que se estabelecem com outras escalas. Por isso mesmo, apesar da atual predominância, não se pode desconsiderar a existência dos dois campos políticos na Chiquinha Gonzaga. E suas práticas espaciais seguem tendo lugar na ocupação, influenciando seu processo político interno. É nesse sentido que a próxima subseção tentará levantar alguns aspectos que parecem interessantes sobre o papel dos espaços privados nessa dinâmica política interna da Chiquinha.

2.2 "Conspirar é legítimo": O papel do *oikos*

Na Grécia antiga, segundo alguns autores,[404] o espaço do *oikos* (a esfera da vida considerada privada) não era vista como o espaço das discussões propriamente políticas. E era essa a escala da casa, da moradia: uma escala diferente daquela na qual aconteciam as interações políticas, referentes à *pólis*. Existia uma diferença estabelecida entre esses espaços e escalas. Não que não houvessem influências recíprocas, obviamente. Mas não se trata aqui se comentar sobre essa experiência histórica específica.

Claro que muito tempo se passou e, atualmente, incontáveis mudanças em relação àquela sociedade aconteceram. Essa referência superficial à espacialidade grega feita no parágrafo anterior tenta só cumprir o objetivo de apontar para o fato de se encontrar uma situação diferente na Ocupação Chiquinha Gonzaga. No seu caso, a escala do *oikos* acaba tendo um papel fundamental para os processos políticos formais e informais. É um espaço no qual a instauração e realização efetiva das normas coletivas (o *nomos*, que abrange não somente as normas "formais", mas também as "informais") acaba tendo que levar muito em conta pelo menos dois aspectos: Por um lado, os processos vinculados diretamente ao Coletivo e suas deliberações (ou seja, a instância de poder explícito da ocupação); Por outro, toda uma série de nuances e negociações que se dão no nível dos costumes cotidianos e dos valores dos e das ocupantes (as significações imaginárias e a dinâmica do infrapoder da/na ocupação). E isso em uma situação na qual as fronteiras entre os espaços privados (o *oikos*),

[404] Aqui, como já foi apresentado em outras passagens da dissertação, as referências usadas ao se falar da experiência da *pólis* grega são ARENDT (1983) e CASTORIADIS (2002, 2004) – além das considerações a respeito da importância da dimensão espacial para tal experiência trazidas por SOUZA (2006a).

os espaços coletivos não-deliberativos (onde muitas vezes acontecem relações que influenciam muito a construção das opiniões, como ocorria na *ágora*) e o próprio espaço das reuniões (que, lembrando a *ekklesia* grega, são responsáveis pelas decisões) se tornam muitas vezes muito pouco nítidas. Esse contexto ainda fica mais complexo quando as disputas políticas internas da ocupação são levadas em conta. É a partir daí que se levantam também questões muito interessantes para esta pesquisa. Questões que apontam justamente para algumas características do papel que os espaços privados têm nos processos de negociação política que acontecem na Chiquinha Gonzaga.

Como já se viu em páginas anteriores, é principalmente (mas não só)[405] nos espaços privados que acontecem muitas articulações entre as pessoas identificadas com algum campo político da ocupação. Mas também para os membros das arenas esses espaços são importantes. Especialmente quando se trata do surgimento, formulação e refinamento de certas propostas que se pretende levar às reuniões do Coletivo.

> "Não todos, assim, mas tem algumas pessoas que procura a outras pessoas mais íntimas e pergunta 'Aí, o que é que você acha disso?' e tal. E isso acontece. Pergunta antes. Outro não, outros já chega direto e coloca, sem... Mas tem outras pessoas. 'Ah, o que é que você acha disso, e tal. A gente ia fazer isso aqui antes, e tal.' 'Ah, beleza.' E começa a concordar por ali e aí traz pra assembleia. Isso acontece." (informação verbal)[406]

Porém, isso não quer dizer que o momento de reflexão coletiva que se dá nos espaços formais deliberativos sejam dispensáveis. Muito menos quando o objetivo é encontrar e definir os rumos da ocupação. Como em qualquer fórum responsável por tomar decisões, existem ideias que só surgem no calor do momento.

> "É, acontece as duas coisas. Isso é comum acontecer. Se é uma proposta bem diferente do que já se... do que a gente tá acostumado, o que tem no nosso regimento e tal, então as pessoas costumam, nos corredores ou de porta em porta, às vezes ir com os vizinhos mais próximos... Tentam sim, conversar antes. Mas também existem algumas propostas que aparecem na hora da reunião, né. 'Gente, tem um problema com a questão que tão deixando lixo na portaria.' É um problema. Ninguém tinha proposta. A proposta surge na hora: 'Olha, a gente faz o seguinte: se ver colocando a gente vai mandar voltar. A gente vai fazer uma comissão pra conversar com os moradores.' A gente, assim.. Tem propostas que surgem direto na reunião" (informação verbal)[407]

[405] Essa ressalva está aqui somente para lembrar que os corredores da ocupação também têm um papel importante para essas articulações. Uma das moradoras da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistada (entrevista que foi realizada em 07/07/09) lembra que as pessoas que fazem essas conversas prévias "[c]onversa[m] com o pessoal nos corredores, ou bate[m] nas casas mesmo..." (informação informal). Mas será na próxima seção que se tratará diretamente dos corredores nessa dinâmica.

[406] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

[407] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

> "(...) [I]sso existe sim. Quando eles já tão sabendo, por exemplo assim: se for um assunto que as pessoas já tão sabendo, então já um grupo às vezes já fica falando sobre aquele assunto e às vezes já estão assim, com uma ideia já bem feita. Mas quando é assunto assim que, às vezes, apareceu no momento, sabe, uma conversa puxa a outra, e vem no meio da reunião... Então, às vezes alguém aparece com uma sugestão. Às vezes é aquela sugestão que apareceu na hora." (informação verbal)[408]

Essas propostas que surgem nas reuniões são muitas vezes decisivas para as discussões que acontecem no Coletivo. Até mesmo porque muitas vezes os próprios problemas também surgem no próprio espaço-tempo de deliberação – e não antes. De qualquer maneira, nem todos os assuntos sobre os quais as pessoas conversam nas reuniões surgem ali. Existem também aqueles temas que surgem e são discutidos anteriormente. Para eles, os outros espaços da ocupação são também centrais. E isso não acontece só por que esses outros espaços influenciam tais temas com valores, costumes e sentimentos individuais que emanam deles. Acontece também porque são nesses outros espaços onde as articulações e os processos de construção de opiniões e convencimentos acontecem. Daí a importância de se pensar sobre os aspectos da espacialidade desses espaços que podem aparentemente ajudar ou atrapalhar esses processos políticos internos de negociação na ocupação.

Os assuntos que dizem respeito a toda a ocupação Chiquinha Gonzaga são assuntos, portanto, que com frequência são conversados nos espaços privados das famílias do prédio. Foi essa opinião, ao menos, que predominou nas entrevistas realizadas com moradoras e moradoras da Chiquinha, como fica apresentado na Tabela 3 e no Gráfico 1 abaixo.

Tabela 3: Opinião das pessoas entrevistadas sobre os assuntos a respeito dos quais as pessoas da Ocupação Chiquinha Gonzaga conversam em seus respectivos espaços privados

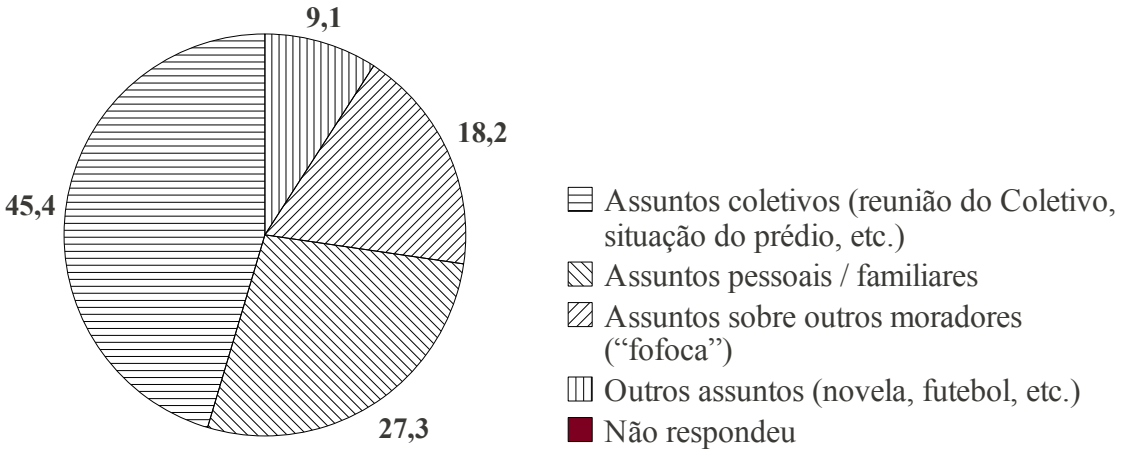
Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Assuntos coletivos (reunião do Coletivo, situação do prédio, etc.)	2	0	2	1	5
Assuntos pessoais / familiares	1	2	0	0	3
Assuntos sobre outros moradores ("fofoca")	0	1	1	0	2
Outros assuntos (novela, futebol, etc.)	0	0	0	1	1
Não respondeu	0	0	0	0	0
Total de pessoas entrevistadas	3	3	3	2	11

[408] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

Os assuntos pessoais também ganham destaque, claro. Uma das moradoras entrevistadas lembra diretamente da situação pela qual muitas famílias passam na ocupação.

> "Ah, deve ser sobre as suas próprias vidas, né? Eu acho. Eu creio assim, né? Os problema particular. Porque eu acho que eu, aqui na minha casa, eu faço isso. Porque ainda mais quem tem filho. Sempre tem alguns problemas. (…) E aqui dentro também tem muita gente com dificuldade, eles também discutem sobre isso assim." (informação verbal)[409]

Gráfico 1: Relação proporcional das respostas sobre os assuntos a respeito dos quais as pessoas da Ocupação Chiquinha Gonzaga conversam em seus respectivos espaços privados (em %)



Mas como se verá no início da seção 2 deste capítulo, até mesmo o que se considera um "assunto coletivo" é algo completamente diferente para vários/as ocupantes da Chiquinha Gonzaga.

Observando a tabela acima ainda é importante lembrar algo inclusive sobre as situações nas quais as pessoas entrevistadas imaginam as demais conversando sobre "fofocas" em seus espaços privados. Essas situações nem sempre estão desligadas de assuntos considerados "coletivos". Claro que isso depende do que se compreende por "assuntos coletivos", e a esse respeito se falará melhor na terceira seção deste capítulo (chamada "O *nomos* de um espaço ocupado: A deliberação coletiva e sua capilarização espacial").

Por ora, vale lembrar que essas conversas que acontecem nos quartos sobre os assuntos coletivos podem cumprir papéis diferentes, de acordo com as pessoas envolvidas e com as posturas que alimentam essas práticas espaciais. Em certas ocasiões, por exemplo, essas conversas feitas nos quartos acabam servindo muito mais para que as pessoas se informem sobre questões de interesse geral.[410]

[409] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

[410] Vale lembrar que isso acontece na Ocupação Chiquinha Gonzaga principalmente porque, como já vimos, a

> "Por exemplo: na minha casa, quando as pessoas vêm, é sempre pra saber de alguma coisa. Se todos tão pagando a taxa de manutenção, se falta muita gente a pagar, se tão pagando direitinho. Nossa preocupação maior é a água, né (…). Então cada mês vem um valor assim, R$5,70, R$5,60, R$5,90, R$5,50 como veio agora esse mês, pra cada um. E enfim... Coisas que, quando a pessoa me chama é porque tem interesse de falar alguma coisa." (informação verbal)[411]

Já em outras situações, tais conversas podem servir como espaços e momentos de articulação com o objetivo de conquistar vantagens na disputa política interna da ocupação. Isso fica claro quando uma das pessoas entrevistadas afirma que nas suas casas "(...) às vezes eles [outras pessoas] conversam tipo... do coletivo, pra se armarem, né. 'Vamo fazer a maioria'. Então conversam isso aí e fazer […] pra se unir." (informação verbal)[412]

Isso reforça a ideia de que não se pode generalizar a intenção com a qual moradores e moradoras conversam sobre os assuntos do Coletivo em seus espaços privados. Muito menos cair em posturas que depreciam *a priori* essa prática. Afinal de contas, como bem lembrou uma moradora de outra ocupação do movimento dos sem-teto (se referindo à ocupação onde mora), o fato de as pessoas conversarem sobre assuntos coletivos em suas casas ainda é aparentemente mais interessante para o processo político coletivo do que se as pessoas demonstrassem interesse somente por questões muito mais distantes de sua realidade material-concreta.

Acontece que há, de fato, a existência de uma tendência de que certos assuntos a serem tratados nas reuniões do Coletivo acabem passando antes por outros espaços e momentos de articulação e discussão (assuntos que, por algum motivo, pareçam já de antemão que vão encontrar resistências de outros/as ocupantes). Essa tendência ficou marcada também pelas entrevistas feitas, como a Tabela 4 e o Gráfico 2 tentam expor. Todas as pessoas entrevistadas consideraram que isso acontece. A maioria, inclusive, destacou esse como sendo o principal procedimento informal para a apresentação de propostas ao Coletivo.

Uma das respostas, em especial, é bastante interessante por já apontar para alguns papéis que essas conversas extra-reuniões cumprem na dinâmica política interna da ocupação.

> "Bom, geralmente uma ideia, quando eu, morador, tenho uma ideia pra passar pro coletivo, pra levar pra assembleia, geralmente eu converso com algumas pessoas,

participação nas reuniões do Coletivo não é obrigatória (como acontece em outras ocupações). É claro que, mesmo sendo obrigados a participar, nem todos os moradores e moradoras iriam comparecer. Mas é bem provável que essa necessidade de "se informar" sobre as questões do Coletivo diminuiria sensivelmente.

411 Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

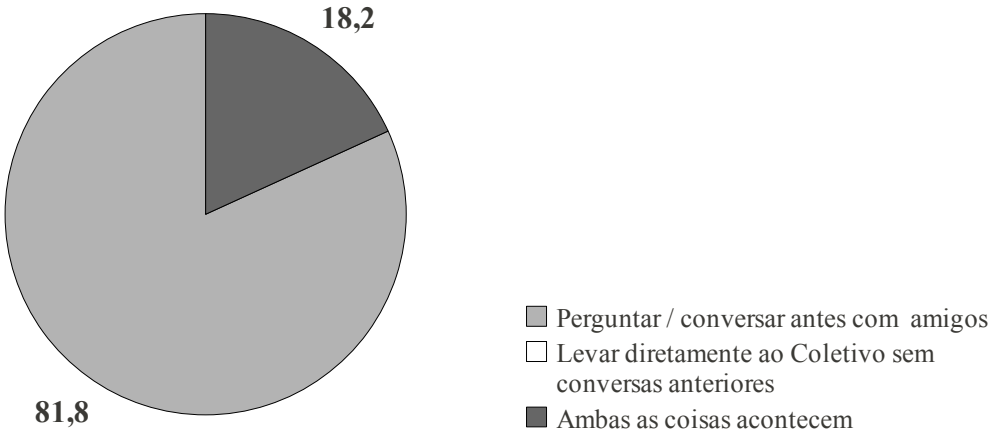
412 Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

> moradores, pra ver questões sobre a proposta. De acordo com a aceitação desses moradores eu vou levar a proposta para o coletivo. Se eu ver que vai ter uma rejeição... *É um tipo de uma pesquisa que eu vô fazendo*. *Se já de início, já antes, vai haver uma rejeição, eu não levo.* E eu creio que seja o que a maioria das pessoas fazem." (informação verbal)[413] [grifos de M. S. Grandi]

Tabela 4: Respostas das pessoas entrevistadas na Ocupação Chiquinha Gonzaga sobre o procedimento mais comumente adotado por moradores/as que desejam propor algo possivelmente polêmico ao Coletivo

Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Perguntar / conversar antes com amigos	2	3	2	2	9
Levar diretamente ao Coletivo sem conversas prévias	0	0	0	0	0
Ambas as coisas acontecem	1	0	1	0	2
Total de pessoas entrevistadas	3	3	3	2	11

Gráfico 2: Relação proporcional das respostas sobre o procedimento mais comumente adotado por moradores/as que desejam propor algo possivelmente polêmico ao Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga (em %)



O papel de "pesquisa de opinião" que a fala coloca tem seu peso ao se pensar o processo de gestão territorial coletiva da ocupação. Isso justamente porque, como bem falou o entrevistado, é uma "pesquisa" que pode inclusive influenciar nas propostas que aparecerão ou não nas reuniões do Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga. E não se trata de uma prática feita somente por pessoas que se ligam mais diretamente aos campos políticos da ocupação. Esse tipo de articulação acontece também na própria arena primária, por exemplo. Nesse sentido, esse pode ser um tipo de situação que ajuda que moradores e moradoras coloquem ideias para o resto do Coletivo. Portanto, pode inclusive ser uma prática

[413] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

sociopolítica-espacial que colabora para o rompimento da predominância no Coletivo daqueles que são mais habilidosos com a fala (uma predominância que, diga-se de passagem, já é, infelizmente, clássica na esquerda tradicional).

Isso pode auxiliar diretamente para uma possível ampliação da participação das pessoas nas reuniões da Chiquinha Gonzaga, contribuindo para o processo de fortalecimento do Coletivo. Porém, como já foi visto anteriormente, esse compromisso com tal instância não é igual entre todos os moradores e moradoras. É essa característica que inclusive diferencia de maneira mais marcante os campos políticos da ocupação.

Para todas as pessoas com quem se conversou do prédio, o Coletivo tem um papel central na gestão daquele território. Esse "consenso" surgiu inclusive em algumas entrevistas formais e informais realizadas com integrantes de ambos os campos políticos. Isso, porém, parecia um tanto estranho ao restante do contexto que era observado, no qual as divergências seguiam sendo nítidas e muito comentadas por várias pessoas da Chiquinha. Com o caminhar da pesquisa, passou-se a cogitar que uma das principais diferenças entre os campos políticos da Chiquinha Gonzaga talvez não estivesse ligada diretamente às opiniões sobre a necessidade da *existência ou não* do Coletivo na ocupação (como, inclusive, muitas pessoas do campo político mais comprometido com essa existência alegavam com frequência). Afinal de contas, ambos exaltavam a gestão da ocupação pelo Coletivo como uma ideia importante para o prédio.

> "Cara, aceitar qual é a ideia eles até aceita, assim. Mas faz coisas por trás, assim, pra dar uma desarticulada mesmo. Isso acontece dentro da ocupação. Que eu não sei qual é a linha que as pessoas quer dar. Porque às vezes concorda, mas concorda não concordando, mas só pra passar batido. E acaba fazendo coisas por trás. Assim, desarticulando mesmo. Isso acontece. Isso acontece mesmo. Algumas pessoas aqui mesmo que eu vejo isso muito nas pessoas assim. Não a maioria, mas é uma meia-dúzia só de pessoas que têm essa discordância. Eles concordam, concordam em tudo assim. Mas eles faz alguma coisa por trás, praticamente discordando da parada e fazendo o contrário." (informação verbal)[414]

Suas falas pareciam não trazer elementos suficientes para interpretar a situação política interna da ocupação. Foi no decorrer de uma outra entrevista realizada para a pesquisa que a dinâmica de articulações extra-reuniões desses campos políticos surgiu como uma prática espacial que poderia ajudar a observar as diferenças entre eles.

Inicialmente, tais dinâmicas aparentemente apresentavam os mesmos traços gerais: em

[414] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

situações de disputas diretas, que envolviam interesses claramente conflitantes entre os grupos, seus membros reuniam-se antes e/ou depois das reuniões. Essas reuniões paralelas aconteciam quase sempre no quarto de alguma das pessoas do campo político, de forma a facilitar o controle de acesso ao espaço e, por consequência, às considerações e estratégias feitas durante a reunião.

Acontece que tais "encontros paralelos" eram vinculados por alguns moradores e moradoras diretamente às práticas de um determinado campo político (o menos comprometido com a organização por Coletivo). Essa vinculação era frequentemente acompanhada de depreciações e críticas aos "conchavos", formação de "panelinhas" e elaboração de "propostas prontas" para serem levadas às assembleias. Porém, com as entrevistas realizadas, percebeu-se que mais da metade das pessoas concordavam com tal prática – sendo elas de qual "categoria" fosse (campos políticos ou arenas). Isso fica mais claro na Tabela 5 e no Gráfico 3, abaixo.

A única pessoa que declarou discordar foi bastante direta em sua resposta. Ao ser questionada a respeito de sua opinião sobre tal tipo de articulação, a resposta, claramente pejorativa, foi dada em uma só palavra: "Panelinha."[415] A ponderação a esse respeito vai no mesmo sentido da opinião do morador citado acima, sobre a "pesquisa de opinião". E inclusive pode ser trazida novamente nas palavras de outra das pessoas entrevistadas.

Tabela 5: Opinião das pessoas entrevistadas sobre a realização de articulações prévias de moradores e moradoras em outros espaços da ocupação que não o espaço-tempo forma de deliberação (reuniões do Coletivo) da Ocupação Chiquinha Gonzaga

Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Concorda	3	1	0	2	6
Depende da situação	0	1	3	0	4
Discorda	0	1	0	0	1
Total de entrevistados/as	3	3	3	2	11

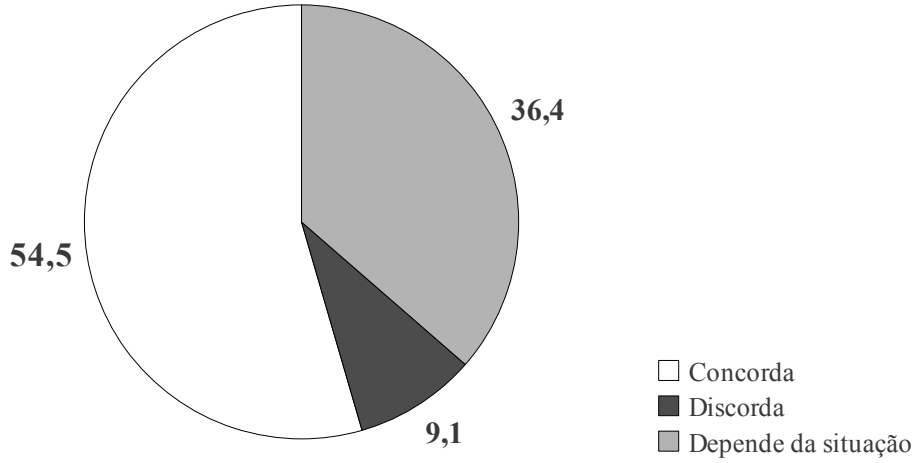
> "É... Eu acho até que às vezes nem sempre é panelinha. Porque às vezes há coisas que você... É como se fosse um 'minipreparo'. Às vezes você chega assim 'Ah, qual é o teu ponto de vista sobre aquilo?', né? 'Ah, o meu ponto de vista sobre aquilo é assim e assim'. De repente você pode querer pensar uma coisa que até o outro pode te alertar 'Não, isso aqui não é bom.'" (informação verbal)[416]

[415] Informação verbal prestada por moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

[416] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

Percebeu-se inclusive que essa prática espacial não era ligada somente a um campo político. Mas a diferenciação entre eles seguia existindo. Por um lado, as pessoas mais vinculadas ao campo político menos comprometido com o Coletivo foram bastante diretas em suas respostas sobre a importância dessas articulações: "A articulação é necessária." (informação verbal)[417] "Eu acho legal. Eu acho que tem que ser." (informação verbal)[418].

Gráfico 3: Relação proporcional das respostas a respeito do acordo ou desacordo com a prática espacial de articulações extra-reuniões na Ocupação Chiquinha Gonzaga (em %)



Já as pessoas mais ligadas ao campo político que se compromete mais com a forma de organização por Coletivo, por outro lado, também declararam muitas vezes concordar e realizar articulações como essas. No entanto, algumas respostas (inclusive de pessoas das arenas) eram acompanhadas de ponderações que foram importantes para a pesquisa.

> "Cara... Eu acho que se não for de má intenção, se for uma proposta pra benefício próprio, se for uma proposta pra desestruturar a ocupação, prejudicar a ocupação... eu acho que é inevitável e talvez não seja tão problemático. Se eu realmente 'Gente, poxa, a gente podia pegar essa sala lá embaixo e, ao invés de fazer uma coisa de informática, a gente fazer um clube, fazer um cinema...' Eu posso chegar e 'Pô [fulano], o que é que tu acha, se a gente, ao invés de fazer uma coisa de informática a gente botar um telão...' Essas coisas assim eu acho que não seria problemático. Eu chegar um pro outro e sondar mesmo. 'Não seria legal? A gente pode levar isso pra reunião e tal...' Isso acontece. [Entrevistador: E quando seria problemático?] (…) Ah, por exemplo discutir a questão de não pagar a taxa. Um fala pro outro 'Eu não vou pagar a taxa esse mês porque o fulano não pagou. O que que você acha?' 'Ah, então eu também não vou pagar.' Então são coisas que desestruturam, pelo o que eu já tinha te falado anteriormente. As pessoas têm vários direitos, mas ela tem o dever de pagar porque se ela não pagar o outro vai pagar por ela. E aí não é justo.

[417] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 01/09/09.
[418] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.

> (…) Não é justo que um pague pelo outro. Então são coisas que desestruturam a ocupação. E aí é prejudicial." (informação verbal)[419]

> "De repente a pessoa pode ter dúvida naquilo que tá colocando, não sei. Ou quer buscar um tipo de apoio pra, assim, chegar na assembleia, colocar e as pessoas... Acho que quer pegar a opinião da outra pessoa também. Acho que com mais profundidade mesmo. É como você fala pro seu amigo: "Ah, o que é que você acha disso?". Acho que é mais ou menos isso, assim. Acho que não vejo problema nenhum nisso não." (informação verbal)[420]

Foi então com o decorrer das próprias entrevistas que foi possível ver que as principais ressalvas que eram feitas colocavam, em um dos lados, a formação de "panelinhas" e outras posturas que "prejudicavam a ocupação"; e, no outro lado, uma coleta e "maturação" de opiniões como parte de um "minipreparo" para as reuniões. Assim, mostrou-se o que se acredita ser uma das principais diferenças entre as práticas espaciais de articulação extra-reuniões dos dois campos políticos. *Essa diferença estaria, mais propriamente, nos princípios e valores que inspiram (e na influência que causa sobre o Coletivo) a interação entre a prática espacial da articulação extra-reunião e a dinâmica da gestão territorial do espaço da Chiquinha Gonzaga*.

As pessoas que acabam sendo reconhecidas por vários dos moradores e das moradoras como do campo político que se compromete menos com o processo político organizado a partir do Coletivo aparentemente articulam-se visando a consolidação de certas opiniões. Dessa forma, propostas únicas são delineadas e táticas são traçadas para que tais opiniões ou posturas prevaleçam nas discussões do Coletivo. Ao fim, têm maior probabilidade de serem estabelecidas como decisões oficiais, tomadas pela instância deliberativa da ocupação. Para isso, sua pouca permeabilidade a novas pessoas cumpre um papel importante. Principalmente porque a participação no campo político envolve a confiança de que tais táticas serão levadas adiante, por exemplo.

Essa postura aparentemente tende a enfraquecer a capacidade deliberativa do Coletivo. Isso porque, ao traçar táticas para se ter a posição aprovada *apesar da opinião dos demais*, essa forma de se relacionar com tal prática espacial termina por desconsiderar que um processo político horizontalizado pressupõe também e justamente que *todos/as possam ter suas opiniões consideradas* na tomada de uma decisão coletiva. Mais do que isso: ao considerar-se as reflexões que Habermas traz[421], percebe-se que a racionalidade que orienta

[419] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[420] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[421] E que já foram apresentadas rapidamente no primeiro capítulo da dissertação.

esse tipo de ação é mais próxima à racionalidade instrumental. As práticas estão voltadas para um fim específico: a conquista do objetivo traçado (aprovar a proposta defendida), a despeito do caminho e do processo pelo qual se passará para isso. O que significa, no caso, deixar em segundo plano de importância a opinião das demais moradoras e moradores.

Assim, tal maneira de articular-se em outros espaços também parece *aumentar as dificuldades para um agir orientado para o entendimento mútuo*, já que que torna mais difícil que outros moradores e moradoras tenham acesso irrestrito e em igualdade de condições e informações às discussões que lhe afetam diretamente. Principalmente porque, como pôde-se acompanhar em campo, certas informações são não raro entendidas como "estratégicas" e, por isso, algumas sequer chegam às reuniões.

Dessa forma, a existência do Coletivo não oferece perigo imediato ao projeto político de tal campo político menos comprometido com ele. Mas isso desde que esse Coletivo *tenha uma capacidade efetiva de deliberação reduzida*. E esse tipo de articulação prévia, aliada ao discurso de reconhecimento do Coletivo enquanto instância máxima de deliberação, termina contribuindo às escondidas para debilitar o processo político horizontalizado da ocupação Chiquinha Gonzaga. Acaba levantando a sombra da velha divisão entre pessoas que efetivamente decidem e aquelas que, de "efetivo", só referendam e seguem o que já foi decidido por outros. Fortalece, portanto, relações basicamente heterônomas.

> "Pode acontecer isso. Mas o mais certo seria conversar com pessoas mais esclarecidas e politizadas, militantes, né... Conversar com essas pessoas. 'Olha, eu tô com esse problema assim assim, assim assim assim. O que é que você acha de eu levar pra reunião? Ou você pode me dar um reforço nisso aí? Você acha que devo ou não devo?' Pessoas que entende, esclarecidas. Não é qualquer burro aí não, entendeu? Mas uma pessoa esclarecida. (…) 'Bora que eu vou falar com mais pessoas pra te dar esse apoio lá dentro e você vai botar tua proposta assim.' Aí já tô reforçada, porque já tenho apoio de ir, né." (informação verbal)[422]

Essa maneira de articular-se paralelamente aparentemente tenta de alguma maneira *interferir na liberdade decisória do coletivo*[423] ou *retirar peso das deliberações* tomadas no espaço de realização do poder explícito da Chiquinha Gonzaga[424]. Por isso, pode ser vista

[422] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

[423] De maneira geral, percebeu-se traços desses intuitos quando da difusão de informações falsas ou incompletas a respeito dos temas; ou quando eram espalhadas informações que difamavam ou "personificavam" os temas. Ou seja: posturas que enfraqueciam as pretensões de validez que as pessoas da reunião (ou os proponentes dos "atos de fala", na terminologia habermasiana) poderiam vir a fazer.

[424] Isso pode acontece, por exemplo, "deliberando" coisas previa e informalmente em espaços informais ou espaços privados; articulando-se como forma de angariar apoios prévios por conta de algum tipo de desconfiança seja em indivíduos específicos e sua atuação nos espaços de deliberação do Coletivo, seja em relação à própria capacidade do Coletivo de decidir o que lhe parecer melhor ou mais conveniente (no estilo

como uma prática espacial danosa à forma de organização por Coletivos adotada pela ocupação.

Cabe inclusive pensar que esse tipo de postura enfraquece diretamente a *autonomia coletiva* de forma geral. E é interessante pensar também que, a partir dos autores que foram apresentados aqui (especialmente Hannah Arendt e Cornelius Castoriadis), um dos grandes papéis dos movimentos sociais refere-se justamente à capacidade de propor novas formas de governo (entendido este termo da maneira mais ampla possível). Por consequência, acaba sendo importante pensar-se sobre se a articulação prévia extra-espaços formais deliberativos que é realizada de forma a enfraquecer a autonomia coletiva (base para uma nova forma de governo, um *auto-governo*, diferente do atualmente instituído) condiz com esse papel *radicalmente inovador* de um movimento social.

Pelo outro lado, o campo político da Chiquinha que se compromete mais com a gestão territorial através do Coletivo parece se articular com outro objetivo: A troca de opiniões e visões a respeito dos assuntos em questão. E uma diferença é que não buscam chegar em uma posição única do grupo. É aí que sua maior permeabilidade estimula a ampliação dos debates, ainda que em outros espaços que não o espaço formal deliberativo. Essa troca facilita o aprimoramento das propostas a serem levadas à reunião do Coletivo, aparando suas arestas para serem melhor expostas aos demais ocupantes. No entanto, não pretende restringir as possibilidades de discordâncias ou de opiniões contrárias. Não são "propostas fechadas", mas sim sugestões sujeitas à discussão e alteração (inclusive completa, se for o caso).

> "(...) [À]s vezes que eu acho que há casos que até importa [a articulação extra-reuniões]. Importa eu saber que tem um assunto aqui e perguntar. Chegar no fulano e perguntar 'O quê que acha sobre isso, fulano?'. 'O quê que acha? Vamos fazer uma reunião, o quê que tu acha?' Não é obrigado a concordar, mas às vezes a pessoa diz 'Não, eu tava pensando assim', 'Mas pô, se tu pensarias assim, seria melhor.' Ele chega já mais preparado. Só que uns usam como panelinha conforme... é uma forma de tu derrubar a opinião dos outros, ás vezes. Não pra encontrar sugestão. Mas se for no caso de simplificar pra encontrar uma sugestão mais rápida, eu até acho que é um mínimo preparo pra reunião. Normal." (informação verbal)[425]

Muitas vezes, inclusive, pode ser uma prática espacial que cumpre o papel de amenizar algumas limitações pessoais (como timidez, falta de clareza, etc.) para que pessoas não acostumadas a falar em público possam romper barreiras e participar diretamente dos debates coletivos. Assim, ampliam a *participação efetiva* nas reuniões do Coletivo,

de quem declara que "o Coletivo não sabe o que está fazendo"); ou mesmo desautorizando o Coletivo, considerando que não lhe cabe decidir sobre coisas que envolvem a todos os moradores e moradoras.

[425] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

contribuindo para uma maior igualdade na compreensão das propostas e opiniões.

> "A gente, por essa coisa de você ter mais contato, então você sabe um pouco mais daquela pessoa. Às vezes você sabe porque é que a pessoa chegou mais chateada na reunião... Né, "Fulano sempre tá muito bem na reunião. Hoje ele não tá. Tá atropelando o outro, tá..." Você sabe. Aí você, se você tem mais intimidade com esse vizinho e sabe de algumas questões a mais, tem um conhecimento maior sobre ele, a gente tem um entendimento maior também. Se a pessoa tá mais chateada, tá mais alegre... A gente acaba entendendo um pouco melhor. Entender e às vezes de argumentar quando esse mesmo vizinho que eu tenho contato às vezes não entende o que eu falei, não concorda com alguma proposta que eu faça. Aí eu chego "Não, mas olha só, você não tá entendendo. Eu falei isso...". Aí eu tenho um pouco mais de liberdade de chegar pra essa pessoa na reunião e "Não, é isso. Isso aqui vai ser bom pra gente por isso, isso e aquilo outro e tal". Da mesma forma eles comigo. Então ajuda." (informação verbal)[426]

Como não têm a pretensão de "aprovar uma proposta" específica, essa maneira de se relacionar com essas articulações em outros espaços que não o espaço formal deliberativo enriquecem o debate, permitindo que todos opinem e tenham suas falas consideradas pelo Coletivo no momento da deliberação. É assim que práticas espaciais que pareciam similares à primeira vista passaram a ser percebidas como completamente diferentes. No caso dessa última forma, vê-se justamente que *ela tem o potencial de contribuir bastante para que aconteça uma interação preocupada com que a maior quantidade possível de moradoras e moradores se entendam mutuamente, sem violência ou coerção, e com igualdade de acesso às condições, informações e espaços-tempo de deliberação sobre aquilo que lhes diz respeito*. E essa ajuda, ao contrário da outra prática, *fortalece a capacidade de deliberação do Coletivo*.

Não se pode esquecer que o convívio entre essas duas maneiras de se considerar as articulações prévias em espaços e momentos que não os de deliberação do Coletivo não é harmonioso. Os conflitos são inegáveis, ainda que seja muito importante afirmar que eles não comprometeram até então o processo político radicalmente horizontalizado que predomina na Ocupação Chiquinha Gonzaga.

São conflitos, no entanto, que nem sempre são expressões da disputa de projetos políticos que há dentro da ocupação. Algumas vezes se mostram como práticas políticas e sócio-espaciais que têm a ver também com uma certa "disputa de egos" entre certos/as ocupantes. Disputas que, muitas vezes, acabam deixando de lado a preocupação direta com a coletividade como um todo. E é a fala justamente de uma das pessoas entrevistadas que coloca muito bem alguns traços que parecem ser bastante importantes para o juízo de tais

[426] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

tipos de disputas.

> "O que tem que pensar é que tem que se pensar pela melhoria do prédio. Não posso pensar se o outro tá a se aparecer mais, ou então vai ganhar algum rótulo com isso, tá entendendo? Ou tá por detrás de uma questão política, ou com alguma vantagem qualquer... Ninguém pode pensar isso. Tem que pensar: se isso que o fulano tá a falar é pra melhoria do prédio, acho que é pra todos nós. Então a gente não tem que disputar. 'Não, fulano quer aparecer mais, o fulano não sei o quê'. Não. Tem que pensar sobre o prédio. O pessoal fica disputando muito. Você sabe, as pessoas gostam às vezes de se aparecer, não sei o quê. (…) Eu não me preocupo com isso. Agora, se é pra prejudicar, entendeu, os interesses do coletivo por uma questão pessoal, eu acho isso aí ruim, pra mim." (informação verbal)[427]

A "melhoria do prédio" é uma ideia que, lógico, é construída cotidianamente. É também uma perspectiva que precisa levar em conta várias escalas de tempo e de espaço. E, mais do que qualquer coisa, é uma referência que sempre traz consigo os traços de comprometimento com algum projeto político (seja esse vínculo "consciente" ou não). Por isso, é importante também saber diferenciar quando é crucial uma disputa (pelos rumos da ocupação) e quando o debate e a discussão parecem não trazer nenhuma contribuição ao Coletivo.

Seja como for, as articulações extra-reuniões são práticas espaciais que cumprem um papel fundamental na dinâmica política do Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga. E como foi visto, apesar de se parecerem, elas variam de acordo com o campo político que as pratica. Trata-se de mais um exemplo concreto de que as práticas espaciais não podem ser pensadas somente de acordo com as características materiais, com os usos ou os sentimentos que as envolvem ou que são atrelados à elas. Não se pode esquecer que as práticas espaciais também fazem parte de *projetos*. As características dos projetos, das vontades e intenções que permeiam qualquer prática espacial já influenciam as características das próprias práticas. O projeto (o "tempo futuro" da tática ou da estratégia) parece, assim, também compor o espaço. É isso que pode-se ver nessa prática espacial das articulações extra-reuniões da Chiquinha Gonzaga: A diferença de comprometimento com determinados projetos na ocupação faz com que as próprias práticas espaciais (aparentemente similares) sejam consideradas distintas, a ponto de serem tidas como "aceitáveis" ou não.

No dia-a-dia, essas práticas (muito variáveis e subjetivas) se juntam com inúmeros outras. E todas influenciam diretamente na opinião que cada morador e moradora da Chiquinha Gonzaga tem sobre cada assunto a respeito dos quais se conversa nas reuniões do

[427] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

Coletivo. E a importância dessas opiniões já ficou bem clara: elas definem as decisões que a instância máxima do poder explícito da ocupação toma. E é a respeito dessas deliberações propriamente ditas, e sobre como a dinâmica espacial de outros espaços coletivos da ocupação influenciam nelas, que a próxima seção irá tratar.

3 O *NOMOS* DE UM ESPAÇO OCUPADO: A DELIBERAÇÃO COLETIVA E SUA CAPILARIZAÇÃO ESPACIAL

Desde o início desta dissertação o foco principal das reflexões têm sido justamente a forma de gestão da Ocupação Chiquinha Gonzaga (e, em alguns momentos, também das outras ocupações que fazem parte dessa fração do movimento dos sem-teto carioca). Essa forma de gestão tem talvez como seu "personagem principal" uma instância de poder explícito da qual já se falou bastante até aqui: o Coletivo.

Esta instância faz suas reuniões no que se está chamando aqui de espaço formal deliberativo. Tanto que o nome pelo qual ela é chamada é a mais clara referência a isso. A "Sala de Reunião", porém, não é somente uma sala onde acontecem reuniões. Já se viu que é nesse recorte espacial também onde acontecem festas e confraternizações, atividades culturais e até mesmo encontros de outros grupos políticos. Há toda uma temporalidade e uma espacialidade (inclusive bastante sensível às diferentes escalas) que dão vida "além da reunião" para esse espaço.

Ao mesmo tempo, esse é um espaço que serve de referência para muitas outras interações que se dão na ocupação. Certamente não é o único espaço a cumprir esse papel, mas não se pode negar que ele influencia uma série de dinâmicas que se desenrolam no território da Chiquinha Gonzaga. E que, da mesma maneira, o espaço-tempo formal deliberativo também é alimentado por processos que acontecem fora dele.

São alguns traços dessa influência de mão dupla que serão observados nesta terceira seção. Como já foi colocado no início do capítulo, o seu objetivo será o de levantar e construir alguns comentários sobre as práticas espaciais que envolvem e influenciam a dinâmica desses espaços de discussão coletiva formal da Ocupação Chiquinha Gonzaga (as reuniões do Coletivo). Mas sem esquecer-se que essa "influência cruzada" faz com que as discussões nos espaços informais (seus corredores e outros espaços de uso e convívio coletivo do prédio) sejam algumas vezes tão importantes quanto as que se passam na sala de reuniões nos momentos dos encontros do Coletivo. Afinal de contas, todas essas interações cooperam para que moradoras e moradores busquem, à sua maneira, construir relações sociais próprias à Chiquinha Gonzaga.

Para isso, vai-se construir esta seção pensando: (1) o que faz certos temas se transformarem em "assuntos coletivos" e como algumas características da espacialidade da

ocupação se relacionam com isso; (2) como as regras e as normas formais da ocupação são construídas nos espaços de deliberação, considerando inclusive como alguns aspectos da espacialidade da Chiquinha Gonzaga se relaciona com a dinâmica dos seus debates; (3) qual é a repercussão das decisões do Coletivo e como elas são influenciadas por outros espaços coletivos do prédio; (4) quais tipos de regras e normas informais também podem ser vistas na ocupação e como elas interferem na experiência espacial que moradores/as têm com ela; e, afinal de contas, (5) o que acontece, especialmente em termos espaciais, quando essas decisões do Coletivo não são seguidas.

3.1 Os "assuntos do Coletivo"

A intenção desta subseção será a de problematizar a definição de "assuntos coletivos". Esta preocupação surgiu justamente no decorrer da realização das entrevistas. Diversas pessoas entrevistadas, ao conversarem sobre as vitórias e dificuldades do prédio e das relações que acontecem dentro dele, lembravam uma questão: O fato de, nas suas opiniões, as reuniões do Coletivo serem muitas vezes tomadas por "assuntos particulares" e "brigas de famílias", que não diziam respeito àquele espaço de deliberação. Essa característica foi lembrada em vários momentos por diferentes pessoas como algo que frequentemente dificultava o "bom funcionamento" do Coletivo.

Mas afinal de contas: Se moradoras e moradores conseguiam identificar o que *não* era um "assunto do Coletivo", era provável que tivessem em mente algo que fizesse o contraponto. O que seria, então, um "assunto coletivo"? Percebeu-se que a dificuldade em se encontrar um consenso mínimo é realmente grande.

Buscar uma resposta para essa questão não é nada fácil. Muito menos para uma pesquisa introdutória como esta. Por isso mesmo a ideia aqui não é tentar responder à pergunta. Isso seria, na verdade, uma pretensão sem tamanho. Vai, sim, tentar-se somente levantar algumas compreensões de moradores e moradoras da Ocupação Chiquinha Gonzaga sobre esse assunto, mostrando como essa "categoria" de assuntos é fluida e, ao mesmo tempo, importante para o processo político da ocupação.

Quando se trata de identificar os assuntos que dizem respeito ao Coletivo, existem alguns temas sobre os quais a maioria dos entrevistados entra em acordo. São aqueles considerados aqui como *assuntos coletivos consensuais*. Dentre eles estão aqueles que exigem

claramente decisões da ocupação como um todo. Por exemplo: O andamento das negociações jurídicas do prédio; as escolhas e os procedimentos para realização de obras de melhorias de infraestrutura do imóvel (restruturações parciais ou mesmo a própria reforma); o pagamentos de taxas coletivas; o conserto de bens de uso coletivo (como a bomba d'água ou a tubulação de esgoto); a composição da Associação da ocupação; a definição dos usos e funções dos espaços internos; o estabelecimento de normas coletivas; a deliberação sobre eventuais punições; a entrada de novos/as moradores/as.

> "Porque o Coletivo não é a cozinha coletiva ou uma assembleia só. Todas as decisões aqui, a maioria delas, cabia ao Coletivo. Principalmente coisas de quarto, quem entrava quem não entrava; o horário, como ia ser, como não ia ser; os espaços, como ficariam definidos - porque sempre tinha uma bagunça ou outra, alguém dormindo jogado no corredor, alguém trazia uma pessoa pra morar e depois botava aquela pessoa pra fora, a pessoa não tinha pra onde ir e ficava no corredor." (informação verbal)[428]

Sobre os assuntos discutidos atualmente pelo Coletivo, um dos moradores comenta de forma mais rápida que

> "[são] decisões. São assuntos do prédio, decisões e propostas apresentadas pra ser discutidas. A questão da obra e tudo mais. [Entrevistador: E questões pessoais chegam nas reuniões também?] Chegam, mas geralmente não é muito discutida, porque assunto pessoal não diz respeito ao coletivo." (informação verbal)[429]

Acontece que essa categoria de "*assuntos pessoais*" não é um consenso entre moradores e moradoras da Chiquinha Gonzaga. Muitos desses assuntos acabam gerando polêmicas quanto à necessidade de envolver o Coletivo na busca pela sua resolução. Eles geralmente dizem respeito a temas que exigem alguns julgamentos que são, muitas vezes, bastante subjetivos. Juízos como: O assunto afeta ou não todas as pessoas do prédio? Se afeta, o faz de forma suficiente pra que isso se torne um assunto tratado na reunião do Coletivo? A questão poderia ou não ser resolvida sem a mediação do Coletivo, através de conversas individuais? É uma questão isolada e eventual, ou é algo que já vem se repetindo? O Coletivo precisa se posicionar em relação a isso? Esses assuntos que não são consensuais acabam sendo discutidos caso-a-caso pelo Coletivo. Alguns dos exemplos mais frequentes são discussões e brigas entre ocupantes ou entre famílias.

---

[428] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.
[429] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

> "Coletivo não vai se meter em família porque é problema particular. Por exemplo: eu tenho problema com a minha vizinha. Eu não gosto dela, vamos dizer. Eu não quero ela aqui no prédio. Quem sou eu ou o coletivo pra dizer "vamos expulsar, vamos tirar ela..." Não. Ninguém vai fazer isso por mim. Ou eu tenho que me melhorar com ela, entendeu? Ou nós duas temos que decidir lá na rua a nossa situação – para não dar problema para a ocupação (eu acho que o certo é esse). Ou a gente fazer, de alguma forma, as pazes pra viver bem. Porque o coletivo não vai se meter. Não vai me tirar daqui por causa dela, nem vai tirar ela por causa de mim. Então é briga pessoal. Então o coletivo não pode resolver. Quem tem que resolver é o próprio morador. É aí que as pessoas fala "ah, o coletivo não funciona", porque ela quer que a gente vai lá, arranca a pessoa e joga na rua. Nós não podemos fazer isso. Ou ela se entenda bem com a pessoa, procura se entender, ou... se vira, como o ditado do outro. Se vira, dá seu jeito. O coletivo não vai se meter. Porque eu não gosto da fulana, vou pegar fulana... o coletivo vai pegar fulana e vai jogar ela na rua? Pra satisfazer a minha vontade? Não existe isso numa ocupação. Não pode existir isso. Ou se entende e faz uma união, ou então se vira com a pessoa pra lá. Não traga mais problema pro coletivo. Se o coletivo já cansou de avisar que problema pessoal não vai se meter. [Entrevistador: E se a pessoa tenta se virar por conta mas fizer alguma coisa aqui dentro do prédio?] Aqui dentro não pode. Aqui dentro não pode. Mas fazem. Mas não pode. Quer brigar? Quer se esfaquear? Quer matar? Leva lá pra rua. Porque se matar aqui dentro, vai acabar com a ocupação. Vai estragar a ocupação. Por causa de um morador, 68 vai pagar o pato? Não. Então se vira pra lá." (informação verbal)[430]

Acontece que o limite sobre o qual se caminha nesses casos é bastante tênue. Até que ponto, por exemplo, as consequências de brigas "pessoais" não afetam diretamente a segurança das outras pessoas da ocupação? As outras pessoas podem estar sendo colocadas em risco, dependendo do tipo de violência praticada e do tipo de envolvimento que outras pessoas podem vir a ter (por acaso ou mesmo propositalmente, no sentido de apartar alguma situação). Porém, dependendo das consequências que a violência gerar, a própria ação do aparelho repressor do Estado (a polícia) pode ser justificada e requerida por outras pessoas. Assim a própria territorialização da ocupação é colocada em risco. No limite, o próprio movimento social corre o risco de ser ainda mais criminalizado. E, para isso, basta que alguma pessoa do Coletivo esteja envolvida ou que algo aconteça próximo à ocupação para que esta seja envolvida no caso.

É lógico que esse tipo de juízo é menos complexo de ser feito após o acontecimento. Mas como, então, julgar de forma objetiva se uma "simples discussão ou briga" pode vir a se tornar uma situação dessas? Afinal de contas, certos assuntos podem não virar discussões que ofereçam riscos à segurança da ocupação. Mas a garantia da segurança física de moradores e moradoras está longe de ser a única razão de existência do Coletivo. Como já foi colocado em diversas passagens neste trabalho, o Coletivo faz parte de um *projeto político* próprio. Um

[430] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

projeto traçado pelos próprios ocupantes no decorrer de seu cotidiano, muitas vezes disputado e controverso (como já foi visto na seção anterior). Dessa maneira, cabe ainda a pergunta: Situações que coloquem em risco o projeto político buscado pelo Coletivo devem ou não se tornar "assuntos coletivos"? Antes disso: Como julgar isso sem ter clareza mínima do projeto político do Coletivo? Agressões familiares, violência contra crianças e mulheres, dependências químicas, por exemplo, são situações que precisam ou que podem ser enfrentadas como problemas do Coletivo como um todo? Ou são assuntos "particulares"?[431] No limite, trata-se de pensar a respeito de qual é o *papel do Coletivo* no interior da ocupação.

> "Porque as ocupações, a Chiquinha, a Zumbi, a Quilombo que são diferente das outras até pela construção desse espaço coletivo, quando ela se propôs a construção do espaço coletivo, não foi pensado qual seria, qual papel desse espaço coletivo. E tudo passou a integrar isso. Assim, na verdade, o Coletivo virou um grande tribunal, na verdade, porque o Coletivo faz suas próprias leis, o coletivo é soberano... (…) Nós devemos nos comportar como foi determinado na assembleia, mas a única diferença é que nós construímos essa ideia. Todo o mundo tem direito de voz, todo o mundo tem direito de voto, igual. Ou seja, não existem diferenças entre homens e mulheres, entre negros e brancos, miseráveis e não miseráveis. (…) [T]odos têm direito a fala. E eu acho que essa é a grande diferença. E como as pessoas não tinham nenhum contato, até quem tinha proposto, até os idealizadores do Coletivo (…). Como eles não viviam em nenhum espaço construído mesmo coletivamente, é muito difícil acharem qual o papel mesmo do Coletivo, o que ele não deveria fazer, o que não seria problema do Coletivo. Aí tudo passa a ser problema do Coletivo. Por que? Porque a ocupação, além da luta por moradia, há uma discussão política aqui. As pessoas foram inseridas num movimento social. Numa luta contra o capitalismo. Na verdade eles queriam uma moradia e tiveram que comprar uma assembleia coletiva e a luta pelo socialismo. [Entrevistador: Que cada um também compra à sua maneira] Sim, à sua maneira. (…) Aí eu não sei, voltando a falar, eu acho que como é a luta contra todas as opressões, tudo tem que ser discutido no Coletivo. Do pai que bate na criança e até a falta de comida de alguns, é problema do Coletivo. (…) Porque não se discute no Coletivo o penteado de uma pessoa. Não é problema do Coletivo mesmo o penteado de uma pessoa. Mas se discute violência, se discute as cooperativas, as ideias políticas, as ações que prejudicam a ocupação. Tudo isso é do Coletivo e, na verdade, tudo acaba sendo do Coletivo." (informação verbal)[432]

O Coletivo, assim, acaba muitas vezes cumprindo o papel de uma instância mediadora

[431] A cautela aqui é importante. Tanto os problemas com brigas pessoais, citados no parágrafo anterior, quanto as situações de violência contra crianças e mulheres, por exemplo, não são exclusividade das ocupações de sem-teto. Muitos ambientes da própria classe média são seguida e frequentemente afetados por esses episódios de violência. No entanto, a menor exposição desses acontecimentos disfarça o quão cotidiano e próximo dessas classes estão essas situações também. Essa ressalva é importante para afastar qualquer tentativa de depreciação do movimento social em tela pelo fato de acontecerem casos como esses citados. São situações que acontecem em todos os ambientes e em meio a todas as classes sociais, justamente por serem alimentados pelas mesmas significações imaginárias capitalistas que transformam a violência em uma forma comum de interação social.

[432] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

de conflitos. Uma instância que, como pôde ser observado em campo, preza por estimular a resolução dos problemas prioritariamente através do diálogo, e não da violência. Tenta assim influenciar nas maneiras de convivência e interação das pessoas que fazem parte dele. Porém, certas vezes quando as mediações de tensões entre moradores acabam tomando um tamanho maior do que o esperado pela maioria das pessoas das reuniões, a própria existência dos encontros periódicos do Coletivo é colocada em risco.

> "Briga de família é horrível. Tem umas famílias aqui que às vezes as reuniões acabam é por causa dessas famílias. São umas famílias muito complicadas (…). E às vezes eles brigam entre eles, ou entre eles e envolvem outras pessoas da ocupação, e leva pra reunião. Aí que causa briga. Já vi várias brigas assim." (informação verbal)[433]

Isso colabora pra que o costume de realizar e participar das reuniões do Coletivo seja desestimulado. Muitas das pessoas, principalmente da arena secundária da ocupação, acabam sendo repelidas dos espaços-tempos de deliberação do Coletivo justamente por não verem sentido em discussões aparentemente de cunho exclusivamente pessoal.

> "Às vezes o pessoal não vão na reunião e depois fica perguntando. Querem saber o que que houve, o que aconteceu. (...) Depois querer ficar sabendo. Ou então você tomar uma decisão na reunião, ter uma votação pra alguma coisa, aí aquilo ser decidido e depois aqueles que não foram na reunião fica comentando que não devia ser, que não é assim, que não pode. Mas não tava lá na hora pra decidir junto. Aí o que acontece aqui muito é isso. Eles não vão, não quer participar. Diz que só dá briga, que não sei o que, que tem isso, tem aquilo. Aí quando chega e toma a decisão, aí vem a crítica." (informação verbal)[434]

São questões delicadas que podem inclusive abranger a necessidade de se repensar os limites da influência do Coletivo sobre os próprios espaços privados da ocupação. No limite, a pergunta que pode-se fazer é inclusive outra: Até que ponto os "espaços privados" da ocupação são efetivamente *privados*? Um ponto bastante polêmico entre os ocupantes. A luta pelo direito à moradia busca na ação coletiva uma solução para um problema, em muitos casos, bastante marcado pela demanda individual de um espaço familiar, um espaço regado pelos valores de intimidade e privacidade (especialmente enfatizados na modernidade). Quando acontece a conquista de um território pelo movimento social (um agente "coletivo", e não individual), o que caracteriza esse imóvel? Claramente não se trata de uma relação de

[433] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[434] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.

"propriedade" (nos termos capitalistas) por parte do movimento social. No entanto, a *posse* que se estabelece é exercida pela coletividade ou pelos indivíduos que ocupam cada espaço? Ou por ambos? No caso das ocupações dessa fração carioca do movimento dos sem-teto, por exemplo, sabe-se que os quartos são considerados *do Coletivo*. São espaços coletivos *cedidos* aos moradores e às moradoras. Os regimentos dessas ocupações não permitem que uma pessoa ou família "repasse" ou "venda" o cômodo, uma vez que não se trata de *sua* propriedade. E essa é a situação encontrada na Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Mas a influência que o Coletivo pode ter formalmente sobre as atividade privadas não pára por aí. Uma das moradoras entrevistadas explica isso de maneira bem prática:

> "Porque, na verdade, se tem o quarto, mas essas paredes aqui são fictícias. Na verdade, não existem. Porque se eu colocar, se se tirar no novo estatuto, no novo regimento da ocupação que não se pode beber sexta-feira na ocupação, eu não posso beber nem no meu quarto. Porque foi tirado." (informação verbal)[435]

Não se trata, porém, de uma versão sem-teto do "Grande Irmão" que controla tudo e todos/as. Isso principalmente pela característica da própria gestão da Chiquinha Gonzaga. E é a mesma moradora que lembra que "(...) na verdade, não sei que completamente controlado, porque tudo é decidido coletivamente, você não é controlado, porque você faz esse pacto, né? Então ninguém tá controlando ninguém, é tudo consentido." (informação verbal)[436]

As normas definidas pelo Coletivo, porém, naturalmente não são seguidas à risca sempre. Existem nuances e uma série de pequenas "subversões" das normas coletivas. A respeito delas vai-se falar mais nas subseções 3.3 e 3.4 dessa seção ainda. Por agora, vale seguir para a subseção que vai tratar justamente de alguns aspectos da dinâmica das interações que acontecem nesse espaço-tempo formal deliberativo do qual tanto se tem comentado até aqui.

3.2 Regras e normas *formais*: As interações, os debates e as decisões do espaço de poder explícito

Esta subseção que está começando tem objetivos bastante pontuais. Como já se fez vários comentários sobre esse espaço, a intenção aqui é justamente não se repetir. Pelo contrário, a vontade é que se possa aproveitar o momento para sublinhar novas características

[435] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.
[436] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

das interações que acontecem durante ou que influenciam diretamente o processo de deliberação do Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Primeiramente, tal subseção pretende dar conta de adensar um pouco mais as características mais gerais do funcionamento do espaço formal deliberativo. Em seguida, pretende-se apresentar e fazer alguns comentários sobre as principais regras e normas formais da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Por último, o foco se voltará para as próprias dinâmicas das interações pessoais que acontecem nesses espaços-tempos de reuniões do Coletivo.

3.2.1 Traços gerais

Muitas das características gerais do funcionamento do espaço formal deliberativo da Ocupação Chiquinha Gonzaga já foram expostas em outras partes da dissertação.[437] Da mesma forma, sua temporalidade já foi destacada e seus principais aspectos em outros momentos da história da ocupação também foram expostos em páginas anteriores.[438] Agora vai-se, então, adicionar alguns poucos elementos que ainda não foram colocados diretamente. São principalmente ligados ao momento mais recente da Chiquinha Gonzaga. E justamente por se entender que sua dinâmica interna é bastante mutável (como é de se esperar de qualquer processo político), deve-se sempre levar em conta que são características bastante fluidas.

Apesar de antigamente as reuniões serem bastante frequentes, atualmente sua realização é quinzenal na ocupação.[439] Essa temporalidade tem uma dinâmica própria até hoje, variando principalmente de acordo com os temas que predominam nas pautas. Existem períodos em que elas são, portanto, mais e menos frequentes. Uma das moradoras entrevistadas destaca bem em sua fala como a frequência das reuniões foi sendo influenciada pela dinâmica do processo político da Chiquinha Gonzaga. Fica nítido como os encontros do Coletivo acabam interagindo com a espacialidade da ocupação como um todo já de início, no sentido de apresentarem características gerais que variam de acordo com a coletivização das práticas cotidianas e com as necessidades de atividades de restruturação e reformas no imóvel.

> "Já é estipulado que as reuniões são quinzenais, né. Já teve, no início da ocupação, as reuniões eram duas vezes por dia. Eram 14 reuniões por semana, porque era de

[437] Ver especialmente a seção intitulada "Uma fração diferenciada: ocupações e coletivos", no segundo capítulo.
[438] Nesse caso, ver principalmente a seção com o título "Fazendo as honras: Apresentação e linhas gerais da Ocupação Chiquinha Gonzaga", também no segundo capítulo.
[439] Segundo informação confirmada por todas as pessoas entrevistadas.

> domingo à domingo. Mas porque tinha essa necessidade, né: todo dia a gente tinha que tirar uma comissão pra ver quem faria a comida, quem ia trabalhar na hidráulica, na elétrica, quem ia conversar com o INCRA, quem ia resolver essas questões jurídicas. Todos os dias tinham coisas pra resolver. Então a gente tinha necessidade dessas reuniões. Com o tempo a gente foi conseguindo resolver, de pouco a pouco. Então essas reuniões... A necessidade de reuniões foi diminuindo, então a gente começou a colocar reunião três vezes por semana. Aí depois passou pra uma vez por semana e aí, depois, das últimas vezes o pessoal em reunião mesmo decidiu que seria de 15 em 15 dias. E assim permanece. Então as pessoas sabem que tem." (informação verbal)[440]

Essa definição prévia das reuniões, no entanto, muitas vezes depende de outros fatores pra se concretizar. Apesar de todos os moradores poderem participar[441] e saberem que oficialmente as reuniões acontecem quinzenalmente, é sempre necessário que haja algum tipo de lembrança (ou até mesmo de "estímulo") para que o espaço formal deliberativo receba um encontro do Coletivo. Esse estímulo pode surgir de fatores externos (como por exemplo a necessidade de resolver alguma nova questão ou retomar alguma antiga) ou de fatores internos (o interesse de certos indivíduos em que aconteça a reunião por diversos motivos). Certas vezes essa lembrança é feita com uma divulgação "boca-a-boca",[442] ou mesmo com a distribuição de pequenos folhetos pelas portas da ocupação.[443] Mas uma das maneiras mais lembradas nas entrevistas pelas quais algumas pessoas do Coletivo às vezes tentam lembrar desses momentos formais de gestão coletiva do território da ocupação é "[a]través dos anúncios expostos nos corredores." (informação verbal)[444] Nesse sentido, as paredes dos espaços informais de uso comum ganham um papel importante para a gestão territorial do prédio pela coletividade.

> "(...) um menino que mora lá, e ele coloca toda a semana a próxima reunião, um lembrete da reunião, do dia da reunião. E a gente tem aquela mania de gritar: 'Reuniãão!' [risos]. Fora se tiver um problema. Aí a gente tem uma extraordinária. [Entrevistador: Mas aí coloca esses bilhetinhos aonde?] Nas paredes, em todos os andares." (informação verbal)[445]

---

[440] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

[441] Todas as pessoas entrevistadas confirmaram que o espaço formal deliberativo do Coletivo da Chiquinha Gonzaga está aberto a todos/as os/as moradores/as do prédio. Algumas pessoas também lembraram que, em certas situações, é aceita também a participação de apoiadores.

[442] Como outra moradora destaca, em entrevista realizada no dia 17/07/09: "Ou quando eles vai resolver alguma coisa da bomba, alguma coisa assim. Aí um avisa, ou eles passam de boca em boca também." (informação verbal)

[443] Um dos moradores, entrevistado no dia 22/08/09, lembra que "[à]s vezes dão um papel até com as datas." (informação verbal)

[444] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 01/09/09.

[445] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.

> "O menino sempre (…) bota os quadros avisando: 'Dia tal, reunião às 20horas.' Que nunca começa às 20horas, porque ninguém respeita o horário. Ontem foi começar quase 22hs da noite a reunião. Pouquinhas pessoas... [Entrevistador: E por que demora tanto daí?] Porque não desce. O pessoal não desce, não desce, não desce. A gente fica esperando, esperando, esperando e ninguém desce." (informação verbal)[446]

Tais falas deixam em destaque duas coisas bem importantes na dinâmica do funcionamento dos espaços formais deliberativos. E ambas se relacionam com o momento imediatamente antes da realização das reuniões. Esse é um momento especial de convencimento (fundamental para o projeto político que se tenta construir na Chiquinha Gonzaga). Afinal de contas, como em qualquer processo político que busque romper minimamente com a tendência à apatia social e estimular qualquer traço de autogestão, existem disputas simbólicas (com reflexos bastante práticos e concretos) muito sutis a serem feitas (e que precisam ser feitas praticamente a cada novo segundo do processo).

> "Hoje a gente tem muita dificuldade, assim, por causa da novela. A galera só desce mesmo depois que a novela acaba. O horário da reunião era pra ser às 20hs. E teve outras novelas, assim, que segurava bastante a galera. Aí depois, quando acaba a novela, a galera começa a descer mesmo assim. Mas aí a gente perde muito tempo, porque a galera que desce primeiro aí já fica estressado, aguardando a galera chegar. Aí parece que assim: Quando acaba a novela, começa a descer todo mundo. Aí começa a descer pessoas pra assembleia, é muito engraçado." (informação verbal)[447]

Para tentar contornar isso, uma das práticas espaciais prévias aos encontros deliberativos do Coletivo mais comum é o "chamado vocal" pelos corredores.[448] "(...) [Q]uando chega a hora da reunião eles ficam gritando 'Tá na hora da reunião!'" (informação verbal)[449] Foi essa, por sinal, a prática mais lembrada pelas pessoas entrevistadas quando questionadas sobre as maneiras como moradores/as ficavam sabendo das reuniões do Coletivo.

> "A gente tem desde o início da ocupação uma chamada vocal [risos]. E as pessoas sabem da reunião. Mas assim, tem aquele lembrete assim, geralmente algum vai subindo e vem descendo: 'Reuniãão!'. (...) [risos]. Isso foi passando, foi passando de ocupação pra ocupação. (…) [N]ão sei se já acontecia isso em algum outro lugar, mas aqui tinha essa coisa de ir, geralmente um se candidatar. Geralmente os

[446] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[447] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[448] Diga-se de passagem, essa é uma prática que é vista também em todas as outras ocupações de sem-teto que fazem parte da mesma fração do movimento que a Ocupação Chiquinha Gonzaga.
[449] Morador da ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

> mesmos, assim, já vinham descendo... 'reuniãão', enchendo o saco [risos]. E aí as pessoas descem." (informação verbal)[450]

Geralmente esse tipo de prática é protagonizada por pessoas ligadas ou próximas a algum campo político. E isso faz com que se volte à questão dos interesses envolvidos na convocação para as reuniões.

O momento da convocação das pessoas é crucial para as reuniões da Chiquinha Gonzaga. É um momento de convencimento bastante sutil: muitas vezes é necessário reforçar a importância da participação de cada um no debate a respeito dos assuntos coletivos. Como a participação não é obrigatória, esse convencimento se dá geralmente através de uma interação verbal direta (batendo de porta em porta, nos 70 quartos da ocupação) ou indireta (como é o caso do grito de "reuniãããão!"). De uma forma ou de outra, é essa peregrinação pelo prédio que muitas vezes garante que um assunto seja discutido por uma boa parte das suas moradoras e moradores.

Mas esse momento também muitas vezes deixa explícito algumas nuances da própria dinâmica de negociação política que acontece dentro prédio. Isso porque tal tática (fortemente espacializada) de mobilização e convocação não é tão banal de ser realizada: Lembre-se que, fora o andar térreo, são outros 12 andares de escadas a serem subidas. Assim, para certas pessoas que moram na Chiquinha a motivação em subir e descer o prédio inteiro para convocar moradores/as para a reunião nem sempre está simplesmente em uma "vontade desinteressada" de grande participação. As pessoas que realizam essa tarefa deixam muitas vezes entrever, na opinião de alguns/as, que têm especial interesse naquela atividade coletiva específica. E esse interesse é frequentemente associado ao campo político ao qual tal sujeito é vinculado.

> "Eu, pelo menos, sei quando tá... o interesse. Isso aí é fundamental: o interesse. Quando a pessoa tá interessada que aquela reunião prossiga, ele sobe e desce tentando não sei quantas vezes gritando 'Reuniãão!', gritando igual louco. Eu observo logo: 'Ele tá interessado. Alguma coisa que vem dele, que ele tá muito interessado na reunião.' Do contrário, ó: ele nem liga. Não só uma pessoa, vários moradores. Quando tem interesse, desce rapidinho e sai caçando um montão de gente." (informação verbal)[451]

Esses interesses não podem ser vistos somente como motivados pela vontade de obter vantagem pessoal com alguma decisão tomada no espaço formal deliberativo da ocupação.

[450] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[451] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

Muitas vezes, o interesse que existe e que fica claro nesse momento de convocação para a reunião é de outro tipo. É um interesse mais ligado à participação efetiva das pessoas que moram no prédio. A ampliação da participação de moradores/as nos encontros deliberativos da Chiquinha Gonzaga amplia também a capilarização do projeto político encampado desde o início por vários moradores/as da ocupação – como já foi pontuado em outras passagens da dissertação. E muitas vezes o próprio acontecimento da reunião depende dessa forma de convocação (independentemente dos temas que serão debatidos nela).

De qualquer maneira, pode-se perceber como algumas pessoas da ocupação se valem dessas situações que acontecem antes das reuniões justamente para justificarem sua não-ida ao espaço formal deliberativo naquele momento. Vendo quem está fazendo essa "peregrinação convocatória" e, ao mesmo tempo, sabendo quais têm sido os assuntos principais nos corredores e na chamada "Rádio Corredor"[452] da ocupação, muitas vezes certas pessoas prevêem a pauta e até mesmo os rumos da reunião que vai acontecer.[453] E essa antecipação chega até a desestimular a participação de certas pessoas. Por sinal, a fala de uma moradora deixa isso bem claro: "[À]s vezes eu não vô porque vem até a (...) e diz 'Ah, não vai não (...). É pra discutir...' Aí eu falo: 'Não vô mesmo não'. Teve a de segunda-feira agora eu não fui não." (informação verbal)[454]

As discussões e brigas nas assembleias surgiram como um fator importante pra que as pessoas não comparecessem à elas. Então, nas entrevistas realizadas também buscou-se saber quais eram esses assuntos que causavam discussões. Os resultados, porém, não deram grande destaque a nenhum tema em especial. Como pode-se ver na Tabela 6 abaixo, os problemas de convívio (como limpeza e segurança) são seguidos pelas brigas pessoais, pelas discussões sobre as finanças e sobre o processo de regularização e reforma do prédio.

Porém viu-se na subseção anterior que o limite entre o que é e o que não é considerado um "assunto coletivo" é muito tênue. Não existe um grande consenso em relação a isso. Acontece que muitas pessoas, apesar de não entrarem em comum acordo sobre "o que são assuntos particulares", concordam que esses assuntos não deveriam fazer parte das discussões do Coletivo. Acredita-se que por isso é que são percebidos comportamentos diferentes dos moradores e moradoras em relação às reuniões nas quais predominam esses diferentes assuntos.

---

[452] Mais sobre a "Rádio Corredor" será abordado na subseção 3.3 a seguir, chamada "*Ágora* e opiniões, infrapoder e segurança: Corredores, portaria e calçada".

[453] Isso se repete também com outras atividades coletivas, como é o caso de mutirões, eventos e oficinas.

[454] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

Tabela 6: Assuntos que geram mais discussões no Coletivo, segundo moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados/as

Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Problemas de convívio (limpeza, segurança, etc.)	1			2	3
Brigas pessoais / de família	1	1			2
Finanças do prédio		2			2
Obra e processo de regularização / reforma	2				2
Problemas estruturais / materiais do prédio (infiltração, elétrica, hidráulica, etc.)			1		1
Qualquer assunto				1	1
Total de assuntos citados	4	3	1	3	11

Por mais que as questões ligadas ao convívio, às finanças e ao processo de regularização / reforma também causem eventualmente brigas e discussões, são assuntos que a maioria das pessoas consideram dizer respeito claramente ao Coletivo. Os "graus" com os quais as pessoas se interessam por esses assuntos é claro que também variam. E acabam influenciando diretamente a própria dinâmica de participação nas reuniões. Dependendo dos assuntos tratados, mais ou menos pessoas terminam se dispondo a comparecer ou mesmo a se expressar verbalmente nos encontros deliberativos do Coletivo.

Em reuniões sobre assuntos de grande interesse (como a reforma e a regularização fundiária do prédio), por exemplo, a participação[455] tende a ser maior. Inclusive pessoas que fazem parte geralmente das arenas da ocupação podem se fazer mais presentes e intervirem mais verbalmente. Já quando os assuntos predominantes nas reuniões são aqueles mais ligados à gestão cotidiana da ocupação (como limpeza, festas, cessão do espaço para eventos de outras organizações, etc.) a participação tende a diminuir um pouco – especialmente das pessoas das arenas. Se assuntos privados tomam conta da reunião, por sua vez, até mesmo pessoas ligadas aos campos políticos tendem a deixar de participar. Uma tentativa de representação gráfica dessa dinâmica é apresentada na Figura 63 abaixo.

[455] Aqui, considera-se a participação como a "presença física" na reunião. Mas não só isso: Como a pesquisa interessa-se também pelas interações verbais que acontecem nos encontros deliberativos do Coletivo, essa participação também leva em conta o fato de as pessoas *falarem* nas reuniões.

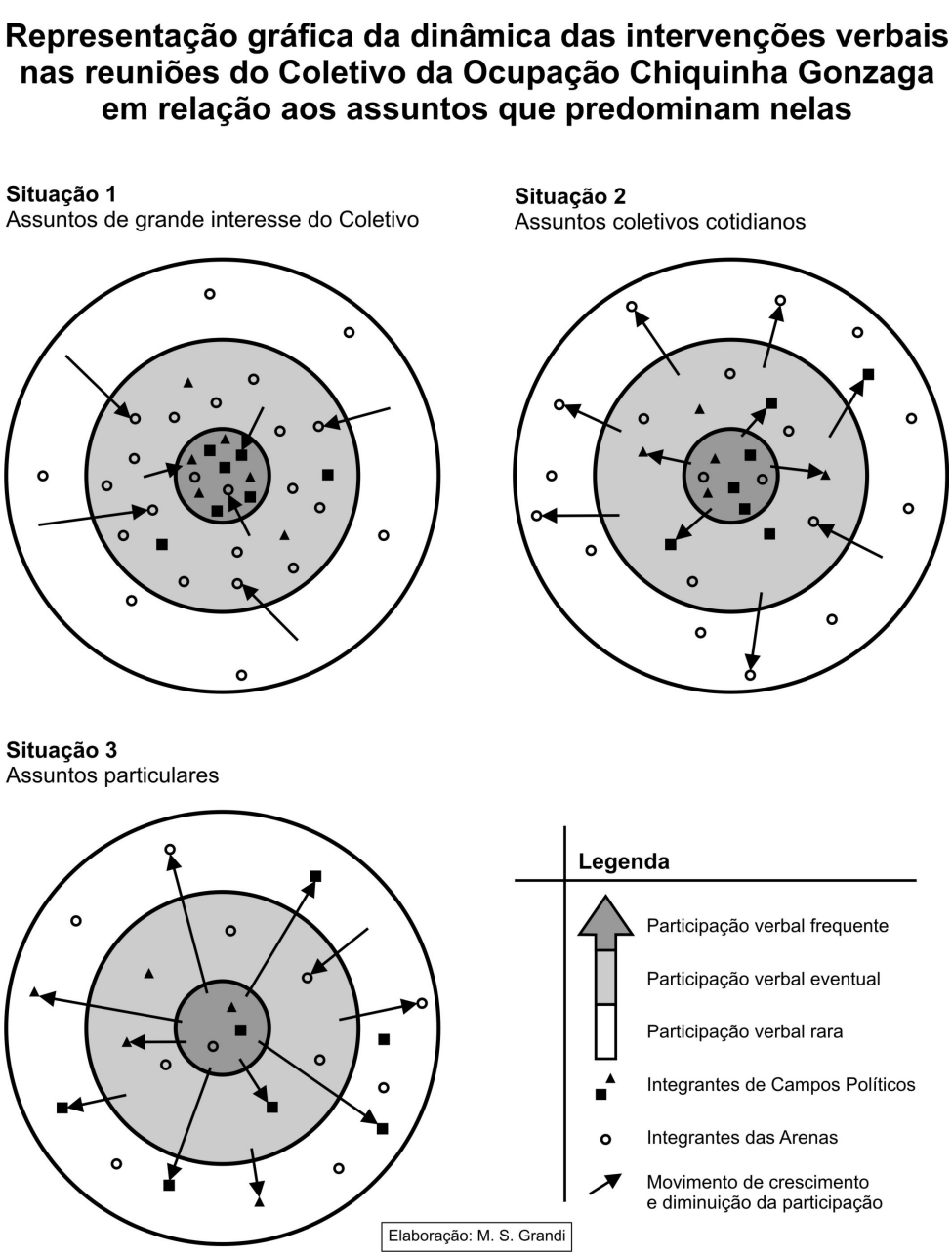


Figura 63: Representação gráfica da dinâmica das intervenções verbais nas reuniões da Ocupação Chiquinha Gonzaga em relação aos assuntos que predominam nelas

A fala de uma das pessoas entrevistadas explicita melhor essa tendência.

> "Mas também assim, tem pessoas que se afastou por causa de briga, por causa de discussões que não gostaram, por causa de às vezes... eu tenho um problema com a minha vizinha e levava pra reunião pra discutir. Que não é o que tem que ser. Quem tem os seus problemas pessoais, tem que discutir não na reunião mais. Esses tipos de coisa. Tem gente que se afastou também não é porque não gosta, não sei o que. É por causa desse tipo de coisa. Às vezes ia pra reunião e tinha briga... Agora nem tem tido. Agora tá bem organizado. Tanto que eu tinha parado de ir em uma época. Eu mesmo parei de ir lá. Agora que eu voltei a ir na reunião. Eu tinha parado. Por

causa das brigas." (informação verbal)[456]

Uma questão ainda parece ser importante de ser lembrada a respeito daquelas pessoas comumente vinculadas aos campos políticos da ocupação. No que envolve essas pessoas, vale lembrar que nem sempre elas intervêm verbalmente nas reuniões. Certas vezes, alguns desses integrantes assumem um papel de "suporte" dos outros membros de seu campo político que estão, eventualmente, expondo-se mais verbalmente. Isso não acontece necessariamente de maneira proposital e refletida. Mas essa função ainda assim é bastante importante. Principalmente porque o processo de convencimento não se dá somente através da interação argumentativa. Muitas pessoas são mais sensíveis a mensagens transmitidas gestualmente, por exemplo, e a influência sobre elas pode se dar dessa forma. Da mesma maneira, certos gestos que demonstrem aprovação ou desaprovação podem ter outra função fundamental: A de dar mais ênfase em certas colocações (reforçando-as ou destacando-as) ou, do contrário, desautorizar e diminuir o crédito de outras afirmações.

Ainda assim, as reuniões têm acontecido e cumprido o seu papel de espaço das decisões formais sobre a gestão territorial da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Como bem ressaltou uma das pessoas entrevistadas,[457] a "capacidade de deliberação do Coletivo" é um aspecto que precisa sempre ser lembrado. É claro que não se trata de um critério que possa ser medido de maneira objetiva. Mesmo as formas mais sensíveis e subjetivas de avaliação de uma característica como essa são muito arriscadas. O que se pode afirmar, no entanto, é que se percebe como o Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga mantém uma boa capacidade de mobilização e deliberação (especialmente em relação a alguns assuntos, ainda que em alguns momentos as reuniões se esvaziem). Geralmente, isso parece ficar mais claro quando os assuntos tratados são entendidos por boa parte das moradoras e moradores como de interesse direto do Coletivo. Bons exemplos são questões como as obras de reforma do prédio, o processo de regularização fundiária ou de outros serviços – como o fornecimento de água e luz. Percebe-se isso também quando os assuntos aparentemente afetam de forma mais direta o cotidiano dos moradores – como é o caso de alguns assuntos particulares que acabam tomando grandes dimensões e afetando outros moradores. Nesses momentos, porém, fortalecem-se também os outros espaços de formação de opinião (como os corredores, alguns quartos e os arredores da ocupação).

Sendo assim, as normas e as regras que acabam sendo decididas nas reuniões do

[456] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.
[457] Entrevista realizada com ex-integrante da FLP em 22/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

Coletivo têm seu papel central também reforçado. Elas serão o foco das próximas páginas.

3.2.2 Regras e normas formais

As regras e normas formais da Ocupação Chiquinha Gonzaga têm características próprias. Além de uma dinâmica temporal específica, vinculada justamente ao seu projeto político predominante, no meio delas podem ser diferenciadas pelo menos dois tipos de normas: Aquelas que são registradas em documentos escritos da ocupação e aquelas que são acordadas de forma verbal.

Aparentemente o que mais diferencia as regras formais das informais é justamente o fato de que as primeiras são fruto de decisões feitas diretamente pelo Coletivo em seu espaço formal deliberativo. Já as regras informais são principalmente aquelas que se estabelecem entre moradores/as durante o convívio cotidiano, sem que haja a necessidade de o Coletivo posicionar-se formalmente a esse respeito. Mais sobre a dinâmica dessas "normas informais de convívio" será visto na subseção 3.4 deste capítulo.[458] Porém, é frequente perceber que regras informais também são eventualmente formalizadas (por exemplo quando a negociação informal encontra limites para alcançar algum desfecho). Da mesma forma, algumas regras formais podem ser modificadas pelo Coletivo mas, informalmente, em alguns casos continuar sendo mantidas por algumas pessoas no cotidiano da ocupação.

Vale lembrar que, da mesma forma que acontece com outros tipos de "legislação" existente em outras dimensões da sociedade, as regras formais escritas da Chiquinha também acabam sendo passíveis de diferentes interpretações. Dessa forma, existem questões que, mesmo não estando explicitas no regimento interno da ocupação, são consideradas por algumas pessoas do prédio como regidas pelo documento. Um bom exemplo são as brigas entre moradores/as: Apesar de não constar no regimento interno atual que "moradores/as não podem brigar entre si", essa é uma postura que muitos/as entendem como parte direta do documento (especialmente a partir da interpretação de um de seus itens, que aponta como dever "[...] de todo morador agir com bom senso na forma como se porta nas dependências da ocupação, evitando conflitos que possam ser levantados nas assembleias").[459]

Outra característica importante das regras formais (e que, nesse caso, não se aplicam pura e exclusivamente às que orientam o processo político da Ocupação Chiquinha Gonzaga)

[458] Subseção intitulada "Regras e normas informais: Costumes e negociações para a convivência e o bem-estar coletivo".

[459] Cf. item 17 do "Regimento Interno da Ocupação Chiquinha Gonzaga – RJ", em Anexo II.

diz respeito à sua abrangência. É certo que se tratam de normas que podem ser a qualquer momento rediscutidas, que estão formalmente ao acesso de todos os que são sujeitos à elas, que não são meramente proibitivas e que têm um alto grau de flexibilidade. Porém, de qualquer maneira, as regras formais do Coletivo são estabelecidas abrangendo a todos igualmente. Ou seja: Não são aplicáveis somente a algumas pessoas da ocupação (ainda que possam existir critérios para que algum indivíduo esteja sujeito a algumas delas, por exemplo). Aparentemente, essas características do comportamento dos mecanismos de poder internos da ocupação poderiam inclusive estimular reflexões que, por exemplo, considerem com mais propriedade e atenção do que nesta dissertação as considerações do filósofo francês Michel FOUCAULT (1990, 1995, 2006). Mas seja como for, é necessário reconhecer que não se tem conhecimento suficiente no presente momento (nem teórico, nem de dados a respeito da experiência observada) para se desenvolver qualquer reflexão a respeito desses mecanismos de exercício do poder do Coletivo na ocupação. Porém, pode-se reconhecer que existe aí um caminho bastante interessante para pequisas futuras.

De volta às regras formais da ocupação, vale lembrar que elas também possuem uma dinâmica temporal própria (como foi recém citado). Como cada reunião do Coletivo é soberana em relação à anterior, as decisões tomadas em um momento podem ser rediscutidas sempre que algum morador ou alguma moradora achar importante que isso seja feito. As únicas regras que parecem ter uma dinâmica um pouco diferentes são as que estão presentes no regimento interno da Chiquinha Gonzaga. Mas isso não por exigirem algum procedimento especial para serem modificadas. Aparentemente, uma das coisas que tornam as o processo de mudança das regras que estão no regimento interno um pouco diferente é o valor simbólico que esse documento escrito acaba tendo no contexto da ocupação. Mas isso não quer dizer que, na prática cotidiana, essas regras não sejam efetivamente (e, certas vezes, inclusive formalmente) modificadas e adaptadas.

É interessante aqui lembrar algumas colocações de Elaine Freitas de OLIVEIRA (2009:86), já citadas em uma das notas de rodapé do segundo capítulo.[460] A autora bem lembra que o uso da escrita para registrar as decisões das reuniões nunca foi demandado pelo conjunto de moradores/as dessas ocupações. E isso liga-se com o fato de as deliberações estarem sempre abertas a mudanças (já que cada nova reunião pode rediscuti-las, se for o caso). Acontece que o principal documento escrito com registro de normas da ocupação é o

[460] Quando se tratou de apontar "Pequenas anotações sobre aspectos da dinâmica política interna e outras vivências sociopolíticas-espaciais compartilhadas pelas três ocupações" da fração carioca do movimento dos sem-teto na qual inclusive a Ocupação Chiquinha Gonzaga está inserida.

próprio regimento interno. Isso acaba lhe dando um caráter simbólico diferente: Apesar de todos saberem que são regras que podem ser rediscutidas, seu registro escrito pode fazer com que ele pareça menos flexível à mudanças.

Uma observação interessante e que parece concordar com a colocação da autora citada acima diz respeito ao próprio caminho pelo qual se conseguiu ter acesso ao regimento interno atual da Chiquinha Gonzaga. É preciso reconhecer que houve uma certa dificuldade para isso. Mas não por conta de qualquer indisposição pessoal. Pelas conversas que foram travadas com moradores/as, todos os quartos receberam inicialmente ao menos uma cópia do regimento interno para si. Acontece que, mesmo assim, nem todas as pessoas sabem atualmente onde se encontram tais cópias. Aparentemente, isso pode se ligar de alguma maneira à predominância da oralidade na ocupação – e não da palavra escrita. E, nesse sentido, as regras formais escritas podem acabar se mesclando um pouco com a estrutura das regras formais que são acordadas somente de forma verbal nas reuniões do Coletivo. Exemplos dessas regras formais não-escritas são: O estabelecimento do pagamento das taxas do prédio, a proibição de se colocar lixo nos corredores e o horário para se descer o lixo para a rua.

De qualquer maneira, é o regimento interno o principal exemplo das regras e normas formais escritas da Chiquinha. Diga-se de passagem, tal documento parece ser fundamental em vários aspectos, já que em certos pontos é justamente ele que marca de forma mais clara os traços do projeto político que orienta a ocupação no sentido da luta por moradia. A própria possibilidade de modificação constante deixa isso bem explícito. As reuniões são sempre abertas a todo tipo de discordância, inclusive a respeito da própria necessidade de existência do Coletivo[461] (como já ficou claro em uma fala citada na segunda seção deste capítulo). Assim, o espaço formal deliberativo da ocupação Chiquinha Gonzaga está sempre aberto a discutir e rediscutir suas normas coletivas. Tal característica parece colaborar para o fortalecimento de uma experiência que busque se aproximar da autogestão.

> "A gente tá pra rediscutir esse regimento, já dar uma atualizada nele. Que esse regimento é do início da ocupação. Mas assim, eu acho que a grande maioria das coisas que tem no regimento vai ser mantida. Essa questão de não usar pra fins comerciais, igreja e tal. A questão da convivência, boa convivência com os vizinhos... Isso permanece. [Entrevistador: Desde que ocuparam então não se mudou o regimento?] É, teve um regimento anterior, no início da ocupação. Antes de ocupar a gente já dizia 'Olha só: vai entrar quem tiver nesses propósitos aqui. Vai ocupar pra isso, isso aquilo outro.' No início, nada de bebida... Porque imagina: você tá ocupando, daí no dia da ocupação todo mundo chapando o côco [risos] aí

[461] Conforme informações obtidas através de entrevista realizada com moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 17/09/09.

> chega a polícia. Imagina! Teve todo uma rigidez mesmo com relação a isso. 'Gente, não pode entrar bebida aqui, de maneira alguma.' Hoje já é uma coisa que não seria tão importante na coisa. Apesar de ter o limite: você ter que ter uma boa convivência com seus vizinhos. Mas desde que você tome a sua cervejinha, seu vinho, seja lá o que for, dentro da sua casa, aqui nas festinhas, não há problema mais. Porque a gente já tá numa outra fase da ocupação, da luta. Então já é uma outra história. Mas no início isso foi um ponto forte na questão da resistência aqui do prédio." (informação verbal)[462]

Percebe-se como as regras e normas formais do Coletivo também modificam-se de acordo com a conjuntura sócio-espacial da ocupação (como já foi dito em outras passagens). Dependendo da "fase da ocupação", como se referiu a entrevistada, certas práticas espaciais são ou não aceitas em seu interior. Questões como a estabilidade da territorialização feita pelo Coletivo ou mesmo a aceitabilidade da ocupação por parte das pessoas que vivem no seu entorno influenciam essas normas formais. Da mesma forma, a evolução das restruturações realizadas pelos moradores e moradoras no imóvel torna outras regras obsoletas. Um exemplo, já dentre as regras formais não-escritas, é o horário de funcionamento da cozinha e das refeições coletivas: Com o avançar da ocupação dos andares e a ampliação dos espaços de uso privado, essas regras tendem a gradualmente perderem seu sentido.

Esse paralelo é interessante de ser construído. No entanto, isso não será feito de forma exaustiva aqui. Tanto o regimento interno do início da ocupação Chiquinha Gonzaga quanto o regimento atual encontram-se em anexo[463], caso seja de interesse a consulta direta.[464] Aqui, além da referência rápida àquelas regras formais que foram mais lembradas pelas pessoas entrevistadas, vai-se também focar as considerações naquelas normas que parecem mais interessantes do ponto de vista da espacialidade da busca pelo entendimento entre moradores/as. Claro que não há como fazer nenhum juízo de valor entre os pontos abordados pelas normas formais coletivas do regimento da Chiquinha. E nem seria essa a intenção aqui. Dessa forma, a ordem na qual as questões serão lembradas é reconhecidamente aleatória.

De início, parece importante colocar que uma das regras que consta no regimento interno da ocupação Chiquinha Gonzaga é justamente o próprio respeito a esse documento.

> "É... As principais regras, né? Acho que é a questão do respeito mesmo ao regimento interno. Que aí, nesse regimento, tem várias coisas: a questão da boa convivência com os vizinhos, a participação nas reuniões e, portanto, nas decisões

[462] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[463] Cf. Anexo II.
[464] Vale lembrar também que já se apresentou o regimento interno que vigorou no início da ocupação Chiquinha Gonzaga no final do segundo capítulo, na terceira seção intitulada "Fazendo as honras: Apresentação e linhas gerais da Ocupação Chiquinha Gonzaga."

> do coletivo – o que precisa ser feito, desde a cor do prédio que vai pintar até essa questão de fazer comissão pra ir resolver algum problema na Light, na Cedae... Então, é uma obrigação de todo mundo tá participando das reuniões. Acho que tem várias coisas, né. Dentro do regimento mesmo tem várias coisas." (informação verbal)[465]

É interessante notar também logo de saída que o próprio regimento interno da ocupação já estabelece e estimula a participação efetiva de *todos/as* nas decisões que dizem respeito ao prédio. Um de seus itens deixa bastante explícito que "[o] movimento de ocupação 'CHIQUINHA GONZAGA' organizará assembleias, reuniões e outras discussões para traçar planos com o conjunto dos ocupantes sobre os destinos da ocupação."[466] Ao mesmo tempo, define de forma direta ou indireta a obrigatoriedade na participação das reuniões em pelo menos outros três dos 23 itens do documento.

Vê-se que esse esforço do Coletivo em assegurar formalmente a participação de todas as pessoas no processo de planejamento e gestão do seu território faz parte do projeto político que predomina na ocupação: De buscar construir relações radicalmente democráticas no seu interior. Por sinal, pode também ser visto como uma contribuição de peso no sentido de apontar para as linhas gerais tanto do projeto de autonomia de Cornelius Castoriadis quanto de um agir orientado ao entendimento mútuo como o sugerido por Jürgen Habermas.

O documento também define, por outro lado, como sua existência está subordinada ao Coletivo. Suas normas permanecem sempre abertas a discussão: "O presente regimento interno poderá ser alterado no seu todo ou em parte desde que convocada assembleia específica para esse fim."[467] Dessa maneira, as regras que estão escritas nele escapam formalmente de cumprirem o papel de "moldes" ou "amarras" à realidade concreta dos moradores e das moradoras da ocupação (ainda que suas linhas possam ter o peso simbólico do qual se falou parágrafos acima).

Outra das regras formais da Chiquinha Gonzaga que mais foram lembradas pelas pessoas entrevistadas diz respeito a um aspecto que já foi apontado também em outras passagens dessa dissertação: A segurança autogerida da ocupação. Um dos moradores destaca como uma das regras, por exemplo, "(...) a questão de qualquer coisa não ser chamado a polícia – que tá no regimento interno que não pode se chamar a polícia pra decidir nada ali..." (informação verbal)[468] Informação essa referendada por outras pessoas também, além de

---

[465] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[466] Cf. Anexo II.
[467] Cf. Anexo II.
[468] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

constar claramente no regimento interno atual.

> "Outra regra que a gente tem, que existe num regimento interno: membro nenhum não se envolver com... Nossos problemas aqui levar pra polícia, acho que nem pra morro assim. Esse é um regimento que a gente tem interno. Nem pra levar pra morro pra tá discutindo isso. A gente tenta decidir mesmo, resolver nossos problemas dentro de uma assembleia, assim." (informação verbal)[469]

Dessa forma, o Coletivo busca estabelecer-se como a principal instância de mediação e resolução de possíveis conflitos que possam acontecer no interior do prédio. Ao mesmo tempo, evita reforçar outras instâncias (como o Estado, na figura das polícias, ou mesmo os traficantes de drogas ilícitas que operam no varejo na área). Isso parece fundamental para a Chiquinha Gonzaga, uma vez que, em última análise, são instâncias que podem limitar em diversos sentidos tanto seu projeto político quanto as conquistas materiais mais concretas e objetivas da ocupação (como a própria moradia).

> "Tem essa preocupação que, pra gente é em dobro, que é tentar não arrumar confusão pra não chamar polícia aqui pra dentro. Porque a gente sabe que a polícia tá ali pro Estado, é o Estado, é uma repressão. Então não combina muito com o tipo de movimento que a gente faz. Apesar de a gente não tá fazendo nada ilícito. Mas é criminalizado esse tipo de movimento, né? Então é claro: [Policiais] não são pessoas que tão ali pra ajudar a gente. Então, nesse caso, se acontece uma briga entre vizinhos, uma confusão desse tipo, chamar a força repressora pra cá é ruim. Então essa é uma coisa que a gente pega também muito no pé do pessoal pra evitar isso." (informação verbal)[470]

Em um sentido similar, mas principalmente vinculado ao projeto político da Chiquinha, é colocado através do regimento interno a proibição de que qualquer ocupante mantenha relações com parlamentares, governos ou representantes de partidos políticos dentro da ocupação.

> "A gente tenta o tempo todo se manter independente nessas coisas, né. Porque evita-se uma questão de fazer curral eleitoral. (…) E a questão da condução também, política. Porque a gente sabe que tem aqueles partidos que chegam e aí já têm o seu próprio modo de conduzir as coisas e acaba jogando isso. (…) Começam a ditar coisas, desrespeitando a própria organização do movimento. Então por isso a gente sempre teve o cuidado de não ter [relação com partidos, parlamentares e governos]. As pessoas têm a liberdade de ser de qualquer partido. E as pessoas de partido podem vir aqui enquanto qualquer outro visitante. Mas não em nome do partido, não pra fazer atividades de partido. A gente não permite que isso aconteça

[469] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[470] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

aqui não." (informação verbal)[471]

Os usos e funções dos espaços internos também são objeto direto de algumas definições que constam no regimento interno da Chiquinha Gonzaga. Certas preocupações que envolvem tais questões parecem ser entendidas por algumas pessoas da ocupação como características bastante importantes da ocupação. Uma das moradoras entrevistada, por exemplo, explicita que na sua opinião "(...) a principal regra da ocupação é não vender e não transformar em comércio o apartamento. Eu acho que há uma luta contra isso também." (informação verbal)[472]

> "A pessoa não pode pegar o apartamento pra fazer uma barraquinha e morar em outro lugar. Não tem isso. É pra fins de moradia. Igreja, mesma coisa: também não pode usar. Isso já tá no regimento já desde o início. Não é pra fins religiosos também. Você tem todo o direito de ser católico, da umbanda, do candomblé, da igreja protestante... Qualquer religião que for. Assim como você tem o direito de ser flamenguista, vascaíno, de partido, de qualquer coisa. Mas aqui é um espaço que a gente tenta ser o mais neutro possível, né. Tentar não fazer disso confusões. Porque acaba tendo confusão. E aí o central, aqui, é a questão do direito à moradia. Além dessa porta de entrada pros outros direitos. Mas a finalidade daqui da ocupação é pra você ter uma moradia. Então a gente tenta o tempo todo pra não ter uma distorção dessa finalidade." (informação verbal)[473]

Ademais, não se pode também alugar quartos no prédio – tudo isso sob a penalidade de se perder o direito de permanecer no espaço. Essas definições tentam garantir que os espaços de moradia da Chiquinha sejam efetivamente utilizados como tais e por aquelas pessoas que têm necessidade imediata de um teto. Logicamente que existem pessoas na ocupação que utilizam seus espaços de moradia como apoio para as atividades através das quais buscam sua renda (como o preparo de doces, salgados, bolos, café, artesanatos e outros tipos de produtos comercializados pelos/as próprios/as moradores/as). Mas esses casos, claro, não são considerados como "atividades comerciais". E, como diz o próprio regimento, "[o]s quartos não podem ser utilizados *unicamente* para estabelecimentos comerciais, industriais ou igrejas, sendo obrigatório que o ocupante more no local".[474] Um dos objetivos principais dessa definição pode ser visto justamente como a tentativa de prevenir o Coletivo, em certa medida, de oportunistas que busquem lucrar com a especulação do espaço (seja pela venda, seja pelo aluguel) ou que não necessitem realmente de um espaço para morar.

---

[471] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[472] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.
[473] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[474] Cf. Anexo II.

Ainda sobre o uso dos espaços, o regimento interno também diz que "(...) as demais áreas coletivas serão utilizadas de acordo com as decisões encaminhadas em assembleias.", sendo que "[o] uso das dependências coletivas da ocupação para fins de festas e confraternizações, deverá ser aprovado em assembleia".[475] Da mesma deve-se proceder para que os espaços internos da Chiquinha Gonzaga sejam liberados para atividades de outras organizações de movimentos sociais.

Por fim, é importante também lembrar de outras regras formais fundamentais da ocupação, como o fato de que "[n]ão pode usar droga, não pode brigar, não pode vender apartamentos, não pode alugar. Entendeu? E tudo... A decisão toda que a gente toma é coletiva, entendeu? Então ninguém toma uma decisão lá a não ser discutida numa assembleia." (informação verbal)[476] Fora a questão das brigas, que já foi citada no início deste item, a proibição do uso de drogas e a definição de que todas as decisões coletivas devem ser tomadas em reuniões são características fundamentais da Chiquinha Gonzaga.

Também como regras formais, vale lembrar, existem as penalidades. Elas, por sua vez, também são definidas pelo Coletivo em reunião. Mas se falará mais sobre elas em uma subseção posterior.[477]

3.2.3 Dinâmicas de interações decisivas

O espaço formal deliberativo da Ocupação Chiquinha Gonzaga tem também sua própria dinâmica interna. As interações que se dão nesse espaço-tempo são muitas vezes decisivas para os rumos da experiência de luta por moradia encampada pelo Coletivo da ocupação.

As pessoas que participam das reuniões do Coletivo geralmente se dispõem espacialmente ao redor das paredes da sala de reuniões – formando um "grande círculo", no qual todos se vêem e que, por si só, normalmente não define nenhum destaque maior ou menor a qualquer participante. A organização básica das reuniões tem características gerais que não se diferem muito daquelas encontradas em outros espaços e momentos de reuniões de organizações de movimentos sociais hoje em dia. Em geral são encontrados pelo menos os seguintes elementos: "mesa" (pessoas responsáveis por gerir o andamento do encontro); pauta (assuntos que serão discutidos na reunião); inscrições (lista de inscritos para fazerem falações

[475] Cf. Anexo II.
[476] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.
[477] Cf. Subseção 3.5, intitulada "Outro parênteses: Punições formais e informais."

sobre os pontos de pauta). Um tempo máximo para cada fala nem sempre é estabelecido, ficando na maioria das vezes a critério do bom-senso da pessoa que está com a palavra.

Como já foi dito em algumas passagens desta dissertação, todas as pessoas têm o direito de se inscrever e falar nas reuniões do Coletivo.[478] Apesar de se buscar sempre que as discussões dêem conta de encontrar um consenso entre os participantes das reuniões, quando isso não é possível recorre-se à votação. Nesses casos, cada quarto tem o direito a um voto.[479]

> "E aí não tem dessa coisa de só um por apartamento pode falar. Todo mundo. Morador. Assim, claro, pessoas que não são moradoras, algum visitante, alguma pessoa de outro movimento que esteja na reunião pra dar algum informe, claro: tem o seu direito de falar e tal. Mas pra opinar sobre questões do prédio, decidir sobre as questões do prédio, é só os moradores. (...) Pode todo mundo falar. Na hora de votar que é um representante por apartamento. Mas todos podem e devem falar." (informação verbal)[480]

Acontece que só a permissão formal não garante, por si só, que todos os moradores e moradoras presentes efetivamente falem. E isso nem sempre se liga simplesmente ao interesse ou à "vontade de falar" que cada um pode ter no momento.

> "Eu acho que têm pessoas que... Têm uma liberdade de falar com você em particular que eu não sei (…). Fala em particular, mas na reunião, assim, acaba se calando. Não chega e fala na reunião. E eu ainda até incentivo: 'Não, acho que o mesmo que você falou pra mim aqui, se você chegasse e colocasse numa reunião seria importante', assim. [Entrevistador: E por que é que você acha que eles não falam na reunião, às vezes...?] Cara, não sei. Cara... Eu não sei, cara (…). Cara, eu acho que assim: tem pessoas que têm dificuldade de falar mesmo. Acho que tem pessoas que fala melhor. Assim, estudou e tal. E outras pessoas não estudou. E acho que a gente também tem um defeito, a gente... Isso eu acho que vem do ser humano mesmo, assim. Tá prestando atenção naquela pessoa que estudou, tá falando direitinho, encima da letra, você presta mais atenção. Mas quando outra

[478] Essa informação foi confirmada por todas as pessoas entrevistadas. Uma das pessoas que mora na ocupação (entrevistada em 17/09/09) ainda complementa, a respeito de quem pode participar das reuniões da Chiquinha Gonzaga: "Aqui na Chiquinha, acho que todo o mundo. Todo o morador e acho que militantes mais próximos da ocupação. Aqueles que os moradores reconhecem como a pessoa que ajuda, que participa, acho que também é convidado a participar. [Entrevistador: E isso oficialmente ou extra-oficialmente?] Isso extra oficialmente, acho que oficialmente só pode participar quem é morador." (informação verbal) Essa permeabilidade das reuniões a militantes e apoiadores externos já foi destacada em outras partes da dissertação.

[479] É importante destacar essa característica: Só os moradores votam e têm o poder de deliberação nas reuniões. Mesmo os militantes mais próximos não têm direito à voto quando este é necessário. Diga-se de passagem, isso vem desde o início da ocupação. Uma das pessoas entrevistadas para a pesquisa (no dia 22/01/10, em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida) lembra mais detalhadamente a origem dessa característica: "Esse núcleo inicial de militantes, a gente criou um pacto entre nós: a gente não votava nas assembleias, esse grupo inicial. Alguns que vieram depois quiseram até questionar isso, mas depois aceitaram também. Militante não vota em assembleia. Quem vota em assembleia são os moradores com direito a voto." (informação verbal)

[480] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

> pessoa que não estudou, talvez nem fala com as palavras certa... Talvez fala certo, mas não no pé da letra. As outras pessoas acaba não prestando atenção. E eu observo isso na reunião também, assim, cara. Que umas pessoas fala, as pessoas se cala e fica prestando atenção. Quando é outras pessoas que fala, aí começa a falar. Um, assim, não presta atenção naquilo que a pessoa tá colocando. Acho que isso também... Não sei, cara." (informação verbal)[481]

Como fica claro na fala do morador, diversos outros mecanismos influenciam na decisão de se expôr verbalmente ao Coletivo ou não. São fatores que podem ir desde receios e barreiras psicológicas chegando até mesmo a interações em certo grau opressivas. Interações que não são necessariamente refletidas ou propositais. A questão da atenção dispendida aos falantes durante a reunião, colocada na fala acima, já havia chamado à atenção antes mesmo do início da realização da pesquisa. Após a realização das entrevistas, percebeu-se como realmente não parece haver um consenso claro a respeito da igualdade de atenção que as pessoas que falam nas reuniões recebem dos demais. Como pode ser visto na Tabela 7 e no Gráfico 4, as opiniões ficaram bastante divididas a esse respeito.

As opiniões diferentes deixam explícita não somente a possibilidade de convívio de diferentes posições no interior da ocupação. Elas também apontam para como oras as relações formais de poder (explícito) parecem ser levadas mais em consideração e, em outros momentos, as relações informais de (infra)poder é que parecem predominar.

Tabela 7: Opinião de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados sobre a seguinte questão: Todas as pessoas da reunião recebem a mesma atenção dos outros quando falam?

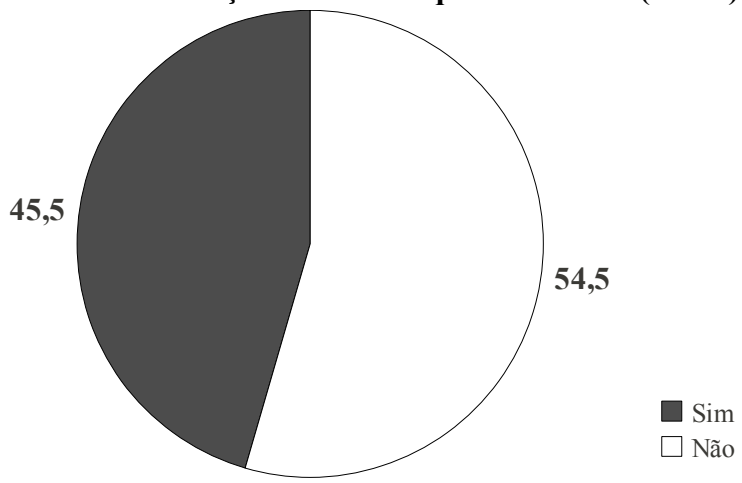
Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Sim	1	2	1	1	5
Não	2	1	2	1	6
Total de pessoas entrevistadas	3	3	3	2	11

> "Não, acho que todo mundo recebe. Tem aquelas coisas que eu já tinha te falado, de as pessoas que têm opiniões sempre contrárias. Então quando um tá falando, o outro 'Ê! Não é isso não! Olha o tempo!', né? Aquelas coisas que acontecem em todos os lugares. Mas todo mundo tem o direito de falar. E as pessoas ouvem sim. Tem inscrição, aquela coisa mesmo. Inscrição, cada um fala na sua vez. Aí às vezes rola aquela confusão: 'Não, mas não foi isso que eu falei!' e aí atropela a fala do outro... Mas a gente tenta manter essa questão do respeito à fala de todo mundo. Aí tem aqueles que falam sempre mais, os que falam sempre menos. Mas isso também

[481] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

é comum." (informação verbal)[482]

Gráfico 4: Relação entre as opiniões de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados sobre a seguinte questão: Todas as pessoas da reunião recebem a mesma atenção dos outros quando falam? (em %)



Outras pessoas, no entanto, já apontam outra opinião: "Assim, tem pessoas que eu acho que tem uma voz ativa maior. Fala e as pessoas escutam melhor. Assim. Mas não que 'mande', que tenha assim: 'Não, eu decido isso. Fui eu que decidi.'" (informação verbal)[483]

Mas vale lembrar que essa diferença de atenções recebidas no espaço formal de deliberação do Coletivo muitas vezes é influenciada por interações que acontecem em outros espaços (tanto da ocupação como de fora dela). Até mesmo a configuração política interna da ocupação pode interferir diretamente nessa característica.

> "Porque as assembleias, não só da ocupação, é um espaço de disputa de convencimento. Se existe uma pessoa que você sabe que tem uma proposta diferente da sua. Você não ouve o cara com a mesma atenção que um companheiro, um cara lá que é seu aliado. Ou quando ouve, você já ouve pensando como você vai bater na fala dele. [E as pessoas que estão ali para serem convencidas?] Sim. E eu acho que essas pessoas são bastante disputadas. Existem pessoas aqui na ocupação que tão, que são ouvidas com carinho por ambos os lados, assim..." (informação verbal)[484]

Às vezes, porém, não se trata disso. Se trata mesmo de questões altamente subjetivas que relacionam o que está sendo falado com o ponto de pauta que está em discussão. Como lembrado por outra moradora,

[482] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[483] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.
[484] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

> "[à]s vezes... Quando foi na reunião de quarta-feira mesmo, tem um vizinho que começou a falar, falar... A menina do ITERJ que tava aí, ela tava já agoniada. Ela tava no meu lado reclamando. Porque ele tava falando muito, só besteira. Assim, no meu ver era besteira. No ver dela também, porque ela tava agoniada, já. Então ás vezes não é nem que você não escuta. Às vezes é uma coisa tão sem pé nem cabeça, que... às vezes é por isso também que o pessoal não dá atenção. Quando é uma coisa proveitosa o pessoal dá atenção sim." (informação verbal)[485]

É uma situação que pode levar, no limite, à estigmatização de alguns moradores ou moradoras. Outra pessoa entrevistada, ao justificar sua opinião de que nem todos recebiam a mesma atenção dos demais nas reuniões, aponta justamente para isso.

> "[Entrevistador: Mas por que não recebem a mesma atenção?] Não sei, são discriminadas. Por exemplo: Tem uma pessoa aí que eu tô te falando (...) ela fala e o pessoal não dá nem importância. Ela fala, fala, fala, fala, mas no final não dá em nada porque ninguém vai se meter. Todo o morador fala: 'Ali eu não me meto.'" (informação verbal)[486]

No entanto, tudo isso não diminui o valor da experiência da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Afinal de contas, trata-se de um tipo de dificuldade extremamente comum na imensa maioria dos espaços de debate coletivo. Um dos moradores entrevistados inclusive lembra que esse tipo de situação "(...) acontece não só nas assembleias da ocupação como em qualquer outra assembleia. Até na câmara dos deputados, dos vereadores." (informação verbal)[487] E, infelizmente, é muito difícil não concordar.

Não se pode deixar de lado, de qualquer maneira, que essa diferença de atenção recebida pode efetivamente influenciar o comportamento e a participação de moradores e moradoras nas discussões que acontecem no espaço formal deliberativo do Coletivo da ocupação. Para além disso, é uma característica que pode dificultar que as pessoas da ocupação sintam-se efetivamente livres para intervirem nas reuniões. E o motivo pode ser percebido inclusive em uma das primeiras falas sobre esse assunto que foi apresentada pouco antes da tabela das páginas anteriores: De forma indireta, pode-se acabar reforçando a ideia de que se precisa "saber falar" para se colocar e ser realmente ouvido nos encontros do Coletivo. Tal opinião acaba reproduzindo a noção (nada emancipatória) de que a participação política ativa deve ser limitada àqueles que têm o "dom da fala" (como já denunciado por outros estudiosos, inclusive SOUZA [2002, 2006a]). Assim, essa maior atenção que algumas pessoas

[485] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.
[486] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[487] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

recebem no decorrer da reunião do Coletivo pode se vincular a processos e relações políticas que acontecem em muitas outras escalas das interações sociais. Sem contar que, com a impressão de que a participação deve se restringir àqueles que "sabem falar", o próprio processo político coletivo de ampliação da capacidade de autogestão dos moradores e moradoras acaba se fragilizando. Pessoas podem deixar de frequentar o espaço formal de deliberação inclusive por certas vezes interpretarem que suas opiniões não são devidamente levadas em conta,[488] o que pode ser entendido como uma forma de desconsideração e falta de respeito. Isso pode significar uma pequena perda para seu processo político. Especialmente ao se considerar que todas as pessoas da ocupação estão, ao mesmo tempo, inseridas em uma sociedade que reforça cotidianamente a ideia de que a participação em debates coletivos não é nada importante. Frente a esse imaginário, por consequência, o esforço de sedução para que se rompa a predisposição à inércia política precisa ser constante e sempre maior. Sutilezas como essa (sobre a atenção dispensada durante as falas) podem fazer a diferença na hora de se conseguir estimular o envolvimento de novas pessoas com os processos políticos coletivos.

Existe, portanto, esse risco. Mas não se pode deixar também de dar o devido crédito aos enormes avanços que a experiência da ocupação Chiquinha Gonzaga tem mostrado. E isso especialmente na dimensão de formação política de alguns de seus moradores e moradoras. Algumas pessoas entrevistadas ressaltaram com orgulho esses processos de aprendizado político que têm presenciado no decorrer desses quase cinco anos de ocupação.

Elas destacam que certas pessoas passaram a participar mais do processo de gestão política da ocupação, perdendo a aparente timidez que tinham no início.

> "Porque no início, nas assembleias, tinha gente que não falava nada. Geralmente quem falava... Eu também falava pouco, até. Um pouco inibida. Não é porque eu tinha vergonha não. Um pouco inibida porque eu tinha chegado há pouco tempo também. Às vezes as pessoas falavam, brigavam e atacavam o outro. Daí eu ficava meio com medo de falar. (...)Aquelas pessoas que já militavam há certo tempo eram sempre as pessoas que tavam falando. E hoje, o exemplo que eu dou é o (...), que era uma pessoa que falava quase nada, que às vezes você chamava pra participar de alguma coisa e ele ficava meio 'assim'. E hoje vai pra tudo que é lugar, vai, mete a cara... (…) Eu uso até ele como um exemplo de pessoa que chegou caladinha, na dele, foi participando aos poucos... E hoje é um cara que você vê que vai em vários lugares, universidades... Fala e não tem vergonha de falar – uma coisa que ele tinha um pouco no início. E não é só ele. Eu falo dele porque ele é um exemplo que a gente tem mais próximo. Mas teve outras pessoas assim. A (...), ela já não fala tanto, mas ela fala. Você chama ela pra alguma coisa aqui, vamos ali que o fulano tá doente... Então eu vejo a diferença em algumas pessoas que hoje não têm mais vergonha, não têm mais medo de se colocar numa assembleia. Várias

[488] Como ficou claro em diversas conversas informais feitas durante a pesquisa.

> pessoas que você vê que ficava lá no cantinho, só levantando o dedo pra votar, e hoje ela já fala, já coloca, ou já chega numa assembleia e expõe se tiver com algum problema, se ela quiser alguma coisa do coletivo. Já expõe sem vergonha igual tinha no início." (informação verbal)[489]

A fala pode ser claramente desdobrada no sentido de apontar para a formação de um embrião de uma *paideia* que estimule o fortalecimento da crença na sociedade instituinte (valendo-se da terminologia do pensador greco-francês Cornelius Castoriadis). Por outro lado, a quebra dessa timidez inicial e a ampliação da participação nos processos de negociação internos pode colaborar também com ganhos no sentido de se alcançar um situação mais próxima à vislumbrada pela própria teoria habermasiana do agir comunicativo. Isso porque demonstra um crescimento da participação de todos os interessados nos assuntos que lhes interessam e afetam.

É lógico que permanecem algumas diferenças que remetem ao âmbito das capacidades individuais apreendidas pelas diferentes experiências de vida de cada uma das pessoas da ocupação. No entanto, o processo mostra ter um aparente saldo positivo em temos de participação e ampliação da possibilidade *efetiva* de acesso às interações que se estabelecem nos espaços de poder explícito da ocupação (onde se negociam os argumentos para as normas e regras que regem esse território).

> "Porque eu era assim também, e eu não conseguia falar em reunião quando eu... Logo quando eu cheguei no prédio eu não conseguia falar na reunião. Mas com o tempo eu vim me soltando aos poucos, e, assim... Era preciso mesmo falar, que tinha muitas coisas que eu não concordava. Mas eu acabava se calando e aquilo passava e eu não tinha nenhuma intervenção naquilo. Hoje eu já consigo falar numa assembleia. Antes, também, eu não conseguia." (informação verbal)[490]

Com essa maior possibilidade de acesso às negociações coletivas, outras sutilezas que permeiam esse espaço formal deliberativo também parecem ser importantes de serem observadas. Elas influenciam diretamente as interações que acontecem nesse espaço. Para pensar sobre algumas delas, certas colocações feitas pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas parecem ser interessantes (como já colocado em outras partes desta pesquisa). Especialmente se a intenção é perceber se os debates apontam ou não para uma tentativa de entendimento mútuo entre aquelas pessoas que participam deles.

Esse autor lembra, dentre outras coisas, que interações que apontem para um

[489] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 16/05/09.
[490] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

entendimento mútuo devem tentar partir de um compartilhamento das diferentes dimensões do *mundo da vida*: social (aquilo que diz respeito às regras e normas estabelecidas para a interação), objetivo (o que é compartilhado sobre fatos e características objetivas do entorno) e subjetivo (a confiança recíproca nos sentimentos daqueles que interagem). Essas dimensões são levantadas como "pretensões de validez" de quem está falando. Pra ele, esse compartilhamento pode ser buscado ao se perguntar se aquilo que a a pessoa está dizendo é *justo* (mundo da vida *social*), *verdadeiro* (mundo da vida *objetivo*) e *sincero* (mundo da vida *subjetivo*) (HABERMAS, 2003:167-8). São, porém, critérios bastante difíceis de serem observados de alguma maneira objetiva na realidade.

Seja como for, tentou-se encontrar formas de ter indicativos dessas informações em relação às interações que acontecem no decorrer das reuniões do Coletivo da Chiquinha Gonzaga. As questões feitas às pessoas entrevistadas puderam, logicamente, ser interpretadas de diversas maneiras por elas mesmas (refletindo em diferentes tipos de respostas). Para além disso, elas refletem justamente algumas (poucas) *opiniões* sobre os assuntos. Por isso mesmo, não é possível extrapolar os dados nem fazer qualquer tipo de grande generalização em relação à realidade encontrada na Ocupação Chiquinha Gonzaga. E deixar isso claro é especialmente importante por se tratar de afirmações que, por serem delicadas, podem inclusive serem mal interpretadas: Ao se falar da "justeza", "sinceridade" e "veracidade", não se está querendo generalizar essas posturas. Somente se pretende trazer exemplos de como esses são fatores que influenciam a dinâmica do espaço coletivo que se está enfocando no momento (espaço formal deliberativo). Além do mais, por serem questões altamente subjetivas (dificilmente podendo ser medidas, ainda mais de forma quantitativa), deve-se lembrar sempre que as considerações que serão feitas nos próximos parágrafos não pretendem abranger todas os possíveis olhares a respeito da veracidade, justeza ou sinceridade com as quais moradores/as interagem nos espaços formais deliberativos da Chiquinha Gonzaga.

A respeito da sinceridade das pessoas que falam nos espaços-tempo dos encontros deliberativos dos moradores e moradoras da ocupação, perguntou-se nas entrevistas se as pessoas pareciam ser sinceras durante as reuniões ou se, pelo contrário, agiam de maneira falsa em relação ao que efetivamente sentiam (por exemplo discordando de argumentos colocados sem qualquer motivo aparente a não ser questões de desavenças pessoais). As respostas estão expostas na Tabela 8.

Apesar de as opiniões aparecerem como bastante dispersas, não se pode deixar de perceber que a maioria das pessoas, de qualquer maneira, ponderaram que a sinceridade nem

sempre é completa nas interações que acontecem na sala de reuniões. Nas falas de algumas das pessoas entrevistadas é lembrado que nas reuniões existe uma presença bastante forte de discussões geradas por questões diretamente pessoais. Em alguns desses casos, a sinceridade pode acabar sendo deixada de lado. Isso aparentemente pode estar ligado à possibilidade de a credibilidade dos contra-argumentos apresentados ser vinculada a outros aspectos (mais "objetivos") do que a divergências pessoais.

Tabela 8: Opinião das pessoas entrevistadas sobre a aparente *sinceridade* das pessoas que interagem verbalmente nas reuniões do Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga

Respostas		A_1	A_2	CP+	CP-	*Total (Nº absolutos)*
Parecem ser sinceras ...	… sempre	1			1	2
	… às vezes		1	2	1	4
Geralmente *não* parecem ser sinceras		2	1			3
Não respondeu			1	1		2
Total de pessoas entrevistadas		3	3	3	2	11

> "Aqui as discussões de agressões verbal aqui é porque é discussão pessoal. Tudo aqui é pessoal. Eu não gosto de você, então vamos botar a cabeça dele lá. Tudo aqui, infelizmente. [Mesmo quando o assunto é coletivo, por exemplo?] É pessoal. É pessoal. Você pode vir a uma reunião aqui que você vai ver: é pessoal. Aí é que eu falo: gente não pode. Porque se eu sentir alguma coisa de você, eu vô e falo. Igual eu faço. "Cara, olha só: é isso, é isso, é isso, é isso..." Acontece as coisas aqui, eu falo "é isso, é isso, é isso". Mas falo pra pessoa. Não levo pro coletivo." (informação verbal)[491]

> "Porque nas discussões, nas propostas e tal, muitas das vezes de acordo com o argumento da defesa e de quem vai contra a proposta, gera também a questão do lado pessoal. Conforme você falou. O companheiro lá pode ter feito uma boa proposta para o coletivo, mas como eu não simpatizo com ele eu vou atacá-lo, vô defender que não seja aprovada a proposta por não simpatizar com ele, por eu ter uma divergência pessoal com ele até já de aqui de fora. Então eu vô debater e fazer com que, até mesmo por eu ter um pouco mais de acesso aos coletivo, aos moradores, eles vão me ouvir mais do que ouvir o companheiro lá que... A proposta dele é boa, mas eu, como não simpatizo com ele, e a proposta não partiu de mim, eu vou fazer tudo pra que a proposta não passe. É isso que acontece. [Entrevistador: Acontece mais isso do que o contrário?] Não, não. Não, isso não é regra. Isso não é regra." (informação verbal)[492]

Na primeira fala, o papel do Coletivo como mediador de conflitos da escala nanolocal

[491] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.
[492] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

da ocupação fica claro. No entanto, parece que o fato de alguns moradores/as abusarem dessa "função" (como já foi colocado em páginas anteriores, a respeito das divergências sobre o que são os "assuntos coletivos) pode acabar diminuindo a credibilidade que o Coletivo tem para outras pessoas da Chiquinha Gonzaga.

Já o segundo trecho de entrevista deixa aparecer a influência que a própria configuração das disputas políticas internas entre os campos políticos da ocupação exerce sobre a dinâmica das reuniões do Coletivo. Outras falas também mostram isso, enfatizando até mesmo a influencia das práticas espaciais de articulações extra-reuniões (já tratadas na segunda seção deste capítulo) sobre esse espaço formal de deliberação coletiva da Chiquinha.

> "(...) [T]em aquele que... Sempre tem o grupinho da panelinha, entende. Aquela pessoa já tem opiniões, ou cinco ou seis já têm uma certa opinião sobre um determinado assunto. Então quer dizer: normalmente aquele grupo já vai combinado com aquilo. Eles já sabem até. Já tão combinados. Aí vai e você já sabe que vai levar um 'sim' de um tanto grupo de gente. E outro grupo que fala 'não'. Aí o que é que acontece? Cada um vai puxar pra sardinha dele. Até às vezes fica de mau humor mesmo. De ficar 'Ah, não, porque não sei o quê, não sei o quê'. Mas depois até passa. Passa. Depois passa. Mas é aquela coisa que a pessoa chega tendo um determinado tipo de pensamento, sabe? Já quase um grupinho. [Entrevistador: E daí não consegue conversar direito?] É, às vezes acontece isso." (informação verbal)[493]

De qualquer forma, não se poder mensurar quantitativamente uma variável como "sinceridade". Ainda assim, pode-se dizer que de acordo com as pessoas entrevistadas as falas feitas nos espaços formais de deliberação podem apresentar traços de falsidade, mas também são bastante frequentemente sinceras. Por isso, precisam ser vistas, certas vezes, com algumas ressalvas e cuidado

Porém, essas ressalvas estão geralmente vinculadas ao convívio cotidiano na ocupação. Isso porque é somente esse compartilhamento cotidiano que permite que as ponderações sejam feitas de acordo com os diversos comportamentos também em outros espaços do território da Chiquinha Gonzaga. E não se pode negar que ninguém mais apto a realizar essas considerações do que os/as próprios/as moradores/as. Justamente por conta disso é que acredita-se que mesmo que não haja uma confiança recíproca entre todas as pessoas que comparecem e participam das reuniões do Coletivo (característica muito difícil de ser encontrada em qualquer contexto social, mas que seria um dos possíveis sinais de compartilhamento do *mundo da vida subjetivo*) isso não interfere diretamente na capacidade

[493] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

de deliberação coletiva da ocupação. Moradoras e moradores são, obviamente, os mais capacitados a distinguirem aquelas pessoas que se expressam de forma sincera daquelas que não o fazem. E, como será lembrado na última seção deste capítulo, existe sim um compartilhamento subjetivo entre moradores/as – especialmente vinculado aos espaços (formais ou informais) não-deliberativos destinados à confraternização. Por isso, acredita-se que essa característica não parece atrapalhar a dinâmica de tentativa de entendimento entre moradores/as da Chiquinha Gonzaga.

Para continuar, é importante também lembrar que não basta que as pessoas confiem umas nas outras para que tentem se entender em um espaço de debate fortemente político como o das reuniões do Coletivo da Chiquinha. É importante também que todos tenham a garantia de que as falas que são feitas ali se esforçam ao máximo para serem fiéis aos fatos e às características que podem ser apreendidas de forma objetiva a partir da experiência com o entorno. É isso o que o autor alemão chama de *mundo da vida objetivo*.

Acontece que era realmente necessário tentar fazer uma certa "tradução" dessa compreensão. Principalmente por conta de o objetivo ser levantar informações sobre esse assunto através de entrevistas diretas feitas com moradores/as (as pessoas mais apropriadas para falar sobre o assunto). Por isso, duas perguntas foram elaboradas para tentar cumprir essa tarefa.

Recorrendo inclusive ao próprio HABERMAS (2003), viu-se que o compartilhamento do mundo da vida objetivo deve compreender aquilo que é considerado "verdadeiro". Ambas as perguntas feitas, portanto, questionavam as pessoas entrevistadas sobre "mentiras" contadas por moradores/as durante as reuniões. Isso justamente porque percebeu-se que a maioria das pessoas contrastavam a "verdade" com diretamente com a "mentira"[494]. Uma delas perguntando se isso já havia ocorrido ou se era frequente acontecer; Outra, o que se passava quando alguém era pego mentindo na reunião. Um resumo dos resultados da primeira questão é apresentado na Tabela 9 e representado no Gráfico 5.

Nesse caso, o consenso entre as pessoas entrevistadas parece ser maior: Moradores/as contando mentidas não parece ser algo raro quando há encontros formais de deliberação no espaço de reuniões do Coletivo. Mais da metade das entrevistas reconheceram que isso acontece de alguma maneira e em algum grau durante essas reuniões. Destaque-se inclusive que as pessoas que declararam não saber se "mentiras" aconteciam ou mesmo afirmaram que

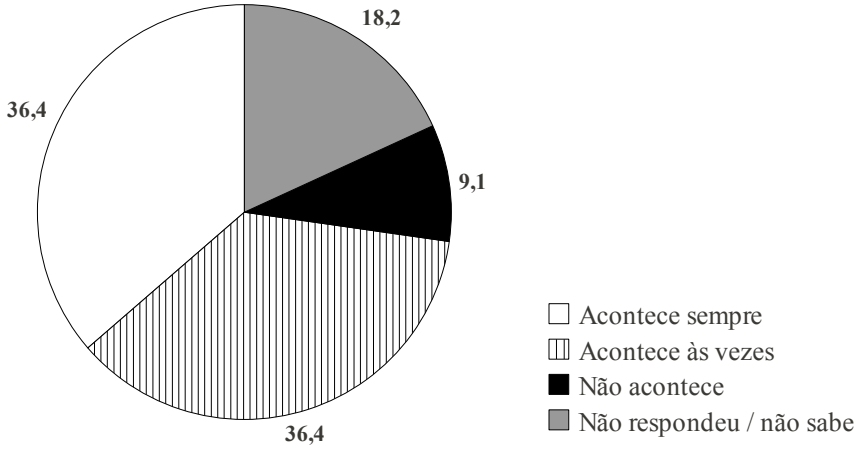
[494] O dicionário consultado (HOUAISS, 2002) também aponta o antônimo do termo "mentira" como "realidade, verdade".

elas não tinham lugar nas reuniões do Coletivo são justamente aquelas que menos participam dos espaços formais de deliberação da ocupação (aquelas identificadas como da arena secundária).

Tabela 9: Opinião das pessoas entrevistadas sobre a ocorrência de mentiras durante as reuniões do Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga

Respostas		*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Acontece ...	… sempre	2		1	1	4
	… às vezes	1		2	1	4
Não acontece			1			1
Não respondeu / não sabe			2			2
	Total de pessoas entrevistadas	3	3	3	2	11

Gráfico 5: Relação entre as opiniões de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados sobre a ocorrência de mentiras diante do Coletivo (nos espaços formais deliberativos) (em %)



A veracidade acaba sendo um fator importante para uma interação que tente se orientar ao entendimento entre as partes. No caso da Chiquinha Gonzaga, essa aparente tendência de que sejam faladas mentiras (de diferentes graus, é certo) nas reuniões pode atrapalhar realmente o processo político de busca por uma maior capacidade de autogestão da ocupação. Porém, essa é uma questão que reforça a necessidade de se compartilhar as experiência e mesmo as informações com a maior parte possível das pessoas do Coletivo. Dessa forma, uma fala que falte com a verdade pode ser mais facilmente identificada.

Mas certamente muitas das pessoas da ocupação, porém, já possuem seus próprios mecanismos para identificar aquelas falas "mentirosas". Isso ficou bastante claro ao

questionar-se o que acontecia quando alguma pessoa era descoberta "mentindo" nas reuniões do Coletivo da Chiquinha. As respostas foram bastante diversas, mas a grande maioria ressaltou a capacidade de moradores e moradoras em identificar essas situações. Apontaram também para reações que vão desde o descrédito e a desconsideração, até a tentativa de encontrar alternativas para estimular que esse tipo de prática não volte a ocorrer.

As falas das entrevistas lembram que quando alguma moradora ou morador conta mentiras nas reuniões do Coletivo, "[g]eralmente eles são desmascarados e acabou o caô." (informação verbal)[495] "Aí é discussão, é uma confusão danada (…), daí danou-se." (informação verbal)[496]

Um tipo de encaminhamento dado a essas situações é também apontado claramente por outra das pessoas entrevistadas: "Ah... Aí a gente descobre e vai punir o cara, né. A gente vai atrás dele, entendeu? Então assim, se a gente não descobrir, passa em branco. Mas se a gente descobrir, tem punição, entendeu?" (informação verbal)[497] Sobre essas punições irá-se falar mais na subseção 3.5 adiante.[498]

Outro encaminhamento que o Coletivo também eventualmente faz sobre esse tipo de postura é, na verdade, parte de um procedimento bastante informal mas, ao mesmo tempo, eficaz.

> "Não dá importância. O coletivo não dá importância. Sabe que é mentira, sabe que é... Como uma vez, um cara aí (…) Ele veio pra reunião, disse que entraram na casa dele, roubaram tudo e tal. (...) Aí ninguém deu importância pra o que aconteceu com ele não. Ninguém deu importância. Acharam que era mentira. E outras pessoas mais que não têm crédito, que a gente não dá crédito, quando vem falar alguma coisa na reunião, que arrombaram a casa, entraram, roubaram tanto, roubaram 'x', roubaram dinheiro... Ninguém dá a mínima também. O coletivo não se preocupa em se meter, em falar nada, em querer agir pra essa pessoa." (informação verbal)[499]

Isso deixa claro como certas práticas discursivas podem estigmatizar moradores/as (muitas vezes sem que o Coletivo não tenha razão para fazê-lo). A consequente predisposição coletiva a não acreditar na veracidade das falas de determinadas pessoas acaba marcando a participação dessas pessoas no espaço formal de deliberação. Esse conhecimento em relação aquelas que tendem a faltar com a verdade em suas falas para o Coletivo pode ser visto como

---

[495] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.
[496] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.
[497] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.
[498] Intitulada "Outro parênteses: Punições formais e informais."
[499] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

um mecanismo que visa garantir a segurança das informações que circulam no espaço de decisões da ocupação. E trata-se inclusive de um mecanismo que pode levar em conta práticas e discursos que moradores e moradoras têm em outros espaços (tanto na própria ocupação quanto fora dela).

Assim, percebe-se que o próprio Coletivo acaba também desenvolvendo seus instrumentos de análise a respeito da veracidade das falas que são feitas em suas reuniões. É fato que essa aparente tendência à certas mentiras surgirem pode colocar em risco alguns pressupostos para uma interação que busque o entendimento entre as partes. Especialmente se lembrarmos de um dos últimos pressupostos da teoria de Habermas[500] para que as relações se aproximem de uma "situação ideal de fala":[501] que só sejam admitidos nos debates aqueles que satisfaçam o pressuposto da veracidade. Mas a capacidade do Coletivo, apresentada pelas pessoas entrevistadas, de lidar com essas situações demonstra o esforço de se diminuir a ocorrência delas nas reuniões. Pode ser vista, assim, como uma tendência à aproximação de condições para um agir orientado ao entendimento entre moradores/as que participam delas.

A terceira dimensão do *mundo da vida* que o autor alemão aponta como importante para uma interação que se oriente para um entendimento entre as partes é justamente aquela ligada às regras e normas acordadas. É o chamado *mundo da vida social*. Aqui, seguindo inclusive o que o próprio autor sugere, as pessoas que seguem as normas e regras acordadas em uma interação são entendidas como pessoas "justas". No caso desta pesquisa, esse uso pretendia ser feito tendo como referência principalmente as regras formais estabelecidas pelo Coletivo. E para tentar levantar ao menos alguns poucos traços sobre essa característica, também duas perguntas em especial foram direcionadas às pessoa entrevistadas.

Porém, o que se percebeu foi que a questão acabou sendo entendida de diferentes formas. Um dos possíveis motivos para isso talvez esteja na conjunção entre as características da formulação das perguntas e a localização destas no roteiro de entrevistas. A sua formulação talvez tenha pecado por não especificar melhor de quais regras e de quais tipos de interações se estava falando (regras formais nos espaços de deliberação). A localização no roteiro, por sua vez, pode ter afastado tais questões das demais perguntas que tratavam sobre a dinâmica interna das reuniões. Dessa forma, ficou claro que algumas pessoas não se ativeram às regras

[500] Colocados por FREITAG e ROUANET (1993: 17 e seg.), como já citado no primeiro capítulo.

[501] Vale lembrar quais são os quatro pressupostos para uma "situação ideal de fala": 1) que todos os interessados possam participar do discurso; (2) que todos tenham oportunidades idênticas de argumentar; (3) que haja chances simétricas de fazer e refutar afirmações, interpretações e recomendações; e (4) que só sejam admitidos no discurso atores que (a) ajam de acordo com normas justificáveis e (b) satisfaçam o pressuposto da veracidade.

formais nem aos espaços deliberativos. Por consequência, os aspectos que se esperava conseguir a partir das entrevistas se mostraram insuficientes para fazer qualquer consideração sobre a "justeza" daquelas pessoas que participam das reuniões do Coletivo da Chiquinha Gonzaga.

Acredita-se, porém, que algumas considerações a respeito da relação que moradores e moradoras estabelecem *de maneira geral* com as regras da ocupação podem ser feitas. A Tabela 10 abaixo mostra uma sistematização rápida das respostas dadas em relação à opinião das pessoas entrevistadas sobre a existência ou não de pessoas na ocupação que falam coisas que não estão de acordo com as regras da Chiquinha (formais e informais, nesse caso).

Tabela 10: Opinião das pessoas entrevistadas sobre a existência de pessoas na Ocupação Chiquinha Gonzaga que falam coisas que não estão de acordo com as regras formis e informais existentes no prédio

Respostas		*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Sim, existem ...	… muitas que fazem isso		2		1	3
	… algumas que fazem isso	3	1	3	1	8
Não existe quem faça isso						0
Não respondeu / não sabe						0
Total de pessoas entrevistadas		3	3	3	2	11

Assim, algumas pessoas se colocaram reconhecendo que as regras nem sempre são seguidas da forma esperada pelo Coletivo ou pelas próprias pessoas entrevistadas. Uma das falas aponta, por exemplo, que

> "[t]em gente que fala que não tá nem aí, que não liga [para as regras definidas]. Justamente esse tipo de pessoa que não limpa, que deixa lixo fora. Pessoas que, tipo, quebra a chave da portaria. É uma pessoa que não tá nem aí. Que, na minha opinião, não devia nem estar aqui. Porque eu tô aqui porque preciso. (…) Eu preciso morar. Eu preciso ter um lugar. Eu preciso ter um lugar pra mim ficar, pra mim morar, pra mim não... Principalmente porque não paga aluguel. Porque pagar aluguel eu não tenho condições. Então eu acho que aqui é pra quem precisa." (informação verbal)[502]

Outras pessoas lembram que esse processo de contrariar as regras definidas pelas moradoras e moradores nos espaços de deliberação formal é algumas vezes inclusive feito às

[502] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.

escondidas. Certas pessoas podem apresentar opiniões nesses espaços que entram em conflito com suas ações cotidianas.

> "O cara não bota a cara na assembleia pra dizer isso, assim. Não chega a colocar 'ah não, aqui agora vai ser assim...' Não coloca assim. É aquilo que eu tô te falando: acata a decisão e acaba fazendo o contrário, assim, entendeu? 'Essa porta tem que manter fechada, e tal' (isso é só um exemplo, assim). 'Ah, tá. Tudo bem.' Ele concorda. Às vezes põe até em votação, levanta a mão e tal. Mas depois o próprio mesmo pode vir ali e quebrar o cadeado, por exemplo, entendeu? Então é isso que é coisa que ele faz, ele concorda, mas ele faz coisa por trás do que foi passado pela assembleia." (informação verbal)[503]

Dessa forma, essas pessoas acabam se valendo da visibilidade ampliada dos espaços formais deliberativos para se auto-afirmarem enquanto seguidoras das normas. É, porém, o compartilhamento cotidiano dos demais espaços e momentos da vida da ocupação Chiquinha Gonzaga que acaba colocando por terra tal representação. Como já foi colocado em relação às questões sobre a veracidade de algumas pessoas que participam das reuniões, também a "justeza" é aparentemente analisada pelo Coletivo á luz de experiências e práticas sócio-espaciais que os sujeitos têm em outros espaços da ocupação.

E o próprio processo de gestão coletiva do prédio inclusive se estrutura de maneira que consegue assimilar e lidar com esse tipo de postura. Lembre-se que o *mundo da vida social* aqui abordado tenta referir-se principalmente às normas formais da ocupação. E tais normas, como já foi destacado, estão constantemente abertas a críticas e à possibilidade de modificação. Trata-se de um processo instituinte contínuo, valendo-se de termos do pensador greco-francês Cornelius Castoriadis. Isso foi justamente o que se pode ver com as respostas à pergunta que se seguia à essa última apresentada. Era uma pergunta que questionava as pessoas entrevistadas sobre o que acontecia quando esse tipo de situação surgia. Entre todas as respostas, o principal desdobramento lembrado para essas ocasiões foi a própria discussão coletiva. Isso, lógico, só se aplica quando as posturas ou as falas contra as regras da ocupação tornam-se assuntos do Coletivo. Porém, esses momentos e espaços são justamente o foco desta pesquisa.

Portanto, quando pessoas fazem falas, dão opiniões, tomam posturas ou agem de forma contrária às deliberações do Coletivo, isso às vezes acaba sendo levado às reuniões. Em certas vezes, essas pessoas "[e]ram penalizadas pelo que está no regimento interno"

---

[503] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

(informação verbal)[504], como também lembram algumas falas das entrevistas. Em outras, porém, a situação pode reabrir a discussão a respeito da própria regra.

> "Aí a gente coloca como proposta e vota. Aí vai pela maioria. Então a gente, em geral, resolve dessa forma. Se tem alguém que acha que não tem mais que fazer portaria, vai pra reunião. Se tem alguém que acha que não tem mais que contar o dobro de horas na madrugada, vai pra reunião. Então tá sempre tendo. Tem sempre." (informação verbal)[505]

No mesmo sentido, outra moradora entrevistada reforça que "[c]omo é coletivo, é tudo votado, né? Então você coloca uma proposta e aí a proposta é votada. Se ela for votada e for a maioria, ela é acatada. Se não, ela não é acatada, entendeu? Ela sendo boa ou ruim, ela não é acatada." (informação verbal)[506] Essa é justamente a forma através da qual o Coletivo toma suas decisões. "Aí tem uma proposta a fazer, aí fala qual é a proposta. Aí a proposta de fulano é essa. Tem mais uma outra? Aí... duas sim. Aí aquelas propostas são votadas. Aí ganha..." (informação verbal)[507] Ou, nas palavras ainda de outra das pessoas entrevistadas, "A gente é um coletivo, então geralmente quando tem uma decisão, alguém se propõe. Tipo, eu faço uma proposta. Aí tem uma votação pra ver se aceita aquela proposta ou não. Então eu acho que é um grupo." (informação verbal)[508]

À essa altura, vale lembrar o pensador greco-francês que há pouco foi lembrado (Cornelius Castoriadis), quando ele expõe a ideia de que "Uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta" (CASTORIADIS, 1983:33). Sendo assim, pode-se dizer que a gestão e o processo político observado na Ocupação Chiquinha Gonzaga aponta para uma concepção similar de "justiça" quando mantem suas regras e normas abertas à discussão e modificação. Além do mais, é de se esperar (e desejar, inclusive) que existam diferenças de opiniões no meio de qualquer tipo de relação social. Essa diversidade é que ajuda a garantir, no final das contas, a criticidade necessária ao eterno processo de busca por um aprimoramento das interações humanas – entendido aqui principalmente no sentido de um horizonte autonomista que valorize suficientemente uma racionalidade comunicativa.

Dessa forma, é natural que nem todas as regras definidas pelo Coletivo da ocupação

[504] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 01/09/09.
[505] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[506] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.
[507] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.
[508] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.

sejam completamente acatadas e que eventualmente surjam exemplos mais nítidos de "pequenas subversões" à elas. Porém, isso não permite que se afirme que moradores e moradoras não compartilham um mesmo *mundo da vida social*. Pelo contrário: Como já se viu anteriormente, a soberania das reuniões e a difusão da compreensão de que "tudo" pode ser um assunto coletivo faz com que a possibilidade de se rediscutir os termos desse mundo da vida a serem compartilhados também esteja sempre presente.

> " Esse é o direito da fala, todos tem o direito da fala, mas ouve opiniões contrárias. E é isso que acontece. [Quem tem boca tem ouvido, né?] Quem tem boca, fala o que quer. (risos) (…) Mas isso é que é o mágico! Porque a assembleia dá espaço para isso. Esse é o grande barato e o grande diferencial da ocupação." (informação verbal)[509]

Acontece que mesmo com a busca de toda essa garantia do processo de discussão e deliberação coletiva, nem todas as reuniões do Coletivo conseguem chegar ao fim com as decisões tomadas.

> "É, porque aí começa aquela discussão e já tá se espalhando pra mais de... Às vezes quase chegando meia noite, e todo mundo não quer ouvir aquilo que você tá falando que tá na discussão. Vai todo mundo subindo mesmo. Acaba a reunião nessa situação, sem decidir nada." (informação verbal)[510]

Essas situações podem ser interpretadas de diferentes maneiras. Pode tratar-se, por exemplo, de um tipo de tática espacial adotada por algum campo político para esvaziar o espaço formal deliberativo antes que uma decisão que não lhe interesse seja tomada. Com esse esvaziamento consegue-se um álibi para questionar a credibilidade da deliberação feita (quando feita) por poucas pessoas. Ao mesmo tempo, é uma situação que pode tornar bem claro um limite encontrado pelo processo coletivo da ocupação. No entanto, não se pode esquecer que a dificuldade em tomar algumas decisões é um limite encontrado praticamente em todo o espaço de mobilização popular e ativismo político. Existem questões que realmente levam das discussões a "becos sem saída". Portanto, o fato de isso também ser visto na dinâmica coletiva interna da Chiquinha Gonzaga não pode ser visto simplesmente como uma fraqueza generalizada de seu processo. Pelo contrário, deve ser observada como uma dificuldade que, como em vários outros espaços, pode alimentar a busca por soluções inovadoras e criativas.

[509] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.
[510] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

Outras interpretações podem ver nessa dificuldade alguns sinais de outros tipos de limites. Como se viu no decorrer das últimas páginas, o Coletivo acaba buscando de várias maneiras garantir que a interação de seus participantes não seja afetada (ou seja afetada o menos possível) por posturas e falas que não sejam sinceras, verdadeiras ou justas. Da mesma maneira, esforça-se para garantir uma efetiva capacidade de igual participação de todos os interessados e interessadas nas discussões coletivas. No entanto, é realmente muito difícil atingir um ponto no qual todos esses esforços alcancem sucesso absoluto. Dessa forma, parece ser difícil não perceber que ruídos de comunicação, diferenças de inspirações políticas e até mesmo diversos tipos de desconfianças existem e, certas vezes, chegam a atrapalhar o processo coletivo da ocupação.

Porém, é um morador da ocupação quem traz uma luz à essa questão, apontando para maneiras que podem realmente colaborar para a construção e o aprofundamento de uma experiência popular com horizontes emancipatórios.

> "(...) Eu acho que você não tem que projetar estratégia nenhuma pra barrar a desconfiança. Eu acho que o que tem que fazer é o seguinte: Tenta agora passar algumas propostas que a gente tem certeza que seriam para o avanço do prédio. Se você não conseguir passar, rapaz, continua discutindo que uma hora vai ter que falar: 'Ah, a gente desconfia, porque o fulano...' Não, olha só, vamos falar lá na reunião, você desconfia por que? Por causa dele, dele, dele e dela? Então fala ó 'Olha só, a gente desconfia por causa de você, você, você e você.' Submete ao coletivo e tira eles fora do processo, entendeu? (...) *Você só barra a desconfiança na verdade, no dia-a-dia, na prática do próprio trabalho, na prática da discussão, e vai pra discussão*. Que até alguém que fala muito, na verdade termina se desmentindo também." (informação verbal)[511] [grifos de M. S. Grandi]

Essa fala aparentemente concorda bastante com o que poderia ser visto como o "espírito" da importância de uma razão comunicativa pautando um agir cotidiano realmente diferenciado. O *mundo da vida* do dia-a-dia nanolocal; Os processos internos de comunicação objetiva e subjetiva; A construção intersubjetiva do Coletivo; Seus processos de tomada de decisão e resolução de conflitos; E a própria materialização espacial desses processos e relações – especialmente na função, na forma e na significação definidas para cada espaço – se mostram, assim, dimensões cada vez mais indissociáveis das práticas sócio-espaciais cotidianas da ocupação Chiquinha Gonzaga

[511] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em28/05/08 por Eduardo Tomazine Teixeira.

3.3 *Ágora* e opiniões, infrapoder e segurança: Corredores, portaria e calçada

Os passos dados até agora nesta seção já passaram, por exemplo, pelas diferentes concepções de moradores e moradoras da ocupação Chiquinha Gonzaga sobre o que seriam os "assuntos coletivos". Uma das características desses assuntos é, de certa maneira, servir como uma mediação entre a experiência cotidiana em outros espaços da ocupação e o seu espaço formal de deliberação: As reuniões do Coletivo. Por isso mesmo, em seguida, viu-se como esses assuntos podem se envolver com uma série de relações específicas desses espaços deliberativos. As interações que acontecem nas reuniões do Coletivo estão intimamente ligadas a todos os demais recortes espaciais internos ao território da ocupação. E é esse um dos grandes motivos para se observar com maior atenção a dinâmica dessas reuniões.

Mas essa relação entre o espaço deliberativo da Chiquinha Gonzaga e os demais espaços da ocupação não acontece só em um sentido. A influência, como já foi apontado em diversas passagens acima, é de mão dupla: Se, por um lado, o espaço das reuniões delibera sobre os demais espaços; as relações que acontecem nos demais espaços também interferem diretamente nessas deliberações. E aí percebe-se cada vez mais como a experiência com os demais espaços da ocupação são centrais para o seu processo político (e para todas as entrelinhas das negociações e do convencimento que são parte dele).

Nesta terceira subseção, o objetivo será pensar justamente a esse respeito. A experiência na ocupação Chiquinha Gonzaga é fortemente marcada tanto pela convivência coletiva (como imagina-se ser também nas demais ocupações do movimento dos sem-teto) quanto pela própria gestão coletiva. Assim, é interessante tentar refletir um pouco a respeito de algumas formas como essas experiência em outros espaços e momentos influenciam e são influenciadas pelo Coletivo (mais ou menos diretamente). São relações aparentemente fundamentais para que a construção das opiniões, da argumentação e do próprio processo de convencimento (típicos de qualquer interação social) aconteça na Chiquinha. E essas parecem ser dimensões importantes para um maior ou menor avanço no sentido de uma busca por maior entendimento entre as pessoas que moram no prédio – bem como com a tentativa de aprofundar os procedimentos de democracia radical que boa parte dos moradores vem construindo nos últimos anos.

Para isso, esta seção irá se limitar a enfocar especialmente três espaços de uso (e experiência) coletivo da ocupação que aparentemente se relacionam bastante com a dinâmica das reuniões do Coletivo da Chiquinha: Os corredores dos andares, a calçada à frente da

ocupação e a própria portaria.

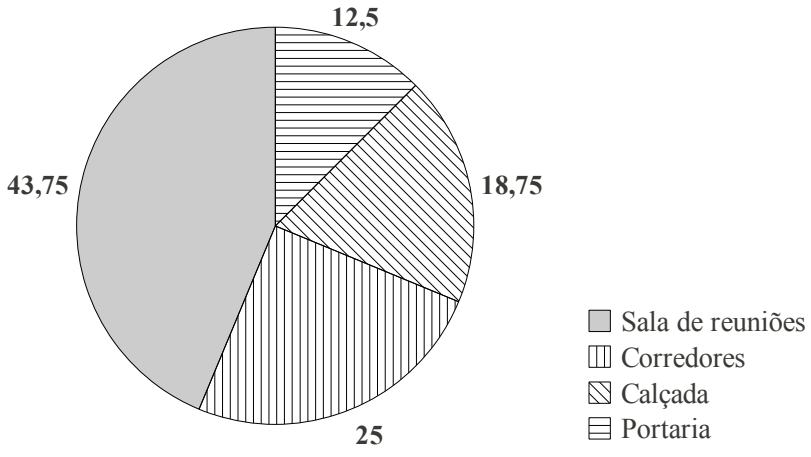
A importância desses espaços para a ocupação é bastante clara no seu cotidiano. E isso não só porque não há como estar na Chiquinha sem passar pela calçada, pela portaria ou por ao menos alguns de seus corredores. São importantes também porque são bastante frequentados por moradores e moradoras. Como não poderia deixar de ser nesse contexto, acabam sendo também espaços onde boa parte das pessoas se encontram e conversam uns com os outros. Se transformam em espaços e momentos de encontro e conversas informais, fundamentais para o compartilhamento das experiências vividas com e na ocupação.

Essa importância também se confirmou a partir das entrevistas realizadas para a pesquisa. Na Tabela 11 e no Gráfico 6 abaixo está apresentada uma rápida sistematização das respostas de moradores e moradoras sobre os locais da ocupação onde mais vêem pessoas juntas, conversando.

Tabela 11: Espaços citados pelas pessoas entrevistadas quando questionadas onde viam maior concentração de outros/as moradores/as da Ocupação Chiquinha Gonzaga

Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Sala de reuniões	1	4	1	1	7
Corredores	1		2	1	4
Calçada	1		2		3
Portaria		1	1		2
Total de espaços citados	3	5	6	2	16

Gráfico 6: Relação entre as referências feitas por moradoras e moradores sobre os espaços da Ocupação Chiquinha Gonzaga onde mais são vistas pessoas juntas (em %)



Por conta de a pergunta ter sido feita aos moradores e moradoras de maneira aberta, a quantidade total de espaços citados não corresponde à quantidade de pessoas entrevistadas. Isso, por um lado, possibilitou uma maior liberdade às pessoas. Por outro, deixou claro para a pesquisa que esses parecem ser espaços de importância real. Os três espaços juntos (corredores, calçada e portaria) foram lembrados por mais de 55% das pessoas entrevistadas como locais onde as pessoas da ocupação geralmente são vistas juntas. E ainda vale lembrar que em uma das vezes que a sala de reuniões foi citada, a pessoa estava falando, na verdade, dos momentos de festa da ocupação – e não dos momentos de discussões deliberativas do Coletivo.

> "Só quando tem reunião ou às vezes quando tem alguma festa. Porque aí tem festa de algum morador que chama um, chama outro. Porque geralmente não chama todo mundo, porque não dá. E... Quando tem festa ou então quando tem reunião que eu vejo mais as pessoas concentradas. Ou quando tem um mutirão pra fazer alguma coisa." (informação verbal)[512]

Seja como for, percebe-se como há de fato uma tendência de que esses espaços não-deliberativos abriguem encontros informais de moradores e moradoras. E, por consequência, não foi estranho perceber também que são nesses espaços nos quais as próprias pessoas entrevistadas mais conversam com outros moradores e moradoras (Tabela 12 e Gráfico 7).

Tabela 12: Espaços onde as próprias pessoas entrevistadas declararam mais conversar com outros/as moradores/as da Ocupação Chiquinha Gonzaga

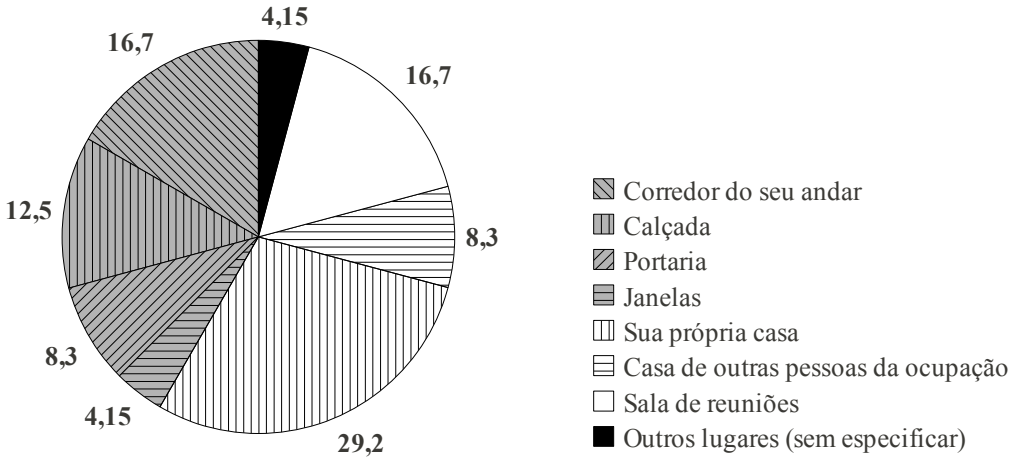
Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Corredor do seu andar	1	1	1	1	4
Calçada	1		1	1	3
Portaria	1	1			2
Janelas		1			1
Sua própria casa	3	1	2	1	7
Casa de outras pessoas da ocupação	1		1		2
Sala de reuniões	2		1	1	4
Outros lugares (sem especificar)				1	1
Total de espaços citados	9	4	6	5	24

[512] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.

Neste caso as perguntas também foram feitas de forma aberta. Portanto, novamente o número total de espaços citados não corresponde ao número total de entrevistas realizadas.

Especialmente através do Gráfico 7 fica bem perceptível que as pessoas entrevistadas conversam com demais moradores/as principalmente em espaços privados (nas próprias casas ou em casas de outras pessoas, com uma soma de 41,65% das respostas) e em espaços de interações mais informais (como a portaria, corredores e a calçada, com 37,5% das respostas). Isso indica uma tendência forte de que boa parte das conversas entre moradores/as se dê fora do espaço formal deliberativo (que foi citado em 16,7% das respostas). E é preciso levar em conta que essas conversas muitas vezes têm um peso bastante grande no processo de construção das opiniões. Por sua vez, essas opiniões são cruciais para os debates do Coletivo e para o processo político de gestão da ocupação

Gráfico 7: Relação entre as referências feitas por moradoras e moradores sobre os espaços da Ocupação Chiquinha Gonzaga onde eles próprios mais conversam com outros ocupantes (em %)



As interações que se estabelecem nesses espaços não podem ser descartadas, portanto, pelo processo político da ocupação. São espaços de criação de vínculos afetivos com outras pessoas e com o próprio prédio, além de servirem à articulação política tão importante no seu contexto interno. Nesses espaços é que acontece parte importante das discussões coletivas informais. Especialmente por esse motivo, são espaços que aparentemente podem funcionar tal como a *ágora* funcionava na experiência da democracia ateniense antiga: Uma esfera privada/pública e das "(...) interações mais ou menos espontâneas (em contraposição à esfera estritamente privada e em contraste com a administração dos negócios coletivos em sentido próprio)" (SOUZA: 2006a:588)

3.3.1 Corredores

No cotidiano da ocupação Chiquinha Gonzaga muitas pessoas e muitos assuntos circulam pelos seus corredores. Todas as pessoas entrevistadas foram questionadas também sobre a natureza desses assuntos, pra que se pudesse tentar tirar daí algumas pistas sobre a dinâmica das interações que acontecem nessa parte do território. Na Tabela 13 abaixo está apresentada um rápido apanhado das respostas a esse respeito.

Tabela 13: Opinião das pessoas entrevistadas sobre os assuntos que as demais pessoas da Ocupação Chiquinha Gonzaga conversam nos corredores do prédio

Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Assuntos coletivos de organização e convívio da ocupação	2	1	1	1	5
"Rádio Corredor"	1		1		2
Assuntos privados de outros ("fofoca")	1	2	1	1	5
Outros assuntos (futebol, religião, etc.)			1	1	2
Reclamações financeiras			1		1
Política				1	1
Não sabe / Não respondeu	1				1
Total de assuntos citados	5	3	5	4	17

Mais uma vez mais de um assunto podia ser citado por cada pessoa entrevistada. Percebe-se que os dois assuntos que se sobressaíram foram os assuntos coletivos (de organização do prédio)[513] e os assuntos privados de outras pessoas da ocupação (o que algumas pessoas entrevistadas entendem como sendo a chamada "fofoca").

Uma das moradoras enfatiza, por exemplo: "Nos corredores o pessoal fica falando mal da vida dos outros. [risos] Quem sobe, quem desce, quem foi na casa de quem, quem desceu, quem foi." (informação verbal)[514] Outros já colocam que nos corredores são "(...) assuntos também da ocupação, quando surge alguma decisão na reunião, nas assembleias. Aí há o comentário nos corredores também." (informação verbal)[515]

[513] As reclamações financeiras citadas como assuntos que são discutidos nos corredores muitas vezes dizem respeito também às finanças da ocupação, da mesma forma que os assuntos sobre "política" mencionados.
[514] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.
[515] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

Além disso, a própria "Rádio Corredor", pelo o que se pôde acompanhar na ocupação, trata também principalmente desses dois assuntos. Alguns pontos sobre ela já foram abordados em um trabalho anterior. Naquela ocasião, a "Rádio Corredor" foi definida mais precisamente como "o nome dado, exatamente, a esta tessitura de redes informais de informações ("fofocas") e boatos gestados no âmbito dos corredores." (TEIXEIRA e GRANDI, 2008) E as opiniões a respeito dessa rede de informações e boatos são, obviamente, bastante diversificadas entre os próprios moradores e moradoras.

Existem aqueles que declaradamente não vêem com bons olhos a sua existência. Uma das pessoas entrevistadas comenta que

> "A única coisa que dificulta o entendimento dos moradores é justamente a 'Rádio Corredor', só isso. Dificulta o entendimento porque cada um fala uma coisa e não se chega a um denominador comum. Aí fica... A maior dificuldade nossa lá é essa, a 'Rádio Corredor'. Principalmente aqueles que não participam ativamente das assembleias." (informação verbal)[516]

Algumas pessoas entrevistadas aparentemente julgam como algo normal a existência dessa rede informal de informações. Nesse sentido, acreditam na necessidade de moradores e moradores se acostumarem com ela.

> "Ah, conversa bastante coisa. Rola aqueles cochichos de corredor, né. Isso é normal, acho que no ser humano, na população, na classe média. Acho que... Tudo isso eu acho que rola, né. [Entrevistador: É o que a galera chama de 'Rádio Corredor'?] É, o 'Rádio Corredor'. E isso acontece. Mas acho que nada que afeta assim, mesmo, a moradia mesmo assim. É só..." (informação verbal)[517]

Já há aquelas outras pessoas que praticamente desconsideram a existência atual dessa rede.

> "Agora parou, tinha 'Rádio Corredor' mesmo. (…) [A]gora a "Rádio Corredor" enfraqueceu. [Entrevistador: Mas por que a senhora acha que enfraqueceu?] Eu acho que por que... Acho que agora não tem mais 'Rádio Corredor'. Agora, a criançada é que é a 'Rádio Corredor.' (…) Porque eles sabem das coisas, correm e contam. A 'Rádio Corredor' é os pequenos." (informação verbal)[518]

Mesmo desconsiderando sua existência enquanto prática espacial bastante influente no processo político da ocupação, trata-se de uma fala que levanta também uma questão

[516] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.
[517] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[518] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.

interessante: O papel das crianças nessa dinâmica espacial das informações dentro da ocupação. Não se poderá aprofundar esse tópico aqui. Mas não se pode deixar de comentar que as crianças parecem ter um acesso facilitado aos mais variados espaços no interior da Chiquinha. Certas diferenças entre adultos nem sempre se refletem em limitações de trânsito das crianças. Assim, parecem haver relações interessantes entre a permeabilidade dos espaços às crianças e, por outro lado, a dinâmica espacial das informações (que tanto influenciam nas deliberações do Coletivo e em outras tantas dimensões da experiência com o espaço da ocupação).

Outra questão interessante lembrada durante as entrevistas diz respeito à importância que os corredores têm para o estabelecimento de laços entre as pessoas. São laços que, para além da afetividade pessoal, podem muitas vezes cumprir o papel de garantir uma rede de solidariedade fundamental para a sobrevivência de certas pessoas.

> "Até porque a vida no corredor, ela é... Como eu posso dizer? (…) Existe uma relação, acho que até pela questão da pobreza, assim, uma relação íntima com a vizinhança porque um necessita do outro. A parada do liquidificador do oitavo andar (...) A primeira vez que a gente usou esse liquidificador que estava na minha casa, a gente achava que era do [fulano]. Quando vieram pedir, falaram: Ah! O liquidificador do [beltrano], eu queria emprestado. E a gente falou: Ué! Mas o liquidificador não é do [fulano]? Eu acho que isso é uma característica da ocupação, assim, existe uma vida comunitária. Por causa da pobreza, por causa da miséria... Por causa da falta de recursos, o que obriga a ter uma vida comunitária. Por isso que eu acho que o corredor é um ponto de encontro, né? Onde você vai tomar uma cerveja com o seu vizinho..." (informação verbal)[519]

Essas indicações de uma rede de solidariedade interna à ocupação, tecida especialmente pela construção dessas relações de afetividade e compartilhamento entre moradores e moradoras, são fundamentais para o processo político coletivo. Elas podem ser vistas como parte de uma dimensão sutil de convencimento e de educação para a gestação de relações sociais mais solidárias. São, certamente, interações bastante frágeis e sensíveis a diversos fatores. No entanto, ainda assim pode-se considerar que tais espaços abrigam, por conta disso, elementos aparentemente muito importantes para o que talvez possa-se chamar de uma *paideia* própria à ocupação. Um infrapoder exercido e reforçado cotidianamente. Mas mais traços que tocam nesse assunto serão vistos ainda neste capítulo, na subseção 4.1 intitulada "O andar enquanto escala do 'lugar'".

Os corredores cumprem também outros papéis de destaque. Alguns deles mais

[519] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

diretamente ligados à dinâmica de negociações que acontecem nos espaços formais deliberativos.

Em primeiro lugar, trata-se de um dos principais espaços para a mobilização de moradoras e moradores quanto à participação em atividades (do próprio prédio ou de outros locais, como manifestações, encontros e oficinas em outros espaços). Para isso, são duas as principais práticas: A passagem de porta em porta, convidando e chamando para as atividades; e a fixação de cartazes de divulgação. Tal função fica bem clara em diversas das entrevistas feitas, como já ficou claro nas falas citadas no início da subseção anterior.

É também nos corredores onde se dá a chamada vocal para as reuniões do Coletivo da Chiquinha, fato também já comentado anteriormente. O grito de "Reuniãão" pode ser entendido como uma prática espacial bastante importante para a ocupação, que se relaciona diretamente com a gestão territorial do prédio. Ele inclusive indica, para alguns, os interesses envolvidos nas reuniões em questão: Como já foi lembrado também na subseção anterior, certas pessoas julgam que quem convoca as reuniões dessa maneira geralmente tem interesses específicos em chamar a todos para a reunião.

Diga-se de passagem, os assuntos que são tratados nas reuniões do Coletivo também se relacionam diretamente com o espaço dos corredores. Por exemplo, são neles onde se pode perceber frequentemente como assuntos que serão tema de discussões nos encontros deliberativos dos moradores/as são discutidos previamente. A fala de uma das pessoas entrevistadas aponta justamente para isso, ao fazer comentários sobre se moradores e moradoras conversam a respeito de assuntos coletivos nos corredores.

> "Ah, conversam, conversam. Nos corredores, nos corredores. Nas portas das casas, um dos outros assim. Às vezes acontece, assim, de... Se for uma briga de vizinhos, né. Então 'Ah, vai defender quem?', né? Ou às vezes até uma questão mesmo de alguma coisa que o pessoal queira votar. Quem vai ser, comissão, quem vai ter que resolver isso... 'Ah, que fulano fez isso.' Então às vezes 'Ah, vai pra reunião pra discutir isso, então é melhor a gente ir lá porque fulano já falou que vai fazer isso, vai votar que é pra gente não fazer mais nada, que é pra resolver esse negócio da taxa, que é pra ter punição, que é pra não ter, então a gente vai descer, então...' Acontece de adiantarem um pouco os assuntos da reunião, às vezes, nos corredores. Assim, é um espaço que acaba acontecendo isso mesmo." (informação verbal)[520]

Trata-se de um espaço também fundamental para a dinâmica política interna da ocupação Chiquinha Gonzaga justamente por ser um espaço de formação das opiniões. Assim,

[520] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

é nos corredores que seguidamente são tecidas as redes de apoio a tal ou qual proposta que será feita nas reuniões do Coletivo. Essa situação foi bem ilustrada pela ocasião trabalhada em um trabalho anterior (TEIXEIRA e GRANDI, 2008) e já citada em uma das subseções anteriores[521] sobre a tentativa de implantação de uma cooperativa de reciclagem na ocupação. Na época, como já foi destacado, as pessoas ligadas ao campo político que havia pensado na proposta reconheceram ter feito um trabalho de convencimento e esclarecimento junto ao restante dos moradores e das moradoras que acabou sendo insuficiente. O outro campo político, no entanto, investiu nisso e conseguiu barrar a proposta na votação feita em reunião do Coletivo. Um dos moradores envolvidos fala, sobre essa situação, que "eles [as pessoas do outro campo político] terminam subindo de cima abaixo do prédio dizendo que o pessoal tava querendo transformar o prédio num lixão, e o coletivo realmente votou contra a proposta, né?" (informação verbal)[522]

Por fim, vale lembrar que é nos corredores onde, muitas vezes, acontecem negociações para que as normas formais do Coletivo sejam efetivamente adotadas pelas pessoas. Um bom exemplo é a questão do pagamento mensal da taxa de água. Muitas vezes foram relatadas situações nas quais foi necessário percorrer pessoalmente todas as portas dos quartos da Chiquinha para fazer a respectiva cobrança. A mesma coisa se passa frequentemente quando é necessário dividir os custos de compras ou serviços de manutenção de bens coletivos.

> "É que nem uma vez que, parece que a bomba escangalhou. Acho que alguém se pressupôs de emprestar dinheiro. Assim, como se fosse alguém pra completar pra comprar uma bomba e depois o coletivo pagaria aquela pessoa. (…) Então quer dizer: uma alternativa que ele tava dando como solução. Mas já sabe, tem umas pessoas que não aceitam porque já pensam que o outro quer aparecer. Você sabe como é que é. O pessoal meio travado que não deixava a bomba ir pra frente. [risos] Ficamos aí quase uma semana e tal, ou duas, não sei o que. Teve que recolher dinheiro. Ainda tinha que se bater de porta em porta. Tinha que bater porta em porta pra cobrar. Até que conseguimos juntar o valor e compramos a bomba." (informação verbal)[523]

Sendo assim, mesmo com somente esses poucos aspectos, pode-se perceber como os corredores se ligam fortemente ao espaço formal deliberativo. De maneira direta ou indireta, influenciam e são influenciados por ele, cumprindo papéis importantes na dinâmica política interna da Chiquinha Gonzaga.

---

[521] A referência aqui é à subseção 1.2, intitulada "Alguns espaços coletivos da Chiquinha Gonzaga: Comentários sobre três momentos de suas dinâmicas."

[522] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/05/08 por Eduardo Tomazine Teixeira.

[523] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

3.3.2 Portaria

O funcionamento da portaria da ocupação Chiquinha Gonzaga tem, como todo espaço, uma temporalidade também bastante própria. Durante uma época esse era um espaço bastante frequentado por todas as pessoas da ocupação, especialmente por conta da exigência do Coletivo de que cada morador/a cumprisse uma carga horária mínima na portaria. Uma das pessoas entrevistadas lembra que "[e]ntão, era assim. Tinha aqui a portaria, que isso tinha que ser feito. Então, todos nós tínhamos que ter as horas da portaria. E a portaria fechada." (informação verbal)[524] Outra já aponta diretamente para como a portaria servia de espaço de articulação e conversas informais.

> "Porque no período que a gente tava fazendo, cumprindo plantão na portaria – que era uma coisa que a gente fez desde o início da ocupação – a gente... Como não tem porteiro, então a gente mesmo ficava ali pra estar controlando a entrada das pessoas no prédio. E aí, então, era um espaço que às vezes a gente ficava lá. Geralmente ficavam dois moradores, representantes de dois apartamentos, por cada plantão de duas horas. Mas assim, acabava outras pessoas chegando, parando, batendo um papo, reclamando de alguma coisa, já adiantando alguma questão que fosse ser discutida na reunião... Então era um espaço, a portaria mesmo." (informação verbal)[525]

Acontece que atualmente o Coletivo não tem mais cobrado o cumprimento dos horários da portaria, apesar de ainda ser uma regra que consta em seu regimento.

> "E uma das principais regras que nós temos é: tirar portaria, que não é cumprido por todos, inclusive por mim (…) [Entrevistador: Você falou da portaria, que inclusive você não cumpre. E o pessoal lá não tem cumprido. Você acha que não cumprem por que?] Bom, eu falei que eu não cumpro por que? Porque só quem tava tirando portaria ali ultimamente lá era um pequeno grupo de pessoas que estão realmente preocupados com o bem-estar do prédio e a segurança do prédio. E eu faço parte desse pequeno grupo de pessoas. Só que eu e as outras pessoas também não pode estar tirando portaria 24 horas por dia e sete dias por semana. Então, desistimos de... Deixamos de lado, porque não valia ficar passando a noite de sono em claro pra ficar segurança pros outros dormindo lá." (informação verbal)[526]

> "Tem a questão da portaria, que eu te falei que a gente tinha esse controle. E era, assim, uma coisa mais segura pra gente. E aí um começou a não fazer o plantão – que era uma obrigação de todo mundo. E aí um começou a não fazer, e aí outro 'Ah, porque fulano não faz. Eu também não vou fazer.' Então, a gente tem uma certa briga na reunião, assim, de tentar voltar, né, com essa... Porque a gente acha

[524] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.
[525] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[526] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

> que aqui não tem esse perfil de ser um condomínio, onde tem porteiro e tal. A gente acha interessante que nós mesmos tenhamos essa responsabilidade de tá zelando pelo prédio, pela nossa segurança. As crianças ficam soltas nos corredores, brincando nos espaços coletivos. Então a gente sabe como é que tá essa violência mesmo aí, né? Então eu acho interessante voltar, e a gente discute bastante isso na reunião." (informação verbal)[527]

Dessa forma, ainda que a portaria continue sendo uma área de segurança, ela não tem mais o mesmo esquema coletivo de segurança que tinha em outras épocas. Isso pode estimular que um certo sentimento de insegurança surja entre moradores/as.

> "Ah é, e tem isso também. Aqui embaixo também o meu medo de morar também é porque eu moro sozinha. (…) Então o perigo é esse. Porque a portaria... Antes tinha porteiro direto. A gente tinha um negócio de tirar portaria, quando eu cheguei. E muito tempo depois ainda durou. Que todo mundo tirava... Acho que era... Não sei quantas horas por mês de portaria, não me lembro. Só que isso acabou, eu não sei por quê. Foi acabando, acabando, ninguém mais tirou. E foi. (…) Então o meu medo de morar aqui em embaixo é esse também. Porque essas portas são frágeis. A minha, pelo menos, eu considero frágil, porque eu mesmo derrubei ela um dia desses que eu achei que tinha esquecido a chave, não tava na bolsa. Eu meti o pé e derrubei. E abri. Então a minha insegurança é essa. Então o meu medo de morar aqui embaixo é só por causa da insegurança. Que eu tenho medo." (informação verbal)[528]

De qualquer maneira, esse continua sendo um espaço onde encontros e conversas acontecem. No cotidiano da ocupação, essas interações continuam sendo lembradas por moradores e moradoras da Chiquinha. "[À]s vezes a pessoa está a sair do portão do prédio e a pessoa tá entrando, aí pára um, dois minutos ou três conversando sobre um assunto. Então às vezes é mais na portaria." (informação verbal)[529] Mas foi justamente o enfraquecimento tanto de sua função de "segurança" quanto de seu uso como espaço de interações informais mais alongadas que colaborou para o surgimento de um novo espaço de interações no contexto da ocupação Chiquinha Gonzaga.

3.3.3 Calçada

É verdade que uma possível dúvida inicial pode ser esclarecida desde já: Afinal de contas, a calçada não fica na rua? Como está-se considerando ela ao se falar das interações *internas* ao território da ocupação Chiquinha Gonzaga? De fato a calçada é um espaço que

[527] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[528] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.
[529] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

tem características bastante próprias. Características que atualmente a envolvem de forma direta com a dinâmica política interna e de gestão territorial da Chiquinha Gonzaga.

É certo entender que ela não faz parte propriamente do território da ocupação. Porém, ela é sem dúvida parte de sua "área de influência" e, de uns tempos para cá, têm desempenhado um papel que reconhecidamente influencia as interações formais e informais entre moradores/as da Chiquinha. Isso é claramente percebido no cotidiano da ocupação, tanto por parte dos ocupantes (pelas relações que se dão na calçada e pelo eco que essas relações têm no interior do prédio), quanto por parte da vizinhança (que, muitas vezes até de forma negativa, remete uma série de acontecimentos que ali acontecem à ocupação).

Esse vínculo se fortaleceu justamente depois que moradores e moradoras pararam de "tirar portaria" – como é dito no prédio. Não imediatamente após, mas um tempo depois disso acontecer um dos moradores passou a estabelecer seu carrinho de lanches justamente sob a marquise da Chiquinha Gonzaga, na calçada. Com o estabelecimento do morador ali, o espaço da calçada passou a cumprir um papel *similar* ao visto nos corredores da ocupação. Foi, assim, definitivamente integrada à dinâmica territorial da Chiquinha. E isso acontece principalmente de duas maneiras: Por conta de sua atual importância para a segurança do prédio e, por outro lado, por ter se transformado em um espaço de interações, conversas, articulações e debates informais.

Quanto à segurança, uma das falas das entrevistas é bem direta: "Quando o [fulano] não tá lá embaixo na barraquinha, fica deserto. Porque não tem ninguém pra tomar conta." (informação verbal)[530] Esse era o principal papel formal da portaria. Tal função foi cumprida durante bastante tempo na Chiquinha Gonzaga. Porém, como já foi colocado, atualmente não vem sendo realizada. Uma fala que aponta claramente para possíveis indícios de como a calçada tem em parte substituído a antiga função da portaria também surgiu nas entrevistas.

> **"**[Entrevistador: Quando você fala da portaria, é a portaria mesmo ou é o espaço na frente do prédio, ali na calçada...?] Na calçada, ali no seu [fulano]. Agora tá sendo mais ali [que as pessoas se encontram]. (…) Aí agora, como a gente não tá, nesse período, não tá fazendo esse plantão na portaria, então acaba-se ficando assim um pouco mais ali na calçada mesmo, no portão mesmo, ali perto, na calçadinha mesmo em frente." (informação verbal)[531]

Essa sobreposição atual entre os espaços da portaria e da calçada colabora para reforçar essa percepção de como um espaço tem suprido algumas funções que antigamente

[530] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.
[531] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

eram cumpridas pelo outro espaço. Por isso, no que envolve a segurança do território da Chiquinha Gonzaga, percebe-se como a calçada tem sido um espaço de fundamental importância atualmente. Na falta de pessoas na portaria, os moradores e as moradoras que eventualmente param para conversar junto ao carrinho de lanches (em conjunto com o morador dono do carro) acabam zelando pela entrada da ocupação

Mas essa não é a única dimensão na qual o espaço da calçada vem se relacionando diretamente com a dinâmica política interna da Chiquinha. Outra moradora traz em sua fala a ligação entre a esfera da segurança, por um lado, e, por outro, a importância que esses espaços têm para as conversas e encontros informais.

> "Na verdade o seu [fulano], ele na verdade tem um papel que era o da portaria quando a portaria funcionava. Quando a portaria funcionava tinham sempre dois apartamentos, duas pessoas. Então é um ponto de encontro mesmo. Tinha um papel, e aí você colocava o seu nome em um certo horário. Aí é claro que você escolhia ficar com a pessoa que você mais gostava... ninguém colocava com um inimigo, sabe. Afinal, você vai passar duas horas com aquela pessoa, né? (risos) Aí não dá!" (informação verbal)[532]

O compartilhamento espacial, mesmo que por um curto período de tempo, levanta dessa forma também traços de uma rede de afetividades que se constrói no interior do prédio. Apesar de serem espaços e momentos de tensão, como já foi colocado em outras passagens da dissertação, esses também são momentos de conversas informais e articulações políticas. No entanto,

> "[c]om o fim da portaria, o seu [fulano] meio... acabou preenchendo esse papel. [Entrevistador: Mas você acha que é um papel refletido? Assim, no sentido de que veio suprir essa demanda mesmo, ou a barraquinha se estabeleceu ali e as pessoas começaram a usar aquele espaço como espaço disso?] Não, é... As pessoas começaram a usar porque as pessoas precisavam de um espaço como esse. Existia uma coisa que incomodava que nem sempre a assembleia era capaz de resolver. E precisava de um espaço de trocar ideia com o seu vizinho, de articulação... e como não existia mais esse espaço, que era a portaria, o seu [fulano] virou esse espaço." (informação verbal)[533]

Vale lembrar que os corredores também acabam suprindo um pouco essa demanda de espaços de articulação que, como a própria moradora coloca, não consegue ser suprida pelas reuniões do Coletivo. Outra observação que pode ser feita trata justamente da "reflexividade" da criação e do uso desse espaço da calçada. Como já foi colocado ao comentar-se a respeito

[532] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.
[533] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

do conceito de "lugar" no primeiro capítulo[534], vê-se que muitas vezes a tentativa de sanar algumas demandas não é necessariamente uma ação intencional das pessoas envolvidas. No entanto, em alguns casos a tentativa de observar as práticas espaciais cotidianas inseridas em contextos espaço-temporais mais amplos do que os que estão imediatamente próximos permite que novas relações sejam feitas. Dessa forma, pode-se buscar interpretar certas ações a partir de novas perspectivas – não melhores nem piores.

O espaço da calçada em frente à Chiquinha Gonzaga também tem tido um papel importante para a circulação de informações sobre a própria ocupação, diga-se de passagem. A mesma entrevista ainda segue, comentando a esse respeito. Ela comenta que o espaço de encontro que aí se estabelece também tem sido um espaço

> "(...) de informes, de saber o que está acontecendo na ocupação. Assim, algumas vezes que eu já cheguei e falaram: Ah! A casa de fulano de tal foi roubada, ou tal pessoa brigou com o marido. [Entrevistador: Fofoca?] É, fofoca, mas, na verdade, é o quadro de informes, assim... É real. Minha mãe veio aqui mês passado e ficou me esperando ali na portaria, ficou sentada ali, o seu [fulano] sabia que era minha mãe e disse: Senta aí que ela já vai chegar. Aí mandou alguém ir lá em casa para ver se tinha alguém e mandou alguém chamar a (…) para ir lá embaixo. Sabe, assim, virou meio que uma portaria da ocupação." (informação verbal)[535]

Esse tipo de informes pontuais e momentâneos de fato tem se valido bastante do espaço informal da calçada. Porém, é importante também lembrar que a própria portaria ainda tem cumprido um certo papel nesse sentido quando trata-se de informes mais coletivos. O quadro de avisos da ocupação Chiquinha Gonzaga, por exemplo, segue sendo em uma de suas paredes (logo na entrada do prédio).

Por fim, a mesma moradora ainda ressalta que apesar dessas funções estarem sendo cumpridas atualmente por esse "novo espaço da ocupação", essa situação guarda diferenças com a portaria de momentos passados.

> "[Entrevistador: E a portaria da ocupação quando existia, para você, tinha qual função?] Tinha essa função. Só que era um espaço mais democrático, porque era um espaço de todas as tribos. E o seu [fulano] nem tanto. [Entrevistador: E a função de segurança da portaria? Você acha que o seu (fulano) acaba cumprindo um pouco?] Cumpre. Assim, isso é inegável! Ali, na madrugada, ele virou meio que porteiro da ocupação. Ele que toma conta, ele que resolve os problemas mais urgentes..." (informação verbal)[536]

---

[534] E se voltará a falar na última seção deste terceiro capítulo, intitulada "Um *lugar* ocupado".
[535] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.
[536] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

Essa ressalva sobre as "tribos" da Chiquinha faz referência ao que se está chamando aqui nesta dissertação de diferentes campos políticos. De fato, a partir da convivência na ocupação percebeu-se que não são todas as pessoas que param no carrinho de lanches do morador em questão para conversar e debater informalmente. Nesse sentido, esse espaço acaba tendo uma importância também para o campo político que o frequenta: Muitas vezes, é mais um espaço de articulação política. E levando-se em conta que muitas das pessoas identificadas como participantes mais frequentes das arenas da ocupação também convivem e conversam nesse espaço, trata-se aparentemente de uma posição bastante estratégica para o processo de convencimento e formação de opiniões daquele campo político que também compartilha frequentemente a calçada.

3.4 Regras e normas *informais*: Costumes e negociações para a convivência e o bem-estar coletivo

Na subseção anterior foram indicadas algumas maneiras pelas quais as experiências espaciais que moradores e moradoras têm em outros locais da ocupação também podem influenciar os espaços formais deliberativos da Chiquinha Gonzaga. Essas relações apontam para algo que também já foi afirmado em outras passagens desta dissertação: Que as regras formais do prédio não podem ser entendidas como fruto simples, direto e exclusivo de seus momentos de encontros de deliberação (as reuniões do Coletivo). São regras construídas e reforçadas cotidianamente através de interações informais entre os/as ocupantes em outros espaços. Além disso, é também em outros espaços onde as opiniões que convergem para as reuniões formais do Coletivo (e que são decisivas para elas) são em grande parte formadas.

As relações que acontecem entre moradores/as nesses outros espaços, porém, não são regidas somente pelas normas formais da ocupação (muito menos somente pelas regras escritas no seu regimento interno). Na Chiquinha Gonzaga, como em qualquer outro espaço social, existem também certas normas de interação entre as pessoas que são informais. Regras que, no caso, acabam interferindo na experiência espacial que cada um/a tem com o território da Chiquinha. E, ao influenciar essas experiências, tais normas acabam ainda se relacionando com o próprio processo de formação de opiniões (que, por sua vez, se envolve bastante com a dinâmica política interna da ocupação).

É nesse sentido que esta subseção que está começando agora irá caminhar: De um jeito

bem introdutório, vai-se tentar pensar um pouco a respeito das regras e normas informais da Chiquinha Gonzaga. Em especial, as atenções estarão direcionadas para como elas aparentemente se relacionam, por um lado, com as experiências que as pessoas têm com a ocupação e, por outro, com os próprios processos decisórios formais desse território.

As regras informais da ocupação Chiquinha Gonzaga têm características também bastante próprias, à semelhança do que acontece com as normas formais desse território. Como já foi colocado na subseção 3.2,[537] essas regras são estabelecidas entre os próprios moradores/as através de seu convívio no dia-a-dia do prédio. Não há, portanto, uma decisão direta do Coletivo em relação à elas. Muitas vezes, são normas que acabam envolvendo formas e expectativas de convívio cotidiano, como se fosse um "código de bons costumes" elaborado de acordo com as necessidades e particularidades da ocupação. Dessa maneira é que esse tipo de "norma informal" acaba se ligando a valores bastante amplos e subjetivos como educação, respeito, consideração, etc.

Acontece que isso remete diretamente à outra característica bem específica desse tipo de regra: Sua abrangência. Os critérios que estão por trás do que é considerado "certo" ou "errado" no convívio da ocupação são na maioria das vezes muito subjetivos e pessoais. Além do mais, são muitas vezes concepções bastante individuais sobre esses critérios que servem como referência para o juízo das posturas (suas e de outros/as). Por isso, frequentemente são tipos de regras muito suscetíveis às diferentes afetividades construídas na ocupação. Talvez por isso mesmo elas não sejam sempre regras "gerais", que abranjam a todos. Isso porque, dependendo das pessoas (ou mesmo da situação, do momento, do local, etc.), certas formas informais de se relacionar são mais ou menos aceitas, por exemplo. Tal variação também depende, lógico, de escalas de tempo diferentes: Costumes que antes não eram aceitos podem, em um momento futuro, não gerar nenhum tipo de desconforto.

Ainda assim, existem pessoas que julgam não existir qualquer regra informal na ocupação.

> "Para as oficiais existe o regimento, né? (…) E não oficial acho que não existe regra nenhuma! (risos) E eu acho que não existe regra nenhuma, até porque existe uma assembleia que funciona. Assim, isso parece uma loucura, mas eu acho que tudo, e as pessoas tem consciência disso, que tudo pode ser pauta da assembleia. A pessoa pode levar seu problema para a assembleia, todo mundo que está sendo perseguido, caçado ou fez alguma coisa que considere errado e quer mudar isso, ele pode levar isso para a assembleia e a assembleia pode criar novas regras e pode contemplar a proposta dessa pessoa. E eu acho que exatamente por isso, não tem

[537] Intitulada "Regras e normas formais: As interações, os debates e as decisões dos espaços do poder explícito."

> regras fixas, tudo pode ser mudado com o respaldo do coletivo." (informação verbal)[538]

De fato a possibilidade dos assuntos se tornarem pauta das assembleias pode ser um elemento que exerce um certo poder sobre as pessoas do prédio (enquanto capacidade de conduzir suas condutas). Já se comentou sobre isso em páginas anteriores. Porém, não é por isso que deve-se descartar a existência de regras informais de convivência no prédio. Bem ou mal, existem maneiras de se portar e de interagir que são próprias das relações que acontecem dentro da Chiquinha Gonzaga, sendo aceitas ou não (ainda que informalmente). São costumes que acabam orientando também as relações que acontecem dentro da ocupação mas que, ainda assim, não precisam passar por uma deliberação coletiva explícita para serem reais e afetarem o cotidiano das pessoas.

> "[Entrevistador: É, porque tem as regras oficiais e as regras de convivência, 'bons costumes'...] [risos] É até estranho falar assim, né? Mas tem, tem. [Entrevistador: E como conviver, né?] Claro. Conviver. Não posso chegar, fazer festa numa altura e desrespeitar o vizinho que tá querendo dormir. Então tem essas coisas até normais, que acontece em qualquer outro prédio. Mas assim, a gente tem essa preocupação." (informação verbal)[539]

Para além do respeito às demais pessoas da ocupação (traços que podem ser vistos também, ainda que indiretamente, em alguns itens do regimento interno atual da ocupação), existe também um certo tipo de pressão informal coletiva para que todos compartilhem as tarefas de manutenção do prédio.

> "É uma vivência diferente que a gente tem aqui, né. A intenção nossa é ter essa convivência diferente do que do resto da sociedade mesmo. Aquela coisa de ter um trabalhador, às vezes é explorado, né? Aquela coisa de ter uma relação de patrão e empregado. Eu acho que a gente tem que pensar de uma forma diferente. E colocar, também, que eu acho que cada um pode dar a sua contribuição de tá ali, né? Eu também posso dar a minha contribuição pra zelar pela segurança do prédio. Então eu acho bacana essa questão dessa responsabilidade com os seus companheiros que tão morando com você, dividindo essa luta, essa conquista. Então eu acho interessante isso." (informação verbal)[540]

Entre esse tipo de tarefa básica de manutenção da ocupação, por exemplo, está a questão da limpeza dos andares, das escadas e de outros espaços de uso coletivo (como a

[538] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.
[539] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[540] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

própria sala de reuniões e o banheiro anexo à ela). Coisas que são lembradas, por exemplo, quando uma das moradoras entrevistadas fala que "[l]avar as escadas é uma regra, que tem que ser toda a semana. Lavar pra deixar todos os corredores limpos. (…) Negócio do lixo, de limpar as escadas, de não botar lixo lá embaixo antes das 20hs da noite. Essas coisas." (informação verbal)[541]

Também buscando construir outros tipos de relações sociais no interior do prédio, o Coletivo incentiva que não aconteçam brigas entre moradores/as. Isso foi colocado por várias pessoas entrevistadas, que afirmam, por exemplo, que "[n]ão pode também ficar brigando, arrumando confusão, essas coisas. Morador eu acho que não pode brigar com o outro. Brigar mesmo, assim." (informação verbal)[542]

Claro que toda essa tentativa de criar e encontrar regras informais que facilitem a convivência entre moradores/as na Chiquinha Gonzaga passa principalmente pelo compartilhamento do dia-a-dia e pelo cultivo de um certo grau de tolerância.[543] Em certa medida, pode-se dizer que é uma necessidade que surge justamente desse convívio. Mas acredita-se aqui que essa busca pode tornar-se menos difícil quando as pessoas se conhecem mais e melhor. E, como se verá na última seção deste capítulo,[544] isso também não é uma novidade para muitas pessoas da ocupação Chiquinha Gonzaga.

3.5 Outro parênteses: Punições formais e informais

O Coletivo, como já foi falado diversas vezes, tem uma importância central na ocupação Chiquinha Gonzaga. Ao mesmo tempo, várias outras relações se desenrolam ao seu redor e, dessa forma, acabam influenciando essa instância de deliberação. Têm também, portanto, uma relevância bastante grande.

Mas ainda que o Coletivo seja o responsável por determinar as regras formais que regerão a ocupação, é preciso lembrar também que esta instância não age como um "grande irmão" no prédio. Apesar do Coletivo da Chiquinha Gonzaga ser reconhecido em sua autoridade e independência pela grande maioria dos moradores e moradoras da ocupação, isso não quer dizer que suas deliberações sejam sempre e constantemente seguidas à risca. E isso,

[541] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.
[542] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.
[543] Mas que, diga-se de passagem, não pode ser confundida com "subordinação" e "inferiorização" de ninguém em relação a ninguém, claro.
[544] Intitulada "Um *lugar* ocupado."

diga-se de passagem, não é nenhum sinal de enfraquecimento da proposta ou da experiência política da Chiquinha: Afinal de contas, nenhuma sociedade até hoje pôde se vangloriar de não ter qualquer tipo de "resistência" ou "subversão" das normas formais instituídas. Trata-se de uma característica que demonstra uma maneira específica de lidar com a pluralidade de posturas e opiniões. Ao mesmo tempo, mostra como a experiência da ocupação Chiquinha Gonzaga pode ser considerada como parte de um passo importante na construção de uma sociedade baseada o máximo possível em relações não-capitalistas.

Acontece que também não se pode dizer que essas "resistências" internas se dão sempre de maneira harmoniosa. Por isso, e para finalizar minimamente o panorama traçado por esta terceira seção, ainda parece importante abordar rapidamente um último assunto muito ligado às normas formais e informais da ocupação (e toda a dinâmica na qual elas estão envolvidas). Afinal de contas, no decorrer de todo o capítulo foram feitas diversas ressalvas quanto ao cumprimento das regras e normas. Trata-se das punições que existem formalmente (e informalmente) no interior da ocupação Chiquinha Gonzaga. Apesar de atualmente elas não serem mais tão frequentes, elas parecem cumprir ainda papéis importantes na dinâmica do processo político da ocupação e no imaginário social coletivo de moradores/as.

Esse é sem dúvida (mais) um assunto bastante delicado de ser tratado. E uma das pessoas entrevistadas é que reforça isso:

> "É um assunto bastante delicado, né? [risos] Porque assim: imagina a visão de quem tá de fora. É eu chegar: 'Gente, mas o pessoal... Tem o tal do movimento social, que acaba sendo reprimido pela polícia, reprimido pelo Estado e tal, por todo mundo, e mantém essa mesma prática.' Mas, na verdade, é de uma forma diferenciada." (informação verbal)[545]

E é, de fato, bastante diferente, como se vai ver no decorrer desta subseção. Não se trata de nenhum tipo de contradição, mas sim de uma estratégia coletiva para lidar com situações comuns em qualquer sociedade (e em todo recorte dela). Ao mesmo tempo, inclusive moradoras e moradores reconhecem que essa não seria a maneira ideal de se tratar certas situações. Mas a forma como a ocupação Chiquinha Gonzaga busca contorná-las traz novas luzes sobre um assunto muitas vezes tratado como um tabu por muitos ativistas.

As diferenças entre as punições da Chiquinha Gonzaga e as do resto da sociedade já começam pelo fato de que o próprio processo de definição das regras que serão cobradas na ocupação ser um processo radicalmente democratizado. Isso foi visto em diversos locais desta

[545] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

dissertação e, especialmente, na subseção 3.2 deste terceiro capítulo. Diferentemente das leis, regras e punições estatais, na ocupação Chiquinha Gonzaga todos/as os/as moradores/as têm o direito de participar em pé de igualdade nas decisões sobre as regras às quais eles estarão formalmente submetidos. Isso inclui as eventuais punições, situações enfrentadas pelo Coletivo desde o início da ocupação. Como lembra um de seus moradores, na época as pessoas que o Coletivo julgava merecedoras de algum tipo de punição "Eram penalizadas pelo que está no regimento interno." (informação verbal)[546] Porém, na maioria das vezes essas decisões não eram automáticas. A fala de outro morador, por exemplo, aponta que no caso de "(...) quem não cumpre as regras, a penalidade quem decide é o Coletivo, qual será a penalidade imposta àquele que não cumpriu as regras." (informação verbal)[547]

As punições formais da ocupação também são, na verdade, bastante flexíveis. E isso não só porque existem oficialmente mais de um tipo de punição (advertências, afastamentos da ocupação durante diferentes quantidades de dias e, em casos extremos, expulsão da ocupação). Também por conta de ser o próprio Coletivo quem define quais são as punições que devem ser aplicadas aos seus próprios membros.

> "Era assim: você fez uma coisa que não era pra ter... que não podia fazer aqui dentro. Vamos supor. (...) Aí foi descoberto. (…) Aí tinha as punições. Aí muitos eram... Assim, se achavam que era uma culpa muito mínima, então vamos dar uma suspensão de uma semana fora da ocupação. Aí, se o negócio fosse muito grave, aí era expulsão. Que teve no início. Que eu tava te falando, funcionou muito isso." (informação verbal)[548]

Tal estrutura permite um juízo aparentemente muito mais próximo às nuances de cada situação. Como uma das moradoras destaca, "(...) o coletivo sabe muito bem quem é merecedor de ficar aqui dentro e quem não é. Então aquela que não é é a que vai ter advertência e vai ter que sair mesmo. Passa um dia lá fora, reflete a cabeça, vê o que é que errou. Depois volta." (informação verbal)[549] Nesses casos, também o amplo e irrestrito direito à defesa é completamente garantido e assegurado pelo Coletivo. E é interessante destacar que as punições têm aspectos espaciais (se não até mesmo *territoriais*) bastante fortes. As advertências, por exemplo, podem restringir a permanência da pessoa na ocupação (por tempo determinado ou indeterminado).

Mas também existem punições apenas "indiretamente espaciais". Como exemplos,

[546] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 01/09/09.
[547] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.
[548] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.
[549] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.

surgem casos de punições que poderiam ser entendidas como "informais": Situações que não são diretamente definidas pelo Coletivo mas que são, de qualquer maneira, resultado de uma grande e ampla reprovação por parte de moradores e moradoras em relação a alguma ação específica de outra pessoa da ocupação.

A perda de prestígio que algumas pessoas sofrem junto às demais, bem como à estigmatização que também pode levar à isso, são exemplos claros. E as "pretensões de validez" da teoria habermasiana podem ser úteis também nesses casos. Quando moradores ou moradoras, por exemplo, deixam de ser verdadeiros, justos ou sinceros com o Coletivo muitas vezes, não é de se estranhar que tais pessoas deixem de ter credibilidade junto aos demais moradores. Sua estigmatização enquanto "mentiroso" muitas vezes o afasta da gestão coletiva. Isso justamente porque a pessoa pode passar a não ser considerada pelos demais moradores da mesma forma como os outros a princípio são quando a tomada de decisões sobre a gestão do território da ocupação são necessárias. Assim, informalmente, a sua ação pode afetar sua capacidade de co-gestão do espaço coletivo**.**

Porém, não são todos do prédio que consideram a punição (seja ela formal ou informal) o procedimento mais importante no processo político da ocupação Chiquinha Gonzaga.

> "A gente claro que sempre tenta ir pelo convencimento, né. Mas é difícil você conseguir convencer as pessoas que, ao invés de ela tá vendo televisão, vendo novela em casa, ela tem que ficar ali duas horas na portaria. (…) Eu não concordo, lógico. Gostaria muito que as pessoas... tivessem consciência mesmo dos seus deveres. Se você tem os seus direitos, e a gente defende os nossos direitos, a gente tem que pensar que a gente também tem deveres. É assim, aquela coisa: eu tenho o direito de morar, mas eu não tenho o direito de dar tapa na cara do vizinho. A gente tem os limites, né? Posso morrer de vontade em dar um tapa em alguém, mas eu não tenho esse direito, né? Então tem essas coisas. Só que as pessoas, às vezes, querem muito ter o seu direito mas não querem cumprir os seus deveres. (…) Aí, quer dizer... Então tá. Se você não tem, não quer cumprir com as suas obrigações, então você também não vai ter certos direitos." (informação verbal)[550]

Aparentemente, portanto, as punições podem ter como papel principal uma tentativa de contornar uma situação que por si só já pareça estar no limite, sem outras possibilidades de diálogo. Essas situações ficam mais claras no caso de assuntos que afetam diretamente a totalidade dos moradores e moradoras do prédio.[551]

---

[550] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

[551] É o caso, por exemplo, do pagamento de taxas assumidas coletivamente. De acordo com diversos relatos informais e conforme pôde-se acompanhar na própria ocupação, eventualmente surgem discussões a respeito do pagamento da taxa de água do prédio. A regularização do fornecimento de água para o imóvel foi

> "A gente, há um tempo, no início que a gente tava mais com essa questão das punições né e tal, a gente acabava... Já teve pessoas que foram expulsas assim daqui. Se era alguma coisa que pudesse prejudicar a ocupação, o movimento. Queimar o movimento. A gente já tirou algumas pessoas daqui. Nesse sentido assim, de ir lá fora e contar umas histórias lá fora. Se enfiar em gabinete de partidos e falar outras coisas. Falar coisas de organização nossa aqui pra outras coisas em outros lugares, outros lugares que não tinham nada a ver. E aí algumas pessoas a gente chegou a afastar, bem no iniciozinho da ocupação. E aí pra algumas pessoas a gente deu uma certa punição, assim de afastamento, advertências." (informação verbal)[552]

Esse é um tema que exigiria, de qualquer maneira, estudos bem mais aprofundados. Principalmente ao tratar-se de experiências de reconhecido compromisso emancipatório. Não se pode esquecer que as pessoas que convivem em qualquer espaço da sociedade contemporânea são formadas por diversas escalas de referências, valores e prioridades. Por isso, sempre existem traços de significações imaginárias sociais da sociedade instituída influenciando as interações entre pessoas. No caso de uma experiência de um movimento social como o movimento dos sem-teto, isso não é diferente. Mas, novamente: Isso não acontece por debilidade de seu processo ou projeto político. Trata-se de um dos desafios enfrentados por qualquer experiência que busque a modificação do *status quo* através da prática cotidiana das relações pessoais: Enfraquecer essas significações imaginárias e, ao mesmo tempo, colaborar para o fortalecimento de valores e relações radicalmente emancipatórias.

Entendidas nesse contexto, as punições não precisam ser vistas como relações exclusivamente violentas. Afinal de contas, não se pode esquecer que a mudança de valores individuais e sociais é um processo que tem diferentes ritmos nas diferentes pessoas. Acontece que certas práticas sociais, a partir de um certo limite, podem prejudicar características básicas desse processo de mudança. Esse limite, lógico, não é nada fácil de ser definido. Porém, sua discussão por quem convive com esse limite todos os dias (e que, afinal, estará diretamente submetido às punições caso tal limiar seja ultrapassado) reduz em muito os

resultado de um amplo processo de luta, mobilização e pressão política de moradoras e moradores da ocupação. Ainda que ela atualmente diga respeito à uma taxa "social" (destinada a moradias de baixa renda), porém, existem pessoas na ocupação que se recusam a pagar sua parte. Como colocado por uma das pessoas entrevistadas (em 23/08/09), "[a] gente não pode ficar sem pagar, porque senão perde o direito. Foi conseguido já com muito custo e perde. Aí as pessoas, às vezes, não pagam porque não querem pagar. 'Ah, não vou pagar a água!' E aí todo mundo perde. E aí o que é que a gente faz com uma pessoa que você não consegue convencer que ela tem que pagar aquela taxa? Porque se o vizinho não paga, eu é que vou ter que pagar por ele. O outro vizinho, que às vezes é mais ferrado, que sobrevive de catar latinha e papelão, paga por esse! Que às vezes tem um trabalho, que às vezes também é catador, mas... sabe? Não paga porque... Às vezes sim: não pode? Tudo bem, é uma outra história. Mas a gente sabe, né, que existem casos em que pessoas... Não é porque não pode, é porque não quer." (informação verbal)

[552] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

riscos de injustiças. Da mesma forma, as penalidades podem ser orientadas para o reforço de valores identificados como mais próximos ao projeto político.

4 UM *LUGAR* OCUPADO

No decorrer das seções anteriores, praticamente toda a atenção foi colocada no processo de discussão e deliberação formal da ocupação Chiquinha Gonzaga. Ainda assim, nas últimas páginas foi-se gradualmente levantando também algumas questões informais que influenciam bastante o processo político da ocupação.

Acontece que existem outros tipos de interações, ainda mais sutis e descontraídas, que interferem muito no cotidiano do prédio. E como já foi visto antes (principalmente no primeiro capítulo desta dissertação), não se pode deixar essas outras formas de interações de lado. Especialmente quando a proposta é tentar mudar radicalmente as relações sociais que existem entre as pessoas (transformando em algo completamente diferente do que se vê hoje em dia, no *status quo* capitalista).

Essas outras formas de relação com o próprio espaço da ocupação são importantes também. Afinal de contas, são em grande parte as relações de afetividade que se desenvolvem entre as próprias pessoas que convivem nela e entre elas e o prédio que ajudam a que as pessoas acreditem que a organização e a mobilização popular podem ser um caminho para a construção de alternativas para os problemas sentidos.

Gostar do espaço onde se vive é algo básico para que *se lute, se brigue* e *se preocupe* com ele. Assim, os sentimentos que são construídos na ocupação influenciam de forma direta o seu processo político. Mas mais do que isso: São fundamentais para que as pessoas sigam acreditando na luta coletiva por moradia como um caminho possível para a resolução dos seus problemas (e, no limite, para a construção de uma sociedade diferente). Mas não são importantes somente porque "ajudam" o "processo político". Esses sentimentos são também parte do processo. Uma parte essencial, sem a qual as dificuldades cotidianas acabam destruindo a luta por melhorias na qualidade de vida dos moradores e por maior justiça social.

Além do mais, esses sentimentos são responsáveis por práticas espaciais que podem fortalecer a identidade que cada pessoa acaba desenvolvendo com o seu espaço de moradia e com o prédio de forma geral. Carinhos e desconfortos em relação a determinados espaços da ocupação também fazem deles mais cuidados e apreciados, mais frequentados ou mais evitados.

Pensando nessas coisas é que esta última seção será escrita. O que será dito não pretende esgotar o assunto, é claro. Muito menos as perspectivas e opiniões sobre as situações

e os espaços. A ideia geral é simplesmente falar um pouco sobre alguns sentimentos que moradoras e moradores entrevistados demonstraram e, de quebra, fazer alguns comentários sobre a sua espacialidade.

Então num primeiro momento (1) vai-se prestar mais atenção ao recorte espacial dos *andares*. A tentativa é de perceber alguns sentimentos que são desenvolvidos por esses espaços. Mas sabe-se que esses são espaços que se ligam a outros recortes do território da ocupação Chiquinha Gonzaga. Por isso, também vai-se apontar alguns poucos pontos de como essa interação espacial/escalar se dá. Depois, (2) os espaços e momentos de alegria, felicidade e descontração que acontecem na Ocupação Chiquinha Gonzaga serão comentados como parte integrante de seu processo político. Sabe-se que eles são, muitas vezes, o "alimento de cada dia" da luta de moradores e moradoras. E para além disso, são espaços que também têm uma importância ainda maior para os espaços de deliberação do Coletivo. Isso porque (como se verá) possibilitam um aprofundamento do compartilhamento subjetivo entre as pessoas da ocupação.

4.1 O andar enquanto escala do "lugar"

A ocupação poderia ser "recortada" em diversos tipos de espaços. As colunas de quartos, por exemplo, são lembradas quando está-se falando de algumas questões estruturais do prédio. Também fala-se dos quartos da frente e os quartos de trás, fazendo outro tipo de divisão interna. Porém, a referência pelos andares é provavelmente a mais comum no cotidiano da Chiquinha Gonzaga.

Porém, aqui nesta seção a intenção é falar sobre os espaços com os quais as pessoas desenvolvem algum tipo de afetividade. Espaços que sejam considerados pelas pessoas como gostosos, bons, agradáveis. Nesse sentido, quando perguntadas sobre isso, as respostas daqueles e daquelas que foram entrevistados/as deixam perceber algumas coisas interessantes. Isso fica mais fácil de ser visto com a ajuda da Tabela 14 e do Gráfico 8 que estão abaixo.

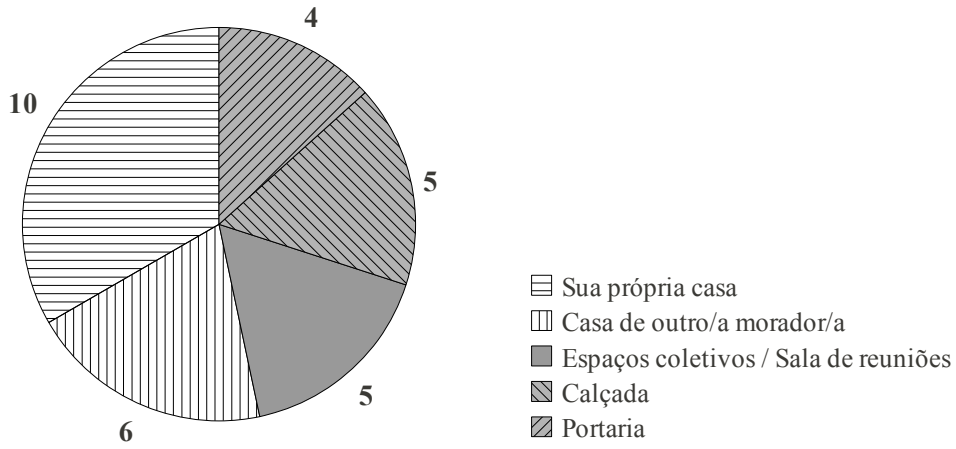
As cores do gráfico são, lógico, propositais. Com o fundo branco, vê-se os espaços privados (sejam eles as casas de outros/as moradores/as ou as próprias casas das pessoas entrevistadas). O fundo cinza, por sua vez, é separado entre os espaços coletivos não-deliberativos (calçada e portaria, hachurados) e aqueles onde são tomadas as decisões do Coletivo (sala de reuniões). Assim, o peso dos espaços privados fica bem claro. A maioria das

pessoas entrevistadas não esqueceu de citar sua casa ou a casa de alguma outra pessoa da ocupação como espaços que são, nas suas opiniões, mais agradáveis de se ficar.

Tabela 14: Lugares da Ocupação Chiquinha Gonzaga que as pessoas entrevistadas disseram achar mais *agradáveis*

Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Sua própria casa	3	2	3	2	10
Casa de outro/a morador/a	1	1	2	2	6
Espaços coletivos / Sala de reuniões	2		2	1	5
Calçada	1	1	1	2	5
Portaria	2			2	4
Total de lugares citados	9	4	8	9	29

Gráfico 8: Relação entre as referências feitas por moradoras e moradores sobre os lugares da Ocupação Chiquinha Gonzaga que eles/as acham mais agradáveis (em %)



Isso, por si só, não define o andar como necessariamente um recorte espacial pelo qual moradores e moradoras desenvolvem maior afetividade do que outros. Acontece que, de qualquer maneira, essas respostas apresentadas também ajudaram a perceber que os andares, em certos sentidos, desempenha um papel especial na ocupação. Mas para isso também valeu-se de outras informações vindas de conversas informais.

De forma especial, aproveitou-se uma questão elaborada inicialmente com outros propósitos. No princípio, imaginava-se que o andar de moradia de algumas pessoas poderia ter algum tipo de relação com os campos políticos da ocupação. Tentando levantar mais informações sobre essa relação entre o andar de moradia e a configuração política interna do prédio, elaborou-se uma questão que tentava colocar o/a morador/a frente à uma situação

hipotética: Caso fosse possível, gostariam de morar em algum outro andar?

No entanto, o que aconteceu foi que as respostas dadas acabaram encaminhando as reflexões para outros aspectos das interações dos moradores e moradoras da Chiquinha Gonzaga. Com elas, percebeu-se como as relações que se estabelecem entre as pessoas de um mesmo andar são muito menos vinculadas a essa configuração política interna do que se pensava. Predominam, aparentemente, afetividades de outro tipo. Sentimentos que sugerem não só relações específicas com pessoas do andar, mas com ele enquanto espaço de cuidado e carinho. E isso não se manifesta somente através dos ornamentos que são vistos nos andares e portas da ocupação (apesar de essas referências espaciais também merecerem lembrança).

Vejam-se as respostas dadas à pergunta (Tabela 15). As pessoas entrevistadas se dividiram quase igualmente entre aquelas pessoas que aceitariam uma mudança e outras que, mesmo podendo optar, não mudariam seus andares de moradia. Ainda assim, as respostas mostraram alguns aspectos que parecem fundamentais para a construção de um sentimento de bem-estar, carinho, cuidado e afeto com o espaço dos andares.

Tabela 15: Opinião de moradores/as da Ocupação Chiquinha Gonzaga sobre se, podendo escolher, prefeririam morar em algum outro andar que não aquele no qual vivem atualmente

Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Sim		1	2	2	5
Não	3	2	1		6
Total de moradores/as entrevistados/as	3	3	3	2	11

Parte das pessoas entrevistadas ressaltaram, como fica marcado na tabela acima, que gostariam de morar em outro andar da ocupação. Para isso, vários motivos foram alegados. Um deles, por exemplo, é ligado diretamente à situação de deterioração causado pelo abandono e pelo descaso do órgão público proprietário do prédio (INCRA) nas últimas décadas. Isso porque diz respeito justamente à dificuldade óbvia que famílias e indivíduos que moram nos últimos andares têm para chegar até os andares mais altos do imóvel.

> "Ah, eu gostaria, pelo menos. Bem, por enquanto assim, que não tem elevador... Gostaria de diminuir mais uns dois ou três andares. Também, no primeiro não. Pelo menos no terceiro... (…) Só que ela [a esposa] gosta aqui, que é mais calmo talvez, não sei o que. Quanto mais alto mais calmo. (…) Mas por causa da falta do elevador, qualquer coisa que você quer tem que carregar. Por exemplo, compras

> você tem que suar, né? [risos] Tá louco, né? (…) [E]u também gosto, mas é só se, no caso, quando tem esse problema de falta d´água... (…) Quando tem que subir com as coisas...” (informação verbal)[553]

Isso é bem mais presente nas pessoas entrevistadas que moravam em andares altos do prédio. Mas a questão da infraestrutura dos elevadores também surge na fala de pessoas que moram nos andares mais baixos. Claro que, nesses casos, trata-se de um elemento do substrato material que faz com que elas não tenham o desejo de modificar o andar de suas moradias.

> “Não... Eu gostaria de ficar aqui mesmo. [Entrevistador: Aqui tá bom?] Tá ótimo. Ainda mais subindo essa escada. Não, a cardiologista até proibiu: subir escada, carregar peso... Ela falou: o máximo que você pode pegar é três quilos. E agora eu tô... Depois que passou essa coisa comigo aí, eu tô bem...” (informação verbal)[554]

As preferências entre os primeiros e os últimos andares também acabam levando em conta outras questões que vão além do funcionamento ou não do elevador. Algumas pessoas apontaram, por exemplo, que como todos/as os/as moradores/as acabam tendo que passar pelos primeiros andares, estes terminam ficando mais sujos do que os mais altos. Da mesma forma, a “calma” do andar é também lembrada como um motivo por preferir determinados andares.

> “Eu gosto. (…) É mais calmo, é mais limpo. Então por isso que eu gosto mais. Porque você pode subir, que você vê que lá embaixo é mais sujo, muito mais movimento. Porque geralmente só quem sobe mesmo é quem mora aqui pra cima, né? Eu prefiro. Eu gosto daqui desse andar. (…)” (informação verbal)[555]

Mas essa ideia de “maior limpeza” não é confirmada nem compartilhada por todas as pessoas entrevistadas.

> “Cara, eu não vejo assim não. Não vejo 'porque passa menos pessoa' não. Porque o meu andar ele passa bastante pessoas e ele fica limpo. (...) Aí você vê a diferença. Porque assim, a sujeira não é aquela sujeira das pessoas que passam. É aquela sujeira que fica agarrada naquele cantinho que 'nego' não lava nunca, entendeu?” (informação verbal)[556]

---

[553] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.
[554] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 10/09/09.
[555] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.
[556] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.

Essa questão da limpeza dos corredores dos andares, no entanto, merece uma ressalva. Em certas conversas informais, percebeu-se em algumas pessoas que a limpeza dos andares e corredores, por exemplo, é às vezes impulsionada não por um sentimento de cuidado com um espaço coletivo. Pelo contrário: A limpeza do corredor pode ser às vezes justificada por ser o corredor "da pessoa". Trata-se de um espaço visto como a extensão da própria casa e que por isso merece ser cuidado. Assim, os outros andares são considerados problemas de "outros/as moradores/as", e não do Coletivo.

Por um lado, esse sentimento pode efetivamente estimular que as tarefas de manutenção do espaço sejam divididas por todos/as (em função, nesse caso, de um critério diretamente espacial: Os andares). Por outro, pode apresentar um limite: Incentivar indiretamente que o cuidado com os espaços da ocupação só deve ser tido com o que for considerado "da pessoa" (em um sentido privatista). Claro que a intenção é que todos/as os/as moradores/as sintam-se e realmente sejam parte da gestão do território da Chiquinha Gonzaga. Isso faria com que, de qualquer maneira, se sentissem responsáveis por tudo o que acontece no prédio. Mas diante de uma sociedade que supervaloriza o indivíduo em detrimento completo da coletividade, não se pode deixar de lado o risco que se corre ao estimular que a obrigação de cuidado só esteja vinculada ao *seu* andar de moradia (do morador ou moradora).

Dessa forma, poderia-se pensar que a preocupação com a manutenção dessas condições mínimas de habitabilidade dos andares parece que tende a surgir de uma experiência com a ocupação que, atualmente, "hipertrofia" os espaços privados. É lógico que não se trata de uma "privatização" dos corredores, no entanto. Eles continuam sendo espaços informais não-deliberativos de uso comum do Coletivo. E, afinal de contas, não se pode negar que essa preocupação (mesmo sendo com o "meu andar") também pode cumprir um papel importante para a refuncionalização e a ressignificação espacial que as pessoas da Chiquinha Gonzaga realizam dentro da ocupação. Adaptam, assim, o espaço à moradia e tornam-o agradável – ou seja: De certa forma, "lugarizam" esse território. Até porque, seja por qual motivo for, a limpeza do prédio é fundamental e acaba sendo feita mesmo que impulsionada por valores não tão "coletivistas".

Diga-se de passagem, os andares e essa questão das tarefas de sua manutenção também são muito reivindicadas por algumas pessoas como referência para a credibilidade de suas colocações para outros/as ocupantes (ou, nos termos de Habermas, para seus "atos de fala"). Cumprir com os afazeres ligados à manutenção do "seu andar" é muitas vezes um

aspecto afirmado como comprovação de seu comprometimento com as tarefas "que lhe cabem" no Coletivo (tanto no que se refere às condições materiais – limpeza, por exemplo – quanto às condições imateriais – bagunça, silêncio, segurança...). O argumento que se levanta dessa forma é que se está, assim, "fazendo a sua parte". Tal conclusão é que leva, às vezes, certas pessoas à compreensão de que estão no pleno direito de cobrar de outras que façam também "a sua parte" (cujos critérios são os mais variados, distintos e sutis possíveis, é preciso reconhecer). Assim, mostra-se como o andar também tem um papel político forte na ocupação: Diante de situações de argumentação, ele se apresenta como uma escala frequentemente reivindicada como referencial de práticas espaciais que podem (ou não) buscar garantir o quão justo, verdadeiro ou sincero a pessoa está sendo.

Essa postura em relação aos corredores pode levar também a uma outra reflexão. As fronteiras entre os espaços privados (o *oikos*) e os espaços coletivos (no caso, o que seria a *ágora* em seu sentido amplo) parecem ser realmente bastante sombreadas na Chiquinha. Isso afeta diretamente a concepção de práticas sócio-espaciais socialmente aceitas em cada um desses espaços. Alguns assuntos da "Rádio Corredor" (especialmente as "fofocas") podem ser vistos certas vezes como indícios dessa "explosão" do espaço privado para o espaço coletivo informal de uso comum. Essa observação por si só não quer, logicamente, julgar tal prática como algo bom ou ruim. Isso, por sinal, já ficou bem claro e frisado na seção anterior a esta.

Seja como for, e de volta às opiniões e sentimentos das pessoas entrevistadas sobre seus andares, vale lembrar que nem todas as pessoas que falaram em suas respostas que mudariam de andar de moradia justificaram suas respostas. Acontece que uma em particular afirmou, depois de alguns risos, que "[a]h, eu moraria no (...). Lá tem o [fulano], o [beltrano], o [ciclano]. [Entrevistador: E fora a vizinhança, tem algum outro motivo para você querer morar lá?] Não. Só pelos vizinhos." (informação verbal)[557] Isso é uma das características mais fortes que foram observadas durante a pesquisa: A importância que tem a relação com vizinhos e vizinhas para o bem-estar das pessoas entrevistadas.

> "É... Eu gosto desse andar, particularmente. Assim, eu tenho uma boa relação com os vizinhos. Eu tenho também relações com outros vizinhos. Talvez, se eu morasse lá, seria igual. Mas assim, não tenho o que reclamar aqui (...). Acho que tem uma relação mesmo de um se preocupar com o outro. Às vezes a vizinha aqui da frente escuta mexerem na minha porta, às vezes ela abre pra saber se sou eu mesmo que tô chegando. (...). A gente tem uma certa... um certo cuidado um com o outro aqui. Então... na medida do possível, às vezes acontece um atrito ou outro. Mas assim: é raro aqui (...). Então eu gosto, eu acho um andar tranquilo de morar. [Entrevistador:

[557] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

> Caso você tivesse que escolher algum outro, você...] Não, pra escolher eu ficaria aqui mesmo. Mas assim: não teria problema se eu tivesse que trocar. Se tivesse que ir pra um outro não teria problema." (informação verbal)[558]

Como a mesma moradora ressalta em outro momento da entrevista, esse convívio acaba sendo, na sua opinião, diferente na Chiquinha Gonzaga. Não se trata, segundo ela, de um "condomínio comum" – nos quais a interação entre as famílias de um mesmo andar são reduzidas. As relações são, na verdade, bastante intensas. Situações que demonstram uma solidariedade direta entre moradores/as de um mesmo andar, envolvendo inclusive questões de segurança, fazem da fala da moradora um bom exemplo de como o andar pode ser importante para a ocupação. Em muitos momentos, como ela própria coloca, são recortes que resguardam de forma bem particular relações de cuidado, apoio e preocupação mútua entre as pessoas que nele vivem.

> "Me dou bem com os vizinhos. (…) Nunca tivemos discussão com eles aqui. Com ninguém. (…) [Entrevistador: E com o pessoal lá de baixo, vocês se dão bem?] É, se damos. Porque quando você não convive muito, você não fica assim, muito enturmado, aí não tem confusão. É, porque quanto mais você vive dentro da casa das pessoas, aí eu acho que isso dá confusão. [Entrevistador: Aham. E ao mesmo tempo, como você falou, vocês conversam bastante com o pessoal aqui ao redor, né? E também não tem confusão...] É. A gente se dá bem, não tem problema nenhum. Nunca tive com ninguém aqui de cima. Não é que eu, também, já tive com o pessoal dos outros andares. Mas... Eles são calmos, né?" (informação verbal)[559]

Interessante destacar dessa fala a questão da convivência. Algumas pessoas (como o próprio filósofo alemão Habermas, que tem acompanhado esta pesquisa) colocam com certa ênfase a importância do convívio para uma boa relação entre as pessoas. Esse convívio colabora, inclusive, para uma interação que tente se orientar pela busca pelo entendimento (como na teoria do alemão) – principalmente por aprofundar o compartilhamento das dimensões do mundo da vida das pessoas.

Mas a moradora destaca o contrário. Ela declara se relacionar muito bem tanto com outras pessoas com quem convive bastante, quanto com aquelas com quem não convive tanto. Porém, elabora uma reflexão maior a respeito daquelas com quem ela *não* convive: Sublinha que essa boa relação com pessoas de outros andares se deve justamente à não convivência cotidiana. Nesse mesmo sentido, outra moradora pondera que

---

[558] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[559] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.

> "às vezes até acontece de você, com quem você tem mais contato que às vezes acaba rolando um atrito, né? A questão da convivência... Acontece isso. [Entrevistador: Você se dá certas liberdades assim, né?] É é, entendeu? Então acaba... É, o vizinho que às vezes tá muito na casa do outro daqui há pouco briga. É normal de acontecer. Mas é claro que é natural que você tenha um cuidado maior com aquele vizinho que você tem mais afinidade, né." (informação verbal)[560]

Essa afinidade com os vizinhos não se restringe ao próprio andar, claro. Mas também se manifesta de forma bem forte nesse recorte espacial. É nesse recorte também onde outros tipos de interações acontecem, fortalecendo o vínculo das pessoas com seu andar de moradia. Mais uma fala é bem vinda nesse momento:

> "Cara, não sei cara. (...) Eu já morei em dois andares aqui no prédio. (…) Cara, eu acho que no andar onde eu moro eu acho que é um bom lugar. Me identifiquei um pouco com as crianças, assim... eles me perturb... Tem hora que elas me enche o saco, né? Batendo na porta de manhã me enche o saco. Mas é bom, assim. Se eu deixar a porta aberta eles invade mesmo, aí entra. Aí é um lugar bom de morar. Eu gosto de lá mesmo. Acho que se fosse pra mim trocar hoje, assim, acho que eu não trocaria aí por um apartamento em outro andar não, cara." (informação verbal)[561]

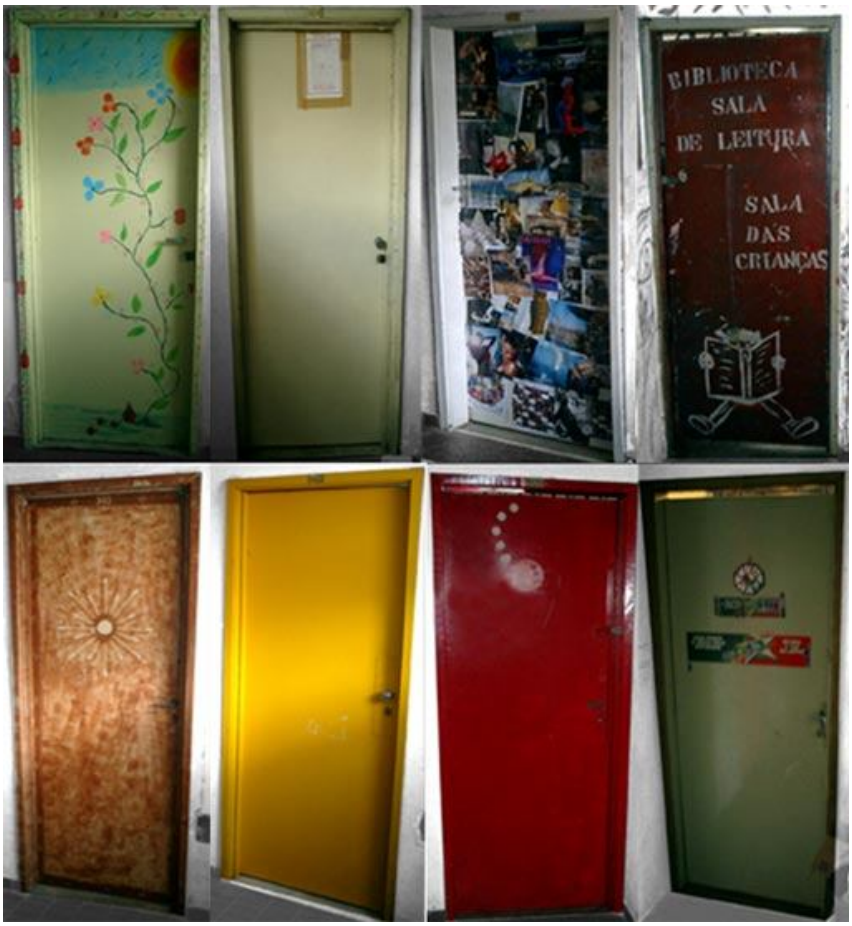
Vale dizer que essa pessoa resite em um andar relativamente alto. Mesmo assim, com as dificuldades que o substrato impõe, é a "*vida*" do seu andar que o cativa e que o faz não querer sair dele. E as crianças, como já se lembrou em outras partes da pesquisa, são parte fundamental disso. Crianças e jovens algumas vezes inclusive só são liberadas pelos responsáveis para brincarem nos andares de suas moradias, o que acaba fazendo delas "pessoinhas" quase certas em alguns andares da ocupação.

> "Como eu te falei antes, acontecem os atritos entre vizinhos. 'Ah, alguém botou o lixo na minha porta'... Rolam os atritos entre vizinhos. Mas também tem as relações legais, assim, de afetividade. De um vizinho passar mal, o outro levar pro hospital. Liga pra bombeiro, liga pra não sei o que. De ter uma relação mesmo assim." (informação verbal)[562]

Em todos esses sentidos (e certamente também em outros), não parece ser possível negar que os andares façam parte de uma escala muito importantes para a "lugarização" da ocupação. Que sirva como mera ilustração um rápido "álbum" de fotos de algumas das portas da ocupação em 2004, objetos que são geralmente uma referência material que demarca a

[560] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[561] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[562] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

divisão entre os espaços privados dos quartos e os espaços de convívio coletivo que são os corredores (Figura 64). Aqui, porém, fica bem claro o esforço de usar o espaço do corredor como um espaço de expressão de diversas mensagens carregadas de simbolismo.



Fonte: Autoria desconhecida.
Disponível em <http://www.ignezferraz.com.br/img/dicas/chiq_portas.jpg>.
Acesso em: 03 jan. 2010.

Figura 64: Fotos de portas dos quartos da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 2004.

4.2 Descontração e compartilhamento: A importância das festas

Em várias partes desta dissertação[563] já se ressaltou um papel importante que os espaços formais não-deliberativos (como os espaços-tempo de festas e confraternizações) acabam cumprindo na ocupação Chiquinha Gonzaga: Neles, regras e normas coletivas –

[563] E em especial na seção anterior à esta, intitulada "O *nomos* de um espaço ocupado: A deliberação coletiva e sua capilarização espacial."

formais e informais – são costuradas, legitimadas e efetivadas. Isso também acontece, claro, em outros espaços da ocupação (como os corredores, a portaria, os próprios quartos, etc.).

Mas à esta altura do trabalho, vale também lembrar uma colocação importante feita no início da década pela cientista social Ana Clara Torres RIBEIRO (2001) sobre reflexões a serem feitas a respeito de movimentos sociais. Na consideração da qual se fala, a autora aponta a importância de se prestar atenção em aspectos que indiquem processos novos de ação social. Em especial, naqueles capazes de produzir mudanças nas relações societárias. Dentre tais ações, a pesquisadora enfatiza a

> "(...) relevância adquirida por *formas de contestação que enlacem cultura e cultura política, tecido social e esfera política*. São estas ações que dispõem de maiores chances de, com a participação de jovens, disputar valores e, portanto, o teor das relações societárias." (RIBEIRO, 2001:15) [grifos de M. S. Grandi]

É nesse sentido que os espaços e momentos de confraternização da Ocupação Chiquinha Gonzaga serão observados nesta subseção. Ao que tudo indica, esses são espaços onde as pessoas que convivem na ocupação tendem a compartilhar várias dimensões de suas vidas (ou, nos termos fenomenológicos e habermasianos, diversas esferas do "mundo da vida"). Assim, são situações que acabam refletindo não só no sentimento de afetividade que se constrói com a ocupação e seus/suas moradores/as, mas também (e inclusive) na própria dinâmica da gestão politica do território da Chiquinha.

Como já foi citado na primeira seção deste capítulo, no caso da Chiquinha Gonzaga o principal espaço de confraternização é a própria sala de reuniões. Ou seja: Acontece um compartilhamento claro do substrato espacial por diferentes usos e funções. E isso não é algo necessariamente negativo, diga-se de passagem. Neste próprio capítulo já se falou justamente sobre a possibilidade de que desse compartilhamento do mesmo "espaço físico" surjam embriões de algumas associações subjetivas interessantes. Por exemplo, entre a sala de reuniões e certos tipos de interações mais presentes nos momentos de festa (como aquelas mais descontraídas e amigáveis). Essas associações podem afetar diretamente ambas as atividades: A de discussão e deliberação (que são ligadas ao espaço formal deliberativo e que caracterizam predominantemente tal sala – vide seu nome), e até mesmo a de confraternização. No entanto, não existem dados suficientes pra se afirmar qualquer tendência nesse tipo de relação na Ocupação Chiquinha Gonzaga. O que se quer ressaltar aqui é somente que esta é uma *possibilidade* de desdobramento desse compartilhamento.

De início, então, deve-se deixar claro que existem ao menos dois tipos de festas / confraternizações na ocupação. Existem, por exemplo, aquelas festas que são feitas por moradores/as da ocupação por ocasião de comemorações (ou situações do gênero) individuais ou, a princípio, relativamente restritas a algumas pessoas do prédio. Não chegam a ser necessariamente "privadas" ou "particulares", no entanto (no sentido de que o espaço onde são feitas essas confraternizações não se torna "de uso privativo ou exclusivo" desses/as moradores/as). De qualquer maneira, são eventos que precisam ser avisados ao Coletivo. Neles, as pessoas que sugerem a atividade são consideradas as responsáveis pelo seu preparativo e, depois, pela arrumação e limpeza do espaço. Bons exemplos desse tipo de festa "pessoal" são os aniversários. Esses são momentos que têm um caráter diferente de outros que, por exemplo, são sugeridos e organizados formalmente pelo Coletivo.

Existem também aquelas que são feitas, portanto, a partir de deliberações do Coletivo. Essas são festas cuja responsabilidade pela organização é compartilhada entre moradores/as. Nelas, todas as pessoas do prédio podem participar. São confraternizações que às vezes marcam datas especiais para a ocupação em si (como o seu aniversário); outras lembram momentos mais ligados a lutas populares mais amplas (como o dia das mulheres ou o dia do trabalhador); e outras, ainda, comemoram datas não necessariamente ligadas aos movimentos sociais (como o Natal, o ano novo ou o dia das mães).[564]

Mas é legal ressaltar também que os limites entre confraternizações do primeiro e do segundo tipo apresentados são muitas vezes bastante fluidos e tênues. Isso porque, por exemplo, dependendo de quem organiza as festas "pessoais", elas podem chegar a tomar proporções às vezes maiores do que as próprias festas que são feitas sob responsabilidade do Coletivo. Por outro lado, nem sempre são todas as pessoas da ocupação que se envolvem com a organização das festas coletivas. Também dependendo da pessoa ou do campo político que sugere e se envolve com a preparação da confraternização, outros/as moradores/as podem eventualmente não comparecer.

De qualquer maneira, independente de qual "tipo" de confraternização seja, elas são frequentemente marcadas por uma característica mais ou menos comum: Acabam suscitando momentos de colaboração entre moradores/as, tanto nos preparativos quanto no momento da atividade. Mesmo festas "pessoais" às vezes só acontecem porque algumas famílias e indivíduos se juntam para realizá-las.[565] Em alguma medida, esses momentos sempre são fruto

[564] Existem ainda aqueles momentos de confraternização que são organizados por outros indivíduos ou organizações de movimentos sociais. Nesses casos, deve haver, logicamente, a permissão do Coletivo.

[565] Até porque, dessa forma, geralmente os custos da sua realização são também divididos.

de um esforço "coletivo" (às vezes no sentido de ser assumido pelo próprio Coletivo, em outras entendendo mesmo festas "pessoais" como sendo fruto de colaborações entre moradores/as). A festa de aniversário de quatro anos da ocupação, por exemplo, motivou a reforma do depósito e a sua transformação em cozinha para o uso na festa e em eventuais outras atividades. São momentos e espaços, portanto, que também podem suscitar situações específicas e bem particulares de interação sócio-espacial e compartilhamento de experiências.

Aqui, o foco principal está nas festas organizadas formalmente pelo Coletivo da ocupação Chiquinha Gonzaga. E, nesse particular, a Chiquinha é lembrada com carinho inclusive por pessoas de fora dela. Um ex-integrante da Frente de Luta Popular, por exemplo, recorda que

> "[n]a Chiquinha, a gente percebeu um aspecto que prosperou (…) é a questão da vida... vamos dizer assim, vida cultural da ocupação. A própria ocupação construindo sua própria vida cultural. Tomando iniciativa, tomando... dando ideias." (informação verbal)[566]

Como geralmente acontece em espaços e momentos de confraternização de maneira geral, também na Chiquinha Gonzaga essas são atividades nas quais as relações entre as pessoas são a princípio mais informais, relaxadas e descontraídas. Diga-se de passagem que as interações que acontecem aí são geralmente menos pautadas pelos assuntos tratados nas reuniões do Coletivo (no espaço formal deliberativo).

Inclusive, muitas vezes são nesses espaços e momentos informais e festivos onde e quando as pessoas podem se aproximar e conhecer melhor. Esse lado das festas fica bem claro na fala de uma das moradoras entrevistadas. Ela declara que

> "Acaba não tendo nem tanta festa como a gente gostaria que tivesse, assim. Não precisa ser um festão, mas uma comemoraçãozinha ou outra. Mesmo só um espaço pra tá trocando ideia. Porque o que acontece: A gente tem essa luta, que é em conjunto, mas assim... A gente tem nossas vidas pra tocar. É trabalho, estudo, são outros movimentos – porque tem várias pessoas que militam em outros movimentos. Então a gente acaba não tendo muito tempo de... Perde um pouco do contato diário com essas pessoas. (…) A gente perdeu muito esse contato de início de ocupação. (…) A gente conseguia ser muito mais amigo. Assim, muito mais gente ser muito mais amigo do que agora." (informação verbal)[567]

É claro que as relações de amizade não sumiram da ocupação. Pelo contrário, muitas se aprofundaram e outras tantas se criaram – como pôde ser percebido tanto nas falas das

[566] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.
[567] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

entrevistas (inclusive dessa mesma pessoa) quanto no cotidiano do próprio prédio. O interessante de ficar registrado dessa última fala é justamente a importância que as festas têm para a proximidade e a amizade entre moradores/as. Apesar de achar que a quantidade de festas e confraternizações atualmente não têm sido suficiente para o seu gosto, isso fica claramente subentendido nas suas frases. E, diga-se de passagem, aparentemente mesmo sem uma enorme quantidade de confraternizações acontecendo na ocupação, vê-se como a vida comum do prédio e as amizades que são construídas no seu interior seguem firmes e fortes.

A importância desses espaços-tempo de festas e descontração acabam aparentemente estimulando também, da mesma forma, um outros tipos de compartilhamento informal. Isso porque neles se instaura geralmente uma atmosfera que parece facilitar a troca de experiências pessoais. Ocasiões como essas também tendem a permitir que sejam notados mais facilmente alguns traços pessoais que são geralmente menos perceptíveis em outros momentos e espaços. E ao compartilhar mais esse tipo de coisas, aparentemente cresce também a intimidade entre moradores e moradoras do prédio.

Esse passou a parecer um fator importante das festas em relação à ocupação no decorrer da pesquisa. E isso foi reforçado após ser observada a Tabela 16 abaixo:

Com ela, é possível perceber que a maioria dos entrevistados não acha que moradoras e moradores da Chiquinha Gonzaga sejam muito íntimos. E apesar de não se ter vivenciado nenhuma situação que apontasse para isso (pelo contrário: A maioria das pessoas da ocupação com quem se teve contato pareciam ter bastante intimidade com diversas pessoas do prédio), não se pode descartar essas informações. Mas existem considerações que podem ser levadas em conta para ponderar as afirmações das pessoas entrevistadas.

Tabela 16: Opinião de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados sobre se moradores/as são íntimos

Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Sim		1		1	2
Não	3			1	4
Mais ou menos		2	2		4
Não respondeu			1		1
Total de pessoas entrevistadas	3	3	3	2	11

Não se pode, por exemplo, achar que todas as relações estabelecidas entre as pessoas

serão sempre ótimas. Primeiramente por conta de não existir qualquer relação que sequer chegue perto da "perfeição" em qualquer espaço ou momento. Em segundo lugar, pela impossibilidade de se agradar a todas as pessoas sempre. Um dos moradores entrevistados é bastante sincero ao afirmar, por exemplo, que "[c]ara, eu posso te falar por mim, agora... É, eu sou bastante íntimo com a galera. Eu tenho envolvimento muito bem, a convivência muito boa. Não vou falar que com todos os moradores. (...) Mas o resto, todo mundo." (informação verbal)[568] Outra moradora também coloca que "[a] maioria são [íntimos]. A maioria são. Vamos botar: Eu não falo com todo mundo nem todo mundo fala comigo. Mas assim: Tu dá um 'bom dia', tu vê que a pessoa não responde... Paciência. Mas a maioria são." (informação verbal)[569] E é inclusive interessante lembrar que esse tipo de consideração não foi feita só por essas pessoas.

> "Porque também, aqui no prédio, tem pessoas que são mais amigas, né? Aquela coisa, tem pessoa que às vezes se dá mais com fulano, com fulano. Mas isso não quer dizer que não aceita aquela pessoa. Não tem nada a ver. Mas às vezes você precisa de um favor, as pessoas que você tem mais intimidade você vai lá pedir. […] Tem sempre alguns que são mais ligados com uns, isso tem. É normal, aqui tem." (informação verbal)[570]

No mesmo sentido, outra moradora coloca que

> "(...) assim, tem pessoas que são mais chegadas. Acho que tem aquela questão de afinidades mesmo. Eu tenho minhas preferências por alguns moradores aqui, então... Eu falo com todo mundo, eu tenho contato com praticamente todo mundo. De contato mesmo, de conversar, de trocar ideias. Alguns amigos mesmo, de vir aqui na minha casa mesmo, ou de eu ir na casa deles. De uma proximidade mesmo, de uma relação de amizade, de uma afetividade maior. E tem, assim, outros que são mais amigos de outros. O meu amigo às vezes também tem contato (…). E não necessariamente eu não tenho esse contato, mas não porque eu não gosto. É porque eu não tenho mesmo a oportunidade de ter esse contato. Até porque é essa coisa de trabalhar e estudar, a gente não tá ali... Então a gente vai criando laços mesmo, acho que muito naturais." (informação verbal)[571]

Até porque, como bem lembra outra fala, "[c]omo em toda a comunidade tem aquelas pessoas que são mais fechadas, aquelas famílias que são mais fechadas, às vezes só entre eles mesmos." (informação verbal)[572] E essa clareza parece ser realmente fundamental para as

---

[568] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[569] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.
[570] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 22/08/09.
[571] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[572] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 28/07/09.

interações em qualquer contexto espaço-temporal – inclusive na Chiquinha Gonzaga.

Mas o mais importante, porém, é frisar que esse tipo de situação é completamente natural em praticamente todos os contextos de interação sócio-espacial. A ocupação Chiquinha Gonzaga, porém, traz consigo diferenças positivas importantes para as experiências de movimentos populares por habitação. Claro que não só nela acontece esse tipo de relação, mas vale à pena citar literalmente outra fala bastante elucidativa do que a ocupação do movimento dos sem-teto carioca pode trazer para suas/seus moradoras/res.

> "Eu acho que a Chiquinha mudou a minha vida em tudo. Em tudo mesmo. Conheci muita gente. Mesmo quem é um problema... Nem todo mundo você se dá, mas você consegue fazer... Pra mim, ali é minha família. Mesmo eu não me dando com todo mundo. Tem pessoas que eu nunca consegui me dar com elas. Mas assim, você fazer 70 amizades assim, de uma vez. Morar todo mundo junto. E você sabe que aquilo ali é todo mundo família. Porque se pegar pra um, vai pegar pra todo mundo. [Entrevistador: E será que dá pra fazer 70 amizade? Porque rola, às vezes, um desentendimento, problemas, um "pega-pra-capar"... Não é?] Rola! Rola problema. Eu assim, tenho vários problemas na Chiquinha. (…) E aí eu tenho uns certos estresses lá dentro. Mas assim... Mas é gostoso. Mesmo sabendo que nem todo mundo gosta de você, mas é legal você saber que na hora que o filho passa mal, na hora que o bicho aperta, um bate na porta do outro. Na hora que um fica doente, é um batendo na porta do outro. Então é legal." (informação verbal)[573]

Tudo isso acaba apontando para um aumento da intimidade entre as pessoas da ocupação – ainda que alguns considerem insuficiente, como ficou claro através da Tabela 15 apresentada páginas atrás. E acredita-se que os espaços e momentos de confraternização têm um papel importante nisso.

A convivência descontraída e informal proporcionada por eles, mediada por temas geralmente menos ligados à gestão política do prédio e mais vinculados às experiências pessoais de cada ocupante, pode facilitar a identificação subjetiva entre moradores/as. Com isso, os laços afetivos tendem a se fortalecer e estreitar. Dessa forma, estimulando que as pessoas da Chiquinha Gonzaga se conheçam melhor e de maneiras mais informais, os espaços de confraternização e festas aparentemente potencializam o compartilhamento de aspectos do "mundo da vida" subjetivo dos/as moradores/as.

> "Acho que é isso que... Acho que a importância de você estar envolvido, ir trocando ideia mesmo com as pessoas, você passa mais a conhecer as pessoas. Assim, que às vezes você olha as pessoas... Tem pessoas assim, que a gente olha assim e a gente não consegue identificar assim. Mas quando você passa a conviver com a pessoa, você acaba tendo um envolvimento e acaba vendo que a pessoa tem

[573] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.

uma ideia maneira." (informação verbal)[574]

Parece ser através desse melhor conhecimento entre moradores/as e da criação e estreitamento de laços de amizade, intimidade e afinidade pessoal que aspectos como a tolerância e a empatia podem ser (e são) estimuladas no interior da Chiquinha Gonzaga. E lembre-se: Essas características são extremamente importantes para as interações que acontecem nos espaços deliberativos do Coletivo – que exigem sempre o máximo de respeito entre os que estão presentes. Como lembra o mesmo morador recém-citado, "(...) o respeito, cara, ele é importante. Mesmo que você não conheça a pessoa. Eu acho que o respeito ele é importante." (informação verbal)[575] Mas outra das pessoas entrevistadas, sobre o mesmo assunto, faz uma consideração também fundamental: "Porque quando você tem intimidade... Pelo menos assim: Eu respeito. Eu tendo intimidade ou não, eu respeito, entendeu? Mas tem gente que não: Só respeitam se você tiver um... Não é 'intimidade', mas se tiver um pouco de amizade." (informação verbal)[576] Foi inclusive por perceber a diversidade de opiniões sobre esse assunto que se perguntou às pessoas entrevistadas se elas julgavam que os moradores e as moradoras da ocupação se respeitavam entre si (Tabela 17).

Apesar da diferença em relação às opiniões sobre a intimidade entre moradores/as, essas respostas deixaram perceber que ao menos as pessoas entrevistadas identificam e reconhecem a importância do respeito entre os/as ocupantes. E note-se que a relação entre *intimidade*, por um lado, e *respeito*, por outro, foi também afirmada por uma das moradoras de uma maneira bastante clara e, ao mesmo tempo, tranquila.

Tabela 17: Opinião de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistados sobre se moradores/as se respeitam

Respostas	A_1	A_2	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Sim	1	2	3		6
Não		1		1	2
Mais ou menos	1			1	2
Não respondeu	1				1
Total de pessoas entrevistadas	3	3	3	2	11

[574] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[575] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 07/07/09.
[576] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 03/07/09.

> "Naturalmente as pessoas têm mais um cuidado. Um cuidado especial com quem você tem mais afinidade. Com certeza. Claro que assim, as pessoas também não vão ser grossas à toa, só porque você não tem contato, não tem afinidade. Mas... Aliás, às vezes até acontece de você, com quem você tem mais contato que às vezes acaba rolando um atrito, né? A questão da convivência... Acontece isso. [Entrevistador: Você se dá certas liberdades assim, né?] É é, entendeu? Então acaba... É, o vizinho que às vezes tá muito na casa do outro daqui há pouco briga. É normal de acontecer. Mas é claro que e natural que você tenha um cuidado maior com aquele vizinho que você tem mais afinidade, né." (informação verbal)[577]

Esse cuidado no trato com as outras pessoas da ocupação é um elemento sutil que se mistura completamente com a questão do respeito entre todos/as. E, ao mesmo tempo, é de grande importância para o entendimento entre moradores e moradoras.

> "Às vezes as pessoas nem entende, ou às vezes... Não entendo porque. Aí começa a brigar porque não entendeu e quer que seja do jeito dela. E começam a discutir por besteira por causa disso. Porque um não entende o outro. Ou às vezes ela chega do trabalho cansada. [risos]" (informação verbal)[578]

A flexibilidade e consideração que a moradora acima aponta parece realmente ser fundamental para que as interações se desenrolem de maneira o mais respeitosa quanto for possível. E é essa intimidade e respeito que são aparentemente estimulados nesses espaços e momentos de descontração e confraternização da ocupação. Valores e relações que são, por sua vez, *fundamentais* para que seja possível que em outros espaços e momentos (inclusive os deliberativos) as pessoas possam tentar se entender. Tanto que, quando perguntadas se entendiam melhor quem conheciam mais ou quem conheciam menos, a imensa maioria das pessoas não exitou em dizer que entendiam melhor os mais íntimos (Tabela 18).

Tabela 18: Opinião de moradoras/es da Ocupação Chiquinha Gonzaga entrevistadas/os sobre se entendem melhor quem conhecem mais ou aquelas pessoas que conhecem menos.

Respostas	*A_1*	*A_2*	*CP+*	*CP-*	*Total (Nº absolutos)*
Quem conhece mais	1	1	3	2	7
Quem conhece menos					0
Entende bem ambos	2				2
Não respondeu		2			2
Total de pessoas entrevistadas	3	3	3	2	11

[577] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.
[578] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/07/09.

É aqui que vale á pena citar novamente[579] uma parte da fala de uma das pessoas entrevistadas:

> "A gente, por essa coisa de você ter mais contato, então você sabe um pouco mais daquela pessoa. Às vezes você sabe porque é que a pessoa chegou mais chateada na reunião... Né, 'Fulano sempre tá muito bem na reunião. Hoje ele não tá. Tá atropelando o outro, tá...' Você sabe. Aí você, se você tem mais intimidade com esse vizinho e sabe de algumas questões a mais, tem um conhecimento maior sobre ele, a gente tem um entendimento maior também. Se a pessoa tá mais chateada, tá mais alegre... A gente acaba entendendo um pouco melhor. Entender e às vezes de argumentar quando esse mesmo vizinho que eu tenho contato às vezes não entende o que eu falei, não concorda com alguma proposta que eu faça. Aí eu chego 'Não, mas olha só, você não tá entendendo. Eu falei isso...'. Aí eu tenho um pouco mais de liberdade de chegar pra essa pessoa na reunião e 'Não, é isso. Isso aqui vai ser bom pra gente por isso, isso e aquilo outro e tal'. Da mesma forma eles comigo. Então ajuda." (informação verbal)[580]

Claro que é necessário lembrar: *Entender* uns aos outros nem sempre quer dizer que todos irão *concordar*. Até porque, como a mesma moradora coloca, certas vezes existem desavenças que vêm de outros momentos e espaços que podem até mesmo levar moradores e moradoras a se predisporem a não estarem de acordo uns com os outros.

> "Ah, isso tem influência. Se for... Aqui acaba tendo sim uma discussões de que quando um dá uma sugestão, se for uma 'persona non grata' pro outro, o outro vai discordar dele. Às vezes acaba não votando, às vezes a proposta pode ser boa mas não vota porque não gosta. Há essa interferência sim, dessas afinidades ou não afinidades. Acaba rolando." (informação verbal)[581]

Mas isso não impede que se considere a importância desses espaços e momentos de confraternização. Como espera-se ter deixado claro, são espaços que estimulam que as pessoas, no final das contas, se *conheçam* mais e melhor.

> "Claro que é quem a gente conhece [que a gente entende melhor], né? É mais fácil porque você já sabe minimamente o que a pessoa pensa, ela já sabe o que você pensa. Sei lá! Há uma intimidade, assim, e a intimidade ela é fundamental para se desarmar, sabe, para ser sincero." (informação verbal)[582]

> "E esses espaços de festa, hoje, possibilitam né. E às vezes eu não falo com o

[579] O trecho da fala já foi citado na subseção 2.2 deste capítulo, intitulada "'Conspirar é legítimo': O papel do *oikos*". Sabe-se que o ideal não é repetir citações literais. Porém, julgou-se que ambos os momentos eram muito oportunos para recordar literalmente das palavras da moradora.

[580] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

[581] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

[582] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09.

vizinho não é porque eu não gosto dele. É porque eu não tenho tempo! Então na festinha eu consigo sentar perto dele, tomar uma cervejinha e... 'E aí, teu filho? Como é que tá o cursinho dele? E aí, a escola? E aí?' A gente tem tempo de sentar e trocar uma informação e rir junto, e brincar junto. Então eu acho que a gente devia investir até mais nesses espaços." (informação verbal)[583]

[583] Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 23/08/09.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Geralmente a luta por construir novas formas de relações sociais é muito dura e difícil. Não raro, os avanços vêm acompanhados de novos desafios. E nem sempre se consegue alcançar o sucesso completo em todos os detalhes. Por isso, muitas coisas no meio dos movimentos sociais são aprendidas, na maioria das vezes, mais com erros do que com acertos. Isso faz do cotidiano um espaço-tempo marcado frequentemente por angústias e desafios nem sempre animadores. Por isso, também não é raro que a tristeza seja inclusive uma eventual companheira de lutas. Durante um bom tempo (e ainda atualmente, em alguns casos) muitas pessoas da chamada "esquerda política" diziam que, mesmo com sofrimentos enormes no cotidiano, tudo se compensaria pelo "mundo paradisíaco" que brotaria depois da tão falada "revolução". Com esses e outros argumentos, justificavam que esse sofrimento devia ser visto, no final das contas, como algo "bom".

Porém com o passar do tempo uma coisa começou a ser percebida pelos mais sensíveis: Esse futuro distante, "maravilhoso e deslumbrante", infelizmente não chegava. E o próprio cotidiano também surpreendia a cada instante, ficando pior e pior. Se a luta por uma outra sociedade continuava sendo a *única forma* de se ter perspectivas para melhorar essa situação por completo, o dia-a-dia parecia somente puxar o tapete dos/as sonhadores/as. Não haveria o que se tentar para mudar isso?

Não existem remédios universais, isso é fato. Mas cada vez mais têm-se percebido no meio dos movimentos sociais (especialmente a partir dos movimentos da década de 1960 e, depois, 1990) que o cotidiano era um espaço-tempo muito importante para transformar os processos de resistência e construção de alternativas. E era essa escala (de espaço e de tempo) que precisava ser reinventada. Foi justamente tal reinvenção do cotidiano dos movimentos sociais que levou SADER (1988), por exemplo, a perceber novos personagens na cena política brasileira na década de 1980. E é também essa dimensão cotidiana que vem chamando à atenção de muitos/as outros/as pesquisadores/as (RIBEIRO, 1991, 2001; SOUZA, 1988, 2002, 2006a, 2008a, 2008b, 2009b, 2009c, 2009d, no prelo; RODRIGUES, 2005; OLIVEIRA, 2009; TEIXEIRA, 2009; entre outros/as).

Esta dissertação também tentou seguir esse caminho, valorizando a escala espacial nanolocal (SOUZA, 2006a) e o recorte temporal do cotidiano de moradoras e moradores da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Mais especificamente, a preocupação esteve em tentar pensar um pouco a respeito de algumas formas como a espacialidade cotidiana dessas pessoas auxiliava (ou dificultava) que se entendessem e negociassem suas vontades. E essa negociação é fundamental para sua forma própria de organização e gestão territorial interna. Por isso, recorreu-se principalmente a dois autores: Cornelius Castoriadis e Jürgen Habermas. Mas a espacialidade (e mesmo essa cautelosa aproximação de traços das reflexões do "projeto de autonomia" e da "teoria da ação comunicativa") foi buscada, por sua vez, especialmente nas obras de SOUZA (2000a, 2000b, 2002, 2006a, 2006b, 2008a, 2009b, 2009b, 2009c, no prelo).

Como foi adiantado já na introdução desta pesquisa, era de se esperar que fossem encontradas formas de incentivo a tipos de interação entre moradores e moradoras de uma ocupação como a Chiquinha Gonzaga (fortemente comprometida com a tentativa de construção de valores de democracia radical, autogestão e autodeterminação) que se orientassem principalmente pela tentativa de se chegar a um entendimento mútuo (em contraste com a lógica dominante da "razão instrumental" pura e simples, onde o importante é somente atingir o "sucesso", sem primar pelo processo). Com as considerações feitas no decorrer da dissertação, pôde-se perceber que há sim uma tendência a que esse tipo de interação seja incentivada – e a espacialidade se mostrou muito importante para isso. E essa afirmação só é possível ao se atentar para as duas perguntas específicas que orientaram esta pesquisa. É sobre algumas considerações finais a respeito delas que estas últimas páginas da dissertação vão falar.

* * *

É interessante perceber como esta dissertação reforçou a existência de uma territorialidade bastante própria à Ocupação Chiquinha Gonzaga. Mas não se pode esquecer que a forma como essa territorialidade se manifesta está imersa em um contexto sócio-espacial também próprio (como é comum acontecer com essa dimensão da espacialidade humana, conforme bem colocado já na década de 1980 por SACK [1986]). Pensar sobre suas práticas espaciais internas, por exemplo, só faz sentido ao levar-se em conta as características do contexto dos próprios indivíduos que compõem essa coletividade específica. Afinal de

contas, como o mesmo autor afirma, a "territorialidade é sempre socialmente construída" (SACK, 1986:26) (tradução livre)[584]. A "lógica" da territorialidade, assim, é de fato tão complexa quando qualquer prática social, envolvendo muitos níveis de razões e significados.

Lembrando a concepção desse autor e os comentários que foram feitos sobre ela no primeiro capítulo, pode-se afirmar que as táticas e estratégias territoriais da Ocupação Chiquinha Gonzaga se estabelecem através de diferentes graus de acesso às coisas, relações e espaços. Mas, como foi ressaltado já, também instaura a possibilidade ou não de acessar o próprio *processo de gestão do território* em si. E faz isso não só com o uso de referenciais materiais-concretos, mas também do simbolismo e da afetividade. Supera, assim, a simples definição sobre quais indivíduos têm ou não permissão para adentrar no seu território.

Fazem isso, por exemplo, quando estimulam ou buscam repelir não só indivíduos indesejados (como traficantes de drogas, pessoas ligadas às forças repressivas do Estado, proprietários do imóvel, ou mesmo indivíduos que pareçam cooperar somente para a desestabilização, fragmentação e desorganização do coletivo), mas também os valores e ideais por eles trazidos e difundidos – ainda que nem sempre de maneira refletida. Tratam-se justamente de estratégias de defesa, de segurança em relação a *significações imaginárias sociais* (CASTORIADIS, 1982) que, apesar de serem hegemônicas, não são as que a ocupação, de forma geral, almeja fortalecer. São práticas espaciais, portanto, que podem ser vistas enquanto estratégias territoriais que envolvem tanto aspectos materiais-concretos quanto simbólicos e afetivos. Como se fossem, então, um espaço territorializado também pelas "ideias" próprias da Chiquinha Gonzaga. Um território de *modos de fazer coletivos*, que se esforçam para serem diferentes dos heterônomos. Espaços de relações sócio-espaciais que almejam outros horizontes, onde diferentes informações são passadas e outros valores são estimulados – fazendo parte do simbolismo e de relações de poder próprias ao seu território.

> "Territoriality points to the fact that human spatial relationships are not neutral. (…) Rather, human interaction, movement, and contact are also matters of transmitting energy and information in order to act, influence, and control the ideas and actions of others and their access to resources. Human spatial relations are the results of influence and power. Territoriality is the primary spatial form power takes." (SACK, 1986:26)[585]

---

[584] "Territoriality is always socially constructed."

[585] "A territorialidade aponta para o fato de que as relações espaciais humanas não são neutras. (…) Pelo contrário, interações, movimentos e contatos humanos são também questões de transmissão de energia e informação com o objetivo de agir, influencias e controlar as ideias e ações de outros e seu acesso a recursos. Relações espaciais humanas são o resultado da influência e do poder. Territorialidade é a forma espacial primária que o poder toma." (tradução livre)

As informações e as experiências compartilhadas durante a pesquisa reforçaram também a percepção de como a Ocupação Chiquinha Gonzaga (moradores/as e o próprio Coletivo) se preocupa em buscar radicalizar os princípios e as práticas internas de democracia direta em seu cotidiano. E a existência de estímulos espaciais a processos que colaborem com isso é também clara – apesar de não estarem presentes em todas as pessoas da ocupação da mesma maneira ou na mesma intensidade. Nesse sentido, pôde-se perceber que *a radicalização presente na Ocupação Chiquinha Gonzaga está justamente no esforço contínuo e cotidiano em aumentar a compreensão de que cada indivíduo pode e deve participar em pé de igualdade com os demais da dimensão instituinte de seu cotidiano (e, extrapolando, da própria sociedade)*. Diga-se de passagem, as demais ocupações de sem-teto que fazem parte da mesma fração carioca do movimento também aparentemente têm um compromisso bastante grande com esse esforço, mesmo guardando suas diferenças de práticas e contextos internos.

Acontece que essa definitivamente não é uma tarefa fácil de ser cumprida. As várias ressalvas que foram feitas no decorrer da dissertação a respeito das diversas dificuldades encontradas nesse sentido no cotidiano da Chiquinha Gonzaga deixam isso explícito. Essa dificuldade torna-se ainda mais clara quando é lembrado que, por mais que se tente e se lute contra, qualquer experiência que busque a mudança social acaba necessariamente surgindo ela mesma da própria sociedade que ela deseja modificar. Por isso, são sempre experiências que trazem consigo traços que podem gerar conflitos. Porém, uma das coisas importantes e que marcam a riqueza de cada tentativa de criação de novas relações sociais é justamente os avanços que são conquistados no sentido de superar cada um desses conflitos e modificar paulatinamente esses traços. Afinal de contas, boa parte do que alguns pensadores chamam de a "época do conformismo generalizado" (CASTORIADIS, 2004:210-1) não vem somente da "politofobia" atual (SOUZA, 2006a:294). Passa também pela alienação que o próprio *status quo* contemporâneo estabelece quando sua *paideia* educa as pessoas de forma que elas não se considerem parte da sociedade *instituinte* (CASTORIADIS, 1982). E para isso, diga-se de passagem, inclusive a espacialidade acaba colaborando. Em uma sociedade que não educa para o exercício da liberdade e da autonomia (individuais e coletivas), a crença na dificuldade de qualquer mudança social muitas vezes é bastante forte. E isso até mesmo chegando ao ponto de a maioria dos indivíduos não só achar difícil qualquer mudança, mas inclusive muitas vezes sequer se sentir no "direito" de querer relações sociais diferentes.

É nesse sentido também que a Ocupação Chiquinha Gonzaga avança muito (como

também as demais ocupações da mesma fração do movimento). Suas práticas espaciais cotidianas e seu processo político de maneira geral propiciam a vivência em um regime político-territorial diferente do dominante. Nela, o dia-a-dia estimula o compartilhamento da responsabilidade pelas relações sócio-espaciais que se estabelecem e se constroem no seu interior (e a partir dele). Ao mesmo tempo, seu cotidiano serve também como uma referência sócio-espacial importante para a construção das relações que moradores e moradoras têm com outras escalas espaciais (já que influencia diretamente a percepção e a experiência que os/as ocupantes têm com o bairro, a cidade e até mesmo com a escala nacional).

É certo que nem todas as pessoas assimilam da mesma maneira, no mesmo ritmo e na mesma intensidade essa participação na dimensão instituinte do cotidiano e do próprio processo político da ocupação. Mas *a experiência sócio-espacial da Chiquinha Gonzaga apresenta elementos político-pedagógicos que parecem fundamentais, por um lado, para a luta, a resistência e a construção de alternativas concretas à sociedade instituída atual; por outro, para um horizonte político-filosófico comprometido com uma sociedade radicalmente democrática*. Isso tanto na dimensão do poder explícito da ocupação quanto na do infrapoder que permeia esse território.

No que envolve a dimensão do poder explícito da Ocupação Chiquinha Gonzaga, pode-se afirmar que de forma geral *o Coletivo busca sempre garantir a igualdade de condições de acesso aos espaços deliberativos e às informações necessárias para que as pessoas construam suas opiniões a respeito dos assuntos que são debatidos com a maior liberdade e o maior conhecimento de causa possíveis*. Tanto que as articulações de campos políticos feitas fora dos espaços formais de deliberação (sejam elas feitas antes ou depois das reuniões, geralmente em espaços privados) é um tipo de prática espacial bastante problematizada dentro da ocupação. Como se viu, são práticas que podem, por um lado, limitar a liberdade e a autonomia do Coletivo. Mas, por outro, elas podem servir como situações que facilitam e estimulam a "horizontalidade" das relações internas de poder da ocupação – ao ajudar, por exemplo, no esclarecimento de questões, na lapidação de propostas e na dissolução de receios individuais (incentivando que moradores/as que não constumam colocar-se verbalmente nas reuniões passem a fazê-lo).

É também *o Coletivo que garante (inclusive em suas regras escritas) o direito à intervenção verbal por parte de todos os moradores e moradoras da ocupação, estabelecendo inclusive o mesmo peso para cada pessoa em eventuais situações onde o consenso não consiga ser atingido e a votação seja necessária*. Essa garantia facilita, por sua

vez, que as práticas espaciais que se dão fora do espaço das reuniões (e mesmo para além da escala nanolocal da ocupação) possam permear e quase sempre até mesmo pautar as discussões formais do Coletivo da Chiquinha Gonzaga. Por mais que convivam em espaços de moradia diferentes, circulem por andares distintos e tenham as mais diversas atividades em outros espaços da cidade, a sala de reuniões torna-se um espaço para o qual convergem inúmeras relações sócio-espaciais. Ao mesmo tempo, é onde e quando a coletividade constrói sua relação formal com outras escalas. Pode ser visto, assim, como um espaço que media escalas internas do prédio e que, por outro lado, liga o próprio território da ocupação a outras tantas escalas espaciais (pense-se, por exemplo, em como o espaço das reuniões é o principal responsável por trazer novas informações sobre o processo de negociação jurídica e fundiária da ocupação, ao mesmo tempo que emite as decisões que são encaminhadas para fora do prédio; ou como é nesse espaço onde tanto as questões internas são resolvidas e debatidas, quanto novas pessoas – de outros movimentos sociais da cidade, do país ou do mundo – são recebidas).

Os próprios espaços internos da ocupação são geridos a partir do espaço formal de deliberação do prédio. É uma das formas pelas quais o uso e as funções dos demais espaços da Chiquinha Gonzaga influenciam suas reuniões. Em última análise, toda a gestão territorial passa pelas considerações e debates feitos aí. E, bem ou mal, as discussões e questões tratadas no espaço-tempo das reuniões também influenciam fortemente as interações que acontecem nos outros espaços internos da ocupação Chiquinha Gonzaga.

Já no que diz respeito às dinâmicas informais das relações de poder que se estabelecem de maneira intersubjetiva na ocupação, é importante reconhecer que podem ser percebidos alguns traços do imaginário heterônomo capitalista no seu interior. São traços que inclusive podem eventualmente suscitar algumas práticas de coerção informal por parte de alguns indivíduos em relação a outros. Mas isso, apesar de ser um limite, não tira a ocupação Chiquinha Gonzaga de um caminho que traz avanços no sentido de superar esse imaginário. Acontece que o Coletivo da ocupação Chiquinha Gonzaga acaba tendo somente influência indireta sobre ele, já que são posturas que exigem um amplo, profundo e constante processo de reeducação para que sejam modificadas. Além do mais, as pessoas que moram e interagem na ocupação também convivem em outros espaços da atual sociedade (espaços que também educam e deixam seus traços nas práticas sócio-espaciais individuais). Por isso a ocupação (um território que media valores, escalas e relações) também é influenciada inevitavelmente por esses outros espaços.

Mas é justamente no sentido da desconstrução desses traços que o Coletivo tem colaborado: na medida do possível, estimula a construção de uma *paideia* mais emancipatória e menos coercitiva. Ocorre que esse tipo de processo é naturalmente lento, já que muitas vezes precisa alcançar camadas bastante profundas da psiquê e do inconsciente de cada pessoa que (con)vive no prédio. Exemplo dessa colaboração do Coletivo e de muitos/as moradores/as é a tentativa de mediar conflitos internos priorizando uma forma de interação comunicativa entre as partes. Ou seja: Buscando, sempre que possível, construir um acordo entre as partes que passe o mais longe possível de qualquer tipo de coerção. Esse tipo de estímulo passa não só pela criação de normas formais pelo Coletivo, mas também (e especialmente) pelo estreitamento dos laços afetivos entre moradores/as. Por isso, práticas espaciais como as confraternizações, ou os encontros informais nos corredores e na calçada da Chiquinha Gonzaga, são de uma importância fundamental para o processo político da ocupação.

Ao estimular esses tipos de interação em muitos de seus espaços internos (inclusive de deliberação, definindo questões a esse respeito em suas normas formais), o Coletivo da Ocupação Chiquinha Gonzaga parece contribuir à sua maneira para a conquista paulatina de condições mais propícias à autogestão de moradoras e moradores. Em união com a forma de gestão territorial adotada e vivenciada na ocupação, pode-se afirmar que *suas relações de poder internas têm características fortes de uma grande "horizontalidade"* – diferente da hierarquização encontrada em outras experiências do movimento dos sem-teto. Pode ser vista, por isso, como *um território propício ao fortalecimento de novas formas de relações sócio-espaciais*.

Isso aponta para a preocupação que foi declarada já no objetivo geral desta pesquisa (apresentado na introdução da dissertação). Acontece que também outras questões estavam ligadas a ele. Principalmente aquelas que buscavam pensar sobre as próprias interações que acontecem dentro da ocupação com a ajuda das considerações da teoria da ação comunicativa de Jürgen HABERMAS (1999a, 1999b, 2003).

Pensando na importância de se responder mais diretamente essas questões, é possível afirmar que *podem ser percebidos traços bastante fortes da predominância de preocupações afins à racionalidade comunicativa na Ocupação Chiquinha Gonzaga*. Porém, da mesma forma que os valores recém-citados de auto-determinação e radicalização dos procedimentos de democracia direta, nem todas as pessoas agem da mesma forma e na mesma intensidade orientadas pela preocupação com a busca por um entendimento mútuo. Aparentemente a racionalidade comunicativa está mais presente nas ações de um determinado campo político

no interior da ocupação (aquele mais fortemente comprometido com a organização política por Coletivo). E isso acontece ainda que o outro campo político eventualmente aja contra essas posturas. Ocorre que, de qualquer maneira, a arena secundária e a arena primária (esta em maior grau) seguem tendo indícios de que são hegemonizadas pelas ideias e valores do campo político no qual a racionalidade comunicativa parece predominar. Dessa forma, pode-se afirmar que são as preocupações com esse tipo de racionalidade que têm maior eco atualmente na Ocupação Chiquinha Gonzaga.

Porém, é lógico que não se trata de uma "situação ideal de fala" (como a exposta teoricamente por HABERMAS [1999a, 1999b, 2003]). E isso não é algo que deprecie a experiência da Chiquinha Gonzaga. Afinal de contas, a "situação ideal de fala" deve ser vista, quanto muito, como um horizonte – e não como um parâmetro objetivo a ser alcançado. Além do mais, é justamente essa "idealização" das interações interpessoais do pensamento habermasiano que recebeu diversas críticas. Para lembrar, uma "situação ideal de fala" envolve quatro pressupostos colocados pelo filósofo e sociólogo alemão: 1) que todos os interessados possam participar do discurso; (2) que todos tenham oportunidades idênticas de argumentar; (3) que haja chances simétricas de fazer e refutar afirmações, interpretações e recomendações; e (4) que só sejam admitidos no discurso atores que (a) ajam de acordo com normas justificáveis e (b) satisfaçam o pressuposto da veracidade.

Quanto ao primeiro ponto, viu-se que as normas formais da ocupação garantem a possibilidade de participação de todas as pessoas diretamente interessadas nas questões da ocupação (moradores e moradoras, e até mesmo apoiadores próximos). É justamente essa liberdade que faz com que algumas pessoas inclusive optem por não participar das reuniões do Coletivo – afastando-se, em certa medida, da gestão territorial da ocupação. Já sobre o segundo e o terceiro ponto, algumas outras coisas precisam ser consideradas. Apesar de formalmente todos terem a mesma possibilidade de acesso e o mesmo peso nas decisões da ocupação, foi visto também que alguns mecanismos informais de poder agem nas reuniões da Chiquinha Gonzaga. As diferenças de atenção que cada pessoa recebe quando fala são bons exemplos disso. E esse é um fator que interfere diretamente nas oportunidades de que as afirmações, os argumentos e as recomendações das diferentes pessoas sejam igualmente levadas em conta nos processos formais de deliberação do Coletivo.

No entanto, as entrevistas mostraram como esse tipo de diferença tem ligações fortes com as práticas sócio-espaciais daquelas pessoas que participam das reuniões (tanto na escala nanolocal, quanto até mesmo em outras escalas espaciais). Caso essas práticas não sejam

aprovadas pelos/as demais participantes desses espaços-tempo de deliberação, as pretensões de validez de quem fala parecem ser mais facilmente questionadas. Dependendo da situação, suas falas podem até ser bem menos consideradas. Os motivos para essas diferenças de atenção frequentemente giram em torno da falta de sinceridade, de veracidade ou de justiça de algumas das pessoas que falam nesses espaços. Esses motivos se ligam ao compartilhamento do "mundo da vida", sobre o que se vai falar daqui há pouco (e que têm também forte vínculo com a experiência cotidiana com a escala nanolocal da ocupação). Mas por agora, resta dizer que existem sim diferenças na oportunidade de se argumentar, fazendo ou refutando afirmações, interpretações e recomendações. Acontece que essas diferenças não são estabelecidas formalmente pelo Coletivo. Elas aparentemente surgem a partir do próprio compartilhamento do espaço-tempo cotidiano e da aceitação das opiniões e das práticas sócio-espaciais nas quais as pessoas se envolvem. Ou seja: Com frequência, a falta de igualdade e simetria nas oportunidades são respostas às práticas espaciais ou opiniões mal aceitas pela maioria das pessoas da ocupação (cumprindo às vezes até o papel de punição coletiva informal). Pode ser vista, portanto, até mesmo como um mecanismo de segurança desenvolvido pelo Coletivo para evitar que certas colocações afetem diretamente sua dinâmica interna.

Essa segurança para o processo coletivo aponta também para o quarto pressuposto da "situação ideal de fala" habermasiana. Porém, para tratar dele, é preciso falar do compartilhamento das dimensões do "mundo da vida" – especialmente na dimensão social e objetiva. Esse compartilhamento, por sinal, já aponta para o segundo objetivo específico traçado no início desta dissertação para a pesquisa. Por isso, pode-se aproveitar para também falar da dimensão subjetiva desse "mundo da vida".

Em relação ao "mundo da vida" objetivo da ocupação Chiquinha Gonzaga, parece haver um risco mais ou menos frequente de que algumas pessoas faltem com a verdade diante das demais (especialmente considerando-se os espaços de reunião). Porém, é justamente o compartilhamento cotidiano de outros espaços e momentos da ocupação que também parece fazer com que muitas pessoas do Coletivo (e esta própria instância como um todo, no final das contas) sejam capazes de desenvolver e estabelecer critérios para analisar, identificar e se prevenir de possíveis mentiras e inverdades. Assim, mesmo aquelas pessoas que podem eventualmente mentir sobre algum assunto podem participar das reuniões da ocupação – já que existem "mecanismos" que agem como "anticorpos" aos possíveis efeitos das mentiras sobre o Coletivo (sendo às vezes mais, outras menos efetivos). Esses "mecanismos de

segurança", por sinal, só são possíveis em grande parte por conta das características da espacialidade cotidiana e da gestão política da ocupação – que estimula o compartilhamento social, objetivo e subjetivo. A interação intensa de moradores/as permite inclusive que práticas e posturas adotadas em outras escalas espaciais possam ser levadas em conta nesses "mecanismos de segurança" internos. Por isso mesmo esse risco (de que um eventual não-compartilhamento do "mundo da vida" objetivo comprometa a busca pela construção de acordos internos) aparentemente não compromete o processo político coletivo da Chiquinha Gonzaga.

Situação parecida também é percebida quando o assunto é a dimensão subjetiva do "mundo da vida" da ocupação. Aparentemente, moradoras e moradores compartilham suficientemente essa dimensão para que pessoas e o próprio Coletivo possam avaliar a sinceridade de quem está interagindo no espaço da ocupação. Isso também graças a práticas espaciais próprias, que passam pela construção de relações afetivas com o espaço da ocupação (num processo de "lugarização"), pela proximidade intersubjetiva proporcionada pelos espaços de encontros informais do seu território (confraternizações, corredores, calçada, etc.), e pelas mediações e confluências escalares que têm espaço na própria Chiquinha Gonzaga.

Agora sobre o "mundo da vida" social da ocupação (aquele que diz respeito às regras e normas que regem as interações), as considerações são um pouco mais extensas do que as duas anteriores. Deve-se reconhecer que realmente algumas normas e regras da ocupação parecem não ser sempre seguidas à risca. Mas deixar de segui-las não é um impedimento para a participação, por exemplo, nos espaços e momentos de reuniões formais do Coletivo. E essas "pequenas subversões" por parte de alguns moradores e moradoras podem ser vistas eventualmente também em outros espaços da ocupação (não só nas reuniões). Mas a compreensão de que o Coletivo segue tendo sua soberania e que, mesmo não sendo cumpridas sempre "ao pé da letra", as regras podem ser modificadas (e também, caso seja necessário, reivindicadas para justificar punições), também aparentemente prevalece no território da Chiquinha Gonzaga. Além do mais, dentro do seu próprio processo político é aceitável que hajam discordâncias e questionamentos sobre as normas estabelecidas. E muitas das discussões que resultam na modificação de normas da ocupação (principalmente aquelas normas formais, deliberadas pelo Coletivo) acabam passando antes por uma mudança nos próprios hábitos das pessoas que moram na Chiquinha.

Isso faz lembrar inclusive as colocações tanto de HABERMAS (2003) quanto de CASTODIADIS (1982) sobre a necessidade de se lembrar sempre que as normas sociais só se

legitimam a partir da existência das próprias relações sociais às quais elas fazem referência. Isso é visto quando percebe-se que nem sempre a instauração formal das normas garante, por si só, sua validez e efetividade social (veja-se, por exemplo, a existência de leis que "pegam" e que "não pegam"). As normas precisam justamente ser *aceitas socialmente* para terem legitimidade.[586] Mas de forma geral, o reconhecimento da legitimidade das normas e regras passa tanto por convicções quanto por sanções – como também colocado pelo filósofo alemão.

Com a vantagem de não ser um processo impositivo, é isso o que também acontece na ocupação Chiquinha Gonzaga. Nela, o estabelecimento de normas é geralmente seguido pela sua sanção ou não no seu cotidiano. Só assim ganham legitimidade social efetiva. A riqueza da experiência da Chiquinha Gonzaga está inclusive no fato de que nesse processo não existe uma instância deliberativa, fiscalizadora e punitiva separada da coletividade que está sujeita às regras (como no caso do Estado na sociedade hegemônica atual). Além do mais, questionar-se sobre as regras da ocupação é algo completamente previsto pelas próprias normas da ocupação. Por isso as críticas às suas regras, por si só, não são situações que enfraquecem a experiência da Chiquinha ou que a afaste de um caminho que possa rumar para a busca por um compartilhamento maior e mais profundo dessa dimensão social do "mundo da vida". O que pode ser visto como algo que possivelmente compromete seu processo, pelo contrário, seriam posturas de desrespeito às decisões coletivas e de deslegitimação do próprio Coletivo como instância de deliberação da ocupação.

Até mesmo eventuais punições têm características bastante diferentes das que dominam hoje o *status quo* social. É também a própria coletividade que estabelece punições para os indivíduos que não cumprirem as normas acordadas. Punições que envolvem geralmente, em maior ou menor grau, privações em relação às condições de uso e, no limite, até mesmo ao próprio acesso ao território da ocupação. No entanto, isso não se estabelece como uma "privação da liberdade individual" justamente por suas normas serem criadas a partir de um outro tipo de gestão territorial. Um processo que busca no encontro das liberdades individuais a somatória de suas potencialidades, e não sua limitação. Trata-se de se esforçar para potencializar as liberdades individuais com base na construção de um processo coletivizado e "horizontalizado" de instituição das normas e das punições coletivas (inclusive com ampla participação e direito de defesa daquelas pessoas que eventualmente venham a ser

[586] E isso inclusive em casos de normas impostas, como tanto HABERMAS (2003) quanto ARENDT (2009) lembram (já que até mesmo nesses casos as regras só se efetivam se existe um certo grau de "consentimento" por parte dos indivíduos submetidos à elas).

punidas).

É certo que as punições não são a maneira ideal de se tratar essas situações (como foi reconhecido inclusive por moradoras e moradores entrevistados). Mas isso parece não implicar necessariamente em uma postura autoritária, intolerante ou repressiva. E algumas características desse processo na ocupação Chiquinha Gonzaga aparentemente levantam questões interessantes sobre isso. Vê-se, por exemplo, que o processo através do qual tais punições são estabelecidas é efetivamente aberto a todas as pessoas que estão submetidas à elas (abertura garantida formalmente e estimulada informalmente ao máximo por muitos/as moradores/as) – inclusive àquelas que estejam eventualmente sendo alvo de punições. As punições estabelecidas guardam também um mínimo "princípio pedagógico", com distinções e graus diferentes que aparentemente também permitem tanto uma boa flexibilidade (no que se refere aos tipos e situações em que são aplicadas) quanto a possibilidade de suas aplicações serem ponderadas, analisadas e adaptadas criticamente a cada diferente caso (por todos os indivíduos que participaram de seu estabelecimento e que, assim, estão submetidas à elas). Além disso, a legitimidade e a própria existência das punições podem ser colocadas em questão a qualquer momento, sendo possível sua rediscussão de forma aberta e coletiva (também incluindo aí até mesmo os próprios indivíduos que a tenham eventualmente transgredido).

Seja como for, pode-se afirmar que grande parte das normas que regem as interações no interior da ocupação são seguidas (ainda que, vez ou outra, passem por adaptações e contem com punições). Com isso e com as considerações que foram feitas nas páginas anteriores, pode-se dizer que, a grosso modo, existe uma tendência de que as interações na Ocupação Chiquinha Gonzaga acabem não cumprindo completamente todos os pressupostos colocados por Habermas para que se atinja uma "situação ideal de fala". Acontece que isso parece tornar o processo da ocupação ainda mais interessante: Aparentemente, moradoras e moradores (tanto através do Coletivo como das relações informais de poder) adaptam as preocupações colocadas por Habermas ao contexto sócio-espacial das práticas e da experiência cotidiana da própria Chiquinha Gonzaga. Essas adaptações fazem com que, mesmo não atingindo o "ideal" posto pelo filósofo alemão, suas relações sócio-espaciais internas possuam mecanismos de proteção que conseguem garantir (em certa medida) *um processo nanoterritorial que aponta para a busca por um entendimento mútuo e para o fortalecimento de uma forma própria de (auto)gestão territorial fortemente "horizontalizada"*.

Dessa forma, trata-se de uma experiência do movimento dos sem-teto que demonstra os ganhos prático-políticos que ocupações ligadas a ele podem ter quando misturam minimamente em suas práticas espaciais cotidianas a valorização da racionalidade comunicativa com a busca pela radicalização da "horizontalidade" nas relações de poder internas a um território insurgente.

* * *

Esta pesquisa também trouxe, ao menos aparentemente, considerações interessantes a respeito dos conceitos que foram utilizados. Como toda pesquisa, também algumas novas questões surgiram no seu decorrer, algumas delas valendo à pena serem lembradas para o caso de pesquisas futuras.

Os conceitos de campo político e arena (SWARTZ, 1968), "importados" da antropologia política, realmente se mostraram bastante interessantes para as reflexões a respeito da dinâmica política interna da experiência da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Isso especialmente ao se considerar os diferentes *projetos políticos* que convivem em seu território. Tal contribuição pareceu reforçar-se de forma especial quando foram feitas as considerações sobre as práticas espaciais específicas que se desenrolam na ocupação e que são alimentadas pelos diferentes campos políticos. As intenções e os projetos políticos que animam essas práticas espaciais mostraram influenciar a opinião que muitos/as moradores/as têm sobre elas. Essa é uma das maneiras pelas quais os campos políticos próprios da ocupação e seus respectivos projetos tendem a interferir na afeição que é desenvolvida pelas pessoas em relação a determinados recortes e práticas espaciais. Ao mesmo tempo, essa afetividade (ou falta dela) também pareceu ligar-se com a aceitação "social" (especialmente nos espaços formais deliberativos) dessas pretensões, práticas e projetos. Portanto, pode-se dizer que esses conceitos aparentemente colaboram com as considerações que buscaram refletir sobre as ligações entre *projetos políticos*, suas *inspirações* e sua *espacialidade*. Esta última principalmente em dois sentidos: No sentido do sentimento de "lugaridade" que tais projetos e inspirações podem ou não estimular; E no que se refere às dinâmicas territoriais internas de um determinado espaço (visto que podem interferir nas configurações das relações de poder que ali se dão).

A constituição dos diferentes campos políticos e arenas, em conjunto com as reflexões sobre a territorialidade e "lugaridade" da Chiquinha Gonzaga, também remeteram à

importância das redes de solidariedade e de apoio mútuo para a dinâmica de um território insurgente (SOUZA, 2006a) como esse – seja naquilo que envolve seu processo político interno, seja no que remete às suas relações externas.

Essa importância tem a ver, por exemplo, com a possibilidade de uma ainda maior articulação entre as ocupações da fração do movimento dos sem-teto carioca que foi enfocada nesta pesquisa – particularmente próximas e sensíveis a práticas autogestionárias. Tal tipo de articulação, porém, passa por um reconhecimento aparentemente necessário dos avanços e dos limites de cada uma dessas ocupações. Reconhecimento que aponte para o questionamento crítico da ideia de que cada ocupação teria uma certa "autossuficiência", deixando em segundo plano a importância do estreitamento mais intenso dos laços de colaboração em várias dimensões (material-concreta, política, simbólica, etc.). Um dos ex-integrantes da Frente de Luta Popular também faz considerações importantes sobre isso. Para ele,

> "(…) também teve um problema, que eu acho que foi mal discutido, que foi essa idealização da autogestão como solução pra tudo. Como se 'Ah não, existe exploração porque falta a ideia de autogestão na cabeça das pessoas'. Não é isso. Existe exploração porque existe todo um instrumento aí pra manter a exploração. Não é só as pessoas acreditarem em autogestão que o negócio vai acabar. Tem exército, tem polícia, tem… tem um monte de coisa pra manter isso, né. Mas uma visão idealista desse tipo achou o seguinte: 'É possível dentro de cada ocupação superar todas as contradições da sociedade.' E com isso achava que cada ocupação era um universo que se repetia indefinidamente. Aí perdia, inclusive. Não aprendia com outros movimentos que tinham seus defeitos, mas também traziam o aprendizado de criar ligações entre as ocupações no sentido de se formar um movimento social capaz de enfrentar o inimigo de classe em geral: o Estado, a especulação imobiliária, a repressão política, a repressão policial, e tudo mais. Então consumiu muito. Tanto moradores quanto militantes se consumiram muito nesse universo de cada ocupação com a ilusão de que dentro de cada ocupação ia conseguir superar." (informação verbal)[587]

É nesse sentido que estudos que reflitam mais e melhor sobre as formas de interação e integração dessas ocupações parecem ser fundamentais. Pode ser muito importante para isso direcionar as atenções para as maneiras e situações que possibilitam e estimulam o compartilhamento cotidiano de impressões e interpretações (levando em conta dimensões como a objetiva, a social e a subjetiva, ligadas à ideia de "mundo da vida" também valorizada nesta pesquisa). Por outro lado, o próprio aprofundamento das discussões sobre o papel e as práticas espaciais das pessoas identificadas como "apoio" das ocupações parece ser crucial. Suas relações internas e com as próprias ocupações (enquanto mediadores em um processo

[587] Ex-integrante da FLP. Entrevista realizada em 22/01/10 em conjunto com Rafael Gonçalves de Almeida.

político bastante específico) aparentam ter traços bem particulares que os diferenciam de outras formas de colaboração com os movimentos sociais. Diga-se de passagem, as reflexões sobre as relações de poder que se estabelecem tanto entre as pessoas que compõem o "apoio", quanto entre os/as próprios/as moradores/as das ocupações, parecem poder ser mais enriquecidas levando-se em conta mais atentamente as considerações de Michel FOUCAUL (1990, 1995, 2006) e de autores que desenvolvem seus pensamentos.

Outro aspecto que esta pesquisa também percebeu como aparentemente fundamental diz respeito à importância das crianças na formação de redes informais de solidariedade no interior da ocupação. Trata-se de um enfoque que merece maior atenção por parte das pesquisas sensíveis ao tema. Esse tipo de reflexão certamente demanda um referencial teórico-conceitual que não se restringe ao utilizado nesta pesquisa. Metodologicamente também deve-se levar em conta as diferenças que podem ser encontradas no que tange à coleta de informações e dados. No entanto, e seja como for, o papel desempenhado por essa camada infanto-juvenil em um espaço marcado por relações sócio-espaciais distintas das hegemônicas parece ser central – tanto no que diz respeito à sua interação mais do que óbvia com a instituição familiar, quanto naquilo que compreende a interação desses e dessas jovens e crianças na dinâmica da gestão territorial (formal e informal) da ocupação.

Por sua vez, a preocupação com a articulação ainda mais densa entre essas ocupações também se liga às discussões sobre a *construção social da escala* como processos que podem potencializar a luta do movimento – conquistando maiores margens de manobra e influenciando na correlação de forças que envolve seus processos políticos.

Julie CIDELL (2006:197-8) fala, por exemplo, na possibilidade de que reflexões sensíveis à "política de escalas" tornem mais clara a "identificação e localização do poder". Guardadas as ressalvas sobre o fato de o poder não ser algo "palpável" ou "localizável" (uma vez que se trata de uma relação social extremamente complexa), as situações acompanhadas e os aspectos observados durante a pesquisa que resultou nesta dissertação parecem apontar para questões interessantes a esse respeito.

Ao se perceber como a escala nanolocal passa a ser importante para um projeto político que busca erradicar todos os traços possíveis de qualquer tipo de hierarquia, cabe pensar, por exemplo, sobre até que ponto uma forma de (auto)governo com uma organização política interna radicalmente horizontalizada (como a gestão das ocupações da fração do movimento dos sem-teto abordada aqui) não deve pressupor justamente uma obrigatória *reconfiguração / redistribuição escalar do poder deliberativo* – principalmente em face à

muito mais comum e problemática "democracia" representativa. Tal ponto surge porque tal forma de governo parece exigir que a escala nanolocal tenha maior capacidade deliberativa do que as escalas que são mais comumente valorizadas nos marcos de outros tipos de regime de governo (como as escalas local, regional e nacional, no caso da democracia representativa). Não que regimes radicalmente democráticos (como a autogestão e o autoplanejamento) não permitam articulações escalares. Pelo contrário: pressupõem e dependem delas. No entanto, são regimes que estabelecem um novo e fundamental peso político deliberativo a uma escala praticamente negligenciada por outros regimes políticos (a nanolocal), especialmente naquilo que envolve as deliberações efetivas. E, nesse sentido, é crucial lembrar também das considerações trazidas por SOUZA (2002, 2006a) sobre a importância de uma verdadeira *descentralização territorial* ao se pensar essas novas formas de (auto)governo. Com isso, a margem de manobra das ocupações e do movimento como um todo, além da própria correlação de forças (para negociações e mesmo novas ações) encarada por ele, podem ser modificadas e ampliadas em favor do movimento social. Além do mais, aprofundar, difundir e desmistificar o raciocínio escalar também pode auxiliar a reforçar a importância de a luta transcender cada vez mais a escala espaço-temporal do cotidiano, consolidando as tais redes de apoio e solidariedade.

Mas a correlação de forças também pode se valer das reflexões atentas às questões escalares ao levar-se em conta a possibilidade de "saltar escalas" (SMITH, 1992, 1993; MARSTON, 2000; BRENNER, 2000; SWYNGEDOUW, 2004; CIDELL, 2006). De forma bem rápida e geral, essa expressão diz respeito à possibilidade de referir-se, ressaltar, acionar e empoderar (ou não) certas escalas – e não outras. É nisso que parece interessante prestar atenção também. Afinal de contas, muitos dos avanços que as ocupações dessa fração do movimento dos sem-teto têm conquistado (na luta por moradia no espaço urbano, nos próprios esforços de organização coletiva interna e na "formação de quadros" com horizontes radicalmente democráticos) aparentemente se relacionam justamente com essa capacidade de saltar escalas (especialmente em termos de articulação, negociação, divulgação, pressão e organização). Mais do que isso, parece importante refletir de forma mais profunda e detida justamente sobre maneiras como as preocupações de uma política de escalas (e da construção social da escala de forma geral) pode se relacionar também com um horizonte político-filosófico orientado para a construção de uma sociedade basicamente autônoma – já que a imensa maioria da literatura já em circulação sobre o assunto adota o materialismo histórico como pano de fundo e pressupostos teóricos.

* * *

Apesar de não se poder deixar de lado a importância de se pensar sobre as possibilidades de busca e conquista de entendimentos efetivos em todas as escalas espaço-temporais, parece possível apontar uma certa tendência de que, por hora, a importância de uma "ação comunicativa" esteja mais diretamente ligada à dimensão da *autonomia interna* do que àquela da *autonomia externa*. Isso também lembrando que, além dessas duas dimensões, deve-se pensar o projeto de autonomia sendo entendido tanto "em sentido fraco" quanto "em sentido forte" – como coloca SOUZA (2006a). Sobre o "sentido forte", ele poderia ser a grosso modo visto como o compromisso efetivo com um horizonte de construção de uma sociedade básica e fundamentalmente autônoma (ou seja: com uma perspectiva temporal de longuíssimo prazo, no plano do que DE CERTEAU [1996] chamaria de *estratégia*). Já o "sentido fraco" diria respeito, por exemplo, às vitórias cotidianas possíveis no presente que colaborem para um aumento no grau de autonomia dos indivíduos e da sociedade como um todo (tratando-se, portanto, do plano da *tática*). Pode-se então, aparentemente ao menos, considerar que a necessidade de construção de uma contra-hegemonia forte e que, a longo prazo, permitia a consolidação de uma sociedade autônoma passa pelo estabelecimento de relações sócio-espaciais cotidianas bastante preocupadas com a racionalidade comunicativa e com a busca por um entendimento mútuo.

Porém não se pode ser ingênuo: Tão logo as "(...) experiências 'moleculares' se alastrem e articularem a ponto de se tornarem muito perigosas (...)" (SOUZA, 2006a:86), a luta por uma sociedade autônoma certamente esbarrará com toda sorte de artifícios repressivos e violentos por parte dos interesses heterônomos atualmente dominantes (especialmente o Estado e as várias frações do Capital). Nesse limite, a importância do agir comunicativo e de suas práticas espaciais certamente diminui. A necessidade mais óbvia será, sem dúvida, ao menos a da *auto-defesa*. E isso, no caso, exige que a racionalidade instrumental se destaque (movida pela necessidade de garantia de sobrevivência e continuação do desenvolvimento do projeto de autonomia). Mas cabe lembrar: nenhum "tipo" de racionalidade existe sem a outra. Afinal, todos os esforços são necessários na luta pela construção de uma sociedade tão radicalmente diferente da atual.

"A única coisa pra acrescentar é o seguinte: Aqui é mais uma prova de que o povo

> unido sempre... apesar de que o povo sempre se uniu, conquistou, e veio o Estado reacionário, burguês, canalha mesmo e matou, estuprou, abusou, pintou e bordou e, na verdade, a fogo e sangue arrancou muitas vezes as conquistas do povo... Mas aqui é uma prova de que o povo tem que estar sempre se organizando e conquistando mesmo, no peito e na raça, o que é dele de direito. Até porque ninguém tá roubando, a gente tá só querendo é viver um pouco melhor. Não é justo que meia dúzia de pessoas tenha tudo, tem lugar pra morar, tem comida, tem tudo, e o resto massacrante da população – praticamente 90% da população –, muitas vezes não tem nem lugar onde morar, não tem nem o arroz e feijão, nem o pão de manhã pra comer. Isso aqui é uma prova de que quando a gente se une a gente fica muito mais forte." (informação verbal)[588]

[588] Morador da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevistas realizadas em 16/05/2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício Almeida (1987): *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Jorge Zahar Editor.

ADAMS, Paul (1996): Protest and the scale politics of telecommunications. *Political Geography*. V. 15, nº 5, pp. 419 – 441.

AGNEW, John (1993): Representing space: space, scale and culture in social science. In: DUNCAN, James. LEY, David (ed.): *Place / Culture / Representation*. Londres: Routledge.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. (2009): *A "economia popular solidária" e sua espacialidade: Estudo das práticas sócio-espaciais em uma ocupação de sem-teto do Rio de Janeiro*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. GRANDI, Matheus da Silveira. MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): Oikos, Ágora e Ekklèsia: Uma Introdução às Fronteiras, Pontes e "Áreas de Sombra" de um Espaço Ocupado (Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro). *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de (1983): Alternativas da promoção imobiliária em grandes centros urbanos: O exemplo do Rio de Janeiro. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.) (1983): *Repensando a habitação no Brasil – Série Debates Urbanos, vol. 3*. Rio de Janeiro: Zahar.

ALONSO, Jorge (2003): Caracoles y Juntas de Buen Gobierno: nueva etapa del zapatismo. *Revista Envío*. V. 260. Disponível em: http://www.envio.org.ni/articulo/1637 . Acesso em: 16 set. 2009.

ARENDT, Hannah (1983 [1958]): *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____ (2009 [1970]): *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BERNARDO, João (2009): Sessenta anos de "Socialisme ou Barbarie". *Passa Palavra*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=1222>. Acesso em: 19 ago. 2009.

BLOCH, Janaina Aliano (2007): *O direito à moradia: Um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia / USP, São Paulo.

BOBBIO, Norbeto. et al (2007): *Dicionário de política*. 13ª ed. 2 vol. Brasília: UnB.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) (1983): *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, de 8 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 21 dez. 2009.

BRASIL. *Lei nº 10.257 (Estatuto da Cidade)*, de 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 29 nov. 2009.

BRENNER, Neil (2000): The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics od scale. *Antipode*, V. 24, nº 2, pp. 361 – 378.

CARDOSO, Elizabeth Dezouzart. *et al* (1987): *História dos Bairros – Saúde, Gamboa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia e Editora Index.

CASSAB, Clarice (2004): *Mudanças e permanências: uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional / IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro.

CASTORIADIS, Cornelius. (1982 [1975]): *A instituição imaginária da sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1983 [1979]): *Socialismo ou barbárie – O conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense.

_____ (1992 [1990]): *As encruzilhadas do labirinto – Vol. III: O mundo fragmentado*. (tradução de Rosa Maria Boaventura). São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2002 [1996]): *As encruzilhadas do labirinto – Vol. IV: A ascensão da insignificância*. (tradução de Regina Vasconcellos). São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2004 [1999]): *Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto VI*. (tradução de Eliana Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASTRO, Iná Elias de (1995): O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de. *et al*. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CAYRES, Domitila Costa. *Sociedade civil e Estado: A autonomia revisitada*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política / UFSC, Florianópolis.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE (2008): *Violência policial na Providência fere moradora e inviabiliza evento*. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/12/434778.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2009.

CHALHOUB, Sidney (1996): *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

CHAUÍ, Marilena (1988): Prefácio. In: SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970 – 80)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CICOUREL, Aaron (1975 [?]): Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba (org.): *Desvendando máscaras sociais.* Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CIDELL, Julie (2006): The place of individuals in the politics of scale. *Area*, V. 38, nº 2, pp. 196 – 203.

CORRÊA, Roberto Lobato (1997): Processos espaciais e a cidade. In: CORREA, R. L. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p.121-143.

_____ (2004): *Espaço urbano*. 4ª Ed. São Paulo: Atica.

DE CERTEAU, Michel (1996 [1990]): *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

DELANEY, David. LEITNER, Helga (1997): The political construction of scale. *Political Gepgraphy*. V. 16, nº 2, pp. 93 – 97.

EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, EZLN (1993): *Declaración de la Selva Lacandona*. Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm . Acesso em: 15 ago. 2009.

_____ (2003): (comunicado sem título). Disponível em: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003_08_09_d.htm . Acesso em: 15 ago. 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. (2001 [1992]): *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB.

FELRU-RJ, Fórum Estadual de Luta pela Reforma Urbana – Rio de Janeiro (2006): *Relatório de situações de violação do Direito à Moradia Digna no Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://cedes.iuperj.br/PDF/06agosto/anexos/relatorio-direito-a-moradia.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2009.

FLP, Frente de Luta Popular (2004): *Ocupação Chiquinha Gonzaga - Fotos (1): O Abandono*. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/images/2004/07/287318.jpg>. Acesso em: 3 jan. 2010.

FOUCAULT, Michel (1990): *Microfísica do poder*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____ (1995): O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. (1995): *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231 – 249.

FREIRE, Paulo (1988a[1970]): *Pedagogia do oprimido*. 18ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

_____ (1988b[1981]): Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) (1983): *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

FREITAG, Barbara. ROUANET, Sérgio Paulo (orgs.). (1993): *Habermas: Sociologia*. Coleção grandes cientistas sociais. 3ª ed. São Paulo: Ática.

FRIDMAN, Fania (1999). *Donos do Rio em nome do rei: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Editora Garamond.

G1 (2009): Lei que libera bailes funk em comunidades do Rio é sancionada. *G1*. Edição Rio de Janeiro, 23 set. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1315346-5606,00-LEI+QUE+LIBERA+BAILES+FUNK+EM+COMUNIDADES+DO+RIO+E+SANCIONADA.html>. Acesso em: 01 dez. 2009.

GEERTZ, Clifford (1978 [1973]): Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.

GIL, Antonio Carlos (1989): *Métodos e técnicas de pesquisa social.* São Paulo: Editora Atlas.

GLUCKMAN, Max (1975 [1959]): O material etnográfico na antropologia social inglesa. In: ZALUAR, Alba (org.): *Desvendando máscaras sociais.* Rio de Janeiro: Francisco Alves.

GOMES, Paulo Cesar da Costa (1996): *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2001): *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

GRANDI, Matheus da Silveira (2007): *Meios de comunicação alternativos e participação comunitária no planejamento urbano: O caso do Campeche Florianópolis / SC.* Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFSC. Florianópolis.

GRANDI, Matheus da Silveira. TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009): *Espacialidade Cotidiana e Sociedade Instituinte: Uma Reflexão Sobre os Espaços de Compartilhamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro*. Florianópolis, Anais do XIII ENANPUR.

GRANDI, Matheus da Silveira. RAMOS, Tatiana Tramontani. ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): Guerreiros do 510, do 234, da rua…. *Passa Palavra*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=9098>. Acesso em: 01 dez. 2009.

HABERMAS, Jürgen (1993 [1976]): O conceito de poder de Hannah Arendt. In: FREITAG, B. ROUANET, S. P. (orgs.) (1993): *Habermas: Sociologia*. Coleção grandes cientistas sociais. 3ª ed. São Paulo: Ática.

_____ (1999a [1981]): *Teoría de la acción comunicativa. Vol. I – Racionalidad de la acción y racionalización social*. 4ª ed. Madrid: Taurus.

_____ (1999b [1981]): *Teoría de la acción comunicativa. Vol. II – Crítica de la razón funcionalista*. 4ª ed. Madrid: Taurus.

_____ (2000): *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes

_____ (2002): *Racionalidade e comunicação*. Lisboa: Edições 70.

_____ (2003 [1983]): *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____ (2007 [2004]): *A Ética da Discussão e a Questão da Verdade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

HAESBAERT, Rogério (2004): *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, David (2008): The right to the city. *New left review*, V. 53, Set-out, pp. 23-40.

HEROD, Andrew (1991): The production of scale in US labour relations. *Area*. V. 23, pp. 82 – 83.

HERSCHMANN, Micael (2000): *O Funk e o Hip hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

HOUAISS, Antônio (2002): *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. CD-ROM. Versão 1.0.5. Editora Objetiva.

JORNAL DO COMÉRCIO (2009): A Secretaria inicia a desapropriação de imóveis. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, s. d. Disponível em: <http://www.agenciailumini.com.br/novoporto/noticias.asp?id=27>. Acesso em: 27 de nov. 2009.

KALYVAS, Andreas (1998): Norm and critique in Castoriadis's Theory of Autonomy. *Constellations*. V. 5, nº 2, pp. 161 – 182.

_____ (2001): The politics of autonomy and the challenge of deliberation: Castoriadis contra Habermas. *Thesis Eleven*, V. 64, nº 1, pp. 1 – 19.

KIDDER, Louise (org.) (1987a): *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I – Delineamentos de pesquisa*. São Paulo: D.P.U.

_____ (1987b): *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. II – Medidas na pesquisa social*. São Paulo: D.P.U.

_____ (1987c): *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. III – Análise de resultados*. São Paulo: D.P.U.

KOWARICK, Lúcio (1983[1979]): *A espoliação urbana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LACOSTE, Yves (1988[1929]). *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus.

LAGÜENS, João Vicente Marques (2005): *Territorialização e constituição de sujeitos políticos no orçamento participativo*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

LEFEBVRE, Henri. (1991 [1974]): *The production of space*. Oxford: Blackwell.

_____ (2001 [1968]): *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LIMA, Daniela Batista (2008): *Do medo da violência à "condominiarização" das cidades brasileiras: Sobre as conseqüências sócio-espaciais da modificação da legislação federal de parcelamento do solo urbano*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / UFMG, Belo Horizonte.

LIMA, Sonia Lucio Rodrigues de (2004): *Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional / IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro.

LINDEN, Marcel van der (1997): Socialisme ou Barbarie: A French Revolutionary Group (1949-65). *Left History*. N. 5.

LOPES, Iole Ilíada (1997): *O Lugar da Razão e a Razão do Lugar: Uma Aproximação Preliminar entre a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e a Geografia*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana /

USP, São Paulo.

_____ (2004): *O Território e os Estados Pós-Nacionais: uma Abordagem Geográfica das Teorias Recentes de Jürgen Habermas*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana / USP, São Paulo.

LUDD, Ned (2002a): *Urgência das ruas – Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad.

_____ (2002b): Antes de mais nada... In: LUDD, Ned (2002): *Urgência das ruas – Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad.

_____ (2002c): AGP e o início dos Dias de Ação Global. In: LUDD, Ned (2002): *Urgência das ruas – Black Block, Reclaim The Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad.

MACHADO, Roberto (1990): Introdução: por uma genealogia do poder. In. FOUCAULT, Michel (1990): *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal.

MAMARI, Fernando (2008): *Se morar é um direito, ocupar é um dever! As ocupações de sem-teto na metrópole do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ.

MARSTON, Sallie (2000). The social construction of scale. *Progress in Human Geography*. V. 20, nº 2, pp. 219 – 242.

_____ (2004): A long way from home: Domesticating the social production of scale. In: SHEPPARD, E. McMASTER, R. B. (orgs). *Scale and Geographic Inquiry: Nature, Society, and Method*. Oxford: Blackwell.

MASUDA, Jeffrey. CROOKS, Valorie (2007): Introduction: (Re)thinking the scales of lived experience. *Area*, V. 39, nº 3, pp. 257-8.

MICHEL, Guillermo (2004): Caracoles y espirales: el vaivén de nuestra historia. Disponível em: http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=479&cat=82 . Acesso em: 16 set. 2009.

MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): *Do déficit habitacional aos domicílios vagos: dados e controvérsias*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

_____ (2010): *Mulheres em movimento: Espaço e gênero nas ocupações de sem-teto Quilombo das Guerreiras (RJ) e João Candido (SP)*. Projeto de dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

MOREIRA, Marianna Fernandes. GRANDI, Matheus da Silveira. ALMEIDA, Rafael Gonçalves (2009): *Xadrez Urbano: Uma Introdução às Peças e Estratégias Espaciais do Movimento dos Sem-Teto*. Brasília: Anais do XI SIMPURB.

MOUFFE, Chantal (2000): *Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism*. Viena: Institute for Advanced Studies.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2009): *Um assassinato solicitado e anunciado*. Disponível em: <http://www.mst.org.br/revista/52/editorial2>. Acesso em: 01 dez. 2009.

O DIA (2009): 50 mil casas no Porto do Rio. *O Dia*. Rio de Janeiro, 10 de nov. 2009. Economia. Disponível em: <http://odia.terra.com.br/portal/economia/html/2009/11/50_mil_casas_no_porto_do_rio_45234.html>. Acesso em: 27 nov. 2009.

O GLOBO (2008): Mulher é baleada em tiroteio na Providência. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29 de nov. De 2008. Plantão. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/11/29/mulher_baleada_em_tiroteio_na_providencia-586726346.asp>. Acesso em: 01 dez. 2009.

OLIVEIRA, Elaine Freitas de (2009): *Revitalização dos centros urbanos: A luta pelo direito*

à cidade. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana / UERJ, Rio de Janeiro.

ORTELLADO, Pablo (2003): *Castoriadis e a questão da práxis: da crítica das relações de produção capitalista à elucidação do social-histórico*. 1v. Tese (Doutorado em Filosofia), Programa de Pós-Graduação em Filosofia / USP. São Paulo.

R.D.P (2009): Choque de desordem: desemprego, despejo e assassinato de militantes dos movimentos sociais do Rio de Janeiro. *Passa Palavra*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=2191>. Acesso em: 17 dez. 2009.

REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA (2009): *Chacina da Candelária*. Disponível em: <http://www.redecontraviolencia.org/Casos/1993/240.html>. Acesso em: 24 dez. 2009.

RELPH, Edward (1976): *Place and placelessness*. Londres: Pion Limited.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (1991): Movimentos sociais: Caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. *Ciências Sociais Hoje*, 1991. São Paulo: Vértice-RT.

_____ (2001): Leituras de movimentos: Conjuntura, ação e poder. *Temporalis*, Ano 2, nº 4, pp. 9-19.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. PECHMAN, Robert (1983): *O que é questão da moradia*? São Paulo: Brasiliense.

RODRIGUES, Glauco Bruce (2005): *Geografias insurgentes: Um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento hip hop*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

_____ (2009): Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento *hip hop*. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

RYOKI, André. ORTELLADO, Pablo (2004): *Estamos vencendo! : Resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad.

SACK, Robert David (1986): *Human territoriality - Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.

SADER, Eder (1988): *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981): *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SILVA, Deise Nepomuceno da (1997): *A ação comunicativa no processo do orçamento participativo em Porto Alegre – Região Centro*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social / PUC-RS. Porto Alegre.

SMITH, Neil (1992): Geographhy, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, Joe *et al.* (orgs.): *Postmodernism and the social sciences*. Londres: Macmillan.

_____ (1993): Homeless / global: scaling places. In: BIRD, John *et al*. (org.): *Mapping the futures: Local cultures, global change*. Londres e Nova York: Routledge.

_____ (1996): *The New Urban Frontier – Gentrification and the revanchist city*. New York: Routledge.

_____ (2004): Scale bending and the fate of the national. In: SHEPPARD, Eric. McMASTER, Robert. (orgs.): *Scale and Geographic Inquiry*. Oxford: Blackwell.

SONODA, Katerine da Cruz Leal (2008): *Violência urbana e psicopatologia: uma investigação com líderes comunitários*. Anais da XXX Jornada de Iniciação Científica,

Artística e Cultural da UFRJ (Resumo). Rio de Janeiro: UFRJ.

_____ (2009a): *Violência urbana: Um fator desencadeador de mal-estar psíquico e limitante do desenvolvimento sócio-espacial*. Anais da XXXI Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ (Resumo). Rio de Janeiro: UFRJ.

_____ (2009b): *Espaço urbano, violência e sofrimento psíquico: a cidade e o medo*. Anais do X Encontro Nacional da ABRAPSO (Resumo). Olinda: ABRAPSO.

SOUZA, Marcelo Lopes de (1988): *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

_____ (1995): O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al*. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2000a): *O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócioespacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2000b): Urban development on the basis of autonomy: a politicophilosiphical and ethical framework for urban planning and management. *Ethics, Place and Environment*. vol. 3, nº 2. p.187 – 201.

_____ (2002): *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2006a): *A Prisão e a Ágora.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2006b): Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as 'critical urban planning' agents. *City*, v. 10, pp. 327-342.

_____ (2008a): *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão*

urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2008b): *A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*. São Paulo: mimeo.

_____ (2008c): A hora e a vez do pensando libertário na Geografia. *Geografares*. Nº 6, pp. 15 – 33.

_____ (2008d): Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de (org.): *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Faperj. P. 367 – 384

_____ (2008e): *O que pode a economia popular urbana? Pensando a produção e a geração de renda nas ocupações de sem-teto do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/O que pode a economia popular urbana.pdf>. Acesso em: 12 de jan. 2010.

_____ (2008f): Em torno de um hífen. *Revista Formação*. v. 15, p. 159 – 161.

_____ (2009a): "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (orgs.): *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. P. 57 – 72.

_____ (2009b): Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: Da "revolução molecular" à política de escalas. In: MENDONÇA, Francisco et. al. (orgs.): *Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ANPEGE / Ademadan.

_____ (2009c): Social movements in the face of criminal power. The socio-political fragmentation of space and 'micro-level warlords' as challenges for emancipative urban struggles. *City*, V. 13, nº 1, pp. 27 – 52.

_____ (2009d): Introdução: A "nova geração" de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

_____ (no prelo): *Com o Estado, apesar do Estado, contra o estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. (Trabalho apresentado no XI SIMPURB, Brasília, 2009): mimeo.

SOUZA, Marcelo Lopes de. RODRIGUES, Glauco Bruce (2004): *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP.

SOUZA, Marcelo Lopes de. RAMOS, Tatiana Tramontani. MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): Rio de Janeiro 2016: "sonho" ou "pesadelo" olímpico? *Passa Palavra*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=15000>. Acesso em: 17 dez. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009): Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e "lugares" do movimento dos sem-teto. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

SWARTZ, Marc (1968): *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago: Aldine Publishing Company.

SWYNGEDOUW, Erik (2000): Authoritarian governance, power, and the politics of rescaling. *Environment and Planning D: Society and Space*, V. 18, nº 1, pp. 63 – 76.

_____ (2003): Urban political ecology, justice and the politics of scale. *Antipode*, V. 35, nº 5, pp. 898 – 918.

_____ (2004): Scaled geographies: Nature, place, and the politics of scale. In: SHEPPARD, E. McMASTER, R. (orgs.): *Scale and Geographic Inquiry*. Oxford: Blackwell.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009) *O "léxico espacial" do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das*

Guerreiras (Rio de Janeiro). Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. GRANDI, Matheus da Silveira (2008): *O agir comunicativo e sua espacialidade: Reflexões a partir do exemplo da ocupação Chiquinha Gonzaga, no Centro do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/agircomunicativo_e_espacialidade.pdf>. Acesso em: 21 de nov. 2009.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. LONGO, Felipe S. de Castro (2009): Objeções à recente onda de ataques ideológicos às ações dos movimentos sociais: ocupação não é crime! *Passa Palavra*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=1754>. Acesso em: 01 dez. 2009.

THIOLLENT, Michel (1985): *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.

THOMPSOM, Edward (2009): *A miséria da teoria: Ou um planetário de erros*. Sem local: Edição Cap. Swing e Ludistas Sensuais.

TUAN, Yi-Fu (1980): *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.* São Paulo: Difel.

_____ (1983): *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

VALLADARES, Lícia do Prado (1983): Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: Resenha da literatura. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.) (1983): *Repensando a habitação no Brasil – Série Debates Urbanos, vol. 3*. Rio de Janeiro: Zahar.

VIANA, Hermano (1988): *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ (1995). *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Jorge Zahar.

_____ (org.) (1997). *Galeras cariocas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

WHITEBOOK, Joel (1998): Requiem for a *Selbstdenker*: Cornelius Castoriadis (1992 – 1997). *Constellations*, V. 5, nº 2, pp. 141 – 160.

APÊNDICE

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Roteiro de entrevista

Histórico da Ocupação Chiquinha Gonzaga

Autor: Matheus da Silveira Grandi
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial / NUPED

Data da entrevista: ___/___/___
Local: _____
Entrevistador: _____

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Identificação do(a) entrevistado(a)
Nome: _____
Idade: _____ anos
Sexo: ( ) M ( ) F
Profissão: _____
Andar da moradia: _____

1. Você poderia contar rapidamente *quem é você*, *como chegou* até a Ocupação Chiquinha Gonzaga e *por que ainda mora* aqui?

_____

2. Quais foram suas primeiras impressões da Ocupação Chiquinha Gonzaga?

_____

3. Você lembra de detalhes da história da Ocupação Chiquinha Gonzaga? Poderia me contar algum que lhe venha à cabeça?

_____

4a. Você lembra dos primeiros grandes debates coletivos dos quais você participou na ocupação? Sobre o que eles tratavam?

_____



4b. E hoje, existem grandes debates sendo feitos na ocupação? Sobre o que?

_____

5. O que mudou da ocupação que você conheceu quando chegou para a ocupação na qual você vive agora?

_____

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum detalhes ou história que você gostaria de contar e da qual não falou ainda?

_____

Observações adicionais do entrevistador: _____

Roteiro de entrevista

Processos de entendimento da Ocupação Chiquinha Gonzaga

Autor: Matheus da Silveira Grandi
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial / NUPED

Data da entrevista: ___/___/___
Local: _____
Entrevistador: _____

Identificação do(a) entrevistado(a)

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Nome: _____
Idade: _____ anos
Sexo: ( ) M ( ) F
Profissão: _____
Andar da moradia: _____

1. Você reside na Ocupação Chiquinha Gonzaga há quanto tempo?

_____

2a. Quanto tempo por dia você fica na ocupação?

_____

⬇

2b. Em quais períodos do dia?

( ) manhã ( ) tarde ( ) noite

3. Quando você está no prédio, onde é mais agradável ficar, na sua opinião:
(colocar em ordem de importância, do mais agradável [1] ao menos [5])

( ) sua casa
( ) na portaria
( ) na calçada
( ) na casa de outro/a morador/a
( ) em outro lugar (como onde? _____)

⬇

4a. Nos momentos em que você está na ocupação, onde você vê maior concentração de pessoas?

_____

⬇

4b. E sobre quais assuntos você escuta mais as pessoas conversarem nesses lugares?

_____

⬇

5. E você, onde mais conversa com outros(as) moradores(as)?
(colocar em ordem de importância, dos locais mais comuns[1] aos menos comuns[6])
( ) no corredor do seu andar
( ) na sala de reuniões
( ) na portaria
( ) na sua casa
( ) na calçada ou na rua próxima à ocupação
( ) em outro lugar (como onde? _____)

6. Se você não morasse no andar em que mora, em qual outro gostaria de morar e por que?

_____

7. Sobre quais assuntos você mais conversa quando encontra outros/as moradores/as da ocupação?
(colocar em ordem de importância, do assunto a respeito do qual mais conversa [1] ao do que menos conversa [7])

( ) problemas pessoais seus ou da outra pessoa
( ) assuntos da televisão ou rádio (novelas, noticiário, programas diversos)
( ) assuntos da ocupação (coisas da última ou da próxima reunião, dificuldades, problemas ou soluções para/do coletivo)
( ) problemas pessoais de outras pessoas
( ) esportes
( ) música
( ) outros assuntos (tem algum exemplo? _____)

8. As pessoas conversam sobre os assuntos da reunião em outros espaços também? Se conversam, onde?

_____



9. Na sua opinião, sobre que tipo de assuntos as pessoas conversam:
[9a] *Na própria casa?*

_____



[9b] *Nos corredores?*

_____



[9c] *E na sala de reuniões?*

_____



10. Se você fosse explicar pra alguém como são os espaços da ocupação, como você

explicaria?

_____

11. Quais são as principais regras de funcionamento da ocupação?

_____

12a. Na sua opinião, existem pessoas que falam coisas que não estão de acordo com as *regras* da ocupação?

_____



12b. E o que acontece quando alguém na reunião coloca argumentos que vão contra essas regras?

_____

13. Quem pode participar das reuniões da ocupação?

_____



13b. E das últimas 5 reuniões do coletivo, você foi a quantas?

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

14. Como as pessoas ficam sabendo das reuniões do coletivo?

_____

15. Todos os participantes da reunião têm direito a falar?

_____



16. Na sua opinião todas as pessoas da reunião recebem a mesma atenção dos outros quando falam?

_____

17a. Você lembra de vezes que alguém tenha mentido em uma reunião?

_____



17b. E o que geralmente acontece se alguém mente na reunião?

_____

18a. Na sua opinião os moradores se conhecem bem, são íntimos entre si?

_____



18b. E eles se respeitam?

_____



18c. Você acha que intimidade e respeito têm a ver uma coisa com a outra?

_____

19. Quem você entende melhor: moradores que você já conhece há mais tempo e já tem mais intimidade, ou moradores com quem você tem pouca intimidade? Por quê?

_____

20. E quando as pessoas discutem nas reuniões elas parecem estar sendo sinceras?

_____

21. Quais são os tipos de assuntos que causam maiores discussões durante as reuniões do coletivo?

_____

22a-a. Suponha que um morador tenha uma proposta pra fazer para o coletivo, mas ele acha que talvez seja difícil o coletivo aprovar a sua ideia por algum motivo. O que você acha que ele faria:

(assinalar a alternativa que mais se aproxima de sua opinião)

( ) Iria perguntar a opinião de alguns amigos antes pra tentar conseguir apoio?
( ) Levaria a proposta para o coletivo mesmo sem conversar com ninguém antes?



22a-b. *Se fosse buscar a opinião de alguém, onde esse tipo de conversa normalmente acontece?*

_____



22a-c. E você? O que acha dessa postura?

_____

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum motivo pelo qual você acha que as pessoas tem facilidade ou dificuldade de se entenderem aqui na ocupação e que não tenha sido falado ainda?

_____

Observações adicionais do entrevistador:

_____

Roteiro de entrevista

Autores: Matheus da Silveira Grandi e Rafael Gonçalves de Almeida
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial / NUPED

Data da entrevista: ___/___/___
Local: _____
Entrevistador: _____

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Identificação do(a) entrevistado(a)
Nome: _____
Organização: _____

1 Você pode falar um pouco sobre a sua trajetória política e da sua ligação com o movimento dos sem-teto?

2 Eu gostaria de saber mais detalhes sobre a FLP. Você sabe mais ou menos como e com quais objetivos ela surgiu?



3 Quem fazia parte da FLP e como ela funcionava?

4 Antes da FLP se envolver com o movimento dos sem-teto já haviam acontecido outras ocupações no Rio de Janeiro. Mas o tipo de organização política das ocupações que foram apoiadas pela FLP é diferente das demais ocupações de até então. Você poderia tentar explicar por que se optou pela autogestão?



5 Na sua opinião, no que o cotidiano dos moradores e das moradoras de uma ocupação autogerida se diferencia no cotidiano de uma ocupação que se organize politicamente de outra maneira? Pra você, qual é o papel dessas práticas cotidianas diferenciadas para a proposta e o alcance político da ocupação?

6 Mesmo considerando as vantagens da autogestão, não basta fazer a ocupação e sair de lá achando que os moradores irão se auto-organizar. Autogerir uma ocupação não é algo que se aprende da noite para o dia e mesmo com toda a preparação anterior ao dia da ocupação em si, deve haver um mínimo de acompanhamento por parte do movimento após a ocupação do prédio. Qual era o papel que as organizações que apoiaram as ocupações tiveram após a ocupação dos prédios?

7 Como era a participação dos moradores na FLP? Todos se engajavam no movimento?

8 Se você tivesse que fazer um balanço geral da relação entre os militantes da FLP que moravam nas ocupações e os moradores não-militantes, qual seria? Era uma relação muito ou pouco conflituosa e por quê?

9 Sabemos também que, apesar do incentivo à autogestão, muitas vezes os moradores e moradoras acabam vendo em certas figuras mais destacadas uma referência para a luta. Até o processo da Zumbi, a FLP parecia estar mais coesa do que depois. Quais foram as principais divergências internas que começaram a surgir?



10 Nesse caso, na sua opinião como essas divergências podem ter afetado as referências dos moradores e moradoras das duas ocupações da época (Chiquinha e Zumbi)? Ou seja: você acha que as divisões internas da FLP influenciaram de alguma forma a dinâmica de organização dos coletivos das ocupações?

11 Os espaços internos das ocupações autogeridas parecem vira e mexe causar muitos debates e discussões entre os moradores – e até mesmo entre os militantes. Os espaços privados da moradia de cada família são importantes, mas os espaços coletivos também são uma característica forte dessas ocupações. Nos processos de ocupações dos quais você participou mais diretamente, quais eram as preocupações que existiam a respeito dos usos que seriam dados aos espaços internos das ocupações? Essas preocupações já vinham desde antes da entrada nos prédios?



12 Na sua opinião, como essas preocupações se relacionam ao projeto político autogestionário?

13 A gente sabe que a área onde ficam essas ocupações sempre foi marcada pela moradia popular. Nos tempos do final do império e início da primeira república, era aí que se davam vários embates das administrações municipais contra essas moradias. Eram moradias que, além de tudo, tinham um papel importante na luta contra opressões da época (como os cortiços, que se ligavam de várias maneiras à luta abolicionista). Partindo disso, como você vê a luta dos sem-teto das ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras hoje? Elas se ligam com a história política e cultural da área da cidade onde estão localizadas?

14 Agora falando um pouco mais diretamente sobre a Chiquinha Gonzaga: ela, particularmente, possui um número considerável de moradores envolvidos em outros movimentos sociais que, inclusive, não adotam o modelo autogestionário em sua organização. Isso acaba exigindo uma negociação que, às vezes, é bem delicada. Como você acha que tal situação de negociação influenciou ou influencia o processo político dessa ocupação?

15 Quais foram as suas primeiras impressões quando você entrou em contato com a Chiquinha Gonzaga?

16 Na sua opinião, o que mudou da "Ocupação Chiquinha Gonzaga que você conheceu no início" para a ocupação de hoje em dia? Você vê erros e acertos nesse processo?

17 Qual você acha que foi o papel da Ocupação Chiquinha Gonzaga para o movimento dos sem-teto do Rio?

18 Já o processo da Zumbi dos Palmares foi um pouco diferente do caso da Chiquinha. No processo da Zumbi, moradores da Chiquinha se engajaram junto aos militantes da FLP na organização e planejamento da ocupação. Quais foram as principais diferenças entre o processo da Chiquinha e o processo da Zumbi?



19 Quais foram os movimentos que compuseram a frente no caso da Zumbi dos Palmares?

20 Como foi a repressão policial na Zumbi e como foi a negociação com o Estado?

21 A Zumbi é hoje talvez a ocupação (entre as três: Chiquinha, Zumbi e Quilombo) que possui um coletivo menos coeso e com uma menor freqüência de reuniões. Por que você acha que isso ocorreu? O que difere a Zumbi das outras ocupações? Há algum complicador?

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum detalhes ou história que você gostaria de contar e da qual não falou ainda?

_____

Observações adicionais do entrevistador:

_____

Roteiro de entrevista

Autores: Matheus da Silveira Grandi e Rafael Gonçalves de Almeida
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial / NUPED

Data da entrevista: ___/___/___
Local: _____
Entrevistador: _____

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Identificação do(a) entrevistado(a)
Nome: _____
Organização: _____

1 Você poderia nos contar um pouco sobre sua trajetória política até o início da FLP?



2 Como surgiu a ideia de fundar da FLP?

3 Quais eram as principais atividades da FLP até o envolvimento com o movimento dos sem-teto?



4 Por que houve a aproximação com o movimento dos sem-teto?



5 Quem é o "sem-teto" para você? E qual é a importância deste movimento?

6 Agora gostaríamos de saber um pouco sobre alguns dos problemas que a FLP teve com outros movimentos sociais que compunham a frente, mas que depois, devido a divergências, acabaram rompendo. Contudo, não queremos colocá-lo em uma posição de ter que criticar outros movimentos. Então, gostaria de saber, resumidamente, quais foram os principais pontos de divergência. Qual foi a natureza dessas divergências?

7 Outras experiências do movimento dos sem-teto na cidade (como a ocupação Revolta dos Malês e algumas ocupações da Zona Oeste e da Baixada) trouxeram pontos positivos e negativos que foram levados em conta durante a organização do processo da Chiquinha Gonzaga? Pode nos falar um pouco sobre essas referências?

8 Nas suas palavras, em que a organização política das ocupações que foram apoiadas pela FLP e por seus integrantes se difere da organização política de outras ocupações do movimento dos sem-teto que você conhece?



9 Por que se optou pela autogestão nessas ocupações?

10 Na sua opinião, no que o cotidiano dos moradores e das moradoras de uma ocupação autogerida se diferencia no cotidiano de uma ocupação que se organize politicamente de outra maneira? Isso influencia a proposta e o alcance político da ocupação?

11 Mesmo considerando as vantagens da autogestão, não basta a FLP fazer a ocupação e sair de lá achando que os moradores irão se auto-organizar. Autogerir uma ocupação não é algo que se aprende da noite para o dia e mesmo com toda a preparação anterior ao dia da ocupação em si, deve haver um mínimo de acompanhamento por parte da FLP após a ocupação do prédio. Qual era o papel da FLP após a ocupação do prédio?

12 Como era a participação dos moradores na FLP? Todos se engajavam no movimento?

13 O que é o "apoio"? Me parece que o "apoio" tem um papel diferenciado nas ocupações vinculadas a FLP já que participam ativamente do movimento, mas não das decisões internas à ocupação. Como ele foi pensado e como funciona?

14 Se você tivesse que fazer um balanço geral da relação entre os militantes da FLP que moravam nas ocupações e os moradores não-militantes, qual seria? Era uma relação muito ou pouco conflituosa e por quê?

15 Agora vamos falar um pouco sobre a Chiquinha Gonzaga. Como foi o processo da Chiquinha? Quais eram os movimentos que compunham a frente?

16 Houve algum tipo de planejamento para a preparação da Chiquinha? Você lembra de detalhes do que era conversado nas reuniões de preparação?



17 E sobre a divisão dos usos dos espaços internos, como os espaços de produção e os espaços coletivos: Existiu alguma preocupação em se conversar sobre isso nas reuniões de preparação da Chiquinha? Se houve, quais eram essas preocupações?



18 E no caso da Zumbi? Como isso aconteceu?



19 Na sua opinião, como essas preocupações se relacionam ao projeto político da autogestão de alguma forma?

20 Houve algum tipo de "regimento interno" ou "carta de intenções" acordada entre os ocupantes *antes* da entrada no prédio?

21 Houve repressão policial no dia da ocupação da Chiquinha? Como foi e quem fazia a negociação com a polícia e com outras instituições do Estado?

22 A Chiquinha Gonzaga, particularmente, possui um número considerável de moradores envolvidos em outros movimentos sociais que, inclusive, não adotam o modelo autogestionário em sua organização, como a CUT e o MUCA. Essa diversidade já era notada nas reuniões de preparação da ocupação?



23 A abertura da ocupação para cadastro de novos moradores aumentou essa diversidade?



24 Como foi a relação entre a FLP e esses moradores?



25 Como você acha que essa diversidade afetou o desenrolar do processo político da ocupação?

26 Você pode tentar nos descrever passo a passo como foram os primeiros dias dentro do prédio da Chiquinha?



27 Sobre o que tratavam os primeiros grandes debates coletivos na ocupação?

28 Já no início os usos dos espaços da ocupação geravam discussões, não? Tanto que os andares foram sendo liberados para o uso um de cada vez, e muitos moradores lembram de fortes debates sobre o uso dos espaços coletivos. Era um momento no qual as atividades eram bastante coletivizadas. Como eram essas discussões sobre o uso dos espaços do prédio? Você lembra como e com quais critérios eles começaram a ser divididos?

29 Como eram os espaços da Chiquinha no momento em que a Zumbi foi concretizada? O espaço da cozinha coletiva e da sala da associação, por exemplo, já tinham virado quartos?

30 Qual você acha que foi o papel da Ocupação Chiquinha Gonzaga para o movimento dos sem-teto do Rio?



31 Na sua opinião, quais foram os principais erros e acertos do processo da Chiquinha?

32 Quais foram os movimentos que compuseram a frente no caso da Zumbi dos Palmares?

33 No processo da Zumbi, moradores da Chiquinha se engajaram junto aos militantes da FLP na organização e planejamento da ocupação. Quais foram as principais diferenças entre o processo da Chiquinha e o processo da Zumbi?

34 Como foi a repressão policial na Zumbi e como foi a negociação com o Estado?

35 A Zumbi é hoje talvez a ocupação (entre as três: Chiquinha, Zumbi e Quilombo) que possui um coletivo menos coeso e com uma menor freqüência de reuniões, mesmo demonstrando alguma capacidade de mobilização com a realização de mutirões. Por que você acha que isso ocorreu? O que difere a Zumbi das outras ocupações? Há algum complicador?

36 Quando você se afastou de fato da Zumbi? O que determinou esse afastamento?

37 Em entrevistas anteriores notamos que houve divergências internas à FLP quando se decidiu ocupar a Quilombo. Quais eram os motivos dessas divergências?

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum detalhes ou história que você gostaria de contar e da qual não falou ainda?

_____

Observações adicionais do entrevistador:

_____

Roteiro de entrevista

Autores: Matheus da Silveira Grandi e Rafael Gonçalves de Almeida
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial / NUPED

Data da entrevista: ___/___/___
Local: _____
Entrevistador: _____

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Identificação do(a) entrevistado(a)
Nome: _____
Organização: _____

1 Fale um pouco sobre a sua trajetória política e a organização da qual participa atualmente. Como surgiu, qual o objetivo, como se organiza e por que optou pelo movimento dos sem-teto?

2 Eu gostaria de saber um pouco sobre o início da relação entre a CMP e a extinta FLP. Contudo, não quero colocá-lo em uma posição de ter que criticar outras organizações. Então, gostaria de saber, resumidamente: quais foram os principais pontos de convergência e qual foi a natureza das divergências?

3 O tipo de organização política das ocupações apoiadas pela antiga FLP eram diferentes do tipo de organização do MTST, por exemplo. Qual é o diferencial e por que se optou pela autogestão?



4 Na sua opinião, no que o cotidiano dos moradores e das moradoras de uma ocupação autogerida se diferencia no cotidiano de uma ocupação que se organize politicamente de outra maneira? Pra você, qual é o papel dessas práticas cotidianas diferenciadas para a proposta e o alcance político da ocupação?

5 Mesmo considerando as vantagens da autogestão, não basta fazer a ocupação e sair de lá achando que os moradores irão se auto-organizar. Autogerir uma ocupação não é algo que se aprende da noite para o dia e mesmo com toda a preparação anterior ao dia da ocupação em si, deve haver um mínimo de acompanhamento por parte do movimento após a ocupação do prédio. Qual era o papel que as organizações que apoiaram as ocupações tiveram após a ocupação dos prédios?

6 Se você tivesse que fazer um balanço geral da relação entre os militantes da FLP que moravam nas ocupações e os moradores não-militantes, qual seria? Era uma relação muito ou pouco conflituosa e por quê?

7 Os espaços internos das ocupações autogeridas parecem vira e mexe causar muitos

debates e discussões entre os moradores – e até mesmo entre os militantes. Os espaços privados da moradia de cada família são importantes, mas os espaços coletivos também caracterizam fortemente essas ocupações. Nos processos de ocupações dos quais você participou mais diretamente, quais eram as preocupações que existiam a respeito dos usos que seriam dados aos espaços internos das ocupações (mesmo antes de entrar nos prédios)?



8 Na sua opinião, essas preocupações se relacionam ao projeto político autogestionário de alguma forma? Como?

9 Na sua opinião, como a Ocupação Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras se ligam com a história política e cultural da área da cidade onde estão localizadas (Centro da cidade e Zona Portuária)?

10 Agora vamos falar um pouco sobre a Chiquinha Gonzaga. Como foi o processo da Chiquinha? Quais eram os movimentos que compunham a frente?

11 A Chiquinha Gonzaga, particularmente, possui um número considerável de moradores envolvidos em outros movimentos sociais que, inclusive, não adotam o modelo autogestionário em sua organização, como a CUT e o MUCA. Como foi a relação entre os militantes que participaram da organização da ocupação e esses moradores?



12 Como você acha que essa diversidade afetou o desenrolar do processo político da ocupação?

13 Você lembra de detalhes do início da Chiquinha Gonzaga? Como você sentia o "clima" da interação entre as pessoas naquele momento?



14 Sobre o que tratavam os primeiros grandes debates coletivos na ocupação?

15 Já no início os usos dos espaços da ocupação geravam discussões, não? Tanto que os andares foram sendo liberados para o uso um de cada vez, e muitos moradores lembram de fortes debates sobre o uso dos espaços coletivos. Era um momento no qual as atividades eram bastante coletivizadas. Como eram essas discussões sobre o uso dos espaços? Você lembra quais eram as principais questões que eram levantadas sobre isso no início da ocupação?

16 Na sua opinião, o que mudou da "Ocupação Chiquinha Gonzaga do início" para a ocupação de hoje em dia? Quais foram os principais erros e acertos do processo da Chiquinha?

17 Qual você acha que foi o papel da Ocupação Chiquinha Gonzaga para o movimento dos sem-teto do Rio?

18 Quais foram os movimentos que compuseram a frente no caso da Zumbi dos Palmares?

19 No processo da Zumbi, moradores da Chiquinha se engajaram junto aos militantes da FLP na organização e planejamento da ocupação. Quais foram as principais diferenças entre o processo da Chiquinha e o processo da Zumbi?

20 A Zumbi é hoje talvez a ocupação (entre as três: Chiquinha, Zumbi e Quilombo) que possui um coletivo menos coeso e com uma menor freqüência de reuniões. Por que você acha que isso ocorreu? O que difere a Zumbi das outras ocupações? Há algum complicador?

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum detalhes ou história que você gostaria de contar e da qual não falou ainda?

_____

Observações adicionais do entrevistador:

_____

ANEXO I

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

90 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 60, segunda-feira, 30 de março de 2009

Art. 1º A contratação de serviços técnicos de consultoria de pessoa física para a implementação dos projetos de cooperação técnica internacional, a serem propostas ao organismo internacional cooperante, no âmbito do MDA, na modalidade produto, terá seu valor definido conforme o grau de complexidade e qualificação exigida, limitando-se a R$ 103.200,00 (cento e três mil e duzentos reais), por exercício financeiro, quando o produto exigir complexidade e qualificação máximas.

Parágrafo único. No caso da contratação se dar por período inferior ao completo exercício financeiro, o valor máximo será definido pela proporcionalidade do valor constante do caput dividido pelo número de meses do contrato, nunca superando o valor de R$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais), por cada mês.

Art. 2º A Comissão Especial de Seleção estabelecida pela Portaria Ministerial GM nº 229, de 23 de outubro de 2001, publicará no prazo máximo de sessenta dias prorrogáveis por igual período, as regras de escalonamento dos valores das contratações inferiores ao limite constante do art. 1º , observando-se critérios objetivos de aferição do grau de complexidade e qualificação exigidos para a execução do produto a ser objeto do contrato.

Parágrafo único. Até que se publiquem as regras estabelecidas no caput deste artigo, prevalecerá o escalonamento de valores definido em termo de referência específico para cada contratação, observada a qualificação compatível com o produto a ser contratado.

Art. 3º Esta Portaria não se aplica aos contratos de consultoria de pessoa física ou jurídica para a implementação dos projetos de cooperação técnica internacional, na modalidade produto, no âmbito do MDA, anteriores a sua edição.

Art. 4º Revogam-se as Portarias Ministeriais nº 028, de 28 de abril de 2004, e nº 01, de 08 de janeiro de 2008, e as demais disposições em contrário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua edição.

GUILHERME CASSEL

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 40, de 02/03/2009, Seção 1, pág. 74, com incorreção do original.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 89, DE 27 DE MARÇO DE 2009

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I e IV do art. 18, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, combinado com os incisos I, IV e V, do art. 110 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 69, de 19 de outubro de 2006, e

Considerando a necessidade de proceder a destinação de imóveis de propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA classificados patrimonialmente como não operacionais;

Considerando que a manutenção de tais imóveis sob a responsabilidade da Autarquia implica em gastos elevados com sua conservação, manutenção e segurança;

Considerando pareceres favoráveis da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA, constantes do processo número 54180.000838/2004-93, resolve;

Art.1º Aprovar "ad referendum" do Conselho Diretor, por meio de Concessão de Direito Real de Uso, a cessão do imóvel localizado à Rua Barão de São Félix, nº 110, Centro, Rio de Janeiro - RJ, à União, respeitadas as condições estabelecidas nas cláusulas do mencionado instrumento, assinado pelas partes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROLF HACKBART

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

PORTARIA Nº 11, DE 26 DE MARÇO DE 2009

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 119, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/nº 69, de 19 de outubro de 2.006;

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda Umary, com área de 527,8400ha, localizado no Município de Quixadá, no Estado do Ceará, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo decreto datado de 05.06.2008, cuja imissão de posse se deu em 20.02.2009; e

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR(02) nº 54130.000702/2009-83 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel denominado Fazenda Umary, com área de 527,8400ha (quinhentos e vinte e sete hectares, oitenta e quatro ares), localizado no Município de Quixadá, no Estado do Ceará, que prevê a criação de 12 (doze) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º - Criar o Projeto de Assentamento PA 13 DE MAIO, Código SIPRA CE0380000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT e a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD do INCRA.

RAIMUNDO AMADEU DE FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RORAIMA

PORTARIA Nº 6, DE 16 DE MARÇO DE 2009

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº 119, do Regimento Interno desta Autarquia, aprovada pela Portaria MDA/ Nº 69, de 19 de outubro de 2006, publicado no D.O.U. no dia 20 de outubro de 2006, resolve:

Considerando a necessidade de encaminhamento visando dar destinação de parte dos imóveis rurais denominados "GLEBA EQUADOR e GLEBA BR-174", com área aproximada de 5.156,6405 há, Localizados no Município de Rorainópolis, no estado de Roraima, área pertencente à União, através de arrecadação;

Considerando que os órgãos desta Superintendência Regional procederam à análise no Processo INCRA/SR-25/Nº 54390.001686/2008-02 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

I - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, de de parte dos imóveis rurais denominados "GLEBA EQUADOR e GLEBA BR-174", com área de 5.156,6405 há (cinco mil cento e cinqüenta e seis hectares, sessenta e quatro e cinco centiares), localizados no Município de Rorainópolis, no Estado de Roraima, que prevê a criação de 73 (setenta e três) Unidades Agrícolas Familiares;

II - Criar o Projeto de Assentamento Federal PA/Trairi - Código SIPRA RR0070000 a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional em articulação com a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e com a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos.

ANTONIO FRANCISCO BESERRA MARQUES

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 96, DE 26 DE MARÇO DE 2009

Dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do co-financiamento federal dos serviços socioassistenciais a Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio do SUASWeb, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 87 da ConstituiçãoFederal, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, que cria o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e no Decreto nº 5.550, de 22 de setembro de 2005, que estabelece a estrutura regimental do MDS e define as competências da Secretaria Nacional da Assistência Social - SNAS;

Considerando a Lei Federal nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos a que se refere a LOAS;

Considerando o Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004, que define as ações continuadas de Assistência Social;

Considerando a Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008, que estabelece normas para as transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;

Considerando a Portaria nº 432, de 03 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o repasse da parcela referente ao exercício de 2008 do Incentivo Financeiro ao Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal - IGE;

Considerando a Resolução CNAS nº 145, de 14 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; e

Considerando a Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social -NOB/SUAS, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a forma de repasse dos recursos do co-financiamento federal dos serviços socioassistenciais a Estados, Distrito Federal e Municípios e sua prestação de contas, por meio do SUASWeb no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Parágrafo único. O SUASWeb é o sistema informatizado que a SNAS utiliza para ordenar e garantir o repasse regular e automático dos valores do co-financiamento federal dos serviços socioassistenciais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para os Fundos de Assistência Social dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º O Plano de Ação é o instrumento eletrônico de planejamento utilizado pela SNAS para lançamento e validação anual das informações necessárias ao início ou à continuidade da transferência regular e automática de recursos do co-financiamento federal dos serviços socioassistenciais.

§1º As informações contidas no Plano de Ação deverão estar coerentes com o Plano de Assistência Social dos respectivos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º Repasses federais adicionais, para financiar novas ações ou fortalecer as existentes, instituídos durante o exercício fiscal, passam a fazer parte integrante do Plano de Ação.

Art. 3º São de preenchimento obrigatório no Plano de Ação:

I - cadastro do ente federativo, do órgão gestor da assistência social, do Fundo de Assistência Social e do Conselho de Assistência Social;

II - os atos de criação do respectivo Conselho de Assistência Social e Fundo de Assistência Social, bem como a data de suas publicações oficiais;

III - o ato de aprovação do respectivo Plano de Assistência Social;

IV - os recursos próprios e do Fundo Estadual de Assistência Social previstos nas leis orçamentárias para o respectivo Fundo de Assistência Social;

V - previsão de atendimento aos usuários para cada serviço socioassistencial; e

VI - a ciência do respectivo Conselho de Assistência Social sobre as informações lançadas pelo órgão gestor.

§1º As informações referentes à previsão financeira do repasse do co-financiamento federal serão lançadas pela SNAS com base na partilha de recursos federais pactuada na Comissão Intergestores Tripartite - CIT, de acordo com os critérios deliberados pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 2º Constatada qualquer irregularidade ou imprecisão no Plano de Ação, estas deverão ser sanadas no prazo estabelecido pela SNAS.

Art. 4º O lançamento das informações que compõem o Plano de Ação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e sua avaliação pelo respectivo Conselho de Assistência Social competente deverão ocorrer eletronicamente no início de cada exercício, até o último dia útil do primeiro trimestre, ou após a aprovação da Lei Orçamentária Anual da União, quando esta se der posteriormente.

Art. 5º O preenchimento eletrônico do Plano de Ação deverá obedecer ao seguinte fluxo:

I - abertura do sistema pela SNAS;

II- comunicação aos gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal das datas de abertura e encerramento, definidas pela SNAS;

III - lançamento das informações e declaração de compromisso pelo órgão gestor municipal, estadual ou do Distrito Federal;

IV - aprovação do respectivo Conselho de Assistência Social quanto ao Plano de Ação; e

V - recebimento, pela SNAS, das informações lançadas e da declaração de compromisso pelo órgão gestor municipal, estadual ou do Distrito Federal.

§1º As operações descritas nos incisos III e IV geram comprovantes, que deverão ser impressos e arquivados pelos seus declarantes.

§2º Ato específico da Secretária Nacional de Assistência Social indicará o conteúdo da avaliação a ser realizada pelo Conselho de Assistência Social para a aprovação a que se refere o inciso IV deste artigo.

Art. 6º Recebido o Plano de Ação, os recursos serão transferidos de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo.

Parágrafo único. A SNAS divulgará os valores dos recursos repassados a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados ao co-financiamento dos serviços socioassistenciais no endereço eletrônico http://www.mds.gov.br/suas.

Art. 7º Para a apresentação da prestação de contas dos recursos do co-financiamento federal dos serviços socioassistenciais junto à SNAS, os Estados, Distrito Federal e Municípios deverão preencher, eletronicamente, o Sistema de Informações Gerenciais do SUAS - SigSUAS.

§1º A prestação de contas constituir-se-á no Relatório Anual de Execução Técnico-Físico-Financeira do SigSUAS.

§ 2º O preenchimento do SigSUAS pelos Estados, Distrito Federal e Municípios deverá ocorrer de modo concomitante à execução dos serviços e refere-se ao detalhamento do público atendido, dos recursos executados, da rede socioassistencial e das atividades realizadas para a prestação de cada serviço.

§ 3º O envio eletrônico dos dados preenchidos à SNAS se dará a cada quatro meses, sob pena de bloqueio dos recursos.

§ 4º Ao final de cada exercício, o gestor da assistência social dos Estados, Distrito Federal e Municípios, deverá finalizar o preenchimento do SigSUAS, bem como submeter as informações do sistema à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, no prazo de trinta dias.

§5º O Conselho de Assistência Social deverá pronunciar-se sobre o referido relatório no prazo de até 30 dias.

70 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 62, quarta-feira, 1 de abril de 2009

26 782	1460 110Q 0028	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - PEDRA BRANCA - DIVISA SE/AL - NA BR-101 - NO ESTADO DE SERGIPE - NO ESTADO DE SERGIPE	P	4	2	90	0	300	9.800.000
		ATIVIDADES							9.800.000
26 782	1460 203I	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-251 - NO ESTADO DA BAHIA							1.000.000
26 782	1460 2031 0029	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-251 - NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA	P	4	2	90	0	300	1.000.000
									1.000.000
1461 VETOR LOGISTICO CENTRO-SUDESTE									444.000
		ATIVIDADES							
26 782	1461 20C1	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-154 - NO ESTADO DE GOIAS							100.000
26 782	1461 20C1 0052	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-154 - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS	P	4	2	90	0	300	100.000
									100.000
26 782	1461 20C3	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-483 - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL							100.000
26 782	1461 20C3 0054	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-483 - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	P	4	2	90	0	300	100.000
									100.000
26 782	1461 209S	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-488 - NO ESTADO DE SAO PAULO							244.000
26 782	1461 209S 0035	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-488 - NO ESTADO DE SAO PAULO - NO ESTADO DE SAO PAULO	P	4	2	90	0	300	244.000
									244.000
1462 VETOR LOGISTICO SUL									100.000
		ATIVIDADES							
26 782	1462 20BZ	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-470 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							50.000
26 782	1462 20BZ 0043	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-470 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	P	4	2	90	0	300	50.000
									50.000
26 782	1462 20C0	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-475 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA							50.000
26 782	1462 20C0 0042	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-475 - NO ESTADO DE SANTA CATARINA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	P	4	2	90	0	300	50.000
									50.000

TOTAL - FISCAL	43.894.000
TOTAL - SEGURIDADE	0
TOTAL - GERAL	43.894.000

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 15, DE 31 DE MARÇO DE 2009

A GERENTE REGIONAL DO PATRIMÔNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, I, da Portaria nº 437, de 28 de novembro de 2008, da Secretaria do Patrimônio da União e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04905.006440/2008-40, resolve:

Art.1º Autorizar o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ a implantar o canteiro obras e efetuar todas as medidas necessárias para a implantação e execução das obras no imóvel da União, denominado Comunidade Chiquinha Gonzaga, localizado na Rua Barão de São Félix nº 110, Centro, Município do Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º As obras a que se refere o artigo 1º destinam-se ao desenvolvimento do Programa Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS.

Art. 3º As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 4º A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica a constituição de direitos ou domínio sobre a área ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação pertinente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA ESTEVES

PORTARIA Nº 17, DE 31 DE MARÇO DE 2009

A GERENTE REGIONAL DO PATRIMÔNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, I, da Portaria nº 437, de 28 de novembro de 2008, da Secretaria do Patrimônio da União e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04905.002633/2008-85, resolve;

Art.1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Belford Roxo/RJ a implantar o canteiro de obras e efetuar todas as medidas necessárias para a implantação e execução das obras no imóvel da União, denominado "Comunidade Favela da Pera", localizado entre a Av. José Mariano Passos e Av. Floripes Rocha, Centro, Município de Belford Roxo.

Art. 2º As obras a que se refere o artigo 1º destinam-se ao desenvolvimento do Programa de Urbanização e Integração de Assentamentos Precários e Melhoria das Condições de Habitabilidade, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS.

Art. 3º As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 4º A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica a constituição de direitos ou domínio sobre a área ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação pertinente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA ESTEVES

PORTARIA Nº 18, DE 31 DE MARÇO DE 2009

A GERENTE REGIONAL DO PATRIMÔNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, I, da Portaria nº 437, de 28 de novembro de 2008, da Secretaria do Patrimônio da União e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, os elementos que integram o Processo Administrativo nº 05018.004909/2001-51, resolve;

Art.1º Autorizar a Prefeitura Municipal de São João de Meriti a implantar o canteiro de obras e efetuar todas as medidas necessárias para a implantação e execução das obras nos imóveis da União, denominados Parque Analândia e Parque Juriti, localizados junto ao Rio São João do Meriti, Município de São João de Meriti/RJ.

Art. 2º As obras a que se refere o artigo 1º destinam-se no Parque Juriti ao desenvolvimento do Programa de Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social, com recursos provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, e no Parque Analândia ao desenvolvimento do Programa de Urbanização e Integração de Assentamentos Precários e Melhoria das Condições de Habitabilidade, com recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC.

Art. 3º As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 4º A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica a constituição de direitos ou domínio sobre a área ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação pertinente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA ESTEVES

PORTARIA Nº 19, DE 31 DE MARÇO DE 2009

A GERENTE REGIONAL DO PATRIMÔNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 1º, I, da Portaria nº 437, de 28 de novembro de 2008, da Secretaria do Patrimônio da União e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, os elementos que integram o Processo Administrativo nº 04967.002423/2008-62, resolve;

Art.1º Autorizar a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ a implantar o canteiro de obras e efetuar todas as medidas necessárias para a implantação e execução do novo Acesso Viário ao Porto do Rio de Janeiro, no imóvel da União, localizado na área Portuária, do Bairro do Caju, naquele município, em função do Convênio nº 036/2006 realizado entre a Prefeitura e a Companhia Docas do Rio de Janeiro.

Art. 2º As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 3º A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica a constituição de direitos ou domínio sobre a área ou a qualquer tipo de indenização.

Art. 4º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação pertinente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA ESTEVES

48 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 149, quinta-feira, 6 de agosto de 2009

SPR/CGPRI/COAPI, para produção de BARBEADOR ELÉTRICO RECARREGÁVEL, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 174/09 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa DAFRA DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 117/2009-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de MOTOCICLETA ACIMA DE 450 CM³, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 175/09 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa AVGLOBAL INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 116/2009-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de SENSOR DE MOVIMENTO PARA ALARME CONTRA ROUBO, UNIDADE CENTRAL DE COMANDO PARA ALARME CONTRA ROUBO OU INCÊNDIO, PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), GRAVADOR/REPRODUTOR DIGITAL DE SINAIS DE ÁUDIO E VÍDEO PARA SISTEMA DE SEGURANÇA, CONVERSOR DE CORRENTE CONTÍNUA (CA/CC) - ADAPTADOR DE TENSÃO, CÂMERA DE TELEVISÃO PARA USO EM CIRCUITO FECHADO DE TV, e RASTREADOR/IMOBILIZADOR, PARA VEICULOS AUTOMOTORES COM GPS E COMUNICAÇÃO VIA TELEFONE CELULAR, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece; N.º 176/09 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa GOLD COMÉRCIO INDÚSTRIA DE COMPOSTOS PLÁSTICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 119/2009-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de RESINA TERMOPLÁSTICA EXTRUDADA (APRESENTADA NA FORMA DE GRÂNULOS), para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO
Superintendente

PORTARIA Nº 313, DE 4 DE AGOSTO DE 2009

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico de Projeto N.º 102/2009 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, submetido ao Conselho de Administração da SUFRAMA em sua 239ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de julho de 2009;

CONSIDERANDO que o projeto relativo ao Parecer acima mencionado foi enquadrado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA nos termos da Resolução n.º 202, de 17 de maio de 2006, Art. 10, parágrafo 1º, e que a empresa apresentou a documentação relativa à sua regularidade jurídico fiscal no prazo estipulado, resolve:

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 8º e 20 do Regimento Interno do Conselho de Administração da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa ECOPACK EMBALAGENS RECICLÁVEIS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 102/2009 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de ACESSÓRIO PARA TELEJOGO (EXCETO DE INFORMÁTICA), para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-lei N.º 288/67, com redação dada pela Lei N.º 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER para o produto constante do Art. 1º desta Portaria os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
ACESSÓRIO PARA TELEJOGO (EXCETO DE INFORMÁTICA)	1.555.200	1.710.720	1.881.792

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial Nº 140 - MDIC/MCT, de 7 de julho de 2009;

II o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 202, de 17 de maio de 2006, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLDEMAR IANCK

PORTARIA Nº 316, DE 5 DE AGOSTO DE 2009

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico de Projeto N.º 122/2009 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, submetido ao Conselho de Administração da SUFRAMA em sua 239ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de julho de 2009;

CONSIDERANDO que o projeto relativo ao Parecer acima mencionado foi enquadrado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA nos termos da Resolução n.º 202, de 17 de maio de 2006, Art. 10, parágrafo 1º, e que a empresa apresentou a documentação relativa à sua regularidade jurídico fiscal no prazo estipulado, resolve:

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 8º e 20 do Regimento Interno do Conselho de Administração da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa AMAZONMIX LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto Nº 122/2009 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de ARGAMASSA DE CIMENTO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior;

Art. 2º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto constante no Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico estabelecido pela pela Portaria Interministerial Nº 132 - MDIC/MCT de 30 de julho de 2007;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução N.º 202, de 17 de maio de 2006, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLDEMAR IANCK

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 231, DE 5 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 21 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, e tendo em vista o disposto nos art. 6º do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, bem como os elementos que integram o Processo nº 04902.000400/2008-78, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão provisória de uso gratuito, ao Município de Carlos Barbosa, Estado do Rio Grande do Sul, do imóvel com área total de 24.645,00m², de propriedade da União, constituído pela faixa de domínio da Estrada de Ferro (ramal erradicado Montenegro-Carlos Barbosa), situada entre o km 68+347,40 e o km 69+300, com a extensão de 952,60 metros e largura média de 30,00 metros, localizada junto (ao longo) da Av. 25 de setembro, na zona central da cidade de Carlos Barbosa, em processo de incorporação ao patrimônio da União, com as seguintes características: confronta-se pela margem direita a noroeste com as ruas Valentin Tramontina e Almirante Barroso e com terras de propriedade de João Lauro, Silvino Misturini, Etelvino Bavaresco, Francisco Pedro Misturini, Arlindo Camini, Mauro Jacó, Milton José Willirichi, Frederico Bock, Olinto Carniel, Julvir Seimetz, Antonio Zanetti, Severino Bavaresco, Wilson Biondo, Amâncio Dalsis, Antonio Valmorbica, Marcos Luiz Zanatta, Adelar Chies, João Batista Zanatta, Roque Zanatta, Celso Dorzan e Armazém Pagliari; pela margem esquerda a sudeste confronta-se com a Av. 25 de setembro e com terras de propriedade da herança de Guilherme Rossi, Florindo de Rossi, Alécio Camal, Pedro Baldasso, Arlindo Inácio da Silva e Idamir Padovani.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se ao melhoramento do sistema de mobilidade urbana daquele Município.

Art. 3º A cessão terá vigência pelo prazo necessário à incorporação do imóvel ao Patrimônio da União e sua substituição por instrumento definitivo de destinação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 232, DE 5 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 64, § 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, c/c os artigos 18, inciso II e 19, incisos I, IV e VI, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04957.000373/2006-36, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão sob o regime de aforamento gratuito, à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe, do imóvel da União de 62.265,26m², localizado na Rodovia Mário Covas s/n, bairro Satélite, Município de Belém, Estado do Pará, objeto da Matrícula nº 037, às fls. 37, Livro 2-I.K., do Cartório do Segundo Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à provisão habitacional de interesse social, cujos programas se enquadram no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e são direcionados para os beneficiários de menor renda da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe, entre militares e civis da ativa, da reserva e pensionistas.

Parágrafo único. O prazo para a conclusão do empreendimento habitacional e regularização das unidades habitacionais em nome dos beneficiários é de dois anos, prorrogável por igual período, contado da assinatura do respectivo contrato de cessão.

Art. 3º Fica a cessionária obrigada a:

I - destinar no mínimo 50% das unidades habitacionais a serem construídas a famílias com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos, na seguinte proporção: no mínimo 30% deverão ser destinadas a famílias com renda de até três salários mínimos e 20% a famílias com renda entre três e cinco salários mínimos;

II - destinar as unidades habitacionais a famílias com renda familiar que não ultrapasse dez salários mínimos mensais;

III - efetuar a transferência gratuita dos direitos enfitêuticos relativos a frações do imóvel descrito no art. 1º aos beneficiários de baixa renda, compreendidos estes como as famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos, averbando tais transferências junto à Gerência Regional do Patrimônio da União, nos termos do art. 3º, § 4º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e

IV - fornecer à União os dados cadastrais dos beneficiários e os documentos necessários para a inscrição dos desmembramentos e transferências de domínio útil efetivados.

Art. 4º O cessionário ficará isento do pagamento de foro, enquanto o imóvel lhe estiver aforado, e de laudêmios, nas transferências que vier a efetuar.

Art. 5º Fica a cessionária autorizada a alienar o domínio útil de frações do terreno cedido mediante regime competente, com a finalidade de obter recursos para a execução dos objetivos da cessão, inclusive para a construção de edificações que lhe pertencerão, no todo ou em parte, respeitado o disposto no art. 3º, I, desta Portaria.

Art. 6º A presente autorização não exime o cessionário de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários para realização da cessão.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 233, DE 5 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I e § 1º, e no art.19, inciso IV, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, c/c o art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, e o art. 17, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os elementos que integram o Processo nº 04905.006440/2008-01, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob o regime de concessão de direito real de uso gratuito, ao Estado do Rio de Janeiro, do imóvel, com área de 570,78m² e edificação com 3.438,97m², situado na Rua Barão de São Félix, nº 110, Centro, Município do Rio de Janeiro, naquele Estado, com as características e confrontações constantes da Matrícula nº 45.088, Ficha 01, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à regularização fundiária de interesse social, beneficiando sessenta e seis famílias de baixa renda ocupantes do imóvel desde 2004.

Parágrafo único. O prazo para implementação do empreendimento é de doze meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Nº 149, quinta-feira, 6 de agosto de 2009 Diário Oficial da União - Seção 1 ISSN 1677-7042 49

Art. 3º O prazo da cessão é indeterminado.

Art. 4º Fica o cessionário obrigado a:

I - transferir gratuitamente os direitos e as obrigações relativas às parcelas do imóvel descrito no art. 1º aos beneficiários de baixa renda do programa de regularização fundiária, averbando tais transferências junto à Gerência Regional do Patrimônio da União, nos termos do art. 3º, § 4º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e

II - fornecer à União os dados cadastrais dos beneficiários e as peças técnicas necessárias para a inscrição dos desmembramentos e transferências de direito real de uso efetivados.

Art. 5º O cessionário ficará isento do pagamento de laudêmios, nas transferências que vier a efetuar.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 234, DE 5 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, com fundamento no § 3º do art. 1º do Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a nomeação de cento e setenta candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Policial Rodoviário Federal do Quadro de Pessoal do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça, autorizado pela Portaria MP nº 274, de 21 de agosto de 2007, na forma do Anexo.

Art. 2º O provimento dos cargos nos quantitativos previstos no art. 1º está condicionado:

I - à existência de vagas na data da nomeação; e

II - à declaração do respectivo ordenador de despesa, quando do provimento dos referidos cargos, sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa com a Lei Orçamentária Anual e sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 3º A responsabilidade pela verificação prévia das condições para convocação e nomeação dos candidatos a que se refere o art. 1º será do Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a quem caberá baixar as respectivas normas, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

CARGO	QUANTIDADE	LOCALIDADE DA VAGA
Policial Rodoviário Federal	97	Estado do Pará
	73	Estado do Mato Grosso
TOTAL	170	

PORTARIA Nº 235, DE 5 DE AGOSTO DE 2009

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 2º do Decreto nº 4.175, de 27 de março de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de concurso público para o provimento de cento e setenta cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, integrantes do Quadro de Pessoal do Ministério dos Transportes, conforme discriminados no Anexo.

Parágrafo único. O provimento dos cargos a que se refere o caput dependerá de prévia autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, condicionada à declaração do respectivo ordenador de despesa sobre a adequação orçamentária e financeira da nova despesa com a Lei Orçamentária Anual e a sua compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, demonstrando a origem dos recursos a serem utilizados.

Art. 2º Os cargos de Analista Técnico-Administrativo, criados pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, constantes do Plano Geral a que se refere o art. 1º a este Decreto, somente poderão ter as suas vagas divididas por áreas de especialização com a edição do ato previsto no § 4º do art. 4º da Lei 11.357, de 19 de outubro de 2006.

Art. 3º A responsabilidade pela realização do concurso público será do Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, a quem caberá baixar as normas necessárias, mediante a publicação de editais, portarias ou outros atos administrativos.

Art. 4º O prazo para publicação do edital de abertura do concurso público será de até seis meses, contado a partir da data da publicação desta Portaria.

Art. 5º A realização do concurso público deverá observar o disposto na Portaria MP nº 450, de 6 de novembro de 2002.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO

CARGO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	VAGAS
Agente Administrativo	Intermediário	70
Analista Técnico-Administrativo	Superior	100
TOTAL		170

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

PORTARIA Nº 21, DE 24 DE JULHO DE 2009

O GERENTE REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, da Portaria SPU nº 40, de 18 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, observando os parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo, combinada com o art. 23, parágrafo 1º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04957.009193/2008-81, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, à Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, de imóvel de propriedade da União com área de 25.150,00m², situado à Rua Vera Paz, s/nº, Bairro do Salé, no Município de Santarém, Estado do Pará, objeto da Matrícula nº 11.647, Fl. 01, do Livro nº 2-RG, de 06 de dezembro de 2005, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santarém, no Estado do Pará.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFRA.

§ 1º Podendo transferir o Patrimônio à outra instituição ligada ao ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º É fixado o prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da assinatura do contrato de doação, para que o donatário cumpra os objetivos previstos.

§ 3º Fica o donatário obrigado a manter no imóvel doado, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 3º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º O encargo de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEUTON MIRANDA SOBRINHO

PORTARIA Nº 22, DE 24 DE JULHO DE 2009

O GERENTE REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, da Portaria SPU nº 40, de 18 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, observando os parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo, combinada com o art. 23, parágrafo 1º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04957.004342/2007-35, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, à Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, de imóvel de propriedade da União com área de 11.663,54m², situado à Rua Vera Paz, pertencente à Quadra 14, Bairro do Salé, no Município de Santarém, Estado do Pará, objeto da Matrícula nº 2.971, Ficha nº 2.971, do Livro nº 2-RG, de 19 de junho de 2009, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santarém, no Estado do Pará.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFRA.

§ 1º Podendo transferir o Patrimônio à outra instituição ligada ao ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º É fixado o prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da assinatura do contrato de doação, para que o donatário cumpra os objetivos previstos.

§ 3º Fica o donatário obrigado a manter no imóvel doado, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 3º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º O encargo de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEUTON MIRANDA SOBRINHO

PORTARIA Nº 23, DE 30 DE JULHO DE 2009

O GERENTE REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, da Portaria SPU nº 40, de 18 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, observando os parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo, combinada com o art. 23, parágrafo 1º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04957.000355/2003-10, resolve:

Art. 1º Autorizar a doação, com encargo, à Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, de imóvel de propriedade da União com área de 1.164,12m², situado na Rua Dr. Lauro Sodré, s/nº, Bairro de Alter do Chão, no Município de Santarém, Estado do Pará, objeto da Matrícula nº 8.589, do Livro nº 2-RG, fls. 01, de 27 de outubro de 2008, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santarém, no Estado do Pará.

Art. 2º O imóvel a que se refere o art. 1º destina-se ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFRA.

§ 1º Podendo transferir o Patrimônio à outra instituição ligada ao ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º É fixado o prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da assinatura do contrato de doação, para que o donatário cumpra os objetivos previstos.

§ 3º Fica o donatário obrigado a manter no imóvel doado, em local visível, placa de publicidade, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000.

Art. 3º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 4º O encargo de que trata o art. 2º desta Portaria será permanente e resolutivo, revertendo automaticamente o imóvel ao patrimônio da União, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação;

II - cessarem as razões que justificaram a doação;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista; ou

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEUTON MIRANDA SOBRINHO

ANEXO II

DOCUMENTOS DA
OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA

Ocupação Chiquinha Gonzaga: Acordos de funcionamento

Por Frente de Luta Popular 26/07/2004 às 12:26

(Acessado em: 24 jan. 2010. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/eo/red/2004/07/287347.shtml>)

O regimento a seguir foi discutido e aprovado nas reuniões preparatórias da ocupação.

Regimento interno da ocupação Chiquinha Gonzaga

1 Um membro de cada família (maior de idade) deverá estar diariamente presente na ocupação;

2 Em caso de falta justificada, um voluntário maior de idade apresentado ao coletivo deverá substituir o ocupante que faltou, durante sua ausência;

3 Em caso de doença deverá ser apresentado ao coletivo um atestado médico;

4 Caso a família tenha 5 (cinco) faltas consecutivas justificadas, a mesma deverá encontrar junto ao coletivo uma forma de reparar as faltas dentro do mês;

5 Em caso da família faltar cinco vezes a ocupação sem justificativa, será expulsa do coletivo; essa decisão deve ser tomada na assembleia semanal;

6 O movimento de ocupação organizará assembleias, reuniões e discussões para planejar com o conjunto dos ocupantes todos os passos da ocupação;

7 As famílias deverão se comprometer a trabalhar, contribuir com o coletivo e participar das assembleias sobre os assuntos relativos ao bom andamento do coletivo e do movimento;

8 Cada família se comprometerá a cumprir um determinado número de tarefas (variando de situação para situação) por dia para o coletivo;

9 As famílias deverão acatar a marcação da jornada de trabalho, quando o prazo determinado estiver comprometido ou haja material com risco de se estragar na ocupação;

10 O ocupante deverá seguir a orientação de um encarregado pelo grupo de trabalho (tirado entre coletivo em assembleia) e da assessoria técnica sendo que as discordâncias deverão ser discutidas e extintas pelo coletivo, em reunião;

11 As famílias não podem vender ou alugar as casas ou apartamentos; aquelas que fizerem isso perderão o direito de permanecer na ocupação;

12 A casa é para moradia e não para estabelecimento comercial, “industria1” ou igreja; exceto em caso aprovado pelo coletivo;

13 É proibido o uso de bebidas alcoólicas e demais drogas na ocupação;

14 O ocupante que se apresentar embriagado, com atitudes inconvenientes ou alterado na ocupação, ficará impedido de trabalhar e permanecer na ocupação naquele dia, ficando em débito com as horas; para 3 (três) casos consecutivos, e no caso de dependência se não houver tratamento, o ocupante não poderá permanecer no coletivo;

15 As questões afetivas não devem interferir no andamento da ocupação;

16 Não será permitida a entrada de pessoas estranhas ao coletivo na ocupação;

17 As visitas deverão ser feitas em horário marcado até a solução das tensões relativas à ocupação;

18 Não é permitido a relação de qualquer ocupante com parlamentares, governos e representantes de partidos políticos, forças repressoras e/ou patronais, dentro da ocupação, para tratar de assuntos relativos à mesma;

19 Não é permitida a presença de animais na ocupação;

20 O não cumprimento desse regulamento será passível de punição pelo coletivo.

REGIMENTO INTERNO DA OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA – RJ

(atual)

CAPÍTULO I
Das atribuições deste Regimento

1 É obrigatória a justificativa do cadastrado(a) em assembleia pela sua ausência por mais de uma semana na ocupação, seja em caso de trabalho, doença ou qualquer outro motivo; caso o período de ausência sem justificativa seja maior que 15 (quinze) dias, será caracterizado abandono de quarto.

2 O movimento de ocupação "CHIQUINHA GONZAGA" organizará assembleias, reuniões e outras discussões para traçar planos com o conjunto dos ocupantes sobre os destinos da ocupação.

3 Nas assembleias é garantido o voto apenas para morador cadastrado ou um representante maior de 18 (dezoito) anos, sendo garantido aos apoios externos o direito a voz – respeitando o direito de expressão, ficando sem direito de participar nas discussões, pessoas que venham com a intenção de tumultuar as reuniões deste coletivo.

4 As assembleias ordinárias terão sua 1ª (primeira) chamada às 20:00 (vinte horas), a 2ª (segunda) chamada às 20:30 (vinte horas e trinta minutos) dando início às discussões com qualquer número de presentes, sendo que as deliberações e aprovações se darão por meio de votação com no mínimo 22 (vinte e dois) moradores cadastrados ou seus representantes maior de 18 (dezoito) anos.

5 As assembleias extraordinárias serão realizadas por determinação do coletivo em qualquer dia e horário, a partir da necessidade do mesmo sendo necessária a presença de 34 (trinta e quatro) moradores cadastrados ou seus representantes maior de 18 (dezoito) anos para que as deliberações e aprovações sejam realizadas.

6 Três faltas consecutivas não justificadas em assembleias ordinárias poderão gerar punições já inclusas neste regimento ou se necessário outras, estas deverão ser discutidas pelo coletivo.

7 A "OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA" determina que os apoios residentes na ocupação não possam exceder de 5% (cinco por cento) do total das suas unidades residenciais.

8 Os espaços da "OCUPAÇÃO CHIQUINHA GONZAGA" serão liberados para reuniões de movimentos sociais desde que informados e deliberados por este coletivo com no mínimo 07 (sete) dias de antecedência.

9 É obrigatória a participação dos moradores cadastrados ou seus representantes maiores de 18 (dezoito) anos devidamente apresentados ao coletivo nas atividades encaminhadas pelo mesmo (mutirão, portaria, limpeza e coisas afins) sendo que a não colaboração dos mesmos será passível de punição indicada neste regimento ou se

necessário outras que deverão ser discutidas e definidas pelo coletivo.

10 Cada morador envolvido nas comissões de trabalho deverá se reportar a um responsável pela coordenação do trabalho e este anotará as atividades que estão sendo realizadas.

11 Os moradores cadastrados que por necessidade ficarem ausentes da ocupação pelos motivos citados no item nº 1 deste regimento, mesmo tendo apresentado justificativas, deverão encontrar formas de compensar o coletivo no que diz respeito às tarefas junto à ocupação.

12 As famílias não podem vender ou alugar os quartos, aquelas que ainda o fizerem perderão o direito de permanecer na ocupação.

13 Não é permitida a relação de qualquer ocupante com parlamentares, governos e representantes de partidos políticos, forças policiais e patronais dentro da ocupação, para tratar de assuntos relativos à mesma.

14 Os quartos não podem ser utilizados unicamente para estabelecimentos comerciais, industriais ou igrejas, sendo obrigatório que o ocupante more no local; as demais áreas coletivas serão utilizadas de acordo com as decisões encaminhadas em assembleias.

15 É proibido o uso de drogas ilegais na ocupação, sendo que se o morador for identificado poderá ser expulso, se assim o coletivo determinar.

16 O uso de bebidas alcoólicas nas áreas da ocupação só será permitido em ocasiões festivas, sendo obrigatória a aprovação em assembleia; sendo que o ocupante que se apresentar embriagado, com atitudes inconvenientes ou alterado, ficará impedido de permanecer na ocupação naquele dia.

17 É dever de todo morador agir com bom senso na forma como se porta nas dependências da ocupação, evitando conflitos que possam ser levantados nas assembleias; entendendo que sons altos e demonstrações excessivas de afeto nos espaços da ocupação atrapalham os convívios dos moradores.

18 O horário de silêncio, de domingo a quinta, tem o seu início das 23 horas e se encerra às 7 horas; sextas e sábados o horário de silêncio vai das 24 horas às 7 horas.

19 O horário de visitas desacompanhadas de morador cadastrado se encerra às 22 horas. Após as 24 horas, nem acompanhadas por moradores será permitida a entrada de visitantes estranhos à ocupação.

20 É permitida a permanência de pessoas não cadastradas na ocupação desde que as mesmas sejam previamente apresentadas em assembleias.

21 O uso das dependências coletivas da ocupação para fins de festas e confraternizações, deverá ser aprovado em assembleia com 15 dias de antecedência.

22 O não cumprimento deste regulamento será passível de punição pelo coletivo através

de: 1º) advertência sob a porta; 2º) suspensão de 7 dias do direito de permanecer na ocupação; 3º) suspensão de 15 dias do direito de permanecer na ocupação; 4º) expulsão do membro da ocupação que feriu este regulamento.

23 O presente regimento interno poderá ser alterado no seu todo ou em parte desde que convocada assembleia específica para esse fim.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo